O Ocaso do *Comunismo Democrático*

– o PCB na última ilegalidade (1964-84) –

O povo, desamparado, diante das tropas golpistas na Cinelândia, em abril de 64

Hamilton Garcia de Lima

Dissertação de Mestrado/Unicamp-95

O Ocaso do *Comunismo Democrático*

– o PCB na última ilegalidade (1964-84)

Hamilton Garcia de Lima*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Armando Boito Jr (Unicamp)

Prof. Dr. Leandro Konder (UFF e PUC/RJ)

Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues (Unicamp)

(suplente) Prof. Dr. João Quartim de Moraes (Unicamp)

Agências Financiadores:

CAPES/CNPq/**FAPESP**

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora em 19 de dezembro de 1995.

Novembro de 1995

* Dados para contato: R. Prudente de Morais, 892/101, Ipanema – 22.420/040, RJ/RJ; tel: (021) 247-9745, fax: 240-8009.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CM-00084578-5

UNIDADE EC
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
L622d
V. Ex.
TOMBO BC/ 26892
PROC. 669/96
C [ ] D [X]
PREÇO R$ 11,00
DATA 05/03/96
N.º CPD

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

L622d Lima, Hamilton Garcia de

H18o O ocaso do comunismo democrático- o PCB na última ilegalidade (1964-84) / Hamilton Garcia de Lima. - - Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Leôncio Martins Rodrigues.
Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido Comunista Brasileiro. 2. Análise do discurso. 3. Partidos políticos. 4. Partidos Comunistas. 5. Movimento Operário-Brasil. I. Rodrigues, Leôncio Martins - 1934 , II.Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Agradecimentos

Adélia Martins, pelo acesso ao arquivo de teses da pós-graduação do Departamento de Ciências Sociais do IFCS/UFRJ; **Ana Mauades**, pela leitura dos capítulos 1-2, observações pertinentes sobre sua forma e sugestões para a finalização da Tese; **André Médici**, pelo crédito e incentivo; **Antônio Resk**, pelo depoimento; **Armando Boito Jr**, pela participação na banca do *exame de qualificação*; **Breno Altman**, pela discussão da crise do PCB e informações úteis para a tese; **Caio Navarro de Toledo**, pela participação na banca do *exame de qualificação*; **Carlos Ferreira**, pelo uso do computador no IFCS/UFRJ; **Carlos Nelson Coutinho**, pelas informações acerca da VO no exterior e cessão da Tese de Doutorado de Gildo Marçal Brandão; **Dayse Stepanski**, pelo crédito e incentivo; **Domingos Tódero**, pelo depoimento e fornecimento de documentos do CR/RS a custo zero para a pesquisa; **Eduardo Szajnbrum**, pela cessão de seu arquivo partidário pessoal; **Elina Pessanha**, pelo acolhimento na AMORJ; **Flávio Edler**, pela discussão do Projeto, do item 1 do capítulo 1 e sugestões sobre a finalização da Tese ; **Francisco Martinho**, pela orientação na fase de fixação profissional pós-Mestrado; ***Frei Chico***, pelo depoimento; **Gisálio Cerqueira**, pelo crédito; **Givaldo Siqueira**, pelo depoimento; **Hamilton Amorim de Lima**, pelo indispensável apoio financeiro e material; **Henrique Garcia**, pelo fundamental suporte tecnológico, cessão de sua biblioteca e esclarecimentos acerca do arquivo secundarista do PCB; **Hércules Corrêa**, pelo depoimento para o projeto *"E Agora Partidão?"*; **Iracema**, pelo acesso ao acervo da AMORJ; **Ivan Pinheiro**, pelo depoimento e pelo acesso ao seu arquivo pessoal; **José Antônio Segatto**, pelo depoimento, fornecimento de documentos, discussão do Projeto, cessão de sua Tese de Doutorado, doação de seu livro sobre a história do PCB e hospedagem; **José Cândido**, pelo depoimento; **Leila Garcia**, pelo incansável apoio, inclusive financeiro; **Leôncio Martins Rodrigues**, pela orientação, compreensão quanto o alongamento da pesquisa e cessão da Tese de Doutorado de Dulce Pandolfi; **Lourdes**, pela colaboração na AMORJ; **Luís Carlos Azedo**, pelo depoimento; **Luiz Werneck Vianna**, pela ajuda na fase pós-Mestrado; **Lyndolpho Silva**, pelo depoimento; **Marcos Jaimovich**, pelo depoimento e contatos; **Marcos Miranda**, pelo apoio ao projeto *"E Agora Partidão?"*; **Marcos Pansardi**, pela discussão do Projeto e hospedagem; **Marcos Periotto**, pela hospedagem; **Maria da Conceição**, pelo acesso à biblioteca da PUC/RJ; **Marise Barbosa**, pelo acesso à biblioteca do Banco do Brasil; **Mauro Lima**, pelo apoio ao projeto "E Agora Partidão?"; **Milton Temer**, pelo depoimento e material de arquivo; **Mônica**, pela atenção e acolhimento na AMORJ; **Olinta Teixeira**, pelo envio de material histórico do Deputado Roberto Freire sem ônus para a pesquisa; **Ramón dos Santos**, pelo envio de material histórico do Deputado Alberto Goldman sem ônus para a pesquisa; **Sandra Anflor**, pelo apoio técnico no uso do computador, apoio pessoal e ajuda financeira; **Sérgio Rui Barbosa**, pela cessão de seu arquivo pessoal; **Teodoro Melo**, pelo depoimento e a doação de livros sobre a história do PCB; **Yara Ramon**, pelo apoio financeiro; ***Zé Beto***, pelo depoimento e pela doação de seu belo livro sobre o ME.

Advertência

As indicações bibliográficas feitas ao longo do trabalho, nos *pés de página* e *notas de capítulo*, se referem aos **dados** utilizados, eximindo-se os autores das obras citadas das conclusões por mim tiradas, a não ser que o contrário seja expressamente afirmado.

Abreviaturas

AC (Assembléia Constituinte); añ-a (artigo não-assinado); CA (Centro Acadêmico); CC (Comitê Central); CCE (Comitê Central Executivo); CECC (Comissão Executiva do Comitê Central); CNO (Conferência Nacional de Organização); CSTR (Conselho dos Sovietes de Toda a Rússia); DCE (Diretório Central dos Estudantes); DP (ditadura do proletariado); FAP (Frente Antifascista e Patriótica); FD (Frente Democrática); FPA (Frente Patriótica Antifascista); FPCF (Frente Patriótica Contra o Fascismo); FU (Frente Única); gm (grifo meu); ggmm (grifos meus); i.a. (índice analítico); ISV (Internacional Sindical Vermelha); MCB (Movimento Comunista Brasileiro); MCI (Movimento Comunista Internacional); ME (movimento estudantil); MES (movimento estudantil secundarista); mmss (movimentos sociais); Pb (Partido bolchevique); PCb (Partido Comunista bolchevique); PCs (partidos comunistas); ú.p. (última página); VOC (Vigilância Operário-Camponesa); 1ªp. (primeira página).

Codinomes da VO[1]

• *Aldo Monteiro*/72, Luís Maranhão (?) • *Antônio Almeida*/70, Luís Carlos Prestes • *B. Cabral*/77. • *Edmundo Cerejo*/77, Ivan Ribeiro • *F. Silveira*/77, • *F. Teixeira*/77, Leandro Konder • *Fabrício Conceição*/72. • *Fernandes*/78. • *Frederico Cabral*/71. • *G. de Sá*/76-77, Mauro Malin • *G. Marques*/76, Carlos Nelson Coutinho • *J. Diniz*/76. • *J. Tinoco*/76-77, Aloísio Nunes Ferreira (?) • *Jaime Santos*/77. • *Josimar Teixeira*/77,79; Carlos Nelson Coutinho • *Lair Cordeiro*, L. Konder • *M. Silva*/77, Milton Temer • *Mário Motta*/77, Marco Moro • *Mário Oliveira*/75, Marcos Jaimovich • *N. Miranda*/77, Nilson Miranda • *Nicanor Fagundes*/77, Aloísio Nunes Ferreira • *Nicanor Gonçalves*/77. • *Norberto Telles*, Carlos N. Coutinho • *P. Gonçalves*/76-77, Antônio Carlos Peixoto • *Rodrigo Araújo*/71. • *S. S.*/71. • *Sérgio Gimenez*/77, Sérgio Moraes • *Simão Bonjardim*/71, Renato Guimarães (?).

Observações

A numeração simples, acima de um palavra, indica uma *nota de pé de página*. A numeração entre colchetes indica uma *nota de capítulo* localizada ao final do respectivo. O asterisco indica uma observação dentro da nota, e uma letra entre parênteses um adendo à esta observação.

A bibliografia e as fontes, indicadas no *pé de página* ou na *nota de capítulo*, vêm por extenso na primeira citação; nas posteriores aparece abreviada. Sua localização deve ser feita usando-se o nome indicado em combinação com a data assinalada (em caso de datas iguais para o mesmo autor, será adicionado, ao lado da data, um distintivo entre parênteses). Documentos e publicações serão abreviados

1. Fontes: Carlos Nelson Coutinho e Givaldo Siqueira.

nas citações posteriores, exemplo: Voz Operária/1978..., VO/78...; Nota Eleitoral de Maio da CECC/1978..., N.El.Mai./78... . Quando o documento **não for** de um organismo vinculado ao CC, constará da abreviatura a sigla do estado ou município a que pertence. No caso dos periódicos a indicação da página virá entre parênteses ao lado do número do exemplar citado. Os codinomes encontram-se no começo da lista bibliográfica e de fontes.

A referência poderá ser indicada, em caso de repetição seqüencial, por "id.", caso se refira ao autor e à data da edição, ou por "ibid.", caso a referência seja completa.

Quando uma informação devida a uma fonte não vier acompanhada da referida indicação, deverá ser buscada no parágrafo seguinte.

As citações literais estão entre aspas, enquanto as não-literais estão em *itálico*. Em *itálico* também estão as palavras em língüa estrangeira, as deslocadas de seu uso habitual, nomes de publicações, títulos de artigos/livros (entre aspas) e codinomes. Em **negrito** estão as palavras que se quer destacar.

No caso de grifagem posterior, ela será indicada entre parênteses, ou colchetes, quando se referir a uma página específica (localizada ao lado da indicação) e depois de ponto-e-vírgula (;) quando a referência for geral.

Programas/Plataforma

Editor de texto: FullWrite 1.7 (Akimbo Systems/USA).

Banco de dados: HyperCard 2.1 (/USA).

Editor de fotos: Abaton 1.0/PageMaker 5.0 (Aldus/USA)

Plataforma: Macintosh LC 475 – Systems 7.5 (Apple Computer/USA).

Capa

Índice

Introdução – O Colapso Invisível 10

1- Abordagem 12

2- Auto-Imagem e Auto-Ilusão 14

Notas 21

1ª Parte - A História 23

Capítulo 1 - Os Pressupostos do Declínio 24

1- As Fontes Ideológicas 24

a) raízes nacionais 32

b) formação cosmopolita 37

2- A Formação e a Adequação (1922-30) 59

3- A Evolução *Prestista* (1931-64) 77

a) fase revolucionária 79

b) fase reformista 88

c) *aggiornamênto* em 58 101

Notas 112

2ª Parte - O Declínio 138

Capítulo 2 - O Crepúsculo do Comunismo Brasileiro 139

1- A Autocrítica (1965) 141

2- As Expectativas Alvissareiras (1966-74) 155

a) *reaggiornamênto* em 67. 156

b) distanciamento dos movimentos sociais. 160

c) otimismo com relação à redemocratização. 165

3- As *Quedas*, o Desterro e a Inclinação Democrática (1975-76) 173

a) recuo em meio a novas possibilidades. 177

b) dissimulação e sinais de uma nova hegemonia no CC. 190

Notas 194

Índice

Capítulo 3 – O Ocaso na Transição 223

1- A Emergência de Uma Nova Realidade (1977-79) 223

a) mobilização estudantil. 229

b) greves operárias. 238

c) reformulação partidária. 256

2- A Luta Interna (1980-82) 267

a) dissidência *prestista*. 270

b) ascensão e queda do *eurocomunismo*. 281

c) consolidação do *centro* dominante. 285

3- A Transição Pactada (1983-84) 289

a) mudança no eixo da luta. 292

b) corolário na política sindical. 298

c) novas bases da *unidade*: rechaço ao PT. 317

d) construção da Aliança Democrática. 328

Notas 337

Conclusão - A Crise de Identidade na Raiz do Colapso 378

1- A *Âncora* Operária 381

2- A Construção Reformista 389

a) luta, compromisso e poder. 394

b) questão democrática. 407

3- O Aparelho Anti-Democrático 423

4- A Quem Serviu o PCB? 434

Notas 446

Bibliografia & Fontes de Pesquisa 466

Índice Analítico 482

À Sandra Anflor,

pela infinita compreensão e o eterno apoio.

"Uma coisa pode ser verdade, embora não seja bela nem sagrada nem boa". (Max Weber)[2]

"Para as gerações atuais (...) prioritário é o estudo crítico das tentativas e das derrotas da esquerda. Nenhuma complacência se admite (...) se não quisermos o triste privilégio da infindável repetição dos erros". (Jacob Gorender)[3]

"(...) Para produzir, os intelectuais e os artistas são obrigados a atender às exigências novas do presente através da reelaboração – necessariamente crítica *– do material ideológico legado pelas gerações precedentes". (Leandro Konder)*[4]

"Para a esquerda, esta é uma hora de refundação. (...) O entendimento da história do comunismo brasileiro (...) talvez seja um modo de libertar o presente dos fantasmas do passado." (Manoel Palácios)[5]

2. Apud [Galvão, Luís Alfredo /1975] p. 26.
3. [Gorender, Jacob /1987] p. 250.
4. [Konder, Leandro /1967] p. 139.
5. [Palácios, Manoel /1991] p. 198.

Introdução

O Colapso Invisível

Resolvi estudar o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1989 não só porque havia militado nele por 9 anos – fora os 3 em que fui simpatizante –, como também porque enxergava na nova esquerda brasileira, organizada em torno do PT, potencialidades que pareciam embotadas por uma tradição política, reivindicadamente marxista, que parasitar-lhe as energias. O processo de superação do comunismo no Brasil se deu, como em quase tudo neste país, sem que uma reflexão histórica profunda fosse feita a este respeito. No mais das vezes, pensava-se que o fim do PCB implicava no fim do movimento comunista brasileiro (MCB) e, pior, no fim da influência da cultura *marxista-leninista* sobre a esquerda e sua base social, subestimando-se as múltiplas formas que este movimento e esta ideologia assumiram em décadas de ativismo político e cultural no país.

O fim do movimento comunista internacional (MCI) significou, de fato, a deslegitimação deste discurso teórico e desta prática política em relação às bases sociais que o sustentavam, mas isso, por si só, não impede que continue vicejando sub-repticiamente no interior dos partidos de esquerda e nos movimentos culturais e sociais historicamente submetidos à sua influência. Isto acontece porque a cultura da esquerda foi profundamente marcada pelo comunismo e não precisa de seus símbolos mais evidentes para continuar influenciando, ou mesmo guiando, parcelas ponderáveis da nova-velha geração – termo usado pela Senadora Marina do AC para designar os ativistas estudantis dos anos 70 – ou da juventude ativista. Em outras palavras, aquilo que Agildo Barata, em 1957, designara como um "trambôlho histórico"[6], e que nem por isso deixou de influenciar, pode assumir agora a fantasmagórica forma de um *trambolho histórico invisível* e, por isso mesmo, menos perecível.

***

Com esta pesquisa procurei determinar as causas *endógenas* do fracasso político, e conseqüente desaparecimento, do PCB nos anos 80-90. Para tanto, tive que recuar à fundação do partido e, mesmo, ao episódio *exógeno* fundamental de sua posterior constituição identitária: a Revolução Bolchevique.

Tamanho recuo me consumiu 1 ano de pesquisa bibliográfica e algumas horas de depoimentos sobre o assunto, mas me possibilitou precisar a constituição matricial do comunismo brasileiro; muitas

6. Apud [Peralva, Osvaldo /1960] pp. 322/341.

vezes tratado como mero reflexo do expansionismo intrínseco ao MCI, ou como simples evolução do proletariado brasileiro diante da intensificação do processo industrial e da crise do anarco-sindicalismo. A partir deste estudo, foi possível determinar o caráter *híbrido* do MCB, mas nem por isso ambíguo, e desmistificar a idéia da *pureza original* deste movimento – em parte, seguindo a trilha aberta por Leandro Konder ao focar o desenvolvimento do marxismo no Brasil – quando sob a direção de Astrojildo Pereira nos anos 20.

Também pude, me valendo dos estudos de Manoel Palácios e Leôncio Martins Rodrigues sobre o tema, com mais precisão, discutir o impacto da invasão *tenentista* no partido nos anos 30 e durante toda sua existência. Seguindo o raciocínio de Palácios, muito próximo ao de Luís Werneck Vianna, e de Rodrigues foi possível mostrar como a liderança do mais radical dos *tenentista*, Luís Carlos Prestes, e de toda cultura revolucionária da classe média militar brasileira, pode ocupar com relativo sucesso o lugar do movimento proletário nacional constituindo uma *fusão* de perspectivas que parecia fadada a perdurar pelos tempos afora. A partir desses autores, e estudando toda a trajetória do partido, pude concluir que a esquerda brasileira, da qual o PCB era seu núcleo mais importante, foi, essencialmente, a reprodução dos *quadros* e dos modos de se fazer política dessa camada social, não obstante a designação de *pequeno burguês* fosse pejorativa no movimento e a origem social de classe média não exatamente um motivo de orgulho.

Trabalhando com base nessas importantes definições quanto à identidade do PCB, tornou-se-me compreensível sua constante movimentação pela renovação a partir da 2ª metade dos anos 50 sem cair prisioneiro da tradicional visão doutrinária que tomava tais oscilações, de resto naturais em qualquer partido, como desvios de rota. A idéia de José Antônio Segatto de uma renovação inconclusa como método da coalizão hegemônica no partido ganhou, assim, um melhor uso ao se ligar à compreensão de sua constituição genética, afastando-se de uma interpretação meramente instrumental.

O choque *kruschovista* de 1956 e seu reflexo sobre o MCB, discutido por Raimundo Santos no momento em que o MCI vivia seu último suspiro de esperança, pode ser visto para além de suas conseqüências imediatas, ou seja, como a derradeira renovação ideológica partidária que nortearia o partido até sua transformação em Partido Popular Socialista (PPS) nos anos 90, na esteira da queda do muro de Berlim e dissolução do império soviético. Há evidências de que a preservação de 1958 como marco paradigmático da modernização partidária, coincidente com a perpetuação das lideranças que participaram daquele processo nos anos 60-90, é um elemento crucial para o entendimento do imobilismo dos dirigentes diante da prolongada crise vivida desde 1964.

Os outros 2,5 anos de pesquisa foram devotados ao entendimento do período pós-64, objeto propriamente desta Tese. Aqui, me vali, basicamente, da pesquisa de jornais, leitura de documentos e

depoimentos de dirigentes e militantes partidários. Quanto aos jornais, centrei-me em 5 publicações diretas e indiretas do partido (*Novos Rumos*, *Fato Novo*, *Voz Operária*, *DCB* e *Voz da Unidade*) que me possibilitaram devassar sua alma e alguns de seus segredos mais bem guardados, como a política de infiltração nos quartéis em 1970. A lacuna ficou por conta da dificuldade de acesso às VOs dos anos 1964-74[7].

Quanto aos documentos, concentrei-me naqueles formulados pelo CC e pela CECC, secundariamente me socorrendo nos dos CEs mais importantes. Já nos depoimentos, que perfazem 26 horas de gravação, foram ouvidas 14 pessoas entre dirigentes do CC, dos CEs, 1 deputado estadual paulista, lideranças sindicais, ex-lideranças estudantis e intelectuais com papel de assessoria aos dirigentes mais destacados. Alguns personagens centrais na história recente do partido não puderam ser ouvidos (Armênio Guedes, Marco Antônio Coelho, Salomão Malina, Geraldo Rodrigues dos Santos, José Sales, David Capistrano Fº, Moaçyr Longo e Arnaldo Gonçalves), quer pela dificuldade de acesso quer pelo motivo financeiro já apontado acima. Os depoimentos obtidos, complementados por outros realizados por terceiros, preencheram a lacuna deixada por parte da VO, além de acrescentar informações específicas que trazem à público alguns segredos do partido.

1- Abordagem

Tomei como inspiração para minha abordagem historicista do PCB a definição de Umberto Cerroni sobre o partido político, que, para ele, assim como a revolução, "é essencialmente uma operação sobre o presente" e, portanto, compreensível apenas a partir da análise de sua práxis. Por práxis entendi a ação pensada de um sujeito determinado sob condições que lhes escapam do controle, portanto, descartando o viés da historiografia tradicional, criticada por Emília Viotti da Costa, que "afirma a autonomia da ideologia em relação às demais práticas sociais" conferindo-lhe "prioridade sobre a ação política, subordinando totalmente esta àquela". Deste modo, pude matizar o comunismo brasileiro face à sua identidade genérica, muitas vezes percebida como mítica, separando-o do pensamento marxista e leninista com o qual sempre procurou se identificar. Por outro lado, evitei o extremo oposto, também critica do por Costa, que "subordina mecanicamente as ideologias ao movimento das classes sociais". As idéias aparecendo "como posteriores à prática, como *produtos* (...) de realidades externas (...) que as antecedem"[8].

7. A UFRJ tinha os microfilmes desse período, mas não a máquina que possibilitasse sua leitura, enquanto a UNICAMP possuía ambos mas ficava fora de cogitação em função da minha indisponibilidade financeira*.

* Dos 3,5 anos de pesquisa apenas 1 foi financiado, o restante foi custeado pelas economias de meus familiares.

8. [Cerroni, Umberto /1982] p.48. [Costa, Emília Viotti da /1987] pp. 129/130.

Palácios também chamou a atenção para o problema em sua Tese:

> "a historiografia do comunismo é, de modo geral, vítima de uma falácia: a crença no marxismo como uma doutrina dotada de significação unívoca e universal, associada ao desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, e fundamento de um modo específico de conhecimento da realidade social. Acredita-se que, independentemente de tradições culturais e contexto social e político, o marxismo, enquanto ideologia, assume os mesmos significados. De fato, reitera-se a própria convicção dos PCs. O simples fato de sua existência marcaria uma ruptura, correspondente à entrada em cena de uma nova idéia e de uma nova classe".
>
> "Este tipo de crença constitui um obstáculo à investigação do papel desempenhado pelos comunistas no processo de modernização da sociedade brasileira e de constituição dos sujeitos e da cultura política modernos. Pois, se é verdade que o marxismo encontra-se associado (...) às tensões da modernização e às estratégias das classes subalternas nestes contextos, não deriva daí construções ideológicas semelhantes (...)".
>
> "Em particular, naquelas sociedades em que os comunistas exerceram papel relevante, mas a promessa revolucionária permaneceu muito distante, a referência ao marxismo (...) corre o risco de se transformar num véu (...) Tudo submerge na zona cinzenta do que não aconteceu e poderia ter acontecido. Há uma irresistível vocação doutrinária a autocrítica na historiografia marxista do PCB"[9].

Para mim, o historicismo não se configura como uma epistemologia morta no que tange ao debate das idéias na atualidade, mas uma abordagem que, permitindo acercar-se com precisão do objeto, abre, como diz José Honório Rodrigues, a história para o olhar "correspondente à compreensão humana do presente", pois "são as inquietações (...) presentes que levantam as perguntas (...) que se devem fazer aos velhos documentos". "Sem a formulação do presente, o passado é morto"[10]. Esta compreensão, todavia, não implica na subsunção da história à política, que é pura ação sobre o presente, tal como fizeram os *eurocomunistas* no Brasil em seu esforço por uma história oficial renovada[1]. Uma história oficial é sempre oficial e não pode ser confundida com a atividade científica, que deve evitar as ideologias no sentido filosófico do termo.

Os limites da esquerda na análise de sua própria história ampara-se na reafirmação de sua própria ideologia como uma necessidade irrevogável. A recorrência "ao método marxista" para auto-avaliar-se não era, como pensava Fernando Claudín, uma impossibilidade apenas do stalinismo, porque "teria que começar por se auto-liquidar", mas de grande parte da esquerda que, às vezes grosseira ou sutilmente, apresenta todos os males que a afligem como extrínsecos, uma agressão vinda de fora Leon

9. Palácios/91, pp. 7/8.

10. Apud Mauro Malin e Milton Freitas; in VU/80, nº 54 (7).

Trótsky, pela sobrevida que teve após a completa degeneração da Revolução Bolchevique, foi um dos mais eloqüentes exemplos disso ao observar que o fracasso da revolução ocidental, e da anti-stalinista, provaria que o *marxismo revolucionário* fora *legado ao reino da utopia pela história*, mas sem deixar de reafirmar a visão catastrofista de que estaríamos, por isso, entregues à "barbárie" e ao *recuo a uma* ***resistência moral*** baseada num "novo programa mínimo":

> "os resultados dessa prova terão indubitávelmente um significado decisivo para a nossa avaliação da época moderna como a época da revolução proletária. Se a Revolução de Outubro (...) não conseguir se estender a algum país avançado; e se (...) o proletariado for obrigado a recuar em todas as frentes – então **teremos indubitavelmente de colocar a questão da revisão** (...)".

Ela consistiria em reconhecer a "incapacidade congênita do proletariado de se tornar classe dirigente", o equívoco da avaliação do stalinismo como "Estado operário degenerado", e admitir "que o **programa socialista**, baseado nas contradições internas da sociedade capitalista, terminou numa **utopia**", mas nada falava sobre a natureza mesma do sistema capitalista, talvez satisfeito com a crítica marxista do século passado[11].

Isto é particularmente embaraçante se compreendemos, como JM Domenach, que "não parte de fora, mas está dentro da ação revolucionária a fatalidade que só aparece no momento do desastre", e explica porque "(...) estas estruturas e práticas de formulação política não foram, até hoje, suficientemente criticadas e superadas, passadas quase três décadas de seu primeiro grande questionamento: os debates de 1956-57 (...)", como constata Raimundo Santos. A questão, aponta o autor, teria que ser investigada na *formação ideológica do comunista*. Minha investigação tangencia a questão no 1° capítulo, mas se empenha mesmo para trazer, como quer Santos, "esse tipo de questão para o interior do modo de ser do PCB" avaliando "a natureza do marxismo-leninismo então abraçado pelos comunistas brasileiros"[12].

2- Auto-Imagem e Auto-Ilusão

Os comunistas sempre foram permissivos no que tange ao reconhecimento de seus erros. Mais importante do que identificá-los e discutí-los era preservar a si e aos seus dos *ataques do imperialismo*. A falta de percepção crítica sobre si próprios, no entanto, não deriva apenas do impulso de manutenção do poder sobre o aparelho partidário e do fervor religioso da ideologia comunista[2], mas

11. Claudín/86, p. 559. Apud Salvadori/86, pp. 319/321/334; ggmm.

12. Apud [Detrez, Conrado /1968] p. 109. Santos/88, p. 29.

também da perspectiva de tomada do poder de Estado, nada remota nos anos 30 depois da adesão de Prestes ao comunismo – ainda em seu exílio latino-americano[13]. Diante disso, as lideranças do MCI, segundo Claudín, depositariam "grandes esperanças no partido brasileiro" – "comentava-se que 'o Brasil pode ser, logo, a Rússia da América'"[14] – o que foi fundamental para sedimentar estas expectativas internas. Este fenômeno foi, mesmo quando o poder se encontrava inatingível, o mais poderoso inibidor do exercício da crítica pelos militantes e, sobretudo, pelos intelectuais que circundavam a cúpula dirigente.

Os intelectuais, que tiveram um papel de destaque na primeira fase do PCB, depois de estigmatizados pela campanha de *proletarização*, que culminou com a queda do grupo de Pereira, teriam suas funções internas severamente limitadas. A partir dos anos 30, o stalinismo submeteria os intelectuais ao papel de meros propagandistas da *linha justa* elaborada pelos *verdadeiros intelectuais*, ou seja, os dirigentes – mais particularmente, como nos lembra Berenice Cavalcanti, os ligados ao círculo *prestista*. Havia forte anti-intelectualismo no círculo *prestista*, a partir, sobretudo, de Prestes, Arruda Câmara e João Amazonas. Para eles, usando palavras de Pedro Pomar, ligado ao grupo, os intelectuais teriam por função *esclarecer a linha política*, a qual está "subordinada, não aos desejos fortuitos de cada comunista, mas a uma **realidade material objetiva**, interpretada segundo a ciência do marxismo-leninismo". O intelectual, portanto, era o ideólogo-propagandista de uma *ideologia científica* cuja fabricação não dependia dele, estando inscrita na própria organização. Como nos lembra Rodrigues, este é um dos elementos explicativos mais importantes para a ausência de um debate teórico no interior do PCB, e estava de perfeito acordo com a noção de teoria exposta por Joseph Stálin em seu elogio o CC do PC alemão: "dizem que o atual CC não brilha por seus conhecimentos teóricos. Bem, desde que a política seja justa, pode-se progredir até **sem** conhecimentos teóricos"[15]. Isso marcaria o partido por toda a sua vida[3].

As vítimas deste processo são muitas e as mais perseverantes puderam, muitos anos depois, superar o isolamento a partir do desgaste do *prestismo*. Foi o caso de Alberto Passos Guimarães que se opusera nos anos 30 à deflagração da insurreição de 1935 e que anos mais tarde, no final dos anos 50, seria reabilitado se tornando um dos mentores da política democrática do PCB, não sem antes ter amargado uma expulsão, no bojo de uma luta pessoal, que lhe obrigaria vender sabonetes para sobreviver na clandestinidade, o que facilitou bastante sua prisão em 1938[16]. O caso dele é exemplar em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque mostra que fora da obediência não pode haver convivência e, em segundo, que sem convivência não pode haver existência, quer política ou mesmo

13. Prestes, fora despertado para sua *missão histórica* pelos contatos que Pereira, Leôncio Basbaum e os comunistas latino-americanos estabeleceram com ele durante seu exílio em La Paz e Buenos Aires.

14. Apud Claudín/86, p. 332.

15. Apud Cavalcante/86, p. 133/174; gm. Guimarães/82, p. 30. Rodrigues/83, p. 434. Apud [Konder, Leandro /1988] pp. 37/39; gm.

16. Guimarães/82, pp. 10/13/14.

material. Desde então, por muitos anos, romper com o partido significava um duplo castigo: a perda da identidade crítica e o ostracismo, que dependendo do grau de inserção partidária e da conjuntura política podia significar penúria material. A reabilitação, jamais retirada do horizonte de qualquer renegado, exigiria, por outro lado, um necessário silêncio obsequioso.

Aquilo que já estava posto desde a fundação do partido agora se explicitaria completamente: crítica era o espaço da dissidência e não do aperfeiçoamento interno. Nos momentos críticos, como após a cassação do partido em 1947, a dissimulação discursiva chegava ao auge como observamos na rudimentar e, posteriormente, tão imitada interpretação de Maurício Grabois, membro do CC, sobre o problema da redução do contigente partidário de 200 mil, em 1945-46, para 20 mil naquele momento : "o partido estreitou sua ligação com as massas". Em maio de 1957, em plena crise do stalinismo, fenômeno semelhante se verificaria com Bento da Gama – aliás, didaticamente expressando o único pensamento cabível dentro do modelo propagandístico do comunismo – ao comentar o impacto das denúncias do XX CONGRESSO do PCUS:

> "não há crise nem sequer prenúncio de crise no PCB nem nos outros partidos irmãos. Pelo contrário, estamos assistindo a um **progresso imenso**, a um verdadeiro *sopro renovador* que envolve o partido, firmando-se cada vez mais sua unidade interna (...) limpando os desvios de esquerda e de direita (...) eliminando o *culto à personalidade*"[17].

Diante disso os intelectuais se portavam com complacência ou submissão. O partido, assim, incapaz de abordar criticamente seus erros, apenas poderia tornar-se uma organização para si mesma. Estava interditado a ele a realização da auto-imagem que propagava-o como uma organização, para usarmos palavras do dirigente nacional Antônio Granja em 1981, "que vive, estuda, acompanha e se emociona com os problemas da classe operária (...)". Ademais, repunham-se constantemente as explicações casuísticas produzidas pelos dirigentes, não obstante seu evidente desgaste. As "falhas e deficiências" do PCB eram sempre devidas às "concepções errôneas, **alheias à nossa ideologia**" que conviviam "com concepções corretas, marxistas-leninistas"[18]. Era assim que o CC balanceava a história partidária em novembro de 1973.

Problemas gravíssimos eram colocados como se tratassem de meros apêndices e resolvidos rápida e sumariamente para alimentar um otimismo baseado em certezas apriorísticas, como vemos no balanço de *Jaime Santos* sobre os 10 anos do VI CONGRESSO, em dezembro de 1977, na VO:

> "um grande problema que ele não resolveu (...) é o relativo à preparação do Partido para atuar nas **condições da ditadura** de modo a trilhar o caminho da **resistência de massas**. O VI

17. Konder/80, p. 94. Peralva/60, pp. 309/390; gm.

18. Granja/81, p. 9. Res. Org. Nov./73, p. 224; gm.

CONGRESSO (...) não soube abordar positivamente os problemas no terreno da organização".

"A herança do VI CONGRESSO (...) projeta-se no futuro indicando o rumo da formação de um grande partido popular-nacional. As raízes desta potencialidade encontram-se numa luta que se trava desde o fim da II Guerra Mundial (...)"[19].

Afinal, o que significava tal herança se ele não resolvera o nó górdio da existência partidária sobre a ditadura? E porque reduzir uma importante e complexa questão política, a do desenraizamento do partido nos movimentos sociais, a um problema meramente organizativo depois de 9 anos de intenso e difícil trabalho?

Mesmo frágeis, todas estas explicações foram suficientes para embalar uma relativa renovação partidária nos anos 70 e um otimismo que se irradiou pelos anos 80 à dentro, a ponto de historiadores revisionistas, como Santos, acreditarem, em 1988, às vésperas da *débâcle* total do comunismo, que "o papel ativo das massas no processo político não seria (...) uma mera frase para ser repetida, mas um reconhecimento que (...) pode ainda converter-se no pilar básico da orientação prática do PCB". O sonho de uma nova 1945-46, revivido por Moisés Vinhas em 1982, após o *racha prestista*, na perspectiva de uma *renovação democrática* e por Vianna, já fora da organização em 1984-85, com vistas ao aprofundamento da *frente democrática* – "atingir o social e o nacional pelo desenvolvimento da frente democrática" –, rondava os *pecebistas* como um fantasma, assim como o mito do partido surgido do "ventre das lutas operárias". O relativo "vigor" e "viço dos anos 1978 à 1980" levava Vianna a abrir as portas da ilusão para seus seguidores ao tentar "disputar, para ganhar, a hegemonia no campo comunista" quando este já se esvaziara em grande medida de sua dimensão histórico-política. A perplexidade de Vianna, e outros intelectuais comunistas, diante do paradeiro do partido explica estas apostas ingênuas e as saídas *voluntarista* intentadas. Para ele, o PCB fora *o partido que* ***melhor compreendeu a resistência*** e assim mesmo definhava a cada passo que esta dava na *direção previamente apontada*[20].

O PCB, nos 2 anos seguintes, encontraria-se indisfarçavelmente envolvido num clima euforia em função da sua legalização, que significava, finalmente, a possibilidade de institucionalizar o partido, o que era considerado, para usarmos uma definição do historiador Evaristo Giovanetti em sua análise sobre o PCB em 1946, "como um pré-requisito para que (...), a partir de seu relacionamento com a classe operária e os demais segmentos sociais, (...) corrigisse alguns erros e distorções que persistiam no plano da análise teórica (...)". O dirigente nacional Takao Amano exemplifica com precisão este estado de espírito em 1985:

19. In VO/77, nº 141 (8); ggmm.

20. Santos/88, p.16. Vinhas/82, p. 253. Vianna/86, pp. 145/216/224/225.

> "ainda existe a indústria do anticomunismo, com métodos que são mais sofisticados. (...) Mas as coisas têm sido muito mais fáceis do que esperávamos. Temos condições de crescer com muita rapidez. O maior perigo já é o inchamento do partido. Vem tanta gente que não sabemos o que fazer com ela".

As *chapas vermelhas*, lançamento de candidatos próprios aos postos legislativos, são esperadas como um grande sucesso nas eleições de 1986, mas em SP obtêm apenas 120 mil votos e não consegue eleger ninguém. Apenas em Brasília, Recife e Bahia conseguem algum êxito[21]. Os *pecebistas* pareciam impotentes diante de seu crescente isolamento refugiando-se num passado marcado para não se repetir. É certo que a cúpula não sentia em toda sua profundidade o isolamento a que estavam submetidos os militantes, em função da acolhida que tinham no PMDB, mas isto não justifica a relativa calmaria interna. Na verdade, faltavam intelectuais dispostos a expressar com crueza o tamanho da crise, seja por índole – como os cordiais *eurocomunistas* radicados no Rio –, seja por serem os maiores defensores do refúgio em que se enquistaram os dirigentes nacionais, seja por serem prisioneiros da visão de que fora da estrutura nenhuma crítica seria possível ou eficaz.

O fracasso eleitoral pós-legalidade não foi capaz de reverter a postura histórica que estamos discutindo. No vácuo de uma saudável luta interna prosperaria entre os *pecebistas* a idéia de um movimento do tipo *socialismo ou barbárie*, ou seja, ninguém estaria apto para encaminhar a luta de classes no sentido crítico, como fica claro com o dirigente nacional Hércules Corrêa: "se o Partido não se organizar para tanto (para definir o embate de classes favoravelmente ao proletariado), a consciência socialista em nosso país vai ficar marcando passo, porque outras forças ocuparão este espaço"[22].

O partido, no entanto, já estava em decomposição e nem a lufada *gorbacheviana* seria capaz de detê-la. Entre os da nova geração, que haviam restado do *viço dos anos 1978-80*, o CC era tido como o *maior obstáculo* para que os comunistas pudessem fazer política a ponto de seus membros serem tachados como *alienados diante da realidade* e desafiados pela recusa de se levar sua orientação a cabo, como o faziam Jorge Mariel[23], Lígia Bahia, eu mesmo e muitos outros aqui no Rio.

O último grande lance estratégico tentado pelo CC depois do VIII CONGRESSO, onde ocorreu uma forte abertura para novos membros, visando explorar os últimos resquícios de otimismo, foi a pregação pelo Novo Bloco Político, articulação comandada por Jarbas de Holanda visando substituir a aliança preferencial com o PMDB pela aliança com o PSDB, que estava sendo formado. O tiro, no entanto, sairia pela culatra abrindo as portas para as alianças regionais com o PT e o abandono da

21. Giovanetti/86, p. 185. [Amano, Takao /1985] p. 73. Segatto/92.

22. Corrêa/87.

23. Garcia et alii/87.

candidatura de Ulisses Guimarães pelo PMDB em proveito da candidatura de Roberto Freire, que despontava como a nova liderança do PCB[4] com o apoio de Holanda. Apesar de ter galvanizado apoio em algumas parcelas das camadas médias das capitais durante o processo eleitoral, Freire não se livrou da concorrência de Lula e Guimarães pelos votos dos comunistas, não obstante ter obtido um razoável nível de consenso na cúpula partidária ainda ativa[24].

O resultado destas tentativas tardias de renovação acabaram convergindo para o grande fracasso do IX CONGRESSO, quando a abertura do congresso para os não-filiados explicitou o isolamento do velho *partidão* – em SP eles representaram 2% dos delegados[25], enquanto no Rio atraiu apenas o caricato MR-8 – acirrando ainda mais a disputa interna pelo comando de uma máquina burocratizada e em decomposição[26]. Até os últimos instantes, Salomão Malina, que substituíra Giocondo Dias na Secretaria-Geral depois de sua morte, manobrara no sentido de preservá-la[27], admitindo a abertura do IX CONGRESSO aos não-filiados apenas quando ficara claro seu pequeno peso. O próprio congresso fora adiado, com seu apoio, do 1° semestre de 1990 para o 2° e daí para 1991, tendo sido realizado em maio, com vistas a enfraquecer o furor revisionista que tomara conta da URSS e se refletira na campanha de Freire. Os adiamentos, no entanto, apoiados pela *esquerda* – que, através de Ivan Pinheiro, chegaria a apresentar uma nova proposta de adiamento, agora rechaçada – se possibilitaram a atenuação da crítica revisionista – a menção ao "protesto social" na queda dos regimes do leste fora substituída por "processo social"[28] –, também ofereceram a oportunidade para os *ortodoxos* endurecerem na luta pela *restauração dos princípios*, a ponto de obrigar Malina a passar por cima das fórmulas unitárias de composição das direções e, ao final do congresso, praticamente *nomear* Freire presidente do PCB, numa eleição por *aclamação* claramente duvidosa e sob os protestos dos mais extremados.

As manobras visando a unidade partidária se esboroariam no ano seguinte, com a criação do Partido Popular Socialista, que provocou a (2ª) *refundação* do PCB em protesto contra *a quebra do caráter comunista do partido* e sua transformação em *partido da burguesia despreocupado com o movimento de massas*, segundo palavras do histórico Lyndolpho Silva que, mesmo assim, decidira por permanecer no PPS constituindo um grupo *marxista-leninista* para se contrapor à liderança do ex-parlamentar *pecebista* paulista João Hermann[29] que, associado a Freire, fora um dos mentores do novo

24. Segatto/92.

25. Segatto/92.

26. No VIII CONGRESSO, o CC tinha 95 profissionais que se reduziram para 9 no IX, com congelamento de salário, corte de passagens aéreas, suspensão de viagens ao exterior e quebra da semanalidade da VU desde 1989. Não havia recursos sequer para o transporte dos membros do CC para o congresso de 1991. ([Azedo, Luís Carlos /1993])

27. A própria eleição de Freire na Vice-presidência do partido, no VIII, só foi possível depois que se impôs a Malina esta solução, demovendo-o de prosseguir na resistência por receio de ser colocado em segundo plano em função do prestígio público do Deputado pernambucano.(Jaimovich/93)

28. Segatto/92. Azedo/93. Jaimovich/93.

29. Silva/92.

partido.

A pergunta, em suma, que a Tese pretende responder, e que a historiografia *engajada* tocou apenas superficialmente, é: como os *pecebistas* chegaram a isto, depois de, aparentemente, terem entendido o papel da democracia na construção de uma nova sociedade, o que parecia destiná-los à retomada da hegemonia perdida na esquerda em 1964?

Notas

[1] A primeira tentativa de uma "história oficial" no pós-64 data de 1972 – e era mais avançada do que a elaborada nos anos 80 pelos *eurocomunistas** em alguns aspectos** –, quando o CC criou uma comissão especial para tratar do assunto. Dez anos depois, o livro *"PCB – Memória Fotográfica"*, sob a chefia de Segatto, segue a trilha anterior e chega a admitir a eliminação da militante Elza Fernandes nos anos 30 pelo partido – o que também seria feito por Prestes. ([Magnani, Silvia Ingrid L. 1983] pp. 8/12/15)

* O retorno dos exilados fez o CC acordar para a problemática da memória partidária não só em função da preocupação educativa com as novas gerações, como também pela possibilidade da abertura de uma disputa interna com os *prestistas*. Os *eurocomunistas*, ainda com grande prestígio na cúpula partidária e com forte militância intelectual, puxariam o projeto com textos na *Voz da Unidade* (VU), e os livros de Leandro Konder, Moisés Vinhas, as entrevistas de Pedro Del Picchia, e a coletânea das mais importantes resoluções partidárias do período 1958-78 feita por Marco Aurélio Nogueira. A seguir, os intelectuais mais próximos do *centrismo* editariam *Memória Fotográfica*, o livro sintético de Segatto, a coletânea de artigos de Hércules Corrêa no exílio, resgatariam a pesquisa de Nelson Werneck Sodré, e tocariam o projeto *Memória & História* do Instituto Astrojildo Pereira. (Segatto/92)

** Ver .

[2] Podemos dizer, como Louis Althusser, que a maioria praticava "a sua ideologia como se diz que um crente pratica a sua religião; não a conhecem". Isto fazia, nos lembra Herbert Marcuse, com que as fórmulas rígidas da IC, embora falsas, permanecessem sólidas por largo período perante seus aderentes: "(...) sua falsidade não as torna refutáveis porque ela jamais se verificam nos fatos imediatos, mas nas tendências, num processo no qual a prática (...) (fará) emergir os fatos desejados". (Apud Boito/91, p. 103. Apud [Pinheiro, Paulo Sérgio 1991] p. 14)

[3] Nos anos 70, sob crescente influência da via democrática para o socialismo, o partido tentaria rever esta postura mas sem conseguir superar a idéia anterior da inferiorização política do intelectual, como fica claro com Leandro Konder (*F. Teixeira*) em outubro de 77 na VO:

> "nós, comunistas, ao longo destes últimos anos, temos mostrado repetidamente como é profundo o respeito que nos inspiram os artistas e intelectuais; não nos passaria pela cabeça dizer a cada um deles **o que** deve fazer (e **como**...) em sua respectiva área de trabalho". "Mas nós (...) não podemos deixar de lembrar aos artistas e aos homens de cultura de um modo geral que eles também precisam de uma oposição política organizada, que deva lhes servir de bússula, para que o comportamento político deles não venha a ser instrumentalizado pela ditadura (...)". "Infelizmente os artistas e intelectuais, no nosso país, não estão suficientemente bem preparados para resistir a esse tipo de influência confusionista" (*as intrigas pessoais que visam o amolecimento do ânimo militante*).
>
> "Não podemos tolerar nem o comodismo dos omissos (...), nem os pronunciamentos subjetivamente talvez honestos porém objetivamente derrotistas e confusionistas que vêm sendo feitos por intelectuais de prestígio cujo **lugar natural** deveria ser ao nosso lado, na luta contra o fascismo, em defesa da democracia e da cultura".

Pelo lado da melhor intelectualidade *pecebista*, tampouco havia a disposição para uma rediscussão do papel do intelectual na política. Konder, criticando Karl Mannheim por seu entusiasmo "com as características específicas da intelectualidade", sustentava que, ao contrário do que supunha este autor, "a intelectualidade não é uma classe, no sentido em que o são o proletariado e a burguesia (...)", portanto, "os intelectuais não possuem uma *visão do mundo* própria": são apenas "os elaboradores (...) de *visões do mundo* (...) no campo da burguesia ou no campo do proletariado". Com isto Konder, talvez involuntariamente, reforçava a idéia de que fora do partido não haveria vida crítica para o intelectual. (In

VO/77, nº 139 (10/11); ú gm. Konder/67, p. 139)

[4] Freire pregaria em novembro 1990, na Câmara de Deputados, sob influência de Segatto, um "Novo Socialismo" que significasse "a supremacia da sociedade civil sobre o Estado". Para ele, agora, "de pouco ou nada adianta chegar ao poder (...) expresso pelo Estado, sem que tal acesso tenha como contrapartida (...) a organização do conjunto da sociedade". ([Freire, Roberto /1990] p. 4)

1ª Parte

A História

"(...) Só são fortes os lutadores que se apóiam em interesses reais, claramente compreendidos, de determinadas classes." (Lênin)

"A política ditada de Moscou tem a peculiaridade esterilizante de não ser nem revolucionária nem reformista - é abstrata e ineficaz." (Fernando Claudín)[30]

"O marxismo reduziu-se a alguns princípios elementares e rígidos, a um catecismo simplificado, a um conjunto de receitas práticas, cujo objetivo essencial é o de motivar a obediência no tocante à organização. Por certo, tal simplificação é necessária à amplitude nas massas: (...), como o catecismo da nossa infância. Mas a pobreza doutrinária atingiu o cume: a vida intelectual dos quadros é singularmente estreita, não se manifestando nenhuma atividade teórica e doutrinária verdadeira entre eles." (Maurice Duverger)[31]

30. [Claudín, Fernando /1986] p. 679.

31. [Duverger, Maurice /1987] p. 213.

Capítulo 1

Os Pressupostos do Declínio

Longe de buscar um *determinismo histórico* para o ocaso *pecebista* no pós-64, deve-se investigar as raízes históricas mais profundas dos vícios que induziram os comunistas a escolhas que os afastavam perigosamente de sua *base social* – ou os impediam de corrigir tal tendência errante. É na construção de sua ideologia, fortemente influenciada pelo *bolchevismo*, nas lutas para a conquista de um espaço próprio entre as forças de esquerda e no cenário político nacional, que localizaremos posicionamentos que, por seu caráter *definitivo*, incidirão com vigor, sub-repticiamente, muitos anos depois.

A distância entre a consolidação de uma certa mentalidade e sua manifestação, em contexto histórico completamente diverso, décadas após, torna-a uma verdadeira incógnita. Sem desprezar os novos determinantes que, sem dúvida, se somam na explicação da reincidência de velhas mentalidades, deve-se procurar *restaurar* a pureza de sua concepção original com vista à apreensão de suas propriedades imanentes, não imediatamente perceptíveis no contexto de seu reaparecimento. Em muitos casos, é verdade, estas características imanentes perderão seu *status* elucidativo para as novas causalidades, mas, mesmo assim, não deixarão de ser úteis como um conhecimento mais extenso sobre a origem de certos comportamentos.

Por outro lado, a discussão da matriz ideológica do comunismo brasileiro e da construção/evolução do PCB, tem em si a função de revisar a historiografia existente sobre o tema, pondo em questão até que ponto ela foi capaz de efetivamente contribuir para a compreensão do fenômeno enfocado.

1- As Fontes Ideológicas

A formação ideológica do PCB, como de resto de todos os PCs no mundo, é um fenômeno complexo constituído tanto por uma *tradição* **nacional** de crítica e luta contra o *status quo*, como por uma cultura **internacional** de mesmo valor – embora não de mesmo sentido, como veremos mais

tarde. O peso relativo das duas dimensões na determinação do *caráter* do PCB é motivo de profundas discordâncias. De um modo geral, os autores dividem-se entre os que defendem seu *caráter nacional* e os que propugnam sua *motivação* (alguns falam em *natureza*) *alienígena*; ambas caracterizações imbuídas de forte juízo de valor; seja positivo, como no primeiro caso, seja negativo, como no segundo. O velho debate *partido de raízes nacionais* x *partido guiado por Moscou* se caracterizou mais pelo ataque ou defesa oblíquos do comunismo brasileiro do que pela preocupação efetiva com o desvendamento da relação dialética, peculiar, entre a esquerda nacional e um movimento internacionalista que buscava enraizar-se nos meios nacionais a partir da *adaptação criativa* de sua doutrina revolucionária[1].

A historiografia comunista, como é natural, teve dificuldade em trabalhar com o tema, saltando aos olhos a fragilidade de seus pontos de vista. Michel Zaidán Fº, por exemplo, ao tentar precisar o papel da Internacional Comunista (IC) no desenvolvimento do PCB na primeira metade dos anos 20, agarrou-se ao aspecto formal da questão:

> "a aproximação dos comunistas brasileiros com o COMINTERN, neste período, foi mais um **ato unilateral** da parte deles que uma conseqüência dos esforços sistemáticos da Internacional em dirigir e controlar (...)".

Edgar Carone, o mais eminente historiador dessa vertente, por seu turno, sustenta a tese de que a causa desse fenômeno estava no despreparo da IC para enquadrar os PCs nos anos 20 e no fato dos brasileiros pretensamente não identificarem a revolução mundial diretamente com os interesses soviéticos – "sua inserção num movimento mais amplo (...) não lhe anulava a autonomia". Leandro Konder segue os mesmos passos:

> "a influência exercida pela IC consistia apenas no fato dela ter sido criada, no fato de ela existir e de ela **esperar** que os comunistas brasileiros se organizassem. O PCB não foi criado ela IC: foi criado por gente que atuava em nosso país, que se orientava em função da **nossa realidade**". "A inserção (...) no movimento comunista mundial lhe conferiria, assim, a almejada legitimação, sem lhe anular a autonomia".

A subordinação só é admitida para o período da ofensiva stalinista do final dos anos 20, sobretudo depois da destituição de Pereira (1930), como se a *proletarização* não fosse uma das possibilidades decorrente da própria *bolchevização* da esquerda mundial, operada por Lênin a partir de 19[2]. De fato, a iniciativa pelo reconhecimento internacional partiu dos brasileiros ainda no ano de fundação do PCB, em novembro/dezembro de 22, quando apresentaram seu pedido de ingresso ao IV CONGRESSO da organização revolucionária mundial. Todavia, fora a IC que incentivara a criação de um PC do Brasil. Em outubro de 21, foi enviado ao país um emissário com este objetivo que ficou conhecido como

cometa de Manchester – na verdade o mexicano Ramison, codinome *Watson Davis* –, que, segundo o militante anarquista Afonso Schmidt, se encontrou com Astrojildo Pereira para falar-lhe do interesse da IC no aparecimento de semelhante organização. No mesmo ano, formou-se o Grupo Comunista do Rio organizado por Pereira com o objetivo expresso de formar o PC nos moldes das *21 condições* de admissão da IC[3]. Deste grupo se originaria o PCB[32].

Ao contrário do que afirma essa historiografia, o empenho *pecebista* pelo reconhecimento não significa desinteresse da IC para **dirigir** e **controlar**. Demonstra apenas o quanto eles necessitavam da filiação internacional. Na verdade, fazia parte da estratégia de expansão dessa organização multinacional o empenho dos comunistas nacionais pela aquisição do *aprovo* da *vanguarda mundial do proletariado*. Tratava-se, antes de tudo, da formação de organizações fortes e coesas em torno da bandeira da revolução mundial – o que só seria possível, no caso dos países **sem** partido socialista (PS)[33], no bojo de lutas depuratórias que selecionassem nesses partidos nascentes os **mais fiéis seguidores dos princípios comunistas**[4] – e não da proliferação de organizações políticas quaisquer. Ademais, a problemática da subordinação a um centro dirigente estrangeiro não se restringe ao ato político de filiação a uma organização dirigente centralizadora mas, antes e sobretudo, à vinculação no plano ideológico. Os PCs recém-fundados procuravam não apenas a legitimação interna com o ato de filiação externa, como também a possibilidade de potencializar sua virtual ameaça ao sistema político-econômico contra o qual se voltavam. Era obtendo a *etiqueta*[5] revolucionária que conseguiriam impressionar o inimigo e conseguir adeptos naquele momento. Deve-se ter em mente que o bolchevismo era, e isso perdurou por décadas, sinônimo da *primeira revolução bem sucedida do proletariado*, exemplo inigualável de combatividade e *esperança de dias melhores para os pobres de todo o mundo*. De fato, o movimento comunista internacional (MCI) constituía-se numa ameaça real ao desenvolvimento capitalista em muitos países e seu poder de atração sobre os radicais era expressivo.

Mas, dadas as características do MCI[6], nem precisaríamos enveredar por esse caminho. A filiação à IC implicou, de *per si*, numa subordinação ***de fato*** e ***de direito*** ao *centro único da revolução mundial* até seu desaparecimento (1943). O próprio partido, de certa maneira, admitiria isso em 72, na VO, ao dar início à elaboração de uma história oficial, reconhecendo que as *condições* haviam sido "impostas pela IC". Vão até além, afirmando que o primeiro estatuto adotado pelo PCB era "simples adaptação dos estatutos do PCA (argentino)". Zaidán, e outros historiadores *engajados*, no entanto, consideram equivocada essa idéia da "subordinação político-organizativa" do PCB às "teses e resoluções oriundas" da IC nos anos 20,

"subordinação esta que seria responsável (...) pelo alheamento dos comunistas em face das

32. [Zaidán F°, Michel /1985] pp. 53-55; gm. [Carone, Edgard /1982] p. 91. Pinheiro/91, p. 31. [Konder, Leandro /1981]p. 57; ggmm. Konder/88, pp. 129/136.

33. Ou social-democrata (PSD).

> contradições específicas da formação social brasileira e pela (...) derrota política dos trabalhadores (...). Da minha parte, tenho procurado chamar a atenção (...) para o caráter enganoso (...) dessas conjecturas e para a especificidade teórico-política da elaboração dos comunistas brasileiros, em consonância, aliás, com a formação ideológica prévia dos nossos primeiros dirigentes comunistas e (...) a via (...) do capitalismo no Brasil"[34].

Os comunistas, de fato, tiveram uma política *específica* nos anos 20, mas isso, como já foi assinalado, não descaracteriza a subordinação à IC. Tal programa deve ser visto como um viés interpretativo das teses e dos debates desta, aos quais os brasilerios tinham acesso. Isso não significa que não haja méritos na política sustentada pelos *fundadores* do partido nesse período mas, tão somente, que nela não havia a originalidade teórico-ideológica atribuída por Zaidán. Não é gratuito que quando se criam as condições políticas – as ideológicas sempre estiveram presentes – no Partido Comunista (bolchevique) PCb para um comando mais efetivo sobre a IC[7], e desta sobre suas seções, tenha inexistido por parte de nosso suposto *marxismo nacional* qualquer reação digna de nota. É verdade que a resistência à avalanche stalinista no mundo todo foi pífia. PC nenhum naquela conjuntura logrou afrontar o MCI e barrar a *stalinização*. Porém, alguns, notadamente o PCI, foram capazes de preservar um espaço vital de autonomia sobre o qual desenvolveram, assim que a conjuntura o permitiu, políticas efetivamente nacionais, sobretudo após 56.

No Brasil, o *expurgo* de 30, que *varreu* os fundadores do PCB dos postos de comando sem que o partido sofresse qualquer *racha* significativo, patenteou a dificuldade para a preservação de um espaço vital semelhante que permitisse uma posterior e efetiva *nacionalização*[8]. Políticas nacionalistas foram implementadas pelas direções posteriores, mas não é disso que se trata. O problema está em **como foram produzidas** e qual foi sua eficácia, ou sua adequação, em relação ao meio. Sem consciência da importância estratégica da *nacionalização* – que Antônio Gramsci, segundo Luciano Gruppi, definira como "a condição de criação da hegemonia"[35] – e apegado a uma visão dogmática do marxismo, Pereira e seus contemporâneos se satisfizeram com a *nacionalização* possível, não acordando para o equívoco da escolha mesmo quando ela refluíra à *proletarização*.

Os *expurgos* na direção *histórica* nos diz muita coisa sobre o tipo de *nacionalização* efetuado posteriormente sob o comando de Luís Carlos Prestes. Eles foram efetuados no bojo da política internacional de *proletarização*[9] lançada pela IC, que consistia na substituição, no comando partidário, de líderes de origem social pequeno-burguesa por *proletários genuínos*. Pereira, então Segretário-Geral do PCB, nos diz Leôncio Basbaum, também vítima do processo, foi conivente com as práticas que levaram à decapitação dos fundadores[36]. Octávio Brandão reforça essa versão afirmando

34. Zaidan/85, pp. 53-55. [Voz Operária/1972] nº 86 (7).

35. Gruppi/78, p. 143.

36. Aliás, num fenômeno de incidência planetária, grande parte dos *decapitados* foram coniventes com os algozes, ou colaboraram abertamente com eles antes de serem vitimados.

que, diante da ofensiva da IC contra a linha do III CONGRESSO do PCB (1929), Pereira ***capitulou sem luta***[37].

Mesmo através do relato simpático a Pereira de Konder e de João Quartim de Moraes revelam-se aspectos negativos sobre a militância deste que se transformou no símbolo máximo das *raízes nacionais do marxismo brasileiro* – idéia largamente utilizada pelos dirigentes comunistas em luta contra o *prestismo* nos anos 80. Estes relatos evidenciam que, como "admirador incondicional do PCUS", Pereira negava categoricamente em 24 as lutas dilacerantes que se desenrolavam em Moscou, e em 29 avalizara a ofensiva stalinista na URSS, se submetendo a todas as imposições do CC contra ele próprio até o início de 31, quando se desligou do partido. Nesse instante, o lituano August Guralski, do Secretariado Sul-Americano (SSA) da IC, acusou-o de não possuir o *espírito bolchevista de autocrítica*. No entanto, seu desligamento não teve qualquer conteúdo rebelde; mesmo afastado ele defendia que "só o PC (...) pode guiar as massas na luta, nas grandes e pequenas batalhas". O CC, no entanto, não cessou de atacá-lo. Em seu informe ao VII CONGRESSO da IC (1935) os dirigentes brasileiros, orgulhosamente, falavam de sua "enérgica luta contra a **pobre linha menchevista** de seu antigo secretário-geral, o **renegado** Astrojildo Pereira". Foram 13 anos de humilhação e marginalização que para serem interrompidas custou-lhe a própria consciência. Em 45, Pereira participou da glorificação à Stálin afirmando que "o *Manifesto Comunista,* que Stálin chamou de 'cântico dos cânticos dos trabalhadores' é uma fonte inesgotável de ensinamentos (...)". Em 48, descreveu Prestes como "economista, pensador político, sociólogo, teórico do marxismo", "o homem que **melhor e mais profundamente** conhece os problemas brasileiros, em seus múltiplos aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais". Apenas em 60 reconheceu as mazelas que o culto havia causado para o MCI, mesmo assim continuou como um humilde servidor do PCB até à morte [38].

Neste contexto, falar no resgate do "melhor legado teórico-político do velho Astrojildo Pereira", que representaria a possibilidade de "consolidação do pensamento crítico marxista na vanguarda operária", como fazem, respectivamente, Zaidán e Marcos Del Roio, procurando recuperar uma suposta trajetória partidária oposta ao stalinismo, um *marxismo com raízes nacionais*, capaz de legitimar as *novas* lideranças partidárias emergentes no anos 80, é, no mínimo, um contra-senso. Sem negar a Pereira seu atributo de "herdeiro das tradições nacional-populares republicanas", e o mérito de ter dado ao bolchevismo um cariz nacional *sem o qual seria um mimetismo facilmente extirpável*, deve-se demonstrar que seu legado esteve à *serviço* do *marxismo-leninismo*, ou seja, que simplesmente inexistia qualquer inclinação no sentido de uma superação nacional dessa ideologia. Além do mais, o potencial intelectual então disponível estava muito aquém do necessário para tal empreitada. Octávio Brandão, autor das formulações mais *originais* daquela época, não cansava de proclamar sua adesão

37. [Lima, Heitor Ferreira /1981] pp.42/44..

38. Konder/81, pp. 59/61/65/67/68; ggmm. Moraes/91, pp. 80/195.

monastérica ao MCI: "a IC saberá guiar-nos e auxiliar-nos a reparar nossas falhas". Sua visão de Lênin era do tipo "Mestre sem par", como gostava de dizer. Nos anos 20, não haver marxista mais conhecedor das obras *clássicas* do que ele; porém, sua capacidade de assimilação era escassa não permitindo que ultrapassasse a fase ideólogico-apologética do *marxismo-leninismo*, como atesta seu ensaio *marxista-leninista* de 24, onde se dedica a vituperar contra Rui Barbosa – caracterizado como "agente da política inglesa no Brasil" –, o Barão de Rio Branco e outros – qualificados como "agentes da política imperialista norte-americana" – ao invés de proceder a uma investigação séria sobre a política e a ideologia das classes dominantes brasileiras. Pereira, tampouco, mostrava inclinações teóricas sérias, portanto, não encontra o menor respaldo nos fatos a afirmação de Konder de que a derrubada de Pereira

> "significava o fim de uma era: já não se tratava mais de procurar, embora canhestramente, interpretar a realidade brasileira à luz de um marxismo capaz de se **renovar em contato com uma realidade singular**[10] (...); tratava-se de receber de fora um *marxismo-leninismo* codificado e aplicá-lo (...) de acordo com as instruções estritas (...)"[39].

Carone também se empenhou na *glamourizadora* do *pecebismo* dos anos 20[40]:

> "a questão básica levantada pelo marxismo e pela IC é a da relação que se forma entre pensamento revolucionário e a sua aplicação à realidade concreta. Esta razão leva os comunistas brasileiros a formularem (...) **conceitos ideológicos próprios** (...) Conclusões particulares coincidem com as da IC, mas a formulação se dá de maneira **independente**". "Uma das acusações constantes ao PCB é a de que sua linha teórica é simples aplicação das diretrizes da III IC. A afirmação não passa de visão **mecanicista** e **pobre**. Não se nega que haja ligação entre ambos, mas também é necessário avaliar concretamente o grau de autonomia do PCB, na sua análise da sociedade brasileira e na sua ação prática". "As primeiras manifestações de cunho ideológico do PCB aparentam ter mais um sentido empírico e menos ser um produto de uma análise marxista". "Os valores táticos e estratégicos – ligados a uma visão da luta das classes – são, nestas horas, superiores às questões metodológicas e filosóficas, o que os afasta das grandes elocubrações teóricas, mal que Octávio Brandão não consegue evitar nos (...) primeiros anos de sua militância"[41].

O problema central desse ponto de vista – para não falar da benevolência injustificada e do tratamento inadequado dado ao marxismo e sua relação com a IC – é a redução dos laços especiais que soldavam as seções nacionais à IC a mera *ligação*, o que acarreta a significativa simplificação da relação em questão. Trata-se de entender a especificidade da *ligação* e não considerá-la como já previamente

39. Zaidan/85, pp. 99/114. Apud Palácios/91, pp. 29/126. Konder/88, pp. 145/148/163/165; gm.

40. Deve-se ter em mente que o esforço desses pesquisadores, em sua maioria, foi meta-propagandista. Na verdade, procuravam apresentar ao público leitor a versão dos *vencidos* em oposição à história, em muitos casos enganosa, dos *vencedores*.

41. Carone/82, pp. 102/178/188/189; ggmm.

resolvida. Por outro lado, imagina-se que o plano da espontaneidade exclui o da ideologia, quando, na verdade, o que ocorreu foi exatamente o encontro perfeito entre ambos. A *espontaneidade*, ou empirismo, dos fundadores – reflexo da fraca cultura de esquerda no Brasil[42] – longe de ser sinal de uma indiferença arraigada em relação às ideologias, se erigindo em barreira à absorção do *pensamento científico do proletariado internacional*, foi o atributo que permitiu ao *marxismo-leninismo* penetrar tão profundamente no imaginário daqueles militantes anarquistas – e não apenas deles, como posteriormente pode-se constatar –, ocupando um vazio sob todos os aspectos constrangedor às possibilidades futuras da *revolução* no Brasil. A ideologia vinda de fora não só **não** agredia a *preguiça* intelectual da esquerda tupiniquim como a estimulava à medida em que inibia o estudo teórico em proveito de uma apologética do *socialismo científico*. Ademais, por detrás do empirismo de nossa esquerda estava uma fé inabalável nas possibilidades abertas pela Revolução Russa com respeito ao entrelaçamento da revolução brasileira com a revolução mundial, tida como em andamento, e na inevitabilidade do comando de ambas estar sob os auspícios da IC e do PCB.

Para Carone, problemático fora o papel desempenhado por Brandão e sua queda para as "grandes elocubrações teóricas". A operação de *derramar* sob Brandão a *culpa* pela *subsunção formal*[11] – a meu juízo também *real* – dos comunistas brasileiros à IC, além de indevida é injusta, pois foi Brandão e seu esforço *teórico* que deram ao discurso apologético do MCI o cariz pseudo-nacionalizante que ainda hoje confunde Zaidán. Brandão não apenas dissimulou a imprecisão analítica do discurso comunista importado como o elevou, com o apoio de Pereira e do PCB de então, ao patamar mais adiantado de **fé ideológico-científica**, muitos anos depois ainda usada pelos *pecebistas*.

Outro tipo de *glamourização* desta época, mais discreta é verdade, é feita por Luiz Werneck Vianna – um dos ideólogos do *comunismo democrático* nos anos 80 –:

> "o PC nasce de uma **crise real**, e como resposta a ela, do movimento operário, e não de uma importação ideológica. (...) Ingênuo, teoricamente ignorante, mas **profundamente** nacional e operário",

Apesar da caracterização abusiva do nascimento do PCB como "resposta do movimento operário" à crise do anarco-sindicalismo, pode-se concordar que seu aparecimento e seu sucesso relativo se deveram à decadência desse movimento. Isso, no entanto, apenas situa o cenário no qual ele emergiu, mas nada diz sobre sua formação ideológica e as influências externas na sua determinação. Tampouco o fato inconteste de que ele se formou a partir do esforço de brasileiros, muitos dos quais trabalhadores ativistas, é por si só capaz de assegurar tanto seus caráter nacional quanto operário. As raízes nacionais e operárias do PCB não desapareceram em virtude da marcante influência da ideologia internacional no seu meio, como querem fazer crer os propagandistas medíocres da direita, mas também não se

42. Ver [Moraes Fº, Evaristo de /1991] e Konder/88, passim.

sobrepuseram a essa influência. O caráter nacional e operário do partido, sobretudo o primeiro de incidência mais efetiva, foram *regulados* de acordo com a percepção que seus dirigentes tiveram do *marxismo-leninismo*. Mas, Vianna não se preocupa com essas complexas relações, igualando-se assim, quanto a esse tema, a Nelson Werneck Sodré – teórico do *comunismo nacional* nos anos 50-60 –, para quem

> "o PCB surgia como necessidade histórica (...) Surgia da **massa operária** e trazia da massa operária a marca das suas deficiências da época, mas também (...) de sua **autenticidade**, pois nascia profundamente vinculado às lutas do proletariado brasileiro".

Embora com Sodré o movimento comunista possuísse, como assinala Manoel Palácios, "uma identidade própria (ou prévia,HG), construída como ponto de fuga onde marxismo e movimento operário se encontram" – ilusão não compartilhada por Vianna –, o fato é que ambos se cotizam para a **construção do mito do *marxismo nacional***; atitude desculpável em Sodré dada sua percepção teleológica da análise político-social marxista, mas indesculpável em Vianna, Zaidán e outros *democratas* que viveram em luta mais ou menos aberta contra os dirigentes conservadores do partido – ortodoxos de *esquerda*, *centro* e *direita* – pregando justamente a *nacionalização do marxismo*[43].

Voltando à problemática dos dois veios na determinação da ideologia do comunismo brasileiro, creio que deve-se avançar para além da constatação buscando-se critérios que possam determinar a prevalência de um deles em momento específicos da vida do partido. Como nos ensinou Anne Kriegel, "cada PC é (...) o produto único de um encontro específico entre dois conjuntos (...): o MCI (...) e o sistema político nacional (...)"; raciocínio aduzido por José Paulo Netto no sentido de mostrar a força dessa conjunção: o stalinismo "alimentou-se (...) de traços sócios culturais dos contextos onde (...) operou – sem o que não passaria de um mimetismo (...) facilmente extirpável"[44]. Esse "produto único" dificilmente "extirpável" move-se, como tudo na vida e, portanto, altera-se e mesmo transforma-se significativamente. Muito da polêmica que cerca os PCs explica-se em função dos malentendidos causados por essas oscilações na ideologia partidária. Entendê-las, hierarquizando a influência do nacional e do internacional à luz da dinâmica histórica do partido, é o pressuposto para o equacionamento real da questão[45].

No caso brasileiro, salta aos olhos o caráter claramente assimétrico da relação entre *marxismo-leninismo*, erigido em doutrina fundamental do movimento, e a tradição radical-nacional, efetivamente rebaixada à condição de resíduo cultural dos dirigentes comunistas brasileiros. As *condições leninistas*

43. [Vianna, Luiz Werneck /1981] p. 263; ggmm. Apud Palácios/91, pp. 21/23; ggmm.

44. Apud Pinheiro/91, p. 34. Paulo Netto/82, p. 23. O que está dito em relação ao stalinismo parece-me perfeitamente cabível em relação ao *marxismo-leninismo*.

45. Ao longo desse capítulo, e tendo em mente os limites do trabalho, cujo tema são os anos 70/80, procurar-se-á divisar a influência das duas fontes.

para a formação dos PCs, por si só, estabeleceu uma relação favorável *a priori*, no seio do PCB, para a matriz internacional à medida em que ordenava o afastamento sumário dos *centristas* e *reformistas* (2ª condição) e a exclusão periódica dos *pequeno-burgueses* (13ª condição) – todos portadores da cultura nacional predominante antes do aparecimento do *marxismo-leninismo*. Tal preponderância, evidentemente, não significou a anulação do termo secundário, ou seja, da cultura política radical nacional. Muito menos a cultura nacional sofreu qualquer abalo por causa disso. O famoso *jeitinho brasileiro*, o beneficiamento de amigos e parentes não deixaram de atuar no interior do partido na seleção dos que deveriam ser punidos, e, tampouco, a percepção da punição foi tão severa quanto a estipulada. Não apenas podemos afirmar que a vantagem intrínseca do *marxismo-leninismo* sobre o radicalismo nacional não anulou as funções deste último, como ainda podemos constatar que a tendência histórica equalizadora tendeu a fortalecê-la em detrimento do primeiro, tanto pela decadência do stalinismo – que sintetizara para si a *etiqueta* bolchevique – como pela acomodação nos cargos superiores do partido de dirigentes fortemente influenciados na juventude pelo nacionalismo e o populismo.

A equalização dos fatores, embora seja um fenômeno extensivo a todos os PCs, depende entre outras coisas das oscilações político-conjunturais de cada país para poder fixar seu grau de efetividade. No caso brasileiro, em momentos de crise nacional aguda, por exemplo, quando os parâmetros doutrinários não conseguiam dar respostas minimamente satisfatórias às expectativas dos dirigentes, o partido era obrigado a tomar posições muitas vezes em flagrante oposição ao que vinha fazendo – é o caso de 45-47, 48-54 e 54-58. Nesses casos, a probabilidade de mudanças radicais na política aumentava sem uma contrapartida efetiva na evolução ideológica do partido. As mudanças fixavam-se em arquétipos visivelmente inadequados ao seu desenvolvimento. Contudo, diante de cismas internacionais a tendência fixadora mostrava-se ainda mais precária não obstante as mudanças ideológicas se insinuarem mais ousadas – o que efetivamente não correspondia à verdade – nos arquétipos ideológicos – como em 56 e 85-91. Em questão de meses esvaíam-se as intenções revisionistas e o que se via não era mais do que a gradual retomada das velhas formas, agora atenuadas. Esse fenômeno ilustra como o elemento prevalecente (ativo) na cultura política do comunismo brasileiro, o bolchevismo-stalinismo, sobrevivia aos ataques incessantes da realidade. Dificilmente, no caso do PCB, seremos surpreendidos por decisões que agridam **frontalmente** a orientação do MCI, seja sob a batuta da IC, seja diretamente pela de Moscou.

a) raízes nacionais

As raízes do PCB, de um modo geral, estão associadas ao anarquismo como forma de realçar sua ligação com o movimento operário. Essa operação foi feita, com a autoridade de quem foi anarquista, por Pereira, que data a dominância do acratismo sobre o movimento operário de 1906, quando foi

realizado o I CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO, até 1920. Ainda em 77, mesmo os ortodoxos o utilizariam para relevar episódios como a greve pioneira dos tipógrafos do Rio em 1858 e a, não precisada, *resistência escrava* – elementos supostamente indicativos da *combatividade das massas* – que explicariam não apenas a penetração popular do anarco-sindicalismo como, por tabela, do próprio PCB[46].

Passando ao segundo momento dessa caracterização, marcado pela crítica da *tradição* anarquista, *eurocomunistas* como Gildo Marçal Brandão explicavam o relativo sucesso da ideologia anti-estatal, anti-partidária e anti-hierárquica, pela "correspondência negativa na excludência do próprio Estado oligárquico e na insularidade do próprio sistema industrial". O anarquismo não crescia como sinal do fortalecimento do movimento operário, mas, ao contrário, como *expressão de seu atraso*: as

> "(...) grandes greves de 1917 e 1919 configuram antes manifestações de **desespero** e **isolamento** do que (de) maturidade e capacidade de articulação (...)". "Mais do que uma autêntica posição de classe, essa atividade (anarquista) refletia a **impotência política** das camadas trabalhadoras"[12].

A impotência radicaria no entendimento do "político" como algo pejorativo, embora admita-se que sua ação acabava por "concentrar-se em reivindicações institucionais por direitos e reconhecimento de *status* de classe". O que Marçal Brandão não parece entender é que combatendo, como diz Evaristo de Moraes Fº, "o socialismo de resultados e o apoio do Estado", rejeitando a criação de um partido dos trabalhadores sob a alegação de que ele poderia se transformar num instrumento nas mãos da burguesia e afirmando-se através das afinidades nacionais (dos **emigrados**) e dos apelos libertários – ao contrário dos socialistas, que insistiam para que os imigrantes adotassem a cidadania brasileira para votarem nas eleições –, os acratistas possibilitaram à nova classe operária a única forma de afirmação autônoma de seus interesses naquelas condições[13]. Mesmo adotando uma via *isolacionista*, recusando-se à *integração* política nas regras vigentes, e não tendo conseguido unificar os participantes do I CONGRESSO, eles foram capazes de mobilizar autonomamente o proletariado, já concentrado nos centros urbanos, promovendo numerosas greves e pregando a tomada do poder[47]. Esse tipo de ação, cujos limites ficariam claros nas greves de 17 e 19, foi fundamental para a tomada de consciência da classe operária como *classe em si*; aspecto contumazmente desvalorizado pelos comunistas das gerações posteriores, que tendiam a vê-la como expressão da mais pura e inócua irracionalidade – interessados que estavam em afirmar-se como a única direção conseqüente do PCB –, e pelos *eurocomunistas* dos anos 80 – preocupados em promover a Frente Democrática contra o *esquerdismo*. Sem sombra de dúvida, havia elementos de irracionalidade nessa ação proletária, como em outras posteriores, mas não se pode pensar que o amadurecimento de uma classe social se dê fora

46. Apud [DCB (Documentos dos Comunistas Brasileiros) /1977] nº 2 (8). Na verdade, a força mobilizatória estava entre os imigrantes e não entre os brasileiros.

47. [Brandão, Gildo Marçal /1991] pp.5/6/23/33; ggmm. Moraes Fº/91, pp. 34/38/39.

do âmbito em que ela própria se move. Em outras palavras, não se pode pretender transladar a consciência de classe desejada, através de um *partido de vanguarda*, sob pena de se desperdiçar os ganhos concretos obtidos pelas experiências reais, por mais acanhadas que sejam.

Para se compreender, todavia, essa inclinação pela *transcendência* da consciência de classe real pelo comunismo brasileiro devemos voltar ainda mais no tempo. Foi o que fez Manoel Palácios, investigando as raízes radical-liberais da nossa esquerda e deslocando a pesquisa do meio operário (imigrante), privilegiado pela bibliografia *engajada*, para a baixa classe-média urbana e os pequenos intelectuais radical-republicanos do final do século XIX início do XX. Desse meio provém a base, respectivamente, social e cultural das correntes radicais de onde provém o anarquismo e, posteriormente, o PCB.

O pensamento republicano radical, lado oculto, jacobino, popular e plebeu da Ilustração – "filhos sem glória do Iluminismo brasileiro" –, surge como resultado da desilusão com os rumos da República, como nos diz Palácios:

> "não tínhamos uma verdadeira República" – apesar de termos "uma institucionalidade avançada, moderna" –, "éramos governados por um condomínio de oligarcas prepotentes, retrógrados, que usavam o poder público para exclusivo benefício privado".

Esses radicais, "inspirados pelo positivismo" e "pelas teorias derivadas do direito natural" – "responsável pela recusa do atraso como fermento revolucionário, avessa a todo populismo real, e valorizadora do indivíduo" –, vão constituir progressivamente seu espaço público a partir de derrotas como a "da campanha civilista de Rui Barbosa". A esquerda formava-se como facção radical de liberais como Rui Barbosa e nacionalistas como Benjamin Constant, dividida, mas não de forma rigorosa, pela inspiração liberal-radical e nacionalista que se bifurcaria à medida em que se realizava a aproximação dos primeiros com o anarquismo igualitário e universalista dos imigrantes e à medida em que as frustrações com a República se acumulavam[48].

Este processo bifurcatório, todavia, sofreria uma reversão com a criação do PCB. Este surge fortalecendo, no campo da idéias, a "tradição ilustrada brasileira", "em seus diversos matizes", que, na 1ª República, trava uma luta ideológica contra "o tradicionalismo", "de matriz católica", e " toda sorte de populismos revolucionários (...) do que algumas vertentes do integralismo seriam exemplares" – polarização que, até então, "parece ser mais importante do que a clivagem entre positivistas e liberais". Ocorre, pode-se dizer, uma reversão do quadro de isolamento que a ida desses radicais para o anarquismo promovera, a partir da aproximação política dos comunistas com os tenentes – herdeiros

48. Palácios/91, pp. 42-44/155/156/177.

do nacionalismo *florianista*, que se colocam, logo após a morte de Floriano Peixoto, "abertamente à favor da ditadura militar" – nos anos 20.

> "A inscrição comum na tradição ilustrada brasileira dos tenentes e dos pequenos intelectuais (...) e os impasses estratégicos destes atores na década de 1920 determinam em grande medida a transição do partido de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão para o partido de Prestes".

Pereira e Brandão deram o primeiro passo na convergência nacional-popular que se completaria com a entrada de Prestes no partido[14]. A *ponte* filosófica desta convergência fora o *cientificismo*, descrito por Antônio Paim como "sobretudo impositivo e totalitário". Zaidán a designará como positivista:

> "(...) O positivismo foi, no início da República, a expressão político-ideológica do *jacobinismo* brasileiro" que viria conformar a "proto-ideologia de dois grandes movimentos sociais: o Trabalhismo e o Comunismo. Será, aliás, graças ao positivismo que se viabilizará, na sociedade brasileira, a possibilidade de um partido (comunista) operário"[49].

Questionando o caráter *jacobino* do positivismo brasileiro e matizando melhor as diferenças entre os *dois grandes movimento sociais*, Palácios adverte:

> "(...) as idéias populistas têm como marca uma relação (...) ambivalente com o racionalismo ocidental, procurando fundar a partir do mundo da tradição alternativas democráticas e socialmente justas"; "(...) os (...) nacionalistas revolucionários, identificados com o jacobinismo florianista, habitavam espaço diverso da geografia do espaço público plebeu, com seus clubes cívicos e organizações patrióticas, próximos da agitação militar e dos republicanos positivistas. Esses revolucionários nacionalistas **não se reconheciam no movimento operário de inspiração libertária** (...) Teriam maior **afinidade** com as organizações operárias **próximas do sindicalismo amarelo** (...)".

Estaria, a partir daí, cancelada a vinculação do trabalhismo com "uma estratégia jacobina *strictu senso*" que teria "no trabalhador autônomo e no pequeno proprietário seu território **por excelência**"[50].

A postura dos *pais* do trabalhismo brasileiro em relação à revolução – recusada, também, pelo positivismo ortodoxo alhures – nos coloca diante das implicações práticas da inclinação histórica dos revolucionários nacionalistas contra a autonomia das camadas sociais que procuravam encarnar. Em dezembro de 29, quase um ano antes da vitoriosa insurreição aliancista de outubro de 30, Lindolpho Collor definirá seu projeto político nesses termos para Vargas:

49. Apud Palácios/91, pp. 42/51/118/119/172/203.

50. Palácios/91, pp. 162/165/169; ggmm.

> "o primeiro e o fundamental é o seguinte: ficarmos ou não solidários com a eclosão da desordem? Se ficarmos renegaremos de vez nosso **passado orgânico**, a tradição conservadora do **castilhismo** (...) Quem recolherá o fruto da vitória material: eu ou Luís Carlos Prestes? (...) Não nos iludamos. Na revolução, nós seríamos **simples aderentes de última hora**, na hipótese da vitória; mas responsáveis únicos na hipótese do desastre. Inclino-me, por isso, contra a possibilidade de levarmos a luta a **extremos de violência material**"[51].

A movimentação popular era sinônimo, não sem alguma razão, de desordem. Desde Raul Pompéia a ausência de classes *verdadeiramente patrióticas* levava os intelectuais do movimento *jacobino-florianista* a considerar os militares como "o glorioso **núcleo** do nacionalismo brasileiro"; segundo definição do próprio. Sintomaticamente, essa perspectiva *jacobina* mantinha-se alheia ao problema agrário nacional, chegando a fazer coro com as elites paulistas contra o "*sebastianismo*" de Canudos.

> "Para o radicalismo florianista, a democratização da propriedade não participa da equação cujo o termo central é o progresso. O campo representa o atraso (...). Desta parte do mundo, nada a esperar. Apenas o **Estado**, apropriado por uma elite esclarecida (...) removeria os obstáculos (...) ao desenvolvimento nacional. Em vez do **contrato social**, fundante da República, fruto de um processo de emancipação política e social, um **Estado nacional** (...)". "(...) A idéia de uma revolução *moralizadora* tendia a excluir a representação. (...) Nos termos do sociologismo da época, a realização dos ideais republicanos dependia de levar a termo o **processo da formação nacional**. Legitimava-se a idéia de uma vontade política colocada **acima das vontades particulares** (...) Os temas da Ilustração são refeitos (...), abrindo passagem à expansão acelerada tanto da sociologia organicista quanto do marxismo"[52].

Entre os próprios liberais o Estado tinha preponderância em relação à Nação, o que se explica pelo fato do direito natural ter sido *nacionalizado* como "grandes princípios ético-jurídicos, os quais deveriam inspirar uma estratégia de modernização destinada a realizá-los. O indivíduo liberal deveria **nascer das transformações operadas por uma intervenção do Estado sobre a sociedade** (...)". Rui Barbosa encarnou integralmente essa percepção do *jusnaturalismo*[53].

Já Joaquim Nabuco, um liberal-radical, considerava a democratização da propriedade da terra crucial para a solução de dois problemas:

> "a **incorporação do antigo escravo** à ordem por meio da reforma agrária e a **generalização de uma ética do trabalho** através da pequena propriedade e da expansão do mercado. O cidadão da ordem liberal deveria nascer da destruição das relações de dependência pessoal do

51. Pinheiro/91, p. 224; ggmm.
52. Palácios/91, pp. 161/174/176; ggmm.
53. Id., pp. 129/130; gm.

mundo agrário".

A prevalência da **estratégia excludente de modernização** marcou os limites do liberalismo brasileiro. A resistência a esse caminho adveio basicamente de pequenos círculos intelectuais urbanos, o que, dada a apatia política do campo – historicamente insensível à pregação revolucionária –, no sentido da conquista de um lugar na nova ordem interna em construção, e a ausência de preocupação das elites oligárquicas com a preservação da unidade territorial – o Império havia resolvido esse problema desde 1840[54] –, tornava praticamente impossível a construção de uma alternativa eficaz de esquerda-radical. Os problemas causados ao movimento social urbano pela pregação radical do PCB, em 30, 35 e 48-51, advêm daí.

b) conformação cosmopolita

Foi o bolchevismo, uma das várias correntes marxistas e revolucionárias presentes na Rússia do início do século XX, que forneceu o exemplo maior para o aparecimento dos PCs em todo o mundo ao liderar a primeira revolução proletária bem-sucedida da história da humanidade. Estimulados pela IC – criada com o objetivo de liderar a revolução mundial, tida pelos líderes bolchevistas como iminente –, facções à *esquerda* dos PSs deram início à fundação de PCs identificados com essa revolução por toda a Europa. O bolchevismo e a IC não podem ser entendidos sem referência ao *leninismo* e ao posterior desenvolvimento a ele dado por seus epígonos, sobretudo após a morte de Wladimir Lênin em 24.

Tal desenvolvimento plasmou-se no *marxismo-leninismo*, cuja forma acabada foi o *stalinismo*, que, com Joseph Stálin, tornou-se por longas décadas a própria **encarnação viva** do *marxismo*. Enquanto *Meca* do MCI, Moscou reunia as melhores condições para oferecer uma pretensa tradução legítima do marxismo. No entanto, sua leitura – como de resto acontecera com a própria social-democracia e aconteceria com o *marxismo-leninismo* nos países periféricos – fixara-se em aspectos excessivamente parciais do marxismo. No caso do leninismo – a variante mais *russa* do marxismo russo[15], que se caracterizou, nas palavras de Vittorio Strada, "diferentemente do marxismo *ortodoxo*", "pela sua **ligação de continuidade orgânica e criativa** com a experiência (...) do populismo russo"[55] – o aspecto **revolucionário** recebeu a ênfase maior, que na social-democracia fora dada ao **desenvolvimento econômico** e à **justiça social**, e no *marxismo-leninismo* posterior recairia sobre a **modernização econômica** com o **fortalecimento do proletariado**.

Mesmo uma superficial abordagem do fenômeno bolchevique seria suficiente para detectar sérios problemas na sua relação com o marxismo e a cultura política do proletariado europeu –

54. Id., pp. 123/124.

55. (Strada/85 (v), p. 148; gm)

profundamente influenciada pelo marxismo de viés *economicista*. Comecemos pela análise da teoria leninista de partido, que significou tanto a *nacionalização* das teoria européias de partido operário quanto o resgate da perspectiva revolucionária esquecida na Europa.

Lênin considerava que a mera *consciência de classe do proletariado* não seria suficiente para impulsioná-lo na direção de uma firme postura revolucionária. A prova cabal disso seria a assimetria entre o crescimento da social-democracia européia e a perspectiva revolucionária, que se tornava cada vez mais longínqua nesses países. Para reverter essa situação seria necessário uma *doutrina revolucionária* que impulsionasse as massas à revolução. Ao lado do *senso comum operário* (consciência) deveria ser edificada uma *filosofia política* (doutrina) que as arrancasse de seu estado patológico de submissão à ideologia dominante. Dizia Lênin então: "a classe operária dirige-se espontaneamente para o socialismo; mas a ideologia burguesa, (...) mais difundida (...), continua (...), espontaneamente", impondo-se "em primeiro lugar ao operário". Tal *filosofia* era, evidentemente, o marxismo, que para ele era a "ideologia do proletariado revolucionário"[56]. Assim, não bastaria a *luta cotidiana das massas* se esta não viesse acompanhada de uma **consciência educada**, construída com o auxílio dos intelectuais revolucionários portadores da teoria marxista. Para que o *interesse de classe* pudesse se manifestar plenamente enquanto *consciência de classe* seria preciso a intermediação desse *novo* sujeito: o partido de vanguarda[57].

Lênin inspirara-se nas concepções de Karl Kautsky, discípulo autorizado de Friedrich Engels, que, diante do desenvolvimento das lutas de massa na Alemanha, da complexificação e fortalecimento do Partido Social-Democrata Alemão (PSDA) e no calor da luta contra o revisionismo *bernsteiniano*, exaltará o caráter *científico* do socialismo demonstrando que sua introdução no movimento operário só poderia se dar a partir de fora, no contato desses com os intelectuais marxistas. Começa aí a abordagem da organização revolucionária como *vanguarda revolucionária*, conceito que será exponenciado na adaptação leninista à realidade russa[58].

Karl Marx, ao contrário, cria que a consciência de classe seria adquirida pelos operários em função de sua situação concreta, jamais como algo impulsionado a partir **de fora** como para Kautsky e Lênin[16]. Em 1843, Marx observara: "assim como a filosofia encontra no proletariado suas armas *materiais*, o proletariado encontra na filosofia suas armas *espirituais* (...)". A ênfase na construção autônoma da consciência operária era reafirmada em 1868, numa crítica a Ferdinando Lassalle: "(...) o que é mais necessário à classe operária alemã é que **deixe de agir** com **autorização prévia** das suas altas individualidades". Em 1871, festejava a autenticidade operária da Associação Internacional dos

56. Lênin, é bom que se diga, estava longe de pretender erigir o marxismo enquanto religião, embora aceitasse sua massificação e algum nível de *religiosidade* como conseqüência inexorável de sua penetração popular. ([Gerratana, Valentino /1987] p. 223)

57. Apud [Johnstone, Monty /1985 (V)] p. 117. [Lênin, Vladimir I. /1980 (a)] pp. 398/399.

58. Claudín/86, pp. 671/675.

Trabalhadores (AIT):

> "o que faz a originalidade da Internacional, é que ela foi criada pelos **próprios trabalhadores**. Antes (...), todas as organizações eram sociedades fundadas para a classe operária por alguns radicais das classes dominantes".

Em 1879, ironizava os *guias* da revolução:

> "em suma: a classe operária é incapaz de se libertar com suas **próprias forças**, para poder fazê-lo deve deixar-se orientar pelos burgueses instruídos (...) que (...) têm a possibilidade e tempo de aprender a fundo o que convém aos operários".

Engels engrossa o coro em 1886:

> "as massas devem ter tempo e oportunidade de se desenvolver, e esta oportunidade elas terão no momento em que possuírem um **movimento próprio**, onde serão impulsionadas pelos próprios erros, tornando-se sábias às suas próprias custas"[59].

A crença na própria classe, evidentemente, fazia com que Marx se tornasse um crítico assaz do vanguardismo. Em 1850, por exemplo, condenara o ultra-vanguardismo de setores da Liga dos Comunistas, assim como em 1873 afrontara os bakuninistas acusando-os de se acreditarem "os representantes privilegiados da idéia revolucionária", "erigindo-se eles mesmos em estado-maior" com a pretensão de impor à AIT, *por meios **conspirativos e ditatoriais***, uma "unidade de pensamento e ação" "dogmática" e "cega". Em 1879, junto com Engels, insurgira-se contra a concepção de que "a classe operária não é capaz de se libertar por si mesma", formulando então a célebre idéia de que "os comunistas **não formam um partido separado, oposto** aos outros partidos operários"[60].

Esta visão otimista sobre a relação do proletariado com a teoria da revolução simplesmente não se confirmou. O desenvolvimento político do proletariado europeu, no seio da social-democracia, tendeu à integração com o capitalismo e não ao aguçamento da luta de classes. Não é à toa que o leninismo, enquanto resposta a esse fracasso, conseguirá uma significativa, embora minoritária, adesão nos países dominados pela social-democracia, credenciando-se como alternativa revolucionária global ao reformismo. A concepção vanguardista defendida por Lênin, onde o intelectual do partido substituía a classe – ou, para utilizar uma categoria gramsciana, os intelectuais da classe – na tarefa de conduzir as massas à revolução, superando a idéia marxista do proletariado como **construtor do partido** revolucionário enquanto **classe**, passara a significar, sobretudo depois da 1ª Guerra Mundial (GM), uma resposta à falência generalizada da 2ª Internacional no que tange à luta contra o capitalismo.

59. Apud Melo/88, pp. 70/71/73-76; ggmm.

60. Apud Claudín/86, pp. 666-668; ggmm.

A descontinuidade do leninismo, nesse aspecto e em outros, face ao marxismo tem, portanto, pelo menos o sentido positivo de exercitar a capacidade renovadora do primeiro, muito embora parcela significativa de marxistas resistissem à idéia. Ademais, a crença de Marx no papel dos sindicatos como "escola do socialismo" que "captam as massas de forma duradoura", sendo "capazes de representar um **autêntico partido operário** e de se defender contra o poder do capital", onde "os operários se educam e **tornam-se socialistas** (...) porque todos os dias passam sob suas vistas a luta com o capital", e sua descrença nos partidos, "quaisquer que sejam, **sem exceção**", por não entusiasmarem "as massas dos operários mais que um certo tempo", fora não só superada pela massificação dos PSDs, como pela postura *anti-socialista* dos sindicatos alemães na luta interna que opôs os intelectuais marxistas aos reformistas. O baluarte da revolução fora empunhado mais alto pelo intelectual do que pela classe operária, o que, sem sombra de dúvida, afetava a idéia do socialismo como um movimento dos *de baixo*, onde, como dizia Ralph Miliband, "a classe vem sempre em primeiro lugar, e o partido muito atrás dela". A partir da crise da 2ª Internacional, como nos diz Fernando Melo, o partido é, *acima de tudo, o emancipador da classe operária pelo alto*[61]. Com isso, evidentemente, o socialismo marxista tendia a esvaziar-se de seu conteúdo revolucionário-democrático, expressão de um movimento pós-capitalista, assumindo um caráter crescentemente **modernizador-civilizatório** à *fórceps*.

Engels, involuntariamente, foi o primeiro marxista a abrir uma janela nessa direção, ao fazer restrições à crítica marxista das seitas – em todo caso, tidas, pelo próprio Marx, como úteis "enquanto a classe operária ainda **não tem maturidade** para um movimento histórico independente". Mesmo concordando com Marx e sua preocupação com "os conspiradores profissionais", que não se satisfazem "em organizar o proletariado revolucionário", antes tentam "empurrá-lo **artificialmente** para a crise" fazendo "a revolução de improviso **sem que existam as condições** necessárias" – condições essas que se tornariam mais complexas com o tempo; segundo ele, por exemplo, "para a revolução moderna já não é suficiente" apenas a parte organizada do proletariado, mas ele "em seu conjunto" –, Engels admitirá a Rússia como exceção à regra:

> "(...) este é um dos **casos excepcionais** em que um punhado de pessoas podem fazer uma revolução, isto é, com um **pequeno empurrão** causar o desmoronamento de todo um sistema (...) que está em equilíbrio mais que instável (...). Se alguma vez o *blanquismo* (...) teve uma razão de ser, esse é certamente o caso de Petersburg (...) "[62].

Evidentemente, não passou desapercebido para Lênin esse juízo engelsista que abriria – sobretudo depois da vitória do Outubro Russo – espaços promissores para a *nacionalização* do marxismo nos países atrasados, onde o método de luta predominante tendia àquele condenado *tout court* pelo

61. Apud Melo/88, pp. 74/76/78/79; ggmm.

62. Apud [Melo, Fernando M. /1988] pp. 65/67; ggmm.

marxismo.

O elemento deletério por excelência do leninismo foi a problemática da democracia e, mais especificamente, da democracia interna do partido. A questão era antiga mas fora recolocada com força por Rosa Luxemburgo em sua polêmica aberta com Lênin acerca do partido de vanguarda. Rosa iria reafirmar a postura clássica do marxismo diante da democracia no partido, que foi bem resumida por Engels e Marx. Engels colocava a questão nos seguintes termos:

> "o partido operário se baseia nas **críticas mais agudas** à sociedade existente; a crítica é seu **elemento vital**; como pode, então, evitar ele mesmo as críticas, proibir a controvérsia? É possível que reivindiquemos (...) liberdade de palavra somente para eliminá-la imediatamente dentro de nossas próprias fileiras?".

Marx, por seu turno, lembraria que na Alemanha,

> "onde o operário é burocraticamente disciplinado desde a infância e crê na autoridade e nos organismos situados acima dele, o mais importante é **ensinar-lhe** a atuar com **independência**"[63].

Ambos consideram a liberdade como algo essencial à perspectiva socialista, seja para educar as massas, seja para tornar consistente o ponto de vista crítico delas.

Já Rosa, crítica contundente da degenerescência dos partidos operários no Ocidente, particularmente do PSDA onde militava, no seu texto de 1904, *Problemas da Organização da Social-Democracia Russa*, atacará o modelo leninista de partido por este ser uma *determinação ahistórica da formação do partido revolucionário*, passível de levar à burocratização não apenas o PCb como o próprio governo revolucionário russo. Sua ênfase recai, então, sobre a idéia marxista de autonomia e espontaneidade operária. Para ela, uma *verdadeira centralização democrático-socialista* era algo essencialmente distinto do *jacobinismo blanquista pregado por Lênin*, dado que não apenas as novas condições sobre as quais o proletariado se movia no capitalismo eram diversas da do período jacobino, como também as tarefas que teria que desempenhar na revolução socialista seriam distintas das dos jacobinos do período da revolução burguesa. Lênin não entendera isso, segundo ela, por ser um *revolucionário de país agrário*, para quem

> "(...) o social-democrata revolucionário não seria outro que um jacobino indissoluvelmente ligado à **organização** do proletariado que tomou **consciência** de seus interesses de classe. (...) Ele esquece que isto implica uma completa **revisão** das idéias sobre organização e, em conseqüência, uma concepção **totalmente distinta** (...) do centralismo (...)".

63. Apud [Johnstone, Monty /1978] pp. 82/89; ggmm.

O fenômeno blanquista, para Rosa, só fora possível em uma época em que a *prática conspirativa se mantinha separada da prática popular* e o *excesso de autoridade central* existia graças ao fato de que os objetivos da ação eram determinados *sem contato com a luta de classes elementar. Em alguma medida, essa realidade ainda era a russa, onde os institutos de participação popular eram recentes e não conheceram desenvolvimento regular fora das ebulições revolucionárias.* "O perigo começa no momento em que eles (bolcheviques) fazem da necessidade uma virtude (...) e pretendem recomendá-la como modelo a imitar pelo proletariado mundial". O centralismo bolchevista proviria de uma esquerda cuja prática *era a propaganda e cuja ausência, na base, de um proletariado educado e organizado impedia um centralismo* ***social-democrata verdadeiro****. Daí a redução da disciplina operária a mera disciplina fabril*, que fez Rosa se indagar:

> "o que pode ter de comum a docilidade bem guiada de uma classe oprimida com a rebelião organizada de uma classe que luta por sua emancipação integral?". "Não é partindo da disciplina imposta pelo Estado capitalista ao proletariado (...), senão extirpando até sua última raiz estes hábitos de obediência e servidão, que a classe operária poderá adquirir o sentido de uma nova disciplina, da auto-disciplina (...)".

O novo centralismo não poderia ser pensado a não ser como uma "**tendência** que se converte em realidade na medida do desenvolvimento e da educação política das massas operárias no curso de suas próprias lutas", e não como *um dado a ser inculcado nas massas de fora.* "O meio proposto (por Lênin) se opõe ao fim"[64], a *organização* ***controla*** *o partido ao invés de desenvolver sua iniciativa, prejudicando a luta pela tomada do poder* e instituindo o risco ideológico da redução do proletariado a um "autômata manejado por um *comitê*". "A social-democracia, conclui, não está ligada à organização da classe operária; é o próprio movimento da classe operária", e *não deve ser tutelado nem pela* ***ciência****, nem pela luta* ***política***[65].

A ruptura leninista com o marxismo, no que tange à concepção de partido, não foi disfuncional em relação ao seu objetivo maior, que era a vitória da revolução sobre seus inimigos de esquerda e de direita. Tampouco se produziu enquanto uma abstração ahistórica – muito embora tenha se convertido numa abstração desse tipo para os PCs após a vitória de 17 –, antes fora uma interpretação original de uma realidade distinta, reconhecida como tal mesmo por Engels. Tal ruptura podia mesmo se pretender uma continuidade com o marxismo, embora não o fosse, à medida em que sacrificava a liberdade partidária *apenas para que ela pudesse surgir ainda mais forte sobre os escombros da sociedade russa reacionária.* Na verdade, não haveria revolução se o leninismo não lograsse hegemonizar o bolchevismo. Todo o problema é que a *revolução contra o Capital*, saudada por

64. Se podemos falar em um *meio* que se opõe ao *fim* não o podemos fazer simplesmente tendo em mente Outubro, mas, igualmente, seus **resultados**.

65. [Luxemburg, Rosa/1972] pp. 41-49/52/53/58/59/61-63. Apud Claudín/86, pp. 669/670. Apud Getzler/85(v), p. 63.

Antônio Gramsci e os revolucionários de todo o mundo, se demonstrou, ao assumir um perfil decididamente socialista, uma resposta desastrosa naquelas condições de atraso.

O PCb sob Lênin, observou Vittorio Strada, foi capaz de superar o esquema determinista prevalecente na Europa, substituindo-o *pelas improvisações geniais de um competente guia revolucionário, cujo talento ficara explícito na virada de abril de 17, ao desembarcar do exílio determinado a tomar o poder em suas mãos*.

> "(...) Lênin é sobretudo (o) experimentador que opera (...) segundo um projeto modificável. Sua grande descoberta, a única a que jamais renunciou, foi o partido revolucionário: em relação a esse ponto absoluto, tudo é variável".

Baseando-se em Marx, Lênin, às vésperas da revolução, elevara a insurreição à *arte*, declarando-se convencido de que o "sucesso da revolução russa e da revolução mundial **dependem de dois ou três dias de luta**". Em novembro de 17, vitoriosa a revolução, afirmara: "imenso seria o erro dos revolucionários se deixassem escapar o momento". A revolução russa se decidira efetivamente em poucos dias, contribuindo para tanto, sem sombra de dúvida, o modo decidido como os bolcheviques empreenderam a *limpeza do terreno*, varrendo de seu caminho todos os discordantes e adaptando o marxismo à realidade russa mesmo que às custas de tremendos riscos. Essa operação, todavia, levou para o lixo muito mais do que apenas o espírito dogmático dos deterministas mencheviques e a flacidez do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), trazendo à tona a verdadeira base cultural que fizera dessa operação um absoluto sucesso: a concepção de partido inspirada, segundo Strada, nos "revolucionários profissionais de ascendência populista", que têm no *Que Fazer?* de Tchernichévski o seu modelo acabado.

> "A coisa é clara (...): a *ciência* é dada à classe operária de uma vez por todas, e quem a dá não são os *intelectuais* em geral, mas sim aqueles intelectuais determinados"

enquanto intérpretes fidedignos do marxismo[66].

Feito sob medida para o caso russo[67], o aspecto militar e restrito do PCb terá, pelo menos antes de 17, um caráter tático como o prova a Revolução de 1905 e o período semi-constitucional de Stolipin, em 07, quando as conquistas democráticas então arrancadas do czarismo suscitaram propostas de massificação partidária e a adoção da luta legal em larga escala[68]. A flexibilidade tática do partido leninista se converterá em rigidez modelar – plasmada nas *21 condições* – apenas após a vitória

66. Apud [Gruppi, Luciano /1979] p. 24. Apud Strada/85(V), pp. 151-154; gm.

67. Como bem disse Maurice Duverger, "(...) um Estado democrático, em guerra com um Estado ditatorial, deve (...) adotar os métodos do seu rival se quiser vencê-lo". Duverger/87, p. 171.

68. Johnstone/85(V), p.117. Getzler/85 (V), p. 201.

bolchevique, quando um otimismo exagerado se combina com a visão catastrófica do imperialismo como estertor do capitalismo, explicitada por Lênin em 16 n'*O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*[17].

O partido centralizado por uma disciplina de quartel, capaz, segundo George Lukács, de tomar posições "**contra as massas**", mostrando-lhes "o **caminho correto** mediante a **negação de sua vontade presente**", que havia conquistado uma vitória de dimensões históricas por ter **compreendido a natureza da crise russa**, degenera aceleradamente a partir da apressada conclusão acerca da *irreversibilidade do caos e da desordem no mundo capitalista* como efeito da guerra inter-imperialista. Este grosseiro erro de avaliação sobre o destino do capitalismo mundial quase levou a revolução à derrocada, com o *comunismo de guerra* (1918-21)[69], e foi o responsável indireto por importantes derrotas da IC no cenário intra e extra-europeu.

Não apenas a leitura catastrofista da 1ª GM contribuiu para este desfecho, mas também seu transbordante otimismo diante do partido. Mesmo admitindo que "um partido implica a criação de uma autoridade, a transformação do **prestígio das idéias em prestígio da autoridade**, a submissão das instâncias inferiores às superiores", Lênin poderia não ter se empenhado tanto em elidir a natureza periculosa de sua organização para a própria idéia de socialismo. Opondo *burocratismo*, como "princípio de organização da social-democracia revolucionária", à *democratismo*, como "princípio de organização dos oportunistas" – no limite identificado com o anarquismo –, e enfatizando a idéia de "começar pelo topo, preconizando o alargamento dos direitos e poderes do organismo central em relação às partes", Lênin demonstrou a exata dimensão da herança populista em seu pensamento, em flagrante oposição a seu juízo *ocidental* de 04, em *Um Passo Adiante, Dois Atrás*, quando assegurava não defender um modelo específico de partido contra outro, mas "princípios elementares de qualquer organização de partido que se possa imaginar", ou mesmo sua advertência de 07, ao republicar o seu *Que Fazer?*, quanto ao perigo de considerar o texto

> "como algo completamente destacado do seu vínculo com uma situação histórica determinada, com um período determinado, e hoje há **muito ultrapassado**, pelo desenvolvimento do nosso Partido".

Dez anos depois, em *O Estado e a Revolução*, ele afirmará que "educando o partido operário, o marxismo educa uma vanguarda (...) capaz de tomar o poder e de **conduzir todo o povo ao socialismo**", patenteando o acerto de seus críticos no que tange à sua *propensão ao substituísmo das massas pelo partido*, à formulação de mandamentos de uma *perigosa religião do superchefe*[70]. A

69. [Lukács, Georg /1972] pp.119/120. [Rodrigues, Leôncio Martins /1990] p. 40.

70. Apud. Claudín/86, pp. 676/684. Apud. Johnstone/85(V), pp. 116/129. [Lênin, Vladimir I. /1972] p. 65. Lukács/72, pp. 103/104/106-108/110/126.

partir disso, pode-se falar numa degenerescência do leninismo à medida em que se aprofunda sua *nacionalização* teórico-política com vistas à vitória da revolução.

Lênin amadurecera a idéia da tomada do poder após a derrota da Revolução de 1905, especificamente com o episódio conhecido como *domingo sangrento*. Uma vez no poder a política a ser aplicada era a do *programa mínimo*, com a convocação da Assembléia Constituinte (AC) e a constituição de uma ampla base de sustentação para o governo revolucionário. Este governo seria uma ditadura *enquanto esforço de esmagamento do czarismo*, mas não uma ditadura do proletariado (DP) *dada a posição minoritária da classe operária e a necessidade de aliança com os camponeses*, além do *atraso econômico generalizado do país*. Reforma agrária no campo e liberdades republicanas seriam suas bandeiras principais, condensadas, em junho de 1905, na fórmula, segundo o próprio Lênin, extraída da Comuna de Paris (1871): "ditadura revolucionária do proletariado e dos camponeses". Tal processo uniria a classe operária com os camponeses e a pequena-burguesia radicalizada – representada pelos socialistas revolucionários (SRs) –, excluindo os liberais. Esse posicionamento teria duas implicações importantes no contexto do pensamento social-democrático em questão: *desburguesava* o conceito de revolução burguesa, e radicalizava-o ao extremo ao inserir os social-democratas na sua vanguarda ligando-a, ademais, à perspectiva da revolução socialista mundial[71].

A *ditadura democrática*, sustentada em *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* (1905), refutava o conceito parvus-trotskista de *revolução permanente*[72]. Dizia Lênin então: "buscar a salvação para a classe operária em qualquer lugar que não o **futuro desenvolvimento do capitalismo** é uma **idéia reacionária**". Lênin sustentaria essa posição até maio de 17, quando a duplicidade de poderes (governo provisório x sovietes) inaugurada pela derrubada do czarismo (Revolução de Fevereiro de 17) e a perspectiva de uma iminente revolução européia, em função da 1ª GM, tornaram, aos seus olhos, supérflua a fase de desenvolvimento capitalista.

> "Se não houvesse a guerra, a Rússia talvez pudesse viver durante anos (...) sem uma revolução contra os capitalistas. Com a guerra, esta perspectiva é objetivamente impossível: ou sucumbiremos ou faremos a revolução contra os capitalistas";

dizia então. Já em abril, ao retornar do exílio europeu, ele fizera a defesa aberta de uma ditadura do partido, com completa *autonomia*, e de uma campanha de desmascaramento dos reacionários e vacilantes. O tom do líder maior dos bolcheviques reforçou sobremaneira a tendência de sua facção ao isolamento em relação às outras forças socialistas. Nesse momento, o *neobolchevismo* do Lênin das

71. Paulo Netto/82, p. 9. Apud Getzler/85(v), pp. 27-31.

72. Parvus e León Trótsky conceberam o caráter *permanente* da revolução russa inspirados na teorização marxista de 1847. Marx e Engels, então, preconizavam para a Alemanha uma revolução burguesa que se transformaria imediatamente em proletária; daí seu caráter *permanente*. (Id., p. 70)

Teses de Abril provocou sérias dissensões internas no PCb, com Kamenev e Rikov se pondo na linha de frente da defesa das teses leninistas de 05, que, como já vimos, vislumbrava primeiramente a superação do *atraso* antes que se pudesse falar em socialismo. Lênin se esforçou por convencê-los de que o *Estado-Comuna*, já presente na dualidade de poderes – embora sem perspectiva de desenvolvimento pela *ação deletéria das lideranças soviéticas pequeno-burguesas* – não implicava na "instauração do socialismo"[73].

Diante dessas dificuldade e da flagrante dubiedade do discurso leninista, o menchevista *centrista* Plekhânov desferiu-lhe ferozes ataques, procurando descredenciá-lo como pensador marxista: *ao mesmo tempo em que se fala em*

> "derrubada do capital", excluí-se "a instauração do socialismo como tarefa imediata". "Se (...) o capitalismo não alcançou a etapa mais elevada em que entra em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas, é absurdo incitar os trabalhadores da cidade e do campo e os camponeses pobres a derrubá-lo (...) a tomar o poder".

Tal concepção, prosseguia algo profeticamente, *se vitoriosa, só poderá acarretar no desperdício de toda a luta socialista levada a cabo na Rússia nos últimos 30 anos e na perda da liberdade política a pouco conquistada*[74].

Alheio a todas as críticas e dificuldades, Lênin conseguirá costurar, na Conferência de Abril do PCb, uma fórmula de unidade, conclamando os bolcheviques à tomada do poder ao mesmo tempo em que condenava a execução imediata de um programa socialista[75].

Um dos motivos que levara Lênin a proclamar, em maio, a *necessidade da luta contra os capitalista*, a guerra, simplesmente, como nos diz Alexandr Martinov, *não tinha a menor chance de desembocar numa revolução mundial.* Phillip Scheidemann, na Alemanha, e Pierre Renaudel, na França, dois países fundamentais para sua eclosão, eram inimigos de qualquer perspectiva revolucionária e ainda contavam com expressivo apoio no proletariado desses países[18]. Lênin abstraía essa realidade porque seu projeto de poder era *estranho ao socialismo autêntico, parecendo mais a soma do "socialismo de guerra" alemão e inglês* com uma visão de *ditadura proletária* que implicava *construir uma ordem socialista por cima de qualquer consciência social*[19][76].

Tal *construção* nunca chegou a se constituir num verdadeiro problema para Lênin e Trótsky –

73. Apud Johnstone/85(v), pp. 119/120; ggmm. Apud Getzler/85(v), pp. 33/35.
74. Apud id., p. 36.
75. Id., p. 38.
76. Apud Getzler/85(v), pp. 36/37/39.

pelo menos até que, de alguma forma, fossem atingidos pelo poder que ajudaram a criar. Ambos estavam de acordo, por exemplo, quanto à formação de um *governo* ***homogêneo*** *de bolcheviques, que* ***sufocasse as oposições com o terror***, como primeira medida a se tomar depois da vitória da insurreição que tentavam liderar[77].

Tamanha ousadia não era uma irresponsabilidade, antes estava assentada na convicção de que a política burguesa do governo provisório de Kerenski e dos liberais, apoiada pelos mencheviques *direitistas* e os SRs, levaria, inexoravelmente, ao prolongamento da situação de dualidade de poderes até o paroxismo. Promovia-se, então, uma política de compromissos que, no bojo da crise aguda desencadeada pela guerra, caminhava para o desastre nacional. Se os bolcheviques não tivessem tomado para si o poder ele seria, muito provavelmente, unificado pelas mãos da restauração monárquica – saída crescentemente vislumbrada pela burguesia para o caos imperante, como o atesta o golpe derrotado do General Kornílov de 30 de agosto de 17[78].

Para os russos não havia saída fora de uma ação armada para a superação do impasse. Nesse aspecto a revolução bolchevique fora branda, ainda mais se imaginarmos o tipo de ação repressiva que teria se sucedido, no caso da vitória monarquista, sob os auspícios dos combatentes da antiga *okrana*, para *acalmar* as massas e calar os rebeldes. No entanto, a tomada do poder tendo por objetivo a construção do socialismo *à fórceps* – objetivo que seria facilmente legitimável, como o foi, pela reação emocional de uma população imersa em gravíssima crise e sem condições de encontrar apoio internacional para sua revolução – invalidara por completo a possibilidade de um novo *consenso* em torno do bolchevismo que viabilizasse a modernização democrática imaginada em 05. A saída revolucionária, firmemente escorada na *opinião pública* da época, não poderia ser detida por uma objeção teórica conjunturalmente irrelevante, embora muito importante e verdadeira – a de que a ditadura bolchevique para a implantação do socialismo teria o efeito exatamente contrário ao pretendido por seus idealizadores –, todavia, a obstinação leninista sim, poderia ter recuado.

Mas não foi o que aconteceu. Uma vez no poder o leninismo teve seus traços degenerativos ampliados, ao invés de reduzidos. O aumento do hiato entre a gerência de um país em crise convulsiva, com guerra civil, e a perspectiva utópico-programática da revolução conduzira, num primeiro instante, não ao recuo, mas ao avanço da perspectiva utópica no que toca à economia. A proposta populista do *salto* da Rússia atrasada para o socialismo – encampada, como já vimos, por Lênin, apesar da impotência operária reconhecida por ele próprio –, impossível de ser alcançada, teve o efeito político de **esterilizar o conjunto da utopia socialista**, sobretudo aquela parte que dizia

77. Ibid., pp. 42/43. O sectarismo de Lênin já era notório em 16, quando condenara Martov e Trótsky como *social-chauvinistas* que não eram *dignos de tomarem parte de um novo poder*, mesmo estando ele, àquela altura, definido com base na aliança com a pequena-burguesia radicalizada. (Id., p. 32)

78. Gruppi/79, p. 188.

respeito à liberdade. Os meios exigidos para a viabilização da economia socialista, na ausência de capital privado, mostraram-se, **em tudo**, estranhos aos ideais utópico-libertários do programa. Sua defesa a **todo custo** se traduzira não num esforço de adaptação para a **preservação do objetivo final**, mas, justamente, no seu abandono integral. Os sacrifícios pedidos em nome das *bases materiais para a construção de uma nova civilização* apenas serviram para o sucesso da mais despótica e alienante das industrializações que se tem notícia no mundo, reduzindo os sacrifícios da classe operária inglesa nos primórdios do capitalismo anglo-saxão a murmúrios inaudíveis.

Lênin em nenhum momento perdeu o *pé* da realidade trágica sobre a qual sua revolução se equilibrava. Mas, tampouco, parecia sensível a ela. Em 22, ao defender sua obra dos ataques do menchevique Sukhanov, qualificou-a como *um processo de modernização exitoso que enfrentava as incertezas da história com* "coragem revolucionária". O melhor referencial de ousadia que encontrou, então, para apoiar sua argumentação foi, sintomaticamente, o Napoleão do *"on s'engage et puis... on voit"*[79]. A forma *aventureira* de encarar o devir revolucionário pode estar na raiz do sobejo despreendimento que lhe era peculiar – tanto em relação ao desafio revolucionário propriamente dito, quanto aos seus resultados concretos. Deve radicar aí a explicação para seu comportamento, enganosamente pragmático, durante o processo de consolidação do poder. Ao justificar o acordo de Brest-Litovsk, por exemplo, ele afirmara:

> "se não és capaz de te **adaptar**, se não estás disposto a **esfregar-te na lama**, então não és um revolucionário"; "(...) a revolução mundial", por ora, " é uma fábula muito querida (...)"

que não compromete a ***defesa incondicional*** *da revolução*[80].

O voluntarismo napoleônico não era uma exclusividade de Lênin. Podemos notá-lo também em Engels:

> "(...) as pessoas que se vangloriam de terem feito uma revolução sempre descobrem no dia seguinte que (...) a revolução *feita* **não se parece nem um pouco com a que eles gostariam de ter realizado** (...). **Para mim o importante é que o impulso seja dado** na Rússia, **que estoure a revolução**. Se esta ou aquela fração é que deve dar o sinal, se ocorre sob esta ou aquela bandeira, para mim é de pouca relevância (...)".

O prejuízo derivado desse tipo de juízo para o movimento operário e socialista mundial dispensa, hoje, maiores comentários. Mesmo Trótsky, que na introdução da *História da Revolução Russa* descrevera a complexidade do fenômeno modernizante nos países atrasados, pulando etapas e usando o Estado

79. "Engajemo-nos e depois ... veremos".

80. Apud Johnstone/85(v), p. 139. Apud Strada/85(v), pp. 154/155; ggmm.

como alavanca em processos cujas conseqüências eram gravíssimas sobre o *tecido* social, perderia toda a cautela em relação à tomada do poder nessas condições ao olhar para a, também sua, *criatura* e convencer-se de que *não se pode aprender a montar um cavalo a não ser quando se está assentado firmemente sobre ele*[81].

Ao *montar* sobre a Rússia arcaica, composta por um Estado czarista nem burguês nem feudal, uma nobreza fundiária retrógrada e dependente do Estado, uma burocracia de bases amplas e camponeses atrasados, os bolcheviques experimentaram o fel próprio das situações *complexas*. O setor burguês economicamente moderno fora esmagado no processo de formação do Estado totalitário, que não vacilara em apoiar seu projeto de modernização numa economia de guerra, baseada na exploração da classe operária e dos camponeses pobres com base em sólidas, porém duvidosas, razões políticas.

No IX CONGRESSO do PCb (1920), diante da tragédia dos primeiros anos da revolução, quando a guerra civil levara à militarização do trabalho, Trótsky se empenhará por aprofundá-la:

> "a militarização do trabalho é impensável sem a **militarização** dos próprios **sindicatos**, sem o estabelecimento de um regime em que cada operário se **sinta um soldado** do trabalho que **não pode dispor de si mesmo livremente**; quando recebe uma ordem para transladar-se, **tem que cumprí-la**: se não o fizer será um **desertor** que deve **ser castigado**. Quem deve ocupar-se disso? O sindicato. Ele cria o novo regime. Isto é a militarização da classe operária".

Nikolai Bukhárin aduziria outros argumentos na defesa do comunismo de guerra:

> "(...) no próprio nome de uma real e não fictícia liberdade da classe operária, é necessário abolir a *liberdade de trabalho* (...a liberdade de mudar de emprego). Ela não mais se adapta a uma *economia planejada* (...). Conseqüentemente, um regime de **trabalho obrigatório** e de **distribuição estatal da força de trabalho**, sob a ditadura do proletariado, já expressa um grau de organização relativamente elevado de todo o aparelho e de estabilidade do poder proletário como um todo".

O "sistema universal de trabalho obrigatório" seria a "escravidão das massas de trabalhadores" apenas sob o capitalismo, "na ditadura do proletariado" ela nada mais era "do que a auto-organização do trabalho pelas massas"[82].

A idéia da fusão do sindicato com o Estado, que Lênin havia sustentado em 18-19[20], fora derrotada pelo próprio, no X CONGRESSO do PCb (1921), em função de seu temor de que a burocratização geral do poder comprometesse os sindicatos, estimulando a criação de sindicatos

81. Apud. Melo/88, p. 67; ggmm. Apud Lewin/86, p. 213. Lukács/72, p. 102.

82. Apud Rodrigues/90, pp. 41/45; ggmm.

independentes por pressão das massas insatisfeitas e das lideranças sindicais defensoras da democracia nas fábricas. A alternativa apresentada, e vitoriosa com o apoio de Kamenev, Zinoviev, Stálin e Kalinin, foi a proposta de co-gestão, que previa um sindicato ao mesmo tempo representativo das massas e com uma função auxiliar de "escola do comunismo", a fim de sustentar a DP evitando greves e dissensões mais graves. Como conclui Strada,

> "a oposição entre Lênin e Trótsky sobre os sindicatos não é a oposição entre uma concepção *democrática* e uma concepção *militarista* (...), mas entre dois modos diversos de **subordinar o sindicato ao poder político central**[21] (...)".

Numa fase de recuo como a da Nova Política Econômica (NEP), a saída mais plausível era efetivamente aquela defendida pelos leninistas. Trótsky – para Strada, "no fundo, o único verdadeiro jacobino entre os bolcheviques"; apesar de ter denunciado o jacobinismo de Lênin no início do século –, "levado (...) pelo esquematismo de sua *revolução permanente*", ficara impedido "de captar a novidade radical" do momento[22]83.

A NEP surge como saída emergencial para o país depois da guerra civil (1918-20), que , nos diz Moshe Lewin, provocara

> "(...) uma dramática inflexão no desenvolvimento do país. No início da NEP, em 21, não somente a economia soviética estava tomada pelo **caos**, mas as cidades haviam se **despovoado**, a burguesia fora **destruída**, e, com ela, se perdera boa parte do **talento** profissional, administrativo, cultural e intelectual da nação. Ainda mais grave, do ponto de vista do regime, foi o intenso **enfraquecimento** da classe operária", *que perdera metade do seu contingente especializado*. "Foi como se **grande parte do desenvolvimento** social e econômico experimentado pela Rússia depois de 1861, tivesse sido **varrida**, e a sua cultura – espiritual e política – houvesse **regredido** a uma fase anterior, **primitiva** (...)".

No campo, *arruinou-se a produção em escala e a eficiência no trabalho em função do igualitarismo que predominou na divisão das terras*; restabeleceu-se o *dvor* (sistema tradicional de propriedade familiar), desembaraçado de qualquer elemento capitalista-moderno, e formou-se uma classe de proprietários tradicionais que experimentaram um ascenso de *status*. O *mujique* (camponês) fechara-se em seu *mir* (mundo) com direito consuetudinário, sua religião ruralizada, seu ambiente arcaico onde predominava um comércio escasso, arados de madeira e o sistema rotativo de três campos[23]84.

Percebendo o momento de agudo isolamento, tendo contra si a população camponesa, operária e as classes médias remanescentes, Lênin fala em modernização e **ocidentalização** como solução. Na

83. Strada/85(v), p. 155/157/158. Apud Rodrigues/90, p. 42.

84. Lewin/86, pp. 217/219/220; ggmm.

cidade, porém, era tarde para se evitar a instalação do dissenso na base social do regime. O "amplo consenso proletário" que, segundo Israel Getzler, sustentara a "ditadura comunista de minoria" em seus primórdios estava em frangalhos como demonstrara a insurreição na fortaleza de Kronstadt (1921). Ela, junto com a NEP, marcará o **fim do ciclo utópico** de Outubro. Sintomaticamente, em janeiro de 22, numa reversão completa das polêmicas do IX e X CONGRESSO, passava-se a considerar "danoso e **inadmissível** (...) **qualquer tipo** de intervenção direta nas empresas por parte dos sindicatos" e deixava-se de frisar seu papel ideológico na *educação dos trabalhadores para o socialismo*[85]. Abandonava-se, portanto, não apenas a idéia de se usar os sindicatos como um contra-peso à crescente influência da burocracia de Estado, mas ***de fato*** a própria via imediata para o socialismo – na qual a guerra civil, antes de ser um escolho, era percebida como um elemento de radicalização – que havia caracterizado o leninismo em 17[24].

A associação da *oposição de esquerda* – cujo programa era: autonomia para os sindicatos, liberdade de reunião para os operários e camponeses, libertação dos presos políticos de esquerda e um governo soviético "sem os bolcheviques" – à revolta de Kronstadt, sinalizou aos bolcheviques o perigo que corriam de, após derrotarem as forças situadas à sua *direita* na guerra civil, perderem o controle da situação para os grupos situados à *esquerda*, num momento particularmente delicado quando, em plena crise, se revertia o modelo econômico e social com políticas de *recuo* ao capitalismo de Estado. O recrudescimento da repressão, aparentemente em contradição com a NEP, visava impedir, justamente, que o *recuo* se desdobrasse em direção ao poder político, ameaçando a ditadura do partido. Por isso, mesmo após o término da guerra civil, Lênin, apesar de querer limitar a autonomia da polícia política (*Tcheka*), insistiu na necessidade de manutenção do terror:

> "o tribunal não deve eliminar o terror, (...) precisa **justificá-lo** e **legitimá-lo** no **plano dos princípios**, de modo claro (...). A formulação deve ser a **mais ampla** possível"[86].

Apesar do evidente fracasso do projeto bolchevique de rápida transição para o socialismo depois da tomada do poder político, Lênin não ensaiou nenhuma autocrítica:

> "nossos adversários nos disseram muitas vezes que empreendemos uma obra insensata ao pretender implantar o socialismo num país que não é bastante culto. Mas se enganaram: nós começamos não a partir de onde se **devia** começar segundo a teoria (de todos os tipos de **pedantes**), e entre nós a mudança política e social **precedeu** a mudança cultural, a revolução cultural diante de que hoje nos encontramos. Agora nos **basta realizar esta revolução** (...) para nos tornarmos um país **completamente socialista**".

As coisas não se passavam exatamente assim. O atraso cultural do país não apenas tornara-se de mais

85. Getzler/85(v), pp. 26/27/209; ggmm.

86. Getzler/85(v), p. 209. Apud Johnstone/85(v), pp. 133-135; ggmm.

difícil reversão em função do esmagamento do setor econômico moderno, como, aliado ao brutal retrocesso político-social ocasionado pela revolução e mesclado com a ideologia leninista, transformara-se num terrível obstáculo para a modernização global do país. Criara-se um círculo vicioso. Para reerguer as grandes fábricas arruinadas, como já vimos, utilizou-se a ditadura de "direção unipessoal" e não um processo participativo capaz de mudar mentalidades. A convergência do partido de vanguarda, construído de cima para baixo, com os institutos unitários de poder revolucionário, construídos de baixo para cima, que até janeiro de 18 pareciam factíveis, deixava de ser perseguida. Restava ao leninismo a perspectiva de prosseguir, apesar da NEP, na busca daquilo que entendia como o fundamental do socialismo: "a supressão das classes". A primeira parte dessa tarefa, de *abater o poder dos proprietários rurais e dos capitalistas*, já havia sido cumprida e para o prosseguimento dessa meta vislumbrava-se "um longo período de tempo" no qual a decretação de "medidas administrativas apressadas (...) só serviria para tornar mais lenta e difícil esta passagem". Já em dezembro de 19, Lênin estava consciente das dificuldades que teria pela frente, mas sua confiança continuava inabalável, ainda em novembro de 21, em função da própria sobrevivência "de uma república soviética na situação de cerco capitalista". "Isso parecia inconcebível, política e militarmente (...) mas se tornara (...) um fato"; gabava-se[87].

Somente em dezembro de 22, já com a saúde abalada, admitiria ele que o Estado soviético, quinta-essência da Revolução, parecia-se com o velho aparelho czarista "benzido com o óleo soviético", "(...) que aquilo que chamamos de **nosso aparelho** nos é **inteiramente estranho**; trata-se de uma **salada burguesa e czarista**". Em março de 23, em seu último artigo, *Melhor Poucos Mas Bons*, seria até mais ácido reconhecendo que os esforços para melhorar o aparelho estatal soviético só tinham demonstrado "sua **ineficácia**, sua **inutilidade** e inclusive sua **nocividade**". A universalidade de seu modelo revolucionário também fora questionada, nos diz Gramsci, com a "fórmula de frente única" adotada em 22 no IV CONGRESSO da IC. "Parece-me que Ilitch compreendera a necessidade de uma conversão da guerra manobrada (...) à guerra de posição, que era a **única possível** no Ocidente", embora não tenha tido "tempo de aprofundar sua fórmula". O tom de suas últimas formulações, de fato, era completamente destoante do que sustentara em 17-21. No entanto, nenhuma medida democratizadora fora proposta, nenhuma autocrítica séria sobre a ditadura do partido fora efetuada. Paradoxalmente, continuava convencido de que a revolução era um sucesso. Em janeiro de 23, prescrevia, em *Sobre a Nossa Revolução*:

> "começar pela conquista, através do caminho revolucionário, das **premissas** necessárias para este determinado nível; e, **depois**, com base no poder operário-camponês (...), mover-se para atingir outros povos". "(...) Em outubro de 1917 (...) nos aventuramos numa séria luta, depois vimos detalhes de desenvolvimento (do ponto de vista da história mundial...), como a paz de

87. Apud [Medvedev, Roy A. /1986] pp. 54/56; ggmm. Apud Rodrigues/90, p. 42. Apud Gruppi/79, pp. 156/222/256.

> Brest ou a NEP, etc. E, atualmente, já **não existem dúvidas** de que tivemos substancialmente uma **vitória**".

Em março, arrematataria:

> "se, para criar o socialismo, é preciso um certo grau de cultura (...), então por que não (...) (conquistá-lo) por via revolucionária (...) de modo que possamos **em seguida** (...) marchar para alcançarmos os outros povos?"[88]

Sua famosa crítica a Stálin, feita em janeiro – motivo de orgulho para muitos leninistas ainda hoje –, pela fatuidade de seus argumentos, patenteia sua preocupação obsessiva com a sobrevivência do regime **acima de tudo**:

> "Stálin é muito **grosseiro** (...). Por isso, proponho aos camaradas que pensem na maneira de tirar Stálin deste cargo e de designar para ele um outro homem que, à parte todos os outros aspectos, distinga-se (...) por (...) ser mais **tolerante**, mais **leal**, mais **cortês** e mais **atencioso** em relação aos camaradas (...). Esta circunstância pode parecer uma insignificância. Mas penso que, se queremos evitar uma cisão, e diante do que escrevi acima sobre a relação entre Stálin e Trótsky, não é uma insignificância (...)"[89].

Afora o apego pela *criatura*, outra explicação para esse fenômeno, certamente mais consistente, seria a *cegueira* ideológica advinda do efeito bumerangue do construto leninista *ideologia revolucionária do proletariado*. Tal operação de redução do marxismo à mera ideologia política – mesmo tendo Marx combatido fortemente, em seus debates filosóficos com os neo-hegelianos de esquerda, qualquer perspectiva nesse sentido – **impediu** os bolcheviques de usá-lo como **instrumento crítico** na análise de seu **próprio poder**[25]. Para Lênin, como nos diz Luciano Gruppi,

> "a ideologia do marxismo (...) supera a *falsa consciência*, na medida em que é consciente da relação entre **ser social** e **consciência**, e em que realiza um grau superior de objetividade científica. Há assim em Lênin um certo empobrecimento da complexa relação marxiana entre ciência e ideologia, que pode diminuir a vigilância crítica (...) em face da ideologia (...)"[90].

Toda a luta revolucionária foi feita em nome de tal ideologia, que Lênin ligava indissoluvelmente ao marxismo. A própria defesa do poder revolucionário transformava-se, aos seus olhos, em luta pela defesa do próprio marxismo. No entanto, o desperdício da chance de operar um recuo democrático no momento em que admitira a inexorabilidade da etapa do capitalismo de Estado – que o fez arquivar

88. Ibid., pp. 79-82; ggmm. Apud Gruppi/78, p. 140; gm. Apud Strada/85(v), pp. 156/157. Apud Getzler/85(v), pp. 72-74. 1º, 3º e 4º ggmm.

89. Ibid.; ggmm.

90. Gruppi/79, p. 30.

por completo sua utopia de autogestão operária formulada em *O Estado e a Revolução*, às vésperas da tomada do poder –, não deve ser explicado apenas pela aferração dogmática ao seu **próprio** *marxismo*, mas também em função de uma situação política objetivamente complicada. Recuar à democracia depois de haver instituído o terror como método político é algo muito difícil, diria mesmo praticamente impossível, num contexto de crise generalizada como aquela dos anos 20-22 – quando ele ainda detinha influência direta sobre o poder. O horizonte de semelhante operação seria, muito provavelmente, a perda do poder a curto e médio-prazo sem a certeza de salvação, a longo-prazo, da utopia socialista e a ida ao cadafalso – o que já havia sucedido aos revolucionários franceses a mais de um século atrás.

Se em relação às opções políticas no contexto da NEP ela pode ser classificada como secundária, a redução do marxismo à ideologia pode ser concebida como de fundamental importância para a ascensão de Stálin ao topo do poder. Sua interpretação idealista do marxismo antecede em muito a tomada do poder e a acentuada degenerescência do bolchevismo que se seguiu, como o demonstra essa formulação de 06-07:

> "é necessário saber, antes de mais nada, que o socialismo proletário não é propriamente uma doutrina filosófica. É a **doutrina das massas proletárias**, a sua bandeira: os proletários do mundo a **veneram** e se **inclinam** diante dela. (...) Quem luta contra esta doutrina (...) deve estar bem consciente (...), para não quebrar levianamente a cabeça numa luta desigual"[91].

Sem dúvida, o marxismo estabelecera uma ligação entre a visão materialista da história e a classe explorada sob o capitalismo, porém, ela, apesar de ser uma identidade *a priori*, não deixava de depender do desenvolvimento ulterior da luta de classe, vale dizer, da práxis[26] – conceito posteriormente desenvolvido por Gramsci. A práxis, que se realiza na luta política, é o elemento, em última instância, determinante para o estabelecimento da ligação entre classe e teoria. Isto está muito longe do juízo stalinista que encara o marxismo como pura **doutrina de luta**, algo como uma ideologia redentora imanente que não se limitaria a ser "apenas a teoria do socialismo", mas "uma concepção **completa** do mundo, um sistema filosófico do qual brota **naturalmente** o socialismo proletário de Marx", que "se chama *materialismo dialético*". Em outras palavras, a ideologia do proletariado enquanto "teoria universal que dá conta do mundo" prescinde da própria análise materialista da história porque suas conclusões são imanentes, *brotam naturalmente*. Desta percepção ultra-idealista do marxismo, observa Valentino Gerratana, deriva a evidência e a simplicidade dedutiva como "os principais requisitos das teorizações stalinianas" que servem "como fundamentação para a certeza da **fé**" e para a formulação de bandeiras de combate onde a "coerência" está "fora de discussão". O *marxismo-leninismo*, enquanto **ideologia oficial**, sublimara a realidade para adequá-la à teoria, mistificando-a de modo a cancelar e ocultar as contradições e conflitos do real, como nos diz

91. In Paulo Netto/82, p. 29. Apud Gerratana/87, p. 241; ggmm.

Franz Márek: "a teoria devia encontrar uma confirmação imediata num **mundo aparente**; a realidade devia encontrar justificação imediata numa **teoria aparente**". Lênin ao converter a teoria em palavra-de-ordem não subsumiu-a à ideologia, embora em momentos específicos o tenha feito. Stálin, ao contrário, converteu a palavra-de-ordem em *teoria*, isto é, fê-la assumir uma **máscara conceitual pré-determinada pela doutrina** da qual a palavra de ordem podia ser **simplesmente deduzida**[92].

Tudo isto foi feito em defesa do "caráter criador" do marxismo. Stálin, frisou Márek, formulou

> "**dogmas *criadores*** para justificar *a posteriori* a razão de Estado (...) Em 1937, proclamou o inevitável aguçamento da luta de classes no socialismo; em 1939, declarou que a luta de classes terminara". O triunfalismo estava "sempre na base de todas as teses (...). Todas as afirmações 'têm uma intenção programática, **instrumentalista**: servem para explicar, justificar, promover (...) determinadas ações (...)', como observou Marcuse". "Trata-se, por um lado, da continuidade entre uma doutrina (...) marcada por idéias humanistas (...) e, por outro, da modificação (...) brutal dessa doutrina com o objetivo de justificar uma práxis anti-humanista".

O stalinismo fora capaz de ligar a perversão dos atos a uma *concepção teórica* extremamente atraente, embora meramente normativa e abstrata. Essa genial operação de *marketing político* plasma-se exemplarmente no processo de elaboração da Constituição soviética de 36, onde se afirmava o direito das nações à autodeterminação, a liberdade de investigação científica, a igualdade das relações com os países socialistas e celebrava o homem como "o capital mais precioso", ao mesmo tempo em que o super-chefe lambusava-se com a máquina do terror, empenhada contra todos estes valores, e brandia *aos quatro ventos* suas qualidades de *fabuloso humanista* e *benfeitor do povo soviético*[93].

A lógica do pensamento stalinista, sem o qual não se pode entender o *marxismo-leninismo*, foi condensada com felicidade por Márek em sua crítica à obra síntese de Stálin:

> "o *Breve Curso de História doPC(b) da URSS*[27] é toda uma sucessão de vitórias (...) dos bolcheviques sobre **idiotas, delinqüentes e espiões**, na qual as concepções criticadas (...) são apresentadas de modo deformado ou caricatural",

*chegando ao requinte da difamação de posições que **jamais** foram defendidas*.

> "A base das simplificações stalinianas é a **completa identificação** entre as leis do desenvolvimento social e as leis naturais, (...) apesar de toda a complexidade dos fenômenos da vida social (...)".

92. Id., pp. 242-244; ggmm. [Márek, Franz/1986] p. 282; ggmm.

93. Apud Márek/86, pp. 275-278; ggmm.

Em seu escrito sobre a linguística, por exemplo, ele descreve o marxismo como "ciência das leis do desenvolvimento da natureza e da sociedade". Essa combinação entre determinismo histórico e voluntarismo, sem nenhuma mediação, fez Stálin ver *leis necessárias* em todos os lugares. Em seu discurso **tudo que é bom ocorrerá necessariamente**. Exemplos dessa mentalidade prosáica e, ao mesmo tempo, impressionista são facilmente encontráveis em sua *obra*. Em setembro de 24, ele proclamaria: "(...) uma **férrea** necessidade faz com que a formação de governos social-democratas nos anos 20 leve à dissolução dos partidos social-democratas". Em seu discurso ao Pleno do CC em abril de 29, encontramos essa passagem: "pode ser justa a acusação de que os camponeses são explorados na URSS? Não, é **impossível**, já que o contínuo aumento do bem-estar dos camponeses é uma lei de desenvolvimento (...)". E mais, respondendo ao discurso de Winston Churchill em Fulton, ele definiria o crescimento dos partidos comunistas como *uma lei de desenvolvimento inevitável.* Apesar de seu fascínio pelas *leis históricas inevitáveis* e as *vontades férreas*, Stálin não deixou de ser, acima de tudo, um voluntarista. Assim, "as dificuldades da construção do socialismo são uma lei, mas – **porque somos bolcheviques** – haveremos de superá-las"; proclamava no informe ao XV CONGRESSO do PCb, em dezembro de 27[94][28].

O prolongamento da ditadura do partido, em meio ao virtual abandono da utopia econômico-socialista – que fora o que restara da utopia bolchevista –, propiciou o desenvolvimento de todas as condições, com a estabilidade passageira que proporcionou, para a consolidação de um novo e poderoso poder alicerçado diretamente na burocracia[29] e em simbiose com o PCb e os *resíduos* de sua antiga base social. Stálin, sem demérito para suas qualidades de articulador político, apenas precisou estender a mão para colher os frutos maduros do totalitarismo cultivados por Lênin.

Kautsky em 36, como nos descreve Massimo Salvadori, já qualificara com precisão a ditadura pessoal de Stálin não como um *desvio*, mas como *a própria materialização do poder bolchevique, que não passava de uma ditadura de uma minoria armada sobre a maioria desarmada.* Uma *ditadura pessoal como prolongamento da perspectiva leninista de socialismo pelo alto*, traduzido à linguagem oriental pela *burocracia dominante que tomou de empréstimo os métodos czaristas* ***expurgado-os*** *de seus aspectos* ***artesanais***. Ao mesmo tempo em que dá prosseguimento ao projeto de superação do arcaísmo tártaro a prática leninista está *baseada nos métodos* ***tradicionais***, forjando o paradoxo do bolchevismo. Para ele, Stálin fora o ***herdeiro histórico-político***, embora não *abstrato*, de Lênin. *Fora Lênin quem destruíra a possibilidade do desenvolvimento democrático aberta na Rússia em fevereiro de 1917 e forçara as condições econômico-sociais não maduras para o socialismo. O preço fora a* ***ditadura armada***, *que* ***inútilmente*** *Lênin buscara conciliar com uma democracia soviética,* ***impossível em si***. *Fora Stálin que* ***eliminara definitivamente a contradição***, *tornando-se, ao mesmo tempo,*

94. Apud Márek/86, pp. 281-283; ggmm. Gerratana/87, pp. 248/253-255.

herdeiro e ***depurador*** *do leninismo*[95].

A herança principal de Stálin, para Boris Souvarine, fora a *alma leninista* "voltada para a conquista (...) do poder absoluto". Sua ascensão no partido fora uma decorrência dessa identificação em função das *qualidades pessoais requeridas por aquele tipo de organização*, da qual ele era

> "uma espécie de protótipo". "A obediência passiva que ele exigia de seus inumeráveis subordinados, (...) não fazia mais do que acentuar (...) a noção militar da disciplina herdada do *comunismo de guerra* e teorizada por Lênin e Trótsky em ruptura com os princípios que defendiam".

Stálin não apenas se adaptara com perfeição ao *sistema*, como desenvolvera a faceta original de "**coveiro** de seus mitos ideológicos", desempenhando um papel *purificador*[96] em relação à nacionalização do marxismo efetuada por Lênin/Trótsky, no sentido de aprofundá-la tornando as práticas de governo e de partido de seus epígonos mais autenticamente russas.

Esse pequeno, porém importante, ajuste na ideologia leninista, plenamente funcional em relação às necessidades da nova camada dominante enquistada no seio do Estado, começou pelo rompimento dos laços com o trotskismo e o bukharinismo – vertentes leninistas-utópicas residuais no bolchevismo, depois do desaparecimento de Lênin. O processo evoluiu gradualmente até o expurgo parcelado[30] dos elementos partidários identificados com esses formuladores *utopistas*. A máquina do terror empreendia o aniquilamento do *Estado-maior da classe operária*, o *núcleo duro da vanguarda do proletariado*, que, como portadora **da** verdade, alimentara o monstro agora era devorado por ele. A partir daí o poder caíra nas mãos de Stálin coadjuvado pelos burocratas, com os quais virtualmente *dividia* o poder. Livre de seus pares utópicos, cujas mentes dividiam-se entre a grande rússia e a revolução mundial, Stálin desenvolveu com radicalidade seu projeto modernizador-nacional-totalitário, sem abrir mão de sua *etiqueta*[31] utópico-marxista/leninista – com a qual se relacionava tranqüilamente pelo simples motivo de seus fundadores estarem mortos e enterrados (ou *mumificados*).

Complementando os *expurgos* Stálin em 38 dará forma à história oficial resgatando, conforme José Paulo Netto, *partes problemáticas do último Engels* (*Anti-Dühring*, *Dialética da Natureza*, *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*) e do Lênin do *Materialismo e Empiriocriticismo*[97]. Sob sua influência direta amalgamava-se a *ideologia bolchevique* oficial, o *marxismo-leninismo*, o padrão cultural e político que marcaria definitivamente o MCI.

95. [Salvadori, Massimo L. /1986] pp. 290/291/295/296.

96. In Paulo Netto/82, pp. 52/55/72. Apud Gerratana/87, pp. 227/228/ 251/252. Apud Salvadori/86, pp. 330/331; gm.

97. Paulo Netto/82, pp. 13/15/16/18.

Stálin transformará Lênin no *pai* do marxismo entendido como um ***compêndio sistemático***

> **"de regras e princípios de orientação** para **dirigir** a luta de classes do proletariado. (...) A estratégia e a tática do leninismo são a **ciência da direção** da luta revolucionária do proletariado".

A *mãe*, todavia, fora o próprio Stálin, que dera a forma e o impulso para sua afirmação. A teoria transformava-se num arcabouço funcional onde o materialismo dialético aparecia como "a teoria geral do partido marxista-leninista" e "o materialismo histórico" estendia "os princípios do materialismo dialético à análise da vida social". Não se tratava de mera improvisação, mas de uma interpretação bastante persuasiva aos olhos dos militantes bolcheviques formados na cartilha leninista[32]:

> "a DP é o instrumento da revolução proletária (...) criado com o fim (...) de esmagar a resistência e (...) levar a revolução até a vitória completa do socialismo", é preciso considerá-la "a passagem do capitalismo ao comunismo, (...) como toda uma época histórica, cheia (...) de avanços e recuos, vitórias e derrotas". "Mas o que significa *manter* e *estender* a ditadura? Significa infundir nas massas (...) **disciplina** e (...) organização; significa (...) criar uma **barreira contra as influências do caráter pequeno-burguês** (...); significa ajudar as massas proletárias a se educarem (...). E não é possível realizar tudo isso sem um **partido forte** (...)";

dizia Stálin. O leninismo é exacerbado na sua configuração de agente exterior que se impõe ao proletariado – "o partido é o **chefe político** da classe operária. (...) As grandes massas de operários sem partido consideram nosso partido como (...) próximo e **querido**" e estão *dispostos a confiar* "**voluntariamente** seu destino" à *sua direção*[33] –, mas não se pode dizer que tenha sido completamente falsificado[34].

Há, de fato, distorções significativas[35], mas nada que não estivesse em germe no leninismo e não tivesse sido percebido por seus adversários antes mesmo da chegada dos bolcheviques ao poder, como já vimos. A visão acerca do poder é um bom exemplo do que se quer dizer. Enquanto para Lênin "todo o problema está não em **ter** o poder político, mas em saber" **dirigí-lo**, para Stálin, em 24, "tudo consiste em **conservar o poder**, em consolidá-lo, em torná-lo invencível (...)". A idéia de depuração partidária, que Lênin pensara como uma necessidade conjuntural às vésperas da revolução, transforma-se em *princípio*: "o partido se reforça **depurando-se** dos elementos oportunistas". O mesmo acontece em relação à "unidade dos princípios programáticos" (consistência do programa), transformado em "unidade dos princípios organizativos e táticos" (firmeza da direção). Aqui o leninismo é posto de cabeça para baixo, passando a *disciplina* a ser mais importante do que o *programa* através de uma imperceptível separação entre ambos. O programa deixa de ser **a** base para a unidade partidária, para se transformar no **meio** pelo qual a direção exerce seu controle sobre as bases,

ou seja, a política era rebaixada a mero instrumento da direção, ela sim responsável pelos resultados. Todavia, nenhum sistema de rotatividade no CC fora criado para compensar a ausência de um efetivo debate político, onde as correntes internas forjavam suas alianças em busca da hegemonia. Os *equivocados* não podiam mais ser substituídos pelos *conseqüentes*. Ao contrário, as direções se tornaram *removíveis* de acordo com a vontade do grupo dominante. O mecanismo era simples, à medida em que a *política*, e sua formulação, encarnava a direção, esta passava a fixar os critérios que deveriam balizar o entendimento de suas escolhas como vitórias ou derrotas, ao mesmo tempo em que mantinha o poder de regulação da disciplina interna – agora autonomizada diante da *política*. O partido transforma-se numa *fortaleza* cujas portas deviam se abrir apenas para os que "dele são dignos" e para os que "são provados", ou, melhor dizendo, para os que aceitam o poder do chefe: "somente quem estudou suficientemente e aceitou **inteiramente** as idéias programáticas, táticas e organizativas do nosso Partido pode estar em suas fileiras". Pouco importa que Lênin tenha afirmado em 03 que jamais permitiria

> "(...) que o apoio à social-democracia, que a participação na luta que ela dirige, sejam **artificialmente limitados** por qualquer exigência (...), já que esta participação, pelo único fato de existir, eleva tanto a consciência quanto os instintos organizativos"[98].

Não era possível a sobrevivência de um partido revolucionário-politizante, voltado para as mudanças radicais e incessantes, no contexto de uma *ditadura de minoria*. O que esta necessitava era de um partido da *ordem revolucionária* e Stálin percebera isso. Tratava-se de estender ao PCb a mesma disciplina de quartel imposta à classe operária nas fábricas. Educada toda a sociedade nessa cultura leninista da DP, não foi difícil ao stalinismo impô-la também aos escalões superiores do partido depois da morte de Lênin.

2- A Formação e a Adequação (1922-30)

Esclarecido o caráter das relações internacionais do comunismo brasileiro com seu *centro dirigente*, extraída de sua ideologia (leninista/stalinista) toda a carga fetichista e apontada as origens nacionais da esquerda brasileira, podemos, então, discutir o processo de construção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nascido em 22 de março de 1922 com o nome de batismo de Partido Comunista do Brasil (Seção Brasileira da 3ª Internacional).

98. Apud Gerratana/87, pp. 232-235/239/240/245/247; ggmm. In Paulo Netto/82, pp. 45/51/66-68/71/73-76/78/127; ggmm.

Comecemos pela ambiência de sua constituição. Com a vitória bolchevique na Rússia, em 17, o marxismo ganha uma dimensão no país que não havia antes. Os personagens que o incorporariam seriam Trótski e Lênin, além de Marx. Em 17 as greves operárias avolumam-se e, em 18, o movimento operário ameaça uma greve geral e a agitação política atingia os militares. No período de 19-20, cria-se a Comissão de Legislação Social da Câmara, promulga-se a lei sobre acidente de trabalho, ocorre um surto de crescimento dos sindicatos e surgem várias Ligas Comunistas. Como reflexo dessa conjuntura, e tendo a Revolução Bolchevique como referencial de grande apelo junto aos trabalhadores politizados e à intelectualidade radical, em 19 surgiria um PCB de vida efêmera e um grupo de solidariedade à revolução chamado *Clarté*, formado por intelectuais que atendiam ao apelo de Henri Barbusse. Mas, somente com o refluxo dos sindicatos em 21, no bojo da crise do anarquismo-sindicalismo, é que criam-se as condições políticas entre os setores organizados das classes populares para o desenvolvimento do credo bolchevique no país[99].

Pereira interpretaria a emergência comunista nesse contexto como o resultado da "incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica". Palácios nos oferece uma interpretação mais exata desse fenômeno:

> "se houve algo que se esgotou naqueles anos, foi a fórmula anarco-sindicalista de combinar um **ideal revolucionário** com a **representação do interesse** operário no terreno da **luta sindical**. A recusa das fórmulas revolucionárias abstratas e do discurso ético do anarquismo não colocava em evidência **apenas** a **sua** impotência teórica, mas a **impotência real** da **classe operária**"[100].

De fato, o declínio dos acratistas se permitiu aos comunistas recolher de suas fileiras um número suficiente de quadros e adeptos que desse forma a um partido político permanente[36], por outro lado não implicou na posse, por parte dessa força emergente, da sua influência operária. Mesmo tendo nascido voltado para o mundo operário e nutrido por uma militância dessa origem social, os seus mais importantes dirigentes não eram operários. Significativamente, a medida encontrada para por termo a esse déficit de participação interna de sua desejada base social, foi elevá-los aos postos de proa da hierarquia interna no bojo de uma política sectária e anti-intelectual (*proletarização*), que sepultou a própria possibilidade de uma posterior **nacionalização autônoma** do comunismo[37].

Pereira encarna melhor o tipo de quadro preeminente no interior do partido até 30 e a base social real que este obtivera. O Secretário-Geral do PCB fora, nos revela Palácios, "um republicano radical de Rio Bonito, admirador de Rui Barbosa, que em sua juventude escolar pretendia reeditar entre nós *O*

99. Zaidán/85, p. 102. Joaquim Barbosa; in id., pp. 134/135. Konder/88, p. 121. Moraes Fº/91, p. 41.
100. Apud Konder/81, p. 53. Palácios/91, p. 14; ggmm.

Amigo do Povo". Ele, como outros pequenos intelectuais imersos num

> "mundo burguês pouco desenvolvido, sem condições de exercício hegemônico do poder", "encontram-se de algum modo disponíveis para idéias revolucionárias, particularmente incomodados com o atraso brasileiro e atraídos para o exercício de um papel transformador", que os tornaria a "base social que teria dado forma ao movimento comunista"[101].

A disponibilidade social desse extrato e a incapacidade do proletariado emigrado de *contaminar* o proletariado nacional nos fornecem os dois elementos chaves para entender as dificuldades encontradas no período para a afirmação de uma esquerda operária. As iniciativas operárias, como a de novembro de 18, no sentido de superar os limites das greves reivindicatórias, imprimindo-lhes um caráter abertamente revolucionário, e a busca pela autonomização diante da influência política e ideológica das lideranças pequeno-burguesas[102] foram se perdendo a partir da crise do anarco-sindicalismo e o PCB não foi um dique suficientemente forte para impedí-lo. Talvez a raiz desse fracasso esteja não apenas na dificuldade étnico-cultural no interior do proletariado, mas também na resistência da sua intelectualidade orgânica, politizada sob o anarquismo, de aceitar a supressão da liberdade, mesmo que temporária, em nome de um ideal socialista[38]. A verdade é que, desamparados pelo ocaso do anarco-sindicalismo e ressabiados quanto ao projeto político comunista, essa esquerda operária viu sua influência política refluir sem ter conseguido, antes, conquistar uma posição hegemônica no seio da classe, capaz de inculcar-lhe uma consciência política mobilizante e crítica.

Em janeiro de 24, Octávio Brandão perceberia o problema: "a massa operária e camponesa é politicamente e organicamente **amorfa** e não exerce **nenhuma influência** característica de classe sobre a política nacional"[39]. No mesmo ano, Rodolfo Coutinho, em sua correspondência com Pereira, falaria da necessidade de "lutar contra o bloqueio da quase indiferença e desconhecimento que nos cerca" e de se aceitar "**sem hesitação**" aqueles "elementos que se mostrarem desejosos de entrarem no partido neste momento difícil". Identificava-se nas exigências doutrinárias, vale dizer, na assunção **integral** do projeto bolchevista, um elemento de isolamento, uma barreira que impedia a organização de prosperar:

> "como chegou nesse **Brasil sonolento**? (...) Espero que o recrutamento (...) comece a ser uma realidade. (...) O recrutamento de elementos obreiros deve ser feito agora com uma **liberalidade extrema**. Qualitativamente, **já temos um nome**. Quantitativamente **somos uma ridicularia**, que é o nosso próprio espantalho".

A saída era incorporar o modo de fazer política externo e, num passe de mágica, dissolver o *Brasil*

101. Palácios/91, pp. 38/121.

102. Carone/82, pp.43/49.

sonolento:

> "vencendo as maiores dificuldades, conseguimos incorporar nosso partido no seio glorioso da IC. Tendo a lutar contra o **reacionarismo** do meio e a **mansidão** das nossas massas, obreiras e camponesas, só temos a **imitar** os exemplos de **valentia** e **decisão** que nos oferecem a IC e os seus setores nacionais. A tarefa imediata dos partidos latino-americanos é sua organização sobre uma base de disciplina férrea e com uma tática de massas. (...) No Brasil a conquista das massas será **relativamente tão pouco difícil** como na Rússia. À América Latina está destinado um papel de **certa importância** no movimento obreiro internacional".

Essa operação ideológica, evidentemente, não elidiria suas perspectivas pessimistas no terreno prático; sua previsão era de que o partido estaria "fadado à ilegalidade". Conseqüentemente, consolidava-se em Coutinho a percepção de que o aprendizado revolucionário era atual e sua absorção dependeria de uma vivência **externa** ao contexto histórico nacional:

> "enquanto durar meu exílio voluntário, voltado ao **aprendizado da vida revolucionária**, procurarei sempre manter o contato de incitamento e entusiasmo com os camaradas do setor onde militei"[103].

Coutinho não exagerava. Não havia exemplos de revolução verdadeiramente popular no país e as bases para a construção do comunismo brasileiro eram efetivamente frágeis. No ato de sua fundação, o PCB possuía 73 membros que, ao final de seis meses, passariam para 250 – 123 só no Rio e Niterói. Em 23, o conjunto somava 300 aderentes, sendo que no final da década as estimativas mais otimistas falavam em 1.500. A qualidade dos militantes, no entanto, deixava muito a desejar, como atesta o militante José Marcílio em carta dirigida a Pereira onde pedia a redução da remessa do jornal *Autocrítica* para 5 exemplares por falta de leitores: "não adianta nada virem 10 porque, mesmo entre os elementos da vanguarda, parece que só 2 é que sabem ler. Isto é uma desgraça!". O próprio Pereira acrescentaria outro elemento, ainda mais grave, como a falta de cultura partidária que fazia com que fosse muito difícil manter e dirigir a organização. Tudo isso fazia com que o PCB, pelo menos até 26, como nos diz Leôncio Martins Rodrigues, fosse mais um **grupo de propaganda** da revolução russa em busca de afirmação do que um partido político propriamente dito[104].

Condenados a uma composição interna pequeno-burguesa e a uma base social de mesmo feitio, os comunistas, compensatoriamente, transferiram para o plano simbólico a reação ao quadro adverso. A conversão total ao novo credo, tido como a melhor e mais infalível garantia do *verdadeiro caráter de classe*, foi uma meta infatigavelmente perseguida. Mais importante que a **origem** de classe era a **consciência** de classe e esta, ao contrário do leninismo, era dada *a priori*, instantaneamente, pelo

103. Apud Carone/82, p. 192; gm. Coutinho/24, pp. 127/129/132/136/137; ggmm.

104. Apud Carone/82, pp. 100/101. Vinhas/82, pp. 7/17. Rodrigues/83, p. 365.

bolchevismo. A *forte vinculação operária*, que diziam possuir, derivava certamente mais da ideologia e seria tão mais poderosa quanto mais pura, daí a necessidade de um combate sem tréguas que dissolvesse a *mácula* acrática:

> "(...) os melhores militantes do nosso partido, vindos embora do anarquismo, se acham **totalmente livres** de tais **preconceitos** e grandes esforços têm empregado na reeducação comunista dos demais aderentes (...), em sua quase totalidade aliás proletários autênticos";

dizia-se em junho de 23. Só havia uma forma de obter a pureza: a legitimação externa via aceitação do PCB como membro pleno da IC. A eleição de Abílio de Nequete para a secretaria-geral, no ato de fundação, demonstrava que o grupo tinha plena consciência disso. Nequete era um maximalista gaúcho ligado ao PC uruguaio e à agência de propaganda da IC para a América Latina, e sua eleição, para além de um simples gesto de humildade de Pereira, demonstrava sua sagacidade política e seu despreendimento pessoal diante dos objetivos do movimento. A própria data de fundação do partido, em março, fruto da iniciativa do grupo comunista de Porto Alegre, visava antecipar-se ao IV CONGRESSO da IC (1922) que se realizaria em novembro.

> "Um dos problemas **cruciais** com que o novo partido logo se defrontou foi o de adquirir a *legitimação* que lhe assegurasse a **sobrevivência**. Como lembra Edgard Carone, diversos partidos operários tinham sido fundados antes do PCB e nenhum deles tinha conseguido perdurar. Um dos acertos **básicos** de Astrojildo Pereira foi o de ter percebido que a *legitimação* (...) dependia do fato de ele ser reconhecido (...) como parte de um vigoroso movimento internacional";

admite Konder[105][40].

Ao não obter o reconhecimento almejado no congresso de 22 – o PCB conseguira o *status* de "membro simpatizante" – o partido experimentaria, em 23, o primeiro choque interno importante, quando, em junho, Antônio Bernardo Canellas, que fora o delegado enviado à Moscou, seria responsabilizado pelo CC[106] do PCB pelo fracasso. A historiografia *engajada* tratou a questão como um *incidente* que opôs Canellas a Pereira[107]. Todavia, de incidental o episódio teve apenas o processo de escolha de Canellas como o representante brasileiro no congresso da IC. De resto, foi a solução de um conflito latente no interior do partido que opunha a tradição libertária anarquista à nova ortodoxia comunista. Um conflito inevitável naquele contexto de definições e adequações, que marcou a introdução de um novo padrão de luta de facções, até então desconhecido no país, que marcaria a

105. Rodrigues/83, p. 363. Apud Carone/81, p. 34; ggmm. Carone/82, p. 92. Konder/81, pp. 55/57; ggmm.

106. Então denominado Comitê Central Executivo (CCE); a CECC era denominada Bureau Político (BP). (Rodrigues/83, p. 377)

107. Ver Carone/81, passim..

evolução do movimento comunista brasileiro (MCB) – inclusive quanto ao desfecho do conflito: a expulsão do opositor em dezembro[108].

Canellas, ao se atritar no referido congresso, de maneira considerada bizarra, com as principais lideranças da IC, provavelmente sem o querer, não importa, protagonizou a reação espontânea da cultura política em que fora formado (anarquismo) ao padrão autoritário do bolchevismo. As críticas feitas por ele em 20, editadas em panfleto, quando do retorno de uma viagem à Europa como representante sindical, à burocracia sindical européia, provavelmente não teriam sido renegadas em sua pseudo-conversão ao comunismo e eram motivo suficiente para explosivas polêmicas: "o poder executivo que as assembléias lhes confere" cria um círculo de dirigentes "que acaba muitas vezes por submeter ao seu domínio o restante dos trabalhadores sindicados"; dizia. Imbuído de um ponto de vista democrático sobre o movimento operário, era de se esperar que ele cultivasse os mesmo valores para o movimento revolucionário, ou seja, que rechaçasse a dinâmica pouco *horizontal* da IC. Sua opinião sobre o bolchevismo, aliás, denuncia essa inclinação crítica e o conseqüente despreparo para servir à nova causa:

> "o bolchevismo é uma **fórmula prática** de aplicação do socialismo, é uma teoria socialista surgida da prática. (...) O ponto de origem do bolchevismo, é certo, foi o marxismo, mas o bolchevique só foi um partido rigorosamente marxista até a **véspera** de seu triunfo. Depois desse dia ele tem se **modificado de tal forma** pela influência de outras escolas socialistas, especialmente a anarquista, que o partido bolchevista, hoje, não tem com o de 1905 outras relações além daquelas que lhe advêm da tradição. A prática introduziu nas teorias bolcheviques uma **infinidade de métodos** que elas não preconizavam nem previam antes da Revolução".

Mesmo considerando as modificações como fruto da influência anarquista e não da tradição política populista, Canellas era talvez o único no PCB a enxergar o bolchevismo como o resultado das condições de desenvolvimento russo que não poderiam ser copiadas por outros países: "o bolchevismo (...) é um conjunto de **lições práticas**", das quais "o proletariado de cada país deverá aproveitar as que se aplicarem aos seus **casos especiais**"[109].

A IC, como já vimos, encarnava exatamente o oposto dessa expectativa e, por isso, sua inclinação era centralizante e autoritária. Vejamos algumas medidas tomadas no congresso no qual Canellas participara: reforçamento da influência do PCb em sua estrutura, proibição de delegação aos congressos com mandato fixo, direito de intervenção da CEIC nas seções nacionais e postergação dos congressos nacionais para depois do congresso da IC. Protestando contra estas medidas, Canellas

108. [Segatto, José A. et alii /1982] p. 14.

109. Apud Carone/81, pp. 20/23; ggmm.

bradava; "não basta dizer aos trabalhadores: uni-vos; é preciso gritar-lhes também: emancipai-vos"[110]. Evidentemente, nesse contexto, o delegado pecebista tinha que ser posto sob suspeição.

O estopim do conflito com os dirigentes internacionais e, por tabela, com os nacionais, fora sua opinião acerca da maçonaria, que expressava uma mentalidade aberta e pluralista completamente distinta do sectarismo comunista e pouco vocacionada para o sacrifício da liberdade em nome da ***necessidade*** *de se fazer a revolução*:

> "considerando que, no terreno moral, só o socialismo utópico e o socialismo sectário tomam posições definidas; considerando que o nosso gênero de socialismo é **neutro** no terreno moral; considerando que a Maçonaria (...), como as demais seitas religiosas, é negócio **privado**, de ordem moral; o nosso Partido (PCB), que conta, entre os seus aderentes alguns bons camaradas maçons, cuja ação pró-revolucionária no seio de sua seita é notável e notória, decerto não julgará de grande urgência a abertura de uma campanha contra a Maçonaria. Sou, todavia, de opinião que (tanto os maçons, como os seguidores de outras seitas que ocupem postos dirigentes *eclesiásticos*) não poderão ser eleitos para cargos de responsabilidade política no partido".

O CC, em sua Resolução de Junho de 23, endossando o posicionamento da IC, para quem o delegado brasileiro confundira a "teoria e tática comunistas", considerará essa concepção, que podemos caracterizar como laica, "**absolutamente inadmissível** do ponto de vista do comunismo", pois este

> "é uma **doutrina** científica, **fundamentalmente materialista** antiidealista, antiespiritualista e necessariamente **incompatível** com qualquer espécie de doutrina religiosa, moral ou política, baseado em **terreno estranho** ao traçado pela dialética marxista. Isto é coisa elementar, primária, está no ABC do comunismo. Canellas confundiu deploravelmente a *doutrina* com a *política* do comunismo em relação à moral e a religião. Um PC pode adotar (...) uma política de tolerância (...) perante as massas ainda impregnadas de espírito (...) religioso – precisamente porque estas massas não são comunistas no sentido **doutrinário**, restrito do termo".

Não há ambigüidade nos termos da resposta: o comunismo é considerado uma *doutrina* e não uma *política*, por isso tolerava-se a religiosidade das massas e expurgava-se os quadros *contaminados*. A *doutrina* tinha a pretensão de relacionar-se com o marxismo e o leninismo de modo automático, mas de ambos expurgava o materialismo histórico, hipertrofiando o materialismo dialético; efetivamente o pilar da nova *bíblia*, a qual, como em todas as religiões, não admitia *convivências impuras*. Como bem resumiu José Paulo Netto,

> "esta doutrina (...) é a adequação da teoria de Marx à condição de instância de legitimação do

110. Apud Konder/81, pp. 59/60.

> poder da direção stalinista. (...) A ideologia da estrutura socio-política" deste poder. "A teoria marxiana perde seu tônus de compreensão da ontologia do ser social (...) para adquirir o contorno de uma **ciência geral do ser** (o materialismo dialético) que comporta uma aplicação à sociedade (o materialismo histórico). Implica uma *filosofia materialista* – da qual se **extirpa** a relação dialética entre sujeito e objeto, (...) a tensão da práxis – e uma *sociologia* que redunda (...) numa teoria (...) determinista (...) A própria transição socialista é amesquinhada à socialização dos meios de produção". "Este marxismo soviético, como o denominou Marcuse, foi produzido como a ideologia da direção stalinista e é inseparável dela. Constitui o seu sistema ideal de legitimação, é o seu discurso específico[111]".

A seu modo, Canellas percebeu isto ao falar da "nova escolástica bolchevique":

> "todos os problemas humanos, todos os fenômenos históricos, têm as suas denominações apropriadas (...) **catalogadas** segundo um **plano sistemático**. Quando um fato qualquer parece querer extravasar (...), lima-se um pouco a realidade, força-se (...) a razão, contanto que ele entre no **termo sistemático** (...)"[112].

Os autores engajados, todavia, como já vimos, consideravam mais política do que ideológica a postura comunista. João Quartim de Moraes, por exemplo, com argumentos próximos aos de Carone[113], conclui pela laicidade da primeira geração de dirigentes comunistas:

> "(...) importa sobretudo assinalar o **predomínio** da política sobre a ideologia no espírito dos intelectuais e operários que trocaram a doutrina anarcolibertária pelo combate político sob a bandeira do bolchevismo".

Os textos bolcheviques de maior circulação naquele período, segundo ele – manifestos e discursos de Lênin, Máximo Gorki e Clara Zetkin, direcionados para a luta política; apenas um, de Lênin, versava sobre problemas teóricos – e o jornal *Movimento Comunista* (1922-23) dirigido por Pereira, que não trazia temas de ordem teórico-doutrinária, são usados para reforçar a tese. Também aqui o *predomínio da política* adquire um significado claro: os primeiros comunistas não se ligaram à IC por motivos *religiosos*, mas para otimizarem suas perspectivas políticas, sua oposição ao *status quo*, seu *combate ao lado da classe operária*. Na verdade, como já demonstramos, elas não se excluem. Adotando a doutrina comunista pensavam eles estar dando forma conseqüente às suas vocações políticas. O fato de terem abordado tão primariamente a parte teórica da doutrina não significa desprezo, mas despreparo. Mesmo os intelectuais de esquerda mais eruditos, como Joaquim Pimenta, tinham precário conhecimento da obra de Marx. O primeiro livro de Marx editado no Brasil, o *Manifesto Comunista*,

111. Surgido, é bom que se diga, muito antes de Stálin se apoderar do partido e com Lênin ainda vivo.

112. Apud Carone/81, pp. 30/35; ggmm. Apud Konder/81, p. 61. Paulo Netto/82, pp.30/31; ggmm. Apud Konder/88, p. 137; ggmm.

113. Ver page 29.

só apareceu em 23, traduzido por Brandão, 75 anos depois de lançado na Europa. Somente depois de 30 sua obra conheceu maior divulgação, quer em traduções ou em língua estrangeira. Mas, é só a partir da década de 50 que ele é seriamente estudado entre nós[114].

A prova do reconhecimento da importância da doutrina por essas lideranças, além da reiterada admissão que faziam disso, está no esforço em compreendê-la, sintetizá-la e aplicá-la. Brandão, segundo o próprio Moraes, foi um dos primeiros a utilizar o termo *marxismo-leninismo*, em seu ensaio de 24, antes mesmo que ele surgisse em Moscou – o que aconteceria apenas em março de 28 com A.M. Deborin. Mas a maior prova, estava na disposição de prejudicar mesmo as alianças estratégicas do partido para fazer cumprir uma orientação ortodoxa. No bojo da crise aberta com a não admissão pela IC, em nenhum momento se cogitou de medir os prejuízos que a hostilização da maçonaria poderia trazer para as alianças que eles próprios divisavam como fundamental para a *vitória da revolução no Brasil*. Os laços que mantinham com o *tenentismo*, no período de 22-24, eram desenvolvidos por dois militantes comunistas pertencentes à maçonaria, Cristiano Cordeiro (PE) e Everardo Dias (RJ), e era evidente que os termos da crítica à Canellas poderia por em risco os contatos. A despreocupação aparente com essa hipótese é um sinal claro da hierarquia entre política e ideologia no interior daquele primeiro grupo dirigente; bem como de todos os outros que se sucederiam. A ideologia revolucionária deveria ser integralmente preservada como condição *sine qua nom* para o desenvolvimento de uma verdadeira política revolucionária. Afrontar Moscou para preservar contatos estratégicos, para eles, era correr riscos maiores do que os benefícios que poderiam redundar de seu desenvolvimento[115]. Não sem alguma razão, na medida em que nenhum prejuízo político poderia ser maior para o MCB do que a perda da própria identidade.

Se é verdade que o PCB significou o **primeiro passo** para uma guinada política da esquerda em direção ao nacionalismo revolucionário, que dava mostras de vitalidade, em ruptura com o revolucionarismo libertário, em extinção, isto, por si só, não assegura a *performance* laica de sua política. Não basta o rompimento com um movimento utópico para caracterizar a constituição de outro *pantópico*. Na verdade, o comunismo marxista enquanto proposta *pantopista*, ao ser *reinventado* pelo leninismo em condições propícias para a proliferação de uma ideologia salvadora, se metamorfoseou em proto-utopia. O comunismo moderno que predominou, no século XX, como resultado da vitória bolchevique foi um movimento utopista que elevou a *revolução* à condição de *deus ex machina* dos dramas humanos até então vividos com relativa resignação. Sua ênfase na *necessidade da política como instrumento de libertação* não é mais do que a afirmação específica de seu arcabouço utópico, e nunca a característica distintiva de uma laicidade superior ao idealismo anarquista, como a historiografia *engajada* advoga. A forma sob a qual a política aparece como preocupação central na

114. Moraes/91, pp. 73/75; gm. Moraes Fº/91, pp. 40/42/45.

115. Moraes/91, pp. 74/75/77-79. Zaidán/85, p.62.

ideologia comunista moderna, não por acaso, e com escassas exceções, se travestiu funcionalmente de um caráter religioso, muito embora sua eficácia estivesse circunscrita às nações atrasadas. Nada de marxismos, como sua elevação a *momento máximo da práxis transformadora das massas subalternas*, em consonância com o materialismo-histórico, apenas política como **um** partido, posteriormente **o** *guia genial*, que, excluindo da práxis ninguém mais do que as próprias massas, pretendia elevá-las ao patamar máximo do bem-estar e da consciência social. No lugar da práxis, realidade dialética que envolve o *sujeito revolucionário* na construção de uma ordem distinta, *a prática como critério da verdade*, ou seja, a maximização dos resultados tendo o **real** (*status quo*) como um dado imutável, abrindo espaço para um enfadonho e, ao mesmo tempo, bárbaro jogo político de realização da modernidade pelas mãos de um *guia genial*, ou de um punhado de líderes considerados infalíveis.

No Brasil, o que podia significar o rompimento com o estreito jogo político utopista de desenvolvimento das lutas apenas no seio do movimento autônomo das massas, por fora dos aparelhos institucionais burgueses, transmutou-se em nova *religião*. Ao invés de ampliação da abrangência da ação política das esquerdas ao plano do Estado incorporando **conscientemente** o popular à vida pública (política laica), temos a ampliação e incorporação via transformação **progressista** do Estado com base **nele próprio**, o que, evidentemente, implicou na **domesticação política** dos insatisfeitos. Não apenas uma perversão do comunismo brasileiro, mas uma tendência do comunismo moderno em si, enquanto teleologia da *sociedade superior* via Estado, e não da ação político-racional do *sujeito revolucionário* como pensaram Marx/Engels – estes sim laicos, porque consideravam a determinação do porvir com base no presente, excluindo previamente a subsunção do presente pelo porvir previamente delineado. Se para eles a política comunista era a ação crítica contra a ordem burguesa, portanto contra o Estado, para Stálin ela se torna uma vulgar operação pragmática assentada sobre um corpo rígido de normas voltadas para a obtenção de um fim abstrato, que mais serve para travestir a real natureza do seu *fazer política* do que perseguir qualquer fim magnânimo. Para os comunistas pós-leninistas, inclusive os fundadores do PCB, a política não passava da realização do **absoluto** prescrito pela doutrina. Superar isso significaria, necessariamente, abrir mão da identificação com o bolchevismo e da *submissão voluntária* a um centro externo de poder que, no caso brasileiro, oferecia a possibilidade mágica de superar a ausência de qualquer vocação revolucionária das massas.

Vencida a *cruzada* contra o *infiel* Canellas, os comunistas obtêm, no V CONGRESSO da IC (1924) – que consagra em seus novos estatutos a liquidação do que restara dos traços federativos da 2ª Internacional –, com a ajuda de Rodolfo Ghioldi do PC argentino, o reconhecimento tão almejado como membro *pleno*, e não mais *simpatizante* como no IV CONGRESSO. O PCB passava a ser, oficialmente, a *Seção Brasileira da IC*[116].

116. Coutinho/24, p. 115.

A organização, todavia, só conheceria algum crescimento na segunda metade dos anos 20. Em 25 o partido atingiria 48 mil operários com sua mensagem, distribuiria 25 mil panfletos e organizaria 30 semanas de estudos para um grupo de 1.440 alunos. Em março de 26 reuniria 26 sindicatos no Rio, com a presença de 100 delegados, distribuiria 3 mil exemplares de um livro de Lênin e, em novembro, lideraria uma greve de 42 dias dos tecelões cariocas que reanimaria o movimento operário. Em 27, os comunistas falariam pela primeira vez de maneira pública aos trabalhadores num comício de 1° de Maio que chegou a reunir 10 mil pessoas, enquanto o jornal diário *A Nação* e o semanário *A Classe Operária*, este órgão oficial, atingiam 5 mil exemplares, muito embora estivessem restritos ao RJ. Em 28, o PCB estava nacionalmente organizado nas principais cidades, tinha militância operária e alguma influência sobre a massa dos trabalhadores pobres da cidade[117].

A timidez do progresso pode ser entendida não apenas em função do nível de consciência do proletariado da época, mas também levando em conta o tipo de embate sindical levado a termo. O empenho dos comunistas no sentido de se enraizarem no meio operário usando o bolchevismo como trunfo pode ser caracterizado como desastroso[41], muito embora vitórias episódicas tenham sido observadas[118].

Lênin, nos diz Gruppi, havia alertado para a impossibilidade de

> "um trabalho legal revolucionário, capaz de garantir a autonomia política do partido operário, se ao mesmo tempo o partido ilegal (...) não dirigir com **firmeza** a atividade nas organizações legais, impedindo que ela se **fragmente**, obedecendo a influências **estranhas** e exigências **diversas**".

Inspirados no leninismo, Pereira, Brandão e Basbaum, implementaram uma política de *unidade sindical* entendida como o reconhecimento *a priori*, pelos outros grupos de esquerda, do papel dirigente do PCB. Seu eixo se concentrava na crítica do sindicato por ofício e à *frouxidão organizativa* do anarco-sindicalismo. O modelo a ser implantado seria a do sindicato por ramo industrial, à moda da *Industrial Workers World* (IWW), com disciplina bolchevique. Pereira resumiu-a nessas palavras: concentração, homogeneização, disciplina e ditadura. *Fora disso*, dizia, *seria reformismo (socialista) ou dispersão de energia (anarquista)*. Para o PCB, inserido numa tradição que crescentemente desprezava o movimento operário em sua espontaneidade e cultivava um sistema de verdades (ideológicas) absolutas, pouco importava as mazelas dessa ação no curto-prazo. Mais importante eram os supostos efeitos redentores sobre o movimento que sua hegemonia proporcionaria num futuro não muito longínquo. Tal política, frontalmente oposta à tradição anarco-sindicalista, fragmentaria

117. VO/72, n° 87 (7-9).

118. Me refiro ao confronto com os anarquistas nos sindicatos dos sapateiros, na construção civil e na Federação dos Trabalhadores do RJ.

drasticamente a militância de esquerda no meio sindical num momento inoportuno: o movimento estava em refluxo – entre 20-29 foram realizadas apenas 50 greves, sendo 3 de categoria (gráficos, sapateiros, tecelões) e o restante greves isoladas –, a própria imprensa operária registrava baixa na solidariedade entre os trabalhadores e a atividade política crítica estava bloqueada pelo estado de sítio (1922-26). Mesmo Zaidán é obrigado a admitir: vinculava-se "a sorte do movimento operário no Brasil a uma **opção ideológica** determinada: o bolchevismo russo (...)"[119]. A vinculação não era acidental, nos alerta Fernando Claudín: as *21 condições*

> "significavam, na prática, que os comunistas organizariam as cisões do movimento operário (...) **mecanicamente**, e não através de um processo político e ideológico que permitisse aos trabalhadores convencerem-se de sua necessidade" . "Desta forma, a IC não só cerraria as portas a um grande número de socialista e sindicalistas que simpatizavam com a Revolução Russa (...), como atraía para o seu seio indivíduos desligados das massas, a quem era muito mais fácil opor-se às antigas organizações e afirmar-se sob o novo manto ideológico. Assim, (...) implantou-se nos PCs, **desde o primeiro dia** um espírito sectário e dogmatizante, envolto num verbalismo revolucionário que **dissimulava** a perda de pé na realidade"[42].

Dada a fragilidade sindical no país, podemos afirmar que aqui essa política teve efeitos ainda mais danosos do que para o operariado europeu[120].

As reações à política sindical comunista foram imediatas. José Oiticica, por exemplo, dissera em 24: "nossa dissidência com a IC está somente em que a IC não quer frente única dos trabalhadores, mas frente única dos trabalhadores **dentro** do PC". Edgard Leuenroth foi outro crítico:

> "(...) não concordando com a ditadura do proletariado, **repelimos**, com muito mais razão, a ditadura de um só partido, ainda que esse partido se apresente como sendo (...) a vanguarda da classe operária (...) A ação transformadora da sociedade terá naturalmente de desenvolver-se, não em obediência de um **padrão uniforme**, como a ditadura do proletariado ou de um partido, mas de acordo com as exigências (...) **diversas** em cada país"[121].

Pereira, de fato, oferecera em 22-23 todos os elementos para o embasamento dessas opiniões:

> "de conformidade com este critério (unidade sindical) (...), combateremos **todos os desvios**, todas as deturpações, todos os germes de dissolução que surjam no interior dos organismos sindicais. (...) Somos pela frente única de combate do proletariado de todo o mundo, **sob** a

119. Marçal Brandão, todavia, não faria concessões: para ele o PCB *havia recusado o critério partidista para o sindicato nos anos 20, reivindicando sua estruturação a-ideológica e tentando utilizar o Estado para proteger os sindicatos.* (Brandão/91, p. 22)

120. Gruppi/79, p. 77; ggmm. Coutinho/24, p. 139. Apud Zaidán/85, pp. 100-105/107/108; ggmm. Segatto et alii/82, pp. 12/17.

121. Apud ?, p. 111; gm. Apud Carone/82, p. 106; ggmm.

> bandeira revolucionária da **Internacional Sindical Vermelha** (ISV)". "Frente única quer dizer: o movimento operário **unânime** em seu terreno próprio de classe. Ou, em outras palavras, (...) **centralização** de todas as forças proletárias sob uma **direção única** para o fim único da emancipação dos trabalhadores" .

Álvaro Teixeira conseguiu ser ainda mais explícito em 23:

> "mais do que nunca torna-se necessária a **disciplina** no seio das diversas organizações obreiras do país, **em torno do PC** recém-fundado (...) que, indiscutivelmente corresponde às necessidades do momento (...)" .

O sindicalista Joaquim Barbosa também dará sua contribuição:

> "estamos dispostos a marchar para a realização da unificação dos trabalhadores (...) nem que tenhamos que **trabalhar sozinhos**". "(...) Só a centralização das nossas forças (...), fortalecendo cada vez mais **seu partido de classe**",

pode levar o proletariado a se contrapor à centralização do capital. "Quem não trabalha para esse *desideratum* só poderá ser considerado o que **realmente é**: **traidor** dos interesses da classe trabalhadora" [122].

O paradoxo da *frente única de um partido só* é fruto da sobreposição de duas estratégicas distintas da IC que propugnavam, em 19-21, uma ofensiva revolucionária a curto termo – daí a ênfase na cisão do movimento operário – e, em 21-24, uma postura defensiva privilegiando a criação de *frentes únicas* nacionais e sindicais[123]. Na prática, porém, em face da crescente debilidade do anarquismo e da crônica dificuldade em incutir a consciência bolchevista na mente do proletariado brasileiro, o PCB acabou descartando seu radicalismo autocêntrico e optando, em seu II CONGRESSO (1925), pela infiltração na Confederação *amarela* de forma a poder ter acesso aos sindicatos mais importantes. A tática defensiva da IC entre 21-24 também consistira numa tática de infiltração visando corroer por dentro as correntes sindicais majoritárias – muito embora, na Europa, estas fossem de esquerda.

O procedimento típico de recuo estratégico do bolchevismo – que não se atinha ao campo sindical e se repetiria *ad infinitum* – denunciava a concepção tática e instrumental que se tinha das alianças políticas e, conseqüentemente, da democracia e do pluralismo ideológico. Os aliados eram abertamente *usados* em nome da revolução mesmo quando essa não passava de uma hipótese longínqua e seus *promotores* de um punhado de agitadores. Brandão nos oferece um exemplo desse

122. Apud Zaidán/85, pp. 110./112; ggmm. [Apud Zaidan/85, pp. 112/123/126/137 (grifos meus). Vinhas/82, p. 10. Carone/82, pp. 160/161.]

123. Id., p. 108.

tipo de atitude:

> "toda história do proletariado russo está cheia de compromissos com aliados. A luta política é, entre outras coisas, **a arte de saber tirar o máximo partido dos aliados**. E procura-se destruir esta arte, dizendo-se: *não precisamos de aliados!!!*". "Queremos alianças com o fim de conquistarmos a hegemonia política, mesmo no período anterior à revolução democrática pequeno-burguesa"[124].

Isso explica a dificuldade de entendimento dos comunistas com as outras forças críticas, o que, sem dúvida, teria sido de muita valia para a própria acolhida do comunismo no Brasil.

Em 26, os comunistas decidem quebrar o isolamento com uma coligação de esquerda que, em janeiro de 27, era proposta às entidades e personalidades políticas sob o nome de Bloco Operário (BO). A Carta Aberta de seu lançamento, no entanto, não se dirigia aos grandes sindicatos e organizações proletárias, que se encontravam comprometidos com as lideranças *amarelas* ou afirmavam uma convicção politicamente neutra, mas a militantes *avulsos* de esquerda como Maurício de Lacerda, Azevedo Lima e ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), que, na própria Carta, eram criticados – como Lacerda por seu *individualismo* e o PSB por seu *reformismo*. Mesmo pensado com base em relações coletivistas, que não faziam mais do que afirmar *a priori* a supremacia ideológica dos comunistas no interior da frente – tal como a proposta de reconhecimento *de jure* da URSS –, a proposta obteve algumas adesões individuais de figuras eleitoralmente fortes. De fato, a espinha dorsal do BO era o PCB e seu crescimento era visível – sobretudo no RJ onde sua influência era marcante e e seus organismos inteiramente dominados pelos comunistas –, mas não ao ponto de manter a coesão do bloco. O impulso de escapar da bitola estreita da política comunista predominava em muitos casos, como no caso do democrata radical Azevedo Lima que, uma vez eleito Deputado Federal pelo BO em 27, acabou mudando-se para a Aliança Liberal (AL)[125] por causa das hostilidades que sofria internamente[126].

Em SP a situação era diferente, com o BOC[127] aparecendo apenas em fevereiro de 28 por iniciativa das lideranças comerciárias do interior. A iniciativa, porém, não vingaria diante da repressão policial que leva seus fundadores a apoiar o Partido Democrático (PD), nos seguintes termos:

> "o nosso gesto viria demonstrar à pequena burguesia democrática e aos trabalhadores de

124. Stálin fora ainda mais explícito: "alguns acham que o leninismo é contra as reformas (...) e os acordos em geral. Isto é absolutamente falso. Melhor do que ninguém, os bolcheviques sabem que, em certo sentido, ***tudo que cai na rede é peixe*** (...)". (In Paulo Netto/82, p. 90; gm)

125. Sua composição provinha da ala esquerda do Partido Republicano, do PD e de parcelas da Coluna Prestes. Os comunistas qualificavam a oposição dessa coalizão à República Velha como *luta inter-imperialista*. (Carone/82, p. 45)

126. Segatto et alii/82, p. 19. Carone/82, pp. 180-184. Rodrigues/83, p. 366. Brandão/91, p. 32.

127. Em 28, o BO se transformaria, sem maiores conseqüências quanto à sua composição, em Bloco Operário e Camponês (BOC), provavelmente para realçar seu caráter revolucionário diante da onda anti-*bukharinistas* em voga na IC.

> mentalidade pequeno-burguesa, (...) que a sinceridade de nossos propósitos era de fato real (...) Isso viria, fatalmente, **aumentar a simpatia** pela nossa organização, reforçando (...) as nossas fileiras". "O proletariado deve, no caso citado da existência de três partidos, optar pelo apoio aos liberais, porque isso é **preparar** (...) o **terreno** para as lutas futuras e é (...) enfraquecer a onda ameaçadora da reação que se levanta".

O CC do BOC não entendia a questão dessa maneira. Para eles, ao contrário, a repressão possibilitaria uma "intensa e mais ruidosa agitação pela imprensa, a favor do candidato operário". De fato, essa perspectiva era adequada ao perfil do partido, para quem o BOC só tinha sentido dentro de um projeto revolucionário. O PD, nascido em 26 com o lema "representação e justiça", se encaixaria melhor numa perspectiva reformista que os comunistas rechaçavam. Ademais, os liberais não nutriam grandes simpatias pelas *massas populares*. *Como fazer campanha para o PD*, indagavam-se, *se seu lema é: "façamos a revolução antes que o povo a faça"*. Às vésperas das eleições municipais de outubro de 28 o BOC se rearticularia em SP, mas sua votação teria sido reduzida de 300 para 44 votos em função do desvio de votos operados pelo PD e pelo Partido Republicano Paulista (PRP) em conluio[128].

Enquanto o PCB tateava em termos de aliança político-eleitoral, os tenentes radicais da Coluna Prestes se internavam na Bolívia em fevereiro de 27. O que atraía os comunistas nas revoltas *tenentistas*, sobretudo na de 24, era a maciça presença da baixa oficialidade em sua liderança, a possibilidade da agitação política nas cidades em torno de suas bandeiras democrático-modernizadoras e, como nos diz Paulo Sérgio Pinheiro,

> "(...) **a mesma concepção que se tem do Estado como uma fortaleza que pode ser conquistada com a técnica da insurreição armada (não necessariamente popular).** (...) Os tenentes interessavam aos comunistas como **técnicos** da revolução e os comunistas interessavam a Prestes como um **contingente** alternativo a todas as dissidências das oligarquias (...)".

Apesar de circunscrito aos quartéis – regra quebrada por Miguel Costa e Prestes – o movimento tinha forte apelo popular, embora não tivesse direcionado para essa perspectiva. Isso fazia com que a burguesia titubeasse em uma aproximação. Onde tentara, como no caso da burguesia paulista, o recuo fora imediato diante dos saques aos armazéns, em 24. Fora a Coluna, formada em outubro de 24, que fizera os comunistas colocarem os tenentes num lugar de destaque nas suas cogitações estratégicas. Essa experiência, em particular, atraía pela perspectiva de mobilização política do campo e pela disposição revolucionária de seu principal comandante, claramente expressa desde maio de 27 –

> "todos nós sentimos (...) que a revolução, referimo-nos à guerra civil, **resolverá** o **problema nacional**. A revolução venceria pacificamente se fossem possíveis na nossa atual organização

128. Carone/82, pp. 184-186/196; ggmm.

> política modificações profundas (...) Estando, pois, disso convencido, **é dever de todos apressar o advento (...) da terceira fase da atividade militar**" –,

em setembro de 28 –

> "enquanto não se falar (...) com coragem, **da fatalidade do movimento armado** a que estamos sendo levados, a desorientação continuará. (...) Enquanto não se declarar que o PD é um meio e não um fim, nada de útil se fará. Fazer toda política (...) em torno do voto secreto e da anistia é ficar muito aquém das aspirações nacionais (...)".
>
> "Não há solução possível para os problemas brasileiros dentro dos quadros legais vigentes (...) É preciso **quebrar**, de maneira resoluta, as cadeias que oprimem o Brasil e impedem seu desenvolvimento ulterior. Isto só será alcançado pela **revolução**" –

e reafirmada em março de 29 pela preocupação com a unidade do movimento revolucionário impulsionado pela Coluna[129].

Apesar da convergência revolucionária a aproximação não foi fácil. Em dezembro de 27, depois que a *lei celerada* (agosto) recolocara o partido na clandestinidade, Pereira foi se encontrar com Prestes na Bolívia. O resultado, no entanto, foi pífio. Hum ano e meio depois, em julho de 29, Basbaum entabularia novas conversações, agora sobre a intenção de Prestes concorrer à eleição presidencial; mais uma vez o resultado é nenhum, O *prestismo* oscilava, com Siqueira Campos, entre requisitar aos comunistas armas e operários para a formação de batalhões de combate, e, com Juarez Távora, sequer entabular conversação. O único consenso era o de que as propostas do partido eram demasiadamente radicais. Pelo lado do PCB, as resistências viriam da *oposição operária* patrocinada por Barbosa, então secretário sindical do CC, e pelo advogado Coutinho que defendiam posições à esquerda, em consonância com a esquerdização da IC, recusando a aliança com a pequena-burguesia revolucionária. Esse foco, porém, havia sido debelado desde fevereiro de 28. Em 29, diante das resistências, o PCB acabaria por definir-se pela posição de distanciamento diante dos tenentes radicais, à semelhança de sua *esquerda*: "é possível que a pequena burguesia obtenha a hegemonia e procure ou até faça um governo de ditadura militar; não devemos em absoluto participar de semelhante governo, cuja hegemonia pertence à pequena burguesia". Ao mesmo tempo, cria um Comitê Militar Revolucionário que busca contato com os revoltosos e promove agitações na Marinha, mas que, diante da dificuldade em obter armas, é logo desarticulado. Enquanto isso, em fins de 29 e 30, ocorrem 3 tentativas de golpes contra a ordem, sendo que a última vitoriosa a 3 de outubro de 30[130].

O partido optara por afirmar sua identidade nas eleições de março de 30, recusando-se à apoiar a

129. Apud Carone/82, p. 196; ggmm. Apud Pinheiro/91, pp. 17/214/217/220/221; 2º- 5º ggmm.

130. Apud Carone/82, pp. 195-197/239-241/303/304. Segatto et alii/82, p. 20. [Roio, José Luiz Del (org.) /1981] p. 116.

AL, lançando candidatura própria à Presidência da República, ao Senado e à Câmara de Deputados[131], sob a palavra de ordem "Votar no PCB é votar na Revolução!". e denunciando os candidatos da burguesia que encenavam a "comédia democrática". A revolução bradada era retórica e os comunistas *de fato* apostavam na *comédia democrática*, que, com a fraude generalizada, dera 700 mil votos de vantagem para o governista Júlio Prestes sobre Getúlio Vargas e reduzira a pó o esforço comunista. Em julho, o partido recuava em sua política de alianças: a AL era qualificada de *fascista*, Prestes acusado de *conivente* e as articulações revolucionárias nos quartéis qualificadas de "golpes fascistas (...) tramados à revelia das massas e a serviço do imperialismo". As críticas, no entanto, ficaram perdidas no ar com o fracasso das manifestações populares convocadas pelos comunistas em 1° de maio, pelo dia do trabalhador – brutalmente reprimido pela polícia –, e em 1° de agosto, contra a guerra. Foram suficientes, no entanto, como nos diz Heitor Ferreira Lima, para isolar a direção numa conjuntura política radicalizada com forte repressão e fraude eleitoral aberta, onde mesmo políticos conservadores como Antônio Carlos, Presidente de MG, vislumbravam uma saída *revolucionária* profilática para impedir "que o povo a faça". A AL detinha todas as condições para uma ação desse tipo. Tendo a adesão de parcela dos tenentes e com suas bandeiras reformistas-democratizantes que atraíra até o voto de militantes comunistas, seu movimento tinha tudo para tragar os recalcitrantes e colocar à frente desse expressivo apoio popular os chefes oligarcas dissidentes como Artur Bernardes, Epitássio Pessoa, Antônio Carlos e Borges de Medeiros. Alguns comunistas importantes seriam arrastados pelo processo, como Cristiano Cordeiro, e mesmo algumas iniciativas seriam tomadas como criação de um soviete pelos comunistas em Itaqui/RS, esmagado pelos *aliancistas*, mas nada disso impediria que o controle absoluto restasse nas mãos de parcelas da antiga classe dominante. Apesar da conclamação d'*A Classe Operária* para que *as massas trabalhadoras* convertessem "a guerra civil reacionária em luta (...) pelo poder (...), baseado nos conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros", num contexto de 21 dias de luta aberta pelo poder que culminaria com a deposição de Washington Luís e a formação de uma Junta Pacificadora chefiada por Tasso Fragoso, o que predominou foi a prostração, como em Natal, onde mesmo diante da iniciativa das forças operárias reformistas para encabeçar o movimento o PCB não se encorajaria a intervir[132]. A revolução saíra repentinamente do papel para as ruas e os comunistas não sabiam o que fazer com ela, pensavam estar diante de uma quartelada – aliás confusão que se repetiria, ao inverso, em 35. O que ficara claro desde 29, quando se admite a possibilidade de vitória de um movimento revolucionário pequeno-burguês, é que o partido adotava o lema bolchevista de rechaçar o *menchevismo* sem se dar conta que a revolução não encontrava outra expressão viável que não aquela. O PCB, ao contrário do Pb, não estava diante da possibilidade de romper revolucionariamente um impasse que ameaçava com a ruína do próprio país. Aqui, a luta intra-oligárquica era a única chance de uma ação revolucionária contra a ordem existente e a ação revolucionária era a única possível naquelas condições. Nem os comunistas, nem Prestes

131. Respectivamente, o candidato operário Minervino de Oliveira e seu vice Gastão Valentim Antunes, Fenelon José Ribeiro e Paulo de Lacerda/Mário Grazini. (Segatto et alii/82, p. 23)

132. Carone/82, pp. 304-309. Segatto et alii/82, pp. 26-28. Lima/81, p. 45.

entenderam isso, embora o segundo tenha pelo menos vislumbrado a inexorabilidade da revolução. O primeiro por acreditar que a deterioração da situação necessariamente acabaria por despertar o proletariado e o segundo por crer que sua própria mística faria isso mais cedo ou mais tarde.

Reprovado em seu primeiro teste político importante, o PCB reagirá com a destituição do Secretário-Geral no final de novembro. Os resultados adversos dos últimos 2 anos eram associados à desorganização partidária e à *falta de espírito proletário de seus dirigentes* – Pereira e Fernando de Lacerda serão mandados para SP a fim de *reabilitarem-se*[133]. Evidentemente, a lição extraída das derrotas fora de pouca serventia e, pior, servia para cristalizar uma concepção errônea daquilo que mais se aproximara de uma revolução no Brasil, a Revolução de 30, qualificada de "quartelada pequeno-burguesa contra o povo" "para evitar a revolução das massas". As conclusões apressadas não eram acidentais. Por um lado, serviam para dissimular a fragilidade do MCB e sua base analítica, por outro, dava continuidade ao processo de aprofundamento dos laços de *solidariedade internacional com a revolução mundial*. O MCI vivia uma profunda crise desde a derrota da revolução na Europa; entre 21-28 o número de comunistas nos países capitalistas baixara de 900 mil para 450 mil e o de social-democratas subira de 3 para 6 milhões. A exclusão dos *direitistas* das direções desses países, fruto da luta interna no PCb contra Bukhárin, cumpria a função de debelar qualquer intento de reaproximação com a social-democracia em função de seu estupendo crescimento. Em dezembro de 28, o PC alemão já fazia expulsões, enquanto o italiano as providenciaria em setembro de 29. "Sob **pressão direta** da IC", nos diz Konder, nem mesmo Lukács seria poupado do afastamento de seu cargo na direção do PC húngaro[134]. Na *pátria do socialismo* o processo de alijamento de Bukhárin marcava a radicalização do domínio político da nova classe dominante – em dezembro de 29, o Estado abandonava a "política de restrição aos *Kúlacs*" transformando-a em sua "liquidação (...) como classe" – com reflexos marcantes nos PCs em todo mundo[135].

A *razzia* atingiria a América Latina, segundo Marco Aurélio Garcia, com a expulsão/exclusão de Penelón na Argentina, Diego de Rivera no México, Mariátegui no Peru, e a divisão do PC no Chile. Um pouco depois de Bukhárin ter *caído em desgraça* Guralski seria designado para o SSA da IC, impulsionando a *proletarização* no PCB. Teria início, no plano internacional, a sectarização política do chamado *3º período* com base no VI CONGRESSO (1928) da IC, onde se considerava o capitalismo próximo de sua crise final cabendo aos PCs passar à ofensiva desmascarando a social-democracia, qualificada como *social-fascista*. À luz dessa orientação, considerar-se-á que os comunistas brasileiros haviam aprofundado em demasia sua aliança com a pequena burguesia revolucionária por meio das

133. Pereira, que chegara a ser eleito para a CEIC em julho de 26, seria forçado a recomeçar a vida vendendo frutas numa quitanda para se sustentar.(Cândido/93)

134. Konder traça um paralelo entre o caso húngaro e o brasileiro; para ele, Lukács "vinha defendendo nas *Teses de Blum* idéias cujo espírito coincidia com o da política que Astrojildo vinha esboçando no Brasil". (Konder/81, p. 61)

135. Segatto et alii/82, p. 28. Carone/82, p. 308. Konder/81, p. 61.

formulações de Brandão – um dos alvos principais dos ataques às resoluções do III CONGRESSO do PCB. Lima foi testemunha de um desses ataques, feito numa reunião em Moscou, em 29, onde se prepararia o terreno para a derrocada dos dirigentes brasileiros. Narra ele, a respeito das críticas então formuladas:

> "tal contestação, em forma tão severa, nos deixou (...) perplexos, atônitos, **quase aniquilados**, pois eram esforços (...) e sacrifícios de tantos anos que víamos desmoronar **irremediavelmente**, ante nosso espanto e inconsciência, como se o mundo **viesse abaixo**".

Em fevereiro de 30, o Presidium ampliado da CEIC aprofundaria ainda mais as críticas, acontecendo em abril a publicação n'*A Classe Operária* da *"Resolução da IC sobre a Questão Brasileira"*, onde sua política é tachada de "oportunista" e o BOC de *instrumento para colocar o proletariado à reboque da burguesia.* Pereira, impotente diante de tão avassaladoras críticas, não apenas não resistiu ao assédio como se tornou um diligente aplicador das resoluções que condenavam toda sua política anterior[136], passando ao ataque a Prestes, afastando Basbaum e Paulo de Lacerda do CC, transferindo Fernando de Lacerda para a suplência e substituindo-os por 2 operários. Em abril/maio, era a vez do Plenum ampliado do SSA tornar ainda mais dura as críticas aos dirigentes brasileiros – fazendo-as similares aos ataques lançados, não fazia dois anos, sobre Barbosa e Coutinho[43] – propondo um novo relacionamento com Prestes[137], o que, aparentemente, contrariava a orientação anterior. Em novembro, finalmente, chegaria a vez de Pereira, encerrando-se a possibilidade de desenvolvimento de uma linha que equilibrasse melhor a necessidade de *nacionalização* do comunismo com a de *legitimação*, oferecida pelos compromissos político-doutrinários internacionais. Depois de um período errático de transição – quando 10 militantes passam pela secretaria-geral no intervalo de 13 anos até a eleição de Prestes[138] –, permeado por uma curtíssima experiência de massificação política no seio de uma frente nacional-libertadora, o PCB se estabilizará naquilo que posteriormente seria identificado como o seu *leito histórico* sob a direção de Prestes.

3- A Evolução *Prestista* (1931-64)

A entrada de Prestes no PCB deriva de sua aproximação com a IC, que, por sua vez, obedece a uma dupla conveniência, para além da já comentada: de um lado, a possibilidade de Prestes realizar a

136. A *arte* da luta interna dos PCs consistia, como posteriormente ficaria notório nos processos de Moscou, em levar a vítima de um processo de exclusão a colaborar intensamente com ele antes de ser abatida.

137. Apud Rodrigues/83, p. 369/370. Vinhas/82, pp. 17. Pinheiro/91, pp. 206/235/237-239/241. Konder/81, p. 60; ggmm. Segatto et alii/82, p. 26.

138. Cristiano Cordeiro, Paulo de Lacerda, José Vilar, Heitor Ferreira Lima, Fernando de Lacerda, Caetano Machado, Duvitiliano Ramos, Antônio Maciel Bonfim, Honório de Freitas Guimarães e Lauro Reginaldo da Rocha. (Segatto et alii/82, p. 25)

revolução com apoio externo e, de outro, da IC se implantar no maior país da América-Latina a partir de um forte movimento de libertação nacional. Por isso, Guralski, ao mesmo tempo em que liderou a radicalização no PCB, manteve os contatos estabelecidos anteriormente com Prestes. Todo o processo de aproximação crítica fora feito no sentido de comprometê-lo com a luta pela "revolução mundial". Sua crescente "esquerdização" era vista como um sintoma da radicalização das massas e das possibilidades da revolução, que dependiam, idealmente, da capacidade de mobilizá-las[139].

O manifesto *prestista* de maio de 30 marcaria sua guinada rumo ao comunismo. Nele, Prestes se solidarizaria com o candidato operário, fraudado nas urnas, e repetiria a análise da IC sobre o poder nos países semi-coloniais. Ao fazê-lo, no entanto, como nos diz Pinheiro, se afastaria da classe média que era a base de seu prestígio. O passo rumo ao comunismo fora dado e faltava apenas seu acolhimento pela IC. A revista da Confederação Sindical Latino Americana, ligada à ISV, que só veiculava opiniões avalizadas pelos PCs associados, daria o aval publicando o manifesto mesmo tendo sido ele repudiado pelo PCB. Apesar de todo o "obreirismo" os comunistas estavam falando a mesma linguagem de Prestes, o que, naturalmente, fazia com que suas bases sociais convergissem. Isso se reforça quando Prestes, ao lançar a Liga de Ação Revolucionária (LAR) em julho de 30 – que congregava os trotskistas e era definida como "órgão **técnico** de preparação do levante de massas" *que procura se distanciar dos modelos tenentistas manobrados pelo imperialismo* –, reconhece o PCB "como o partido político do proletariado". Ao mesmo tempo, Prestes aceitava dinheiro do esquema *aliancista* para a revolução de olho na IC – o manifesto da nova organização era em tudo semelhante à política preconizada pela *vanguarda internacional do proletariado*. Percebendo o perigo que corriam, e pressionados pela campanha anti-*direitista* da IC, os dirigentes comunistas responderão com dureza afirmando que "Prestes é o adversário **mais perigoso** do PC, porque é um homem que ainda goza de popularidade (...) sobre as massas não experimentadas na luta revolucionária" e porque procura "desagregá-lo (...) ao mesmo tempo em que (...) se declara comunista (...)". Chega-se mesmo a acusá-lo de estar em *conluio* com os interesses estrangeiros. Prestes, porém, não dera passos em falso: seus manifestos, nos diz Pinheiro, "na verdade (...) serviram para um acerto de contas da IC com os comunistas caídos em desgraça (...). Quanto mais violenta a crítica, mais estes ficavam expostos (...)". De fato, a evolução do processo provava a força de sua articulação: em março de 31 ele se declarava comunista, desarticulava a LAR conclamando todos "os revolucionários sinceros" a lutarem "sob a hegemonia **incontrastável** do PCB/SBIC" e em outubro transferia seu exílio para Moscou, onde passou a freqüentar os altos círculos de poder da IC. Em 33, ainda em Moscou, ele era saudado, pelo SSA da IC, como o dirigente máximo do PC, ao mesmo tempo em que se preconizava o abandono da palavra de ordem *classe contra classe*. O processo, porém, ainda não estava concluso. Antônio Maciel Bonfim (*Miranda*[140]), que fora Sargento na Bahia, eleito Secretário-Geral em julho de 34, mesmo

139. Pinheiro/91, pp. 241/242.

140. *Miranda*, nos conta Alberto Passos Guimarães – membro do secretariado do Nordeste e, posteriormente, influente intelectual do CC –, tinha fama de ser apenas um *grande contador de estórias*. ([Guimarães, Alberto Passos /1982] p. 11)

tendo feito a *autocrítica* do isolamento a que a linha anterior havia levado e aberto as portas para o ingresso dos *prestistas* no partido, não havia conseguido desobstruir o caminho para a entrada triunfal de Prestes – o que ocorreria em agosto, segundo depoimento do próprio Prestes, depois que Manuilsky, esmurrando a mesa, declarara "que eu entraria no partido de qualquer jeito". Aceito a partir de uma imposição da IC, Prestes, antes de ingressar no CC do PCB – o que aconteceria em novembro –, seria escolhido, em julho/agosto de 35, no VII CONGRESSO da IC, membro do CEIC. "(...) O caso é único na história da IC (...)"; atestava Moisés Vinhas[141], pesquisador e membro do CC do PCB décadas depois.

a) fase revolucionária

Sob o impacto das medidas tomadas pela Revolução de 30 e tendo o projeto modernizador-conservador de Vargas[142] como pano de fundo, o PCB dará seus primeiros passos no sentido da unificação com o *tenentismo* radical[44]. De imediato, o 24 de outubro trouxera consigo a intensificação da repressão ao comunismo: Brandão era deportado, comunistas nordestinos ameaçados de fuzilamento, estreitava-se a colaboração internacional das polícias visando combater o *perigo vermelho*, reprimia-se manifestações populares com a violência habitual e perseguia-se os sindicalistas combativos que buscavam manter-se independentes do Estado. Implantou-se, enfim, uma ordem pós-revolucionária onde o executivo, tendo derrogado a Constituição de 1891, agia com poderes absolutos. Como nos diz Karl Loewenstein, o Governo Provisório continha "em germe todas as definições da Constituição de 1937, que inaugura o Estado Novo"[143]. Estavam os comunistas, portanto, por sua resistência a 30, diante de um regime efetivamente hostil, que os excluía para poder cooptar os trabalhadores para seu projeto. À diferença dos fundadores – que, a despeito da retórica revolucionária, mostravam-se mais zelosos com a conquista do direito à representação dos trabalhadores do que seria de se esperar, e, portanto, tenderiam à recusar o caminho da oposição à Vargas fora da ordem[45] – as armas seriam o instrumento de luta à qual as novas lideranças, Prestes e *Miranda*, se valeriam, atrelando todo o resto, para responder ao cerco.

A antiga direção *pecebista* já acusava Prestes de querer organizar "uma segunda Coluna sabendo muito bem que deve seguir **inevitavelmente** o mesmo caminho de oscilações e chegar aos mesmos resultados" das experiências anteriores. Mas, ao mesmo tempo, os comunistas olhavam Prestes como o *Kuomintang* a quem não devia-se confiar mas com quem era preciso aliar-se para combater o inimigo comum. Assim, o próprio PCB alimentava a chama da continuidade das revoltas tenentistas, obviamente depurada das *vacilações pequeno-burguesas*: "a revolução de 5 de julho, continuada pela

141. Apud Konder/88, pp. 173/174; gm. Segatto et alii/82, pp. 27/33/34/42. Apud Pinheiro/91, pp. 227/230/231/249-253/272/287/288; ggmm. Vinhas/82, pp. 69/70.

142. Antônio Paim qualificou-o como uma continuação/aperfeiçoamento do *castilhismo gaúcho* ao incorporar a modernização como tema permanente de sua pauta. (Apud Palácios/91, p. 230)

143. Pinheiro/91, pp. 22/23/26/28/249/259/260/262/264/269/270/277.

Coluna Prestes, não foi vencida. Está apenas interrompida"; dizia o CC[144].

A formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) se encaixa dentro dessa concepção. Ela foi preparada com antecedência numa reunião ampliada do CC em 34, com a participação de vários dirigentes regionais, entre eles Marighella representando a BA. Nela decide-se, com a discordância de poucos[146], o desencadeamento da luta armada em 1 ano. A IC, evidentemente, gerenciando um partido praticamente à deriva depois da exclusão dos fundadores dará seu aval direto a estas iniciativas de *insurreição popular* que se encaixavam em seu cenário de conflagração mundial. A ascensão do nazismo na Alemanha em 33 mudara os rumos do movimento revertendo a política do *3º período* em 34, quando da realização do XVII CONGRESSO do PCb, decisão depois absorvida pela IC em seu VII e último congresso em 35. A alternativa então preconizada fora a da *frente única contra o fascismo*, proposta por Georgi Dimitrov, que pregava o respeito às regras do jogo democrático[145]. A nova opção, como de resto todas as que foram tomadas no período stalinista eram ambíguas o suficiente para permitir não só a livre interpretação pelos dirigentes como para abarcar a diversidade de opiniões tanto em Moscou como nas seções nacionais[147] – uma necessidade ainda sentida pelo stalinismo. Dimitri Manuilski, por exemplo, se oporia a Dimitrov, com o apoio de Prestes e dos argentinos, inclinando-se para uma interpretação anti-democrática da resolução no que concernia à América Latina. A opção, de fato, ficara a cargo de cada PC e seu *assistente internacional*. No Chile prevaleceria a interpretação de Dimitrov e no Brasil a de Manuilski. O perfil *prestista* da nova liderança *pecebista* pesara, evidentemente, nessa inclinação, até porque toda a articulação visando incorporar Prestes à IC, como já foi dito, passara pela estratégia agora formalmente renegada. Seria de uma estupidez tamanha desmontar o PCB para entregá-lo aos *prestistas* e depois correr o risco de perdê-los em função do abandono do objetivo *revolucionário*.

As condições para o crescimento da oposição à AL, inclusive das perspectivas conspirativas, estavam dadas tanto pelas frustrações em relação às promessas do governo provisório – a ampliação da participação política, por exemplo, não evoluíra, continuando restrita; enquanto em 30 os eleitores correspondiam a 5,7% da população, em 34 esse número baixara para 5,5% –, como pelo agravamento das disputas no interior do Exército, em crise desde os anos 20, onde tenentes e capitães, que correspondiam a 87% do corpo de oficiais em 29, lutavam por um lugar ao sol na hierarquia[148]. O quadro político era conturbado também pelo desfecho da Constituinte. Em julho de 34 a nova Constituição era outorgada tendo Vargas como adversário declarado e os empresários como críticos das conquistas sociais e trabalhistas nela introduzidas. Ao mesmo tempo, no final do ano, os governantes e os chefes militares ensaiavam a criação de instrumentos legais para enfrentar a subversão – bem informados, eles viam particularmente a ANL como a preparação de uma revolução

144. Apud Pinheiro/91, pp. 67/254; gm.

145. Guimarães/82, p. 7. [Bottomore (org.), Tom /1988] p. 198. Pinheiro/91, pp. 180/291.

planejada de fora. Em março de 35 seria criada a ANL o mesmo mês em que os integralistas promoviam o II CONGRESSO da Associação Integralista Brasileira (AIB)[146].

Motivos para preocupação não faltavam. O significativo influxo populacional do campo, que engrossava o contingente operário e popular das cidades, propiciava um novo público para as pregações radicais ao mesmo tempo em que as classes médias sofriam uma perda significativa de *status*, levando alguns extratos à aproximação com a esquerda. Embora na Assembléia Constituinte, eleita em maio de 33, os comunistas tenham sofrido uma grave derrota com sua União Operária e Camponesa (UOC) – criada como alternativa à Coligação das Esquerdas (CE), que obteve muito mais votos – e conseguido eleger apenas um constituinte, Álvaro Ventura, pelo sistema indireto de representação classista, o partido passara a influenciar camadas intermediárias da sociedade – a *intelligentsia* e figuras de prestígio –, atenuara seu discurso com referências ao *popular* e ao *patriota e democrata*, em detrimento do *operário* e *proletário*, e, em termos orgânicos, conseguiria quintuplicar seus efetivos, em relação à 30, na esteira de sua inclinação nacionalista – depois da AIB, o PCB se tornara a maior organização partidária em termos de seguidores em meados dos anos 30[147].

A ANL potenciaria esse processo – no mesmo mês em que fora criada já congregava entre 70-100 mil filiados e tinha prestígio difuso muito maior, congregando movimentos anti-fascistas estudantis, sindicais e de caráter genérico – atraindo basicamente militantes políticos progressistas, *tenentistas* desiludidos com Vargas, estudantes radicais e organizações populares livres do peleguismo. Prestes fora eleito o Presidente de Honra e o Capitão Hercolino Cascardo, o Presidente efetivo. Apesar do comando estar nas mãos de dois militares, havia equilíbrio, nos fundadores da ANL, entre civis (3) e militares (3); todos, porém, tinham sua origem na classe-média[148]. Entre os trabalhadores a ANL sofria com os limites em que a própria ação sindical se desenvolvia, em função da debilidade do movimento operário nos anos 30 e das políticas governamentais que visavam seu controle[49]. Mesmo contando com a adesão de 87 sindicatos paulistas, que já haviam formado em julho de 34 uma frente anti-fascista, e tendo organizado um Núcleo de Trabalhadores para gerenciar esse apoio, o movimento não conseguiu furar o bloqueio à sua penetração representado pelo sindicalismo corporativo que, mesmo modestamente, não parava de crescer – em 30, contavam-se 372 sindicatos legalizados, número que cresceria para 440, em 35, daí pulando para 1.208, em 39. Mesmo presentes em alguns desses sindicatos, os comunistas[50] não conseguiram reverter a predominância da nova orientação sindical patrocinada pelo Estado que pregava a harmonização das classes sociais[149].

Na liderança de um movimento tão promissor quanto frágil em suas bases populares, seria de se

146. Id., pp. 270/271/274.

147. Rodrigues/83, pp. 371/372/377/383/433/434. Vinhas/82, pp. 68/69. Segatto et alii/82, p. 32.

148. Gorender/87, p. 248. VO/72, nº 87 (9). Rodrigues/83, pp. 397-400.

149. Carone/82, p. 168. Segatto et alii/82, p. 33. Rodrigues/83, p. 367.

esperar que os comunistas, orientados pela IC, e mesmo que imbuídos de uma incontível *fé revolucionária* – que fazia-os lutar pelo poder soviético sem que no país sequer conhecesse greves revolucionárias –, dessem sinais de comedimento maior em relação à eclosão do levante do que o possuído por seus novos parceiros, cuja prática anterior de levantes militares indicava não terem na exata conta a participação popular. Em tese, o que diferenciava a visão *prestista* de revolução da perspectiva dos fundadores do PCB, e, por tabela, da IC, era que estes últimos pretendiam transformá-la numa insurreição popular, ao passo que Prestes imaginava poder contar com uma expressiva participação popular para seu movimento; não mais do que isso[151]. O que prevaleceria, no entanto, a partir de 34, seria a visão *prestista* de revolução mesclada com a retórica revolucionária da IC. Mudança de comportamento houvera na IC, e por tabela no PCB, provavelmente em função de que a rebelião militar era a única possibilidade de ruptura imediata no Brasil de modo a que os soviéticos, numa conjuntura internacional de pré-guerra, dispusesse de uma sólida base ao sul dos EUA; ou, simplesmente, porque se tornara irrelevante na nova configuração stalinista da IC a questão da participação popular na revolução. Seja como for, do ponto de vista revolucionário – ou seja, de quem enxergava a revolução, popular ou não, como a **única alternativa** ao poder burguês –, a via *prestista* era a menos irrealista. Esperar, como queriam os fundadores e o leninismo, que a revolução amadurecesse *com as massas* significaria, no Brasil, como acabou acontecendo depois de 35, o adiamento *ad infinitum* da revolução. Ademais, como nos diz Rodrigues,

> "as lideranças aliancistas e comunistas[152] - (...) pelas posições que ocupavam na sociedade brasileira – estavam **distantes** das classes populares. A sua familiaridade com o Poder, a experiência de participação em movimentos militares anteriores, possivelmente, as faziam acreditar que as mudanças sociais e políticas conduzidas pelo Estado – conquistado por uma minoria decidida e organizada – seriam mais factíveis do que aquelas que poderiam resultar de um longo e penoso trabalho entre as novas massas urbanas (...) formada predominantemente por trabalhadores que chegavam da agricultura, **apáticos**, **desorganizados** (...). Deste modo, no plano da ação, houve o **abandono** de uma orientação voltada para a *sociedade civil*, para o fortalecimento dos sindicatos e autonomia das associações operárias, para as lutas eleitorais, (...) em troca de uma orientação que visava a **influenciar segmentos das classes superiores** e médias (...)"[150].

Se os trabalhadores não podiam desempenhar mais que um papel de apoio à revolução – e/ou, o que provocaria resultado idêntico, a *vanguarda revolucionária* não estava preparada para orientá-los por esse caminho – e, portanto, essa teria que ter seu eixo nos quartéis e nas classes-médias, como o *prestismo* sempre praticou, perdendo seu caráter extrinsecamente popular, seria de se esperar que a tática revolucionária privilegiasse a **perfeição técnica** na preparação do levante – como a LAR parecia indicar – de modo que uma persuasiva movimentação militar, ao ser posta em marcha, induzisse as massas a tomar partido favoravelmente aos rebeldes. Não foi isso o que ocorreu. Cruzamento entre o

150. Rodrigues/83, pp. 397-400; ggmm.

jumento e a égua, a mula de 35 era infértil: nem conseguira ser um eficaz movimento reformista radical, nem um amplo movimento revolucionário de feição nacional-libertadora; era apenas a interseção de uma possibilidade já superada em 30 com uma tradição que perdera a capacidade revolucionária, o que ficaria patente na guerra civil espanhola (1936-39).

Acreditando piamente na criatura que haviam construído, Prestes, *Miranda* e a IC – cujos agentes[151] desembarcariam no país junto com o primeiro, clandestinamente, em abril de 35 dispostos a realizar a revolução – dão o primeiro passo no sentido do levante através de um manifesto assinado por Prestes, em 5 de julho de 35, dirigido aos "democratas honestos de todo o Brasil", onde, à guisa de comemorar as revoltas de 22 e 24, propunha ele, simplesmente, a derrubada do governo e "todo poder à ANL": "a situação é de **guerra** (...). Cabe à iniciativa das **massas** organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se (...) para o **assalto**". Vargas, rapidamente, jogaria a ANL na ilegalidade[152].

Prestes e os comunistas se portariam como se acreditassem que bastasse ser iniciado o levante para que se incendiasse o país. A IC, inclusive, considerava a possibilidade de uma greve geral estourar após a sedição nos quartéis. A tão propalada *confiança nas massas* parecia justificar, aos olhos daqueles experimentados revolucionários – adjetivo do qual deve-se excluir *Miranda*, por motivos óbvios, a quem Prestes tentara transformar no *bode expiatório* do fracasso –, a inobservância de regras elementares de qualquer revolução planejada, sobretudo naquelas condições. A pressa na deflagração, portanto a precariedade técnica da conspiração, era estimulada pela perspectiva de uma adesão massiva do povo. A revolução parecia uma cachaça que enebriava a mente de homens sérios e corajosos, alguns revolucionários profissionais, que uma vez empenhados em sua realização se portavam de maneira quase primária e ingênua, chegando ao extremo da fantasia, como Prestes, em 34, ainda em Moscou, de descrever os cangaceiros nordestinos – movidos por uma ética arcaica e de cunho pessoal, muitas vezes à serviço dos latifundiários, que, como dissera Hobsbawm, preferiam viver à margem da ordem estabelecida mas nunca confrontando-a – como *camponeses guerrilheiros*, por se sustentarem através da usurpação dos bens dos ricos, pretensamente distribuindo aos pobres, e confrontando-se com a polícia roubando-lhes armamentos. Os comunistas também divulgariam imagens semelhantes, cuja *moral* conclusiva era a de despertar a vontade dos *justos* para conduzir os marginalizados ao caminho correto da insubordinação (revolução) apartando-os dos malfeitores. Arthur Ewert chegaria mesmo a falar do perigo de em secessão nordestina para descrever o estado de insatisfação latente das massas. Todas essas "análises delirantes e megalomaníacas", como adequadamente classificou Pinheiro, estavam amparadas por um raciocínio emblemático, presente tanto em documentos oficiais como em pronunciamentos informais, para o entendimento do

151. Rodolfo Ghioldi (argentino), Arthur Ernst Ewert (*Harry Berger*, alemão), Léon Jules Vallée (belga) e Victor Allan Barron (norte-americano); sem contar Olga Benário Prestes (alemã), com quem casara. (Segatto et alii/82, p. 36)

152. Rodrigues/83, pp. 370/375/376. Apud Pinheiro/91, pp. 274/275; ggmm.

comportamento dos comunistas e do neófito Prestes:

> "seria negar a história do movimento revolucionário (...) e os ensinamentos de nossos grandes mestres, se nós não concluíssemos, depois da análise da situação do Brasil, que este já se encontra no período revolucionário"[153].

O amadorismo da preparação insurrecional está plasmado no manifesto de julho, não só pela completa falta de senso de oportunidade das palavras-de-ordem ali arroladas, mas nele em si. Como asseverava Vinhas, "o manifesto em sim mesmo já representava uma radicalização enorme e um golpe na própria ANL, pelo menos em seus setores não-comunistas, que de forma alguma sabiam (...) ou queriam uma tal política" – Caio Prado Jr., Presidente da estratégica ANL/SP, por exemplo, estava em viagem à Porto Alegre quando o levante ocorreu, totalmente alheio às articulações[154].

Posta na ilegalidade depois de julho, a ANL converteria-se numa organização integralmente dominada pelos comunistas e seu projeto insurrecional, acelerando ainda mais os preparativos para o levante. Andreotti fala sobre a qualidade da agitação então promovida nos meios populares:

> "a pregação, a agitação era toda nesse sentido ... revolução. Mas **preparação não tinha**. (...) Na classe operária tinha aquela penetração. Mas despreparadíssimo. Aqui se pregava fazer bombas para explodir (...) as torres da Light. E medidas sem preparação. Então se vê que a agitação maior era nos quartéis"[53].

Nos quartéis o processo não foi menos atabalhoado. O militar pernambucano Teodoro Melo, posteriormente homem de confiança de Prestes e importante membro do CC nos anos 70/80, descreve a realidade que vivia na caserna:

> "o clima da época era de efervescência, de nacionalismo e de modernização do país. Depois que eu entrei no Exército, pude ver que as conspirações se trombavam, ali no quartel, umas com as outras. Através dos sargentos entrei em contato com a conspiração que era feita por um Coronel e um General, uma coisa, assim, limitada. Quando surgiu a ANL, estas conspirações se abafaram por conta do temor maior que ela passou a provocar no oficialato. Neste momento, fui convidado a participar da articulação de 35 e topei porque era Prestes que estava à frente"[155].

Ao estourar o levante todos esses procedimentos convergeriam para o fracasso da tentativa,

153. Id., pp. 8/233/275-277/289-291.

154. Vinhas/82, p. 71. [Garcia, Marco Aurélio /1988] p. 5. Segundo Hermínio Sacchetta, então membro do CE/SP, não teria havido levante em SP porque a direção estadual fora contra. (Rodrigues/83, p. 372)

155. Apud Vieitez/88, p. 165. [Melo, Teodoro /1992].

> "sequer o Partido teve conhecimento antecipado (...) A **maioria** dos secretários políticos estaduais desconheciam a decisão tomada (...) pelo braço armado do partido, que praticamente atuava com **independência**";

dizia Vinhas. Mas, mesmo em sua alçada a desarticulação prevaleceria, como nos descreve Melo:

> "o levante, em Recife, aconteceu num domingo com o quartel vazio e os oficiais **já cientes** de que ele aconteceria, pois já havia estourado em Natal[156]. Por **coincidência**, no sábado, eu dormia no quartel quando fui acordado pelo Sargento Apílio às 7 horas da manhã, que me informou que o levante seria naquele dia às 9 horas. Eu imaginei que fosse 9 horas da noite, quando ele me disse que era da manhã mesmo, ou seja, 1:30 h depois do nosso encontro. Teríamos que levantar um quartel vazio e tomar de assalto o QG dos oficiais, para depois descer para Recife. (...) Chegamos até a mobilizar os recrutas recém-incorporados que sequer tinham recebido instrução de armas".

No Rio deu-se o mesmo; 2/3 dos revoltosos eram recrutas recém-incorporados que não sabiam atirar e muito menos estavam inteirados dos objetivos revolucionários da ação, mobilizando-se por questões corporativas desfraldadas *ad hoc* pelos rebeldes. O aliciamento de novos rebeldes, tampouco exibia algum esmero; um oficial do Batalhão de Guardas, ao ser convidado a aderir às vésperas do movimento, alertaria seus superiores que colocariam a 1° Região Militar (RM) de prontidão[157]. A escolha do lugar para sua eclosão igualmente fora inadequada – num regimento situado entre a montanha e o mar, portanto fácil de ser cercado. Mas, mais importante, a fragilidade e a tergiversação ideológica do movimento denunciavam o isolamento das forças que o sustentavam e o alto risco embutido em uma participação. Isso ficou patente tanto no pequeno número de condenados depois da derrota[54], como na conclamação de Agildo Barata, líder da sublevação no Rio, à adesão do Comandante da 1° RM depois que este o havia cercado com suas tropas. Nela, além da implícita ingenuidade sobre o contexto político da ocasião, em particular quanto à coesão do inimigo, transparece a dificuldade político-ideológica da assunção de seu caráter popular-socialista: "o movimento não é comunista! Mas nacional, popular, revolucionário, com o mais digno dos nossos companheiros à frente: Luís Carlos Prestes"[158].

Apesar do desastre, e do virtual aniquilamento do partido durante o Estado Novo, os comunistas haviam dado o passo decisivo para sua elevação ao primeiro plano da vida pública absorvendo integralmente o programa *jacobino-tenentista* e salpicando-lhe *marxismo-leninismo*. Apesar de inscrita

156. Quanto ao atraso na mobilização dos outros estados Prestes, mais uma vez, descarregaria a culpa nos ombros de *Miranda*, responsabilizando-o pelas dificuldades de sincronização do setor militar com o partido. (Rodrigues/83, p. 373)

157. Antes, em Alagoas, uma série de prisões de comunistas, principalmente no Exército, inviabilizaria a mobilização e mostraria a relatividade do seu caráter secreto. (Guimarães/82, p. 9)

158. Vinhas/82, p. 72; ggmm. Melo/92; gm. Apud Pinheiro/91, pp. 300-302.

numa estratégia revolucionária, a ANL crescera com base numa pauta democrático-reformista que indicaria aos comunistas, assim que eles concluíssem pelo caráter *esquerdista* da revolução que tentaram patrocinar – e, como dissemos, a única possível em se tratando de revolucionários –, o caminho para sua definitiva inserção no mundo da grande política, vivido em sua maior parte sob a ilegalidade. Depois de terem ido às ultimas conseqüências em nome de suas utopias, os comunistas deslizaram imperceptivelmente para as práticas políticas que privilegiavam transformações pelo alto em nome da contemplação dos despossuídos. Tratava-se, efetivamente, de uma mudança cujo sentido, nos diz Rodrigues, era o da incorporação de "elementos de longa tradição política" integrativos à "vida nacional":

> "(...) a ANL (...) viria ***nacionalizar*** a Esquerda (...) e retirá-la do gueto (...). O anarco-sindicalismo e o movimento operário dos anos anteriores tinham produzido um movimento **social** mas não um movimento **político**. (...) As reivindicações profissionais e sociais (...) dos operários estiveram desvinculadas de uma luta mais ampla, voltada (...) para a conquista do Poder (...)"[159].

Seguindo a senda aberta por Rodrigues, Palácios afirmará, de maneira bastante original, que "a ANL **deu origem** ao PCB, tal como foi conhecido até muito recentemente", não apenas porque o "reorganizou de alto a baixo", mas, porque foi capaz de concluir "o processo de dissídio simbolicamente situado na rebelião de 1922" pondo "em cena o que seria a oposição de esquerda à ordem burguesa autoritária", dando "expressividade política" ao "radicalismo ilustrado das primeiras décadas republicanas".

> "O radicalismo republicano anterior ao marxismo restringia sua intervenção seja à retórica dos **direitos naturais** seja ao discurso do **progresso** e da incorporação das classes subalternas a uma **ordem justa**. A ANL **funde** esses temas. (...) O caminho clássico europeu associou socialismo e progresso tendo por base o mundo do trabalho. Realizou-se aqui obra distinta. O progresso deveria proporcionar a realização plena da liberdade e autonomia do indivíduo, e sua realização não tinha por fundamento o associativismo operário".

Mesmo assim, ela estaria associada "à constituição de uma estratégia de democratização da sociedade (...), expressiva dos interesses das classes subalternas", e voltada "à promoção do movimento operário", proporcionando aos comunistas um "lugar na sociedade brasileira". Tal como Rodrigues, em Palácios é o aparecimento da ANL que possibilitaria ao PCB adquirir "expressividade política e inserção significativa no movimento operário (...) depois do encontro (...) com o tenentismo (...)". No entanto, há uma diferença marcante entre as duas apreciações. Enquanto Rodrigues interpreta o movimento revolucionário de 35 como sintoma da incapacidade política do PCB em ligar-se ao movimento operário, ao mesmo tempo em que qualifica seu projeto como estatista-autoritário,

159. Rodrigues/83, pp. 397-400; ggmm.

Palácios considera-o a expressão política das limitações históricas das "classes subalternas urbanas", *entidades para quem* "o voto não tinha qualquer importância":

> "a plebe **quando defendia** os seus interesses o fazia de forma explosiva, (...) selvagem; a classe operária (...) extraía muito mais resultados quer da ação direta – greves –, quer da negociação com Estado. (...) A conquista da legislação do trabalho a partir de 1926 **não dependeu** sequer marginalmente da influência direta da classe operária sobre a representação".

> "A ANL (...), ao combinar a tradição do republicanismo radical com o reformismo operário, (...) produziu uma representação do indivíduo **livre** e da ordem **racional** responsável por décadas de simbolismo **libertário** e **democrático** no Brasil. Daí ter sido o momento constitutivo de uma representação **democrática** da modernidade brasileira". "(...) As correntes ilustradas radicais desde muito tempo incapazes de formular uma estratégia de democratização da ordem brasileira com incidência real sobre o sistema político",

encontraram nos comunistas, desde então – e por meio de uma "idéia de revolução construída (...) a partir de uma **singular** apropriação do marxismo" –, *uma resposta **eficaz** ao* "bloqueio à emergência do democratismo republicano na arena política"[160]. O projeto comunista, portanto, encerraria a possibilidade da democratização-modernizadora do país e, mesmo não estando fundado no "associativismo operário", seu movimento expressaria os "interesses das classes subalternas". Esse *a priori* da *necessária* expressão dos interesses operários no movimento modernizador *marxista* impede Palácios de valorizar o dado empírico, não desprezado por Rodrigues e reconhecido por ele próprio, do alheamento desses personagens em relação ao movimento que pregava sua libertação como condição *sine qua nom* para a *aurora de uma nova sociedade*. A modernização pretensiosamente reivindicada pelo PCB, nas condições descritas, como *expressão dos interesses do proletariado* refletia, na verdade, o desejo de mudança daqueles que se mobilizavam em seu apoio. A tentativa de envolver os mais pobres, apesar de legítima, patenteia a exterioridade do projeto face aos interesses imediatos daqueles a quem se queria incorporar[55].

Não se pode negar o *simbolismo libertário e democrático* do *aliancismo*, mas se deve matizar com precisão seu significado. Cultivado como resposta ao crescimento vertiginoso da AIB em 34 os anseios democráticos de então foram entendidos pelo PCB como *impulso irresistível das massas no rumo da revolução* e traduzidos da mesma forma com os resultados conhecidos. Tal interpretação retirava da *representação democrática da modernidade* seu caráter limpidamente *democrático* à medida em que, em seu bojo, descortinava-se a possibilidade, não completamente assumida, da transição à uma ditadura nacionalista de esquerda sob o manto da retórica soviética da DP. Isso possibilitou aos conservadores e à burguesia dispor de um espantalho poderoso visando inibir a emergência de uma

160. Palácios/91, pp. 6/42/44/48/50/52/53/160/161; ggmm.

autêntica representação política dos setores subalternos. Nessa ambigüidade simbólica, onde residia o estorvo para o desenvolvimento da perspectiva alternativa de setores das camadas-médias emergentes, radicava a **ineficácia da herança *aliancista*** legada ao conjunto da esquerda brasileira. O *eficaz* teria sido a realização plena da representação classe-média radical ao nível da participação eleitoral e associativa, com chances significativas nos centros industriais e comerciais do país, em convergência com a incipiente radicalidade operária existente. Portanto, era longe da perspectiva revolucionária que o projeto democrático poderia triunfar. Mas isso demandava por uma esquerda *nacionalizada* que não existia a não ser marginalmente e em alguns círculos intelectuais. O PCB stalinizado, portador de uma consciência enebriada por uma ideologia absoluta – que, como nos diz Palácios, fazia com que seus vínculos

> "com a cultura brasileira fossem sempre **residuais** e aparecessem sob a forma de **influências espúrias**, usualmente a serviço da explicação dos erros", tornando, "curiosamente, (...) os portadores reais da idéia de revolução brasileira os responsáveis pelos erros e desvios do PC"[161] –

seria incapaz de protagonizar tal via reformista-democrática com base na aliança das camadas médias com a classe operária.

b) fase reformista

Se, por um lado, o comunismo, com 35, encontrara sua nacionalização possível no contexto brasileiro, por outro, o saldo político imediato fora amplamente negativo, desencadeando uma vasta repressão contra a esquerda, tornando, como nos mostrou Andreotti, sensivelmente mais difícil articular o movimento no interior das fábricas e possibilitando a inculcação de uma desconfiança crônica entre os militares, fruto da versão martelada acerca do suposto assassinato de soldados durante o sono pelos revoltosos[162]. Mas, a conseqüência mais nefasta de todas foi a criação das condições para a instauração da ditadura varguista com significativo apoio social[56].

Os comunistas resistiram a admitir o erro estratégico de 35. Imediatamente após a derrota, em janeiro de 36, o CC afirmaria: "a recente derrota da insurreição (...) não significa a derrota da revolução. Ao contrário, inicia-se uma fase nova e mais **elevada** do desenvolvimento da revolução brasileira" – fala-se, inclusive, em julho, em guerrilha como "a forma mais efetiva de luta contra os ataques do fascismo". Com a maioria das lideranças revolucionárias presas em 36, gradualmente a retórica partidária iria se abrandando A menção à guerrilha seria rapidamente esquecida, mas a defesa explícita do levante e o otimismo de fundo que a acompanhava seria sustentado por muitas décadas

161. Id., pp. 23/41/46; ggmm. Para Palácios *revolução brasileira* era o projeto democrático-modernizador e não a **via** de sua realização. Ademais, para nós, como já foi discutido, residual era a relação desde sua fundação e não apenas após sua stalinização.

162. Vieitez/88, p. 165. [Dulles, John W.F. /1985] p. 213.

ainda[57], embora a mudança de atitude dos comunistas não tenha esperado mais de 3 anos para acontecer. Prestes, em carta ao Tenente Severo Fournier – que liderara uma sublevação militar integralista, com o apoio de liberais civis, em maio de 38, no Rio –, daria sinais da guinada que se efetuaria:

> "o caso brasileiro pede uma **solução brasileira** e esta foi justamente a maior **lição prática** que nos deixou Lênin, encontrando a solução russa para ocaso russo. Ora, a situação do Brasil atual é muito diferente da Rússia de 1917. Aqui o essencial, no momento, é romper todos os freios que estão impedindo o **nosso** desenvolvimento capitalista, implantando **democracia de verdade** (...)"[163].

A resistência ao novo caminho foi organizada pelos paulistas, mas não teve êxito. Hermínio Sacchetta, que acabaria sendo expulso em novembro de 37 junto com Heitor Ferreira Lima e outros, denunciara a nova tendência como de *colaboração com o fascismo getulista*, numa reação premonitória contra a linha que vigoraria na conferência de 43. A luta interna, deflagrada na reunião ampliada do CC de agosto de 37, opondo Sacchetta à Lauro Reginaldo da Rocha (*Bangu*), Secretario-Geral desde junho de 36, apontava para a iminência da primeira divisão importante no partido, com a criação do CC provisório por participantes do grupo paulista – que recebera apoio no Sul, Centro-Oeste, triângulo mineiro e SP –, que acabou sendo abortada pela interferência direta da IC tomando partido de *Bangu*, através da rádio Moscou – que, sob a direção de Brandão, chegara ao ponto de revelar a identidade legal dos membros do grupo de Sacchetta, que logo depois foi preso[164].

Mais uma vez a IC decidia os rumos internos do partido com referência nos interesses da URSS. Esta, sob o poder stalinista absoluto e sua campanha, deflagrada a partir de 34, de *Grande Terror*, aprofundara seu fosso com as antigas políticas *internacionalistas* do leninismo. A revolução, que havia sido transformada com o ascenso do hitlerismo num instrumento de **política externa** do Estado soviético, ao invés de manifestação política de uma vontade popular por mudanças que deveria ser estimulada, como no leninismo, a partir de 38 transformar-se-á numa ameaça retórica que serviria apenas para dissuadir os potenciais aliados liberais de aproximarem-se do nazi-fascismo. Segundo Fernando Claudín, "os EEUU e os capitalismos europeus (...) passam a ser aliados potenciais (...)" desaparecendo qualquer vestígio da *política internacionalista*, substituída "por um programa universal de anti-fascismo, democracia e paz (a democracia deixa de ser adjetivada nos textos programáticos)". Embora Stálin ainda falasse de uma *crise insolúvel do capitalismo* que apontava para a *necessidade da revolução*,[165] em termos práticos o que se providenciava era a extinção da IC, velho símbolo do internacionalismo cuja *cabeça* fora pedida reiteradas vezes pela burguesia mundial em troca da

163. Segatto et alii/82, pp. 48/49. Apud Palácios/91, p. 144; ggmm.
164. Segatto et alii/82, pp. 56/57/59. Cavalcante/86, p. 97. Rodrigues/83, pp. 402/403. Paulo Netto/82, pp. 147/151/152.
165. Claudín/86, pp. 660/661.

possibilidade de se estabelecerem relações normais com a URSS[58].

O PCB, organicamente aniquilado e perdendo pela segunda vez para Vargas, seguirá o caminho da **conciliação pelo alto** não em função de um abstrato e obscuro desejo de subserviência ao ditador populista, mas porque aquela era a nova *religião* do PCb, e nele residia a única possibilidade de manutenção da *etiqueta* bolchevique, elemento indispensável para a retomada do ponto de partida histórico[166], tal como no período 30-34. O stalinismo, mais uma vez, desempenharia a ponte para a reconquista da identidade ameaçada pelo colapso político da organização e a insinuação de correntes *nacionalizantes* em seu meio. O bloqueio do processo de *nacionalização* do PCB, como outrora, ao invés de selar o isolamento político definitivo do partido apenas preparava sua reestréia na grande política sob a tutela da já discutida dupla tradição: a bolchevique, agora **não** mais *internacionalista*, e a nacionalista, **não** mais revolucionária. A diferença marcante da reentrada do comunismo no cenário político maior do país, em face da estréia, estava no debilitamento do *prestismo* ocasionado pelo retumbante fracasso do levante de 35. Prestes, embora identificado como mártir por largas parcelas da opinião pública e cultuado no partido perdera seus *poderes mágicos* aos olhos de outra parcela e isso teve reflexo dentro da própria organização e em sua franja – como, posteriormente, se patenteou com Carlos Lacerda[167], Sacchetta, etc.. Sua figura, portanto, apesar de ainda constituir o centro aglutinador do PCB e da esquerda, e continuar sendo a referência soviética na América Latina, havia perdido a áurea *divina* de outrora.

O processo, desenvolvido sob o pano de fundo do cenário conflitivo dos anos 30-40, que levaria Prestes à cabeça do partido, e esse a um fantástico crescimento[59], seria bastante tortuoso[60]. Em janeiro de 42, quando Vargas rompe com o *Eixo*, no entanto, abrem-se as perspectivas para uma efetiva aliança política com o varguismo. A divulgação da autoria alemã no afundamento dos navios brasileiros, em março, levaria os comunistas a proporem abertamente, pela primeira vez, a *união nacional*; daí por diante a aproximação se acelerará apesar dos diversos obstáculos. Em junho, os EUA é chamado de "país irmão"; a seguir, Prestes, em carta a Agildo Barata, chegaria a falar da disposição dos brasileiros ao "sacrifício voluntário do sangue do nosso povo" em defesa do *povo americano*. Para Prestes a *união nacional* clamaria também pelo término das disputas internas entre as classes sociais. Em agosto, Vargas é compelido a declarar guerra ao *Eixo*; moto-contínuo, a revista *Seiva*, sob orientação dos comunistas baianos, declara seu "decidido apoio ao Presidente Getúlio Vargas e às autoridades **democráticas** do **nosso** governo" e estampa na capa, junto a um retrato do ditador, a seguinte frase: "**tudo nos une, nada nos separa**". Em junho de 43, os prisioneiros comunistas de Ilha Grande manisfestavam-se em defesa da democracia e reivindicavam postos de combate junto à Força Expedicionária Brasileira (FEB). Prestes fazia coro pedindo a Vargas que *confiasse no povo e*

166. A essa altura completamente desassociado dos fundadores, e referido apenas ao *fazer como na Rússia*.

167. Expulso da organização, em janeiro de 39, por ter redigido um artigo considerado *anti-partido*. (Segatto et alii/82, p. 61)

Prestes saindo da prisão, em 18 de abril de 45, anistiado por Vargas

In Segatto et alii/82, p. 74.

libertasse os presos políticos, enquanto veteranos combatentes comunistas da guerra civil espanhola se ofereciam como voluntários. Todos os pedidos foram rejeitados, mas isto não impediu que, em abril de 44, Pedro Motta Lima, jornalista militante do partido, se entregasse dramaticamente às autoridades *para que elas decidissem onde melhor poderia servir ao país*: foi mandado para a Ilha Grande em estadia de 1 ano[168].

O esforço patriótico do partido era desprezado não só por Vargas como, principalmente, pela direita, que reagia negativamente a estas demonstrações de *boa vontade*. Os escritores católicos, por exemplo, através de Alceu de Amoroso Lima, rejeitavam em novembro de 42 "uma aliança **impossível** entre atitudes substancialmente **irreconciliáveis**". "Não basta (...) um inimigo comum para superar a **barreira de princípios** entre comunismo verdadeiro e verdadeiro catolicismo", dizia em resposta à mensagem do escritor Jorge Amado, que em nome dos comunistas sugerira o esquecimento das "diferenças ideológicas" e o trabalho em comum "contra as forças **demoníacas** do nipo-nazi-fascismo"[169]. Os comunistas, todavia, perseverariam. Em março de 44, Prestes se manifestaria pelas teses da Conferência da Mantiqueira (1943) desferindo ataques contra os "esquerdistas". Em sua lógica peculiar, ele concluía:

> "se ainda não chegamos à unidade nacional, não se deve isso principalmente ao governo, nem muito menos ao seu chefe (...) mas antes, e fundamentalmente, à **incapacidade dos aliancistas** de unir e organizar suas forças a fim de mobilizar as massas em apoio da política de guerra do governo (...) (e para) exigir a prática da democracia no País". "Lutar pelas liberdades populares **não significa** neste momento fazer o combate **doutrinário** ao Estado Novo e à Constituição vigente, nem muito menos passar aos insultos generalizados aos homens do governo que enfrentam, na prática, problemas concretos de terrível complexidade (...)".

Em junho, arrematariа:

> "se essas **pretensas** forças democráticas não apóiam o governo em guerra contra o nazismo, estão, de fato, **do lado** do nazismo e querem a substituição de Vargas por um aventureiro qualquer".

Na *Carta a Um Amigo*, ele deixaria clara a nova política comunista:

> "o que há na América Latina são governos ditatoriais que nós, antifascistas, apoiamos ou combatemos, **conforme** a posição ou a **política externa** dos ditadores, a favor ou contra as Nações Unidas. (...) A política interna e todas as outras questões nós a **subordinamos** ao interesse máximo da luta contra o nazismo".

168. Dulles/85, pp. 220/229/231-237/245; ggmm. Segatto et alii/82, p. 65.

169. Apud Dulles/85, pp. 232/237/238/249; ggmm.

Por fim, pregava ele o "restabelecimento – **finda a guerra** e **dentro da ordem e da lei** - das instituições democráticas e representativas do país"[170].

A *união nacional* não encontraria uma forte justificação nacional que não o recuo do *prestismo* diante do desastre de 35. Forjado no âmbito de uma tradição política avessa à participação popular – na qual se constituía em exceção, como já foi visto – era natural que, após experimentar o fracasso de uma revolução pretensamente popular, o *prestismo* fosse buscar uma alternativa no repertório no qual fora formado. A conciliação intra-elite era a possibilidade mais familiar de que poderia dispor, ao mesmo tempo em que possibilitava a execução de uma política de solidariedade a Moscou bem ao agrado desta, na medida em que se revertia em políticas governamentais concretas em seu benefício – tirar a URSS do isolamento era uma necessidade imperiosa mesmo após sua vitória na guerra. O esforço em dar uma forma *científica* a essa política transparece amiúde na argumentação de fundo *economicista* presente no discurso de Motta Lima, em agosto de 46 na *Tribuna Popular* – a *união nacional visa liquidar as* "bases econômicas da reação e do fascismo" –, ou de Prestes, em setembro no mesmo jornal – "(...) quanto mais o capitalismo se **desenvolver**, mais **rapidamente** se chegará ao socialismo"[171].

Inoportuna sob vários aspectos, ela não recuaria mesmo diante do reaparecimento do movimento operário, em março de 44, depois de uma longa letargia. Ao contrário, o PCB que, como nos diz Marcos Oliveira, havia dado "(...) a garantia de que usaria toda sua influência (...) para evitar greves e movimentos sociais de contestação que (...) (pudessem) provocar uma reação fascista ou de direita que freiasse as conquistas (...) da esquerda", reagirá com a *defesa **ardorosa** da ordem* e acusações difamatórias do tipo "provocadores" e "baderneiros"[172]. Se em 35 forçara-se um levante em nome de uma revolução pela qual as massas não estavam dispostas a lutar, 10 anos depois se abafaria a mobilização popular em nome de uma retórica abstrata de *revolução futura*. A marca comum desses dois momentos era o **divórcio** entre o partido e a representação dos interesses de classe, o **desprezo** pelas preferências populares, a **dificuldade** de levar em conta o que queriam os despossuídos, o **estranhamento** supremo com o povo que queriam libertar.

Os comunistas só admitiriam sacrificar sua *paz social* com o agravamento do surto grevista em dezembro de 45, que duraria até março de 46. É então que o partido, nos diz Arnaldo Spindel,

> "impossibilitado de conter o movimento, (...) vai, a partir de janeiro (1946), **reconhecer** o caráter legítimo das greves, **recusando-se**, contudo, (...) a assumir a responsabilidade e a conduzir os movimentos. Nesta ambigüidade o Partido **perde terreno** tanto no seio da classe

170. Ibid., pp. 254-257; ggmm. Apud Rodrigues/83, pp. 408/409; ggmm.
171. Apud Vinhas/82, pp. 100-103/106/107; ggmm.
172. Oliveira/88, pp. 199/200.

operária quanto no (...) do sistema político".

Embora convencido, como dizia-se Prestes no comício de São Januário em maio de 45, "de que dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e **relativamente fácil** encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas", isso não era o bastante nem para remover os obstáculos às reformas sociais, nem para aplacar a inquietação da burguesia diante da possibilidade do movimento popular espontâneo irmanar-se definitivamente com o partido. Tampouco a política de cooperação explícita com os patrões plasmada na *Carta da Paz Social*[61], apresentada por João Daudt, presidente da Confederação Nacional do Comércio, em novembro de 46, e aceita pelos comunistas, tornara a situação mais favorável para a integração do PCB na nova ordem política. Como bem observou Spindel, o partido *perdia terreno* tanto *embaixo* como *em cima*. As greves, surgidas, como nos diz Oliveira, a partir das "bases trabalhadoras até então controladas pelo PCB" que "começam, de maneira espontânea, a se" rebelar, patenteariam o divórcio entre o comunismo e a classe operária. "O PCB garantia a ordem **às custas** de suas próprias bases políticas" *supervalorizando o jogo político pelo alto em detrimento da movimentação econômica da classe trabalhadora*, numa política cujo resultado maior era o de dar "**os dedos para manter os anéis**". Em Recife, onde a reconstrução partidária assumira a forma da Unidade Popular Socialista aglutinando os democratas mais combativos, a persistência de sua aplicação provocaria a quebra da unidade e o recuo nos setores onde era seguida. Rui Antunes, eleito Deputado Estadual pelo PCB/PE, narra-nos as conseqüências disso para o movimento grevista em seu estado:

> "o movimento grevista inicial esboçado pelos companheiros dos demitidos não se estendeu a toda indústria têxtil devido à intervenção do Partido para que não abandonassem o trabalho (...). Foi este apelo **caloroso** do PCB que evitou que a greve se alastrasse".[173]

A neutralização do conflito social, mesmo agredindo frontalmente a perspectiva de enraizamento do partido no proletariado, não cessou mesmo com a derrubada de Vargas. Seu prolongamento durante o Governo Linhares, afirma Oliveira, tornaria-a ainda mais "desastrosa" em função de que o partido deixara de receber cobertura governamental para suas atividades sindicais. Agora, em troca da conciliação, o partido "recebia *pau* e cadeia" e seus militantes ou aliados eram alijados das diretorias sindicais. Nesse "momento em que a direita (...) planejava (...) iniciar o ataque ao seu inimigo" maior, "o PCB procurava a **todo custo** manter a aliança existente com um governo agora inexistente"[174].

A política *pecebista* fora útil a Vargas em sua tentativa de manter-se no poder – como nos diz

173. Apud Vinhas/82, pp. 100-104/106/107/124; ggmm. Segatto et alii/82, pp. 70/71. Apud [Oliveira, Marcos A.G. /1989] pp. 147/151/152/199/200; ggmm. [Spindel, Arnaldo /1981] p. 76; ggmm. Vinhas falaria ainda numa greve geral no Recife sustada por **ordem expressa** e pessoal de Prestes. (Vinhas/82, p. 92)

174. Oliveira/88, pp. 199/200; gm.

Barata, foi da "maior significação **moral** e **política** receber o apoio daquele que era o alvo ostensivo do movimento democrático pela anistia e fora o **foco do ódio** demonstrado pelo Estado Novo" – e ao governo que lhe sucedera, mas não ao PCB cuja identidade democrática ficara ainda mais problemática com a aliança com o ditador, reforçando a desconfiança quanto ao caráter episódico do neo-democratismo comunista. É bem verdade que o acordo garantira a legalidade do partido, depois do reconhecimento da URSS pelo Governo a 1° de abril[175], mas isso com certeza não compensou a problematização da integração dos comunistas na institucionalidade democrática de então.

Na verdade, o *queremismo*[62] chancelado pelos comunistas continha uma tripla armadilha. Em primeiro lugar, a manipulação sindical que ele trazia embutido tinha efeitos muito mais poderosos e persistentes do que os comunistas imaginavam. Em segundo, a tutela do Estado sobre a redemocratização, que ele prenunciava, abria a possibilidade para a continuidade dessa prática, mesmo por seus inimigos declarados, em nome do combate ao nacionalismo autoritário e populista. Em terceiro, esterilizava qualquer possibilidade de tornar crível a conversão democrática do PCB, em função de que sua filiação ao MCI era *agravada* pela proximidade com o projeto modernizador-excludente de 30/37. O lançamento da *união nacional* em 43, quando terminaria o mandato de Vargas segundo a Constituição outorgada pelo próprio ditador em 37, reforçaria as suspeitas de que se estaria forjando o aproveitamento do *varguismo* como **biombo** para a expansão da influência soviética na América Latina depois da guerra, numa continuidade disfarçada da linha de 35. Se tivermos em mente que a luta democrática dos comunistas brasileiros ligava-se amiúde ao destaque apologético da *democracia* stalinista, às conquistas sociais do *povo soviético* e ao *heroísmo de seu povo e seu líder* (Stálin) *demonstrados cabalmente na guerra*, teremos o quadro das expectativas negativas, alimentadas com estardalhaço pela direita, que se nutriam da possibilidade, na verdade remotíssima, do Brasil ingressar no MCI.

Tudo isso facilitou enormemente a articulação conservadora para por na ilegalidade o PCB. Por mais que este, como de resto todo o MCI, se empenhasse em evitar confrontações, a verdade é que o estatismo e o ultra-nacionalismo haviam sofrido significativa derrota, com Hitler e Mussolini, para a democracia e a economia de mercado Ocidentais. Vargas, com seu governo autoritário com simpatias nazistas, e o PCB, com sua filiação soviética, tornaram-se reféns de um discurso democrático-liberal que não podiam assumir de todo, tornando-se presas fáceis nas mãos da propaganda liberal-conservadora interessada em fortalecer o *status quo* quando se arvorava em defensora da democracia. Os inimigos históricos da democracia no Brasil colocariam-se, com a guerra, a crise do varguismo e a ausência de uma alternativa democrático-radical apartada do comunismo, como os únicos representantes autênticos dos ideais Ocidentais. Os alertas recorrentes dos comunistas, feitos no pós-guerra, de que sua exclusão *abriria o caminho para o ressurgimento do fascismo* e o esforço

175. Apud Dulles/85, pp. 263-266. Segatto et alii/82, p. 75. Vargas agia como os comunistas nesse ponto: para ele era mais importante poder flertar com a URSS através do PCB do que simplesmente legalizá-lo.

colaboracionista, foram inócuos para neutralizar a força da identificação dos liberal-conservadores com a vitoriosa democracia anglo-saxã.

Por outro lado, a direita assediava os comunistas com ataques precisos aos seus pontos-fracos. Era o caso da União de Resistência Nacional (URN), força nacionalista-cristã-anti-comunista criada em 45, que acusava: *os comunistas preparam-se para*

> "**reencetar** a tragicomédia de 35"; Prestes "é (...) um mero **agente estrangeiro** (...), na sua mórbida **subserviência** às diretivas e *slogans* da Rússia, no seu **desprezo** pelos interesses do Brasil, cujos problemas reais só conhece através das teorias que lhe ensinaram em Moscou"; "o forte da propaganda comunista é a exploração desabrida do prestígio mitológico de Prestes. Quanto mais lhe faltam argumentos sérios, mais se apegam ao **messianismo personalista**, à concepção tipicamente fascista do *chefe*[63], que tanto criticavam nos seus adversários"; "não obstante seu **charlatanismo teórico**, o PC prospera (...) Não é possível vacilar diante do perigo crescente, pois trata-se de um bando de **extremistas desvairados**, capazes de tudo, com a mentalidade completamente **deformada**[64]"; "nas mostras das livrarias predominam, num quase monopólio, os livros marxistas ou de propaganda russa"[176].

O clima político desde o ressurgimento das greves tornara-se crescentemente hostil ao partido, apesar de todos os riscos que esse assumira ao tentar frear o ímpeto grevista. No 1° de Maio de 46, a polícia impediria a realização de manifestações criando um clima de estado de sítio; a 23, a repressão a um ato pela imprensa do partido deixaria o saldo de uma morta (Zélia Magalhães) e vários feridos; a 27, Dutra iniciaria o *expurgo* de funcionários públicos comunistas; em junho, o Jornal *Estado de São Paulo* identificaria por detrás das greves *o dedo* ***subversivo*** *do PCB movendo-se com o propósito de* ***desorganizar*** *os serviços públicos e colocar em risco a estabilidade social*:

> "O PC está criando para si e para o Brasil uma **situação intolerável.** Com a sua tática de manter o país em agitação permanente, **provocando greves** a torto e a direito, a ninguém mais dá sossego. (...) Diante desses fatos **adquirimos o direito** de por em dúvida as declarações pacifistas dos comunistas (...). As agitações e as greves que estão promovendo e que não deixam pois de promover enquanto não se levantar contra eles uma força **mais poderosa** denotam apenas que, em vez de trabalhar pelo povo, o que eles estão fazendo é trabalhar pela sua **ideologia** (...) e pelos interesses do **comunismo internacional**";

no mesmo mês, o Deputado Barreto Pinto do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que já solicitara a cassação do registro do partido em março[65], se auto-elogiava:

> "estou de parabéns. Já agora verifico que todos me estão dando razão. Insurgi-me contra o PC e denunciei as greves a que estamos assistindo. Encontrei pela frente, em defesa do

176. Cavalcante/86, pp. 93/158/159. Apud [Giovanetti Netto, Evaristo /1986] pp. 34/86/87/161; gm.

comunismo, os que hoje mais ardorosamente o atacam".

Prestes na Constituinte, em agosto de 46, mostrava-se atento ao que ocorria, mas acreditava estar imune ao assédio da *minoria fascista*[66]:

> "diz-se pelas esquinas (...) que o Sr. Presidente Dutra já concordou com a intenção do **grupelho fascista** que exige o fechamento do PC (...) São esses os boatos dos dias que correm: o fechamento do PC já está até decretado; já estão sendo preparadas as medidas para cessar as imunidades dos parlamentares comunistas".

De fato, em maio de 47 – 11 dias depois do discurso de Harry Truman marcando o início da *guerra fria*, 23 dias após a posse de Dutra e 9 meses transcorridos do discurso de Prestes na Constituinte – a cassação se consumaria seguida, em outubro, do rompimento das relações diplomáticas com a URSS[177].

A nova derrota deve-se, em grande parte, ao fato dos comunistas não terem conseguido um mínimo de enraizamento no quadro político nacional, tanto em função de sua conciliação com o *varguismo* como pela infidelidade ao movimento operário, em nome da *união nacional*. Basta olhar, no entanto, para o tipo de expansão conseguido pelo movimento sindical para perceber que alguma coisa a mais se interpusera entre os comunistas e os trabalhadores impedindo-os de defender o partido que, apesar de tudo, mais entusiástica e organizadamente promovera a participação popular na Constituinte. Tratava-se do corporativismo e do PTB, duas faces de uma mesma moeda. Em aliança com os *petebistas* os comunistas derrotariam os *ministerialistas* (*pelegos*) criando a nova CGTB, em agosto de 46, e incorporando as federações sindicais. Parecia então aberta a possibilidade de uma duradoura aliança sindical que, no interior da estrutura sindical estatizada, prometia massificar e organizar a participação dos trabalhadores na vida política do país. 9 meses depois, no entanto, em maio de 47, a CGTB, no rastro da exclusão do PCB, seria fechada por Dutra que, até o final de seu período, perpetraria intervenções em 400 sindicatos. A articulação sindical montada pelo partido, e muito dependente dos *trabalhistas*, não funcionara à seu favor[178]. Criado como *anteparo* ao comunismo o PTB[67], que crescera no vácuo deixado pelo PCB nas greves de 45-46, parecia pouco interessado em sair em defesa de seu aliado – na verdade seu maior competidor pela simpatia dos trabalhadores. Embora pela vastidão de suas intervenções sindicais Dutra deva ter atingindo inúmeros *trabalhistas* esses, provavelmente, tinham mais benefícios a tirar sob as limitações sindicais impostas pelo governo em favor dos *ministerialistas* do que numa convivência competitiva com os comunistas[68]. Ou seja, embora hostis aos *pelegos* os *trabalhistas* aliados dos comunistas preferiam a estabilidade do sistema sindical corporativo às incertezas de um sindicalismo autônomo e dinâmico. Isso justificaria tanto o abandono dos comunistas como da própria CGTB co-fundada com eles.

177. Segatto et alii/82, pp. 81/82/89. Apud Giovanetti/86, pp. 150/153/157/159/179; ggmm.

178. Vinhas/82, p. 91. Segatto et alii/82, pp. 83/88.

As conclusões do Pleno Ampliado do CC de fevereiro de 47 – refletida nas Teses para o IV CONGRESSO, publicados em março –, que considerava *amplas* e *suficientes*[179] as conquistas democráticas de 46 e chancelava a estrutura sindical corporativa, provava mais uma vez a profundidade das mudanças operadas no partido com a destituição de Pereira e a derrota de 35. Os comunistas, seguindo pelos tortuosos caminhos do *jacobinismo tenentista* e da filiação internacional, equipararam-se aos chefes socialistas da Europa do início do século que, como nos diz Robert Michels, "sempre pretenderam que a burguesia e o governo lhes devem reconhecimento por terem tido as massas nas **rédeas** e (...) se atribuem o mérito (...) de **impedir** a revolução social (...)"[180]. A disfuncionalidade dessa posição no Brasil, no entanto, era patente. Se na Europa de outrora a revolução popular fora uma possibilidade encarnada pelo expectro do comunismo, no Brasil ela não existira nem como ameaça, sobretudo após o levante de 35 reduzir-se a uma quartelada fracassada. Se, como já vimos, a tática da *união nacional* era precária em função das ligações do comunismo com Vargas e Moscou, como ameaça velada ao sistema era pífia. Por essa razão o temor da burguesia diante da reação popular à cassação do registro partidário dos comunistas era exíguo.

Assim isolado, apunhalado nas costas pelos próprios aliados, sem o apoio dos trabalhadores e sem sequer poder aterrorizar os inimigos, os comunistas foram levados, pela estreiteza de sua perspectiva revolucionária, ao esperneio infantil de uma radicalização que era antes reflexo de sua perplexidade e impotência política do que de uma tomada efetiva de posição radical, à moda de 35, como queria a historiografia *engajada*. A cassação desencadearia dois movimentos contraditórios entre si por parte dos dirigentes comunistas: uma debandada rumo ao *aparelho* acompanhada por uma ofensiva jurídica, posteriormente abandonada, visando anular a decisão do TSE. A confusão fica clara no relato de Melo:

> "logo após o fechamento do partido, até mesmo os nossos parlamentares *caíram* na clandestinidade. Foi preciso os democratas nos falarem que eles garantiam seu retorno para que eles voltassem ao Congresso, o que acabou acontecendo até a cassação dos mandatos que empurrou todos de volta para a clandestinidade". *Mesmo assim* "(...) mantivemos a imprensa legal, mas os dirigentes foram para a clandestinidade em função do mandato de prisão que havia contra eles. Antes de decretada a prisão preventiva saímos fazendo um discurso radical e abrimos mão de travar o combate ao nível do político e do judiciário, o que facilitou essa tomada de posição por parte dos inimigos. A prisão preventiva, porém, não durou muito tempo e foi revogada sem que tivesse sido realizada uma mobilização contra isso. O funcionamento *normal* do partido estava garantido, assim como ficou garantido o funcionamento livre de nossa imprensa, mas só soubemos avaliar isso mais corretamente anos depois quando passamos a funcionar semi-legalmente"[181].

179. Palácios/91, p. 245. Cavalcante/86, pp. 169/170. Segatto/82, pp. 82/83.

180. Michels/82, p. 93; ggmm.

181. Giovanetti/86, p. 194. Melo/92.

A impossibilidade da flexibilização geral da política do partido – mudança no nome (que ocorreria em 62), cancelamento do Estatuto clandestino, etc. –, à semelhança da postura tomada pelos periódicos que controlava, cujos nomes foram alterados[182], estava estabelecida *a priori* pelo perfil ideológico da organização. Tal como já havia ficado claro no caso Canellas[183], a defesa da **doutrina** excedia em importância o desenvolvimento da **política**. Os comunistas mergulhariam na clandestinidade e radicalizariam seu discurso porque essa era a postura *mais revolucionária* e porque aceitar o desafio de uma luta no terreno do inimigo seria correr o risco de ter que renegar muitos de seus *princípios* apriorísticos. O Manifesto de Janeiro de 48 exigindo a renúncia de Dutra, que carecia de um mínimo de realismo político e não obteve nenhuma ressonância junto à opinião pública e nem nos quartéis, é a reiteração daquele compromisso superior com a *etiqueta* revolucionária firmado em 23, num momento em que o MCI, mesmo censurando e excomungando os *liquidacionistas*, abrira uma brecha para a efetiva nacionalização do movimento[69]. Os riscos implícitos nesse tipo de operação eram temidos pelo imaginário pietista dos comunistas em função da possibilidade de colisão com Moscou; algo infinitamente pior para eles do que a perda do espaço político interno que, supostamente, poderia ser reconquistado pela *correta aplicação* do *marxismo-leninismo* num futuro não muito distante.

Bloqueada a possibilidade da *nacionalização*, os comunistas mergulhariam numa segunda *proletarização* realizada agora sob a retórica de *guerra fria*[70], do endeusamento de Stálin[71] e, nos diz Claudín, "sob o signo da luta contra o titoísmo[72] – como a primeira se realizara sob o signo da luta contra o trotskismo". Do ponto de vista interno ênfase na revolução – não mais como no início dos anos 30, com base na idéia de *bolchevização* do país, mas como em 34-35, sob a bandeira da *revolução nacional-libertadora* – e pesadas críticas aos *vacilantes* como o novo PSB, tido como *instrumento do imperialismo*. Prestes, assinando o Manifesto de Agosto de 50 (MA-50), daria mais uma vez o tom da virada partidária:

> "no momento em que em nossa pátria se definem claramente os dois campos (...), enquanto aumentam o descontentamento e a miséria das massas (...), devemos compreender (...) que essa **contradição básica** no país – entre as forças do **campo democrático** e as forças do **campo imperialista** – só será resolvida (...) através de **lutas revolucionárias** e não por uma saída parlamentar ou eleitoral"[184].

O abismo nos anos 50 entre o partido e a realidade nacional foi muito maior do que o verificado em 34/35. Apesar das brutais limitações, a ordem criada em 45/46 funcionava e mesmo manietado os trabalhadores participavam através dos sindicatos e do PTB. A pregação absenteísta pelo voto em

182. Vinhas/82, p. 94.

183. Ver •• Cited Item Has Been Deleted ••.

184. Apud Santos/88, pp. 413/414; ggmm. Claudín/86, p. 634.

branco nas eleições de 50 não surtiram nenhum efeito entre os trabalhadores, que apoiaram maciçamente a chapa Vargas-Café Fº, que recebeu 49% dos votos. Os comunistas, espalhados por várias legendas, não conseguem eleger mais do que eleger 1 Deputado Federal no DF, 1 Deputado Estadual em PE e 3 Vereadores no DF – lugares onde, pragmaticamente, o discurso radical fora atenuado. Entre os camponeses a situação não era melhor. Na tentativa de colher assinaturas para o Apelo de Estocolmo no campo, Gregório Bezerra vivera a seguinte experiência:

> "a maioria esmagadora deles não sabia ler. Todos assinaram (...) a rogo. Depois de nos ouvir falar das ameaças contra a paz mundial, passaram a achar que nós éramos enviados de Cristo para unir o povo contra a guerra, contra a peste, e contra os malfeitores"[185].

A proposta de tomada do poder pela Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), razão de ser do MA-50, não obteve resultado salvo ter incrementado a formação da autodefesa camponesa de Porecatu/PR, onde 12 policiais foram mortos numa emboscada em represália ao assassinato de 4 camponeses em seus locais de trabalho por policiais, e provocado o recrudescimento da repressão com o saldo de quase uma dezena de militantes desarmados vitimados em ações policiais. Em termos políticos a conseqüência mais importante, e também desastrosa, da nova virada revolucionária do PCB foi a desestabilização do 2º Governo Vargas. Não que os comunistas tivessem reunido forças suficientes para tanto, mas que o tipo de oposição que moveram contra ele, convergente com as pressões da direita, facilitara em muito sua deposição pela burguesia e os militares. Vargas fazia um mandato marcado pelo sucesso triunfal de sua volta ao poder pelo voto popular, mas deparou-se com uma realidade distinta da de 30-43, quando a ausência de movimentos reivindicativos dos assalariados tornava mais fácil a gestão de seu pacto de harmonização social. Com sua política ambígua que combinava anti-comunismo, *boa vizinhança* com os EUA, benefícios para os trabalhadores – concedendo melhorias aos funcionários públicos, afrouxando o controle dos sindicatos[173] e, nos momentos de crise aguda como maio de 54, majorando o salário mínimo em 100% –, políticas industrializantes – consolidando a siderurgia nacional, tributando as importações e criando a PETROBRÁS e a ELETROBRÁS – e nacionalistas – resistindo à assinatura do acordo militar com os EUA e regulamentando a remessa de lucros para o exterior – ele parecia ter adaptado com sucesso seu populismo autoritário à institucionalidade democrática de 45-46. A agitação comunista em torno de seu suposto *entreguismo* e a exigência de sua derrubada pareciam estar fadados ao mesmo destino das palavras-de-ordem lançadas contra Dutra logo após a cassação do partido, não obstante a resistência que sua volta suscitara nos quartéis por iniciativa da UDN[186].

O incremento do movimento reivindicativo paulista em março de 53, todavia, arrastaria o populismo para mais uma crise de poder. Ao contrário do observado em 45, Vargas agora havia

185. Vinhas/82, pp. 94/95/129. [Boito Jr., Armando /1982] p. 59. Apud Rodrigues/83, p. 416.

186. Segatto et ali/82, pp. 97-99/104. Vinhas/82, pp. 96/128. Rodrigues/83, p. 417. Boito/82, pp. 60/89/90/104.

perdido junto com o apoio militar o apoio entusiástico dos trabalhadores. Reconquistá-lo, observa Armando Boito Jr, custaria, naquelas condições, o rompimento do próprio pacto populista, ou seja, uma tomada de posição favorável aos assalariados na luta de classes então travada. Sua radicalização – que consistira na nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, em junho de 53, fortalecendo sua política junto aos sindicatos oficiais, no deslocamento dos empresários dos centros decisórios da política social, na radicalização de seu discurso nacionalista, cuja conseqüência em outubro seria a instituição do monopólio do petróleo e a criação da PETROBRÁS[74], e na duplicação do salário mínimo, em maio de 54, com revisão automática prevista a cada 3 anos –, porém, visava justamente preservar o pacto fazendo concessões aos grevistas ao mesmo tempo em que usava a repressão contra os piqueteiros. Antevendo a impossibilidade de um equilíbrio como outrora e sentindo a balança do poder pender contra si a burguesia tomaria posição favorável à destituição de Vargas. O esforço equilibrista do Governo fracassara, como nos mostra Boito:

> "(...) **o sentido histórico fundamental de agosto de 1954** (...) foi o fato de o conjunto da burguesia ter-se unido (...) para rechaçar (...) Vargas, por entender que ele se mostrava **ineficaz para controlar** o ascenso do movimento popular a partir da grande greve de março de 1953". "A greve dos 300 mil evidenciou a instabilidade do sistema de contradições e de alianças no qual se sustentava a política populista. Ela provocou a radicalização (...) de algumas classes (...) e redefiniu o posicionamento (...) de outras".

Os comunistas participaram do enfraquecimento de Vargas involuntariamente, muito embora alertados sobre isso por Fernando de Lacerda[75], ao lado da classe média liberal que acusava-o de *incitador de greves*[187]. A palavra-de-ordem dos comunistas de derrubada do governo, tentada já em 35, era afinal vitoriosa, embora não exatamente na direção preconizada pelo partido: seu maior beneficiário fora a direita.

O terremoto causado pelo suicídio de Vargas, em agosto de 54, não abalou o PCB. Três meses após realizava-se seu IV CONGRESSO sem que "o impacto da crise política" lograsse "abrir qualquer brecha na alienação reinante (...)"; nos diz Vinhas. Reunido 25 anos após o último congresso (III), o partido cultivava um tom triunfalista[76] em tudo estranho à trajetória política acidentada e frustrada dos últimos 19 anos. Tudo era planejado minuciosamente para dar a impressão de uma solidez e coerência impecáveis, como se a reviravolta do discurso comunista após agosto fosse uma *calúnia do imperialismo*. Pereira – ele próprio uma das vítimas do stalinismo e do desprezo da cúpula partidária pelo passado pré-*prestista* da organização[77] – fora escalado para representar o papel de *prova material* dessa solidez/continuidade, abrindo a sessão inaugural do conclave com um pronunciamento onde salientava a unidade existente em torno de Prestes. Eivado de certezas ideológicas o Congresso vaticinava: "a revolução brasileira se fará através de uma luta árdua, tenaz e prolongada, mas a sua

187. Boito/82, pp. 16/57/58/69/72/74-81/83-85/88/96-99/104/106/109; 2º, gm.

vitória é **inevitável**. É o que nos indica o programa do Partido" [188].

Não era; menos de 1 ano depois a estratégia revolucionária era abandonada de fato por **instinto de sobrevivência**. Já no manifesto eleitoral de 55 reconhecia-se que "sem a **salvaguarda** das liberdades democráticas é mais difícil a luta contra a miséria, em defesa da paz e da soberania nacional". Prestes, em abril de 56, no entanto, escreveria um artigo onde atacaria o nacional-reformismo, já insinuante em setores do partido, afirmando que é "uma **ilusão** de tipo burguês" pensar que "com **meras** reformas" *se pode conseguir a independência nacional* [189]. Ficava clara a resistência dos comunistas, depois da experiência reformista mal-sucedida de 45, de enveredar novamente pela adesão à institucionalidade democrática que os havia rejeitado. O abandono da linha revolucionária de 48/50 prosseguiria, mas limitada, por um lado, pelo receio de uma nova rejeição e, por outro, pelo temor de que crescimento de uma corrente *liberal* interna forçasse tanto o remanejamento dos grupos hegemônicos no CC como o enfraquecimento dos *laços de solidariedade* que os ligava a Moscou.

c) *aggiornamênto* em 58

O impulso decisivo para a reconversão democrática do partido viria de fora, tanto com o General Henrique Teixeira Lott e sua mobilização exitosa de tropas em novembro de 55, como com o relatório secreto de Nikita Kruschev divulgado pela imprensa em junho de 56. Lott, numa postura arrojada que faltaria a seus pares nacionalistas em 64, desencadeara seu *golpe preventivo* por cima da autoridade do Presidente em exercício, Carlos Luz, visando inibir a tentativa golpista de Carlos Lacerda e do Coronel Bizarria Mamede que tentavam impedir a posse do Presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Em função dessa demonstração de força e eficácia dos militares nacionalistas, em janeiro de 56 o Pleno do CC reconheceria:

> "atualmente, a luta contra as ameaças golpistas (...) só poderá ter êxito na medida em que as forças **democráticas** e **patrióticas**, ao mesmo tempo em que ampliarem e reforçarem sua unidade, conseguirem novas **conquistas democráticas**, conseguirem eliminar, uma a uma, as restrições ainda existentes à prática efetiva das **liberdades democráticas consagradas na Constituição**, conseguirem, enfim, uma participação mais efetiva das grandes massas populares na vida política do país"[190].

Mas fora o relatório secreto, colocando o partido de *pernas para o ar* e inaugurando uma intensa e curta fase democrática cuja repetição só ocorreria 25 anos mais tarde, que provocara a mudança mais profunda no sentido de sua reinserção institucional. O desabamento, sobre as cabeças dos dirigentes

188. In Vinhas/82, pp. 133/163; gm.

189. Apud Santos/88, pp.23-26/ 88/90/93; ggmm.

190. Segatto et alii/82, p. 108. Apud Santos/88, p. 90; ggmm.

comunistas brasileiros, de denúncias avassaladoras contra Stálin a partir da Secretaria-Geral do PCUS desarmaria por um instante o controle total que mantinham sobre o aparelho e os militantes acelerando a atualização da estratégia partidária. O padrão dessa atualização seguiria à risca as recomendações internacionais, repetindo o que ocorrera em outros períodos. Kruschev falaria em *zonas de paz*, repensaria a aliança com a social-democracia e admitiria, pela primeira vez, *caminhos nacionais para o socialismo*. Se Stálin havia abastardado o revolucionarismo leninista, Kruschev *de fato*, embora não *de direito*, trataria de substituí-lo por uma orientação abertamente reformista[191].

A tradução mais simpática ao Ocidente da nova versão do bolchevismo seria dada pelo dirigente comunista italiano Palmiro Togliatti, o qual sintetizará o novo pensamento dizendo: *o socialismo hoje é possível através da democracia*, "seguindo caminhos diversos dos que foram trilhados e eram **quase obrigatórios** no passado, **evitando** as rupturas e os **ásperos** contrastes que foram então necessários". Não se tratava de renegar o *socialismo real*, como seu partido, anos mais tarde, ensaiara fazer, mas de retocá-lo:

> "**correções** deverão ser feitas (...), garantias deverão ser dadas, mas a **originalidade** dessa sociedade, tal como **emergiu da revolução** e da obra de construção econômica e política de uma nova sociedade socialista, não pode deixar de ser **conservada**. Esta originalidade reside no **sistema soviético** e na **direção política** do PC".

Todavia, ao mesmo tempo, ele era forçado a admitir que

> "(...) quando nós afirmamos que é possível um caminho de avanço para o socialismo (...) sobre o terreno democrático, (...) utilizando as formas parlamentares, é evidente que corrigimos algo dessa posição (bolchevique), levando em conta as transformações que (...) estão se realizando no mundo".

Togliatti chegaria mesmo a questionar se o problema do stalinismo não estaria *na forma histórica da ditadura do proletariado*: *caberia ver se ainda seria válida a tese da destruição do aparelho estatal burguês e sua substituição pelo Estado dirigido pela classe operária*[192].

Os chefes do MCI pareciam compartilhar da mesma visão; vejamos o que dissera a respeito Mikhail Suslov – posteriormente o ideólogo preferido do CC no período de Leonid Brejnev – em seu discurso como representante soviético no XVI CONGRESSO do PCF, em agosto de 56:

> "o socialismo não é somente uma **economia planificada**; não se limita às realizações materiais (...) O socialismo é inconcebível sem a **democracia política**, sem conceder **amplos**

191. Santos/88, p. 99.

192. Apud Id., pp. 111/112; ggmm.

direitos aos cidadãos (...)".

Para eles, no entanto, a democracia estava longe de ter o mesmo significado do que para Togliatti, como atestava o artigo do PCUS *"Como Foi Superado o Culto à Personalidade na URSS"* publicado na *Voz Operária* (VO) de julho de 56:

> "a **essência** da democracia não reside nos seus aspectos **formais**, mas na questão de saber se o poder político serve e reflete efetivamente a vontade e os **interesses fundamentais** da maioria do povo (...). **Toda** política interna e externa do Estado soviético mostra que nosso regime é (...) **verdadeiramente democrático** (...) popular"[193].

No PCB o novo posicionamento seria absorvido e divulgado com 1 ano de atraso no Pleno de agosto de 57. Pela primeira vez surgiam as condições para um rompimento efetivo do partido com Moscou, muito embora não em proveito das forças *nacionalizantes*. O quadro interno era bastante complexo. Praticamente toda a CECC, inclusive o número 2 Diógenes Arruda – que fora enviado como representante brasileiro ao XX CONGRESSO do PCUS e depois se instalara em Pequim, atônito, para *refletir* –, resistiria em acompanhar a nova orientação, seja por considerá-la, não sem razão, anti-revolucionária, seja por temor de ver desabar sobre seus ombros a culpa dos males cometidos pelos desmandos da direção no auge do stalinismo. Acordados para a gravidade da situação interna pela rebelião dos jornalistas que faziam os jornais legais do partido, Prestes, influenciado por Dias, sairia do isolamento a que se auto-submetera e operaria um movimento com 3 objetivos precisos: primeiro, isolar e neutralizar os anti-stalinistas *nacionalizantes*; segundo, enfraquecer e dispersar os stalinistas mais empedernidos[194]; e terceiro, fundar um *centro* político capaz de evitar as oscilações extremistas da linha partidária – oscilações estas que passariam a ser consideradas como a causa dos *desvios* a que o partido fora submetido em sua história (35, 45, 48/50 e 64). A operação *centrista*[78] fora um sucesso absoluto, abrindo espaços para a ascensão dos *prestistas* moderados e de intelectuais a ele ligados, tornando-se um padrão para o enfrentamento das crises posteriores (65, 67, 80 e 82/83).

O grande saldo da operação foi a Declaração de Março de 58 (DM-58) que, a despeito do expurgo dos *revisionistas nacionalizantes* em 57, incorporou solene e cinicamente, como em 28/29[195], a estratégia dos derrotados: o CC formalizara seu reconhecimento do desenvolvimento capitalista nacional, aceitara a tese do governo nacional-democrático, atenuara a crítica ao reformismo e reassumira as eleições como o eixo da sua estratégia ao lado da organização dos trabalhadores. Operou-se um nova virada histórica reformista, como em 45, mas com a diferença, nos aponta Palácios, de que *o empenho na **associação com o Estado pela via das bandeiras nacionalistas***

193. Ibid., pp. 103/104; ggmm.
194. Vinhas/82, p. 180.
195. Ver page 74.

merecera um espaço significativamente maior do que antes[196].

O processo revisionista seria anunciado por Prestes em artigo publicado na VO de março de 58, sob o longo título *"São Indispensáveis a Crítica e a Autocrítica de Nossa Atividade para Compreender e Aplicar uma Nova Política"*. Nele, se realçaria a autocrítica como

> "um elemento imprescindível e um ponto de partida para determinar com precisão as mudanças de nossa **tática**[197]". "(...) É precisamente o título de comunistas (...) que nos impõe o dever de não vacilar no exame crítico e autocrítico de nossa atividade (...)"[198].

A seguir identificaria-se a "fonte comum" dos erros no

> "**subjetivismo**, que impregnou todo nosso pensamento político. (...) **Transformamos** os ensinamentos do marxismo-leninismo em dogmas abstratos (...). Por outro lado, **menosprezamos** o estudo da realidade brasileira, perdemos de vista o movimento real (...) na vida econômica e política do país. (...) Não soubemos, em suma, **aplicar corretamente** os **princípios universais** do marxismo-leninismo às particularidades (...) do desenvolvimento histórico brasileiro". "Vendo somente a penetração imperialista (...) formulamos a tese errônea, de caráter **fatalista**, sobre a colonização crescente do Brasil". "Partindo de premissas errôneas na caracterização do Estado, tornamo-nos **incapazes de analisar** (...) as modificações que se realizavam no regime político (...) Tudo isto nos **impossibilitou de compreender** (...) que o processo da revolução brasileira não podia ser o da imediata liquidação do regime (...), mas o da **gradual** acumulação de **reformas** profundas e conseqüentes dentro do próprio regime (...), chegando até às **transformações radicais** exigidas pelo desenvolvimento histórico (...) Preocupados (...) em (...) realizar as transformações revolucionárias de modo imediato, entendíamos que o golpe principal devia ser dirigido contra a burguesia nacional-reformista. Com isto contribuímos (...) para dividir as forças que podem lutar contra a exploração imperialista (...) A tática (...) se reduzia (...) à pura agitação e ao desencadeamento de lutas que procurávamos **radicalizar artificialmente** (...), enquanto esperávamos a chegada do momento propício em que, por meio da insurreição, substituiríamos as classes no Poder"[199].

A superação do dogmatismo estava associada não a uma crítica da ideologia comunista por sua incapacidade de absorção do real, mas ao aprofundamento dos laços com ela junto ao empenho por um pensamento *nacional comprometido com a prática política*, como se o problema não fosse exatamente o fato de que *o verdadeiro comunismo* demandasse a subordinação do pensamento *nacional* e da

196. Vinhas/82, pp. 176/178. Boito/82, pp. 37/98/106. Palácios/91, pp. 150/152.

197. Como já assinalamos, não se tratava de mera *tática* mas de abandono *de fato* da estratégia revolucionária como em 45, apenas com uma justificativa construída em bases mais sólidas do que a mera *conjuntura internacional* de outrora.

198. [Prestes, Luís Carlos /1958] pp. 29/36; gm.

199. Prestes/58, pp. 29-33; ggmm.

prática política à *ideologia revolucionária do proletariado internacional*:

> "para superar o dogmatismo é indispensável (...) a **educação ideológica** marxista-leninista em união indissolúvel com o **estudo da realidade** nacional e com a **prática** do movimento revolucionário (...). **Guiado pelo marxismo-leninismo elaboraremos o caminho brasileiro** para a libertação nacional (...)". "O culto à personalidade é contrário ao marxismo-leninismo. É uma concepção idealista que (...) impede o desenvolvimento criador da teoria e da prática revolucionária (...)".

O "caminho brasileiro para o socialismo", sem *subjetivismo* e *dogmatismo*[200], estaria ao alcance da mão se resgatado o *verdadeiro comunismo*, ao qual se chegaria pelo expurgo do *culto à personalidade*. Por que o *verdadeiro comunismo* escapara ao MCI, era uma indagação fadada a não ser seriamente respondida por sua cúpula dirigente.

O novo programa reformista do PCB fora exposto por Prestes na mesma ocasião:

> "(...) a contradição que se aprofundava (...) era a que opõe a **nação** ao **imperialismo** (...) e aos seus **agentes internos**", *por isso, agora*, "surgiam condições (...) favoráveis para unificar amplas forças contra o imperialismo (...), inimigo **principal** da nação".

Reivindicava-se uma mudança tática – em quem aplicar *o golpe principal* – mas, na verdade, operava-se uma mudança estratégica, como já vimos, com o abandono da ação revolucionária e a adoção de uma política reformista de cunho nacionalista-modernizante baseada na parceria com a *burguesia nacional*, como deixa claro a DM-58:

> "(...) a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo (...). A segunda é a contradição entre (...) **forças produtivas** em desenvolvimento e (...) **relações** (...) **semifeudais** na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna **necessária** a solução dessas duas contradições fundamentais".

O combate deixara de ser contra a burguesia para se dirigir agora a uma *ínfima minoria* de latifundiários, intermediários do comércio exterior, sócios nacionais de empresas transnacionais e agentes de negócios bancários e comerciais que constituíam "as forças **entreguistas**". Considerava-se que a luta de classes

> "**não exige** uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o **desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo**". "Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma

200. Apud Santos/91, p. 140; ggmm.

> vez que **sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista**".

O desenvolvimento capitalista nacional elevara-se a objetivo-meio através do qual os comunistas pretendiam acumular força política e condição material para conduzir o país ao socialismo, ao mesmo tempo que tornara-se o promotor por excelência de "(...) uma independência política **completa**" que se traduziria "numa política exterior **independente** e na proteção conseqüente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro".

> "É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país"[201].

As alianças direcionavam-se unicamente no sentido de viabilizar essas *forças nacionais*, como se o único meio de manifestação de que essas dispusessem fosse a *frente única*:

> "as tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país **não podem** ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a **exigência objetiva** da aliança entre **todas** as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência (...) tem demonstrado que as vitórias antiimperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em **frente única** daquelas forças". "(...) A luta do proletariado dentro da frente única **não tem por fim isolar a burguesia** (...), mas visa a defender os interesses específicos do proletariado (...), simultaneamente **ganhando a própria burguesia** e as demais forças para aumentar a coesão da frente única. (...) Esta luta deve ser conduzida de modo adequado (...) **evitando elevar as contradições internas** da frente única ao mesmo nível da contradição principal (...)". "(...) Os comunistas (...) colocam **acima de tudo** a necessidade de (...) fortalecer a frente única e consideram que a vitória de candidatos não comunistas da frente única é também sua vitória".

Em decorrência disso, do adiamento *sine die* da luta de classes, abria-se a perspectiva de uma nova *pacificação da família brasileira* como em 45[202]:

> "o **caminho pacífico** da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política (...) Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional (...)". "O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a **acumulação gradual e incessante** de **reformas profundas** (...) Chegando-se até à **realização completa** das **transformações radicais** (...) pelo **próprio desenvolvimento econômico-social da nação**". "(...) O processo de democratização é uma **tendência permanente**. Por isto, pode superar **quaisquer**

201. Prestes/58, p. 32; ggmm. In [Nogueira (org.), Marco Aurélio /1980] pp. 6/9/13/14/16; ggmm.

202. Ver nota [68].

retrocessos e seguir **incoercivelmente** para diante. Vem-se firmando, assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais"[203].

De fato, a partir de Juscelino, e graças a Lott, sem o qual este não assumiria a presidência do país, aumentariam as expectativas de reforma do capitalismo brasileiro. Isso explica em parte a reinclinação comunista pela secundarização da luta de classes, a priorização do desenvolvimento do *verdadeiro capitalismo* e a concepção da *frente única* como construção realizada tendo por base a *condução adequada da luta de classes*, evitando que a *contradição secundária* (burguesia x proletariado) assuma o *centro da disputa*, em nome da *necessidade objetiva da etapa revolucionária*, o que do contrário teria sido bastante difícil em função da experiência de 45-47[79]. A má lembrança desse período não era o único empecilho, o quadro político também não se encontrava adaptado à estratégia, como já havia ocorrido em 45-46, com o agravante que as intenções *pacifistas* não eram simplesmente desmentidas pelas greves operárias espontâneas, ou pela intransigência burguesa diante delas, mas pela própria esquerda e, pior, pelo próprio partido.

No seio da esquerda, importantes e imperceptíveis mudanças aconteciam com a *esquerdização* do movimento estudantil (ME), o avanço das ciências sociais, a ofensiva intelectual progressista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), patrocinado por Kubitschek, a estréia, em 59, durante a greve da Fiação e Tecelagem Santo André, dos grupos progressistas da Igreja Católica no movimento operário do ABC paulista e, no mesmo ano, o mais importante desses eventos, a Revolução Cubana e sua posterior conversão *socialista* que abalaria a reputação dos PCs latino-americanos e quebraria o monopólio revolucionário que eles detinham revertendo o quadro de predominância da estratégia nacional-burguesa e retomando as utopias socialistas sobre a abolição do dinheiro e do comércio[80][204].

O reflexo disso no partido seria percebido já em seu V CONGRESSO (1960), quando Mário Alves e Jacob Gorender interpretam a DM-58 pela *esquerda*, contrariamente a Dias, seu grande articulador, Orestes Timbaúva, dirigente carioca defensor da visão democrática mas favorável ao golpe de esquerda[205], e Joaquim Câmara Ferreira que, posteriormente, enveredaria pela luta armada; buscavam, no dizer de Givaldo Siqueira, influente membro do CC nos anos 80, *aprofundar o caminho das transformações no seio do regime* e por isso foram acusados de *agildistas*. Prestes buscava um meio termo nessa luta, plasmado pela incorporação do programa chinês à Resolução do V e a exclusão da *direita*, formada por Timbaúva, Guedes e Roberto Morena – eleito suplente – do CC, ao mesmo tempo em que mantinha no ostracismo os stalinistas da CECC pré-57. Para a *esquerda* o que bloqueava as

203. In Nogueira/80, pp. 8/15/17/22/25/26; ggmm.

204. Vieitez/88, p. 169. Sader/91, p. 168.

205. Essa perspectiva era disseminada em várias alas do partido. Elias Chaves Neto já os atacava na revista Brasiliense, que reunia, entre outros, dissidentes do partido, em 58. ([Pécaut, Daniel /1990] p. 150)

transformações profundas que o partido pregava era a direção burguesa predominante na *frente única*. A Conferência Nacional de Organização de março de 62, precedida no Rio de uma nova ofensiva contra a *direita* – com a remoção de Timbaúva da Secretaria, sendo posto no lugar Jover Telles, posteriormente aderente à guerrilha, e o afastamento de Salomão Malina – e da expulsão dos stalinistas mais audazes em fevereiro[206], patentearia a divisão interna. Detido o avanço da *esquerda*, o documento resolutivo resultante seria híbrido: a parte política conteria as posições da *esquerda* criticando Goulart por ser conciliador, e a organizativa – redigida por Teodoro Melo, cujo conteúdo estava longe de ser meramente normativo – o posicionamento da *direita* defendendo a legalização do partido[207].

Mesmo dividido o partido cresceria: em 54, os militantes eram estimados em 15 mil, que retroagiriam para 9 mil, em 56, pulando para 30 mil, em 62, e daí para 50 mil às vésperas do golpe; em 63, elegeria-se 6 Deputados Federais – sendo 2 impugnados e 1 aliado –, 3 Deputados Estaduais e 1 Vereador em SP; no meio sindical, entre 1960-64, o PCB instalaria-se em postos importantes no topo da estrutura sindical, além de criar e dirigir o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em agosto de 62, e a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), em dezembro de 63[208].

Os desafios, todavia, estavam muito além da perspectiva interna que girava ainda em torno da problemática reforma x revolução. O país vivera a renúncia de Jânio Quadros, a resistência de Leonel Brizola ao golpe militar contra Goulart, a emergência de novas opções de esquerda – a Ação Popular (AP) católica já controlava o ME e disputava a CONTAG[81] com os conservadores de D. Eugênio Sales, o Governo e o PCB –, o incremento grevista de 61-63 – quando ocorreram 200 greves gerais/setoriais, a maioria *econômica* e no setor estatal[82] – , a sagração arrasadora do presidencialismo em 63[83], a malograda tentativa do Plano Trienal de Celso Furtado de estabilizar a economia através de uma recessão controlada, tendo contra si grande parte das forças de sustentação do Governo[84] – sobretudo após o plebiscito[209] –, e a não menos fracassada saída democrática da Frente Ampla de Santiago Dantas, bombardeada incessantemente por Brizola e os comunistas[85], enquanto o partido parecia mais preocupado em preservar-se, evitando abrir o flanco à *esquerda* com propostas de medidas anti-inflacionárias e de rachar a *frente única* dirigindo a radicalização política que desabrochava pelo caminho da afirmação democrático-classista, ao invés da nacional-democrática.

Goulart, por seu turno, mesmo radicalizando sua posição a partir de outubro de 63, enviando ao Congresso um polêmico pedido de instalação de estado de sítio – que seria retirado 3 dias depois por receio de não ser aprovado, patenteando seu isolamento em relação à burguesia –, nacionalizando, em

206. Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar, Arruda Câmara e Calil Chade.

207. [Siqueira, Givaldo/1994]. Melo/92.

208. Vinhas/82, pp. 181/183/184/189/191. Spindel/81, p. 82. Rodrigues/83, p. 431. Segatto et alii/82, pp. 124/127

209. Vinhas/82, pp. 186-188/190. Silva/92.

dezembro, a importação de petróleo pela PETROBRÁS e jogando suas fichas numa reeleição proibida pela Constituição, não deixaria de perseverar na aliança *petebista-pecebista-pessedista*, de eficácia duvidosa[86], enquanto os fazendeiros se armavam para enfrentar o crescimento do movimento rural – Gregório Bezerra, em resposta, tentaria conseguir armas para os trabalhadores rurais com o Governador Miguel Arraes, que as negava –, os sargentos da Marinha e da Aeronáutica, em setembro, se rebelavam contra a cassação do mandado de seus representantes no Congresso – sendo presos como cúmplices o Presidente e o Secretário do SindMet. –, os estudantes, em dezembro, com a cobertura do Exército, hostilizavam Lacerda – motivando Sobral Pinto a protestar: "começou ontem (...) a revolução bolchevique brasileira (...) Não existe mais nesta hora no País nem lei, nem autoridade pública, nem classes armadas, no sentido em que as define a Constituição" –, impediam, em março de 64, Clementino Mariani de proferir a aula inaugural da Universidade Federal da Bahia, a direita impedia Brizola de falar, em fevereiro de 64, em BH, Arraes, em março, em Juiz de Fora e João Pinheiro Neto em SP. A escalada radicalizante era evidente. No comício da Central do Brasil, no Rio, a 13 de março, Brizola pediria reformas mesmo que ao preço do fechamento do Congresso, obtendo resposta da direita 6 dias depois com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em SP, cujas estimativas são da presença de 100-800 mil pessoas[87]. No meio militar a agitação crescia com a POLOP e o PCdoB tentando tirar proveito delas[88]: a 25, marinheiros cariocas se sublevariam se acantonando no Sindicato dos Metalúrgicos; os 100 Fuzileiros Navais mandados ao local para restaurar a disciplina aderem ou desertam. Trezentos marinheiros saem dos navios em passeata para se encontrarem com os colegas amotinados mas são dispersados a tiros. A 27, Jango anistia todos os 600 envolvidos nas agitações, mas os comandantes militares não permitem que voltem aos navios. No mesmo dia, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e a 29, no estádio do Pacaembu, Prestes falaria em *cortar as cabeças dos golpistas*[210].

A divisão combinada à incapacidade, ou impossibilidade, de compreensão e formulação de um programa econômico de emergência para tirar a economia da crise[89] – algo impensável para um partido cujo programa programa econômico limitava-se historicamente à defesa genérica do *desenvolvimentismo*, estatismo e distributivismo – só poderia levar o partido para a *esquerda*, e pior, sem oferecer condições para o confronto subjacente a tal perspectiva[90]. A Resolução Eleitoral de julho de 63, publicada em agosto no jornal *Novos Rumos* (NR), exemplifica com precisão a ambigüidade: *jogar o ônus da crise nas costas dos trabalhadores pode determinar* "o aprofundamento das lutas da classe operária (...) pelas reformas de base e pelo governo nacionalista e democrático (...) É possível, no entanto, que o período até 65 decorra sem alterações substanciais, no que diz respeito ao **poder político** e que as eleições presidenciais **venham a se constituir** num elemento de disputa acirrada entre nacionalistas e entreguistas (...)"[211]. O entendimento da crise, pelo CC, como *crise agônica do modelo capitalista* e a presunção do *avanço dos trabalhadores rumo à revolução nacional-*

210. Gorender/87, pp. 57-59/61-64

211. In NR/63, nº 232 (6); ggmm.

democrática não significava o reconhecimento do confronto iminente como queria a *esquerda*, apenas repunha, em termos dramáticos naquela conjuntura, a histórica incapacidade dos comunistas de encararem a radicalização política como ela era, sem os mitos alimentados por sua ideologia. Tratava-se de chavões cuja única função era a de fortalecer a confiança na direção e em seu programa demonstrando que tudo ia bem do lado de cá e mal do lado de lá, por isso o comentário desconcertantemente despretencioso sobre a possibilidade de "que o período até 65" decorresse "sem alterações substanciais, no que diz respeito ao poder político". Assim como o anúncio da *transformação na correlação de forças internacionais* servia, geralmente, para embasar qualquer nova deliberação do CC, seja para avançar ou recuar, o anúncio da *crise irreversível* do sistema e do *avanço irresistível* das massas, não era mais do que o cala-boca na oposição interna descontente com os rumos dos acontecimentos. Pode-se dizer, no entanto, que tal procedimento se funcional para a pequena política interna, era desastroso para a grande política nacional[91].

A inclinação do partido para a *esquerda*, falando em *reviravolta profunda da correlação de forças* e na ***imposição*** *ao Congresso* das *reformas de base*, e o atropelo do *consenso* democrático de 58 consolidariam-se nas Teses para o VI CONGRESSO[212]. Na ocasião de seu lançamento, nos diz Vinhas, "em 27 de março de 64, a CE do CC do PCB (...) **exige** a ***formação imediata*** *de um governo que pusesse termo à (...) conciliação*, e a convocação de um plebiscito" para decidir sobre as reforma. Nelas também reafirmaria-se a alienação em relação aos temas pertinentes à crise econômica, chegando-se a caracterizar a inflação como um *problema para as classes dominantes* – "a inflação crônica alarma as classes dominantes que procuram uma saída à custa (...) dos trabalhadores"[92] –, a ambigüidade quanto às *regras do jogo* – a luta armada aparecia como uma possibilidade quase em condições de igualdade com o *caminho pacífico* – e a clareza quanto ao objetivo maior de ***implantação*** do governo nacional-democrático:

> "os comunistas devem realizar uma política de frente única com a burguesia nacional (...) atraindo os setores neutros e vacilantes, para **golpear decisivamente** o adversário". "A formação de um governo nacionalista e democrático pode ocorrer como **resultado da ação das massas** populares". "A luta pelas reformas (...) permite aos comunistas **aprofundar as contradições, ganhar posições** e propiciar a **implantação** de um governo nacionalista e democrático"[213].

Malgrado o discurso ofensivo, e as combinações golpistas com Goulart, a vitória do golpe de 64 demonstrou, mais uma vez, a falta de vocação do populismo para a luta popular[93], tal como Vargas em 54, assim como a do *prestismo*-comunismo para a luta de massas de caráter democrático e classista. A *esquerda* comunista confirmaria todas as suas desconfianças, assim como a *direita* todos

212. Lançadas no dia 27, elas foram redigidas por Prestes, Marighella, Mário Alves, Elson Costa, Gorender, Câmara Ferreira e Francisco Gomes. (Gorender/87, p. 64)

213. In Vinhas/82, pp. 192-194; ggmm. Gorender/87, p. 64.

O esvaziado comício pelas reformas na Central do Brasil, em 13/03/64

In Segatto et alii/82, p. 131.

os seus temores, mas nenhuma delas seria capaz de remover os *centristas* enquistados na máquina partidária. Dessa forma, traumática mas imperceptivelmente, iniciaria-se o derradeiro descenso do PCB, no bojo da última e mais cruel ilegalidade de sua história.

Notas de Capítulo

[1] A Revolução Russa seria o exemplo mais acabado das imensas possibilidades desse *marxismo nacional**. O problema, porém, estaria colocado de uma maneira simplista se não abarcasse o fenômeno do stalinismo como uma das manifestações dessa *nacionalização*. Foi Stálin que levou a *nacionalização* ao paroxismo, a ponto de esterilizar qualquer vestígio de marxismo presente na abordagem leninista**. Com ele, o bolchevismo ganhou cada vez mais uma feição nacionalista que se explicitou claramente na 2ª Guerra Mundial (2ª GM), como nos descreve Fernando Claudín:

> "depois de haver liquidado a fina flor dos revolucionários de Outubro, destruído a democracia proletária (...) e (...) (proclamado) que aquele regime de escassez, de ditadura policial, era a realização do socialismo (...), depois de haver, enfim, erradicado as fontes (...) de (...) uma consciência revolucionária de classe (...), os chefes soviéticos não poderiam dar à guerra contra à Alemanha hitleriana um caráter revolucionário, socialista (...) Os chefes stalinianos deram à guerra o único caráter que lhe podiam conferir: o de **Guerra Patriótica**. O hitlerismo era, antes de tudo o novo rosto do inimigo tradicional, o teutão que se atrevia a atacar a *Belíkaia Rossía* (Grande Rússia) – como mencionava o novo hino oficial (...). No espírito de milhões de *mujiques* e de operários–*mujiques*, o mito de Stálin se enlaçava com o dos grandes czares, fundia-se com o **patriotismo tradicional**, (...) a religião rejuvenescida".

Outro sinal emblemático dessa *radicalização nacional*, que, como nos aponta Moshe Lewin, muito contribuiu para a popularização do regime, foi o embalsamento do corpo de Lênin, apesar dos protestos da viúva, num país onde a ortodoxia cristã desprezava oficialmente o culto das relíquias dos santos. A *religiosidade* permeava até mesmo a linguagem de Estado: as fronteiras eram "sagradas", simples medidas de política agrícola se transformavam em "mandamentos", etc.. .

Ao mesmo tempo em que defendeu a universalidade absoluta do leninismo, Stálin considerou, tendenciosamente, a obra de Lênin como voltada para a realidade russa: "'(...) Lênin (...) trabalhou sobretudo (...) pela Rússia*** (...)'"; dizia. Tratava-se de uma concepção essencialmente contrária ao marxismo, que sempre buscou a generalização das experiências a partir de sua universalidade. Stálin, como bem sintetizou Lewin, *tornou universal um **modelo específico***. Toda política *internacionalista* do stalinismo foi baseada na máxima de que "tudo o que é bom para a URSS é bom para o movimento revolucionário mundial"– sintomaticamente, a orientação que imprimiu ao movimento comunista internacional (MCI), nos anos 30, foi definida como a "terceira etapa da revolução russa" (revolução mundial através do combate à democracia pequeno-burguesa e à social-democracia). (Claudín/86, pp. 463/659/661; ggmm. [Lewin, Moshe /1986] pp. 41/80/229-231.)

* Lênin, como observa Luiz Werneck Vianna, ao falar da Rússia como o "'elo mais fraco da cadeia imperialista'" *teria percebido os limites nacionais da revolução, o que jamais fora percebido por Trótsky*. Gramsci, na juventude, entendera isso e qualificara "'a revolução dos bolcheviques'" como resultado "'mais da ideologia do que dos fatos. É a revolução contra *O Capital* de Karl Marx'". Para ele, era "'preciso reafirmar a função do sujeito revolucionário e liberar-se de uma concepção do marxismo como determinismo econômico vulgar'"; o que fora plenamente realizado por Lênin. (In [Gruppi, Luciano /1978] pp. IX-XI)

** O combate leninista ao eurocentrismo da social-democracia – posteriormente, de maneira inescrupulosa, utilizado na luta contra Trótsky –, converteu-se com Stálin, uma vez consolidada a URSS, numa política genuinamente grã-russa[(a)]. Como nos lembra João Quartim de Moraes, "sua passagem pelo Comissariado das Nacionalidades fora marcado por atos truculentos". No campo teórico, Stálin passou a caracterizar a concepção marxista de auto-dissolução do Estado no socialismo como "genérica": "Engels não analisa este ou aquele Estado socialista concreto (...) mas o desenvolvimento do Estado socialista em geral"; dizia ele, por isso ele fez "abstração de um fator como a situação internacional (...)". O programa máximo da Revolução, nos diz Moraes, manteve-se, com Stálin, formalmente

> "para preservar o prestígio sobrenatural do partido de vanguarda". "(...) A doutrina canônica

> permanece intocada, mas sua relação com a práxis tão tênue como aquela da hierocracia católica com o mistério da Santíssima Trindade". ([Moraes, João Quartim de /1991] pp. 62/64/191)

***Isso não é exato. Lênin, quanto ao tema das nacionalidades, tinha posição bastante distinta da de Stálin; para ele, "(...) os proletários, sendo sempre hostis a todo nacionalismo, exigem (para as nações) uma **igualdade de direitos** *abstrata*(b) e a **ausência** de todo o privilégio". Lênin, mesmo defendendo a todo custo o poder soviético, não se rebaixou a uma condição meramente *nacionalista*. Sua consciência da especificidade de Outubro está a légüas de distância de um ponto de vista exclusivamente russo. Sua desastrada tentativa de torná-lo um exemplo de tática mundial se explica, antes, por sua análise unilateral do imperialismo, do que pelas influências *populistas* (ver n. [2]). (Apud Galvão/75, p. 24; ggmm)

(a) Stálin adotou para o socialismo russo, como comportamento político, o que o *Manifesto Comunista* havia detectado ao discutir o movimento intrínseco do capital: a burguesia

> "só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e com isso todas as relações sociais", obrigando "todas as nações a adotarem o modo burguês de produção".

(Apud Galvão/75, p. 22)

(b) Nesse aspecto, ele se distancia da posição sustentada por Engels na *Gazeta Renana*:

> "com o mesmo título que os franceses tomaram Flandres, Alsácia e Lorena (...), a Alemanha toma Schleswig: em nome da **civilização** contra a barbárie, do **progresso** contra o imobilismo. Mesmo que os tratados estejam a favor da Dinamarca, este título vale mais do que todos os tratados, porque é o direito do **desenvolvimento histórico**".

(Ibid., p. 22; ggmm)

[2] A IC definia-se assim, em seu I CONGRESSO (1919): "a Internacional, que **subordinará** os interesses **ditos nacionais** aos interesses da **revolução mundial**, tornará (...) realidade a ajuda mútua entre os proletários dos diferentes países". Lênin, em 20, complementaria:

> "o internacionalismo proletário **exige** sobretudo a **subordinação** dos interesses da luta proletária num país aos interesses dessa luta no **mundo inteiro** e, por outro lado, exige que a nação que venceu sua própria burguesia seja capaz dos **maiores sacrifícios nacionais*** e esteja disposta a afrontá-los para abater o capital internacional".

O historiador Edward Carr sintetizou com perspicácia: a IC foi "a submissão de um certo número de grupos fracos (...) a uma organização cujo principal apoio e (...) motivação era, necessária e inevitavelmente, o poder do Estado soviético", *por conta da maior representatividade do movimento revolucionário russo*. O I CONGRESSO, aliás, comprova isso: dos 52 presentes, 12 eram representativos, sendo que 8 pertenciam ao PCb; na Comissão Executiva da IC (CEIC) a preponderância russa chegou a se expressar com 5 representantes seus num universo de 6. (Apud Pinheiro/91, pp. 26/32/34/288; ggmm. Duverger/87, p. 187)

* Joseph Stálin tinha uma imagem da revolução mundial bem diferente dessa. Para ele, ela não era mais do que

> "uma **elocubração de literatos**, crescidos longe da Rússia" um mero "apoio propagandístico para dar ânimo às massas russas pouco conscientes e muito crédulas, que estavam realizando sua revolução **russa**". "A derrubada da burguesia ocorrida num só país trouxe (...) uma nova tarefa, isto é, a luta em escala internacional (...) num plano diverso, a luta do **Estado proletário** contra os Estado capitalistas inimigos; além disto, o proletariado russo, até então simplesmente uma das seções do proletariado internacional, transformou-se a partir daquele momento na **seção mais avançada**, na **vanguarda** do proletariado internacional".

O internacionalismo, como bem definiu Robert Michels, correspondeu à fase idealista do socialismo. O crescimento e a imersão dos PSs nas realidades nacionais teve o efeito de nublar a visão para as questões globais. O internacionalismo stalinista tem sua origem nesse fenômeno, enquanto perspectiva de perpetuação e expansão do *Estado proletário russo*. Para Stálin

> "o incremento do movimento revolucionário em todas as colônias e (...) países dependentes (...) é importante para o proletariado (...) porque **mina** (...) as posições do capitalismo. (...) Os comunistas russos não podiam agir de outro modo, pois somente seguindo" *o caminho do internacionalismo* "poder-se-ia contar com algumas modificações na situação internacional capazes de garantir a **Rússia** contra a restauração do regime burguês".

(Medvedev/86, p. 76; ggmm. Michels/82, p. 105. In Paulo Netto/82, pp. 42/43; ggmm)

[3] Bastante sugestiva acerca da relação da IC com a América Latina é a intervenção do até então responsável pelo Secretariado Sul-Americano (SSA) da organização, o revolucionário suíço Humbert-Droz, na 1ª Conferência Comunista do continente, realizada em Buenos Aires em julho de 29. Nela, os equatorianos apontaram a parca assistência da IC como a responsável pelas dificuldades que todos os PCs da região enfrentavam. A resposta de Droz nos diz mais do que, talvez, ele pretendesse:

> "alguns camaradas (...) afirmaram que a IC havia recém-descoberto a América Latina, e (...) que, mesmo assim, ainda não a conhecia. Mas há que recordar que muitos camaradas americanos fazem esse **mesmo descobrimento**. De forma, companheiros, que realizamos **juntos** a viagem, com a diferença de que vocês **não a descobriram antes**, apesar de habitarem o território. (...) Só com a ajuda dos partidos, a IC poderá estudar a situação da América Latina* (...)".

([Zaidán Fº, Michel /1991] pp. 101/102; ggmm)

* Essa última frase evidencia a consciência dos dirigentes internacionais acerca da necessidade da *nacionalização* do comunismo.

[4] Nos países onde a social-democracia havia deixado suas marcas, os quadros dos PCs já estavam formados na doutrina, ao passo que em países como Brasil a iniciação era mais problemática. Isso porque, como bem caracterizou Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, "la Deuxième Internationale a constitué le premier moment durant lequel le marxisme fut systématisé en Europe comme **doctrine de parti**"*. ([Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal /1985] p. 2)

* "a Segunda Internacional constituiu o primeiro momento durante o qual o marxismo foi sistematizado na Europa como **doutrina de partido**".

[5] Por *etiqueta* entendamos, usando Conrado Detrez e seu raciocínio acerca da Revolução Francesa, a "marca indelével" de uma revolução que inspira "todas as revoluções posteriores" mesmo não conseguindo "nem salvar as novas estruturas da sociedade *revolucionária*, muito menos criar uma cultura suficientemente forte para impedir o retorno dos valores do Antigo Regime". (Detrez/68, p. 103)

[6] Me refiro às *21 condições para a admissão na IC*, redigidas por Lênin e aprovadas no II CONGRESSO da IC (1920) com o intuito de combater os PSs. Em seu III CONGRESSO (1921), a IC criou a Comissão Internacional de Controle com a tarefa de **prevenir *desvios* entre seus filiados**. Destaquemos alguns dos pontos mais significativos das *condições*, freqüentemente não levados em consideração por alguns historiadores comunistas: 1ª) a propaganda deve estar **conformada** ao programa da IC; 2ª) os *reformistas* e *centristas* devem ser **afastados** da organização filiada; 3ª) o partido deve **ser clandestino** para melhor desempenhar suas funções revolucionárias; 4ª) a atividade entre as **tropas** é fundamental; 5ª) a agitação no **campo** também o é; 12ª) no partido deve "reinar uma **disciplina de ferro** semelhante à disciplina **militar**"; 13ª) deve haver **depuração periódica** dos pequeno-burgueses *infiltrados*; 14ª) deve-se **apoiar a Rússia** bolchevique contra as forças contra-revolucionárias; 16ª) as decisões da IC são **soberanas** em relação às seções nacionais; 21ª) os militantes que não aceitam estas condições **devem ser excluídos** do partido. (Moraes/91, p. 69. [Rodrigues, Leôncio Martins /1983] p. 375. [Coutinho, Rodolfo /1924] p. 133. Carone/82, p. 96; gm)

[7] O que se deu a partir de 28 em função dos seguidos fracassos da revolução européia e do crescente poder de Stálin no interior do PCb. Stálin teve um papel pequeno na constituição da IC, porém, a partir de 26, quando já havia isolado Trótsky do comando do partido, este papel só fará crescer. ([Paulo Netto, José /1982] pp. 20/21. Konder/88, p. 36)

[8] A *nacionalização* dos PCs está, amiúde, umbilicalmente ligada à possibilidade de uma renovação interna desses partidos e, não por acaso, foi bandeira de facções em luta contra o conservadorismo das direções, aqui no Brasil. Em 58, Eurico Mendes se apercebera disso:

> "nunca teremos movimentos revolucionários (...) enquanto não dermos esse grito de independência ideológica. O ato de nacionalização que mais interessa à classe trabalhadora no momento é a **nacionalização do marxismo** no Brasil (...)".

(Apud [Santos, Raimundo /1988] p. 239; gm)

[9] Quartim salienta que a diferença entre *bolchevização* e *stalinização* não foi perceptível na América Latina, e por tabela no Brasil, por conta de sua distância de Moscou e por seu pequeno peso face ao papel desempenhado pela Ásia no mundo periférico. De fato, não se encontra referências explícitas a esse assunto, sendo comum a confusão entre os dois processos. Vinhas, por exemplo, não os diferencia, tratando-os indistintamente como *esquerdismo/sectarismo* pós-28.

No entanto, o período de formação do PCB sob a liderança de Pereira (1922-30) caracteriza-se plenamente como fase de *bolchevização* da esquerda brasileira. Esse processo pelo qual passou o MCI pode ser descrito como tendo dois momentos. No primeiro, predomina o espírito leninista das *21 condições* com seus debates cerrados visando a obtenção de um *consenso*, com *expurgos* importantes, porém episódicos. No segundo, após a morte de Lênin, ela adquirirá feições stalinistas com o V CONGRESSO da IC (1924) – onde ao mesmo tempo em que a social-democracia era tachada de *alma-gêmea do fascismo* se deflagraria contra o trotskismo uma feroz perseguição em todas as seções nacionais*. Já na *proletarização*(*stalinização*) a intervenção da IC na luta interna dos PCs adquirirá formas administrativas – sendo que em nosso caso a destituição do Secretário-Geral e seus aliados suspeitos de *bukharinismo* teve a ingerência explícita e direta do representante da IC. (Moraes/91, p. 70. [Vinhas, Moisés /1982] p. 17. Pinheiro/91, pp. 59/60/154)

* Segundo Aldo Agosti, esta campanha encontrou algum sentido na experiência do PCI. Em todas as outras seções ela foi sinônimo de fechamento e autoritarismo. Mesmo no caso italiano os transtornos não foram pequenos, como se pode em função da reação de Antônio Bordiga, importante dirigente do PCI, em 26: "para resolver o problema da Revolução, não é suficiente inventar uma fórmula de organização. São os problemas das **forças** e não das **formas** que se apresentam diante de nós". (Apud id.; ggmm)

[10] Konder não foi o único a construir o mito Astrojildo Pereira – operação, de certo modo, compreensível diante das covardes agressões que este sofreu e do desprezo que a burocracia lhe reservou ao longo de sua militância partidária. Luís Sérgio Henriques, jovem intelectual *eurocomunista*, foi um dos pioneiros dessa linha na Voz da Unidade (VU), seja tratando Pereira como teórico, seja transformando "o internacionalismo de Astrogildo" numa posição que "não implicava submissão do PCB (...) (à) URSS". Milton Lahuerta, outro entusiasta, diria: "(...) o fundador do PCB nos deu um exemplo de serenidade e disciplina revolucionárias, legando para as novas gerações uma herança extremamente fértil". ([Voz da Unidade /1980] n° 25 [15]. [Voz da Unidade /1981] n °50 [9])

[11] Definida por Marx, ao caracterizar a situação do artesão sob o feudalismo, como aquela ligação em que o subordinado pode se alijar da relação por manter a posse dos meios de produção, o que deixaria de ocorrer sob o capitalismo em função da centralização desses meios de produção na mão do capitalista (*subsunção real*).

[12] Idêntico juízo seria utilizado, pelos *eurocomunistas* da corrente de Marçal Brandão, para condenar os que tentavam, em 78-80, conduzir as greves operárias para o *terreno do confronto e do impasse*; vale dizer, para os que **não estavam disposto a moderar a luta** em nome da *unidade democrática*.

[13] Dentre as condições inclui-se a parca penetração do marxismo entre nossa intelectualidade. O nome de Marx se difunde por todo o mundo com a Comuna de Paris, em 1871. No Brasil, é quando fala-se pela primeira vez em seu nome. A guerra do Paraguai recém terminara, o Manifesto Republicano à pouco fora publicado (3 de dezembro de 70) "anunciando novos tempos em termos veementes", nos diz Moraes Fº, e o país ainda era escravista – fomos o último no continente latino-americano a abolir a escravidão. . Apenas 24 anos depois Marx é reconhecido, por Vicente Ferreira, como *o criador do socialismo científico*. Nesse período, surge o primeiro manifesto que se reivindica *marxista*; ele conclamava os "possidentes" e os "despossuídos" a se *unirem na obra da* ***solidariedade*** que vem mobilizando os "outros países civilizados", e pede-se aos últimos que evitem "os abalos subversivos que se fazem sentir em outras regiões (...) onde o espírito de tolerância não se tem podido infundir (...)". Tão canhestra interpretação de Marx se explicaria, segundo Konder, com base na fraca divulgação da cultura marxista a partir dos centros europeus com os quais mantínhamos laços culturais estreitos (Portugal, França do início do século e Itália)*, pela ausência de condições sociais para que a cultura marxista pudesse se espraiar e pelo déficit de intelectuais radicais dispostos a um engajamento de tipo *popular* contra a ordem estabelecida. Citando Júlio Godio, para quem o atraso econômico fora o *responsável* na América Latina pela "difusão das idéias socialistas" antes da "formação da classe operária propriamente dita", Konder responsabilizará esse descolamento da teoria revolucionária marxista em relação ao fato social pelo "uso *escolástico*" e, muitas vezes, distorcido do marxismo. Predominara entre os intelectuais progressistas da passagem do século XIX ao XX, um pessimismo elitista, culturalmente intolerante e de cunho cientificista-organicista. Os reflexos disso no proletariado imigrante podem ser medidos pelo fraco interesse da sua imprensa quando da morte de Marx – enquanto isso o assunto era ventilado pela imprensa burguesa em tom de alerta quanto ao caráter perigoso de seu pensamento.

O pensamento socialista que chegava ao nascente movimento operário era espiritualmente aberto mas eclético e conceitualmente frouxo. Sua *teoria* era politicamente inócua, incapaz de "hierarquizar os objetivos perseguidos" pelos militantes. Na ausência, como nos diz Pablo Casanova, do "marxismo como uma ideologia de massas", e da *perspectiva iminente do socialismo* que lhe acompanhava, os movimentos revolucionários latino-americanos tenderam à valorização da moral, e da coerência, como "um valor político e revolucionário muito significativo" – tal como no socialismo utópico europeu. Os partidos socialistas reformistas, sem os elementos que alhures permitiram-lhes a vitória, tiveram seu enfrentamento decisivo com o revolucionarismo romântico durante o I CONGRESSO, e foram derrotados. (Moraes Fº/91, pp. 17/22/36/37. Apud Konder/88, pp. 53/72/84/86/87/96-99/106/107. Casanova/89, p. 90)

* A social-democracia foi influente na Alemanha, França e Inglaterra, em sua versão mais reformista; na Itália, Espanha e Portugal, prevaleceu o anarquismo. (Moraes Fº/89, p. 38)

[14] Na verdade, Palácios tende a desprezar Pereira como o **primeiro passo** na reconciliação dos radicais libertários com suas raízes republicano-radicais, ao considerar Prestes e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) como os agentes exclusivos desta inflexão. Prestes, no entanto, não tomou de assalto o PCB*, antes foi estimulado pelos contatos de Pereira e Basbaum, estabelecidos quando do seu exílio em La Paz e Buenos Aires, e pelos comunistas latino-americanos, a uma aliança estratégica. A ANL não agrediu, antes reforçou, a pregação comunista dos anos 20 pela formação de uma frente democrático-burguesa de massas, muito embora, com Prestes, a ênfase tenha recaído sobre o aspecto nacional-libertador. Tanto é assim, que Pereira e seu grupo foram *expurgados* justamente sob acusação de *bukharinismo* em função dos esforços no sentido dessa aproximação com o *tenentismo*.

* Conforme defende Paulo Sérgio Pinheiro. (Pinheiro/91, p. 217)

[15] Como nos diz Israel Getzler,

> "o marxismo russo, desde seu começo nos primeiros anos 80 do século XIX, foi atormentado pelo dilema diante do qual se viam os socialistas marxistas empenhados na luta por uma sociedade socialista moderna, pós-burguesa e pós-capitalista, embora condenados a fazer sua revolução na Rússia czarista, pré-burguesa e pré-industrial. Seus pais fundadores, Gueorgui Plekhanov e Pavel

> Axelrod, recusaram por *utópica* e ditatorial a solução maximalista do *Narodnaia volia*, que, fazendo da necessidade do atraso russo uma **virtude socialista**, defendia uma tomada revolucionária que conduzisse a um **salto imediato no socialismo**".

Para os *pais* do marxismo russo, só depois da revolução burguesa, sob os auspícios da própria burguesia, é que os social-democratas poderiam pensar em assumir o poder para construir o socialismo. Lênin, no entanto, embora empenhado no combate ao populismo, não compartilhará dessa visão estática dos fundadores quanto à caracterização da etapa burguesa da revolução russa. Em 1894, convencido da necessidade de se pesquisar a realidade russa para embasar com mais precisão a práxis revolucionária, Lênin empenharar-se-á nos estudos econômicos concluindo, em 1899, em sua obra de maior fôlego, o *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, onde buscava determinar as características próprias da acumulação capitalista em seu país, que o capitalismo era uma realidade em expansão e, portanto, as bases econômico-sociais do socialismo estavam em construção. Tal conclusão o aproximou do pensamento populista russo.

A aproximação crítica de Lênin em relação ao populismo, ao mesmo tempo em que foi fruto de um maior entendimento acerca da realidade russa, contribuiu para o alargar a percepção dos marxistas quanto à realidade da luta de classes em curso naquela sociedade. Todavia, seu efeito ideológico sobre os combatentes revolucionários, naquele contexto de país essencialmente agrário, fora extremamente danoso no médio-prazo, desinibindo a tendência à compatibilização por baixo com a ideologia populista. Vittorio Strada chegou a qualificar essa confluência como *natural*:

> "o populismo russo foi a primeira teoria da modernização, e o seu encontro com o marxismo (...) foi absolutamente natural, porque o marxismo pode ser definido como uma teoria do desenvolvimento histórico moderno (...) A própria experiência histórica da Alemanha (...) era uma experiência de tipo *populista*, ou seja, uma experiência de subdesenvolvimento (...) diferente da modernidade capitalista explicitada na Inglaterra e na França. A Rússia constituía um exemplo mais grandioso de *modernidade* difícil e adiada, e era, ao mesmo tempo, (...) menos *européia* (...)".

Estes dois últimos aspectos – decisivos para o entendimento de porque, ao contrário do ocorrido na Alemanha, o marxismo traduzido e adaptado por Lênin acabou reduzindo-se à mera ideologia totalitário-modenizadora* –, no entanto, desmentem a teoria do encontro *absolutamente natural* sustentado por Strada. A ruptura de Lênin com a social-democracia russa, que nascera "como crítica e recusa do populismo" *tentando assimilar a experiência histórica nacional à euro-ocidental***, estava inscrita em suas conclusões de 1894. O projeto modernizante da esquerda russa, representado pelo POSDR, afinal sucumbiria diante desse desafio. ([Getzler, Israel /1985 (v)] p. 26; ggmm. Lewin/86, p. 209. Apud Johnstone/85(V), pp. 114/115. [Strada, Vittorio /1985 (V)] p. 149.)

* A reação do menchevique de esquerda, Iuri Martov, ao leninismo foi categórica quanto a esse aspecto. No final de 17, Martov qualificaria o socialismo leninista de *araktcheievianо*, baseado numa concepção *pugatcheviana* de luta de classes. Os nomes são bastante precisos quanto à associação que se queria explicitar: Araktcheiev fora favorito de Alexandre I por ter montado um regime policialesco na primeira metade do século XIX, enquanto Pugatchev fora o dirigente de sangrentas rebeliões camponesas no século XVIII. (Getzler/85(v), pp. 209/210)

** Projeto ocidentalizante comum à burguesia, como atesta o aparecimento do partido liberal (*cadete*) na mesma época e com intenções análogas.

[16] Entre leninistas e trotskistas de gerações posteriores, todavia, continuou predominando uma percepção da consciência de classe como algo adjudicado. Georg Lukács, leninista na juventude, por exemplo, entendia-a como uma "reação **racional** a uma situação **objetiva**"; "ela não é a consciência empírica (...) mas o **sentido** (...) da **situação histórica** da classe". A relação entre a consciência de classe e a "classe empírica" se estabeleceria na *resistência instintiva do proletariado à coisificação de suas relações sociais**. Michel Löwy, trotskista de uma geração mais distanciada, por seu turno, considera que a *aposta marxista* quanto à consciência do proletariado seria "irredutível a uma demonstração **puramente factual**". Por certo, a persistência dessa mentalidade constitui-se num anteparo às posições vulgares que pretendem retirar da realidade a verdade pronta e acabada (*a prática como critério da verdade*), mas também num eficiente escudo contra o assédio do real. A perpetuação do idealismo no seio da esquerda, impossibilitando uma

práxis verdadeiramente dinâmica, é a mais provável conseqüência desse tipo de limitação às possibilidades críticas da teoria marxista em relação ao movimento crítico. ([Löwy, Michel /1987] pp. 125/138; ggmm)

* Os lukacsianos se afastarão do mestre nesse campo. Para Lucien Goldmann, por exemplo, a superioridade da *consciência possível do proletariado* seria *uma possibilidade objetiva*, mas não uma *fatalidade histórica*. (Id., p. 137)

[17] Dizia ele:

> "(...) Não há dúvida de que a evolução tende à constituição de um truste único mundial (...) Mas ela se processa em tais condições, (...) **conflitos** e **convulsões**, que antes (...) da fusão *superimperialista* (...) o imperialismo soçobrará **fatalmente** e o capitalismo se transformará em sua antítese".

(Apud Galvão/75, p. 36; ggmm)

[18] Posteriormente, apesar da penetração sindical expressiva obtida pelos comunistas em muitos países europeus, as dificuldades da IC não desapareceriam. A mesma *etiqueta* que fazia o sucesso do bolchevismo nas parcelas radicalizadas do operariado causava forte reação na sua parcela moderada e na camada-média emergente. A dificuldade política enfrentada pelos comunistas na classe operária foi bem descrita por Boris Souvarine, *é difícil acreditar que*

> "(...) o mujique de Tambov, desclassificado e economicamente primitivo (...), polido apenas na superfície por quatro anos de vida na caserna, pela escola da frente e por alguns contatos com o proletariado (...) moderno, esteja hoje em condições de impor as formas de sua revolução aos representantes ideológicos das massas operárias dos países avançados".

(Apud Getzler/85, p. 216)

[19] Leôncio Martins Rodrigues nos oferece uma análise do leninismo bastante detalhada e com igual sentido crítico. Para ele, o leninismo era uma teoria do poder intelectual que substituía as massas na revolução (*intelligentsia* revolucionária) e a burguesia na administração econômica (*intelligentsia* técnica). Tal poder era exercido através da ditadura aberta, **não como contingência** mas como realização de um objetivo econômico que *demandava por uma disciplina férrea*. O próprio Lênin havia qualificado assim sua concepção de socialismo, em maio de 18: *o socialismo é*

> "inconcebível sem a **grande técnica capitalista** baseada (...) na ciência moderna, sem uma **organização planificada do Estado** que **subordine** dezenas de milhões (...) ao **mais estrito** cumprimento de **normas únicas** de produção e distribuição".

Trata-se de tomar o exemplo do capitalismo de Estado alemão não poupando "**meios ditatoriais** para apressar a introdução da **cultura ocidental** na Rússia bárbara, sem recusar meios bárbaros* na luta contra a barbárie". No relatório ao IX CONGRESSO do PCb (março de 1920) ele admitia a situação *paradoxal* em que se encontrava a revolução:

> "a nossa sociedade saltou dos trilhos do capitalismo, mas ainda não encontrou novos trilhos (...) Nunca na História houve uma situação em que (...) a vanguarda revolucionária (...) possuísse (...) poder político e o capitalismo de Estado **coexistisse com ele**".

(Rodrigues/90, pp. 91/92/94; ggmm)

* Lênin, provavelmente, baseou-se em Engels, para quem "a humanidade necessita de meios bárbaros, quase animais, para sair da barbárie". (Apud Galvão/75, p. 26)

[20] Dizia ele em abril de 18:

> "a revolução acaba de destruir as cadeias mais antigas, mais fortes e mais pesadas que o regime do chicote havia imposto às massas. Mas isso foi **ontem**. **Hoje**, essa mesma revolução **exige a subordinação incondicional** das massas à **vontade única** dos **dirigentes** do processo de trabalho (...) Foi preciso a vitória de Outubro (...) para que se tornasse possível uma transição estável às **formas superiores de disciplina do trabalho**, a uma assimilação consciente da idéia da (...) ditadura do proletariado, a uma subordinação incondicional às **ordens pessoais dadas nas horas**

> **de trabalho** pelos **representantes do poder** soviético".
> (Apud Rodrigues/90, p. 90; ggmm)

[21] Olhando para o debate em torno da viabilidade da revolução num só país, Antônio Gramsci teria uma visão mais positiva de Lênin. Para ele, enquanto Trótsky mostrara-se *superficialmente nacional e europeu*, Lênin "era profundamente nacional e profundamente europeu". Essa visão estaria tão arraigada nele – tanto quanto sua visão negativa de Trótsky – que diante da defesa stalinista da revolução num só país Gramsci considerou que ali estava representado o *realismo nacional* contra o *abstracionismo internacional*. (Apud Gruppi/78, pp. 140/142)

[22] Para Strada, "desta substancial incompreensão (...) nasceria nos anos 30 o outro conceito central de Trótsky, o de *revolução traída*". O que para ele era uma *traição*, em Lênin seria mais um "*ziguezague* de uma história guiada pela vontade de uma ideologia, mas iniciada sob a insígnia" do "*s'engage...*". (Strada/85(v), p. 155/157/158)

[23] As lastimáveis condições de trabalho de milhões de trabalhadores do campo soviético foram apenas atenuadas pela NEP. Logo Stálin as agravaria com sua restrição brutal à mobilidade populacional ocasionada pelo *passaporte interno* e o *controle de moradia*. Sua industrialização à moda de Pedro *o Grande*, como bem caracterizou Lewin, que buscara industrializar a Rússia monárquica com base no trabalho servil – ou, como preferia Kautsky, à moda da *elite aristocrática européia cuja acumulação primitiva fora feita também em detrimento dos camponeses* – foi toda baseada "em excedentes não pagos e (...) *remuneração residual*", "complementado por um vasto setor de mão de obra servil nos campos de trabalho" forçado (sistema *gulag*). No campo a sobrevivência do cultivo de subsistência – que continuavam lembrando as corvéias oitocentistas, enquanto os impostos lembravam os tributos dos servos de gleba –, num quadro de quase retorno ao feudalismo em pleno processo de industrialização, só foi revertido após o XX CONGRESSO do PCUS com reformas *democratizantes*. (Lewin/86, pp.211/239. Medvedev/86, p. 80. Salvadori/86, pp. 290/291/295/296)

[24] O recuo foi entendido como tático pelo simples motivo de que em outubro de 17, em seu panfleto *A Catástrofe Iminente e Como Lutar Contra Ela*, Lênin já havia caracterizado o socialismo como

> "o passo à frente que se segue imediatamente ao monopólio capitalista de Estado. Ou, em outras palavras: o socialismo não é mais do que o monopólio capitalista de Estado posto a **serviço de todo o povo**, e que, como tal, *deixou* de ser monopólio capitalista (...)".

Portanto, o advento da NEP se tornara facilmente explicável pela devastação econômica causada pela guerra civil, que subtraíra dos bolcheviques as condições econômicas sobre as quais eles construiriam o socialismo. Nada mais lógico, desse ponto de vista, que repor as condições anteriores. (Apud Gruppi/79, p. 179)

[25] Para Gramsci a superioridade do marxismo residia, precisamente, em sua capacidade de trabalhar com a teoria da contradição. Deve-se ter em conta que Lênin, o principal avalista desta operação, não conheceu *A Ideologia Alemã** e a *Crítica da Filosofia Hegeliana do Direito Público*, textos marxistas onde encontra-se uma visão mais articulada sobre Estado e burocracia. Utilizando Michel Löwy, diria que sua forma de pensar se não o impedia de alcançar *verdades científicas* circunscreviam-nas significativamente em sua utilização. (Löwy/87, pp. 97/103/130/131. Johnstone/85(v), p. 127)

* Nesse trabalho de 1846, Marx chega a afirmar, contrariamente a qualquer tentativa de cristalização de uma ideologia comunista que "o comunismo não é para nós uma situação que deve ser **criada**, um *ideal* segundo o qual a realidade deve ser organizada. Chamamos comunismo o **movimento** efetivo que **supera** a situação atual". Se, por essa época, ideologia era qualificada como *falsa consciência social*, já em 1859, no prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, ela apareceria como *auto-consciência motivacional do*

homem. Isso, no entanto, não o fez avançar sobre as implicações filosófico-políticas da construção de uma ideologia revolucionária sobre o pensamento crítico. (Apud Konder/88, p. 23. Löwy/87, p. 96)

[26] Para Marx,

> "a questão não é aquilo que este ou aquele proletário ou mesmo todo o proletariado se **representa** num dado momento como objetivo. É **aquilo que é o proletariado** e aquilo, em conformidade com o seu **ser**, será historicamente obrigado a fazer".

(Apud [Lukács, Georg /1974] p. 59.)

[27] O *Breve Curso*, aliás, fora objeto de comentários picantes por parte de Bertolt Brecht, em janeiro de 40, para quem já era "tempo de fazer a dialética derivar da realidade, em vez de fazê-la derivar da história das idéias e de limitar-se a extrair da realidade apenas exemplos para as leis":

> "o autor dessa história (...) burila as suas frases com o machado e termina sempre por bater com esse em seus dedos. As revoluções são derivadas da metafísica, realizam-se porque o velho cede lugar ao novo, e só é irresistível o que nasce e se desenvolve. Tudo depende de tudo (...) Não é lícito deter a luta de classes, mas deve-se levá-la até o fim. (...) Tudo tende para uma outra coisa, o velho morre e o novo vence, trata-se de uma *passagem de um velho estado qualitativo para um novo estado qualitativo*. O novo, naturalmente, é de melhor qualidade".

(Apud Márek/86, pp. 279/280)

[28] O stalinismo produziu uma série extensa de verdades *escolásticas*, vejamos essa seqüência exemplar:

> "se é verdade que a passagem das mudanças quantitativas lentas a mudanças qualitativas bruscas é uma lei do desenvolvimento, é claro que as revoluções (...) constituem um fenômeno **absolutamente natural**, **inevitável**. (...) Se é verdade que o desenvolvimento se faz pelo aparecimento de contradições internas (...) é claro que a luta de classe do proletariado é um fenômeno **perfeitamente natural**, **inevitável**. (...) Assim, a ciência da história da sociedade, apesar de toda complexidade dos fenômenos da vida social, pode tornar-se uma **ciência tão exata como** (...) **a biologia**, (...) capaz de **instrumentalizar** as leis do desenvolvimento social em **aplicações práticas**. (...) Se é verdade que a natureza, o ser, o mundo material são o dado primário, enquanto a consciência, o pensamento são o dado secundário (...), segue-se daí que a vida material da sociedade (...) é (...) o dado primário, enquanto a vida espiritual é um dado secundário (...) **A vida material da sociedade** (...) **existe independentemente da vontade do homem, enquanto a vida espiritual da sociedade é um reflexo desta realidade objetiva** (...) Na verdade, se surgem novas idéias e teorias sociais, é precisamente porque **são necessárias** à sociedade, porque sem uma ação organizadora (...) é impossível a solução dos problemas (...) acarretados pelo desenvolvimento da vida material (...) O que dá força e (...) vitalidade ao marxismo-leninismo é o fato de ele se apoiar numa teoria de vanguarda, que **reflete exatamente** as **necessidades** do desenvolvimento da vida material. (...) A mudança do modo de produção provoca a modificação de todo o sistema social e político (...) Portanto, a **chave** que permite descobrir as leis da história da sociedade deve ser procurada não no cérebro dos homens, (...) nas idéias e opiniões da sociedade, mas no modo de produção, (...), no **regime econômico** da sociedade".

Olhando para isso, Lukács caracterizaria o stalinismo como a "irrupção do neo-positivismo no marxismo". (In Paulo Netto/82, pp. 33/134/135/139/141/142/145/146; ggmm)

[29] Essa burocracia, formada "em torno do Partido" como "uma nova categoria social interessada na manutenção da **ordem** constituída e na **perpetuação** do Estado"*, efetuava, "a seu modo", nos diz Souvarine, a

> "exploração do homem pelo homem (...). A apropriação individual da mais-valia é substituída pela **apropriação coletiva pelo Estado**, da qual é preciso extrair (...) (o) consumo parasitário do aparelho dos funcionários (...)".

(Apud Salvadori/86, p. 328; ggmm)

* A burocracia soviética, aduz Löwy,

> "não é uma classe no sentido marxista do termo (definida por seu lugar no processo de produção), mas antes uma **ordem social** (...) definida por critérios políticos ideológicos de forma análoga à

ordem clerical das sociedades pré-capitalistas".

Embora concordando com essa definição do caráter *clerical* da *nomenklatura* não devemos desconhecer o seu *lugar na produção*. Ainda que não residisse diretamente na fábrica, o poder soviético não poderia sobreviver sem administrá-la **diretamente**. O partido – praticamente um aparelho ideológico de Estado – e o aparato repressivo de Estado não teriam sido capazes de, sozinhos, dominar tão vasto império por tanto tempo se não manejassem todos os cordões que atavam a produção à burocracia. No czarismo, nos diz Luciano Gruppi, a aristocracia dominante "se identificava com a burocracia, e (...) aos graus de nobreza correspondiam os graus burocráticos no aparato estatal. Havia (...) identificação entre classe dominante e burocracia estatal (...)". No caso soviético, talvez estejamos diante da mesma relação, porém, invertida: era na burocracia que radicava, pela natureza de seu poder absoluto, a **base real** (econômica) de poder. Seu poder sobre as fábricas assumiu os contornos da dominação *clerical* com os fins distintos desta. Ao mesmo tempo em que se militarizou/burocratizou a base produtiva, também se *industrializou* o poder de Estado. (Löwy/87, p.160. Gruppi/78, p. 141)

[30] Começando por Trótsky até alcançar Bukhárin, Kamenev, Zinoviev, etc., chegou-se a um ponto, no final dos anos 30, que o terror havia eliminado fisicamente cerca de 70% dos membros do CC do PCb eleitos no XVII CONGRESSO (1934)*. Nesse momento, cessava, no interior das fronteiras russas, qualquer contestação visível à direção stalinista.(Paulo Netto/82, pp. 13/15/16/18)

* O XVII CONGRESSO foi o marco definitivo da vitória stalinista no seio do partido. Nele, os ex-líderes da *oposição de esquerda* desfilaram suas retratações diante do super-chefe inaugurando o que se constituiria num padrão internacional de *autocríticas*:

> "cometi uma série de erros, em que cada elo se ligava **inevitavelmente** ao seguinte, penitenciava-se Zinoviev. Tinha a pretensão de impor ao Partido minha **peculiar interpretação** do leninismo (...). No entanto, (...) se o Partido não houvesse se oposto com justeza (...), aqui e agora estaríamos discutindo qualquer coisa, menos o segundo plano qüinqüenal de construção socialista (...)". *Meus erros foram uma* "recaída em velhos conceitos social-democratas, em sua variante chamada trotskismo (...) que não podia deixar de me levar a um total distanciamento do Partido (...)";
> "tenho o triste dever, aduzia no mesmo tom L. Kamenev, de apresentar a este congresso **de vencedores** a crônica de **derrotas** (...) e de **delitos**, a que se destina qualquer grupo e qualquer pessoa que se **afaste da grande doutrina** de Marx-Engels-Lênin-Stálin. (...) Duvidar deles e em seguida contestá-los foi, vejo-o agora, o início e a **fonte** de todo o nosso procedimento equivocado (...) A fórmula da possibilidade da construção do socialismo num só país, nós a negamos simplesmente recorrendo a sofismas e a **argumentações mentirosas** (...)".

(Ibid., p. 23. Apud Medvedev/86, pp. 67-72; ggmm)

[31] Não se deve subestimar a manutenção dessa *etiqueta*. Ela foi fundamental para alimentar a ilusão de milhares de comunistas utópicos mundo afora, que pensavam estar lutando por ideais que já haviam sido enterrados em seu próprio ponto de origem. Devemos ter em mente que as denúncias acerca da tragédia revolucionária russa teve escassa repercussão, sobretudo entre aqueles que formariam o futuro movimento comunista latino-americano, em função de sua instrumentalização pela direita e pela pouca acolhida do trotskismo, e outras correntes anti-stalinistas do marxismo, na Europa.

[32] A raiz determinista dessa *cartilha* é comum ao marxismo russo, e a todos os outros, foi, como nos diz Márek, a Alemanha do final do século XIX. Stálin, "como a maioria dos revolucionários de sua geração (...), chegou a conhecer o conjunto conceitual do pensamento de Marx e de Engels" pelas mãos do *Papa* da 2ª Internacional, Kautsky, cuja inclinação, jamais renegada, fora pelo darwinismo de *estilo* positivista e pragmático. Na Rússia, em termos filosóficos, Gheorghi Plekhânov fora o responsável pela propagação do determinismo na cultura marxista*. Sua visão acerca do materialismo-histórico pode ser resumida nesta declaração de 04:

> "se é verdadeira a tese fundamental do materialismo histórico, que diz que o **pensamento** dos homens é determinado pelo seu **ser**, e se não nos engana o teorema capital do socialismo científico, que afirma ser a revolução socialista a conseqüência necessária das contradições próprias do

> capitalismo, é claro que (...) os operários dos países capitalistas chegariam ao socialismo mesmo se confiassem apenas nas suas forças".

Posição análoga já havia sido defendida por Gorin um ano antes:

> "o proletariado sem ideólogos, naturalmente, trabalharia no final das contas em direção da revolução social, mas de modo instintivo (...). O processo seria somente mais lento e mais tormentoso (...)". Stálin assinará embaixo: "o que é o movimento operário sem o socialismo? É uma nave **sem bússula**, que mesmo assim chegará à outra margem (...) Unam o movimento operário com o socialismo e vocês terão o movimento social-democrata que por via direta chegará à **terra prometida**".

(Márek/86, p. 273. Apud Gerratana/87, pp. 229-231; ggmm)

* Nem Kautsky, nem Plekhânov, no entanto, podem ser diretamente responsabilizados pelo *legado intelectual* de Stálin, nem muito menos pelo *político*, na medida em que foram capazes de prever o terror stalinista muito antes da vitória bolchevique e de combatê-lo mesmo após. Sua influência cultural só assumiu uma composição explosiva depois da ruptura leninista que, como já foi assinalado, propiciou ao populismo assumir um verniz *marxista*.

[33] Tal concepção *infantil** já havia surgido na Alemanha de meados do século XIX com Ferdinand Lassalle, fundador da primeira organização operária alemã em 1863 (*L'Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*), cuja concepção *populista* de partido havia despertado a ira de Marx:

> "em todos os lugares que fui, eu ouvi das bocas dos operários (...): 'nós devemos, de todas nossas vontades dispersas, forjar uma martelo e colocá-lo nas mãos de **um homem** cuja inteligência, caráter e dedicação nos sejam uma garantia de que com o martelo ele baterá forte!' (...) Os dois termos opostos que nossos homens de Estado têm considerado até aqui como inconciliáveis (...), a liberdade e a autoridade, (...) estão unidos da forma mais íntima em nossa associação que representa (...) o **modelo em miniatura** da nossa próxima forma social!".

O partido era uma *organização de combate* ajustada à tática onde as milícias deveriam seguir docilmente o chefe e a ditadura era algo indispensável do ponto de vista prático. De Lassalle pode-se extrair o stalinismo (martelo = hum homem), mas também o leninismo no poder (liberdade + autoridade = modelo de sociedade = ditadura). As sementes dessas posições, portanto, já tiveram reunidas numa mesma árvore, sustentadas pelas mesmas raízes em ambiente assemelhado de emergência capitalista em meio ao mundo rural**. (Apud [Michels, Robert /1982] pp. 27/107/108; ggmm)

* A referência não é a Lênin, mas a Robert Michels que qualificou essa concepção como *fruto da infância política da classe operária*. (Ibid.)

** O fenômeno industrial na Alemanha é considerado tardio por sua defasagem de 50 anos em relação à Inglaterra. (Moraes Fº/91, p. 17)

[34] Me parece um pouco injusta a imputação feita por Leandro Konder, em relação a Stálin de que ele teria *arruinado a idéia de autotransformação concebida por Marx* – e também presente em Lênin – considerando-a uma *decorrência natural da disciplina* (obediência ao partido). Na verdade, esse perigo já estava inscrito no partido de Lênin como apontara Rosa Luxemburgo. Assim, a "ruptura" de Stálin com o legado de Lênin, que para Konder se dá em 30, precisaria ser relativizada. Afinal, Stálin fora um produto leninista; não o esperado pelos seus simpatizantes, mas o mais adaptado às condições criadas pela revolução. (Konder/88, pp. 39/40)

[35] A maior diferença entre ambos, como já foi mostrada, encontra-se, sem dúvida, na estatura teórico-política. Stálin era o mestre das fórmulas resumidas, enquanto Lênin era um teórico: "(...) todas definições muito concisas são certamente cômodas (...), mas revelam-se insuficientes quando se trata de deduzir delas os traços mais essenciais do fenômeno a definir"; dizia Lênin. A instrumentalização absoluta da teoria é a marca dessa distinção. Marx, Lênin nem tanto, entendia a ciência como possuidora de um *status* de relativa

autonomia frente à classe. Por isso seu esforço de separar o teórico "vulgar", atado aos interesses, do pensador "clássico", com despreendimento face a eles e, portanto, científico*. Os marxistas mais eminentes, entre eles Lênin, nos diz Moraes, "(...) consideravam a *luta teórica* como política e economicamente motivada", todavia não se contentavam

> "com a refutação da tese de um adversário pela mera identificação dos condicionamentos de classe que a teriam inspirado. (...) Em Stálin, ao contrário, é nítida a tendência a reduzir a teoria à sua dimensão meramente instrumental e os teóricos a mero agentes dessa instrumentalização".

Stálin definia a teoria, em 24, em seu *Princípios do Leninismo*, como "a experiência do movimento operário de todos os países, tomada em sua forma geral"; algo como a *prática condensada*. Como bem salienta Moares, "(...) a generalização da experiência de uma categoria social constitui sua ***história*** e não sua *teoria*". A circularidade da concepção stalinista de partido resume bem seus limites teóricos: para ele, o partido era revolucionário por causa de sua teoria, sendo revolucionária a teoria que guiava o partido.

> "O conteúdo da teoria (...) fica estreitamente delimitado por sua instrumentalização. Os processos propriamente teóricos da busca do conhecimento (investigação, pesquisa, crítica de hipóteses, reformulação de conceitos, etc.) se tornam **acessórios** (...) para **ilustrar** (...) o saber já **codificado** (...)".

(Apud Gruppi/79, p. 308. Moares/91, pp. 52/53; ggmm)

* Essa classificação, embora utilizada para enquadrar os inimigos, seria de muita utilidade também para a compreensão do comportamento dos *amigos*. Sobretudo a distinção, entre os "vulgares", do "apologeta" (Malthus) e do "crítico" (Sismondi). (Löwy/87, pp. 98/99/106/107)

[36] Dos 9 fundadores do PCB apenas 2 (Abílio de Nequete e Manuel Cendón) provinham do movimento socialista, o restante tinha sua origem no anarco-sindicalismo. Em seus 4 primeiros meses de vida o PCB tentou seduzir os anarquistas realçando a pretensa continuidade relativa do bolchevismo em relação ao anarquismo. O empenho se justificava pela própria biografia de Pereira que, sob o impacto da Revolução Bolchevique, amadurecera sua nova opção militando em movimentos anarco-comunistas de inspiração anarquista. (Carone/81, p. 16. Konder/88, pp. 125-127/132)

[37] A influência operária no PCB era pequena no período Pereira, problema que a *proletarização* não resolveu, na medida em que apenas substituiu o poder dos intelectuais pelo da IC* – Guralski e sua mulher passaram a concentrar o poder em suas mãos**. Com a emergência de Luís Carlos Prestes, o declínio dessa influência foi ainda mais acentuado, não obstante os comunistas terem penetrado em importantes sindicatos e criado redutos eleitorais operários entre 45-47 e 61-64.

* Nesse momento crescia, segundo Eduard H. Carr, a influência dos *assessores internacionais* que, todavia, *não estavam ainda submetidos a um monolito de poder comandado por um único líder*. O potencial destrutivo da vinculação à IC, no entanto, não dependia exclusivamente disso, tendo sido assinalado por Droz, num comentário feito por ocasião de seus primeiros contatos com o CC brasileiro, muito antes do poder unipessoal ter se imposto: "a situação do PC é boa (...). Se não se demolir tudo em Moscou, muita coisa se fará daqui a alguns anos no Brasil". (Apud Konder/88, pp. 163-164. Apud Pinheiro/91, p. 241.)

** Por problemas com a segurança Guralski permanecia em Montevidéo, controlava o PCB através de sua mulher Inês. O poder de Inês estava acima do Secretário-Geral; Heitor Ferreira Lima, entrando em conflito com ela, foi mandado para o Nordeste como punição. (Konder/88, p. 175)

[38] Muitos anarquistas, nos anos 20, mesmo depois da perseguição ao anarquismo russo, tinham a expectativa de que a IC estabelecesse "um programa geral para a luta contra o domínio do capitalismo" respeitando a *autonomia de cada agrupamento revolucionário*. O desenvolvimento da IC em sentido contrário, no entanto, esterilizou por completo a possibilidade de maior interação entre essas tradições. (Apud Carone/82, p. 106)

[39] Essa situação não era exclusiva do Brasil. Abramson, membro do CC Executivo do PC da Rússia, descrevendo em 21 o cenário político que encontrou em sua missão à América Latina, diria:

> "(...) a condição moral da população é tão **primitiva** que ela somente pode ser comparada àquela dos negros"; *o que contribui para que a insatisfação se expresse por* "revoltas **desorganizadas**, que assumem a forma de simples **banditismo** completamente **alheio** aos interesses de classe".

(Pinheiro/91, p. 29; ggmm)

[40] Evidentemente, como já tivemos a oportunidade de discutir, a *legitimação* e a inserção no *vigoroso movimento internacional* tinham implicações, ideológicas e políticas, para muito além do que ele gostaria de admitir. A necessidade da *legitimação* não se circunscreve aos primórdios da organização, antes se estabelece como um **marco definitivo** a que, seguidamente, se recorre em busca de revitalização social* e coesionamento interno, como são exemplo o pós-2ª GM, quando se explora a boa imagem conquistada pelos soviéticos no confronto com os alemães, e as seguidas cruzadas internas contra os *desvios* transcorridas desde a fundação. ([Cavalcante, Berenice /1986] p. 156)

* A *etiqueta* internacional pode ser interpretada como uma *faca de dois gumes*. Se, por um lado, oferece possibilidade de maior inscrição entre os trabalhadores politizados – sobretudo no auge do prestígio soviético, logo após a vitória e no imediato pós-2ª GM –, por outro, amedronta as camadas médias e a massa ignara prisioneira da Igreja. À burguesia não escapou as possibilidades de exploração alarmista do fenômeno. O Presidente Epitácio Pessoa, em novembro de 22, quando da transmissão do cargo a seu sucessor Artur Bernardes, já alertava acerca do espectro ameaçador dessa coligação. Comentando o levante do Forte, divisava ele o bolchevismo "como ave de presa sobre os escombros da nação". (Apud Konder/88, p. 136)

[41] Essa foi a opinião, em 28, do dissidente Joaquim Barbosa, que acusou as campanhas sindicais divisionistas do PCB de, dado o atraso da massa, ter aumentado a influência dos sindicatos *amarelos* atacados – Brandão chegou à mesma conclusão em relação aos sindicatos anarquistas. Com base nisso, Zaidán concluiu, à moda *engajada*, que

> "essa postura em relação ao movimento sindical e de massas (...), aonde não levou diretamente ao divisionismo, com o conseqüente enfraquecimento do movimento operário, muito contribuiu para manter no atraso político os trabalhadores, que continuavam (...) como objetos da sua emancipação e não (...) sujeitos (...)".

(Apud Zaidan/85, pp.110/111/113)

[42] Verdade seja dita, Lênin se apercebera do problema em seu início ao criticar as *híper-bolchevizações*, caracterizadas como *doença infantil* em 20 e atacadas durante o III CONGRESSO da IC (1921), muito embora não tenha imputado o fenômeno à alienação dos revolucionários em relação às condições nacionais, empenhado que estava no sucesso da revolução mundial. ([Johnstone, Monty /1985] p. 140)

[43] Na luta interna de 28, que opôs *sindicalistas* à *políticos*, serão usados, pela primeira vez, os métodos inconfundíveis do arsenal stalinista. Os *amotinados* lançavam em maio um abaixo-assinado onde o CC, também pela primeira vez, seria acusado de usar os estatutos para "acobertar **esbulhos** praticados pelos órgãos superiores contra os inferiores", desrespeitar resoluções, formar **camarilhas** e maquinar **politicagens**, concluindo-se que o organismo *não dispunha mais de idoneidade para gerir a organização*. A direção, imediatamente, rebateria afirmando que o grupo promovia o

> "fracionismo **ilegal**, que só pode dar em resultado a **desagregação** do Partido", tratando-se, ademais, de uma "**deserção** vergonhosa das fileiras do PCB, seção brasileira da IC (...), na hora mesma em que a reação mundial prossegue (...) na obra de combate a todo custo contra as hostes proletárias organizadas sob a **bandeira gloriosa** de Moscou (...)".

O Estatuto era defendido como lei absoluta:

> "(...) *Direito*, dentro do Partido, só existe quando se acha **capitulado** explícita ou implicitamente, aos Estatutos do Partido. Contra os Estatutos do Partido não existe, não pode existir **nenhum**

> *direito*, para membros do Partido. (...) Agindo contrariamente à *lei* do Partido, perdiam (...) todo e qualquer *direito* para dirigir-se à direção (...)".

Por que os descontentes não foram às células para debater?; perguntavam. *Porque fugiram do debate para semear a intriga*; respondiam tentando minimizar o alcance do problema:

> "sete são **intelectuais** pequenos-burgueses, quase todos aderentes de última hora do Partido. (...) Elementos **inassimilados**. Homens **politicamente falidos**. (...) Nada perde o Partido com a deserção deles. Pelo contrário. Boa Viagem, senhores!". "Dezoito **ex-anarquistas**. Não digeriram o comunismo". "Três pequenos patrões, pequenos negociantes (...). É natural que não se sentissem bem no partido da massa proletária". "São quarenta e seis membros a menos no Partido. **Não é nada**. Nem qualitativamente, nem mesmo quantitativamente. Só este ano (...) já ingressaram (...) mais de sessenta novos camaradas, todos operários. (...) O Partido cresce apesar de tudo. (...) Depois do Congresso, estará mais forte, mais homogêneo, mais apto que nunca a prosseguir (...) na tarefa de organizador e **guia** das massas laboriosas do Brasil". Os "**renegados**" arrastaram "consigo alguns operários honestos", mas "estamos certos que não poucos desses operários, sinceramente revolucionários, acabarão convencendo-se do passo errado que deram e **regressarão** às fileiras do Partido, como membros disciplinados e militantes dedicados. A CCE facilitará, em cada caso concreto, essa volta (...), na base da submissão às resoluções do III CONGRESSO" .

Trinta anos mais tarde, o próprio Pereira admitiria o baixo nível da discussão mas se declararia ainda orgulhoso da "firme posição da direção em defesa da unidade do Partido". Mais importante que a qualidade do debate era o *modus operandi** da direção na *defesa da unidade*, que demonstraria que o PCB *havia digerido o comunismo* e se encontrava em condições de aprofundar seus laços com a IC. (Brandão/91, p. 31. In Roio/81, pp. 116/117/119-123; ggmm. Apud Konder/81, p. 58)

* A resposta desnudava a natureza das transformações operadas na cultura da esquerda brasileira: 1ª) o direito à dissensão é subsumido a um formalismo estatutário e identificado com o *fracionismo ilegal que leva à desagregação do partido*; 2ª) o estatuto é entendido como uma lei *fechada* e absoluta que está acima do bem e do mal; 3ª) a escassez de debate é atribuída **exclusivamente** ao opositor e não ao formato da própria organização ou ao perfil da direção que, fazia três anos, não realizava um congresso – muito embora a abertura dos trabalhos para o III CONGRESSO, através do periódico *Auto-Crítica*, depois da crise, fosse um reconhecimento *de fato* do problema; 4ª) a dissidência é, por princípio, considerada postura de *homens politicamente falidos, extremistas inassimilados e pequenos-burgueses*; 5ª) deixar o Partido é agora um ato de deserção que *contribui objetivamente para o fortalecimento do inimigo*; 6ª) a perda dos *quadros* é menosprezada e tida como *depuradora* mesmo que o partido seja débil e carente deles; 7ª) a volta ao partido *na base da submissão às resoluções* é o único horizonte oferecido para a anulação, condicional, de todos esses anátemas.

[44] A convergência *jacobinista* entre comunistas e positivistas – influência predominante entre os militares – teve em Leônidas de Rezende um eficiente precursor. Ligado aos tenentes, Resende aderira ao comunismo se transformando no promotor mais entusiástico deste encontro ainda sob a direção dos fundadores. Em 32, publicaria um livro onde advogava a similitude entre marxismo e positivismo: "quanto ao **diagnóstico** da moléstia social, era perfeito o acordo entre Marx e Comte"; quanto à prescrição coincidiam na recomendação à "concentração do mando e da riqueza" nas mãos do Estado, sendo "ambos a favor da ditadura". Adão Pereira Nunes, então militante da juventude comunista, atestaria o grande impacto dessas idéias entre os estudantes de esquerda da época. Konder explicou esse movimento como fruto da excepcional funcionalidade que o stalinismo havia incorporado à IC:

> "o *stalinismo*, que procurava se instalar na vida política e cultural (...) dos anos 30*, podia oferecer àqueles que tinham sido educados pelo positivismo imponentes **esquemas classificatórios** e **fórmulas concisas**, límpidas, semelhantes às que celebrizaram Auguste Comte. Mudavam os textos fundamentais, indicadores das **verdades básicas**, porém, permanecia o vezo de procurar (...), condensada, a essência de tudo aquilo que se podia saber, cientificamente, a respeito da sociedade humana".

Os três estágios cognitivos do homem e da sociedade, de Comte, e os cinco modos de produção social, de Stálin, asseguravam uma fórmula linear de evolução da sociedade que acimentava, no plano das idéias, a convergência política observada. (Apud Konder/88, pp. 181-183; ggmm. Pinheiro/91, p. 78)

* Os escritos de Stálin penetrariam no Brasil a partir de 29. *Sobre os Fundamentos do Leninismo*, por exemplo, causaria grande impressão ao ser lançado. (Konder/88, p. 177)

[45] Rodrigues, refletindo sobre a composição social do PCB nos anos 30, dirá em sentido análogo:

> "na hipótese de que o PC brasileiro fosse um partido com predominância de trabalhadores fabris, pensamos que uma eventual radicalização de sua prática política não estaria excluída. Porém, neste caso, mais provavelmente, ela deveria levar à ocupação de fábricas, destruição de máquinas, greves, etc., mas não à quarteladas".

(Rodrigues/83, p. 383)

[46] Entre os discordantes estava Alberto Passos Guimarães, também representante nordestino, que considerou a decisão *blanquista* e *golpista*; tendo, por isso, sua indicação para o secretariado do Nordeste cancelada. Prevaleceria a posição defendida por *Keirós*, enviado brasileiro ao encontro dos PCs latino-americanos realizado em dezembro de 34 em Moscou:

> "nós não devemos temer que (...) sejamos chamados de golpistas (...). Os **camponeses** querem lutar com armas nas mão. Os **soldados** querem lutar por uma vida melhor. As **grandes massas** do Povo estão aderindo à luta. (...) Chega de estar na cauda do movimento! O movimento **precisa** ser organizado!".

(Guimarães/82, pp. 7/9. Apud Pinheiro/91, pp. 278/279; ggmm)

[47] A dificuldade então encontrada para a convergência política derivava, em grande parte, do sufocamento do debate livre no PCb e na IC. A tendência da adoção de políticas híbridas era não apenas a solução stalinista para o problema, como o fruto da confusão reinante no comando do movimento em função de que as demandas dos novos padrões de realidade não poderem ser satisfeitas pelas concepções arcaicas de que estavam imbuídos*. Não se podia praticar uma verdadeira política de unidade popular com base na cultura leninista que a considerava, exclusivamente, como etapa para a insurreição. O próprio Dimitrov espelhava isso ao falar da perspectiva do PCB alcançar o poder através de uma *ampla frente* calcada num "exército revolucionário popular". Não havia a menor chance para uma *via revolucionária popular* no Brasil, portanto, ou sua *frente popular* absorvia esses limites na forma de luta para conseguir forjar a unidade popular possível, ou ela assumiria a forma *jacobino-tenentista*, descrita por Palácios, como acabou prevalecendo. ([Palácios, Manoel /1989] p. 76 e passim)

* Dimitrov e as *frentes populares*, nos diz Laclau/Mouffe, inseriram o MCI nas lutas democráticas fazendo os PCs avançarem

> "politicamente sobre um terreno que não havia sido preparado anteriormente por um processo de **reformulação teórica**". "Elle exigeait donc une conception de l'hégémonie qui ne la réduise pas à une alliance de classes, dans laquelle chaque groupe entrerait avec son identité et ses intérêts specifique **dejà** constitués, mais qui la concevrait comme un processus de production de sujets populaires-démocratiques". "(...) Chêz Gramsci l'hegemonie n'est plus conçue comme simple direction politique (...), mais comme 'diretion politique, intellectuelle et morale' à travers laquelle vont être **crées** de nouveaux sujets politiques, expressions d'une volonté collective nationale-populaire (...)"(a).

(Laclau/Mouffe/85, pp. 8/9; 1° gm)

(a)"Ela exigiria uma concepção de hegemonia que não a reduzisse a uma aliança de classes, na qual cada grupo entraria com sua identidade e seus interesses específicos **já** constituídos, mas que a concebesse como um processo de produção de sujeitos populares-democráticos". "(...) Em Gramsci a hegemonia não é mais concebida como simples direção política (...), mais como 'direção política, intelectual, e moral' através da qual **criariam-se** os novos sujeitos políticos, expressões de uma vontade coletiva nacional-popular (...)".

[48] Tratava-se, em sua maioria, como nos diz Rodrigues, de nordestinos e gaúchos que competiam num quadro de promoções limitadas que gerava fortes insatisfações, possibilitando a penetração do discurso

produzido pela *intelligentsia* de esquerda no seio da oficialidade nacionalista – cujas raízes socio-políticas, como já foi assinalado, eram comuns. Todavia, esse quadro sofreu uma transformação importante depois de 32 quando, nos diz o Marechal Cordeiro de Farias, "muitos elementos que ficaram contra a revolução de 30 tomaram posição definida a favor do governo" e contra os paulistas, permitindo "a restauração da hierarquia". (Rodrigues/83, pp. 396/398. Apud Pinheiro/91, p. 284)

[49] O então líder operário comunista de São Caetano do Sul/SP, Marcos Andreotti, descreve a situação:

> "veio a revolução de 1930 e com ela veio a (...) carta italiana. Nós não tínhamos registrado a União, nada. Funcionava assim aberto. Então nós encontramos dificuldade em funcionar legalmente. E percebendo que a União **não podia dar frutos daquela maneira**, resolvemos formar o sindicato. (...) O Ministério do Trabalho tinha aberto aqui uma agência para reclamações (...) trabalhistas. Então nós começamos a **penetrar** (...) e tomamos conta da agência. Aí, então, nós começamos a funcionar como sindicato. (...) O Ministério do Trabalho, depois de dois anos e meio (...) respondeu (...) dizendo que não podia reconhecer o sindicato porque era composto de várias categorias. Então, como nós **queríamos** ter vida legal e como a maior parte dos associados eram metalúrgicos, resolvemos fundar o sindicato dos metalúrgicos, que foi reconhecido em 1933".

(Apud [Vieitez, Cândido G. /1988] p. 163; ggmm)

[50] O PCB, em maio de 35, reunindo essas influências, co-organiza um Congresso Sindical Nacional que reúne 400 sindicatos de 11 estados, fundando a Confederação Sindical Unificada do Brasil (CSUB), sucedânea da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) criada em abril de 29 e dissolvida sob pressão governista. (Segatto et alii/82, pp. 22/36/39)

[51] O que já era muito, tendo em vista a tradição histórica dos nacionalistas-revolucionários, cujo desdém pela participação dos marginalizados, como já vimos, era total. Mesmo entre os participantes da Coluna essa opinião existia, com Juarez Távora, defensor de uma modernização autoritária, comentando em tom de escárnio a pretensão de Prestes em fazer uma revolução com a "massa inerme" *das cidades, do campo e dos sertões*. (Palácios/89, p. 74)

[52] O autor inclui entre os comunistas Prestes, que, na minha abordagem, embora formalmente ligado ao PCB, é tratado como um **aliado especial** em função da característica de seu ingresso. O PCB, e os quadros que resistiam ao *jacobinismo tenentista*, mesmo estando distante da caracterização, a seguir, feita por Rodrigues, tampouco colheram sucesso de seus esforços, e penso que isso tenha acontecido não só por falta de *preparação*, mas pela indisposição do proletariado em se engajar em movimentos críticos cujos resultados não fossem imediatos.

[53] Prestes confirmou essa impressão: "por mais incrível que pareça, era mais fácil, naquela época, construir o Partido nos quartéis do que nas fábricas (...)". Segundo o Marechal Cordeiro de Farias, em 35 "o que mais impressionou a todos foi constatar que uma conspiração comunista havia feito tantos progressos dentro da organização militar". (Apud Rodrigues/83, pp. 375/376)

[54] Até dezembro de 36, apenas 1.420 pessoas haviam sido indiciadas em todo o país pelo Tribunal de Segurança Nacional, apesar do empenho do governo. Mesmo no Recife, segundo Melo, onde se logrou alguma participação popular no levante, foram feitos 1.006 prisioneiros – 3 mil em todo o estado, a maioria civis – mas poucos restaram presos, em função de seu parco comprometimento com o movimento. (Apud Pinheiro/91, p. 284. Melo/82. Rodrigues/83, pp. 374/375)

[55] Interesses que se manifestavam na forma sob a qual se deu a mais expressiva participação popular do levante, em Natal, onde mesmo tendo o poder revolucionário, em seus 4 dias de existência, baixado algumas

medidas *populares* – redução da tarifa do bonde, diminuição do preço do pão, etc. –, o que se viu foi a população mobilizando-se para **saquear** o comércio, mas não para defendê-las dos ataques do inimigo. (Pinheiro/91, p. 299)

[56] As bases políticas do Estado Novo englobavam, segundo Alencar:

> "1) a maior parte da **burguesia industrial** e da **burguesia latifundiária-agroexportadora**, beneficiadas com a alta do café e o intervencionismo estatal; 2) a **pequena burguesia urbana** beneficiada com o crescimento das cidades, das indústrias e, acima de tudo, da burocracia estatal (incluindo as FFAA); e 3) as diversas **oligarquias regionais** que se beneficiavam da intervenção estatal na proteção à produção, fortalecimento de créditos (etc.) (...)". "A **classe trabalhadora** também conseguiu, ou pelo menos uma parcela dela, ser cooptada e **neutralizada** com a criação das leis trabalhistas e o atrelamento dos sindicatos ao Estado". (Apud [Oliveira, Marcos A.G. /1988] p. 184)

[57] Prestes, em novembro de 63, ainda sustentava: "os comunistas orgulham-se da insurreição militar de 35 (...) São passados 28 anos, mas as causas básicas do atraso (...) não foram ainda removidas". Será Giocondo Dias, 18 anos depois, já substituindo Prestes na secretaria-geral, que admitiria: "diante da ameaça fascista" a ANL não soube "realizar uma flexível política de alianças, e a frente (...) acabou por estreitar-se", levando "o movimento ao golpismo". Mesmo abordando o *golpismo* como **conseqüência** de um **equívoco**, ao invés de **decorrência natural** de uma política **revolucionária** tão claramente formulada quanto o era possível a seus promotores, e motivado pela necessidade de combater a dissidência *prestista*, cuja orientação militar fora predominante em 35, Dias fora o primeiro entre os ortodoxos que haviam participado do levante que esboçou uma inclinação revisionista em face da versão oficial do partido. (In [Novos Rumos /1963] nº 248 [5]. In VU/81, nº 85 [3])

[58] Em 27, Bukhárin registrava a seguinte frase de Chamberlain: "não temos nenhum problema em comerciar com vocês, mas, por favor, tenham a amabilidade de acabar com a IC". A amabilidade foi concedida por Stálin a Franklin Delano Roosevelt 16 anos depois, que, em troca, ofereceu muito mais do que a mera promessa de normalização do intercâmbio comercial, trocando-a pela Polônia e os Países Bálticos depois da vitória de Stalingrado, em janeiro de 43. O *New York Times* já adiantava, em dezembro de 42, essa possibilidade: "as consígnas de Stálin (...) **não são consígnas marxistas** que impulsionam os proletários do mundo à união; são consígnas sobre o patriotismo, a liberdade e a pátria". O jornal também insinuava a possibilidade de um acordo com os nazistas, observando que *a Alemanha podia convencer muitos a uma cruzada de classe contra a URSS se esta persistisse numa* "IC inspirada pela ideologia **trotskista** da revolução proletária mundial". Em março de 43, tudo estava ajeitado. O vice-presidente Wallace, nos diz Claudín, "considerado (...) como um dos mais decididos partidários da cooperação com a URSS", declarava: "a guerra seria **inevitável** se a Rússia abraçasse novamente a idéia **trotskista** de fomentar a revolução mundial". O epitáfio da IC foi escrita de maneira entusiástica pela imprensa norte-americana: "o mundo respira: (...) **acabou o sonho** de Marx". "Stálin enterrou os sacerdotes da fé marxista (...)".

Ao mesmo tempo, radicalizava-se os movimentos operários francês e italiano, que tinham suas burguesias em frangalhos, e crescia os movimentos revolucionários na Iugoslávia e Grécia. Os sinais de uma revolução popular apareciam, inconvenientemente para os soviéticos, nos lugares em que eles **não tinham pretensões expansionistas imediatas**. Mesmo onde se podia operar uma ruptura de dimensões históricas com o MCI, com exceção da Iuguslávia, o que se viu foi a acomodação das correntes *nacionalizantes* dos PCs europeus em relação ao stalinismo, possivelmente em função da possibilidade, ou ilusão, de uma evolução natural do comunismo ao jogo político democrático*. (Apud Claudín/86, pp. 416/418/436/447/450/451/454/659; ggmm)

- Essa brecha aberta com o fim da IC, por mais que o KOMINFORM tentasse por ordem na casa outra vez, possibilitou a alguns PCs aprofundar suas políticas reformistas, mas não foi suficiente para que o aprofundamento dos seus laços com a democracia política se traduzisse em plena participação no jogo democrático, inclusive com o direito a governar.

[59] O crescimento do Partido em 45 foi espetacular. Às voltas com problemas internos até dezembro de 43, o PCB toma formidável impulso a partir da libertação de Prestes em abril de 45. Mesmo lançando um candidato à Presidência da República inexpressivo, Yedo Fiúza, o partido obtém 10% dos votos válidos, elegendo ainda por sua legenda 1 Senador, 14 Deputados Federais e outros 2 pela legenda do Partido Social Progressista, sendo Prestes eleito Senador com a maior votação do país. Nas eleições estaduais de 47, já sem o registro, o partido elege por outras legendas 46 Deputados Estaduais em 15 estados, além de 18 vereadores no DF, em 34, e 17 em SP. Expandiu-se também a filiação à marca dos 200 mil em 47, 60 mil dos quais em SP, além de expressiva penetração operária nas grandes empresas; como na Nitroquímica, situada em São Miguel Paulista, onde mil operários de uma fábrica de 6 mil haviam se filiado ao partido. (Segatto et alii/82, pp. 70/75/84. Vinhas/82, pp. 87/89)

[60] As oscilações na política externa do PCb contribuiriam bastante para a confusão. Em 36, o PCB acusará os EUA de pregarem o *pan-americanismo* visando facilitar politicamente sua penetração no continente. Em março de 38, mudam radicalmente de posição e passam a pregar o alinhamento com as "**potências democráticas**, especialmente os EUA, contra o fascismo", acusando os argentinos de "anti-americanos" por não concordarem com o pacto de segurança coletiva da região proposto por eles. O pacto de não-agressão entre a URSS e a Alemanha, assinado em agosto de 39, mudaria tudo outra vez. Por um instante, é bem verdade, a perplexidade tomara conta de todos, mas já em setembro justificava-se a atitude por conta de um suposto complô da França e da Inglaterra para atirar a Alemanha contra a URSS. Agora, quem era acusado de *fascistização galopante* eram as ex-*potencias democráticas* (EUA, França e Inglaterra). Em outubro, seguindo Stálin, para quem a propaganda anti-fascista passara a ser *nociva*, o Partido chegou a declarar que a guerra pela "aniquilação do hitlerismo" era "**insensata**" e "**criminosa**". O verdadeiro sentido da guerra, para as potências ocidentais, denunciavam os comunistas, não era o de salvar a democracia, mas fortalecer os interesses materiais das "grandes potências coloniais". Nesse período, segundo Basbaum, alguns intelectuais chegaram a **trabalhar remuneradamente** para a embaixada alemã – Lacerda indica dois desses intelectuais: Jorge Amado e Samuel Wainer. O Ministro soviético das Relações Exteriores estimulava essas *iniciativas*; para ele "uma Alemanha forte é condição **indispensável** para uma paz durável na Europa". Isso só duraria até Hitler invadir a URSS. (Apud Dulles/85, pp. 184-186/196-198; gm. Medvedev/86, p.77. Claudín/86, pp. 341/342/468; ggmm)

[61] Cujos termos eram definidos assim pela burguesia: *a conciliação é*

> "a única política capaz de **esterilizar** a chamada luta de classes" por ser "um instrumento de **ordem** e de **harmonia** em busca do **ideal** comum (...) de (...) duas forças em busca do **progresso** e **grandeza** do Brasil".

(Apud Cavalcante/86, p. 168; ggmm)

[62] "Quando o *slogan Constituinte com Getúlio*, nos diz John Dulles, foi adotado pelos trabalhadores em manifestações de massas, os líderes militares começaram a suspeitar de que Vargas pretendesse cancelar as eleições presidenciais, como já tinha feito uma vez, em 1937. Com as FFAA decididas a depor Vargas em 29 de outubro de 1945, Prestes e dois dos seus amigos no Exército (...), mandaram Orlando Ribeiro ao Palácio do Catete para saber se Vargas desejava seu apoio (...) para resistir. Mas Vargas preferiu deixar o cargo sem oferecer resistência". (Dulles/85, p. 272)

[63] O *culto à personalidade* feito à época pelo PCB era semelhante ao promovido em Moscou, de onde fora copiado*. O ritual montado em torno da figura de Prestes, no entanto, por motivos óbvios, era muito mais modesto do que o encenado com Stálin. Tratava-se de comemorações e atividades na data de seu aniversário, *slogans* como "um grande partido para um grande dirigente" e sua caracterização como *super-homem* capaz de conduzir o povo à unanimidade. O canto épico de Amado a seu líder, no livro *O Cavaleiro da Esperança*, é exemplar nesse sentido:

> "durante toda sua gloriosa carreira esse **genial** condutor do povo, esse (...) líder indiscutido, **obedecido** e **amado**, em nenhum momento deixou de ser o mais humano e simples dos homens.

> **Gênio** militar e **gênio** matemático, o **primeiro** de seu povo, coração de aço, condutor e guia, (...) foi sempre, em todos os momentos, o **mais** doce, o **mais** bondoso, o **mais** amigo de todos os homens".

Este homem, ao mesmo tempo poderoso e simples, nos lembra Berenice Cavalcante, *estava ao alcance dos iniciados, especialmente os* ***obedientes*** *e* ***abnegados****. A grandeza artificial pintada pressupunha a diminuição igualmente artificial do "resto", a emasculação da individualidade*, alimentando "a concepção dos militantes como **réplicas** do líder". (Cavalcante/86, pp. 180-182/184/186/187/190; gm. Apud Rodrigues/83, p. 439; ggmm)

* Rezava Laurentius Béria, em 49, poucos anos antes de *cair em desgraça*: "a **genialidade** de nosso chefe combina-se com sua simplicidade e modéstia (...), com a sua sensibilidade e solicitude **paternal** para com os homens. São-lhe inerentes (...) o desprezo e a intolerância por qualquer alarde e efeito externo". (Ibid., pp. 437-439; ggmm)

[64] A dinâmica interna da organização oferecia exemplos abundantes para esse tipo de acusação, cujo efeito era potenciado tanto pela maior exposição pública do partido após a legalidade quanto pela analogia feita com a situação da URSS: Cilo Meirelles, Cristiano Cordeiro, Glauco Pinheiro e Antônio França tinham sofrido expulsões recentes; as *autocríticas* de Pereira e Fernando Lacerda, além do convite à Octávio Brandão para uma *mea-culpa*, haviam repercutido mal; em SP, José Maria Crispim fora imposto pela CECC como 1° secretário no CM/SP; Mário Scott, eleito deputado constituinte, fora forçado à renunciar em proveito do suplente Milton Cayres, preferido pelo CC; o artigo 13 dos estatutos de 45 proibia os membros do partido de relacionarem-se, em graus variados, com *trotskistas*; a tentativa de dominar a todo custo a Associação Brasileira de Escritores (ABDE), mesmo ao custo do esvaziamento da entidade, levara-os ao isolamento no meio intelectual às vésperas da cassação. A intolerância e o autoritarismo não eram exclusividade do PCB, todavia, a flagrante contradição desse comportamento com o momento político e a nova afirmação de fé democrática do partido não podiam deixar de ser alardeada por seus adversários. Se, por um lado, a hierarquia delimitada pela **lealdade/abnegação** e a militância medida pelas **tarefas** ofereciam ao partido condições superiores de competição em relação aos demais partidos, por outro, não poderiam deixar de gerar críticas acerbas numa situação democrática e limitar, numa conjuntura não revolucionária, drasticamente a vida *associativa* dos organismos de base, que não conseguiam ter vida própria como apontara as teses da III CONFERÊNCIA NACIONAL realizada em julho de 46. (Apud Oliveira/88, p. 217. Vinhas/82, p. 91. Dulles/85, p. 274. Cavalcante/86, pp. 140-142/151/152)

[65] Os *petebistas* e *pessedistas* estiveram à frente das iniciativas visando a cassação do registro partidário comunista e, ao contrário dos *udenistas*, nos diz José Cândido, forneceram a maioria dos votos para a cassação dos mandatos eletivos conquistados em 45. De fato, os principais nomes implicados na operação de cassação eram *varguistas* ou ocuparam cargos de confiança durante o Estado Novo: Pinto era do PTB; Himalaia Virgulino, que fora promotor do Tribunal de Segurança Nacional criado em 36 por Vargas para processar os participantes do levante de 35 – depois perpetuado sob sua direção com o golpe de 37 – era co-autor do pedido de cassação do registro; o Deputado alagoano Afonso de Carvalho do PSD, interventor em sua província durante a ditadura *varguista*, propusera a cassação dos mandatos legislativos; e o Senador Ivo de Aquino (PSD) acatara o pedido. (Segatto et alii/82, pp. 81/88)

[66] Da mesma maneira desprezavam a possibilidade de um retrocesso na aliança com os EUA*. No comício de São Januário Prestes diria:

> "(...) a aliança das três grandes nações se baseava, não em motivos acidentais ou temporários, mas em **interesses vitais** e **permanentes**" *que asseguram a possibilidade do* "desenvolvimento **pacífico** para os povos do mundo inteiro". "Não nos deixemos enganar pois, pela **exploração divisionista** dos reacionários e quintacolunistas" *que alardeiam a iminente* "separação por eles sempre desejada das três grandes **nações dirigentes**"

(URSS, EUA e Inglaterra). Stálin, em novembro do mesmo ano, igualmente desdobraria-se nos desmentidos:

> "fala-se em divergências entre as potências sobre alguns problemas da segurança. (...) Não houve entre nós nenhuma diferença mais séria que a abertura da 2ª frente, e essa foi finalmente resolvida num espírito de completa unanimidade".

(In Vinhas/82, pp. 99/100; ggmm)

* Como o fariam também os comunistas franceses, mesmo *expurgados* do Governo de Ramadier em março de 47 – e ainda por cima persistindo em se definir como *partido de governo* –, e, de certa forma, os italianos em maio de 47 com a demissão dos ministros comunistas pouco depois da viagem de De Gasperi a Washington. (Claudín/86, pp. 361/386)

[67] O *varguismo* justificaria a criação do PTB nos seguintes termos:

> "o PTB jamais será um concorrente eleitoral para o PSD*. O PTB destina-se a ser um **anteparo** entre os **verdadeiros** trabalhadores e o PC (...). Os trabalhadores não se filiaram ao PSD nem na UDN* Irão com mais facilidade engrossar os quadros do comunismo. O PTB, sendo dos operários um veículo para que eles possam expressar seus anseios e suas necessidades, servirá ao mesmo tempo de **freio** contra o comunismo e de **alicate** para o PSD".

Vargas, de fato, nos diz Oliveira, controlava melhor o PTB do que o PSD, como ficou patente na trajetória de Dutra como candidato *pessedista*. (Apud Oliveira/88, p. 201; ggmm)

* Partido Social Democrático.
** União Democrática Nacional.

[68] O mesmo deve servir para explicar a atitude dos políticos *trabalhistas* à favor da cassação do PCB que, junto com os *pessedistas*, viabilizaram a subtração de seu registro*.

* Curiosamente, nos diz José Cândido, ex-assessor do CC, a UDN, arqui-inimiga do comunismo, votara contra a cassação dos mandatos e do registro do partido. (Cândido/93)

[69] Em maio de 43, Fernando de Lacerda, recém-egresso da URSS, proporá:

> "na hora histórica grave que atravessa a humanidade e nossa querida pátria, não se deve tratar de recompor quaisquer espécies de *organismos ilegais* (...)" *mas sim* "**cerrar fileiras** ao lado do povo e do Governo Vargas para ajudá-los (...) no esmagamento total das hordas eixistas e sua miserável quinta-coluna".

Nesse mesmo instante, Prestes declarava: "é preciso não esquecer que a *união nacional* é **pela sua própria essência** um movimento de pacificação da família brasileira". Existia pouca diferença entre as duas posições. Ocorria, no entanto, que Prestes entendera como tática a extinção da IC, enquanto, ingenuamente, Lacerda acreditara que aquela fora uma virada estratégica do MCI e, por isso, advogaria a transformação do PCB num partido pluri-ideológico e pluri-tendencial.

Prestes estava certo; no plano internacional poucos concluíram, como Lacerda, que era chegada a hora de dissolver os PCs; entre eles estava o comunista norte-americano Earl Browder que, em maio de 44, dissolvera o Partido Comunista dos EUA (PCEUA) criando a Associação Política Comunista, que lograria conquistar certa influência em alguns sindicatos importantes e expandir sua lista de associados a 100 mil. Stálin reagiria a isso com atraso de 1 ano, em abril de 45, patrocinando a reconstrução do PCEUA. A reação tardia, observa Claudín, demonstraria a escassa incompatibilidade entre as duas posições, ainda mais porque a real motivação para a reconstrução fora a ameaça de deterioração das relações internacionais feita por Franklin Roosevelt aos soviéticos, dias antes de morrer, e não a defesa dos *princípios revolucionários* como proclamou-se. (In Oliveira/88, pp. 189/190; 1°, gm. Cavalcante/86, p. 132. Claudín/86, pp. 411/467)

[70] Na vizinha Argentina ocorria processo semelhante: o PCA entrava em crise, por volta de 48, em função da virada política capitaneada por Codovilla cuja essência era a identificação do *peronismo* com o fascismo, levando à exclusão de Juan J. Real e outros partidários comunistas da aliança com os *peronistas* de

esquerda.(Claudín/86, p. 640)

[71] Em junho de 48, na mesma resolução que excomungava os iugoslavos, o PCUS lançava suas novas palavras-de-ordem máximas para o MCI: o "cultivo do amor" à tríade URSS/PCUS/Stálin, tido como *qualidade imprescindível para se combater os inimigos internos e construir o socialismo*. Prestes participaria ativamente dessa corrente por ocasião do 70º aniversário de Stálin, em dezembro de 49:

> "voltam-se para Moscou e para a **figura gigantesca** de Stálin, as massas de milhões dos povos do mundo inteiro. É a **maioria esmagadora** da humanidade que trabalha e produz, que **concentra seu pensamento** e dirige seus **melhores sentimentos** de gratidão e esperança ao homem que reconhecemos como nosso **irmão**, mas que admiramos como **mestre** e **guia genial**, e que amamos como a um **pai** previdente, bom e justiceiro".

Ou ainda, em janeiro de 51:

> "à frente desse movimento gigantesco (o dos povos amantes da paz), jamais conhecido no mundo, encontra-se a **poderosa** e **invencível** URSS, dirigida pelo **glorioso** Partido Bolchevique e pelo **gênio** do **mestre** e **guia** do proletariado, o **amigo** de todos os povos oprimidos, o **grande** Stálin – **campeão** da paz e do socialismo".

(Claudín/86, pp. 554/555. Apud Rodrigues/83, pp. 437-439; ggmm)

[72] Josif Tito irritara Stálin por que seu movimento desmoralizara a tese stalinista de que a *unidade com a burguesia era a mais eficaz na luta contra o fascismo*. A eficiência demonstrada pela resistência iugoslava na luta contra o invasor alemão e à burguesia a ele acomodada, a despeito de todas as pressões – inclusive do prestigiado líder comunista Dimitrov – em nome da aliança URSS/EUA/Inglaterra, sonegação de armamentos por Moscou mesmo diante das ofensivas nazistas, etc. abria uma formidável brecha no monolítico MCI. Stálin tentou impedir a todo custo o aparecimento de uma *alternativa* à sua orientação, mas foi forçado a reconhecer seu Governo depois que os EUA e a Inglaterra o fizeram convencidos de que ele não era fruto de uma artimanha stalinista para não honrar os acordos de guerra; mesmo assim, Stálin só aceitaria como positiva a Revolução Iugoslava depois de iniciada a *guerra fria*. Os conflitos, porém, conheceriam uma escalada, até o rompimento, dada a insistência de Tito em não se submeter ao *guarda-chuva* soviético em nome da soberania nacional iuguslava*. (Claudín/86, pp. 383/391/392/394/402/456-458)

* Por essa ocasião, durante o V CONGRESSO do PCI, em julho de 48, o ambíguo Tito, que posteriormente utilizaria os métodos stalinistas em seu movimento, proclamaria a *necessidade de desalienar* os comunistas iugoslavos em relação à "etiqueta do Outubro soviético". Para seguir em seu caminho *nacionalizante* Tito teve, enfim, que rever suas ligações internacionais; não poderia ter sido de outro modo (Id., pp. 535/537)

[73] Vargas tentava reverter o esvaziamento dos sindicatos oficiais, ocasionado pelas restrições do período Dutra, no momento em que os comunistas falavam em criar sindicatos livres pelo país afora. A retomada da política sindical independente pelo partido, no entanto, não chegaria a assustar; em julho de 52 a velha aliança com o *petebismo* era retomada, nos diz José Antônio Segatto, com "sensível crescimento da influência do PCB" no movimento sindical.

Renegada, posteriormente, como *uma política sectária que levara o partido ao isolamento* a orientação independente, apesar da retórica, não chegara a assumir integralmente a idéia da liberdade sindical rompendo os fortes laços firmados com a estrutura sindical corporativa nos anos 30/40. Sua vida efêmera deve-se mais à dificuldade dos sindicalistas comunistas de sobreviverem longe da estrutura do Estado do que à reivindicada tomada de consciência quanto ao *sectarismo* da linha de 48/50; que só viria a ser renegada em 58*. O tipo de mentalidade sindical predominante no partido ficara explícita, em maio de 53, pela reivindicação de intervenção governamental na Federação dos Marítimos que boicotava a greve geral paulista em curso. (Boito/82, pp. 90-93)

* Antes disso, em 52, Crispim em SP já havia se insurgido contra a linha revolucionária sendo expulso e, em seguida, criando o Movimento Popular Nacionalista, de vida efêmera. (Vinhas/82, pp. 96/128.

Rodrigues/83, p. 417. Boito/82, pp. 60/89/90/104)

[74] Vargas, nesse aspecto, teve o apoio ostensivo dos militares contra a posição da indústria que advogava uma empresa mista*.

* No auge da *união nacional* os comunistas, que agora defendiam o monopólio, haviam apresentado essa mesma posição dos empresários na Constituinte.

[75] Enquanto a direita tramava a deposição de Vargas junto aos militares, Lacerda criticava o Projeto de Tese redigido em janeiro de 54 para o IV CONGRESSO – realizado em novembro – mostrando os ***malefícios táticos*** da proposta de derrubada do governo, que poderia *confundir o partido com os golpistas reacionários*. A resposta do CC às críticas ao Projeto *abençoado por Stálin*, segundo dizia Diógenes Arruda, o número 2 do partido, foi a exclusão de Lacerda do CC e do Congresso, sob a acusação de professar e predicar "idéias contrárias às defendidas pelo proletariado revolucionário e pelo Partido". (Apud [Santos, Raimundo /1991] pp. 137/138)

[76] Narra-nos a reportagem oficiosa do evento:

> "o entusiasmo atingiu o auge quando o camarada Carlos Marighella procedeu à leitura da mensagem enviada ao IV CONGRESSO (...) pelo **sábio** CC do **glorioso** PCUS. O reconhecido **guia** e **inspirador** do MCI enviava (...) seu estímulo aos comunistas brasileiros". *Reafirmava-se a* "fidelidade **sem limites** dos comunistas brasileiros ao glorioso Partido de Lênin e Stálin, **modelo** e **exemplo** para todos os PCs do mundo".

(In Vinhas/82, pp. 159/162; ggmm)

[77] Em seu relatório ao Congresso, Prestes afirmaria a esse propósito: "em 22, era muito difícil construir um PC na América Latina. (...) A classe operária era muito nova (...) (e) tinha uma **ideologia pequeno-burguesa**"; *Ademais, éramos o único partido anti-imperialista disponível.* Pereira, numa coincidência suspeita, imitou-lhe o raciocínio:

> "era uma atividade empírica, **descontínua** (...) e **burocrática** (...) A direção do Partido... **não possuía capacitação** bastante para proceder, do ponto de vista marxista, a uma análise (...) da realidade histórica brasileira. Não possuíamos um conhecimento **sequer aproximado** da verdadeira situação do país (...)".

A descaracterização das lideranças pretéritas que não mais formavam nas fileiras da agremiação era menos sutil. *Bangu* e *André*, dois dirigentes partidários, sendo o primeiro secretário-geral, submetidos às torturas da polícia do Estado Novo e, segundo Dulles, preservando o partido, já haviam sido acusados em 45 de terem abandonado a "linha revolucionária de 1935" "passando a seguir uma linha oportunista a reboque da burguesia". Prestes, denunciava que sob *Bangu* o partido esteve "infiltrado de ideologias estranhas". Arruda chamava a todos de "aventureiros pequeno-burgueses". No IV CONGRESSO, nos diz Dulles, "Prestes pode atribuir o sucesso da polícia em" desmantelar o partido em 40 "à *linha oportunista* de *fortalecimento da burguesia*". (Apud Rodrigues/83, pp. 421/441; ggmm. Apud Dulles/85, pp. 276-278)

[78] Carletto Favalli, militante anti-stalinista, caracterizaria-a da seguinte maneira: "este informe, que aparenta idéias renovadoras para salvar o dogmatismo (e os dogmáticos)", *procura esconder o* "oportunismo de *alto nível*" *dos dirigentes comunistas*. Tratava-se, efetivamente, de uma manobra levada a cabo desde de abril de 56 visando amortecer o ímpeto renovador-*nacionalizante* dos debates e deter a perda de militantes e, sobretudo, prestígio, através da adoção de um discurso avançado porém comprometido com a manutenção do *status quo* interno. (Apud Santos/88, pp. 249-251)

[79] Até porque as semelhanças eram muito fortes. O *pacifismo*, inclusive, era proclamado tendo em vista a *conjuntura internacional* e a *necessidade de se evitar a conflagração mundial entre as duas super-*

potências militares. Mas nem tudo repetia 45. A *evolução econômico-social da nação*, por exemplo, era abertamente pregada como ***meio*** para se alcançar ***transformações radicais***. O inimigo externo (anti-imperialismo) era o **centro** da política e a aliança com o *varguismo* era acompanhada de maiores precauções.

[80] Como bem observou Eric Hobsbawm, ela desempenhou o papel em relação aos PCs que a Revolução de Outubro na Rússia desempenhara em relação à social-democracia européia do início do século. O posicionamento tímido do Partido Socialista Popular (PSP), o PC cubano alinhado a Moscou, diante da Revolução de Julho confirmava a dificuldade do comunismo latino-americano em lidar com suas realidades nacionais. Depois de ter saudado Fulgêncio Batista, quando de sua ascensão ao poder, como *líder nacionalista*, os comunistas viram em Fidel Castro a *liderança pequeno-burguesa radicalizada que iniciaria a etapa democrática da revolução*. Castro, no entanto, desfraldaria bandeiras democráticas em reação ao golpe militar de Batista em 53, contra a corrupção e a injustiça social e elevaria a luta anti-imperialista ao patamar de luta anti-capitalista em função da vinculação da burguesia nacional aos EUA, ou seja, não só estava longe de encarnar o papel estratégico prescrito pelos comunistas cubanos como era-lhe abertamente hostil*.

Isso não impediu que o PCB e o MCI traduzissem a vitória cubana como o avanço do socialismo soviético colocando ênfase em seu caráter anti-imperialista e anti-oligárquico, ao passo que seus dissidentes punham-na no seu caráter socialista. A relação do partido com o *castrismo*, porém, deterioraria-se acentuadamente com o apoio dado pelos cubanos às dissidências comunistas de 67, ao ponto de manterem relações meramente protocolares e rariarem notícias em sua imprensa sobre a ilha, restringindo-se o assunto às comemorações do 26 de julho, data da Revolução**. (Apud [Sader, Emir /1991] pp. 159-161/163/165/168/174/176)

* Os ataques de Castro se intensificaram quando da tentativa do PSP de monopolizar a nova organização partidária pós-revolucionária. (Sader/91, p. 175)

**Muitas vezes em notas diminutas, exceção ao último período da VO no exterior e às 7 páginas da Voz da Unidade (VU) em comemoração aos 23 anos da tomada do quartel de Moncada em 82. ([Voz da Unidade /1982], nº 115 [10-16])

[81] A contestação à hegemonia comunista promovida pela AP no campo não era solitária. Por volta de 54, Francisco Julião e Douglas de Moraes – que fora do partido –, retomavam a idéia da Liga abandonada pelos comunistas. Em sua primeira fase ela se organiza como movimento e não como instituição. No meio urbano a Política Operária (POLOP), formada à partir de grupos radicais oriundos do PSB, PTB e PCB, se bem que em menor medida, surgiria também como alternativa. ([Silva, Lyndolpho /1992]. Spindel/81, p. 81)

[82] O pico das greves foi em 61 culminando com a criação do Comando Geral de Greve (CGG). No começo *econômicas*, elas foram assumindo gradualmente caráter político como em julho de 62. Total nos serviços públicos e nas estatais, mas parcial nas empresas privadas, mesmo assim seu resultado foi positivo com o Congresso indicando para 1º Ministro Brochado da Rocha e o Presidente sancionando a lei do 13º salário. A segunda greve política, em setembro, ainda mais fraca no setor privado, sobretudo em SP, também obteve resultados como a antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo de 65 para 63 e a criação de um organismo federal para a reforma agrária. (Gorender/87, pp. 42-44)

[83] Os comunistas se inseriram com objetivos táticos precisos nessa campanha, como fica claro na Resolução Política da CNO-62:

> "(...) o caminho não está na simples volta ao presidencialismo (...), mas na **luta organizada das massas** (...) por um governo nacionalista e democrático", *cuja formação* "será o **primeiro passo** no caminho que nos conduziria a (...) **mudanças revolucionárias**. (...) Com a formação de um **governo revolucionário** em que a classe operária deverá ter o **papel dirigente**".

A vitória esmagadora, todavia, se explica pelo apoio dos potenciais sucessores de Goulart como Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Ademar de Barros e, principalmente, pela defesa de um executivo forte por parte da direita*. Gorender, inclusive, supõe que esse apoio fizesse parte de um acordo mais amplo: "muita coisa leva a crer que Jango se entendeu com os representantes dessas frações e prometeu usar os poderes reconquistados para conter as esquerdas e sanear as finanças (...)". Diante, todavia, da vitória, interpretada como sua consagração eleitoral, e das dificuldades encontradas para seguir pelo caminho da austeridade, Goulart desistiria de honrar o acordo. (In Vinhas/82, p. 206; ggmm. Gorender/87, p. 45)

* Para quem a crise só poderia ser resolvida por um Executivo forte, capaz de impor as medidas do Fundo Monetário Internacional (FMI). (Id., pp. 19/42)

[84] O Plano previa, entre outras coisas, o corte dos subsídios ao consumo do trigo e dos derivados de petróleo, desvalorização cambial para incremento das exportações, elevação das tarifas dos serviços públicos, contenção do crédito e da moeda e disciplina de preços e salários. Os objetivos declarados pelo Governo quando de sua adoção seriam o aumento da renda nacional com elevação do padrão de vida da população pobre, combate à inflação, melhoraria da educação, diminuição das disparidades regionais, modificações na estrutura agrária, refinanciamento da dívida externa, crescimento – pensado pela via do investimento e racionalização – e equilíbrio econômico a partir do saneamento do setor externo e do público.

Os comunistas, num primeiro momento, aplaudiram-no. A pequena coluna (*Nota Econômica*) que o economista Josué de Almeida mantinha no semanário legal *Novos Rumos* faria um discreto elogio, em janeiro de 63, ao Plano pela ruptura que ele implicaria, no campo do pensamento econômico, com a doutrina Gudin/Bulhões/Campos – sugestivamente o título de sua nota era *"Por Uma Nova Política Econômico-Financeira"*. Três números depois, em fevereiro, uma entrevista com Prestes, cujo título era *"Ministério e Plano Trienal: compromisso e conciliação com o imperialismo e o latifúndio"*, marcaria o fim da simpatia com as idéias de Furtado – a Coluna de Almeida não apareceria nesse número. Dizia o Secretário-Geral:

> "o Plano não enfrenta as **causas estruturais** da inflação. Nenhuma medida concreta se propõe contra a **espoliação imperialista** (...) O Plano é (...) uma tentativa da **burguesia** ligada aos interesses nacionais para **conciliar** o desenvolvimento econômico e a redução do ritmo inflacionário com a manutenção dos privilégios do capital imperialista e do setor latifundiário exportador".

O investimento estrangeiro era categoricamente definido como deletério e o apelo do Ministro do Trabalho, Almino Afonso, dirigido aos trabalhadores no sentido da conciliação era repudiado. (Gorender/87, p. 55. In NR/63, nºs 203 [7], 204 e 207 [3])

[85] O plano de Dantas consistia em lançar Kubitschek presidente com proposta de reforma agrária. Dias, em reação às articulações conciliatórias, publicaria um artigo em abril de 63 no jornal NR, com o título *"As Esquerdas do Professor San Tiago"*, onde mesmo repudiando a classificação "esquerda/direita" para o entendimento da luta política daquele momento questionava a autenticidade da auto-proclamada "esquerda positiva" no Governo Jango. (Siqueira/94. NR/63, nº 218 [3])

[86] Não apenas por contar com a oposição aberta de Brizola e a resistência do PSD* que não aceitava a reforma agrária, além da hostilidade de boa parte da esquerda, mas também por erodir a imagem do Presidente junto à sua base de apoio. Em agosto, usando um tom evasivo e conciliatório num discurso proferido durante um comício em memória de Vargas, Goulart já havia sido censurado em praça pública aos gritos de "definição!" na presença de 60 mil pessoas. (Gorender/87, pp. 56/58/59)

* Siqueira, ao contrário, afirma que com Kubitschek candidato em aliança com o PTB a reforma agrária seria absorvida pelo PSD. O partido é que não aceitava essa solução por julgá-la um retrocesso[(a)]. (Siqueira/94)

(a)De fato, os comunistas rechaçavam-na como espúria por considerarem que a vitória do presidencialismo estabelecera "todas as condições para (...) imprimir aos acontecimentos um rumo novo que corresponda aos anseios do nosso povo (...)". (NR/63, nº 217 [1])

[87] Os números são controversos. Givaldo Siqueira, então membro do CE/GB, estima em quase 1 milhão o número de participantes da manifestação direitista em SP, enquanto os formuladores da história oficial do partido falariam em 500 mil. O mesmo se dá em relação à Central do Brasil: Siqueira calcula em 50 mil, enquanto a história oficial se referiria ao evento como "o maior comício político da história do Brasil". (Siqueira/94. Segatto et alii/82, p. 130)

[88] Com relação aos sargentos, Marco Antônio Coelho, parlamentar do partido que ascenderia internamente depois do VI CONGRESSO até assumir funções estratégicas no CC, afirmaria, em sua importante autocrítica publicada na Revista da Civilização Brasileira de julho de 66 sob o pseudônimo de *Assis Tavares*, que a ação agitativa da esquerda expunha-os, muitas vezes, a situações complexas para as quais não estavam preparados. ([Coelho, Marco Antônio /1966] pp. 44/45)

[89] A crise de 62/63, segundo Gorender, foi de estagflação* – diminuição da atividade econômica combinada com inflação –, confluindo para ela a queda dos investimentos estrangeiros e estatais, e o crescimento, para além da capacidade de oferta, da demanda por meios de produção que acabou por forçar a depressão da procura por bens de consumo. A crise tinha o agravante de ocorrer na contramão do crescimento econômico mundial, com o Governo, segundo Coelho, "sem rumo nos últimos meses de 63 e no primeiro trimestre de 64", adotando *medidas inconseqüentes* que contrariavam outras "positivas encaminhadas pelo Profº Carvalho Pinto, em sua curta passagem pelo Ministério da Fazenda", e mostrando-se incompetente para solucionar problemas de abastecimento de alimentos – como na escassez de arroz na GB no começo de 63. (Gorender/87, pp. 41/42. Coelho/66, pp. 29-31)

* O Produto Nacional Bruto (PNB) crescia desaceleradamente: 7,7% (1961), 3,1% (1962), 2% (1963); levando em conta o crescimento demográfico verifica-se retrocesso na renda *per capita*. Contrariamente, a inflação acelerava-se: 38% (1961), 52% (1962), 74% (1963). (Coelho/66, pp. 28/29)

[90] Isso pode ser explicado pela persistência da idéia de *transição pacífica*. Deve-se frisar que mesmo a *esquerda pecebista*, antes do golpe, mantinha um grau de ambigüidade em relação à revolução tão elevado quanto o *centro* e a *direita*. Reafirmando a *via pacífica*, a Resolução Política redigida por ela na CNO-62 defenderia "o **objetivo tático principal**" como sendo "a luta por soluções **positivas** e **imediatas** para os problemas do povo e (...) pela formação de um governo nacionalista e democrático"; governo este que poderia "ser constituído nos quadros do **atual regime** (...)". As críticas ao "presidente João Goulart" e aos "círculos dirigentes do PTB", cujos "interesses" apontariam para "reformas" *limitadas* que não excluíam "concessões ao imperialismo e ao latifúndio" e *eram ditados pela intenção de desviar as forças populares* "do caminho revolucionário" – por temor à "luta das massas" e à "revolução popular" –, eram feitas tendo em vista a constituição de um "governo revolucionário" cuja conquista *seria pacífica*, porém definido como tal por seu ***programa revolucionário*** (burguês). Na verdade, se a *via pacífica*, ou seja a chegada ao governo, parecia ser um consenso, a idéia da *transição*, ou a tomada do poder restante, não o era. As facções situadas ao *centro* e à *direita* estavam bem mais abertas ao compromisso com os aliados para garantir a *transição pacífica** do que os *esquerdistas*, cuja inclinação era para a imposição da ditadura imediata do partido a fim de *garantir a conquista do socialismo*. (In Vinhas/82, pp. 198/199/201/202/206; ggmm)

* Se bem que no *centro* isso jamais era admitido.

[91] Podemos comparar o resultado político dessas mal dissimuladas ameaças verbais de 63-64 com o manifesto *prestista* de julho de 35. A diferença marcante, todavia, é que em 35 preparava-se efetivamente um levante contra um poder em crise, ao passo que em julho de 63 nada havia sido efetivamente feito nesse sentido e nem sequer se tinha certeza sobre as verdadeiras intenções do Governo aliado*, que aliás estava numa crise ainda mais profunda.

* Basta ver o que pensavam os comunistas, em outubro de 63, com relação ao estado de sítio pedido por Goulart:

> "(...) nossa interpretação (...) era a de que o estado de sítio ia terminar servindo para interromper o processo democrático, atendendo aos desejo de certos grupos de direita. (...) Quando o Amaury Kruel[(a)] era chefe da Casa Militar, ele nos chamou a Brasília para discutir um plano de golpe de Estado, de fechamento do Congresso, e fomos radicalmente contra (...)".

(Corrêa/80, p. 59)

(a)Segundo Gorender, já por ocasião do Plano Trienal, Kruel (Ministro da Guerra) e o General Albino Silva (Gabinete Militar) articulavam um golpe para neutralizar simultaneamente Lacerda e o CGT. O General Osvino Alves, então Comandante do I Exército, teria sido o responsável pela desarticulação da trama denunciando, em janeiro de 63, a armadilha programada para a Frente de Mobilização Popular (FPM) se confrontar com a polícia de Lacerda na GB, criando as condições para a perseguição aos dois extremos. (Gorender/87, pp. 55/56)

[92] Na autocrítica de Coelho os termos dessa formulação são alterados: "em certos aspectos as camadas médias sentiam mais o processo inflacionário do que os trabalhadores", principalmente os funcionários públicos e os professores universitários, setores com grande influência política. (Coelho/66, pp. 42/43)

[93] Ruim de luta aberta, mas bom de golpes, sobretudo o malabarismo retórico, Goulart jogaria com a velha ambigüidade discursiva do populismo, como nos narra Melo:

> "em outubro de 63, Jango comparece a uma exposição de gado onde profere um discurso conciliatório com a direita golpista. No mesmo dia, ele voa para SP para falar numa reunião estudantil da Faculdade de Direito, onde seu discurso seria exatamente o inverso do da exposição".

(Melo/92)

2ª Parte

O Declínio

"A partir desse Marx científico, nós iniciamos uma luta revolucionária na qual já nos propusemos a descobrir o mundo em que lutávamos e em que Marx não lutou, não para revê-lo mas para conhecer esse mundo e não nos preocupamos, tampouco, em observar se éramos ortodoxos na interpretação desse mundo; (...) de Marx, tomamos somente os traços da história". (Che Guevara)[214]

"Deve-se estudar nossa história e nossa realidade como marxistas, e o marxismo como nicaraguenses". (Ricardo Morales)[215]

214. Apud [Casanova, Pablo González /1989] p. 89.

215. Dirigente da Revolução Nicaraguense; ibid..

Hamilton Garcia/UNICAMP

CAPÍTULO 2

O Crepúsculo do Comunismo Brasileiro

Consumada a vitória militar da direita o PCB se desarticulará nas bases – "esmagadas" e *profundamente revoltadas*, segundo o ex-Deputado Estadual dissidente de SP Fernando Perrone – e na cúpula, chegando mesmo, nas primeiras semanas, *a perder suas conexões nacionais*. Uma das poucas atividades que puderam ser desenvolvidas nesses dias foi o ocultamento e remanejamento de *quadros* e personalidades mais visadas[1]. A versão oficial, no entanto, constante do Informe de Balanço ao VI CONGRESSO (1967), falaria num "recuo para evitar o massacre da classe operária e a liquidação física de sua vanguarda". Prestes chegaria a dizer em 68: "somos o único partido que escapou ao golpe militar de 1964", e em 72, num artigo publicado na VO cujo título era *"A Luta Revolucionária dos Comunistas Brasileiros"*, completaria:

> "a derrota sofrida pelas forças progressistas em 1964 conduziu a um sério retrocesso do movimento de massas. Mas, graças à **justa** e **invariável** orientação política do PCB, os (...) gorilas não conseguiram destruir o movimento operário e patriótico. **Recuamos em ordem**, salvaguardando a organização do Partido (...). Sabíamos o dano que causa ao movimento operário um recuo **sem luta**, mas diante da correlação de forças (...) teria sido um **crime** levar as massas (...) a um **sacrifício inútil**[2]".

Foi preciso quase 3 décadas para que os dirigentes comunistas admitissem, com discrição, como Lyndolpho Silva, que "o primeiro ano depois do golpe foi marcado pela perplexidade no Partido" e que este havia sido *praticamente desmontado*[3]. O trabalho de reorganização, em muitos casos, chegaria a demorar 5 meses para ser recomeçado. A imprensa do partido só voltaria a circular em agosto com a VO – que havia sido substituída por NR em fevereiro de 59 – e dirigentes ligados a movimentos de massa, inclusive do CGT, só sairiam de seus esconderijos na mesma época[216].

A primeira reunião plenária do CC depois do golpe ocorreria em maio de 65, mas inauguraria um dissídio interno que só seria resolvido durante a preparação do VI CONGRESSO. Nele, a história dessa reunião seria assim contada: em 65 definiram-se duas tendências "a da **minoria** contrária (...) à linha do V CONGRESSO, e a da **maioria**, que defende a justeza, no essencial, da orientação traçada pelo V CONGRESSO, dela partindo para elaborar a tática para a nova situação". Apesar da desmoralização da

216. In VO/72, nº 87 (2); ggmm. [Perrone, Fernando /1988] p. 60. [Informe de Balanço /1967] p. 86. In [Carone, Edgard /1982(a)] p. 80. Silva/92. Jaimovich/93. Segatto et alii/82, pp. 117/134.

liderança de Prestes, em função da descoberta de suas cadernetas pessoais pela polícia[4] – o que ajudaria bastante a corroer o prestígio da direção[217] –, e do patente fracasso da posição *centrista* do CC, a *esquerda* não reunira forças para reverter sua situação interna desvantajosa apresentando também posturas divergentes: enquanto Apolônio de Carvalho evoluiria para o dissídio sugerindo que se *entregasse o partido às bases já que a direção havia se demonstrado incompetente*, Carlos Marighella assumiria posição mais cautelosa[218]. Frustrada a expectativa de uma autocrítica mais profunda, percebido o inconformismo dos setores mais ativos da militância em relação aos termos da autocrítica de maio e conhecendo os obstáculos estatutários e práticos para a atuação da oposição ao CC a *esquerda* iniciaria o processo de cisão ao mesmo tempo tentando reverter pelas bases a maioria *centrista* do CC.

A iniciativa militar do Coronel Jefferson Cardim, cuja guerrilha fora desbaratada em abril de 65 em Foz do Iguaçu, prenunciava o caminho a ser seguido pela dissidência. Em junho de 66, os *marighellistas* já dominavam o CE/SP derrotando Odon Pereira, Jarbas de Holanda e Moacir Longo, todos da *direita*[5], e implementando uma linha revolucionária fortemente marcada pela recusa de participação no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido de oposição criado pelo governo em novembro de 65 – e condicionada pela influência de sua principal base de apoio, o Comitê Universitário (CU) do PCB, com destaque para a Faculdade de Filosofia da USP[6], o berço da dissidência[219].

A luta interna então travada foi encarniçada, tendo lances de demagogia como a participação de Prestes na *infra* da Conferência Paulista de 66 quando o CC tentava isolar, sem sucesso[220], Marighella, e oportunismo quando na reunião de setembro de 67 do CC Prestes acusara os dissidentes de ingratos por *cuspirem no prato em que comiam*, pressionando os *quadros* profissionais dependentes dos subsídios controlados pela direção para seu sustento e o de suas famílias. "A chantagem, comenta Gorender, não ia abalar nenhum dos dissidentes (...), mas transmitia um recado aos vacilantes", como no caso do operário que beirando 50 anos, clandestino e procurado pela polícia recuaria diante do expectro da indigência. Mas os instrumentos mais importantes nessa luta pelo domínio da máquina partidária foram a transferência da minoria para os CEs, a posterior modificação de sua composição – pois quase todos estavam sendo dirigidos por adeptos do fracionismo – a intervenção nos organismos onde era minoria e a não condução dos delegados dissidentes ao local do Congresso sob a alegação de que haviam se ligado a outra organização[7] – isso aconteceria principalmente com os delegados que

217. O próprio Informe de Balanço admitiria isso: "(...) a queda de documentos nas mãos da polícia muito contribuiu para reduzir o prestígio da direção, já seriamente abalado com a derrota política sofrida". Lyndolpho Silva, membro da CE/SP nessa ocasião, confirma esse diagnóstico. (Info. Bal./67, p. 87. Silva/92)

218. Info. Bal./67, p. 88; ggmm. Silva/92. Vinhas/82, p. 251.

219. Segatto et alii/82, pp. 135/136. Perrone/88, p. 59.

220. A vitória dos dissidentes foi avassaladora: dos 37 delegados de base para o VI Congresso, eleitos em SP, 33 se alinharam com ele. (Marighella/79, p. 7)

viriam a formar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) depois de 67[221]. Tratava-se do afastamento puro e simples dos discordantes com base nas normas de praxe do partido e na ampla aceitação do centralismo-democrático pelos militantes e entre os próprios dissidentes, que agiam de acordo com esse mesmo critério.

Se do ponto de vista da perda de dirigentes nacionais a cisão equivalia à de 62 – não pelas motivações, pois em 66-67 o rompimento teve uma carga de rebeldia e de crítica que 62 não conheceu por se limitar à defesa ortodoxa dos dogmas do movimento, mas pela importância dos dissidentes, militantes com passado histórico e relevância na máquina partidária[222] –, elas seriam muito diferentes no que toca à extensão das perdas sofridas nas bases. Todas as minimizações feitas em relação a isso – vide declaração de Prestes em 72, para quem as mazelas "foram relativamente pequenas" – não fizeram mais do que tentar dissimular o baque então sofrido[223]. O golpe de 64 provocara uma desmoralização-desarticulação nos organismos partidários tão expressiva quanto aquela ocasionada pela crise do stalinismo em 56-57 com o agravante, para o PCB, de que agora eles sofriam uma dura perseguição e uma migração de *quadros* em direção à novas organizações concorrentes. O ineditismo dessa combinação que conseguiu polarizar a esmagadora maioria da juventude comunista[224] e, num primeiro momento, ganhar as ruas com a classe média, iniciando também uma infiltração promissora no meio fabril, remodelaria a esquerda que orbitava o PCB[225] acarretando a mais persistente e profunda crise desse partido, que nem a derrota político-militar e o esmagamento organizativo da *esquerda* dissidente conseguiria reverter.

1- A Autocrítica (1965)

O processo de autocrítica coroado com o VI CONGRESSO fora determinante para a cisão. Em julho de 64 apareceria o primeiro documento partidário, o *Esquema de Discussão*, tentando explicar as causas da derrota. O documento, elaborado pela CECC em condições excepcionais, com a ausência de Prestes em função de sua rigorosa clandestinidade, criticava o *caminho pacífico* e frisava a necessidade de *não cair no negativismo e avançar*, proposições que beneficiavam a *esquerda* e sua concepção de *ofensiva revolucionária*:

221. Perrone/88, p. 66. Gorender/87, pp. 88/91/92. Apolônio de Carvalho (RJ) e Jacob Gorender (MG), mas também Câmara Ferreira (SP) e Miguel Batista são expulsos depois de eleitos delegados. (Vinhas/82, pp. 237/242/252)

222. Do CC, além de Marighella, saem Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, Jacob Gorender, Miguel Batista, Jover Telles e Apolônio de Carvalho – suplente. ([Vinhas, Moisés /1988] fita nº 3)

223. In VO/72, nº 87 (4). Só a ALN de Marighella e Ferreira arrastaria consigo 10 mil militantes do partido. (Vinhas/82, p. 242)

224. No Rio a juventude se esvai, dividindo-se entre a DG, PCBR e PCdoB. (Vinhas/82, p. 242)

225. Jaimovich, que retornara clandestinamente ao país em 68, remontaria o trabalho entre os profissionais liberais e artistas em SP e constataria o interesse pela luta armada entre os militantes e simpatizantes dessa área. (Jaimovich/93)

> "**absolutizamos** a possibilidade de um caminho pacífico e **não nos preparamos** para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. (...) É necessário examinar as causas da vitória da reação (...). Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no **negativismo**. (...) Com a contribuição do Partido será possível aprofundar a análise autocrítica e **avançar** (...)"[226].

A versão da *absolutização* e seu corolário de *despreparo* para enfrentar o golpe da direita, no entanto, muito embora não questionasse radicalmente a eficácia da estratégia nacional-democrática[8], não agradou aos *prestistas* e à *direita* que na primeira reunião do CC depois do golpe, em maio de 65, trataram de amesquinhá-la. Nessa reunião clandestina, que durou 15 dias, consolidaria-se uma outra percepção da derrota, menos genérica, embora igualmente prisioneira da concepção doutrinarista do *desvio*, onde a inflação e a falta de um esquema anti-golpista apareciam com destaque. Nela, Goulart caíra pela *desproporcionalidade das tarefas que colocaram em seus ombros* e pelo *abandono das bandeiras democráticas*. Ao mesmo tempo sacava-se um novo argumento para a justificação do imobilismo, o fator *surpresa*[9]:

> "fomos **colhidos de surpresa** pelo desfecho dos acontecimentos (...). Revelou-se falsa a confiança depositada no ***dispositivo militar*** de Goulart. Também falsa era a perspectiva (...) de uma **vitória fácil** e imediata. (...) Nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no Poder, tornaram-se evidentes".

Contraditoriamente à idéia de *reboquismo* diria-se a seguir:

> "(...) preocupados em lutar **contra a conciliação** começamos a nos **afastar** da linha política. Esse processo culminou nos últimos meses do governo Goulart, quando de fato **abandonamos** a (...) linha".

Se o *reboquismo* era condenável por oposto à estratégia partidária como era possível renegar ao mesmo tempo a *luta contra a conciliação* como uma deturpação da *linha justa*? O CC tentaria explicar-se dizendo que a luta contra a *conciliação* promovida pelo Plano Trienal e as negociatas internacionais era justa e que, graças a ela, evitara-se o retrocesso no seio do próprio Governo Goulart em abril e outubro de 63. No entanto,

> "nossa oposição ao governo adquiria o sentido de uma luta contra um governo **entreguista**, com o objetivo (...) de **desmascará-lo** perante as massas". "Ao invés de concentrar o fogo de nossa luta contra o imperialismo (...), nós dirigíamos nossos ataques (...) contra a política de conciliação (...). Daí a **despreocupação** em combater agentes declarados do imperialismo (...), como Lacerda e Ademar. (...) Daí a **subestimação** do perigo de golpe de direita,

226. Info. Bal./67, p. 87. Apud Gorender/87, p. 87; ggmm.

considerado mero espantalho para amedrontar as massas"[227].

Na mesma resolução, os termos da discussão eram enquadrados na estreita bitola da identificação doutrinário-*internacionalista*. Embora admitindo que "as forças patrióticas (...), em particular (...) nosso partido (...) sofreram sério revés" e saudando "a preocupação crítica e autocrítica que se manifestou (...) em busca de nossos erros e das causas (...) para o revés sofrido", o CC agiria como no passado, quando era incapaz de admitir qualquer erro, tratando de resolver as divergências no campo dos princípios ideológicos, reforçar a identificação da direção com a *revolução mundial* e isentar, *a priori*, do *exame autocrítico* sua linha política, para a qual reivindicava uma *justa aplicação*:

> "apoiados na **ciência** do proletariado, na **doutrina invencível** do marxismo-leninismo, (...) nas resoluções do MCI, contidas nas declarações de Moscou de 1957 e 1960, **saberemos dirigir** com êxito a luta histórica de nosso povo pela completa emancipação nacional, (...) pela **vitória mundial** do comunismo"[228].

O mais significativo, porém, na Resolução de Maio seria a exageração do tamanho das críticas que o partido fazia a Goulart no pré-64 com o intuito de facilitar a condenação do *esquerdismo* como a causa principal dos erros cometidos. Não é verdade que essas críticas *tivessem o sentido de desmascarar o Governo perante as massas* como se apregoaria. Na verdade, isso ocorreu na primeira fase da sua gestão, sob o parlamentarismo, mas foi revertida tão logo anunciou-se a vitória do presidencialismo em janeiro de 63. Isso não impediu que a *direita* e o *centro* usassem essa versão à exaustão na luta interna dos anos 70-80 para demonstrar os supostos *efeitos perversos* do radicalismo[10].

A idéia de *avançar* compartilhada pela totalidade do partido naquele momento não implicava em nenhuma aventura, antes expressava a convicção generalizada de que se estava à beira da realização da *revolução brasileira*, algo crível se lembrarmos que ela significava a instauração de um *governo anti-imperialista disposto a realizar as reformas de base*[11] via *entendimentos políticos*. O discurso revolucionário que ornamentava a política comunista era de cunho ideológico, não tinha mais que um sentido retórico. A base de sua ação radicava, contrariamente a ele, no conchavo com os aliados no governo: *"(...) Entendimentos Políticos – por um governo que faça as reformas de base"*; era o que anunciava a manchete interna de NR[12] às vésperas do golpe. Goulart era criticado em 63/64 não de um ponto de vista revolucionário, mas simplesmente porque buscava um caminho pelo centro tentando neutralizar a direita militar ao manter Kruel, que reprimia os sargentos, como Ministro da Guerra (maio/63, 1ªp.), ou pedindo o estado de sítio, caracterizado como uma *medida anti-popular* (outubro, ú.p.). As conclamações *"Por Um Novo Governo Capaz de Adotar Soluções Imediatas em Favor do*

227. [Resolução de Maio /1965] pp. 24/25; ggmm. Vinhas/82, pp. 236/237.

228. Res. Mai./65, pp. 15/24/26/27; ggmm.

Povo" (outubro, 1ªp.) não eram ofensivas, mas **defensivas**, ou seja, não se dirigiam contra o governo, mas contra sua *vacilação* à *direita*, almejava sua **depuração** e não sua derrubada. O objetivo perseguido, entre outros, era tático no sentido de reverter o acuamento a que estavam sendo impelidos os aliados militares nacionalistas e suas próprias bases, bem ilustrado pela indignada manchete de fevereiro de 64: *"Sargentos que Desbarataram **Operação-Mosquito** Processados por Gorilas que Queriam Matar Jango"*. A tônica do jornal comunista girava em torno desse reformismo defensivo – evidentemente não assumido enquanto tal[13]. As conclamações eram pela *"Mobilização Popular para Barrar a Conciliação e Derrotar o Golpe **Gorila**"* (abril/63, 1ªp.) e de *"Vigilância Contra o **Gorilismo**"* (ú.p.)[229].

Tampouco é correto dizer que os comunistas atacavam mais a Goulart do que ao *imperialismo*, muito menos que não denunciavam os *agentes* Lacerda e Ademar, além subestimarem a possibilidade do golpe de direita. Basta ver a edição de NR que circulou às vésperas do plebiscito com a manchete de primeira página *"Embaixada Americana Estimula Golpe Terrorista de Lacerda"*, complementada pela chamada interna *"Golpe de Gordon e Lacerda Será Esmagado pelo Povo"*; ou a que circulou em outubro denunciando, na última página, com todas as letras: "há uma **conspiração estrangeira** no País, e à sua **frente** estão Lacerda e Ademar". As insistentes manchetes de NR – *"Diante da Ameaça de Golpe CGT Poderá Deflagrar Greve Geral a Qualquer Momento"* (abril/63), *"Lutar Contra o Golpe e pelas Reformas de Base"* (julho, 1ªp.), *"Povo Esmagará Agostada"* (idem, ú.p.), *"Impunidade Estimula: gorilas aceleram preparação do golpe"* (dezembro, 1ªp.), *"Padre Gorila Tinha Metralhadora Escondida na Batina"* (fevereiro-março/64, 1ªp.) – revela-nos um partido excessivamente confiante na vitória mas, ao mesmo tempo, consciente da necessidade de organizar a resistência a uma ofensiva direitista cuja periculosidade era percebida[14]. A preparação dos estudantes, dos trabalhadores, dos operários e dos deputados, em abril de 63, para impedir o golpe de direita[230] e a inoperância dessa articulação um ano depois, quando o golpe efetivamente aconteceu, encerram ensinamentos muito mais significativos do que aqueles propiciados pelas autocríticas oficiais.

A base da resistência anti-golpista do PCB era o *dispositivo militar legalista* do governo[15], mas não se restringia a ele. A resistência popular tinha também, como seria de se esperar, seu lugar na estratégia partidária. O *dispositivo popular* tinha no CGT seu eixo principal e sua orientação contra o golpe de direita em 63 era clara:

> "determinamos aos companheiros dos Comandos Estaduais dos Trabalhadores, às confederações, às federações, aos sindicatos e aos Pactos, que mobilizem imediatamente os trabalhadores (...)". "Estamos certos de que, unidos, (...) conquistaremos a vitória (...)".

229. NR/63, nºs 216 (1), 221 (1), 242 (1/8). NR/64, nºs 260 (6), 262 (3).

230. NR/63, nºs 203 (1/3), 216 (8), 217 (3), 229 (1/8), 242 (8) [ggmm], 250 (1). NR/64, nº 261 (1).

Os sindicalistas ligados ao partido tinham noção do perigo que os espreitava. Na primeira quinzena de março de 64, quando NR denunciava em manchete de primeira página que os *"Exploradores do Povo Querem Ir ao Golpe"* – em referência aos pronunciamentos empresariais proferidos na Conferência das Classes Produtoras (CONCLAP) que conclamavam à ação ilegal contra a esquerda –, os sindicalistas não perderiam a chance de reafirmar sua confiança na vitalidade popular: "essa agitação golpista **não surpreende** (...) As organizações democráticas mantém-se vigilantes e prontas para **esmagar** qualquer tentativa (...) de levar à prática os (...) planos golpistas". Nesse instante, o CGT decretaria o "estado de alerta" e convocaria uma reunião nacional com as estaduais para discutir a mobilização. A exagerada autoconfiança de alguns líderes, como Roberto Morena – para quem o *entreguismo* havia *perdido a hegemonia na diplomacia e no Alto Comando das FFAA* depois do plebiscito[231] –, não explica a ineficácia e inoperância do *dispositivo* em março-abril de 64.

O fracasso do *dispositivo militar* também não pode ser explicado pelo excesso de confiança dos militares legalistas[232], de resto comum ao Secretário-Geral que, em janeiro de 64, numa entrevista à TV Paulista declarava-se "convencido de que qualquer tentativa de golpe (...) será a **guerra civil** (...) (e) a vitória do povo (...)"[233]. O problema de ambos *dispositivos* montados pelo partido estava na sua subsunção ao esquema governista, sobretudo no setor militar. Os *aliados*, cujas raízes históricas já foram discutidas no primeiro capítulo, não haviam revertido sua inaptidão para o combate popular. Isso, agravado pelas disputas políticas no interior do governo, as deficiências na seleção dos quadros militares aliados e a carência de um programa econômico consistente tornavam inverossímil a crença na possibilidade de resistência do Governo. Esses elementos, expostos com franqueza, tornariam insustentável a continuidade da direção *prestista*. Não é gratuito que eles tenham sido tratados genericamente, e com superficialidade, pelas autocríticas oficiais e oficiosas[16].

No que se refere às disputas podemos citar o exemplo de Brizola, cuja resistência em 61 fora fundamental para garantir a derrota do golpe contra a posse do Vice-Presidente. Virtualmente rompido com Goulart em 64, em função do problema sucessório, Brizola não tentaria a resistência mesmo diante da ausência do Governador da capital gaúcha. Brizola compartilhou daquilo que José Cândido chamou de "consciência *Maginot*"[234], ou seja, a crença na impossibilidade do retrocesso que banisse da vida política os *setores progressistas*. Afastada a hipótese de deposição de Goulart, coisa que os comunistas não fizeram, daí os apelos recorrentes pela unidade, os *brizolistas*, depois do fracasso da tentativa de atrair Goulart, passaram a trabalhar com a idéia de transformar o golpe *Jango*-comunista numa revolução[17]. A vitória acachapante da direita, expondo toda a fragilidade dos *setores progressistas*, fez ruir essas conjecturas.

231. In NR/63, nº 217 (3). In NR/64, nº 263 (3); ggmm. Parucker/89, p. 17.

232. Ver nota [9].

233. In NR/64, nº 257 (se-4); gm.

234. Gorender/87, p. 87. Cândido/93.

A eficiência dos chefes militares governistas em 64 era bastante inferior ao padrão ostentado por Lott em 56. O desleixo[235] na articulação militar legalista destoava das esperanças que eram nela depositadas. O emperramento de alguns ministérios militares por problemas pessoais de seus ocupantes[18] provam isso e podem ser co-responsabilizados pelo descontrole dos movimentos dos subalternos das FFAA e pelo ceticismo de parcela da baixa oficialidade responsável pela operacionalidade do *dispositivo* às vésperas do golpe. Problema tão sério quanto esses foi, nos diz Siqueira, a entrega dos Estados Maiores, que detém o poder de definir os comandos, a figuras conservadoras das FFAA – Lott reservava aos que queria cooptar apenas Comandos Regionais[236].

Em função desses problemas os militares comunistas e nacionalistas foram apontados como os maiores responsáveis pela vitória da direita. O relato do ex-dirigente do CGT, Hércules Corrêa, reforça essa opinião. Segundo ele, o CGT decidiu pegar em armas para a resistência logo após a deflagração do golpe. Estimou-se, então, em 15 mil o número de trabalhadores dispostos à luta[19]. Ao partirem, porém, para contatar os militares legalistas os sindicalistas esbarraram na falta de disposição para a luta:

> "(...) por volta de 6 h da tarde, no Palácio das Laranjeiras (...) eu dizia (aos oficiais da Casa Militar) que era preciso pegar em armas porque a **forma de luta tinha mudado**. E eles diziam que não[237]". "(...) O Brigadeiro Francisco Teixeira, que era comandante da 3ª Zona Aérea, (...) disse que não fazia porque não tinha autorização do Governo". "O Almirante Cândido Aragão[238], por exemplo, tirou os fuzileiros às 2 h da manhã e saiu com eles em direção ao Palácio da Guanabara. Um oficial da Casa Militar do Jango mandou que eles voltassem. E ele obedeceu".

Na Marinha, cujo Ministério estava sob a direção do Almirante Paulo Mário, avaliava-se em 5 mil o número de fuzileiros dispostos a brigar, mas nada aconteceu.

> "(...) Qual era nossa opinião no Executivo do CGT? Se houvesse uma tomada de posição na GB, se a Aeronáutica, por exemplo, pusesse abaixo o Palácio da Liberdade e o Palácio da Guanabara, o quadro político mudava. (...) Depois do meio-dia do dia 1°, ou depois das 2 h da tarde, aí já era outra coisa[239]. (...) Mas até as 6h da manhã do dia 1°, se fosse feito isso, não tenho dúvida de que essa correlação teria mudado em outro sentido". "A coisa não funcionou porque a mentalidade ou a visão que se tinha era de que realmente aquele processo seria

235. Ver nota [15].

236. Siqueira/94.

237. Siqueira relata que o voluntariado do CGT obteve os armamentos que chegaram em 3 kombis repletas de fuzis mas não encontrou mais ninguém, tiveram que jogar tudo dentro de um poço. (Siqueira/94)

238. Figura polêmica no meio militar por suspeita de corrupção. (Fonte Militar/93)

239. Vários depoimentos são convergentes quanto a esse ponto. O golpe teria sido decidido à favor da direita quando o 3° Exército aderiu, por volta das 14-15 h do dia 1°. (Cândido/93)

tranqüilo"[240].

Procurando realçar a falta de vontade dos militares legalistas para a luta, Corrêa acaba por mostrar que o maior problema estava na alta cúpula do movimento. Seu relato de recuos e temores dos oficiais mais graduados nos remete para a natureza do próprio *dispositivo militar* do partido: tratava-se de um apêndice do *dispositivo legalista* que, por sua vez, se confundia com os altos escalões militares do Governo que dispunham da mesma disposição para a luta que Goulart. Quanto mais longe da alta cúpula militar maior era a disposição de luta dos oficiais legalistas. No entanto, a idéia do que seria *legalismo* estava ligada à de **hierarquia** tanto quanto à de defesa da Constituição, com o agravante de que essa noção despolitizada de *legalidade* se tornava inoperante perante a falta de comando do Presidente da República e da indisciplina dos militares de patente inferior. Por isso ela foi incapaz de preencher o espaço vazio aberto pelo continuísmo de Goulart; como nos diz Coelho, "a acusação de continuísmo e de tentativa de subverter a ordem legal fez desmoronar o dispositivo militar (...) já enfraquecido pela *rebelião dos sargentos*". Falhando o Presidente em sua tática e em sua autoridade, todo o *dispositivo* ficava comprometido. O isolamento e a fraqueza do Presidente, ao qual os comunistas estavam *de fato* atrelados, explicam não só o recuo de Teixeira, Mário e Aragão, como dos oficiais inferiores. Mesmo nos grupamentos mais combativos, como o 1° GCAN/90AA [20], o problema se manifestava através do *jogo de empurra* entre oficiais legalistas e comunistas[21][241]. Sem comando, seja de Goulart ou do PCB, a resistência ficou entregue ao acaso, mercê do voluntarismo heróico de algum militar legalista que não agiu.

Enquanto os legalistas se atrapalhavam com a *hierarquia* a direita usava-a, com a adesão de comandantes importantes, à seu favor. O Brigadeiro Moreira Lima que comandava a Base Aérea de St. Cruz, cujos aviões chegaram a decolar, e o Brigadeiro Teixeira que chefiava o 1° Comando Aéreo do RJ, situado no aeroporto Santos Dumont, tiveram problemas com seus pilotos que aderiram ao golpe alegando que na ausência do Ministro da Guerra, que estava hospitalizado, deviam obediência o Chefe do Estado-Maior, que era Castelo Branco. O clima entre os militares legalistas diante da deflagração do golpe na madrugada de 31 em MG, pelos Generais Olympio Mourão e Carlos Guedes, era o de dialogar. Era isso o que queria o General Pimentel, foi isso o que Cunha Mello, que era do partido e comandava a resistência a Mourão, fez quando chegou em Três Rios frente-a-frente ao inimigo. Rejeitando o pedido de Moreira Lima para demarcar o campo de batalha em terra para que seus aviões pudessem bombardear os rebeldes, Cunha Mello optou por aceitar o diálogo proposto por Muricy destacando para tanto seus oficiais da artilharia, postada à sua retaguarda. Ao retornarem da missão, todavia, eles anunciariam sua adesão ao golpe e Cunha Mello não reagiria, fazendo suas tropas retornarem ao RJ[242].

240. [Corrêa, Hércules /1980] pp.44-46.

241. Siqueira/94. Coelho/66, p. 48. Fonte Militar/93.

242. Siqueira/94. Fonte Militar/93. Gorender/87, p. 65. [Corrêa, Hércules /1985] fita cassete n° 3.

A desvantagem ideológica experimentada pelos comunistas no interior dos quartéis, como na própria sociedade, é um elemento que deve ser levado em conta para explicação desse tipo de atitude pouco combativa. O sintoma mais evidente desse acuamento apareceu com a reprodução por NR, em maio de 63, da nota dos ministros militares, assinada pelo General Jair Dantas, o Almirante Silvio Motta e o Brigadeiro-do-Ar Anísio Botelho, onde atacava-se Lacerda como *conspirador entreguista educado na* "técnica conspiratória aprendida (...) quando líder da Juventude Comunista". Para os ministros militares de Goulart a nação estaria imprensada entre os revolucionários radicais e os *entreguistas*. O tom nacionalista da nota – festejado sob a manchete *"Golpe É para Entregar o País"* – não conseguia ofuscar o ponto em comum entre os denunciantes e o atacado: o visceral anti-comunismo[243]. Isso não preocupava a cúpula comunista, nem tampouco se constituía em novidade. O Marechal Lott havia sido apoiado nas eleições de 60 pelo partido com discurso similar, e Prestes, ao se referir a isto em 68, reafirmaria como justa a aliança mesmo qualificando de "anti-comunismo primário" o posicionamento do candidato[244].

O nacionalismo, como bem demonstrou o golpe e as políticas posteriores adotadas pelo regime militar, não teria eficácia como antígeno ao anti-comunismo predominante na corporação e tampouco seria capaz de inibir a ação publicamente golpista de Lacerda que, em setembro de 63, voltaria à sua pregação através do *Los Angeles Times*, pedindo a intervenção militar para *tutelar ou derrubar Jango*. Atacado como *entreguista* através de uma nota anti-comunista, Lacerda respondia afirmando que seu patriotismo estava inscrito na determinação de proteger o país do perigo que os próprios ministros militares reconheciam em sua nota existir[245].

O perigo era real e não pode ser minimizado como o faz a historiografia *engajada* e o CC, que tomam a pequena dimensão do PCB como prova de manipulação do anti-comunismo pela direita. Carone, por exemplo, considerava o comunismo como um espantalho: "mesmo que a sua atividade seja relativamente ponderável, a influência comunista é engrandecida (...) e (...) supervalorizada (...)". Mas, à luz da experiência revolucionária mundial é sabido que a força de uma organização não pode ser medida apenas em função de sua extensão ou influência. Os bolcheviques não eram nem maiores nem mais influentes que os mencheviques, mas eram mais eficientes e determinados e souberam tirar proveito de uma crise aguda e explorar a crise de um governo fraco para fazerem sua revolução. Em Cuba não foi necessário um PC forte e influente para que a revolução fosse vitoriosa e evoluísse para o *socialismo* pelas mãos dos que o PC local qualificava, com desdém, de *revolucionários pequeno-burgueses*. O Brasil tinha Brizola e um Presidente por quem os comunistas não escondiam o sonho de ver desempenhar papel revolucionário análogo ao de Fidel Castro. Prestes,

243. A reação de Prestes foi a de negar, em plena TV Paulista, que Lacerda houvera sido comunista: ele apenas *passara pela legenda*, disse ele cândidamente. (NR/64, nº 257; se-8)

244. In NR/63, nº 241 (3). In Carone/82(a), p. 82.

245. Gorender/87, p. 58.

na histórica entrevista à TV Paulista, revelaria esse desejo. Dias também o faria ao pregar que as novas condições internacionais haviam aproximado a revolução democrática da socialista, como demonstrara Cuba[22]. Do ponto de vista histórico a influência comunista era significativa no meio popular, nos sindicatos[23], entre os intelectuais e os estudantes. As edições partidárias tinham regularidade e boa circulação para os padrões nacionais; NR, por exemplo, chegou a atingir a marca de 60 mil exemplares, adquiridos basicamente pelos militantes. O tamanho do *monstro* e sua intimidade com o poder[24] justificavam o alarde da direita[246].

O expectro do comunismo foi manipulado pela direita em 64 da mesma maneira que em 47, associado-o ao término das liberdades públicas. O temor, mais uma vez, não era completamente gratuito, porém, ao contrário de 45, o projeto ditatorial era partilhado também por parcela significativa dos militares que, diga-se de passagem, mobilizaram-se para depor um Presidente cujo mandato Constitucional transcorria normalmente. Prestes, contrariamente, desempenhou papel análogo ao de 47 oferecendo bons argumentos, nos piores momentos, para a campanha dos seus detratores; na TV PAULISTA, questionado por um telespectador sobre a possibilidade de Lacerda falar na TV soviética à semelhança do que Prestes fazia naquele instante na TV brasileira, o Secretario-Geral não titubeou em afirmar: "**não** (...). Na URSS há liberdade para o povo, mas não (...) para os agentes da reação (...). Estes **estão na cadeia**". De quebra Prestes ainda especulou acerca da possibilidade do fechamento do Congresso no Governo Goulart:

> "poderíamos concordar com a dissolução do Congresso se houvesse um governo que desse as necessárias garantias democráticas (...) Esse Congresso (...) não reflete a opinião pública"[247].

Prestes não falava no vazio, mas com base na tradição – a mesma[248] que o havia encorajado a declarar-se contrário à luta em caso de guerra entre Brasil e URSS – e, o que era mais importante naquele momento, numa tomada de posição conjunta dos comunistas com Goulart no sentido de desobstruir o caminho para as *reformas de base*. O PCB, que se mantivera à margem das outras articulações golpistas do Governo, em fevereiro de 64 se juntaria a ele com a dupla perspectiva de realizar as *reformas* e legalizar o partido. A inclinação da burguesia pelo golpe, a partir do segundo semestre de 63, e, concomitantemente, as articulações de Goulart visando a reeleição[25] fizeram os comunistas cogitarem dessa alternativa que, internamente, tinha ainda a vantagem de possibilitar aos *prestistas* contrabalançar a influência da *esquerda*, que era crescente, e sua proposta de *ultrapassagem* de Goulart[249]. A mudança de atitude do partido também se explica pelo momento político em radicalização e o temor de que Goulart tentasse seu golpe continuísta sem eles. A carta de Humberto

246. Carone/82(a), p. 2. In NR/64, nºs 255 (3), 257 (se, 4). Parucker/89, p. 18.

247. In NR/64, nº 257 (se, 3/7); ggmm.

248. O desprezo pela democracia formal se nutria também, como já vimos, das convicções históricas do nacionalismo revolucionário do qual era a vertente mais radicalizada.

249. A *direita* achava ambas as perspectivas absurdas. (Siqueira/94)

Alencar, de fevereiro de 64, a Miguel Arraes relatava isso: *para os comunistas* "JG continua com o plano do golpe e que isso deve, de agora em diante, entrar nas nossas análises, pois o processo político se está desenvolvendo com incrível rapidez". O pronunciamento de Prestes na ABI, em 17 de março, era esclarecedor a esse respeito:

> "o povo veio à rua (...) para perguntar ao Presidente da República se está disposto a **colocar-se à frente** do processo democrático e **revolucionário** que **avança**. (...) Naquele dia (do comício da Central), o Presidente (...), com os atos que assinou e com as palavras que enunciou, disse ao povo brasileiro que quer assumir a liderança do processo (...)"[250].

O cronograma do golpe de esquerda, elaborado na CECC por Prestes, com o apoio de Dias[26], previa manifestações populares que culminariam com a promulgação de uma nova Constituição, por cima do Congresso, por ocasião do 1° de Maio, quando um comício em SP seria utilizado para o anúncio. O perfil golpista da articulação seria dissimulado pela ênfase nas *reformas de base* e por um plebiscito convocado para aprová-lo: *"Jango ao Congresso: reforma da Constituição"*; dizia manchete de capa de NR de 20 de março de 64, cuja matéria reproduzia e apoiava a proposta de Goulart pela convocação do plebiscito. No número seguinte o apoio seria ainda mais explícito com o plebiscito aparecendo também como remédio no caso do agravamento da situação política. A crença na vitória era a mesma de sempre[27]: "as forças que foram à praça pública (...) são **invencíveis**, desde que se mantenham unidas e atuantes (...)"[251].

O CC jamais admitiu oficialmente essa trama, mas em 65 fez alusões genéricas ao assunto –

> "subestimamos a importância que tinha para o povo brasileiro a realização das eleições (...), ao mesmo tempo que **estimulávamos o golpismo continuísta de Goulart**. Ao invés de alertar as massas e convocá-las à luta contra a ameaça de um golpe de direita (...), transferíamos o centro de ataque para o Parlamento (...) ameaçando o Congresso" –

confundindo deliberadamente seu *golpismo* com o *blanquismo* da *esquerda* e tentando despejar sobre suas comissões de educação (Alves, Gorender e Apolônio de Carvalho) e sindical – chefiada por Jover Telles –, cujos membros, nos diz Gorender, não tinham "participação na alta política partidária", a responsabilidade por uma política sustentada pelo núcleo dirigente:

> "na raiz de nossos erros está uma falsa concepção, de fundo (...) golpista, da revolução brasileira, a qual se tem manifestado (...) **independentemente da linha política** (...). É uma concepção que admite a revolução (...) como resultado da ação das cúpulas (...)"[252].

250. Gorender/87, pp. 52/60/62; ggmm. Coelho/66, p. 48. Siqueira/94.

251. Siqueira/94. In NR/64, n°s 264 (1/7) e extra (3); gm.

252. Res. Mai./65, p. 26; gm.

Morena e Goulart na instalação da *Frente Operária Nacionalista*, em 06/07/60

In Segatto et alii/82, p. 119.

A imputação dos erros da política *prestista* aos seus adversários à *esquerda* no CC permite à cúpula *pecebista* atrelada ao populismo, a um só tempo, expiar suas culpas em relação à derrota, como ainda defenestrar os quadros revolucionários de suas fileiras que, romanticamente, preconizavam a *ofensiva popular* num cenário onde as massas eram caudatárias das lideranças burguesas. Além do *maquiavelismo* costumeiro do MCI, esse procedimento embutia uma deficiência cognitiva reincidente: a incapacidade de entender o movimento real da burguesia e sua ojeriza ao elemento popular da democracia. Fruto desses movimentos o documento de 65 conclui que o êxito da direita esteve associado à sua capacidade de atrair os setores "que não concordavam com as crescentes ameaças ao regime constitucional vigente"[253] e que isto se devia não à fundição pelo *prestismo* do continuísmo de Goulart com as *reformas de base*, mas ao *esquerdismo latente e resistente à linha justa.*

A versão comunista, apesar de sua fragilidade lógico-factual, mostrou-se bastante convincente para círculos importantes que orbitavam o partido, embora não tanto para suas bases, e persistente através do tempo. Persistência abolida com o fim do *guarda-chuva* ideológico do movimento que expôs essa e outras versões partidárias às intempéries do debate acadêmico e político. A ineludível capitulação do partido diante do golpe, e seu corolário de desmobilização popular, tratará, de *per si*, de recolocar a questão até que uma resposta satisfatória seja oferecida.

As evidências são de um partido despreparado para as tarefas que se propunha. A começar por uma divisão partidária singular que se fortaleceu fora da estrutura acrescentando aspectos politicamente complexos à tradicional formação de correntes no interior do CC. A cúpula sindical comunista, pelo próprio tipo de inserção política que obteve, agia à *direita* do núcleo dirigente[28] facilitada ainda pelo fato de seus principais representantes não estarem presentes na CECC, órgão que efetivamente dirigia o partido, seja por conveniência política ou luta interna. Levando em conta a postura dos dirigentes sindicais comunistas em março de 64, dissuadindo os marinheiros de se rebelarem[254], e a desconfiança de Prestes em relação à proximidade deles com Goulart, podemos dizer – se bem que para à CECC também não interessava iniciativas como a primeira[29] – que a distância dos sindicalistas em relação ao projeto golpista do núcleo dirigente partidário era bem maior do que o hiato de sua representação na CECC ou as aparências políticas poderiam sugerir.

A primeira providência do CC na manhã de 31 de março, marcar um encontro de Prestes com Goulart, e do CGT à tarde, convocar uma greve geral para o dia seguinte, demonstra que os sindicalistas, embora atabalhoadamente, buscavam o caminho da resistência popular enquanto Prestes, à noite, num telefonema à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) tentava desconvocá-la com base no argumento de ***evitar provocações e não atrapalhar a reação militar***

253. Gorender/87, pp. 89. Res. Mai./65, pp. 26/27; gm. In NR/64, nº 257 (se, 5).

254. Santana/92, p. 252.

legalista *que poderia sufocar os inimigos sem alarde*[30]. Nesse mesmo dia, quem acorreu às sedes semi-legais do partido ouviu, segundo palavras de Gorender, a "orientação de se manterem em calma. Deviam aguardar o pronunciamento do general Amaury Kruel (...) que ia **acabar com o golpe**. À noite, o general anunciou sua adesão ao movimento (...)". Prestes temia que a mobilização popular soasse como a precipitação do partido rumo ao poder, rompendo a unidade da frente e embaraçando os plano conjunto com Goulart. A deflagração da greve, porém, teve efeito mais negativo do que benéfico, não só por não ter obtido a adesão maciça da qual necessitava, como por ter prejudicado, em função da paralisação dos transportes, a manifestação pró-legalidade do dia 1° no Rio, que reuniu somente 4 mil pessoas. A imagem daquele pequeno número de desorganizados manifestantes recebendo a tropa mandada para dispersá-los com aplausos pensando tratar-se de legalistas – em resposta tiros foram disparados para afugentá-los – atesta com perfeição a desordem reinante nas *forças progressistas*. A conclamação de NR, nesse mesmo dia, para que o povo assumisse a resistência cairia no vazio; no final do dia, nos diz Siqueira, "o grosso do partido (...) estava arrumando um jeito de se mandar"[255].

Esta "formidável vitória a baixíssimo custo", para usar uma expressão de Gorender, não pode ser explicada somente pelo fracasso dos comunistas e dos populistas. Para que ela seja completa devemos fazer referência também à passividade do povo e, em particular da classe operária – recorrentemente evocada pela esquerda como "a camada mais esclarecida e organizada das massas", para usar palavras de Pereira. O operariado, nos conta *Frei Chico*, militante operário de SP, embora revoltado com o golpe não reagiu: " (...) eles (...) **acreditavam** em Goulart". Essa parece ser a chave da explicação do imobilismo do povo e também do operariado fabril em 31 de março de 64. Todas as outras explicações, como a falta de "tempo para reação", ou a falta de conscientização para "a necessidade da greve política", sustentada por Andreotti[31], se assemelham mais com álibis para salvar as aparências. Mesmo considerando o caráter fulminante do desenlace golpista da direita – a 4 de abril Goulart já asilava-se no Uruguai – e a inércia do *dispositivo militar*, fatores que inibiram a articulação de uma reação popular organizada, não se pode deixar de salientar que as *massas populares* não deram demonstrações espontâneas importantes de seu descontentamento da maneira que lhe era peculiar, com quebras-quebras, tal como haviam feito em 54. A passividade testemunhada em 64, face a 54, pode ser explicada por três fatores: o formato da intervenção militar, com tropas na rua, o desenlace da crise, fuga do Presidente ao invés de seu suicídio, e pelo agravamento da crise econômica, que diminuiu o impacto da majoração em 100% do salário mínimo 5 semanas antes do golpe[256].

No campo o vácuo político deixado pelo povo foi ainda maior, como relata Silva, dirigente da CONTAG: *as bases se alhearam da resistência ao golpe;*

255. Gorender/87, pp. 65/66/85; gm. Siqueira/94.

256. Gorender/87, p. 67. [Telles. Jover /1981] p. XII. *Frei Chico*/92; gm. Apud Vieitez/88, p. 173. Segatto et alii/82, p. 132. Santana/92, p. 255.

> "só entenderam o que estava se passando quando a repressão se abateu sobre elas.(...) Os latifundiários, no entanto, muito antes do golpe, já haviam se preparado para desencadear uma repressão violenta contra os trabalhadores assim que as condições permitissem. Se armaram com alguma antecedência para isso, e em algumas regiões praticavam uma repressão brutal ao movimento com a conivência das autoridades regionais"[257].

O despreparo do movimento popular rural para lidar com essa situação de pré-guerra civil deriva não só da tradicional passividade política do campo brasileiro como das políticas do Governo para controlar o crescimento da organização dos trabalhadores rurais. Tal política, implementada a partir de 62, como nos mostra Regina Novaes, se basearia na sindicalização maciça do campo para frear o crescimento dos movimentos radicais inclinados à luta no terreno das armas. Organizada a mais tempo no interior do país, a Igreja Católica açambarcaria grande parte das cartas sindicais a ponto de, em 64, serem "*cristãos* os sindicatos em sua maioria". O padrão de gerência sindical urbano, com seus entraves à politização do movimento[258], repetiria-se agravado pela fragilidade da esquerda e ausência de alternativas ao *coronelismo*. A tentativa de imprimir ao movimento rural uma animação política similar ao do meio urbano era em tudo inadequada: as instituições não cumpriam os papéis formalmente delimitados para elas e a conjuntura apontava para o confronto armado – que só não aconteceu por absoluta desnecessidade.

O legado do esforço auto-crítico de maio de 65 deve ser lembrado menos por sua capacidade de explicação dos eventos acima discutidos e mais pelo tipo de política que ajudou a consolidar; política essa marcada pela crítica do "desvio de *esquerda*" (*golpismo*), em detrimento do diagnóstico de *reboquismo* preferido pela *esquerda* e expresso no *Esquema de Discussão*. O CC utilizaria a crítica ao *reboquismo* como uma concessão ao esforço de pacificação interna. Às vésperas do VI CONGRESSO, numa resolução cujo título era *"Pela Unidade do Partido"*, os dirigentes acusariam a ocorrência de erros de *direita* no pré-64, tanto na política (*reboquismo*) quanto na organização (*liberalismo*) do partido. O cerne de tal política repousava na idéia de unidade – "(...) só a ação unitária das forças antiditatoriais e do movimento de massas podem derrotar o regime" –, na de *isolamento político da direita* em função do suposto *caráter entreguista* de seu projeto – "constituiu-se uma ditadura militar, reacionária e entreguista, sendo o governo **de fato** exercido por um grupo de generais a **serviço da Embaixada** dos EEUU", *que praticam concessões econômicas que atingem* "os interesses da burguesia nacional, cada dia mais ameaçada pela concorrência imperialista", *e atrelam nossa política externa aos desígnios estrangeiros* –, no vislumbre do agravamento da crise econômica – *a situação é desalentadora tornando* "mais agudas as contradições" *e acentuando* "a premência das reformas de estrutura"[32] – e na projeção de um aumento progressivo da resistência que englobaria inclusive os

257. Silva/92.

258. [Novaes, Regina Reyes (1989)] p. 48.

setores sociais e políticos que apoiaram o golpe[259].

A partir de então define-se o "combate à ditadura (...) através de entendimentos com partidos (...) e, **principalmente**, através de nossa ação entre as massas". As eleições são definidas como centrais, "um **meio** para aglutinar forças contra a ditadura, **desmascará-la** diante das massas, conquistar postos que sirvam para **combatê-la** (...)". O voto em branco era admitido "como meio de protesto" somente *nos casos em que for inviável a luta eleitoral*. Utilizar "todas as possibilidades legais", alertava-se, *não significa reduzir-se* "à *legalidade* concedida pela ditadura. As massas devem ser estimuladas a **não aceitar as restrições** da ditadura (...)"[260]. A política de unidade democrática tem, nesse momento, um aspecto radical, não apenas em função da proximidade com a derrota mas, sobretudo, pelas pressões vindas das bases. Sua essência, no entanto, era flagrantemente conservadora, dando continuidade à política de 58 – "os comunistas devem (...) ser o elemento **unificador por excelência** (...)"[33] –, da qual só se afastava para secundarizar o programa econômico, lembrados como um "outro elemento mobilizador de massas" depois das propostas democráticas[261]. Do ponto de vista estratégico nenhuma novidade, a não ser o afastamento imperioso do Estado. Do tático, igualmente nada de novo: a ação continuava atada à perspectiva de *unidade com os democratas*, agora com o aditivo embaraçante de que a derrota do regime militar recém-implantado, objetivo estratégico número um do momento, não estava nos planos imediatos dos aliados estratégicos. Ou seja, os *democratas* e a *burguesia nacional* mais do que nunca se separavam, ou se excluíam.

O declínio do *prestismo* e a nova hegemonia que se desenhava no interior da direção, **incapaz** de renovar a política partidária e seus costumes internos, apenas introduziu na rígida mentalidade reinante elementos de relativização, inéditos é verdade, mas incapazes de, por si só, operarem mudanças corretivas na práxis partidária:

> "a passividade frente à ditadura é o grande perigo que ameaça as forças populares e o nosso Partido". "Se devemos combater o aventurismo, (...) precisamos também compreender que a inércia política não é menos prejudicial à causa da revolução"[262].

A coragem de relativizar, não evoluindo nos anos seguintes para a coragem de transformar, produziria apenas o efeito paralisador da dúvida, alimentando a passividade geral ao invés de superá-la. Como benefício pode-se apontar a atração de parcela das novas gerações de classe média identificadas com a modernidade nos anos 70, mas logo desperdiçadas nos anos 80.

259. Res. Mai./65, pp. 17-19. [Resolução de Setembro /1967] p. 398; ggmm. Apud [Comunicado de Setembro do CE-SP /1977] p. 27.
260. Res. Mai./65, pp. 20/21; ggmm.
261. Res. Mai/65, pp. 21/22; gm.
262. Id., pp. 22/27.

Marighella ferido ao resistir à prisão no Rio, em maio de 64

In Segatto et alii/82, p. 132.

2- As Expectativas Alvissareiras (1966-74)

Passado o primeiro ano depois do golpe, marcado pela perplexidade e por uma repressão raivosa, a reestruturação começaria a dar passos mais sólidos num contexto menos tenebroso do que aquele cogitado pelo partido. A ditadura militar permanente, que não estava nos planos dos EUA e nem de Castelo Branco, parecia improvável diante da falta de unidade política da direita. Branco fora eleito pelo Congresso reaberto com os votos do PSD, cujos quadros viriam a integrar majoritariamente o MDB – inclusive com o voto de Ulisses Guimarães, posteriormente o símbolo da oposição liberal ao regime, embora não de Tancredo Neves, *emedebista* de matiz mais conservador. Mesmo o PTB, articulado com o PSD, apoiaria Costa e Silva, eleito pelo Congresso em outubro de 66[263], contra a *Sorbone* – facção de intelectuais e militares golpistas responsáveis pelas formulações estratégicas mais importantes da direita, identificados pela esquerda como *aliados do imperialismo*.

No plano das liberdades, via-se na TV durante a campanha eleitoral de 66, apesar de toda censura, críticas à ditadura e à tortura. Em outubro de 67, aconteceria um debate na TV sobre a morte de Che Guevara que só seria suspenso pela censura quase em seu final. Na esquerda vivia-se em clima de semi-clandestinidade. As articulações para a cassação dos mandatos da *esquerda emedebista* eleita em 66 seria rechaçada pelo Superior Tribunal Eleitoral (STE) e pelo próprio Presidente Branco, que reagira dizendo que "ninguém vai conseguir se eleger com a espingarda do governo". Quanto à repressão seu tom era mais *expurgatório*-legal do que *eliminatório*-ilegal, como depois do AI-5. No Exército, os militares legalistas e comunistas presos no navio Princesa Leopoldina, atracado na baía de Guanabara com mais de 100 oficiais à bordo e outros tantos militares de patentes inferiores no porão, seriam, depois de cassados e alguns até promovidos, liberados após 45 dias de cativeiro. Jânio era mantido confinado em Corumbá em setembro de 68, mas seu habeas corpus estava para ser julgado. O clima nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), instaurados depois do golpe para o levantamento das *atividades subversivas*, seria relativamente amistoso. No Superior Tribunal Militar (STM), onde os casos eram julgados, não se condenava ninguém sem provas e havia nítida tendência à diminuição das penas indicadas pelas juntas investigadoras. Bayard Boiteux, por exemplo, indicado para cumprir 12 anos de reclusão foi condenado a 3. As buscas e perseguições estavam longe da precisão e ferocidade que se verificaria nos anos 70. Orlando Bonfim e Mário Alves, assassinados mais tarde pelos organismos paramilitares, seriam localizados acidentalmente pela polícia mas não presos; a polícia procurava o dono da casa onde eles se esconderam: Renato Guimarães. Deputados de esquerda e professores universitários ainda podiam afrontar autoridades policiais que tentavam encobrir os

263. Silva/92. Gorender/87, p. 71. Segatto et alii/82, p. 137. Siqueira/94.

desmandos de seus pares em ações no interior e escolas e Universidades[264].

Na economia os frutos das medidas tomadas em 64 ainda não haviam brotado. 65 seria o pior ano da recessão na indústria, inclusive com a ocorrência de greves entre os metalúrgicos cariocas. O movimento sindical (MS), mesmo debilitado[265], tomaria algumas iniciativas. A realização de eleições depois das intervenções fez emergir novas lideranças, muitas delas comprometidas com o oposicionismo. Nesse contexto reorganiza-se o Movimento Anti-Arrocho (MIA, 1966-67) que apoiaria greves contra a política salarial do governo e atrairia até mesmo o apoio dos interventores sindicais e do Governador de SP, Abreu Sodré, que chegou a comparecer no 1° de Maio de 68 provocando a reação armada de grupos de esquerda. O partido tinha boa presença nas fábricas de Osasco, Moóca, Brás e do ABCD conseguindo eleger pelo menos um Deputado com esses votos em 66. Hum ano depois da intervenção, os sindicatos realizavam eleições o que possibilitou o aparecimento de novas lideranças, muitas delas comprometidas com bandeiras democráticas[266].

O ponto negativo estaria, como sempre, no campo. O Ceará fora o único estado onde o partido tentara a reorganização do movimento rural, mesmo assim logo desapareceria[267].

Mas, o mais grave seria a cizânia interna semeada pela própria estrutura do partido que impedia o debate livre e adequado dos temas mais urgentes e delicados. Essa estrutura, somada às deficiências inerentes a ela dos dirigentes e da burocracia partidária, dissiparia em pouco tempo o que restara de vitalidade no velho PCB.

a) *reaggiornamênto* em 67

O VI CONGRESSO foi o marco mais relevante do esforço *pecebista* pela sobrevivência no contexto adverso do pós-golpe, quando sua reputação, inexoravelmente comprometida, passara a ser enxovalhada pelos numerosos dissidentes que surgiam. O êxito, pelo ponto de vista da perpetuação/renovação do núcleo dirigente *prestista*[34], deve-se a quatro fatores articulados entre si: domínio absoluto da máquina, com a imposição de restrições à participação da minoria plasmada na Resolução de Setembro de 67 – que expulsa 5, suspende 1 e censura publicamente 3 –; eficiente manipulação da linha de 58/60, reconhecida pela parcela mais tradicionalista da militância como *a linha justa*, tanto no que diz respeito à identificação com seus postulados centrais bem como por sua readaptação após o *percalço* de 64; defesa da ideologia do partido *acima de tudo* – "o primeiro dever

264. Perrone/88, pp. 61/63-68/119/128/129. Fonte Militar/93. Cândido/93. Jaimovich/93.

265. Entre 64-70, 563 sindicatos tiveram suas diretorias destituídas; a metade era de industriários. 70% dessas cassações ocorreram entre 64-65. (Gorender/87, p. 141)

266. Gorender/87, p. 141. *Frei Chico*/92.

267. Silva/92.

dos comunistas é defender seu Partido. Mais imperioso ainda é esse dever para o CC (...), que recebeu das mãos do (...) Congresso anterior (...) esse honroso cargo" –, substituindo o "não devemos ocultar os erros cometidos" do *Esquema de Discussão*: identidade total com o PCUS, que lhe dava autoridade moral para a pregação do *papel da classe operária na* ***revolução*** *brasileira* e da necessidade do *partido de* ***vanguarda***. A realização do próprio Congresso, sob absoluta clandestinidade e sem quaisquer incidentes, com cerca de 100 pessoas e 1 mês de duração no interior de SP, reforçaria, ademais, a mística do *partido invencível* contraposto ao *aventureirismo pequeno-burguês* dos estudantes presos em Ibiúna 10 meses depois[268].

O Informe de Balanço, aprovado no Congresso, sintetizaria o processo autocrítico dos últimos 3 anos dando condições para a retomada do *nacional-democratismo*:

> "a partir da eleição de Getúlio Vargas (...), em 1950, firmou-se (...) a tendência à **democratização** do regime político. (...) O golpe militar reacionário de 1954 não conseguiu interromper esse processo". "Com a elevação de Goulart à presidência da República, chegou ao governo um setor da frente nacionalista e democrática. (...) O movimento nacionalista era a expressão, no quadro da realidade brasileira, de um **processo revolucionário**". "Durante o governo (...) Goulart, (...) diversas reivindicações pelas quais lutavam há anos os comunistas (...) foram incluídas como programa de governo (...)".

A seguir, o evolucionismo idílico cederia espaco à reflexão sobre as dificuldades enfrentadas no processo. Surgem críticas ao Plano Trienal, apontando-se sua "vacilação diante do imperialismo", e propugna-se que

> "a redução do ritmo de desenvolvimento, a aceleração do processo inflacionário, o endividamento crescente do país, reclamavam a adoção de uma política **resoluta** e **coerente**, de sentido nacionalista e democrático".

Essa condenação ao plano de Furtado não combina, porém, com a autocrítica em relação ao *esquerdismo* nos primórdios do Governo Goulart[35] e, sobretudo, com a autocrítica em relação ao programa de 62 feita nos seguintes termos: *persistimos no equívoco ao criticar a conciliação governamental, teorizando*

> "(...) que (...) a luta contra a política de **conciliação** de Goulart era a **forma concreta** pela qual deviam ser combatidos o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. (...) Deixávamos, assim, de lado a necessidade de formular soluções concretas para as questões colocadas na ordem do dia (...)".

268. Res. Set./67, pp. 399/400. [Reis, Dinarco (1987)] p. 59. Segatto et alii/82, pp. 140/143.

As teses para o VI CONGRESSO teriam aprofundado esse equívoco, considerando ainda que as camadas médias haviam *passado para o lado das lutas anti-imperialistas*, tal como havia sucedido às FFAA. A proposta de um *governo que pusesse fim à conciliação* e a convocação do plebiscito para esse fim são citados para basear a conclusão de que

> "no fundamental, os erros que cometemos (...) decorreram da **pressa** pequeno-burguesa e do **golpismo** (...)", que contribuíram "(...) para **precipitar** os acontecimentos, **sem que existissem condições** que pudessem assegurar a vitória da classe operária (...)"[269].

Ora, se o Governo Goulart era fruto das contingências e, portanto, a oposição a ele promovida em 61 era agora considerada como equivocada, assim como a crítica à conciliação em 62, e se os erros decorriam da *pressa pequeno-burguesa* e do *golpismo sem que houvesse condições para assegurar a vitória*, não se podia sustentar, concomitantemente, as mesmas críticas ao Plano Trienal que haviam sido formuladas dentro do espírito das *práticas desviantes*. O Plano era, exatamente, a tentativa de apresentar **soluções concretas** num contexto de grandes tensões políticas e acentuados problemas econômicos e, por isso, foi rechaçado pela *esquerda* e o *prestismo* como estando ***aquém*** *das exigências revolucionárias do momento*. Esse erro lógico na autocrítica se explica pela necessidade dos *prestistas* de não admitir que **a razão** sobre a natureza da crise então vivida esteve com a *direita* partidária, tanto para evitar sua promoção interna como para neutralizar a corrosão dissidente que atacava o *reformismo* do partido.

Uma segunda contradição importante dessa autocrítica se refere ao *processo revolucionário* que, ao mesmo tempo em que era descrito como ascendente no período Goulart, tendo seu ápice situado precisamente na ultrapassagem dessa fase, estaria baseado em *massas*, posteriormente, tidas como *despreparadas para seus desdobramentos*; daí derivando a idéia de *precipitação*. O *processo revolucionário*, nos termos da *revolução brasileira* e sua vivência *prestista* de 35, onde cabia às massas um papel ativo no **apoio**, não vinculava-se diretamente à *preparação* das *massas* para a adoção de *medidas revolucionárias* já que estas estariam *a priori* convencidas de sua necessidade, *objetivamente conscientes* do processo e guiadas por uma *vanguarda conseqüente*. O *despreparo*, – avaliação que acabou por vingar para explicar também o fracasso de 35, quando as *massas* não foram ao socorro dos comunistas – longe de significar o abandono da concepção revolucionária *pelo alto*, pretendeu retificar a tendência dessa concepção em ignorar o ânimo político das *massas*. Essa semi-indexação do *processo revolucionário* às *massas* serviu também como atenuador da **identidade revolucionária** do comunismo agravando a ambigüidade do discurso partidário inaugurado em 45-47 e consolidado em 58. Antes de ser reflexo da divisão interna ela patenteava a dificuldade *prestista* e da burocracia partidária em assumir a solução ***pacífica***[36] como a via do comunismo brasileiro. Assim, o *processo revolucionário* até então imaginado pelo nacional-democratismo ficava descaracterizado ao

269. Info. Bal./67, pp. 72/74/76/78/84-86; ggmm.

mesmo tempo em que se fechava as portas para a possibilidade de compreensão da crise de 64 e o imobilismo do partido em nome da *unidade*[37]. A *precipitação* foi colocada como o elemento genericamente desencadeador da derrota, no lugar da passividade e da crença no caráter combativo do populismo como queria a *esquerda*, mas ela não foi mais do que um fruto secundário, e indesejável, da agitação política do PCB. Não pode, portanto, ser o centro de uma *autocrítica* verdadeira.

A idéia do *despreparo* teve o mérito de encorajar uma visão mais realista e crítica sobre o movimento operário do país[38]: em 64,

> "(...) o movimento operário (...) caracterizava-se ainda por uma atividade predominantemente de cúpula, com pequena percentagem de trabalhadores sindicalizados e quase completa inexistência de organização sindical nos locais de trabalho. Dependia muito do apoio de órgãos estatais. Suas ações mais importantes, especialmente as de caráter político, só ganhavam amplitude maior quando **respaldadas** pelo **estímulo oficial**. A principal concentração operária, a região de SP, apresentava-se dividida e com baixo nível de luta política ou, mesmo, reivindicatória. (...) O movimento nacionalista e democrático (...) permanecia amorfo, não conseguia **estruturar-se organicamente**"[270].

A Resolução Política do VI CONGRESSO – cuja redação esteve a cargo de Prestes, G. Luís de Araújo (*Freitas*), Marco Antônio Coelho, Guedes e Renato Guimarães – revela-nos os limites do processo autocrítico. A debilidade do movimento de massas e a divisão entre as oposições eram elencados como fatores inibidores da luta anti-ditatorial, sendo destacada também a possibilidade de gestarem-se saídas pseudo-democráticas para a crise que se vivia:

> "diante do avanço do movimento de massas e do processo de impopularização (...) da ditadura, setores das classes dominantes poderão buscar uma solução que, excluindo (...) (as) forças populares, conduza à substituição do governo reacionário"[271].

Apesar disso, o tom que predominou era otimista e a orientação ofensiva:

> "à medida que as relações capitalistas se expandem, a luta de classes (...) se **amplia** (...). Sobre os trabalhadores recaem as conseqüências mais pesadas da **dominação imperialista** (...). O proletariado deve **intensificar** e não amainar a luta em defesa de seus interesses e direitos. (...) Mesmo não liquidando a exploração (...), a revolução nacional e democrática abre caminho para a vitória do socialismo". "A classe operária deve lutar para conquistar a **hegemonia** do processo revolucionário (em sua presente etapa), a fim de que este seja **conseqüente**"

e acelere a transição para o socialismo. A aliança básica imaginada é com os camponeses e a pequena

270. Info. Bal/67, pp. 78/79; ggmm.

271. [Brandão, Gildo Marçal /1989] p. 3. [Resolução do VI Congresso /1967] pp. 171/183.

burguesia urbana, tidos como o ***núcleo** da frente ampla*. As formas de luta preconizadas são as mais diversas possíveis:

> "aproveitando **todas** as possibilidades legais, o movimento sindical não deve restringir-se às limitações impostas pelo regime (...), mas desenvolver-se de modo que as massas **conquistem** (...) seus direitos". "A **autodefesa** de massas é necessária para enfrentar a violência da repressão policial e constitui importante fator de preparação (...) para formas de lutas mais **elevadas**. Em um país de dimensões continentais (...), (o) Partido deve preparar-se (...) para a combinação das formas elementares (...) de luta com (...) a **luta armada** (...). O essencial é que as formas de luta decorram das exigências da **situação concreta** (...)"[272].

A frente única era defendida com base nos "entendimentos com vários setores" tendo como princípio "a unidade de ação por determinados **objetivos concretos**". O programa comum era o veículo para sua viabilização:

> "as formas concretas que assumirá a unidade das forças democráticas serão ditadas pelo **desenvolvimento da luta**. Por ser uma reunião de forças heterogêneas, a frente (...) **desenvolve-se simultaneamente com a luta entre os seus próprios componentes**. Setores (...) da burguesia procurarão imprimir ao combate (...) um curso que não tenha como centro a mobilização e organização (...) da população (...). Os comunistas defenderão sempre, no seio da frente (...) a necessidade (...) de **organizar** (...) **o povo** (...)". "A batalha antiditatorial exige um cuidado **prioritário** pela **unidade das forças mais avançadas** da frente única. Os comunistas **obrigam-se,** por isso, a dirigir sua atenção (...) para a **aproximação** com as **diversas correntes** que se incluem no **movimento de esquerda** (...)"[273].

A distância que separa essa concepção de *frente ampla* daquela posta em prática nos anos 70/80, alicerçada nas forças liberais, é abissal. Em 67, a denúncia de uma saída elitista para a crise longe de ser usada para justificar novos recuos na política partidária articulava-se com um programa tático de afirmação dos interesses do proletariado baseado: a) na intensificação da luta de classes; b) na hegemonia proletária como condição para a *otimização* da luta democrática; c) na utilização de todos os meios de luta; d) no uso da violência como *auto-defesa das massas*; e) na consolidação de um programa pontual como instrumento de promoção da *frente*; f) na priorização da *organização popular*; g) na unidade das forças de esquerda.

b) distanciamento dos movimentos sociais

Malgrado a ofensividade do programa de 67, os comunistas não conseguiriam reverter o afastamento partidário em relação ao movimento popular inaugurado com o golpe. As razões para isso

272. Res. VI/67, pp. 172-176/181; ggmm.

273. Res. VI/67, pp. 178-180; ggmm.

são complexas, mas dois aspectos devem ser destacados: a perda da vitalidade da máquina ocasionada pela evasão de militantes e quadros intermediários jovens[39] e o colapso político do sindicalismo em que se apoiavam os comunistas para intervir nos movimentos sociais. Esses pontos seriam desnudados com o agravamento da situação política, a massificação da oposição estudantil e o aparecimento de uma oposição operária agressiva.

No movimento estudantil (ME) desenvolveria-se a oposição mais importante ao golpe e nela a presença *pecebista* seria anulada com a saída em massa dos militantes estudantis[40]. A UNE promoveria uma verdadeira escalada mobilizatória com congressos semi-clandestinos em BH (1966) e Valinhos/SP[274] (1967), o último realizado num convento, cujo ápice seriam as passeatas em protesto ao assassinato de Édson Luís no restaurante Calabouço em março de 68, que alcançaram 100 mil participantes no RJ (junho) – onde a classe média acorreu em peso à manifestação liderada pelo PCBR, pela Dissidência Universitária da GB (futuro MR-8) e pela AP – e 50 mil em Recife. As possibilidades políticas das novas organizações comunistas, cuja base de aderentes era de estudantes universitários e secundários que não passavam, respectivamente, de 140 mil e 2 milhões de pessoas em todo país[275], eram bem maiores do que sua estreita base social poderia sugerir – embora não ao ponto de comportar as pretensões revolucionárias de suas lideranças[41].

O processo cultural, em parte influenciado pela experiência do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, surgido em dezembro de 61, seria marcado pelo que Gorender chamou de "cultura jovem". No cinema Glauber Rocha, com *Terra em Transe*, em 67 satirizaria "o líder populista e as massas imbecis que se deixam enganar" e apontaria a emergência do "intelectual que sai atirando de metralhadora". A "literatura econômica e sociológica" dos anos 50/60 já indicava a "estabilização do sistema capitalista nos países desenvolvidos e a incorporação da classe operária entre os **beneficiários** dele", num processo simultâneo de redução relativa de seu contingente em relação ao conjunto da população. Em *Dialética do Desenvolvimento*, às vésperas do golpe, Celso Furtado estocaria o populismo e decretaria a falência do *desenvolvimentismo*. Para ele, a meta de auto-sustentação e autonomia estavam perdidas. Em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, de 66, Furtado falaria na *inexorável tendência do capitalismo periférico de entrar em equilíbrio com o atraso e se estagnar* (*dualismo*). Em 68, em *Um Projeto para o Brasil*, afirmaria que o rompimento do *dualismo* somente seria possível a partir da distribuição de renda[276]. Derrubando os velhos esquemas das políticas populistas e decretando o colapso da saída liberal-conservadora, os intelectuais progressistas abriam as janelas para uma intensa renovação na esquerda.

274. Daniel Aarão Reis se refere ao 29º Congresso da UNE, em julho de 67, como tendo sido realizado em Vinhedo/SP. (Reis Fº/86, nota 22)

275. Gorender/87, pp.146/148. Segatto et alii/82, p. 143.

276. Gorender/87, pp. 74/75/77/146/150; gm. Segatto et alii/82, p. 124. ["Zé Beto" (José Humberto Rodrigues) /1988] p. 105.

No movimento operário fenômeno análogo aconteceria. O ascenso econômico experimentado em 68 aquecerá o movimento contra o arrocho salarial. Mas as mais expressivas greves não serão capitaneadas pelo Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA) – organizado em SP com o apoio do PCB em novembro de 67 congregando, entre outros, sindicatos metalúrgicos de SP, St. André, Guarulhos, Campinas e Osasco. Ao contrário, elas seriam impulsionadas em clima de hostilidade a essa política com o fito, segundo Corrêa, "de promover uma comoção nacional". Mesmo considerando-as "uma aventura", os comunistas participariam tentando reverter a predominância das esquerdas armadas, que ainda mantinham vínculos com o operariado (ALN, COLINA e VPR)[42], na sua condução. O objetivo da esquerda revolucionária era o de ligar as greves operárias à movimentação estudantil de modo a impulsionar a insurreição, enquanto o do PCB, virtualmente de fora, era o de ligá-las ao movimento democrático. A preparação da greve geral para outubro-novembro seria o cume do movimento revolucionário idealizado pelos radicais, mas seria abortada pela precipitação da VPR ao deflagrar em Osasco, em julho, 3 meses antes do planejado, sua greve em função da repercussão positiva nas fábricas da expulsão do Governador paulista Abreu Sodré da manifestação popular de 1° de Maio, em SP[43]. Em 5 dias, com a prisão de 400 trabalhadores, torturas, perseguição às lideranças e intervenção nos sindicatos o ímpeto operário mostraria seus limites[277][44].

A Europa assistia ao que se pensava ser uma vaga revolucionária à 1848 e final dos anos 10, com a ocorrência de greves importantes na França, Itália e Polônia. Muito embora a mobilização estudantil brasileira precedesse a francesa e as mobilizações operárias não tivessem motivação diretamente internacional por motivos óbvios, é certo que as expectativas das lideranças revolucionárias em relação à agonia do capitalismo apoiavam-se nesse sentimento.

Enquanto a resistência social ao regime se expandia, sendo radicalizada pelos grupos comunistas, o PCB entrava de corpo e alma na articulação da *Frente Ampla* (FA) que reunia Goulart, Lacerda, Kubitschek e outros ilustres políticos que tiveram suas carreiras interrompidas, ou prejudicadas, pela intervenção militar. A FA foi um subproduto da campanha *lacerdista* por uma "Constituinte verdadeira" – lançada depois de outorgada a Constituição de janeiro de 67 que sepultava suas esperanças de ver restabelecidas as eleições presidenciais diretas –, aproveitada pelos *pecebistas* para impulsionar, e dar forma orgânica meta-partidária, ao movimento político de oposição[45]. A articulação experimentaria um crescimento em dezembro, engrossada pela adesão da maioria das seções regionais *emedebistas*, mas, em abril de 68, refluiria e se esvaziaria com a declaração de sua ilegalidade.

O aumento da tensão política parecia sinalizar o fim rápido do regime. A forma branda que até então assumira a ditadura sugeria aos seus opositores que o ocaso dos governos militares era uma

277. Gorender/87, pp. 142-144. Segatto et alii/82, p. 140. Corrêa/80 p. 60. Garcia/88, p. 3.

Estudantes enfrentam a repressão no Rio, em 22 de outubro de 68: três mortos

As FFAA prendem 400 operários e desocupam a Cobrasma em Osasco, em 16 de julho de 68

In Segatto et alii/82, pp. 141/143.

questão de tempo, sobretudo para a esquerda[46]. Na UNE as correntes políticas empenhavam-se na luta pela presidência de uma entidade marcada para desaparecer na nova configuração de poder que se precipitaria. No Congresso o Deputado Márcio Moreira Alves proferiria um discurso agressivo contra os militares – acusando-os de torturadores e propondo que as esposas e namoradas dos oficiais os boicotassem até que esta situação tivesse fim – imaginando pô-los na defensiva. O partido consideraria esse gesto *irresponsável*. A decretação do AI-5 em dezembro surpreenderia muitos exilados com as malas na mão para voltar, políticos governistas, como o Governador Sodré, e moderados do MDB ensaiando uma aproximação com os movimentos populares na crença de, com a redemocratização, poderem tirar dividendos políticos dessa relação[278].

A resistência ao segundo golpe militar, marcada pela autonomização da esquerda em relação ao PCB, apesar de mais bem estruturada e decidida não seria melhor sucedida do que a primeira. Mais uma vez, caberia aos estudantes o papel de relevo que todos esperavam vir do proletariado. A classe operária mobilizada em alguns bolsões não se arriscaria no buraco negro aberto no cenário político pelo AI-5. Os sindicatos, depois de fracassada as iniciativas radicais, acomodariam-se a uma modorrenta rotina burocrática da qual só se livrariam, em parte, depois de 77. Em 69, nova onda de cassações atinge as novas lideranças e aquelas que haviam sobrevivido à primeira investida.

O imobilismo do partido, atestado pela sua fraca participação nos eventos estudantis e operários, seria eclipsado pelo refluxo político geral, operado tendo como pano de fundo a articulação revolucionária de numerosos grupelhos comunistas, valorizando a crítica genérica dos *pecebistas* ao *esquerdismo* e encorajando parcelas do *prestismo* a uma interpretação mais ***realista*** e *flexível* em relação ao programa de 67. Isso, no entanto, não bastou para catapultar o *pecebismo* ao lugar de destaque no meio da esquerda de que gozava no pré-64. As dificuldades do partido, em meio aos triunfos político-econômicos do regime e ao fracasso dos revolucionários, podem ser atestadas em função da preocupação recorrente com o imobilismo em suas fileiras.

O reconhecimento do problema começa, com um atraso de pelo menos 2 anos, nas direções estaduais influenciadas pela *direita*. O CE/GB, em março de 70, por exemplo, defenderia em sua Resolução de Março que "o **importante**, no momento, é **quebrar a passividade e a apatia** que se **apoderam** de **vários setores** do Partido, despertando-os para organizar a resistência do povo (...)". Esse segmento partidário tentava não apenas resolver um problema que estava se tornando crônico mas, sobretudo, dissociar a *política democrática* de uma assimilação nociva com a idéia de conciliação com o regime. Em 72, numa conjuntura ainda mais difícil, o editorial da VO de maio de 72, indagaria: "estaremos levando à prática, com o **empenho necessário**, a diretiva do VI CONGRESSO (...)?". Em junho, outro editorial seria mais explícito conclamando à militância para "não ficar (...) de **boca**

278. Perrone/88, pp. 71/81/131/134/136. Segatto et alii/82, p. 141.

fechada e de **braços cruzados**" diante da ditadura. O CC, finalmente, trataria do problema numa Resolução Orgânica, em 73, procurando

> "as causas do sectarismo existente na **grande maioria** dos (...) militantes, a **resistência** ao **trabalho de massas constante**, a **passividade** e a supervalorização da **expectativa** dos grandes momentos (...)", e pedidndo "iniciativa", tida como "particularmente (...) indispensável num país como o nosso, onde a extensão territorial e a repressão dificultam as comunicações entre os vários órgãos de direção".

Ela também pedia esforços "a fim de que as dificuldades e a repressão[47] não sejam usadas como **escudo** (...) à não execução de um plano de ação política". Hum ano depois, a Resolução Eleitoral do CE/SP[279] responsabilizaria abertamente o *esquerdismo ainda presente no PCB* como a *causa do imobilismo por estimular a abstenção da luta eleitoral*[48] *e desperdiçar suas oportunidades mobilizatórias*, concluindo pela necessidade de ***baní-lo** das fileiras partidárias*[280].

A luta contra o *esquerdismo* teria seu momento de *glória* durante o processo de vigência das ações armadas. Começando com uma abordagem *internista* da questão[49] o partido posteriormente, sobretudo após o AI-5, centraria o combate nos prejuízos políticos gerais que sua ação causaria. A trajetória guerrilheira, crescentemente militarizada e prisioneira de um inexorável isolamento político, refletido na atrofia do seu setor de massas[50], oferecia um manancial inesgotável de argumentos para a crítica aos opositores da *linha democrática* do PCB.

O CE/GB, em março de 70, daria o tratamento mais sofisticado ao tema no interior do partido, embora estivesse longe de chegar a uma compreensão mais global do fenômeno da radicalização jovem[51]:

> "para essas forças, a pior conseqüência da inflexão do movimento de massas foi o rápido incremento (...) do radicalismo verbal" e seu ulterior desenvolvimento "às posições de desespero e aventura. (...) O emprego indiscriminado da violência, embora compondo objetivamente o quadro da oposição, não deixam (...) de **desservir** à resistência e de **dificultar** a organização da frente única (...)". As "ações **isoladas** de pequenos grupos (...), **motivam o terrorismo** do governo (...), **confundem** a opinião pública, e, assim, **entorpecem** (...) a frente antiditatorial"[281].

O que predominaria no PCB, no entanto, nem seria o combate *esclarecedor* do CE/GB nem a *abordagem sedutora* de Konder. E nem poderia ser de outro modo. Por tudo o que vimos no capítulo

279. Cuja orientação era distinta daquela predominante na reconstrução após as *quedas*.

280. Res. GB/70, p. 90; ggmm. In VO/72, nº 87 (1); gm. In Carone/82(a), p. 144; ggmm. [Resolução Orgânica de Novembro /1973] pp. 221/223/225; ggmm. [Resolução Eleitoral do CE/SP /1974] p. 7.

281. Res. GB/70, pp. 84/88; ggmm.

anterior em relação ao MCI e ao próprio PCB, os dirigentes, de todas as tendências, e a burocracia partidária só poderiam dar ao combate do *esquerdismo* uma conotação conservadora, inquisitorial e difamatória, reduzindo a idéia de uma "aproximação com as diversas correntes que se incluem no movimento de esquerda" a pó. Tratava-se de uma resistência, ao mesmo tempo instintiva e consciente, voltada para deter a remoção do "mofo da história" e o "combate à estagnação" e para garantir a continuidade de uma hegemonia no interior do CC.

Esse posicionamento ficou expresso nas páginas da imprensa comunista dos anos 70 em artigos como o de *Simão Bonjardim*[282], de 71, para quem era de se desconfiar do *perfil simpático* traçado pela imprensa acerca de Lamarca em seu obituário, afinal,

> "ao matar Lamarca, a ditadura eliminou um **valioso auxiliar seu**, embora involuntário, do qual ela se utilizava para chantagear a opinião pública e justificar medidas de *guerra revolucionária*, que na verdade se destinam (...) a reprimir a manifestação (...) das grandes massas (...). Doravante, será mais difícil à camarilha militar (...) convencer parcelas da opinião pública da necessidade das medidas de coação (...)". "Igualmente, em Lamarca, a ditadura matou um auxiliar seu, na medida em que (...) se prestava ao papel de foco de atração para concepções aventureiras e desastrosas, na luta pela revolução. (...) O final trágico e melancólico desse *Hobin Hood* nativo há de servir de lição. Servirá para convencê-los (...) que a luta revolucionária precisa sim de heróis, mas não de **falsos heróis arrogantes**, que pretendem substituir a luta das massas (...)".

Prestes, por seu turno, em 72, considerava-os, ainda àquela altura, como "a mais séria ameaça à unidade do Partido e o **maior obstáculo** à unidade das forças contrárias à ditadura". No final da década, e mais íntimos do debate europeu, os ataques demonstrariam que a problemática se incorporara definitivamente à bagagem *pecebista*, como transparece no artigo de *Jaime Santos*, de 78, sob o título *"1968-1978: dez anos depois o esquerdismo serve à reação"*, onde, sem maiores diferenciações para o caso latino-americano, defende-se a tese de que *o esquerdismo de 68 virara o terrorismo de 78*, diagnosticando-se sua subsistência *na incapacidade do PC e de outras forças populares em colocar no centro da política a classe operária*. Apesar de potencialmente perigosa essa tendência era detectada como uma ameaça social e politicamente residual por limitada ao movimento universitário, aos meios jornalísticos e às fronteiras do MS[283].

c) otimismo com relação à redemocratização

A campanha contra o *esquerdismo* produziu numerosos frutos o mais importante dos quais, no campo político, fora a criação das condições psicológicas internas para o incremento da ação visando a

282. Possivelmente Renato Guimarães.

283. In VO/71, nº 80 (7); 1º gm. In VO/72, nº 87 (4); gm. In [Voz Operária /1978] nº 145 (5).

ampliação da *frente única*, na qual se inscreve a ofensiva nacionalista sobre os quartéis em 70 – iniciativa cercada por um manto de sigilo, como não poderia deixar de ser no caso das articulações que envolviam o meio militar.

As políticas nacionalistas perpassavam ainda o conjunto das correntes internas, ao contrário do que posteriormente ocorreria quando tornariam-se estuário das facções mais ortodoxas interessadas em resgatar o passado revolucionário da organização. No caso do CE/GB o nacionalismo assumia a feição de uma política abertamente reformista. A análise, sofisticada para a época, sobre as várias vias de liquidação da ditadura deixaria transparecer a predominância das alternativas democráticas – transição pelo *movimento de massas* (com apoio militar) e pela *desagregação interna do poder* (sob o impacto dos movimentos sociais) – sem deixar de cogitar a possibilidade da redemocratização ser fruto de uma ruptura nacionalista a partir da vitória da corrente nacionalista no seio das FFAA. O nacional e o democrático da estratégia *pecebista* encontrariam sua expressão maior na seguinte formulação:

> "devemos partir de ações parciais, em todos os níveis do movimento de massas ou dos acordos de cúpula (...), até se transformar num grande movimento (...) que englobe os sindicatos, o movimento estudantil, a Igreja Católica, os partidos e os políticos da oposição – um movimento que expresse, em **nível superior** a **rebeldia** brasileira (...)".

As eleições, mesmo percebidas, provisoriamente, como não "decisivas para a liquidação do regime", seriam escolhidas como a via privilegiada da mobilização pelos comunistas cariocas. A participação nelas era propugnada como uma forma de "potencializar a resistência à ditadura" concorrendo "para a **nova crise em gestação**"[52]. O programa de lutas daí derivado teria como eixo as mobilizações socio-eleitorais encabeçadas primeiramente pela *frente sindical* (contra o arrocho salarial, a liquidação dos direitos trabalhistas, contra a intervenção nos sindicatos dos trabalhadores, etc.), em seguida pela *frente estudantil* (liberdades democráticas, libertação dos estudantes presos, etc.) e pela *frente econômica* (defesa da soberania, luta anti-monopólica, etc.). O tema das liberdades políticas aparecia na primeira, era o núcleo da segunda e estava presente também nas outras *frentes*, com exceção da terceira[284].

Apesar do aspecto combativo do programa carioca e de sua ênfase democrático-mobilizatória, inscrita na primeira *via de transição*, a possibilidade mais destacada era a do *agravamento das dissensões internas do regime*[53] – àquela altura simbolizada pelas posições nacionalista do General Albuquerque Lima – em função da pressão oriunda dos *movimentos sociais*. Em outras palavras, era a saída *pelo alto* que aparecia como a mais provável de todas as vias, embora não a preferida. Com isso, abria-se *de fato* as portas para articulações, apoiadas por alguns dirigentes do CE/GB, que visavam reverter o caráter *entreguista* do regime e, assim, abrir caminho para a superação do seu autoritarismo.

284. Res. GB/70, pp. 78/87/90/91; ggmm.

A avaliação sobre a correlação de forças dos grupos político-militares em luta no interior do regime reforçava as expectativas nacionalistas: o grupo militar *ideológico*, apesar de seu imenso poder derivado de sua capacidade de cálculo estratégico, não seria capaz de remover o grupo *nacionalista-autoritário* do comando, ainda mais no momento em que este se encontraria em crescimento – às velhas elites políticas civis caberia um papel secundário no arranjo do poder militar. A possibilidade da convergência nacionalista, expressa na aproximação de seu segmento militar hegemônico com o democrático-oposicionista, assumia, então, uma importância que o mero elencar de opções anteriormente não possibilitara vislumbrar. Mais significativa ainda se tornava essa opção a partir do momento em que o CE/GB indicava que "o que se pretende é barrar e liquidar o processo de **fascistização**, restaurar e renovar o regime democrático (...)" *num processo de longo-prazo*[285]. O perigo da *fascistização* era evocado para justificar a amplíssima frente e o *longo-prazo* para compensar o abandono da linha de 67 com a promessa, implícita, de que se voltaria a ela mais tarde[54].

O jornal legal *Fato Novo* (FN), surgido em maio de 70 e direcionado para os quartéis – onde alcançaria a marca de 5 mil assinaturas –, se encaixara plenamente na tática nacionalista de parcelas da *direita* e também, embora imperfeitamente, na perspectiva *prestista*[55]. Editado pela *Editora Verde-Amarelo*, e tendo como membros do Conselho Editorial, entre outros, Sérgio Buarque de Holanda e Eurico Amado, FN era definido por um dos seus editorialistas mais destacados, Paulo Duarte, como um jornal que ***sem ser de oposição***[56] *era contra a corrupção, a opressão e os políticos vendilhões*. "Repugna-nos qualquer extremismo (...) porque (...) levam à tirania (...) à servidão (...)"; dizia-se em seu 1° número[286].

FN, na verdade, era feito e sustentado pelo PCB dentro do esquema do que se denominava *trabalhos especiais*[57]. Conforme o relato de Cândido[287], quem decidia a pauta de FN era Maranhão através de Holanda e da Graça, ambos jornalistas, que viajavam até o RJ, onde estava clandestino Maranhão, para encontrá-lo nas portarias dos hotéis da orla de Copacabana e discutir as matérias do jornal. A versão corrente no interior do partido sobre FN imputava aos dois jornalistas a responsabilidade por sua edição, mas ela apenas servia para proteger um dos *segredos de partido* do PCB. FN, na verdade, estava plantado no *núcleo dirigente*, tanto através de Maranhão[58] no CC, quanto de Coelho na CECC, e sobreviveu até quando foi sustentado por ele[59].

FN só fora possível em função da *questão nacional* sustentada pelo partido, mesmo depois do VI CONGRESSO, como o *elemento central na superação do regime*, capaz, a um só tempo, de rachar suas bases sociais, unir as FFAA conectando-as com a oposição e entrelaçando-os com o movimento social,

285. Res. GB/70, pp. 74/77/78/85; gm.

286. Cândido/93. FN/70, n° 1(12).

287. Jornalista e professor, membro da comissão de massas do CC, preso e torturado em 70 na investida repressiva do RJ e indiciado no chamado *processo dos intelectuais* junto com Leandro Konder e outros. (Cândido/93)

inclusive por meio de propostas como a da criação da Juventude Nacionalista que, como atesta César Vasques, chegou a ser objeto de discussão na Seção Juvenil (SJ) do CC[288].

O nacionalismo secretado pelo jornal era patriótico e *desenvolvimentista*, baseado na idéia, bastante original diga-se de passagem, de que o Exército era a *vanguarda culta do mundo não europeu* – a preocupação constante com a cultura em suas páginas sugeria um esforço de confirmação dessa tese[60]. Mas nele havia espaço também para visões de outros setores sociais. Hélio Jaguaribe, colaborador presente em várias edições, enaltecia o papel da "elite cultural" na construção do modelo nacionalista como a realização de sua verdadeira "funcionalidade social", em oposição ao papel subalterno "de formar profissionais liberais de tipo convencional ou de se dedicar ao folclore (...) ao romance de desespero existencial ou ao protesto revolucionário". O nacionalismo era por ele pensado em termos estratégicos e geo-políticos, a "3ª via para o desenvolvimento nacional de um país, que se diferencia da via capitalista e da via comunista", que expressa-se nas "extraordinárias possibilidades de cooperação entre o Estado e os empresários brasileiros, em alto nível de segurança e eficiência", e na "política externa independente" que "não significa um desafio político aos EEUU"[61]. Euzébio Rocha, nacionalista histórico, surgia também, em extensa matéria intitulada *"Euzébio Rocha: a nação agora tomou consciência do seu destino"*, afirmando idéias social-democratas: "o nacionalismo de nossos dias é (...) vontade de atingir o pleno desenvolvimento econômico e do homem, na criação do estado de bem-estar". Já o empresário Fernando Gasparian, em seu artigo *"Estado-Empresário, Barreira Contra Dominação Externa"*, ocuparia as páginas centrais em defesa da parceria Estado-iniciativa privada e da proteção à indústria nacional, criticando os dispositivos governamentais da SUMOC 113 (1954) e 289 (1965) que concediam, respectivamente, privilégios de importação e taxas de juros privilegiadas – 8% contra 50-60% praticados no mercado com uma inflação de 30% aa – para indústrias multinacionais, de quebra ainda citando números da CPI de 68 do Congresso sobre a participação estrangeira na economia brasileira, cuja conclusão apontava que entre as mil maiores indústrias em funcionamento no país 31% eram multinacionais, 40% estatais e 29% nacionais. Ao coro neo-governista juntavam-se homens do regime como Hélio Beltrão, que em 67 condenara a indústria estrangeira instalada no país por não se interessar por exportações, o que, naquele momento, contrariaria os *interesses nacionais*, e Reis Velloso, do Ministério da Indústria e do Comércio, que publicara um artigo cujo título era *"Proteção à Empresa Nacional"*[289].

Os exemplos enaltecidos por este nacionalismo eram todos latino-americanos: o Peru de Alvarado e a Bolívia do Ministro da Defesa Juan José Torrez – chamada de "país irmão", uma expressão usualmente adotada no MCI para designar regimes de sua órbita. Elogios eram também dirigidos a Muhamar Khadafi e ao varguismo – "o essencial de Vargas (...) tem (...) extraordinária atualidade" –

288. In [Garcia, Hamilton et alii /1987].

289. FN/70, nºs 3 (9/11), 8, 32 [4-6/14/15], 33 [10] e 34 (7/8).

com remissão ao seu testamento político:

> "(...) aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. (...) Meu sangue será o preço de seu resgate"[290].

O jornal, todavia, não se limitava à pregação nacionalista; fazia também uma forte campanha anti-partidária. O Brigadeiro Roberto Brandini, da ARENA paulista, acusava a *ARENA e o MDB de sabotarem a renovação do país*: "(...) as oligarquias trabalham (...) sabotando o **esforço renovador** das FFAA e **impedindo a participação da juventude** no processo político brasileiro". A matéria, baseando-se numa pesquisa que detectava a popularidade de Médici e a impopularidade do partido oficial, concluía pela "falência da ARENA" e pela impossibilidade desta representar politicamente a *Revolução* de 64. Após as eleições gerais uma manchete de capa constatava: *"O MDB Morreu. A ARENA Chora. Afinal, Quem Venceu?"*. Nas páginas internas o diagnóstico não era menos conclusivo:

> "o MDB morreu atropelado pela história (...) O MDB nos diz choramingante que foi derrotado pelos votos em branco e nulos. Nem a derrota o ensinou. Não compreende que esses votos foram uma manifestação também de antiemedebismo, votos contra a farsa de uma **Oposição de araque**, preocupada apenas em manter alguns postos legislativos e **inteiramente desligada** dos grandes desafios nacionais". "A História terá de atropelar a ARENA (...), da mesma forma como atropelou o MDB. E o veículo (...) será (...) a inabalável decisão das FFAA e (...) de nosso povo de construírem um Brasil próspero, soberano e justo".

Políticos direta ou indiretamente ligados ao regime, como o liberal Pedro Aleixo e o populista conservador Chagas Freitas, eram atacados, seja por seu "civilismo" oligárquico que pretendia afastar os militares da política, seja pelo *clientelismo medíocre que desmoraliza ainda mais o MDB*[62][291].

FN não foi um acidente na vida do partido, como já salientamos, e pode ser explicado, para além da opção tática de superação do autoritarismo, pela tentativa de reinserí-lo num meio que desde os anos 30 lhe fornecera inúmeros e abnegados quadros. A ruptura dos laços em 64 não impediria que a crença no *caráter democrático* das FFAA[63] – derivada, em parte, da provisão outrora abundante de quadros nos anos 30/40 – continuasse sendo cultivada[64] alimentando a pretensão de retomada da influência na caserna. Retomada essa que não se repetiria, levando *H. Santos* a constatar, oito anos depois de abandonado FN, a *necessidade imperiosa dos comunistas furarem o bloqueio que se impusera aos quartéis para fazer chegar aos militares o discurso oposicionista*[292].

290. FN/70, nºs: 1 (2/3), 2 (2/3), 6 (4), 18 (6/7).

291. Id., nºs 2 (5), 15 (2), 26 (7), 28, 31 (5); ggmm. Em represália Chagas pediria o boicote dos jornaleiros cariocas ao semanário. (Id., nº 5 [8])

292. In VO/78, nº 146 (8).

O fracasso do jornal[65], portanto da política de aproximação com os quartéis, e a repressão não foram suficientes para arrefecer o otimismo no interior do partido com relação ao fim próximo do regime. A "perplexidade nos quadros do PCB" em função da repressão, diagnosticada por Carone, seria compensada pela sensação de *vitória* sobre a esquerda revolucionária[66]: enquanto estes desarticulavam-se os comunistas experimentavam um lento crescimento nas camadas médias que apontava para a restauração de sua hegemonia na esquerda tal como no pré-64. O momento crítico vivido entre 65-68 parecia definitivamente ultrapassado sendo substituído pela perspectiva da unificação da esquerda em torno do programa nacional-democrático *pecebista*. Em setembro de 70, Prestes anunciaria o retorno de alguns dissidentes como a volta dos "elementos honestos" que "vão sendo recuperados para a revolução", enquanto o CC, na Resolução Orgânica de 71, falaria em *ofensiva para a construção do Partido nas grandes empresas* com o Plano de Construção e Consolidação do Partido nas Empresas (PLACCONPE)[67]. A volta de remanescentes da luta armada ao partido engrossava e as estimativas eram de que o contingente partidário girava em torno de 20 mil militantes em 73-75[293].

O otimismo, como não poderia deixar de ser, refletiria-se fortemente na descrição do quadro político. A Nota de Março de 71, por exemplo, consideraria que

> "(...) a situação política nacional sofre mudanças num sentido **desfavorável** ao grupo militar que usurpa o poder. (...) Desenvolve-se um processo de acumulação de forças no campo anti-ditatorial". "(...) Apesar das aparências de solidez (...), a situação da ditadura é de **isolamento** e **instabilidade**".

Rodrigo Araújo ressalvaria em julho, na VO, que

> "não se trata ainda de pensar em termos de ofensiva contra o regime, mas de aproveitar as condições para (...) a reorganização do movimento de massas e buscar uma maior aproximação entre as diversas correntes (...) de oposição (...)"[294].

As dificuldades do regime eram interpretadas como "isolamento" e "instabilidade" e pouca diferença fazia, em termos da preparação do partido para o enfrentamento clandestino com a ditadura, se o otimismo não era imediatamente traduzido em *ofensiva contra o regime*. A expectativa de que a repressão não visasse mais do que dificultar a mobilidade partidária apoiava-se firmemente nessa perspectiva conjuntural favorável e foi o que bastou para precipitar mais um grave erro da cúpula comunista.

293. Carone/82(a), pp. 5/7. [Prestes, Luís Carlos /1970] p. 105. Res. Jul./71, pp. 3/8. Número que Prestes anunciara orgulhosamente em 68, antes do AI-5. (In Carone/82(a), p. 80)

294. [Nota de Março /1971] p. 1; ggmm. In VO/71, nº 77 (8).

As avaliações eleitorais já apontavam para um avanço da oposição, mas nada que sugerisse "isolamento" e "instabilidade". Em abril de 72, *Aldo Monteiro*[295] previa a derrota da ditadura *nos principais centros econômicos do país* nas eleições municipais que estavam para se realizar. O resultado geral, todavia, fora altamente desfavorável ao MDB que fizera apenas 12% dos prefeitos e 15% dos vereadores em todo o país. Mesmo assim, o Informe de Março de 73 insistiria na exageração da crise descrevendo as divergências na ARENA, no STF e no STM como

> "elementos de uma crise político-institucional. A corrente neofascista dominante não consegue criar condições de estabilidade e fortalecimento do regime. (...) Esses obstáculos tendem a aumentar" gerando "uma crise político-institucional **aguda**"

que se refletiria no processo sucessório à medida em que a pregação do "Estado de direito" invadisse as hostes do próprio regime[296].

A conjuntura internacional seria evocada para reforçar essas expectativas – apesar das ressalvas de que ela não era *automaticamente incidente sobre o quadro nacional* a ponto de prescindir da mobilização das "forças democráticas (...) internas". O diagnóstico de *Frederico Cabral* em 71 de que "a destruição do sistema mundial do capitalismo está ocorrendo a um ritmo que pode até ser considerado como muito intenso", junto ao relato de 73 do "fortalecimento do sistema socialista mundial", do "aguçamento da crise geral do capitalismo", da vitória do Vietnã do Norte sobre os EUA, dos acordos bilaterais entre as duas Alemanhas, do virtual fim da *guerra fria*, do rompimento do cerco imperialista sobre Cuba e da resistência chilena[68] às manobras de sabotagem do *imperialismo*[297] funcionava inequivocamente como fonte alimentadora do otimismo projetando o partido contra a muralha de pedra que via mas não era capaz de crer muito dura.

As tarefas políticas então apontadas eram, de fato, ofensivas:

> "o **descontentamento crescente** das massas possibilita o avanço do trabalho político da direção e (...) oferece elementos novos à atividade política e organizativa do Partido". "Aos comunistas cabe aproveitar ao máximo o clima de reativação das correntes políticas para impulsionar a organização e a mobilização das forças populares, principalmente a classe operária, (...) objetivando desenvolver o processo de formação de um amplo movimento antifascista".

mas nada que fosse exagerado. As eleições de 74, no entanto, *liberariam* a direção para apontar *tarefas* compatíveis com as perspectivas reais que alimentava, afinal elas pareciam ter enfim hipostasiado o

295. Possivelmente Luís Maranhão.

296. In VO/72, nº 86 (3). In VO/76, nº 129 (3). [Informe de Março /1973] pp. 138/140; grn.

297. In VO/71, nº 81 (5). Info. Mar./73, pp. 134-136. [Resolução de Novembro /1973] p. 214.

quadro antevisto pela *vanguarda*. Já em dezembro isso ficaria claro quando a VO descreve o aumento das greves em SP e os *quebra-quebras* no RJ como a demonstração de "que as massas estão **sabendo interpretar** corretamente o enfraquecimento político do regime (...)". Falava-se também na dificuldade do situacionismo em eleger seus *candidatos mais reacionários* e a *facilidade crescente* do oposicionismo na promoção dos *seus quadros mais identificados com os trabalhadores*. O famoso editorial da VO nº 118, intitulado *"Apertar o Cerco"*, seria o paroxismo desse processo ao proclamar: "trata-se agora de buscar e ativar as formas de unidade e de luta que **apertem o cerco** no qual ficou **isolado** (...) o regime (...)". Corrêa, em 79, expressaria a mentalidade então corrente ao avaliar que o Governo, desde essa época, passara *a se sustentar **exclusivamente** nos quartéis*[298]. Na verdade, isto só aconteceria com o agravamento da situação econômica no início dos anos 80, mas os comunistas trataram de adiantá-lo em uns 6 anos pelo menos.

Não se tratava mais de ilusões romanceadas como aquelas que acometiam o partido antes de 58, ou mesmo no imediato pós-58 como aponta Carone – para quem a *ilusão democrática* desse período, e o conseqüente *desarme da estrutura clandestina*, é a responsável por ter *deixado o PCB em dificuldades depois do golpe*[299] –, mas defronte de uma deficiência crônica do MCB: por mais que evoluíssem e se atualizassem os comunistas continuavam longe de entender o complexo quadro político nacional em sua globalidade e especificidade. Sinais de percepção do perigo que corriam, e mesmo do despreparo do partido para o enfrentamento com a repressão, eram encontrados a todo o momento[69] mas, misturados à avaliação equívoca do quadro político – predominantemente em sentido superlativo –, de pouco valiam para mudar as atitudes displicentes prevalecentes nos diversos escalões partidários. Em 74, às vésperas das *quedas*, a VO reafirmaria a necessidade de cuidados com a estrutura do partido:

> "é certo que a grande vitória política alcançada pela oposição tem efeitos limitados. O regime fascista (...) e sua máquina repressiva estão intatos, assim como (...) sua intenção de utilizar esses meios (...)".

Ao mesmo tempo retirava desse alerta qualquer vestígio de dramaticidade ao considerar uma nova saída golpista para a crise como inexeqüível, prevendo-se antes uma tentativa de institucionalização do regime com apoio dos moderados do MDB. Mesmo acreditando que tal saída demandaria o isolamento, pela força, do PCB – por isso a conclusão de que "reforçar a vigilância contra a ação do inimigo (...) deve tornar-se preocupação urgente (...)"[300] –, a verdade é que essa *força* era imaginada como menos *potente* do que aquela emergente do cenário do AI-5[70].

298. Res. Org./73, p. 221; gm. Res. Nov./73, p. 214. In Carone/82(a), pp. 153/154; ggmm. Corrêa/80, p. 167.
299. Carone/82(a), p. 2.
300. In Carone/82(a), pp. 153-155.

Afastada a possibilidade de um retrocesso político dessa monta e indicada a provável saída para crise pela semi-democratização com a exclusão da *classe operária e de seu partido*, era natural que o perigo insistentemente indicado pela direção fosse mitigado, afinal, até então, nenhum golpe demolidor, como o que atingira a esquerda armada, havia se abatido sobre o PCB. No fundo se pensava que *não havia condições históricas* para a devastação que se seguiria. Givaldo Siqueira, do CC, que havia sido seguido junto com mais quatro membros da direção em dezembro de 74, alertaria à Secretaria de Organização (SO), através de Dias, que a direção havia sido localizada; o secretariado, no entanto, considerou sua posição *alarmista*[301].

3- As *Quedas*, o Desterro e a Inclinação Democrática (1975-76)

O Governo, antes de qualquer cartada cooptativa, preferiu *apertar o cerco* repressivo ao que havia sobrado de esquerda organizada no país. A ofensiva repressiva contra o PCB começaria em março de 74 e terminaria em janeiro de 76 com o assassinato de Manoel Fiel F°[71] e a queda do Comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila. O saldo da operação fora o desbaratamento do partido e o exílio de quase todo o CC, que em dezembro de 75 se reunia pela primeira vez em sua história no exterior. A comparação das *quedas* de 74-75 com a repressão de 40-41, quando a desarticulação partidária foi total, é inevitável e foi feita pelos dirigentes mais antigos que sobreviveram. O aniquilamento do CC só não ocorrera agora por causa da medida preventiva de se criar uma reserva de dirigentes no exterior a partir de 71, e porque outros cinco dirigentes nacionais conseguiram escapar da captura pela polícia, como Corrêa, e fugiram em seguida para o exterior[302].

As explicações para mais este erro da cúpula comunista foram, como historicamente ocorria, insatisfatórias. A primeira reação, na VO de fevereiro de 75, foi de minimizar o problema, não obstante, de março de 74 até janeiro de 75, já terem sido seqüestradas 9 pessoas ligadas ao CC – 8 membros e 1 *quadro* auxiliar –: "não nos atingiram de modo a impedir o funcionamento dos organismos (...) de direção do Partido". Em dezembro de 75 o tom da Resolução Orgânica seria outro, até porque ela seria redigida no exterior[303]: falava-se em metade dos efetivos do CC presos ou assassinados[304].

---

301. Siqueira/94.

302. Segatto et alii, p. 153. Carone/82(a), p. 7. Corrêa/85, fita n°1. Jaimovich/93. Cândido/93.

303. A única menção oficial a este fato apareceria apenas em 79 no DCB, quando se admite que a VO era rodada no exterior onde o CC, ***em sua maioria***, se encontrava. (DCB/79, n° 18 [10])

304. In VO/75, n°120 (6). [Resolução Orgânica de Dezembro /1975] p. 244. 1/3 do CC havia sido assassinado. (Segatto et alii/82, p. 157)

O ensaio de explicação não foi menos tortuoso. Em fevereiro a VO argumentaria que "mais por descuido de nossa parte do que por eficiência deles, os inimigos dos trabalhadores conseguiram algum êxito (...) nessa ofensiva". Já em dezembro alegaria-se que teria havido

> "um aperfeiçoamento, uma mudança qualitativa no trabalho dos órgãos de repressão" que "não fomos (...) capazes de perceber". "E, ante isso, nossos métodos (...) se tornaram (...) obsoletos". *A falta dessa percepção explica* "as vacilações para romper com a (...) rotina". "Apesar de qualificarmos o atual regime político como fascista, em geral atuamos **sem levar isso em conta**". "Não acompanhamos (...) nossas ações políticas de **maiores esforços** para aperfeiçoar (...) (a) organização".

Os *pecebistas* não desconheciam o grau de eficiência atingido pela máquina repressiva, não só por terem sido atingidos em parte por ela – o que acarretaria a transferência de parcela da direção para o exterior, como já foi aludido, e o adiamento *sine die* do VII CONGRESSO previsto para 73 –, mas também por haverem, mesmo que implicitamente, indicado essa mudança nas críticas à guerrilha ao se referirem ao *enfrentamento desigual agravado pelo distanciamento das massas*. Tampouco o problema residia na não observância da qualificação *fascista* dada ao regime, na medida em que sua imprecisão impedia que ela acrescentasse qualquer novidade à política partidária, seja porque a ênfase que ela emprestava ao caráter ***único*** da frente não modificava expressivamente a formulação de 67[305], seja porque nela não cabia a saída semi-democrática como resposta à crise. Ao cabo, talvez pressentindo a fraqueza dessas explicações, mas, sem dúvida, não percebendo a terrível implicação do uso dessa fórmula 53 anos depois da fundação, a direção sacaria da velha cantilena da expiação coletiva de culpas: "(...) o Partido ainda não é orientado por uma **firme ideologia proletária**. A ideologia pequeno-burguesa ainda persiste entre nós (...)"[306].

O difícil, sob todos os pontos de vista, era encarar frontalmente as debilidades organizativas e pessoais, e admitir que a luta pelo poder entre os dirigentes partidários também estava por detrás da falta de rigor com a segurança. A resistência de Prestes em sair do país em 71[72], por temor de ficar longo tempo afastado do contato com a *máquina*, expressa bem o tipo de problema que a luta interna causava para a mobilidade de seus quadros de direção numa situação de intensa perseguição policial[73]. A concentração de *tarefas* importantes nas mãos de poucos dirigentes era outra manifestação dessa luta interna, seja por iniciativa do dirigente ou por imputação dos seus pares que com isso podiam controlar os postos cardiais da organização. Mas, este procedimento tinha a enorme desvantagem de tornar vulnerável o conjunto da estrutura partidária, tanto pela excessiva exposição de clandestinos com funções importantes no *aparelho*, o que tornava catastrófica para a *máquina* a *queda* seguida de confissão de apenas um desses dirigentes, quanto pelo aumento da possibilidade de

305. Ver nota [85].

306. In VO/75, nº120 (6). Res. Org./75, pp. 244-246; ggmm.

contaminação dos distintos esquemas clandestinos. Na verdade, na ausência de motivos externos maiores, para evacuar a direção e mudar seus métodos de ação tinha-se, para usarmos palavras de Siqueira, "que mudar radicalmente a direção, mudar quem estava mandando. Como ninguém queria largar o osso..."[307].

Em relação aos procedimentos clandestinos haviam vários *furos*. Prestes, ao se tornar dissidente em março de 80, não teria dificuldade em admitir que o PCB havia sido desarticulado durante as *quedas* e apontar a não separação do trabalho legal do ilegal como um dos elementos responsáveis por isso. De fato, alguns dirigentes mesmo clandestinos moravam com suas famílias em endereços legais. era o caso de Melo, que apesar de responsável pela segurança de Prestes depois do golpe tinha endereço legal em Copacabana. Coelho também, nos anos 70, manteve endereço legal não obstante ser o responsável pelas finanças partidárias[74]. O problema mais comum, porém, eram as falhas nos próprios procedimentos clandestinos. Reis, por exemplo, mesmo sendo 1° Secretário do CE/SP e membro da CECC era facilmente encontrável por outros dirigentes após o AI-5 em *pontos* clandestinos nos supermercados paulistas[308]. Outros dirigentes, em contraste, tomavam o cuidado de checar os *rabos* em seus *pontos*[309], mas esse não era um procedimento padrão. De um modo geral vigorava certo desleixo em relação a esses procedimentos talvez em função do longo tempo em que se estava submetido à clandestinidade. Mesmo alguns lapsos aparentemente sem importância – incorporados até ao folclore interno – comprometeriam igualmente o esquema de segurança. Na Conferência Estadual fluminense para o VI CONGRESSO, por exemplo, todo o complexo e rigoroso sistema clandestino de transporte executado para manter em segredo o local do encontro foi desperdiçado por Valério Konder em seu pronunciamento quando saudou os delegados reunidos "nas colinas de Teresópolis"[310].

A má preparação da atividade ilegal de propaganda e imprensa também foi responsável por várias *quedas*. Haviam vários jornais clandestinos feitos pelo partido e os procedimentos de postagem não eram sempre seguros. É o caso do jornal *Resistência* editado clandestinamente por Coelho da Graça em SP, cuja distribuição era feita pelo correio e fora interceptado em função da postagem se dar regularmente na mesma agência[311]. Imprimir e distribuir a VO também era tarefa de alto risco. Coelho cairia, em janeiro de 75, em função de problemas com a distribuição do jornal. Bonfim e Montenegro também seriam capturados, e assassinados, após terem participado da operação de sua impressão em março – o único sobrevivente da operação foi Régis Fratti, que se tornaria o *homem forte* do PCB paulista depois de 86 –, feita com o intuito de desmoralizar a repressão e seu anúncio de que o *órgão*

307. Siqueira/94.

308. Jaimovich, ao voltar do exterior clandestinamente, ficaria impressionado ao constatar que havia até fila para conversar com ele num desses *pontos* e se recusaria a estabelecer novos contatos naquelas condições. (Jaimovich/93)

309. Tal procedimento consistia em *desfilar* em lugar previamente estabelecido, antes do *ponto*, para que seu interlocutor pudesse averiguar se o encontro estava sendo *acompanhado*.

310. [Prestes, Luís Carlos /1980] p. 320. Cândido/93. Jaimovich/93.

311. Nesse episódio por pouco a polícia não prendeu Jaimovich, responsável pela postagem da VO num sistema de rodízio por agências, que, por acaso, escolhera inadvertidamente a mesma agência naquele dia. (Jaimovich/93)

oficial do PCB havia sido posto fora de circulação depois do *empastelamento* da gráfica carioca em janeiro[312].

Havia também o seriíssimo problema da *infiltração* policial na cúpula partidária que emergeria publicamente a partir da autodelação do agente *Carlos*, na verdade o antigo militante mineiro Adauto Oliveira dos Santos[75]. A ascensão de Santos à alta cúpula do partido, provavelmente já como agente da CIA, data de 62 quando empregado num organismo da ONU se ofereceria para ajudar a Secretaria de Relações Internacionais (SRI) em função de suas viagens constantes ao exterior. Prestes era, então, o responsável por essa área e quem o apresentou a Santos foi Dias, que travara conhecimento com ele por intermédio de Costa como já foi assinalado. Já colaborando com a SRI ele alegaria a necessidade de maiores informações sobre o partido para repassá-las aos *partidos irmãos*, obtendo a permissão de Prestes para assistir às reuniões da SO onde se fazia a troca de informações sobre a organização partidária – com a mesma alegação conseguiria, mais tarde, acesso direto às direções estaduais. Por essa ocasião, o militante mineiro Canelos denunciaria-lhe como agente da CIA sem, no entanto, conseguir sensibilizar a cúpula partidária. Era tal a confiança do *núcleo dirigente* em Santos que este chegaria a ser designado para acompanhar Prestes numa reunião internacional dos PCs – nessa viagem, o avião que tomaram em Buenos Aires aterrissaria imprevistamente no Galeão, aparentemente por problemas técnicos[313].

Através de Santos a CIA, e portanto a repressão brasileira, conseguiria mapear o funcionamento de vários organismos do partido o que explica as inúmeras abordagens da *inteligência* norte-americana no sentido do recrutamento de quadros históricos do partido[76] e várias prisões e mortes ocorridas nos anos 70, sobretudo a prisão de Saad[314] e de Célio Guedes, que seria assassinado, em agosto de 72[315].

A eficácia da repressão e o desbaratamento do partido, aliados à recusa de uma investigação político-organizativa séria por parte do CC acerca das causas de mais esta derrota, levariam à proliferação de acusações e suspeitas que, não refutadas, serviriam para acirrar o clima interno de desconfiança e alimentar com mais lenha uma luta interna que tinha tudo para explodir no médio-prazo. Multiplicaram-se então diversas versões cujo eixo básico era a tentativa de explicar a derrota do *destacamento de vanguarda do proletariado* a partir de algum evento *fantástico*. A falta crônica de reflexão sobre os erros recorrentes do partido e a mágoa dos companheiros e familiares das vítimas, ensejou a cristalização dessas hipóteses, aparentemente espetaculares[77].

312. Jaimovich/93. Azedo/93.

313. Siqueira/94.

314. Saad seria capturado junto com Guedes, que o fora buscar na fronteira, ao retornar ao país. A data de sua volta fora obtida através de uma carta guardada no cofre do aparelho de Aloísio Nunes Ferreira onde ele anunciava seu retorno. (Siqueira/94)

315. Vinhas/82, p. 247. Segatto et alii/82, p. 148.

Uma das hipóteses mais veiculadas é a da eliminação de adversários internos nos anos 70 por meio de informações repassadas à repressão[78], sem contudo delimitar-se com clareza as pessoas ou os grupos envolvidos na delação. Uma acusação mais personalizada fora dirigida contra Siqueira e lhe valeria logo após as *quedas* a *geladeira*[79] – ou seja, a manutenção de seu posto sem que lhe fossem dadas tarefas relevantes – de dezembro de 75 à 79. A punição seria fruto do respaldo dado pela KGB à acusação, o se explicaria, segundo Siqueira, por terem os soviéticos se envolvido na luta interna da direção recém-chegada a Moscou[316].

Depois de rachar com o partido, Prestes também seria alvo de acusações pessoais. Especulou-se, a partir de então abertamente, que as famosas *cadernetas* de 64 teriam sido deixadas em sua casa depois do golpe em razão de uma negociação com os militares em troca da *liberdade* – conjectura defendida por Cândido. Outros sustentaram que a negociação acontecera por ocasião de sua retirada do país em 71 – hipótese sustentada por Corrêa mais recentemente na imprensa. A mais recente e bombástica das acusações, por ter sido feita por um torturador à pouco tempo em plena democracia, envolveria Melo como colaborador da repressão. Melo, chamado no exílio de *pacato*, não teria nenhuma conduta desabonadora ou suspeita anterior. Ao que se saiba, o fato mas grave narrado no partido como um acidente foi a perda de sua pasta num táxi que continha documentos de Cláudio, dirigente de Santos, que foi em seguida preso[317]. Afora este episódio houve a abordagem de Melo pela CIA em maio de 66, quando este cuidava do aparelho onde estava escondido Prestes; episódio aparentemente sem maiores conseqüências para a segurança do Secretário-Geral. Tão séria quanto estas, embora sem nome citado, e tratada como segredo de partido, é a hipótese de que um dos desaparecidos do CC tenha sido o *colaborador* que mudara de identidade após ajudar no desmantelamento da organização[80]318.

Embora não se possa, nem se deva, descartar a sugestão de um ou mais traidores infiltrados na cúpula *pecebista*, a verdade é que não precisamos dela para explicar o fracasso retumbante da organização em meados dos anos 70. Para os *pecebistas*, no entanto, a *linha justa* que portavam e a *invencibilidade histórica* da organização[81], presumida em função de sua persistência e não a partir das vitórias que conseguira colecionar em décadas de lutas, eram garantias suficientes de que o triunfo estava próximo e, por isso, buscavam na *traição* a resposta para a derrota acachapante imposta pelo regime militar.

a) recuo em meio a novas possibilidades

Diante da ofensiva repressiva a cúpula *pecebista* tentaria manter o partido funcionando. A palavra-

316. Siqueira/94.

317. Acidente semelhante teve Siqueira no sul, quando para lá foi mandado em abril para trabalhar nas eleições de 74, embora tenha perdido apenas seus documentos. (Siqueira/94)

318. Cândido/93. Melo/92. Jaimovich/93. [Fonte Anônima /1992].

de-ordem na VO de 75 era "aumentar a segurança de nosso trabalho, **sem reduzir nossa atividade** política e nossas **ligações com as massas** trabalhadoras – eis o desafio que está posto (...)". A orientação era reforçada por uma Resolução Orgânica que constatava:

> "vivemos hoje uma situação excepcional. Paralelamente à brutal repressão que se abateu sobre nós, desenvolve-se no país um movimento de massas de oposição à ditadura (...)". "Os militantes comunistas devem atuar **estreitamente ligados** às massas. Somente assim os golpes da reação poderão ser neutralizados"[319].

Os paulistas foram os primeiros a preconizar, ainda em 74, uma ampla "campanha de denúncias das arbitrariedades e prisões, bem como a solidariedade das massas aos presos e perseguidos (...)"[320]. Esta determinação foi importante para a mobilização de protesto em torno do assassinato de Vladimir Herzog em outubro de 75[82], e, em menor escala, de Manoel Fiel F° em janeiro de 76. Mas, além de tardia, era infrutífera diante do isolamento da cúpula *pecebista* formada por pessoas de longa militância cujo prestígio era restrito a reduzidos círculos das elites política e sindical ou havia se perdido no tempo. Por mais que falassem em Capistrano, Massena, Maranhão e Ribeiro como "nomes de grande prestígio" isso não[321] tornava menos difícil a mobilização por eles. Bonfim, o último dirigente nacional *pecebista* capturado pela polícia, apesar de assassinado 15 dias antes de Herzog não mereceu 1/10 da mobilização deste. Isto acontecia por um motivo trivial: enquanto Herzog vivia legalmente e exercia sua profissão liberal como qualquer cidadão de classe média, Bonfim era um profissional clandestino de um partido bem mais propenso à ação democrática do que à revolucionária, mas que insistia em manter práticas de funcionamento condizentes com a tradição bolchevique de seus primórdios[83]. Funcionando à moda de um partido revolucionário, no Brasil dos anos 70, com um programa nacional-democrático reformista os *pecebista* mantiveram-se coesos e ativos mas condenados ao gueto. Não podiam tirar qualquer vantagem de sua 2ª *conversão democrática* porque continuavam ligados umbilicalmente à revolução; não podiam aproveitar a clandestinidade porque seus métodos de luta estavam voltados exclusivamente para a legalidade.

A resultante desse paradoxo foi a paralisia, reconhecida pelo próprio CC, no momento em que os movimentos sociais iniciavam seu desabrochar. As camadas médias ilustradas, saturadas pela tutela repressiva[322], davam partida ao movimento social pelo fim da ditadura enquanto os *pecebistas* debandavam. A inspiração *ideológica* desses setores era, mesmo que inconscientemente, o PCB, mas a estrutura clandestina e burocratizada do partido, treinada na prática do enclausuramento no aparelho para a auto-defesa, impedia que esta *coincidência* se transmutasse em efetiva articulação política. Os

319. In VO/75, n°120 (6); ggmm. Res. Org./75, pp. 247-248; gm.

320. Nota SP/74, p. 4.

321. VO/75, n° 120 (3).

322. No 1° semestre de 74 estimava-se em 27 o número de presos políticos mortos. Em 75 calculava-se que mais de 1.500 pessoas haviam sido presas, torturadas ou assassinadas pelo regime. (DCB/76, n°s 1 [3], 2 [1])

militantes que tentavam reagir ao isolamento imposto pelo inimigo e pela própria doutrina comunista travaram tão somente uma luta heróica contra toda uma mentalidade e uma história arraigadas.

O aparelho em debandada desempenhou papel reduzido no processo de resistência. Xingaram Geisel de "*fuher*", denunciaram internacionalmente os crimes cometidos, protestaram pela imprensa clandestina e furaram o bloqueio da censura nas elites editando jornais com matérias cortadas na grande imprensa[323], mas não foram capazes de impulsionar a mobilização social. A mobilização estudantil, naquele momento a vanguarda social da resistência, ficou a cargo das facções revolucionárias remanescentes que, como nos aponta *Zé Beto*, em função de sua parca "estrutura na sociedade (...) se concentravam nas Universidades" tentando a recomposição. Em Brasília (DF) o PCB não reagiria às *quedas*, "nós sequer (...) soubemos quem tinha sido preso"[324].

No Rio tentaria-se repetir a missa em memória de Herzog celebrada em SP, mas Dom Eugênio Sales impediria mandando fechar a Igreja do Castelo. Em Niterói, onde os *pecebistas* haviam preservado suas bases universitárias, aconteceria na Universidade Federal Fluminense (UFF) o único ato público que o partido fora capaz de organizar em reação às *quedas*. Neste caso a mobilização estudantil, que teve a presença de mais de mil pessoas, seria motivada pela prisão de um dirigente que mantinha atividades legais na própria instituição, o Professor Albuquerque que era membro do Comitê Municipal (CM) de Niterói e que havia sido preso junto com o jornalista Maurício Azedo, tio de Luís Carlos Azedo que se projetaria como o mais importante líder estudantil do PCB na ocasião. A atuação de Azedo na UFF plasmaria uma ruptura *de fato* com a postura da maioria dos militantes e dirigentes face a luta democrática em meio à perseguição policial, muito embora não fosse ele um adepto das heterodoxias da *direita*. Os dirigentes com grandes responsabilidades dirigiam-se espontaneamente e por auto-defesa para o anonimato da clandestinidade, ao passo que os militantes sem grande inserção na estrutura, mas receosos da repressão, recolhiam-se a um engajamento político discreto beirando a nulidade. Azedo estava sendo seguido ostensivamente fazia uns 15 dias, mas optou defender-se no movimento e não no aparelho:

> "eu tive muito problema de segurança, mas eu **fiquei legal** e **atuando** no ME. Reduzi minha atividade *orgânica* e me concentrei no trabalho de massa. O Partido propunha minha ida para a clandestinidade, (...) depois que minha casa foi invadida pela polícia. Ao invés disso, compareci no segundo ato em solidariedade aos presos e **denunciei a invasão**. Passei a ser a principal liderança que o Partido tinha no ME"[325].

O que predominaria, todavia, seria o recuo e a nulidade, como fica claro no depoimento de *Zé*

323. O jornalista Maurício Kubrusly, então n'O ESTADO DE SÃO PAULO, repassava as notícias ali censuradas para Jaimovich, que editava o jornal. (Jaimovich/93)

324. VO/75, nº 120 (3/4). Jaimovich/93. ["Zé Beto" (José Humberto Rodrigues) /1992].

325. Azedo/93; ggmm.

Beto sobre o início de sua militância estudantil em 75:

> "queria entrar em contato com o *Partidão*. Conheci a (...) AP, (...) o MEP, (...) o PCBR, (...) o MRT (...) Mas, e o PCB? Parecia perseguição. Não achava. Argumentava comigo mesmo para não entrar para outras tendências. (...) Para uma (...) alegava (...) a questão da constituinte (...). Para outra, as liberdades democráticas. (...) Não podia falar de simpatia por um partido clandestino que **não tinha nem mais certeza de sua existência**".

Esta meta só viria a se concretizar em 77 no Rio, depois de superado o bloqueio da base partidária que continuava não recrutando mesmo passado 1 ano da onda repressiva[84]. Os militantes estudantis ligados a *Zé Beto* em sua 1ª fase na UnB teriam a mesma dificuldade, sendo ligados ao partido, no mesmo ano, por intervenção direta de Prestes, que se encontrava em Moscou[85][326].

No campo da esquerda radical, como já foi observado, as coisas se passavam de maneira diferente, não só pelos limites sociais desses grupamentos mas também por seu descompromisso com a busca de um *equilíbrio político para a transição democrática* e pela fé na inexorabilidade da *revolução*. A conjunção desses fatores impulsionava a militância radical, como nos diz *Zé Beto*, para uma prática "(...) de organizar o movimento (...) inigualável". Na UnB, os militantes trotskistas do Partido Operário Revolucionário dos Trabalhadores (PORT) lideraram lutas contra as arbitrariedades dos vigilantes, editaram jornais que atingiam toda a Universidade, elegeram representantes estudantis para os órgãos colegiados (1973), constituíram com estes representantes um organismo clandestino para orientar o ME (1974), que se transformaria no Conselho Estudantil (1975) reunindo 16 representantes de 32 departamentos e dando ensejo à massificação do movimento – inclusive com o aparecimento de uma ala moderada capitaneada por simpatizantes do PCB, chamada *Unidade*, que se constituiria como uma frente anti-PORT. Em contraste com a cautela e o medo dos simpatizantes do PCB, os radicais sustentavam uma combatividade política que não se via desde 68. O PORT desafiara abertamente a repressão na missa em memória de Herzog, enquanto os stalinistas do PCdoB, em 77, ousavam reanimar a greve estudantil na UnB destacando um militante para correr aos berros pelos pátios vigiados pelos soldados denunciando uma perseguição policial fictícia que, ao provocar sua prisão, despertava a indignação da massa estudantil que assistia à cena[327].

No RJ as manifestações de rua que impulsionariam o ME também seriam capitaneadas por facções radicais a partir do ato público na UFF em 77, convocado pela Convergência Socialista (CS), contra a prisão de militantes do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) que participavam do 1° de Maio paulista. O protesto em Niterói atrairia cerca de 900 pessoas e nele se decidiria a realização de

326. *Zé Beto*/88, pp. 79-81; gm. *Zé Beto*/92.

327. *Zé Beto*/88, pp. 28/29/38/39/41/71. *Zé Beto*/92.

Comício relâmpago dos estudantes da USP em 30 de março de 77

Repressão à passeata estudantil paulista em 5 de maio de 77

In Segatto et alii/82, p. 155.

um ato maior na PUC/RJ, que aglutinaria, segundo os organizadores, cerca de 7 mil pessoas[86][328]. Os *pecebistas* não lideraram nenhuma manifestação de rua importante entre 77-78 no Rio e tiveram participação pífia nas que ocorreram, com exceção da manifestação eleitoral de 78 liderada pelo *amaralista* Nelson Carneiro, malgrado a boa receptividade que obtinham no centro de negócios da cidade.

O retraimento do partido se manifestaria também na política interna do ME. Brasília é um exemplo de retraimento exógeno, onde um grupo de simpatizantes inexperientes busca na orientação partidária um rumo para uma crise intra-universitária com implicações políticas complexas em função do fator geopolítico. O conflito entre estudantes e a Reitoria da UnB foi deflagrado pela primeira eleição direta do DCE – ali chamado de Diretório Universitário. A eleição, embora negociada, realizaria-se num clima tenso sob provocações policiais e advertências da Reitoria que mal dissimulavam a contrariedade dos militares e do Reitor com aquela pretensão. O processo teria início no segundo semestre de 75 com a mobilização pela criação do DCE que desembocaria na 1ª assembléia geral da Universidade, depois de anos, convocada para discutir o estatuto da nova entidade, em que 300 estudantes compareceriam. A reação do Reitor foi imediata e centrada num estudante que havia feito um discurso repudiando o 477 e o AI-5. Na 2ª assembléia, os simpatizantes *pecebistas*, que dirigiam o processo, mesmo pedindo aos inscritos para falarem apenas sobre o assunto em pauta[87] não conseguiriam evitar com que novas dificuldades fossem sobrepostas, agora sob a forma de vetos a vários artigos do estatuto votado. A cada novo empecilho o movimento crescia ao invés de se esvaziar, chegando-se a realizar assembléias com 1.200 estudantes e uma manifestação de 500 estudantes na porta do MEC, no fim do ano, na tentativa de obter uma audiência com o Ministro Ney Braga. Apesar disso, os proto-*pecebistas* insistiriam em driblar os da Reitoria recuando a cada nova exigência por esta apresentada. No bojo de um movimento em ascensão as lideranças abrem mão, previamente, de impor derrotas aos opositores da criação do DCE estimulando a Reitoria ao lance mais ousado da proibição pura e simples das eleições. Os ânimos, então, se acirrariam entre os estudantes sem, porém, que suas lideranças, pegas no contra-pé, tivessem clareza do caminho a trilhar – como admite *Zé Beto*, "ninguém sabia o que fazer, estávamos transtornados". A decisão, tomada em nova assembléia, seria mais uma vez a de recuar aceitando o diretório atrelado com a perspectiva de lutar no seu interior, na Justiça e no Congresso para estender suas prerrogativas. Ao final da discussão, todos acabariam descendo à Reitoria, que àquela altura se encontrava vazia. Recusando-se a dialogar o Reitor decretaria a suspensão dos integrantes da *mesa* da última assembléia, suscitando uma nova reunião cujos trabalhos seriam assumidos por 20 pessoas. A perplexidade era total:

> "estávamos atônitos com a rapidez dos movimentos da reitoria. Ninguém nos recebia e a porrada comia. (...) Estávamos perdidos. Não sabíamos onde eles queriam chegar com essa

328. Azedo/93.

atitude"[329].

Surge então, finalmente, o PCB com uma orientação clara para os estudantes, mas distanciada do processo de luta: *não radicalizar! Não perder a calma!*. A preocupação, compartilhada por parlamentares da ala *autêntica* do MDB como Airton Soares, era a de evitar o incêndio político que uma repressão com vítimas poderia causar[88]. No contato que manteve com *Zé Beto* para transmitir-lhe a orientação da direção partidária, José Paulo Netto – que se tornaria o intelectual mais próximo do *núcleo dirigente* nos anos 80, chegando mesmo a membro efetivo da CECC onde nenhum outro intelectual havia estado antes – enfatizaria os reflexos daquela crise na política nacional, alertando-o para a articulação que partia da Casa Militar, sob a chefia do General *duro* Hugo Abreu, combinada com a Reitoria da UnB, no sentido de acabar com o ME a nível nacional. O plano, para ser desencadeado, necessitaria da radicalização estudantil no DF de modo a criar condições políticas para que as tropas militares invadissem os campi *sob influência comunista*. Os *pecebistas* temiam que assim se pusesse fim ao ME tal como ocorrera em 68 e, de quebra, se atingisse todo o *movimento democrático* com a proibição da reunião anual da SBPC marcada para a capital, e um novo retrocesso político. *Zé Beto* avalia da seguinte maneira a orientação:

> "o que o PCB me pediu foi a minha cabeça. Mas não houve nenhuma decepção, nós sabíamos que o PCB era o **partido do não enfrentamento** e nós estávamos **dispostos** a fazer este sacrifício em nome do movimento, como um gesto de heroísmo, como deixara a entender José Paulo Netto"[330].

O resultado do "recuo tático organizado" proposto pelo PCB "para preservar o ME", aprovado no Conselho de Representantes sob o protesto de poucos, traria alguns prejuízos à influência *pecebista*. De um lado, a LIBELU investindo contra a moderação do grupo *Unidade* causaria-lhe defecções, de outro, a própria legitimidade do Conselho seria questionada abrindo brechas para a quebra da hegemonia da facção moderada na UnB[89][331]. De um modo geral, a idéia de *impedir o confronto desigual*, apropriado ou não, e de não prejudicar o *conjunto da articulação democrática* predominaria na práxis partidária estudantil sobre a pretensão histórica da esquerda de fazer das experiências, amargas ou belas, a base para a criação de uma consciência coletiva mais avançada. Esta lógica, predominante mesmo entre os segmentos mais à *esquerda* no partido, empurraria os militantes para seguidas concessões em nome do prosseguimento do *processo de acúmulo de forças*, cujo fim nunca era claramente divisado. Abstratamente sensato, o cálculo da *acumulação de forças*, todavia, demonstraria-se mortalmente artificioso ao tratar **todos** os embates iminentes como *desfavoráveis* e *desiguais* despejando sobre um momento, exógena e arbitrariamente definido como *oportuno*, toda a

329. *Zé Beto*/88, pp.30/31/49/51.

330. *Zé Beto*/88, p. 52. *Zé Beto*/92, ggmm.

331. *Zé Beto*/88, pp. 52-54/69.

carga das demandas anteriormente postergadas, ou, simplesmente, adiando indefinidamente sua solução. Em ambos os casos, mantida a disposição de luta estudantil, a tendência dos estudantes era pela radicalização, abandonando as lideranças que se obstinassem na moderação. O cálculo *pecebista* não só não garantia seu objetivo expresso de evitar a derrota em função da *descorrelação* de forças, como ainda diminuía a *competitividade* de suas lideranças face aos mais radicais.

Também na UFF, onde, ao contrário da UnB[332], o partido tinham tradição e nunca deixara de atuar, mesmo durante as *quedas* quando o assistente José Otto e uma parte do Comitê Universitário (CU) foram para a clandestinidade, os *pecebistas* pecavam pelo mesmo excesso de cautela na condução das lutas, mesclado com o conservadorismo de quem *estava no poder* da estrutura política estudantil interna. A base partidária em 75, apesar de bem organizada – com reuniões freqüentes e plano de estudo – assistida, antes das *quedas*, por um remanescente de 68 membro do CE/RJ (Nilton), prestigiada pelo Comitê Municipal (CM) de Niterói – o qual nutria-se basicamente de *quadros* oriundos da Universidade e conseguira eleger o metalúrgico Alves de Brito como Deputado Estadual em 74 –, controlando o DCE – que havia sido reaberto pelo partido num processo eleitoral indireto e tinha um Presidente formal, sem filiação partidária, e um outro clandestino do Partido – e inúmeros Centros Acadêmicos (CAs), e possuindo "um forte trabalho de massa", "muito maior do que o da *esquerdinha*", segundo Azedo, não conseguiria enfrentar a radicalização do ano de 76 e evitar a perda de terreno com a massificação do ME, à semelhança do que ocorria no DF. A radicalização na UFF passaria também pela invasão policial – 3 ao todo –, e por uma greve que duraria todo o semestre, ao cabo da qual emergeria a proposta de eleições diretas para o DCE, cujo resultado deveria ser homologado pelo Conselho de Entidades dos CAs –, apresentada pela trotskista Convergência Socialista (CS). A proposta seria rejeitada pelo PCB sob a alegação de que o *processo criaria condições para o aparecimento de uma entidade paralela*. As *quedas* haviam deixado o CU sem contato com o CE/RJ por uns 6 meses[333], portanto esta era uma posição, à princípio, tomada sem o conhecimento dos *dirigentes superiores*. Mas, isso não diminui a significância do posicionamento, revelação de um conservadorismo latente no *pecebismo orgânico*. Enquanto o *proto-pecebismo* **recuava** diante do **temor** do *retrocesso*, o *pecebismo* militante **não avançava** para **não perder** posições já consolidadas.

O lançamento da chapa *Ponto de Partida* pelos trotskistas acabou fazendo da campanha eleitoral um fato consumado, cujo sucesso premiria os militantes de base, Azedo incluído, a uma adesão forçada à eleição através do lançamento, em cima da hora, da chapa *Liberdade no DCE* contra a orientação do CU. A vitória dessa chapa, com apenas 2 dias de campanha, num escrutínio em que 16 mil estudantes, dos 20 mil matriculados, participariam[334] apenas desnuda o desencontro a que estava

332. Na UnB, os *quadros pecebistas* pré-75 não estiveram à frente do movimento em 68 nem exerceram influência posterior por terem sido presos e estarem *queimados*. (*Zé Beto*/92)

333. Azedo/93.

334. Azedo/93.

fadado o partido em relação à sua verdadeira base social.

A origem da tibieza política dos *pecebistas* nas Universidades, e não apenas nelas, que mesmo o voluntarismo e a perspectiva renovadora de alguns militantes não conseguiriam superar, deve ser buscada na política geral de combate ao *esquerdismo* emanada do VI CONGRESSO e adaptada à evolução das correntes internas depois das *quedas*, e na concepção *aparelhista* de partido presente, sobretudo, nos dirigentes mais velhos dos centros importantes de poder[90]. Apesar das óbvias referências positivas às manifestações de protesto estudantis realizadas desde 76 – mais enfáticas nos Documentos dos Comunistas Brasileiros (DCB), editado no Rio, do que na VO –, predominava no PCB a desconfiança em relação às inclinações das lideranças estudantis emergentes, mesmo tendo a influência se reduzido bastante após o fracasso da guerrilha no início dos anos 70. As raízes da desconfiança pode ser explicada tanto pelo impacto interno do *esquerdismo estudantil* pós-golpe, como pelo temor de que a volta dos embates de rua reocasionassem *fissuras na frente única, provocando o retrocesso*. Já em 71, antes mesmo dos primeiros sinais de reanimação do ME, que apareceriam em 72, encontraremos um artigo de *Rodrigo Araújo* – possivelmente Montenegro de Lima – datado de março, na VO, que afirmaria "a importância das lutas estudantis", "nas condições atuais", para "a própria formação da frente antiditatorial" apontando a necessidade de superação dos *elementos que estorvavam o ME*: os *pequenos-burgueses*. Tratava-se de deter "o recrudescimento da **pressa** pequeno burguesa, que arrasta parcelas de nossa juventude para **soluções aventureiras**". *Araújo* percebera que "o movimento dos estudantes universitários se rearticula apresentando um grau de maturidade política maior do que em anos passados (...)", mas não que isto poderia implicar, como de fato ocorreria, numa mudança do próprio *esquerdismo*[335].

A evolução da compreensão da dinâmica e do papel do ME na política do país não só seria bloqueada depois das *quedas* como ainda sofreria um retrocesso no interior do partido. Os articulistas que passaram a se ocupar do assunto, mais presos às experiências passadas, não apenas desprezariam os sinais de evolução da mentalidade estudantil como adotariam uma postura de censura diante da persistência de traços vanguardistas no ME. Malin, por exemplo, irritaria-se em 78 com as aparições públicas do MEP, seja pregando publicamente sua política, seja denunciando a prisão de seus militantes, sem perceber que por detrás da velha cantilena – agora efetivamente impotente – brotava uma nova radicalidade democrática: "o que querem essas pessoas? Atrair a repressão para *radicalizar o processo*?"[336].

A reação do *eurocomunista* Malin, isolado no exterior há alguns anos, expressava mais do que uma incompreensão individual uma inflexão importante, embora sob **forma** passageira, operada na

335. VO/77, nº 132 (7). In VO/71, nº 77 (8); ggmm.
336. In VO/78, nº 145 (4).

cúpula partidária a partir de 75. As posições mais *realistas* defendidas pelo CE/GB em 70, como a principalização das eleições no processo de resistência, seriam desde então um patrimônio de todo o partido. A idéia de *"Garantir a Realização das Eleições (...)"*, expressa na VO de abril de 76, embora não cancelasse o chamamento para *"(...) Aumentar a Resistência à Ditadura"*, implicava num claro recuo diante do *apertar o cerco* de 74. A articulação dos movimentos sociais perdia seu espaço próprio no discurso partidário para se integrar ao discurso do concerto oposicionista. Era a partir da integração do MS com o *emedebismo* que o *pecebismo* passava a conceber sua relação com os movimentos organizados[337]. Sem dúvida estávamos diante de mais uma inflexão política importante: depois de revisar o perfil das alianças concebidas em 67 e de atar a política democrática ao triunfo *emedebista*, o partido abria mão *de fato* da *autonomia da classe operária na revolução brasileira*, um de seus dogmas maiores – embora seja certo que sua vigência fosse mais virtual do que real depois do fracasso da insurreição *prestista*-comunista de 35.

A nova inflexão coincidiria com a dispersão do *prestismo* no CC e a ascensão da *direita* a uma posição de destaque no exílio, hipostasiada no monopólio sobre a VO[91] – "só publicávamos o que queríamos"; diria mais tarde Temer, o editor do jornal – e no apoio a ela emprestado pelo PCI, que a imprimia. No país o CE/GB, em sua nova fase sob a liderança de *Geraldão*, operava movimento destoante pela *esquerda*.[92] O DCB, jornal oficial do CE/GB, defenderia em 76 posição distinta da expressa na VO por Malin:

> "com referência à relação entre as forças do movimento, torna-se de suma importância a nossa **aproximação** com as tendências (...) de esquerda (...) que apresentam pontos comuns com a nossa tática (...). Entendemos que esta audaciosa política de massas não são representadas por confrontos com a ditadura, sem apoio das massas. (...) É preciso entender que a **política de recuo** orientada pela direção nacional, se prende à medidas orgânicas que preservem a estrutura partidária. A partir daí tirar conclusões sobre uma política de massas de recuo, **em que lideranças *segurem* o movimento ou tentem resolver os problemas políticos (...) *por cima* é abandonar a política partidária (...) por uma (...) acomodação direitista"**.

Todavia, isso não garantiria aos cariocas uma *orientação justa* ou *mais combativa* como já vimos no caso da PUC/RJ, em função de uma visão de luta política que privilegiava mais a manutenção da estrutura partidária – e, naturalmente, do *status quo* – do que sua influência política. Em função disso, a *direita* aproveitaria para escarnecer da *esquerda* burocrática propagandeando sua pretensa *linha de massas* e criticando o *catacumbismo*:

> "preconizar o imobilismo como **forma de sobrevivência** é esquecer que (...) só elas (as massas) podem protegê-lo da repressão". "Não se pode, a pretexto de segurança, tolher a articulação íntima dos comunistas com o movimento de massas (...)";

337. [Voz Operária /1976] nº 123 (1).

dizia, em 77, Nemésio Salles[338].

Para além destes fatores políticos deve-se levar também em conta os fatores sociológico e ideológico na explicação da tibieza da práxis *pecebista* nas Universidades. A maioria dos dirigentes, seja por sua origem social e pela dedicação integral ao partido, não tiveram contato com a Universidade – a não ser através dos militantes partidários – ou não puderam aprofundá-lo, de modo que não eram capazes de entender as mudanças nela operada nos anos 70[93]. Combinado ao fator distanciamento socio-cultural, a crença ideológica na desclassificação dos *pequeno-burgueses*, onde os estudantes eram localizados[94], para assumir a *vanguarda da luta democrática* – não obstante fosse entre estes que o MCB recrutava seus mais destacados líderes – completava o quadro de estranhamento da cúpula *pecebista* em relação à elite universitária fechando o quadro explicativo do plano secundário e da pouca atenção a que o setor fora relegado.

Nenhum destes fatores causariam mal-estar entre os jovens estudantes que se aproximavam do PCB nos anos 70. Ao contrário, o distanciamento fora inicialmente encarado como uma vantagem em função da frouxidão do controle e da autonomia da formulação. *Zé Beto*, por exemplo, avaliara positivamente o fato de seu *recrutador* não ter muito o que dizer, fazendo crer que o partido não era possuidor de fórmulas prontas e acabadas para o movimento social, como as outras facções de esquerda e sua pregação *revolucionária*. Esta impressão *ingênua*, porém bastante conveniente, não se sustentaria com a anistia e a volta dos dirigentes partidários exilados. O choque cultural-geracional entre estes dirigentes e as bases estudantis *pecebistas* não tardaria a se revelar, como nos relata *Zé Beto*:

> "as figuras do partido estavam muito longe da nossa vivência. O primeiro contato que tive com o Giocondo foi numa reunião da base da PUC, onde ele narrou histórias de 35 para nos passar experiência. Uma **vivência tão longínqua** que parecia história da carochinha. **Ele não sabia de nada do que nós havíamos feito e do que estávamos vivendo na época**. Não era uma liderança capaz de nos convencer de qualquer coisa que fosse; assim como o Prestes. Destes, o que tinha alguma coisa para nos dizer era o Givaldo, que tinha vivido 68 como assistente dos universitários. Mesmo assim, sua **visão era ultrapassada**, ele não entendia as novas questões que haviam sido postas desde então. Givaldo confundia todas as lutas da década de 70 com as de 68, **nos tratava como se estivéssemos prestes a nos lançar na luta armada**"[339].

O crescimento do PCB no ME, entre 75-80, apesar de todos os empecilhos observados, expressa a disponibilidade da geração estudantil pós-68 para as experiências genuinamente democráticas e

338. DCB/76, nº 5 (3); 1º e 2º ggmm. [Salles, Nemésio /1977] p. 237; gm.

339. *Zé Beto*/88, p. 90. *Zé Beto*/92, ggmm.

reformistas[340]. A virada pró-*pecebista* de 78 na PUC/RJ seria um exemplo prático disso como nos mostra *Zé Beto*, que explica o fenômeno como

> "a derrota do confronto como método de luta": "queriam uma tendência de oposição à ditadura, mas com métodos **baseados na negociação**. Vencia a via da democracia". Na reeleição, em 79, "os estudantes estavam cada vez mais radicalizados, mas a tendência (...) majoritária se definia pela democracia e contrária ao confronto". "Minha geração não deu espaço aos heróis, sacrificou a possibilidade de ter heróis para obter pequenas vitórias. Isso parece que conseguimos"[341].

A ruptura com 68 era evidente. Embora ainda presente a crítica ao partido político e o elogio ao grupismo seus conteúdos estavam apartados do romantismo revolucionário de outrora. A repressão que tomara conta das Universidades desde 69 e o genocídio da esquerda revolucionária gerara medo em largas parcelas e não indignação heróica:

> "(...) a pior tortura foi o terror que implantaram na nossa geração (...) Herdamos **muito medo**. (...) Herdei o vício de terminar um *papo* de política sempre contando uma história de tortura. Era a marca daqueles dias". "Passei a rejeitar qualquer contato com as organizações de esquerda. (...) As ligações clandestinas eram, nesta época, perigosas e impossíveis de não serem descobertas pelos órgãos de repressão. Além do que, o nível de organização em que se encontravam os partidos (...) os transformavam num **peso enorme** para os militantes. A queda de alguém comprovadamente organizado na clandestinidade faria refluir a base de apoio estudantil (...), na medida em que o movimento se organizava na luta por questões específicas de ensino, e as questões mais gerais de política só apareceriam mais tarde. **Os partidos mais atrapalhavam que ajudavam naquele momento**"[342].

Se é verdade que as organizações clandestinas serviram para esterilizar um conjunto bastante significativo de lideranças estudantis entre 69-74, isto não significa que estivessem fadadas a repetir o mesmo comportamento no novo período que se abriria com a reação à morte de Herzog. Ao contrário, como a Universidade era seu *celeiro de quadros* nada mais natural que buscassem nela os elementos para sua reconstrução, empenhando suas *sobras* ao máximo nessa tarefa cujo desaguadoro **não poderia ser** mais do que uma luta democrática. De fato, mesmo pretensiosamente revolucionárias, seriam elas que impulsionariam as lutas democráticas e, conseqüentemente, a organização do ME a partir de 75, inclusive na UnB[95].

O não reconhecimento, ou o reconhecimento parcial, do mérito dessas organizações na fase inicial

340. Fenômeno bastante acentuado nos cursos de exatas, medicina e economia, onde concentravam-se os extratos mais elevados das classes médias e onde o partido recrutava seus mais brilhantes *quadros* estudantis.

341. *Zé Beto*/88, p. 85; gm.

342. *Zé Beto*/88, pp. 24/33; ggmm.

da retomada do ME expõe outra característica desse segmento estudantil que se aproximara do PCB: sua ideologia democrática implicava numa relação superficial com a *teoria marxista-leninista*.

> "Não sabia quem eram Marx, Lênin ou Engels, apenas ouvira falar de Guevara e Fidel Castro. Nunca conversara sobre partidos políticos com ninguém e desconhecia as organizações clandestinas. Mas era oposição. (...) Era contra a ditadura". "O único partido que concebíamos nascendo dos estudantes era o partido estudantil, o grupo. **Não queríamos ter rabo preso com a sociedade**; era muito pesado falar em partidos que tinham a marca do comunismo. **Estávamos distante da idéia do militante de esquerda**. O que nos importava era a identidade estudantil: **primeiro um bom estudante, antes de um bom militante**. A política naquela época (1974-75) estava longe da gente. Mesmo no MDB, nós só ingressaríamos no início de 76 quando aparece em Brasília o Instituto de Pesquisa Econômico e Social, que ocupamos junto com ex-alunos da UnB. **Nós não queríamos servir de exemplo para ninguém**";

nos diz *Zé Beto*. Evidentemente, nem todos os militantes preenchiam as expectativas básicas alimentadas por esse discurso, marca do partido na Universidade, mas todos se identificavam com ele e almejavam correspondê-lo[343].

O corolário mais importante da ultrapassagem do romantismo revolucionário entre os estudantes foi a emergência de uma programática corporativa naturalmente distante da tradição macro-política do ME, fenômeno que por não ter sido plenamente compreendido por suas lideranças hegemônicas esteve na raiz do declínio das entidades estudantis nos anos 80. Os proto-*pecebistas*, tanto no crescimento explosivo que experimentaram no final dos 70, quanto no refluxo dos anos 80 – acompanhando o esvaziamento das entidades e do próprio PCB –, são o reflexo dessa nova tendência incompreendida, ou tardiamente compreendida, pela maioria das facções de esquerda. Sua resistência em enxergar o papel de vanguarda democrática do ME[96], desempenhado até a anistia, matiza seu viés corporativista, não obstante seu esforço no sentido de equilibrar *pequena política* com *grande política* tenha sido notável. Prevaleceria, no entanto, ao lado da valorização do trabalho em sala de aula e da preocupação em ser bom aluno – "precisava provar que me rebelava como membro reconhecido de uma comunidade universitária e que não era um corpo estranho, fácil de ser eliminado", diz *Zé Beto*[344] – uma concepção etapista da luta estudantil, comum ao etapismo estratégico do PCB, que atuava sobre a perspectiva de intervenção política na sociedade da mesma maneira que o etapismo *pecebista* sobre as reivindicações *populares* no seio da Frente Democrática (FD), adiando-a infinitamente. Com isso a política corporativa que preconizavam tornava-se tão inócua e artificial quanto as posições neo-vanguardistas, e mesmo românticas, do restante da esquerda. O bloqueio da ação política espontânea do ME, a partir de seu enquadramento na *démàrche* etapista, pode ser a chave para o entendimento de porque no lugar

343. *Zé Beto*/92, ggmm. *Zé Beto*/88, p. 23.

344. *Zé Beto*/88, p. 27.

das energias românticas dissipadas não foi o PCB capaz de erigir uma nova inserção política do estudantado na vida nacional.

Isso não quer dizer que tenham falhado em tudo, apenas que fracassaram em fazer de suas micro-experiências bem sucedidas[97] um modelo generalizável, e isso porque não aduziu-se, de fora, às suas consciências espontâneas a dimensão macro-política própria à natureza do ME que o hiato de 69-74 fizera desaparecer. O PCB mais se beneficiaria da agilidade política dos militantes estudantis democrata-radicais do que contribuiria para sua evolução e multiplicação. Os *pecebistas* se limitaram a tirar proveito do estranhamento desses estudantes em relação ao resquício revolucionário-romântico ainda presente na atmosfera combativa das assembléias estudantis vigiadas por informantes e cercadas por tropas de choque. Com exceção da crítica partidária ao *quixotismo* da esquerda, crítica que consolidava, segundo *Zé Beto*, uma tendência já existente entre esses jovens[345], e a crítica à partidarização das entidades[98], também pré-existente, de resto o partido contribuiria muito pouco para o desenvolvimento e o enraizamento desse segmento no ME.

A convergência entre o *pecebismo* e os democratas-radicais estudantis, para além do *etapismo*, da crítica do *esquerdismo* e da *partidarização*, explica-se fundamentalmente pela *estratégia democrática* na qual o partido se empenhava. Era ela que possibilitava a eles uma alternativa partidária ao *esquerdismo* na ausência de partidos liberais dispostos a organizar, ou simplesmente fazer-se representar, nos movimentos sociais. O fenômeno foi percebido por *Zé Beto*, para quem esse

> "realismo (...) possibilitou o crescimento do PCB, que inchou e logo depois desinchou. (...) O PCB foi *usado* por uma geração que queria a democracia e que, ao conquistá-la, acabou por se distanciar do partido (...) sem *racha*, simplesmente *caindo na vida*. Esta geração queria o PCB como instrumento, não como partido. O PCB que voltou do exílio não interessou (a ela) como organização, como já não havia interessado em 68 (...)"[346].

A combatividade desses militantes estudantis[99], responsável pela ampliação significativa da influência do partido a ponto de torná-lo a principal força no ME universitário do RJ, ES, GO, PE, SC, PB e MS e com boa presença no RS, SP e MG – nos locais de menor tradição o PCB seria praticamente reorganizado a partir do setor estudantil –, não seria suficiente para reverter a tendência paralisante do bloqueio ao afloramento da radicalidade democrático-reformista do ME presente em sua práxis. Quando *Zé Beto*, refletindo sobre a derrota da *alternativa democrática estudantil*, nos diz **apenas** que sua causa reside na manipulação política dos partidos –

> "queríamos discutir com os professores, estudantes, funcionários e com a sociedade em geral

345. *Zé Beto*/88, p. 90.

346. *Zé Beto*/92. Na verdade, a aposta num novo PCB fez parte do cálculo político das lideranças estudantis, sobretudo após o crescimento experimentado entre 77-78.

> o papel da Universidade (...) (;) mas perdemos. Só queriam debater (...) os programas de luta dos partidos políticos. Era o começo da crise do ME. Faltava um programa estudantil (...). As maiorias eram controladas. Não havia possibilidade de maiorias eventuais, única maneira de garantir a criatividade e absorver idéias novas"[347] –

perde-se por completo a possibilidade de determinar porque os estudantes respaldaram estes partidos ao invés do PCB, cujo programa parecia estar mais próximo à sua realidade. Algo mais complexo deve se somar a este argumento para dar inteligibilidade à avaliação. Foi o que se tentou fazer acima ao se precisar as características peculiares dos estudantes que afluíram ao partido durante o processo de reconstrução do ME.

b) dissimulação e sinais de uma nova hegemonia no CC

A primeira reação da cúpula *pecebista* diante da derrota imposta pela repressão foi de minimização de seu impacto político, tanto imediato quanto mediato. Enquanto a VO, em plena ofensiva policial, pregava a certeza na vitória –

> "a contra-ofensiva fascista **nada muda** (...) no curso geral das coisas que aponta para o ocaso desse regime abjeto (...). Como toda **força decadente** o governo fascista dispõe de meios para lançar-se em investidas furiosas (...), mas nem por isso pode inverter a tendência básica do processo político". "Estrategicamente, politicamente, (ele) está na defensiva (...)" –,

a Resolução de Dezembro de 75 retrataria o PCB como um partido vitorioso –

> "a vitória da oposição nas eleições" foi "o acontecimento mais importante (...) desde 1964" *porque as massas compreenderam* "a importância de utilizar o voto como arma de protesto". "O êxito da oposição representou também uma **vitória da orientação política dos comunistas** e confirmou a **justeza da linha política do PCB** durante a campanha eleitoral. Encontraram eco junto às amplas massas (...) as palavras-de-ordem do nosso Partido (...)".

Derrotada, para os editorialistas da VO, seria a ditadura que *acumulou derrotas não conseguindo isolar os comunistas da Frente Patriótica Contra o Fascismo (FPCF)*. Em outubro-novembro estamparia-se a seguinte manchete em suas páginas: *"Os Atentados Fascistas São Armas do Desespero. Lucidez e Ação de Massas, Via Justa dos Democratas"*. Este posicionamento tornou-se possível em função da omissão dos recuos a que o partido fora obrigado. Mesmo tendo sua edição interrompida por 1 ano – depois de ter sido *estourada* a gráfica paulista em 74 e a carioca em abril-maio de 75, quando da edição do nº 122 –, só retomada em abril de 76 (nº 123) em Paris, os editores da VO referem-se candidamente a uma *suspensão momentânea* do jornal. Em junho, o jornal divulgaria um *"Manifesto*

347. *Zé Beto*/88, p. 93.

do PCB ao Povo Brasileiro" que teria sido redigido por decisão de uma reunião do CC *realizada sob rigorosa clandestinidade* quando, na verdade, quase todos os seus membros restantes já se encontravam fora do país[348].

A dissimulação, no entanto, era frágil. Os sinais de que a coisas não se passavam exatamente assim estavam por todos os lados. Não só a vida interna sofrera total paralizia, como criara-se um vácuo de orientação. Em fevereiro de 76, por exemplo, o que sobrara do CE/SP, que fora desarticulado, *recitaria* Walt Whitman –

> "permanecei sempre na obstinação./A liberdade exige nosso esforço suceda o que suceder./ (...) O que desejamos permanece em **latente e perpétua espera** (...) aguardando **pacientemente** seu dia e sua hora" –

e conclamaria:

> "esta é a hora de não sucumbir ao desânimo (...), julgando que se pode ser comunista sozinho e usando as debilidades do partido para *justificar* o abandono de sua estrutura (...)"[349].

Nos anos seguintes o desmentido das versões sobre a *vitória do partido* seria ainda mais explícito em função da necessidade de justificar a fragilidade do partido no interior do movimento social emergente. O CE/SP, em setembro de 77, já reconstituído admitiria que as *quedas* tinham sido as mais graves da história do partido, atingindo-o tanto *horizontal* como *verticalmente*[350].

Subjacente à dissimulação do golpe sofrido e à reação emocional contra os *nazistas no poder*[100] prosperaria uma dura luta interna que oporia *prestistas* e a *direita*, no meio da qual criariam-se as condições para o rompimento de históricos *prestistas* com Prestes. Antes que a radicalização da *via democrática* pusesse fim ao compromisso amorfo de 67, produziria-se uma rápida inclinação para a *esquerda*, numa espécie de volta ao VI CONGRESSO. A radicalização extemporânea apareceria na Resolução da CECC de abril de 75 graças à perplexidade – que 10 anos antes também ocorrera como fruto da desorganização e prostração do *núcleo dirigente* diante do golpe de 64 – da cúpula diante da *razzia*. Nela, a formulação de 73 da FPCP[101], centrada na *hegemonia do proletariado na luta democrática*, seria agravada com a propugnação de alianças baseadas na articulação operário-camponesa-pequeno-burguesa e no programa *anti-exploração capitalista*, que secundarizava a luta democrática e as bandeiras nacionalistas, que em 73 sequer foram listadas não obstante a ênfase no

348. [Resolução de Dezembro /1975] p. 233; ggmm. VO/75, nº 120 (5); ggmm. Carone/82(a), p. 7. In VO/76, nºs 125 (8) e 128 (5).

349. O problema não era regional, no RJ o DCB fazia chamamento idêntico: "no momento, ser revolucionário é manter a disciplina e resguardar o Partido (...) sem deixar de (...) fazer o trabalho político junto às massas". (DCB/76, nº 1 [2])

350. [Comunicado de Fevereiro do CE-SP /1976] pp. 19/22; ggmm. Com. SP/77, p. 25.

patriótico[102]. Em dezembro, malgrado a introdução de elementos de ambigüidade[103], sustentaria-se o mesmo posicionamento junto com a

> "(...) perspectiva de um provável **aguçamento da luta política e de classes**", onde cabe "aos comunistas estar preparados para, em função das condições concretas (...) e tendo como centro a luta pelas liberdades democráticas, unir e mobilizar não só as forças fundamentais da Frente Antifascista e Patriótica – a classe operária, os camponeses e as camadas médias urbanas – mas também estabelecer um **amplo sistema de alianças** com todas as forças descontentes com o caráter fascista assumido pelo regime (...)". "(...) **Para derrotar a ditadura fascista será necessária a ação enérgica e conjugada das massas, em que a classe operária desempenha um papel de destaque**". "(...) Os comunistas entendem que a sua **tarefa principal é organizar a ação da classe operária**, desenvolvendo todos os esforços para transformá-la na força **aglutinadora** e **condutora** da FAP. Com esse objetivo é necessário trabalhar não só dentro dos sindicatos (...), mas principalmente nas empresas industriais, onde estão concentradas as grandes massas da classe operária". "Levando-se em consideração (...) a experiência já existente de greves por empresas, deve-se estimular o movimento operário e sindical a organizar a **desobediência coletiva contra os patrões e o Governo, passando por cima da legalidade consentida pela ditadura** (...). As palavras-de-ordem levantadas devem visar não somente a unidade da classe operária, como também o fortalecimento de seus laços com os demais setores da FAP"[351].

A sustentação do *futuro radioso*, como não poderia deixar de ser, baseava-se também no quadro internacional –

> "enquanto nós somos **o futuro**, somos a classe operária, que **já detém o poder em mais de 1/3 da Terra**, que **não cessa de aumentar seu poderio** (...) como força social e política, nossos perseguidores são o subproduto de um neocolonialismo temporão, historicamente decrépito, são um poder atrelado ao imperialismo (...) e por isso **fadado** a sofrer com ele as conseqüências do processo acelerado de agravamento de crise geral que assalta o sistema imperialista (...)";

rezava editorial da VO – e na conjuntura internacional –

> "de ano para ano a comunidade de países socialistas fica mais forte e mais influente. Suas realizações são **exemplo convincente da superioridade** do socialismo sobre o capitalismo". A "virada histórica da *guerra-fria* para a distensão" é "um fator de significado permanente, que permite o desenvolvimento vitorioso da luta pela paz (...)". *O reconhecimento pelo imperialismo da coexistência pacífica* "significa que está para ser abalada a base social das organizações agressivas político-militares (...)"; ditava a Resolução de Dezembro[352].

351. Res. Abr./75, p. 163. Res. Dez./75, p. 235-237; 1°, 2°, 4°-7° ggmm.
352. In VO/75, n° 120 (1); ggmm. Res. Abr./75, pp. 156-158; gm.

O consenso em torno da situação internacional não esconderia, todavia, o dissenso claramente instalado no seio da cúpula dirigente. Depois de *conquistar* o caráter indicativo do programa a *direita*, através da VO, daria em abril de 76 o segundo passo propondo como tema permanente do *consenso oposicionista* as *liberdades democráticas*. Em junho, ela anunciaria uma *"Nova Etapa (...)"* na vida do partido criticando o "confusionismo ideológico" que havia prevalecido até 72/73 – certamente uma referência dupla ao nacionalismo de 70 e ao *patriotismo proletário* de 73[353]. Em outubro despontaria um novo otimismo, mais escaldado que o anterior, sustentado por *J. Diniz* – "o regime entrou em declínio histórico mas ainda é forte. Sua própria vulnerabilidade é perigosa" –, e completado por Malin (*G. de Sá*) em dezembro: "neste momento, (...) cabe (...) cerrar fileiras na luta por **mobilizações positivas** (...) no rumo da liberdade"[354]. Os *eurocomunistas* aproveitariam o esvaziamento do nacionalismo para fincar no coração da estratégia *pecebista* a bandeira da *centralidade democrática* que já nascia impregnada idéia de *oposição positiva*. Quatro anos mais tarde a hegemonia dessa concepção forçaria o *prestismo*, já raquítico, à dissidência.

353. VO/76, nº 125 (2).

354. In VO/76, nºs espec. de abr (1), 128 (3), 129 (3); grifo meu.

Notas de Capítulo

[1] Muitos fugiram para o exterior via embaixadas, sobretudo a mexicana. Marcos Jaimovich, da frente cultural da Seção Juvenil comunista, fora deslocado para a função de alocação dos exilados pelos países latino-americanos que concediam asilo político, providenciando, através da rede de contatos internacionais do partido, trabalho para os mais velhos e bolsas de estudo para os mais jovens. [Jaimovich, Marcos /1993]

[2] Marighella também pensava assim:

> "(...) as forças populares e nacionalistas foram derrotadas, mas não capitularam. A capitulação ocorreu com os setores burgueses que dispunham de meios para resistir e preferiram ceder (...) para evitar (...) a possibilidade de uma vitória das massas (...)". *As massas* "foram obrigadas a recuar".

([Marighella, Carlos /1979] p. 37)

[3] A neo-*esquerda* partidária, em 79, ainda escreveria em comemoração ao 57º aniversário da organização: em 64 "nosso Partido se **manteve organizado** na clandestinidade e nunca deixou de atuar nas lutas (...)". Os intelectuais mais próximos do CC, responsáveis pelo desenvolvimento da história oficial em 82, não ficariam muito atrás: "golpeados, os comunistas perderam as suas posições de massa, mas **conservaram** as suas **estruturas organizacionais** e passaram à ação clandestina". ([DCB (Documentos dos Comunistas Brasileiros) /1979] nº 19 [3]; gm. Segatto et alii/82, p. 129; ggmm)

[4] As *cadernetas* foram achadas na casa onde Prestes morava, antes do golpe, depois de vasculhada a 9 de abril pela polícia. Antes disso, alguns militantes haviam se arriscado a retirar dela vários materiais e mesmo assim foram apreendidas 54 pastas de documentos e 25 cadernetas de anotações pessoais, onde estavam registradas centenas de reuniões ocorridas entre 61-64 no âmbito do CC e outros organismos*. Os danos morais ao partido foram muito grandes. As sentenças dos IPMs abertos com base nesse material previam prisão de até 10 anos para os implicados. Alguns chegaram a cumprir pena integral. Mesmo assim o CC, empenhado na luta interna, encerraria o assunto assim que Prestes assume a culpa pelo erro. (Gorender/87, pp. 85/86. Vinhas/82, p. 236)

* Isso alimentou a hipótese pouco crível, mas ainda hoje sustentada por alguns remanescentes daquela época, entre os quais o ex-presidente do Sindicato das Entidades Culturais, José Cândido, assessor de Luís Maranhão, membro do CC assassinado pela ditadura nos anos 70, de que as *cadernetas* teriam sido negociadas em troca da liberdade de Prestes. [Cândido, José /1993]

[5] Esse grupo* ascenderia ao poder na lufada renovadora do processo de reorganização do CE/SP, com críticas ao esquerdismo e ao CC, conseguindo na Conferência Estadual de fins de 65 o afastamento dos dirigentes do CC identificados com o fracasso (Ramiro Lucchesi, *Geraldão* e Moisés Vinhas**) e a aprovação de posições reformistas. (Vinhas/82, p. 241)

* O primeiro tornaria-se, muitos anos depois, assessor de Quadros, o segundo, nos anos 90, assessor de Paulo Maluf e o terceiro prosseguiria no PCB até sua extinção. (Perrone/88, p. 66)

** Os dois primeiros, membros da CECC onde estava sendo articulado o golpe de esquerda defendido por Prestes. (Siqueira/94)

[6] Esse condicionamento teve reflexos importantes na constituição da Aliança Libertadora Nacional (ALN), que não se propunha a ser um partido porque via a organização partidária como uma forma de encorajamento da rotinização burocrática. Esse tipo de reação à burocratização do PCB, explicado também pela experiência cubana, acarretaria inúmeras perdas entre os dissidentes *marighellistas*, inclusive com o retorno de alguns ao PCB e o abandono da militância política por outros, mas não chegaria a afetar a adesão no meio universitário, onde o elevado grau de cosmopolitismo e romantismo propiciava a absorção da forma militarizada de organização política. (Gorender/87, pp. 89/96/98)

[7] No caso dos *marighellistas*, porém, a formação de uma nova organização, com base no CE/SP, antecederia o VI CONGRESSO*. Em 67 aconteceria a demissão de Marighella da CECC, depois de sua participação na reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), criada em 66 em Cuba, e em seguida à viajem para lá da primeira turma de instrução para a guerrilha do Agrupamento Comunista (futura ALN). Isso permitiu a Prestes trabalhar intensamente, e com resultados satisfatórios, o tema da unidade e da disciplina no velho estilo despolitizado da *máquina*, defendendo a permanência dos disciplinados no CC independente dos posicionamentos quanto à forma de luta. Com isso, grande parte dos velhos militantes que apoiaram Marighella na luta interna não o acompanhariam na luta armada alegando fidelidade ao partido acima de tudo. Apenas dois dirigentes tradicionais o seguiriam na ALN: Câmara Ferreira e Rolando Fratti. (Perrone/88, pp. 77/80. Gorender/87, p. 95. Spindel/81, p. 84. Silva/92. Vinhas/82, p. 242)

* Jaimovich relata a saída imediata de exilados comunistas para Cuba em 64 já no esquema de simpatia com a luta armada. (Jaimovich/93)

[8] O partido ficou passivo diante do golpe, mas isso não se deveu à *ilusão de classe* como queria a *esquerda*, ou, como preferia Prestes em 58, "à preocupação exclusiva com o movimento que se processa gradualmente, abandonando a meta revolucionária" *colocando-nos* à "reboque da burguesia", mas à **política de coalizão** concebida pela ampla maioria do CC justamente para *alavancar a revolução nacional-democrática* que se acreditava em marcha, como veremos adiante. (Prestes/58, p. 35)

[9] Esse argumento foi acolhido por muitos historiadores, entre eles Carone que o justificava assim:

> "o golpe de 1964 surpreende boa parte das forças de esquerda e muitos grupos políticos tradicionais. Não que a idéia do golpe não fosse conhecida, mas que a tensão gerada (...) vinha se repetindo desde 1954".

Mesmo os dissidentes corroborariam com ele, é o caso de Daniel Aarão Reis que considerava que o PCB, por crer na irreversibilidade da democracia, *afastou a idéia do golpe*. Na verdade, o menosprezo residia na possibilidade dele vir a ser vitorioso. O ambiente que gerou as Teses de 64, nos diz Melo, nutria o desejo de ver a *direita precipitando seu golpe para ser mais rapidamente desbaratada*: "a **surpresa** não foi **tática** mas **estratégica**, porque toda a pequena-burguesia apoiou o golpe"; resume Melo. As informações obtidas pelo partido sobre a movimentação golpista dão razão à esse juízo desmentindo a idéia de uma surpresa tático-logística:

> "às vésperas do golpe, o piloto que transportou Magalhães Pinto, o Secretário de Justiça de seu governo e o comandante da PM/MG para Juiz de Fora – onde houvera um encontro com o comandante da 4ª Região Militar para se acertar os detalhes para o desencadeamento do movimento – ouviu, na viagem de volta, a conversa e percebeu do que se tratava. No dia 30 de março esta informação chegava ao CC. Todos esperávamos que fosse um movimento sem expressão";

completa. Antes disso, na semana anterior ao golpe, um Deputado Federal pró-governista de MG já acusara ao Coronel Pinto Guedes, sub-chefe da Casa Militar ligado ao partido, a requisição expressiva de combustível e caminhões de empresas privadas por parte do Governador Magalhães Pinto. Em reposta Guedes tranqüilizou-o quanto à *impossibilidade de um golpe naquele momento histórico**. (Carone/82[a] p. 1. [Reis Fº, Daniel Aarão /1986] p. 5. Melo/92. [Fonte Militar Anônima /1993])

* O General Osvino Ferreira Alves, expoente do nacionalismo militar e cotado às vésperas do golpe para ocupar o Ministério da Guerra, também proclamara, em junho de 63, que "no Brasil não há mais lugar para

golpistas". (NR/63, nº 226 [3]. Fonte Militar/93)

[10] *Jaime Santos*, por exemplo, retrataria maniqueisticamente a questão nas páginas da VO em 77:

> "às vésperas do golpe de 1964, vamos encontrar (...) uma corrente sectária e dogmática que (...), naquele momento, sentenciava: *não há perigo de um golpe de direita, é possível realizar um avanço decisivo com base numa radicalização do movimento de massas, que fatalmente ocorrerá*".

Marco Aurélio Nogueira, jovem intelectual *eurocomunista* de SP e um dos responsáveis pela história oficial do partido, seria mais genérico, em 80, atribuindo ao processo de "esquerdização" do PCB iniciado na segunda metade de 61 a precipitação dos "acontecimentos de 1º de abril de 1964". Armênio Guedes, expoente do mesmo grupo, enveredaria pelo mesmo caminho: "quisemos transformar uma luta que deveria ser prolongada numa **conquista imediata**. Nós tomamos o **início** de um processo pelo **fim** dele. E nos propusemos tarefas **irreais**, para o momento" *saltando etapas*. (In [Voz Operária /1977] nº 141 [7]. Nogueira/80, p. x. In Carone/82(a), p. 314; ggmm)

[11] É bem verdade que as *reformas* eram tidas como "uma **fase** do processo revolucionário cuja culminação será o triunfo do socialismo", segundo definição de Dias em seu artigo no NR de janeiro de 64, sob o título *"Sentido Revolucionário das Lutas pelas Reformas de Base"*, e que se previa problemas com o *aliado burguês após a vitória* – que seriam *compensados* com a "unidade das forças nacionais e democráticas" e o "fatal enfraquecimento do imperialismo" –, mas isso não impossibilitava, se bem que embaraçava, o êxito de um golpe nacionalista de esquerda com Goulart à frente. Mais importante do que a difícil identidade *socialista* do PCB, naquele momento, era a própria falta de vocação histórica do populismo brasileiro para a instalação de uma ditadura de esquerda. (In [Novos Rumos /1964] nº 255 [3]; gm)

[12] É importante salientar que Orlando Bonfim e Mário Alves, que dirigiam o jornal com relativa autonomia em relação ao CC, segundo Paulo Eduardo Parucker, não se afastaram da linha geral partidária, ou criavam embaraços importantes para a cúpula dirigente, o que significa que as opiniões do jornal estavam afinadas com os objetivos gerais do CC. ([Parucker, Paulo Eduardo C. /1989] p. 18)

[13] O esforço do partido para manter sua *etiqueta* revolucionária era notável. Isso ficaria claro na refutação de Dias, em seu artigo já citado, às acusações formuladas, já naquela altura pelos jovens e os intelectuais, acerca do caráter reformista da estratégia comunista. O dirigente comunista os acusará de desconhecerem as *novidades trazidas para a revolução pela* "etapa histórica da passagem do capitalismo ao socialismo em escala mundial" e de minimizarem *a força atual das massas e a instabilidade do poder reacionário**. "(...) É precisamente o **acúmulo** dessas **mudanças parciais** que (...) torna impotentes as classes dominantes para continuar resistindo (...) à efetivação das reformas de estrutura". Dias defendia a revolução com uma típica formulação reformista acerca dos supostos *poderes milagrosos* das conquistas parciais sobre a capacidade reativa das classes dominantes. (In NR/64, nº 255 (3); gm)

* Almir Mattos, em maio de 63, rebatendo críticas de Wanderley Guilherme dos Santos, também afirmara, em defesa da estratégia, que *não se tratava de confiar no regime mas nas massas*. (In NR/63, nº 221 [4])

[14] Já em abril de 63, os comunistas criticariam o esforço de Goulart em encerrar a crise militar deflagrada pela eleição de sargentos à Câmara Federal nos seguintes termos, antevendo dificuldades futuras no meio militar: "o simples desaparecimento da febre (...), não significa que a doença esteja curada". (NR/63, nº 217 [1])

[15] Os comunistas costumavam se referir ao *dispositivo* como algo externo ao partido. Fontes do CC ouvidas na pesquisa, como Jaimovich e Melo, negaram saber ou mesmo desmentiram categoricamente a existência de um *dispositivo* comunista*. A exceção foi Siqueira, que não só admitiu a existência do

dispositivo militar partidário como apontou seu comandante (Prestes) e detalhou sua orientação (não desobedecer a estrutura de comando governista). De fato, os *dispositivos* se confundiam e essa confusão não podia deixar de se refletir na reação ao golpe, com discussões estapafúrdias entre comunistas e legalistas, diante da indecisão de Goulart, sobre quem deveria tomar a iniciativa do combate aos golpistas. (Siqueira/94. Fonte Militar/93)

* Foi o caso de Melo, que nos diz: "(...) nós nunca montamos um *esquema militar* para proteger o Jango; pelo menos a partir do CC". O que havia eram *esquemas pessoais* como o do Brigadeiro Teixeira, que funcionava como o dos outros Generais, com lealdades de conveniência para obtenção de promoções por merecimento, cargos de representação para a acumulação de pontos para a promoção e um salário melhor, laços que "se esfacelam nas crises políticas, como ocorreu em 61 e 64". (Melo/92)

[16] Vide Marco Antônio Coelho, para quem "(...) no instante em que eclodiu o movimento militar (...) o povo encontrou-se **desarmado politicamente** para enfrentar os golpistas", e "(...) não havia uma justa análise da **correlação de forças** e do desenrolar do processo". A autocrítica de Coelho assume, em muitos pontos, um perfil metafórico*. Afinal, que relevância analítica tem a idéia do *desarmado politicamente* para explicar a prostação dos trabalhadores diante do movimento armado da direita? E como avaliar a *correlação de forças* num cenário que evoluiu favoravelmente aos golpistas na ausência de qualquer resistência por parte do governo e seus aliados? A única resposta consistente a estas indagações seria: os quadros situados ao *centro* e à *direita* preocuparam-se prioritariamente com o combate ao *esquerdismo* e não com a apuração rigorosa das responsabilidades em todo nível do aparelho partidário. Isso, tampouco, destoa da natureza essencialmente doutrinária do MCB discutida no capítulo 1. (Coelho/66, p. 49; ggmm)

* Em outros ela é bastante precisa quando aponta o Coronel Walters, adido militar da Embaixada Americana, e sua ação paralela ao embaixador Lincoln Gordon no insuflamento dos golpistas, como responsável pela ingerência estrangeira no movimento, ou quando critica o fato das "correntes progressistas" terem menosprezado "o sentimento generalizado contra a corrupção e a desorganização administrativa. (...) Por omissão deixaram que popularmente ficasse a impressão de um acordo tácito entre os homens progressistas e os corruptos" – que, bem sabia Coelho, era real –; a "luta contra a corrupção e os maus administradores traduzia uma aspiração legítima de criar-se um Estado que não seja fonte de privilégios para nenhum indivíduo". (Coelho/66, pp. 33/34/43)

[17] O *namoro* de Brizola com Goulart provavelmente se encerrou definitivamente em dezembro de 63, quando em resposta às articulações em torno de seu nome para assumir o Ministério da Fazenda Goulart nomeou Ney Galvão – que Gorender qualificou de "pífio negocista". Em 24 de março, por conta disso, sua disposição já era outra e na reunião do *Grupo dos Onze*, percebendo a movimentação continuísta de Goulart com o PCB, antecipou-se e propôs transformá-la num movimento revolucionário. (NR/63, nº 251 [1]. Gorender/87, pp. 58-60/62)

[18] Isso motivou oficiais ligados ao PCB, do 1º Grupo de Canhão 90 mm Anti-Aéreo (1º GCAN-90/AA) sediado no Rio, a procurar o General de Brigada do PR Crisânto Figueiredo, militar influente no meio nacionalista, em sua passagem de férias pelo Rio no final de março de 64, para que ele intercedesse pela substituição do Chefe da Casa Militar Assis Brasil, acusado de inoperante e bêbado. A resposta foi negativa em função da amizade entre ambos e da difícil situação pessoal de Brasil, cuja mulher sofria de problemas psíquicos. (Fonte Militar/93)

[19] Disponibilidade tão massiva para a luta entre os civis é contestada por outros depoimentos. Siqueira em 64, acumulando cargos no CE/GB, no CU/GB e na zonal da Central do Brasil, onde era 1º Secretário, e trabalhando na Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), da PETROBRÁS, com os engenheiros, tentaria mobilizar a resistência. Segundo ele, *não havia clima para mobilizar em armas à favor do governo*. No dia

31 pela manhã, em Padre Miguel, alistou-se 600 voluntários para pegar em armas. Feitos os contatos com a Companhia de Mecanização as armas foram obtidas mas não havia empunhadores. Na REDUC, onde o partido organizava 300 pessoas, armas foram obtidas por meio do furto aos sentinelas liderado por Siqueira e mais três voluntários. "Eu tinha um pelotão de 10 homens, com fuzis, metralhadoras, granadas, coquetéis molotov, mas essa era uma iniciativa minha, que era um cara esquentado e estava *puto da vida". Na REDUC a assembléia reuniu 3 mil operários no dia 31 mas foi michando ao longo do dia até ficar com 20*. A fonte militar anônima relata episódio análogo ocorrido nesse mesmo dia à tarde, quando foi-lhe requisitado armamentos para um outro contigente voluntário disposto a pegar em armas que se concentraria na garagem do departamento de transporte dos Correios & Telégrafos em Benfica, então sob a direção do Coronel Hugo Amorim. A base comunista do 1° GCAN/90AA se dispôs a fornecer o equipamento necessário depois que um emissário militar se certificasse da mobilização no local combinado. Chegando lá, porém, o emissário não encontraria ninguém. (Siqueira/94. Fonte Militar/93)

[20] Apesar de ter uma pequena base de 6 militantes num contingente de 500 militares esse grupamento era considerado estratégico pela combatividade demonstrada em 61, quando seus componentes – alguns deles membros da base – apontaram os canhões em direção à Escola de Formação de Oficiais e à Base Aérea, no Campo dos Afonsos, ameaçando explodí-las. (Fonte Militar/93)

[21] O *empurra* envolvia o Coronel Pires Cerveira, do Batalhão de Manutenção da Vila Militar que propusera a um oficial de patente inferior, por intermédio de um emissário, a iniciativa da resistência. A resposta do oficial inferior é reveladora: sua condição hierárquica subalterna o obrigava a aguardar a iniciativa de oficiais de patente superiores, como a de seu interlocutor. (Fonte Militar/93)

[22] Cuba, posteriormente, deixaria de ser um exemplo para se tornar uma dor de cabeça para Prestes e o CC depois do golpe. Os cubanos eram acusados pelas dificuldades enfrentadas no VI CONGRESSO; publicamente a referência era às "divergências existentes no MCI". O ressentimento seria assumido publicamente apenas em 77, quando *Jaime Santos* falou pela primeira vez nas pressões externas para que o PCB aderisse à luta armada*. O problema não evoluiu para a ruptura porque o PCUS deixara clara, em mensagem comemorativa pelos 50 anos do PCB, sua contrariedade com essa hipótese:

> "o PCB, sendo **fiel** ao internacionalismo proletário, **expressa a solidariedade fraternal** com a revolução Cubana (...). Os comunistas brasileiros (...) estão atuando pela consolidação crescente do MCI na base dos princípios do marxismo-leninismo contra o oportunismo de direita e de esquerda (...)".

(In VO/72, n°s 86 [1], 87 [4]; ggmm. In VO/77, n° 141 [8])

* Os comentários valiam também para o PCI, que era favorável a essa prática nos casos dos países sem tradição democrática.

[23] O CGT, por exemplo, era um extraordinário ponto de convergência política. Além da aglutinação em torno de si do movimento popular, seus quadros mais eminentes eram solicitados para reuniões com militares legalistas para a discussão da conjuntura política e, pelos subalternos das FFAA, para orientarem a ação revolucionária*. Corrêa, 14 anos depois, analisando esse período chegaria mesmo a falar na *sindicalização do partido*: "as decisões (...) passaram, num crescendo, a ser levadas às direções sindicais, e não às bases do Partido"; *concomitantemente o sindicalismo se subordnava a Jango*. (Apud [Santana, Marco Aurélio /1992] p. 249. Corrêa/80, pp. 40/148/149)

* O episódio a seguir, narrado por Corrêa, provavelmente ocorrido em março de 64, é exemplar nesse sentido: "uma vez estávamos numa reunião do Executivo do CGT quando chegou um jovem de uns 18 anos, marinheiro; eram 11 pessoas. Entrou pela sala adentro e disse: 'olha, nós prendemos todos os oficiais nos camarotes dos navios. Agora queremos saber contra quem vamos atirar'. Eu disse: 'ó menino, vem cá, isso

não é problema nosso!'. 'Não, mas lá no navio nós resolvemos que vocês é que têm que orientar. Devemos ou não devemos atirar no Palácio Guanabara?' Eu disse: 'vocês não vão atirar em lugar nenhum. mande chamar seu pessoal'".
(Corrêa/80, p. 41. Santana/92, p. 252)

[24] No SindMet/RJ as comissões de fábrica chegaram a reunir 3 mil trabalhadores sob o comando do partido, que também influenciava os ferroviários do RJ e SP, e os bancários do RJ em suas respectivas organizações sindicais de base.

Quanto à intimidade com o poder não era preciso que Prestes cometesse a indiscrição da ABI para que se tomasse conhecimento público dessa relação, desde as greves nacionais de 63 ficara clara a coordenação entre o Governo e as lideranças grevistas, embora estes avançassem além do limite desejável para Goulart. A proximidade entre Goulart e os comunistas do CGT chegou a provocar irritação em Prestes, nos diz Melo:

> "a área sindical do Partido mantinha certa assiduidade de contato com o *Jango*, nas pessoas do Hércules, Pacheco, Timbaúva e Tenório. (...) Prestes não gostava dos contatos de *Jango* com seus acaudilhados e dos seus acaudilhados com *Jango* (...). Durante seu governo, *Jango* teve dois encontros reservados com Prestes, e ele se utilizava dos encontros com os dirigentes (...) do CGT para monitorar os acordos fechados nas reuniões com Prestes. *Jango* não demonstrava grande inclinação para cooptar nosso pessoal, neste aspecto ele era um aliado correto".

De fato, Goulart, nos conta o próprio Corrêa, diante de sua intervenção veemente numa dessas reuniões lhe dissera: "olha, acho que você está enganado comigo. O que eu quero é o desenvolvimento capitalista com democracia. Não quero o socialismo". Tamanha proximidade com o Presidente servia não apenas para o fortalecimento político de seus dirigentes e a interferência nas políticas estatais afins ao sindicalismo, como também para o exercício de um poder de influência mais abrangente com a canalização de reivindicação de setores estanhos ao sindicalismo – como no caso da promoção interna das FFAA e dos processos de liberação de importações da CACEX. Os momentos de crise tornavam evidente o sobrepoder do que a direita chamava de *república sindical*. Quando da ocupação do SindMet/RJ pelos marinheiros (26/03/64), nos diz Corrêa, "convocamos todos os ministros e 7:30 da noite iniciamos uma reunião do Ministério. Quem abriu foi o Osvaldo Pacheco". Enquanto isso os fuzileiros navais eram mandados para lá, com bazuca e metralhadora, para desalojar os marinheiros. Por nossa conta, montamos uma metralhadora no teto do sindicato e enviamos uma Kombi cheia de granadas para o caso de combate; que não houve porque as tropas aderiram aos marinheiros. (Santana/92, p. 256. Corrêa/85. Melo/92. Gorender/87, p. 44. Corrêa/80, pp. 42/58)

[25] Coelho resume bem o problema:

> "o governo Goulart (...) não dispunha de candidato capaz de derrotar (...) Lacerda. As forças populares vetavam (...) Kubitschek* (...), por considerar sua eleição como um retrocesso (...). Brizola era inelegível e muito radical para as próprias forças que compunham o governo (...) A continuação de Jango assumia a **nítida** feição de **saída extraconstitucional**".

(Coelho/66, p. 48; ggmm)

* Kubitschek, em 16 de março, havia procurado o CGT para articular sua candidatura argumentando que a campanha eleitoral dividiria os militares. Ele propunha uma aliança com o PTB tendo Arraes como Vice. Magalhães Pinto, também candidato à Presidência, havia feito o mesmo argumentando que uma definição sobre as eleições deteria a articulação golpista-militar em marcha. "(...) Tivemos muito cuidado na conversa com o Magalhães", nos diz Corrêa. (Corrêa/80, pp. 39/40)

[26] Vinhas sustentava que essa articulação fora feita sem que o partido estivesse ciente. É verdade que suas bases não estavam à par e que mesmo o CC não tivesse mais que uma pálida idéia do assunto, mas isso se explicaria pela natureza necessariamente secreta do próprio projeto. O importante é que o fato não era estranho à cúpula do partido e tinha seu respaldo*. Mesmo quando apresentado ao CC, na véspera do golpe, por meio do informe de Prestes sobre a situação política, o projeto não sofreu oposição significativa; apenas dois dirigentes se opuseram: Orestes Timbaúva, que atacou a improcedência daquela discussão no momento em que a direita preparava seu golpe, e Zuleika Alembert, que timidamente secundou-o na objeção. Prestes

ignorou o ponto de vista de Timbaúva argumentando que aquela não era a opinião da CECC. Encerrada a reunião, na madrugada do dia 31, o CC ficaria sabendo do desencadeamento golpista. (Vinhas/88, fita cassete nº 3. Siqueira/94)

* Na CECC – composta por Prestes, Dias, Dinarco Reis, Orlando Bonfim, Mário Alves, Elson Costa[(a)], Jover Telles[(b)], Geraldo Rodrigues (*Geraldão*) e Lucchesi – não havia dissensões, mas Dias, que participou das reuniões principais da articulação, passou a descrer de suas chances quando observou a parca mobilização popular no comício da Central. (Siqueira/94)

(a)Costa, quando 1ª secretário do CE/MG, fora o responsável pela indicação de Adauto Oliveira dos Santos – velho militante do partido em MG que em 72 se revelaria agente da CIA – ao CC no começo dos anos 60; muito embora contra ele não pese nenhuma acusação ou suspeita. (Siqueira/94)

(b) Telles, já no PCdoB, seria suspeito de ter colaborado nos anos 70 com a polícia por ter sido o único dos envolvidos com o aparelho da Lapa em 76, onde dirigentes foram mortos pela polícia, que não fora preso.

[27] Prestes chegou, em sua última viagem a Moscou, a informar os soviéticos da tomada iminente do poder pelo PCB e seus aliados. O excesso de confiança, no entanto, não era exclusividade do partido. Roland Corbisier, do ISEB, às 14 horas do dia 31 de março de 64 dizia sentir *cheiro de vitória*. (Siqueira/94. Cândido/93)

[28] Esse posicionamento, embora significasse estreito entrosamento com o Governo e interesse na manutenção da ordem, na qual suas reivindicações eram em parte atendidas, por outro lado exigia a intensificação da organização sindical e de seu nível de mobilização. Assim, mesmo inseridos numa política partidária heterônoma onde a primazia não estava com o espontâneo/popular mas com o estratégico/*vanguardista*, estes dirigentes desenvolvem, entre 1958-62, como nos diz Cândido Vieitez, estudioso do movimento operário do interior paulista, *uma política cuja tônica seria a de impulsionar as reformas, articuladas ao nível do Estado na aliança com o PTB, com ampla participação popular*.

> "(...) ou seja, uma política sindical que procurava organizar as lutas trabalhistas no contexto mais amplo das lutas pelas *reformas de base*" com "uma preocupação muito **nítida** com a implantação dos **delegados de fábrica** e com os **comitês sindicais de fábrica**", além do "empenho no desenvolvimento de uma coordenação regional intersindical (no caso, ilegal), através do Conselho Sindical da Borda do Campo (...)".

Esse *direitismo*, portanto, não se confundia com o *imobilismo* da CECC, dominada pelos *prestistas*, e isso ficou patente com a tentativa de reação ao golpe enquanto a cúpula partidária, mesmo com todo o seu despreendimento em relação à ordem, esperava pelo *dispositivo legalista* de Goulart sem tomar providências autônomas no sentido de romper a passividade do Governo*. (Vieitez/88, pp. 168/169/171/172; ggmm)

* Tanto Siqueira quanto a fonte militar anônima são categóricos ao afirmarem que, mesmo diante da possibilidade de um *banho de sangue, se a orientação fosse resistir o dispositivo militar comunista resistiria*. (Siqueira/94. Fonte Militar/93)

[29] Mesmo se posicionando sempre favoravelmente à movimentação dos subalternos – *"Marco Antônio Adverte: causa dos sargentos é causa do povo"* (setembro de 63) e *"A Nação Inteira ao Lado dos Marinheiros e Fuzileiros"* (27 de março de 64) – os termos da política partidária para as FFAA mantinha-se no terreno defensivo*. Embora fosse contra a rebelião, a CECC, muito provavelmente, não sentiu contrariada pelo Manifesto dos Fuzileiros e Marinheiros, que dizia: "estamos sitiados, quando somos pacíficos! Trazem armas para combater palavras!". (In NR/63, nº 240 [3]. In NR/64, nº extra [1/4])

* Isso não mudaria nem mesmo depois do golpe. A articulação de Marighella no sentido de provocar um levante militar, propiciando a prisão de 400 sargentos que haviam escapado dos expurgos da direita, não

passaria de uma iniciativa isolada de reação à derrota. (Siqueira/94)

[30] Corrêa, resistindo às pressões de Prestes, tentava garantir apoio maciço à greve. Em telefonema a Siqueira, que controlava a REDUC, ele pediu a paralisação total da refinaria desconsiderando a informação de que o I Exército mantinha-se fiel à Goulart*. Siqueira resiste buscando respaldo em Prestes, só paralisando-a – por meio de sabotagem – quando ficara claro que o I Exército estava defendendo o golpe: *era a forma de deixarmos eles sem reserva de combustível em caso de uma resistência prolongada*, dizia. (Siqueira/94)

* As informações sobre o campo militar eram desencontradas. Enquanto Nelson Werneck Sodré, por exemplo, sustentava na UNE a fidelidade do II Exército, Kruel, concomitantemente, pronunciava-se no rádio à favor do golpe na noite do dia 31. O clima, todavia, não era de derrotismo. Osvino, então presidente da PETROBRÁS, às 16h do dia 1° falaria em "derrota tática no RJ", ao saber da adesão do I Exército, e requisitaria o abastecimento de um petroleiro para ser enviado ao III Exército (RS) que estaria disposto a lutar. Nessa mesma tarde fuzileiros navais enviados por Aragão libertariam os sindicalistas Osvaldo Pacheco, Demistóclides Batista e Mello Bastos que haviam sido feitos prisioneiros pela polícia *lacerdista* na Federação Nacional dos Estivadores. (Gorender/87, pp. 65/85. Siqueira/94)

[31] Andreotti sustentava também que "o trabalhador (...) estava acostumado à greve econômica": "nós dificilmente conscientizáva-mos para greve política". É verdade que as duas greves gerais em 63 foram sustentadas pela adesão maciça dos sindicalistas de classe média e do funcionalismo público, mas isso não se pode imputar apenas às deficiências das bases operárias do partido já que elas foram capazes de promover inúmeras greves econômicas localizadas entre eles. O mais provável é que o próprio proletariado resistisse às greves políticas por considerarem-nas fora de propósito, ou agressivas ao Presidente que apoiavam. Antes de tudo, os proletários aparentavam estar sintonizados com seus representantes populistas e nada poderia mudar isso a não ser um fator exógeno como a resistência do *dispositivo* e seu exemplo de destemor. (Apud Vieitez/88, p. 173)

[32] Essa perspectiva era coerente com a avaliação que se tinha do golpe antes dele vingar: *"Golpe É para Entregar o País"*; já anunciava NR em maio de 63. Essa visão simplista só seria revertida muito tempo depois, e timidamente, no bojo do *milagre econômico*. Começou com o CE/GB* em março de 70 oferecendo uma análise conjuntural mais honesta, inclusive com a admissão dos êxitos econômicos e educacionais (expansão de matrículas) do governo no período 63-69. Apenas em fevereiro de 77 mencionaria-se outro êxito, o da expansão da previdência social (73, 7%; 76, 27%). Isso não impediria, porém, que Dias afirmasse, em novembro de 80, categoricamente: *sabíamos* "que esse golpe, sendo politicamente reacionário (...), **não** vinha para deter o desenvolvimento das forças produtivas (...)". ([Resolução de Março da GB /1970] pp.79-83. In VO/77, n° 131 [6]. NR/63, n° 241 [3]. In VU/80, n° 34 [1]; gm)

* Esse comitê – cuja composição era: Siqueira, Armênio Guedes, J.G. Vargas Netto, Elson Costa, João Massena e Glauco da Rocha – ficou conhecido pela eficácia de sua política frentista e pela condenação da invasão da Tcheco-Eslováquia em 68. Em 70, atingido pela repressão, ele seria remanejado. (Vinhas/82, p. 247)

[33] A acriticidade dessa posição pode ser melhor dimensionada levando-se em conta o silêncio tecido em torno da postura de Goulart de ter se recusado à resistência. Silêncio esse que quando quebrado, vide artigo não assinado na VO de janeiro de 77, cujo título era *"Jango, Um Democrata"*, mesclava a crítica pelo não enfrentamento à defesa de sua pessoa *por nunca ter compactuado com o regime*. (In VO/77, n° 130 [4])

[34] A composição da CECC, depois do congresso, seria: Prestes, Dias, Bonfim, Reis, *Geraldão*, Jaime

Miranda e Zuleika Alembert – o número de efetivos caira de 9 para 7. Com exceção dos dois últimos, todos os demais fizeram parte da CECC que aprovara a política de golpe com Goulart em 64. Excluídos foram Costa e Lucchesi, além de Telles e Alves que haviam sido expulsos em 67. (Vinhas/82, p. 243)

[35] Ao contrário de 65, o *esquerdismo* na crítica ao governo era mais precisamente situado, inclusive com menção à Resolução de Outubro de 61: *erramos ao não entender que* "o governo, naquelas circunstâncias, seria obrigatoriamente um governo de compromissos com as forças reacionárias". *Denunciávamos, na ocasião, o governo como* "em sua essência reacionário e entreguista", *conclamando as massas a combatê-lo*. (Info. Bal./67, pp. 82/83)

[36] Isso, todavia, não impedia que o CC agora, ao contrário de 65*, se esforçasse por demonstrar absoluta distância em relação à "manifestação de desejos continuístas em círculos do governo e de tentações golpistas em outros (...)" que fomentaram "um clima de descontentamento e desconfiança (...)" que "no início de 1964" modificaria "profundamente a correlação de forças sociais e políticas" *contra os setores progressistas* "arrastando consigo amplos setores da pequena burguesia, inclusive a maioria esmagadora dos oficiais das FFAA (...)". (Info. Bal./67, p. 80)

* Ver page 142.

[37] Essa *unidade*, como já vimos, trouxe muitas vantagens para o PCB. Quando Gorender afirma que nos anos 60, "do ponto de vista da burguesia, o sedativo populista havia perdido eficácia para o mal específico da luta de classes", devemos concordar, muito embora a influência populista sobre as massas tenha impedido a resistência ao golpe em 64. O paradoxo da *unidade* residia exatamente no fato dela, ao mesmo tempo em que promovia as bases sindicais do partido e criava as condições para os comunistas chegarem ao poder por meio de uma coalizão, não aparelhar o partido adequadamente para a luta em setores sensíveis do aparato de Estado – como entre os subalternos das FFAA. Era entre esses setores populares que a demonstração de descontentamento crescia a ponto de sugerir uma ruptura, e não entre os trabalhadores urbanos ou rurais. Por isso, nem o CGT e a CONTAG, voltados exclusivamente para os sindicalizados*, e nem o PCB, empenhado num golpe com o governo, souberam conduzir o descontentamento no sentido das reformas, ou mesmo da revolução**.

O golpe da direita, cujo sucesso adveio também de seu caráter preventivo, anti-comuno-populista – como nos diz Gorender, "a classe dominante e o imperialismo tinham razões de sobra para agir antes que o caldo entornasse" –, soube capitalizar esse descontentamento coesionando os altos escalões das FFAA. Aproveitando-se da *precipitação* dos subalternos militares, e da inação da esquerda, a direita conseguiu corrigir suas fissuras e lançar-se à conquista do poder conciliando, até 68, ditadura com democracia e, até 80, *desenvolvimentismo* com privatismo. (Gorender/87, pp. 16/45/46/51/67)

* A respeito disso o CC formularia o seguinte comentário:

> "as possibilidades do chamado *caminho pacífico* foram em geral erroneamente interpretadas (...) como se a revolução pudesse ser um **processo idílico**, sem choques e conflitos. O oportunismo de direita (...) refletiu-se igualmente na tendência a limitar a atividade de massas (...) à atuação nas **organizações** de massas, particularmente no **movimento sindical**".

(Info. Bal/67, p. 85; ggmm)

** Num tipo de sociedade como a nossa, sem tradição democrática, a mobilização de sargentos e marinheiros apontava muito mais para impasses revolucionários como nos anos 20 com os tenentes, do que democráticos. A complexidade adicionada por essa situação não podia mesmo ser compreendida por um partido dividido entre *reforma x revolução* à moda do MCI, ou seja, desprezando as determinações nacionais para a caracterização desses arquétipos.

[38] A percepção realista, no entanto, não conheceu desdobramentos posteriores. Enquanto a fragilidade do

movimento operário seria usada nos anos 70/80 para justificar a pregação moderada do PCB e o combate ao *esquerdismo*, a crítica da subsunção ao Estado seria rapidamente esquecida no processo de uso do sindicato oficial para a promoção da *luta de classes*.

[39] Em muitos estados importantes as dissidências prejudicariam profundamente a rearticulação partidária exigindo intervenções em seus organismos dirigentes como o CE/RJ, CE/SP, Comitê Metropolitano de Brasília (CM/DF) e, mesmo, a remontagem de setores inteiros. Mas em alguns casos, como o do RS, o partido desmoronaria* – com exceção de Caxias do Sul –, só vindo a se recompor alguns anos depois; como em Pelotas (1970) e POA (1980).

Os dissidentes perceberam de imediato a importância da juventude para a reconstrução do MCB; dizia Marighella a esse respeito:

> "as novas gerações (...) trarão o influxo do **sangue novo** que no processo social sempre é exigido para a afirmação de uma liderança em **consonância** com as **novas condições**". "A nova geração (...) é uma geração política. Marcha para frente (...), olhos voltados para o marxismo contemporâneo. Não importa que os moços de hoje estejam filiados a correntes filosóficas diversas (...). O marxismo contemporâneo não poderá deixar de fasciná-los (...). Com a audácia e o entusiasmo que lhes são próprios, os jovens (...) ajudarão a **reformular** (...) os problemas capitais da revolução brasileira – revolução cuja liderança incontestável (...) pertence de direito e historicamente à classe operária".

([Tódero, Domingos /1992]. Info. Bal./67, p. 90. In Marighella/79, pp. 12/46; ggmm)

* A precocidade da dissidência gaúcha pode ser medida pela Resolução de Março de 65 do CE/RS onde se defende abertamente a luta armada *com base nos movimentos populares*:

> "os comunistas entendem que a luta armada revolucionária deve estar vinculada a todas as formas de luta de massas (...). A preparação da luta armada exige acumulação de forças e esta precisa se realizar através de todas as formas de luta de massas, inclusive as (...) legais. Sem uma base de massas (...) o movimento armado (...) ficará demasiado vulnerável diante do inimigo".

(Apud Gorender/87, p. 88)

[40] Ivan Pinheiro, importante líder sindical do PCB nos anos 80 que pertencera ao MR-8 na juventude, atesta essa realidade:

> "em 68, eu não via o PCB no ME. A impressão que me dava era que o Partido subestimava aquele movimento; tinha um certo medo dele, e foi a reboque quando ele saiu às ruas (...)".

[Pinheiro, Ivan /1992]

[41] O processo de radicalização estudantil vinha sendo alimentado desde 65 em SP, não só como resultado da impotência a que os estudantes se viram reduzidos da noite para o dia, como pelas investidas do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) que promovia arruaças, invadia e ocupava imóveis como o do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP, que era legal. Ações que suscitaram o revide no mesmo tom, como a explosão pelos *marighellistas* da sede invadida para impedir sua utilização como *cidadela do reacionarismo**. Mas foi apenas depois de 66 que se iniciou a organização de uma estrutura armada para a resistência estudantil**, processo que se completaria com o acirramento do confronto com o CCC em 68. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), nos diz Perrone, foi a mais típica resposta estudantil desse molde.

Ao nível da massa o caldo de cultura para a radicalização era alimentado pela *crise dos excedentes* – estudantes aprovados no vestibular que não encontravam vagas na Universidade pública. A estratégia revolucionária da *nova esquerda*, todavia, levaria em conta apenas as *necessidades apontadas pela teoria da revolução para aquele momento histórico*. O resultado foi o retrocesso do movimento depois de um mal planejado congresso clandestino em Ibiúna/SP*** (outubro de 68), em que quase mil estudantes foram, que precipitaria uma onda repressiva suficiente para amedrontar os estudantes. Em 69, os líderes do ME que restavam legais não podiam sequer circular pelas ruas em função dos atentados promovidos pela ultra-direita. Isso, junto com o isolamento dos que se envolveram no processo guerrilheiro, culminaria com a destruição da UNE em 71, antecedida por numerosas prisões e pelo assassinato de Honestino Guimarães,

Stuart Angel e outros. (Perrone/88, pp. 81-84. Gorender/87, p. 149)

* Interessante notar que, sentindo-se fracos para retomar a cidadela perdida, os estudantes radicais, ainda no PCB, optavam pela forma *terrorista* de luta armada.

* Essa estrutura era montada com vistas a ações mais amplas no futuro. No Conjunto Residencial da Universidade de SP (CRUSP) formavam-se *exércitos* ***proletários***. O nome, porém, não escondia nem a verdadeira composição social dos grupos, nem os métodos artesanais precários dos quais se valiam. (Perrone/88, pp. 79/80/126)

***O XXX CONGRESSO da UNE foi autorizado pelo governo, desde que realizado sem a promoção de manifestações de rua. (Perrone/88, p. 126. Segatto et alii/82, 143. Corrêa/80, p. 62)

[42] Respectivamente: Aliança Libertadora Nacional, Comando de Libertação Nacional e Vanguarda Popular Revolucionária. Havia também a AP e a Corrente Revolucionária (CR), que dominavam o Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem/MG, mas atuavam de modo a não expô-lo à intervenção. (Gorender/87, p. 143)

[43] O Governador de SP, auto-convidando-se para o comício, desencadearia reações diversas. Os *pecebistas* acolheriam-no no palanque, mas o mesmo não fariam os *emedebistas* temendo sua concorrência na caça aos votos dos descontentes. Já os *marighellistas* reagiram por meio da violência colocando fogo no palanque, tendo a polícia como expectadora por ordem expressa do Governador. (Gorender/87, pp. 81/82)

[44] A prática de infiltração de militantes revolucionários, geralmente estudantes, no interior das fábricas demonstraria os limites da perspectiva política do proletariado brasileiro. O relato de *Frei Chico*, militante sindical de base do PCB à época, ilustra esse quadro:

> "a massa **admirava** a coragem dessas pessoas. Como ela não podia xingar o patrão e o governo, sem ser punida, ela admirava quem o fazia. Mas não ia junto, porque não tinha **sustentáculo financeiro** para arcar com as conseqüências, como era o caso desses militantes de classe média".

(["Frei Chico" (José Ferreira da Silva) /1992]; ggmm)

[45] Inclusive ligando-o às bases, como o demonstra o comício operário de São Caetano/SP, organizado pela FA com a presença de Lacerda.

Nem por isso as críticas ao partido cessariam. No início de sua organização, em dezembro de 66, Marighella daria o tom dessa oposição, declarando:

> "o que Lacerda pretende (...) é a conciliação que leva ao apoio a Costa e Silva". "Em vez de combater as ilusões, apressou-se a Executiva (do PCB) a combater o revanchismo (...) como se não devêssemos ajustar contas com a ditadura (...) *à maneira plebéia*, segundo diria Marx em seu tempo".

(Perrone/88, p. 70. In Marighella/79, p. 92)

[46] O trotskista Mário Pedrosa escreveria, refletindo expectativas comuns aos setores progressistas:

> "já se pode prever que o regime saído dos alambiques do abrilismo (...) não durará muito. faz água por muitos lados. As forças internas que o sustentavam já não podem manter sua coesão nem mesmo para uso externo".

(In Vinhas/82, p. 268)

[47] A perseguição da *máquina repressiva* é um elemento não desprezível para se entender o imobilismo do partido. A máquina se aperfeiçoara muito no enfrentamento com a esquerda armada desde 68, adaptando a histórica truculência à sofisticação dos métodos de *inteligência* e *infiltração* e deixando para trás o desgastado Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do *Pascoalão* – policial folclórico contumazmente desacatado nas manifestações dos anos 50 e 60 – em proveito dos devastadores DOI-CODIs e

Operação Bandeirantes (OBAN)*, apoiados pelo intercâmbio internacional anti-terrorista patrocinado pelos EUA. Essas mudanças já seriam sentidas em 70, mesmo pelo PCB**, quando são presos e torturados inúmeros militantes seus no RJ. Por conta disso, o CC, em março de 71, resolveria enviar para o exterior 1/3 do CC, inclusive Prestes, de modo a criar uma *reserva de direção* e se precaver de prejuízos maiores. Em 72, em SP, ocorreriam prisões ainda mais extensas com a detenção de dirigentes regionais e do Vereador comunista da capital, Efrain de Campos – preso 1 mês antes das eleições –, seguidas de novas prisões no RJ que culminaram com a captura de Fued Saad do CC e o assassinato de Célio Guedes, quadro auxiliar da direção. Esse últimos acontecimentos fariam com que o VII CONGRESSO, previsto para 73, fosse adiado *sine die*. (Perrone/88, p. 80. Segatto et alii/82, pp. 147/148. [Resolução de Maio /1979] p. 247. [Resk, Antônio /1992])

* A OBAN é criada, em SP, em julho de 69 e muda qualitativamente a repressão. (Segatto et alii/82, p.145)

** Anteriormente, a repressão direta ao PCB, como já foi apontado, baseava-se nos processos na justiça militar e em ações periféricas de violência, como o assassinato sob tortura do ex-sargento Manuel Raimundo Soares em 67, e o espancamento e posterior morte pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) do professor Alberto da Rocha Barros em 68. Posteriormente, depois que a guerrilha fora controlada, é que se direcionará contra os *pecebistas* o *moedor de esquerdistas* fabricado pelos militares. (Id., pp.139/143)

[48] A *luta eleitoral* ocupava, então, o lugar de destaque na tática comunista em função do recuo dos movimentos sociais tendo ainda seu caráter definido como defensivo. Ela representava, segundo a Resolução de Abril,

> "uma das **poucas atividades legais de ação de massas** contra o regime (...) Atuando no pleito as forças antifascistas poderão impedir que a ditadura consiga obter (...) uma esmagadora vitória nas urnas (...)".

Ela teria ainda, segundo o CE/SP, a propriedade de *ativar a estrutura partidária, agudizar o combate à ditadura e exercitar o entrosamento com as forças aliadas*. O voto nulo, em branco e as abstenções – que alcançaram a marca de 13,3 milhões, num universo de 29 milhões de eleitores, nas eleições de 70, permitindo à ARENA, com 10,8 milhões de votos, manter a maioria legislativa contra um MDB que não passara dos 4,7 milhões de sufrágios – seriam condenados e seus efeitos maléficos ilustrados com o exemplo gaúcho, onde os votos invalidados chegaram a 400 mil inviabilizando a eleição do *emedebista* Paulo Brossard à senatória por 30 mil votos. A magnitude desse protesto político, sua capacidade mobilizatória de amplos setores sociais e a possibilidade de *unidade das forças mais avançadas da frente* – no caso a esquerda armada e o *brizolismo* – fora desperdiçado em nome da simples eleição de uma bancada *emedebista* numerosa mas desligada das lutas populares, como em alguma medida simbolizaria Brossard. A crise da representação oposicionista embutida nesses números, que fez com que o MDB em 72 discutisse sua auto-dissolução, seria olimpicamente ignorada pelos comunistas que, na prática, haviam invertido sua prioridade estratégica face aos *setores populares* da *frente única*. ([Resolução de Abril /1974] p. 150; gm. Res. El. SP/74, pp. 5/6)

[49] O Informe de Balanço de 67 apesar de admitir que

> "o Partido", embora tenha dado "um passo histórico na sua evolução como organização revolucionária do proletariado", "a partir de 1958", tornando "possível a nossa participação conseqüente no movimento nacionalista", não fora capaz de dar "prosseguimento satisfatório ao processo autocrítico, iniciado em 1956 (...)",

por outro lado, justificaria o lapso afirmando que *as correntes sectárias e dogmáticas* ***não poderiam*** *ser eliminadas de um só golpe*. Em 67, no entanto, a dureza do ataque aos *esquerdistas*, presente na Resolução do Congresso, parecia sugerir o contrário: *os esquerdistas são frutos da*

> "influência pequeno-burguesa", "instrumentos de forças que (...) trabalham (...) para **destruir** o Partido e para **impor** ao proletariado uma direção política contrária à sua doutrina e à sua organização de classe". "O revés sofrido em 1964 (...) revelou com maior clareza a nefasta influência que ainda exerce em nossas fileiras (...) uma **concepção errônea** do processo revolucionário (...) que consiste em admitir a revolução (...) como resultado da **ação de cúpulas** ou do **Partido**".

(Info. Bal./67, pp. 81/82. Res. VI/67, pp.184-186; ggmm)

[50] A defesa da guerrilha como *fruto do trabalho de massas prévio*, tal como concebido por vários setores revolucionários – inclusive Marighella que, apesar de defensor do terrorismo, se opunha ao *foquismo* – não teria o efeito desejado, como argutamente observou Gorender, pelo fato de que esse trabalho era concebido como um *foco* brotando do nada. No caso da ALN as *ações* iniciais, datadas de setembro de 67, surgem de lutas de massas. As iniciativas seguintes, porém, seriam desconectadas completamente de qualquer contexto de luta popular. Seriam autênticas ações de vanguarda, de cunho expropriativo, que, pelo fator surpresa e pela técnica sofisticada para a época, obtêm sucesso deixando "os órgãos policiais (...) desnorteados" e elevando "de maneira assustadora" as ações no período 68-69. Tratava-se de um problema comum ao PCB: diante de massas incapazes de lutar politicamente por seus objetivos imediatos, ou mesmo por bandeiras democráticas, e alheias aos apelos revolucionários a vanguarda comunista, quer reformista, quer revolucionária, escolhia o mesmo caminho da **suplantação** desses limites pela imposição da *linha justa*; que esbarrava, no caso do PCB, na desconfiança popular em relação ao *emedebismo* e, no caso da guerrilha, no aperfeiçoamento das técnicas repressivas nas cidades e na histórica mansidão política do *camponês*. (Gorender/87, pp. 96/98/99)

[51] Leandro Konder, ainda em 67, foi o que melhor abordou o problema em artigo à revista Civilização Brasileira:

> "inutilmente um espírito **conservador** procuraria, nas presentes condições, caracterizar a rebeldia como mero procedimento mesquinho de ressentidos ou como mera manifestação de irresponsabilidade de imaturos: sabe-se agora em toda parte que, na medida em que não se adaptam ao mundo e insistem em procurar adaptar o mundo a eles, os rebeldes constituem uma **força decisiva na promoção do progresso**. Sobretudo entre os intelectuais e artistas, a rebeldia aparece aureolada pela **dignidade da repulsa à militarização da vida** em termos de formigueiro". "O presente não engendra naturalmente o futuro, através de um **movimento fatal** ou espontâneo: o futuro precisa lutar para nascer, precisa lutar contra o presente, **negá-lo com vigor**. A rebeldia aparece assim como o **sopro vivo** que varre o **mofo da história e combate a estagnação**".

Seu entendimento do fenômeno rebelde, todavia, não era complacente com o *esquerdismo*:

> "(...) o comportamento rebelde, em seu desenvolvimento, é freqüentemente obrigado a defrontar-se com a seguinte alternativa: ou se aprofunda em termos coerentes (e se torna **revolucionário**) ou se descaracteriza, se dilui, se deixa neutralizar e se reduz praticamente à inocuidade". "Foi o *romantismo revolucionário* que **desnaturou** o *realismo socialista* na URSS, na época de Stálin e Zdânov. O procedimento romântico leva à substituição da compreensão em profundidade pela visão exótica ou pitoresca, pela ênfase oca, pelas cócegas sentimentais". "Nossa tarefa, como intelectuais, é a de tentar comunicar aos moços a **visão de mundo** capaz de proporcionar-lhes o mais conseqüente dos comportamentos revolucionários. (...) Para nos desincumbirmos da função que nos cabe, no Brasil de hoje, precisamos entrar em **diálogo franco** com a juventude, sem lisonjeá-la demagogicamente e sem tentar tutelá-la, impondo-lhe dogmas".

A dificuldade encontrada por Konder para implantar sua visão generosa de luta política no interior do PCB residia não apenas na anêmica inserção das correntes renovadoras no interior da organização, mas também no fato de que estas encontravam-se despreparadas para um combate eficaz à visão dogmática da maioria na medida em que compartilhavam da idéia chave de que a rebeldia em "termos coerentes" e o "mais conseqüente dos comportamentos revolucionários" estavam inscritos, *no fundamental*, no MCI. Qualquer ação política, por mais bem intencionada que fosse, baseada nesse pressuposto não conseguiria mais do que legitimar o conservadorismo *pecebista* emprestando-lhe roupagens mais atraentes. (Konder/67, pp. 135/136/142/144; ggmm, excetuando o penúltimo)

[52] Concorrer para uma "nova crise em gestação" não era, até então, algo negativo, como se pode perceber. As eleições de 65, inclusive, eram utilizadas como exemplo, sobretudo pelos resultados alcançados em MG e na GB. Os *pecebistas* enalteciam sua importância como instrumento de luta que, pela sua **eficácia**, provocara a reação do regime com AI-2 – que suspendera a eleição presidencial prevista para aquele ano, aumentara o poder do Executivo e dos Tribunais Militares, além de impulsionar o movimento que desembocaria na fusão da GB com o RJ visando neutralizar o potencial oposicionista do primeiro. (Res. GB/70, pp. 87/88/90. Segatto et alii/82, p. 136)

[53] O começo dos anos 70 testemunhou alguns atritos no meio militar que encorajavam as expectativas de divisão da corporação. A VO, entre 71-73, comentaria alguns: a demissão, em setembro de 71, do General Rodrigo Otávio, Diretor-Presidente da Escola Superior de Guerra (ESG), em função de suas posições nacionalistas – a *gota d'água* teria sido o *vazamento* para a imprensa do teor da palestra ali proferida por Dom Eugênio Sales, que pregara a normalização democrática; a denúncia, em novembro, dos métodos do Comandante Burnier, da 3ª Zona Aérea, que extorquia *confissões* de militares alinhados com seu inimigo, o Brigadeiro Itamar, denunciante do caso PARASAR; e a demissão, comentada em junho de 73, do Ministro da Agricultura, Cirne Lima, que se opunha à *desnacionalização da economia.* (VO/71, nºs 80 [7], 81 [3]. In Carone/82(a), p. 143)

[54] Outro atenuante, consciente ou não, das reações à esquerda, presente na Resolução, era a admissão do perigo da *direitização* do partido ao longo da resistência democrática. Esse perigo, superficialmente formulado, era, seguramente, uma referência à possibilidade do PCB deixar-se diluir na amplíssima frente. A prescrição contra essa eventualidade, todavia, era circular e inócua:

> "há, na luta de resistência (...), o risco de o Partido desprezar sua estratégia. Mas isto será evitado desde que **subordinemos as ações de resistência ao objetivo central de formação de uma frente única nacional antiditatorial**".

(Res. GB/70, p. 86; gm)

[55] Entre os militantes da *direita* engajados e defensores do projeto destacam-se: Coelho, Maranhão, Timbaúva, Holanda, Milton Coelho da Graça, Cândido e Rodolfo Konder*. Além desses, deve-se observar as cumplicidades em torno de Maranhão, sem sombra de dúvida o maior articulador do jornal. A amizade de David Capistrano e a afinidade com Guedes com certeza concorreram para a realização do projeto**.

Já Prestes teria tido uma participação mais controversa no episódio. Segundo Siqueira e o CC*** ele estaria por detrás de FN. Prestes, no entanto, só deveria se interessar pelo projeto na medida em que ele fosse capaz de realimentar a revolução. O formato semi-oficialista assumido pelo jornal e a inclinação política de seus articuladores devem tê-lo demovido de manter sua sustentação. Isso fica claro em seu artigo na VO de setembro de 70, sob o título *"A Luta Contra o Imperialismo É Inseparável da Luta Contra o Oportunismo"*, quando ele reage citando uma resolução partidária:

> "os generais gorilas que dominam a nação estão a serviço dos monopólios ianques e de seus associados brasileiros (...)". "'Lutar contra a ditadura é a **forma atual** de lutar contra o imperialismo (...) e as forças reacionárias (...)'". "Só a classe operária unida e organizada, juntamente com as demais forças patrióticas (...) poderá derrotar essa ditadura (...)".

Pela primeira vez explicitava-se a luta no CC pós-67 e o alvo eram os *direitistas* que,

> "em nome de uma *tática flexível*, **abandonam os princípios** (...) ou passam mesmo à **apologia da ditadura**". "Essas posições **oportunistas de direita** ganharam ultimamente maior vulto (...)". Surgem "diversas *teorias* (...) para justificar a defesa de posições nacionalistas (...), assim como a participação nas conspirações golpistas (...)". "(...) A pretexto de lutar contra o imperialismo" *separa-se mecanicamente as lutas democráticas das nacionais, pondo as últimas sob os auspícios dos* "militares anticomunistas do General Albuquerque Lima".

O *prestismo* assumirá, então, uma posição claramente de *esquerda*, que seria retomada em 80:

> "tendências oportunistas (...) refletem falta de confiança nas massas (...) ou (...) (descrença na) classe operária (...)". "A linha política de nosso Partido vem sendo confirmada (...) e dentro dela não devemos temer as **iniciativas audaciosas** mesmo que, de início, **não possam contar com a participação das massas**".

Em março de 71, em artigo saído na revista *Estudos* sob o título *"Aspectos da Luta Contra o Subjetivismo no 49º Aniversário do PCB"*, Prestes voltaria à carga observando que *após a imitação à Cuba tende-se à imitação do que*

> "se passa (...) no Perú" e na Bolívia, onde "ditaduras militares tomam medidas de sentido nacional reformista e, mesmo, (...) revolucionário (...)". "Supor (...) que o atual caminho peruano possa ser repetido em nosso país, que os generais da atual ditadura (...) possam espontaneamente" tomar o "caminho da defesa dos interesses nacionais (...) é (...) **capitulação** (...) ao atual regime".

Em maio de 72, no entanto, a VO publicaria um artigo seu intitulado *"A Luta Revolucionária dos Comunistas Brasileiros"*, onde ele reconheceria que "(...) cresce nas FFAA a corrente nacionalista, a qual influenciada pelos acontecimento do Peru, tem tomado (...) posição contra a política entreguista da

ditadura". Mas, a reaproximação com os princípios gerais de FN não nos pode impedir de ver que seu nacionalismo era de *esquerda* e que dificilmente poderia conviver por muito com as perspectivas do CE/GB e de importantes segmentos da CECC. (Cândido/93. Siqueira/94. [Temer, Milton /1994]. Prestes/70, pp. 103-108; ggmm. Prestes/71, pp. 110/111; gm. In VO/72, nº 87 [4])

* Konder, curiosamente, teria sido destacado pelo núcleo dirigente para, junto com Corrêa, controlar os militantes diretamente envolvidos com o jornal. (Jaimovich/93)

** Segundo Cândido, as composições de forças internas estavam estreitamente relacionadas com laços pessoais afetivos. (Cândido/93)

***Siqueira o acusa de ter acreditado, mesmo depois do golpe, que Castelo Branco, pela formação que tivera, poderia vir a romper com a linha dura militar – segundo ele, Prestes teria dito: "o último militar a passar para o campo democrático não fui eu nem o Melo, mas o Castelo" – e, posteriormente, na cisão de Albuquerque. Já o CC não passará da insinuação, em sua nota de repúdio à dissidência *prestista*, afirmando:

> "de outra parte (...) o golpismo é uma concepção com manifestações tanto *esquerdistas* quanto direitistas, muitas vezes portada pelo **mesmo camarada**. (...) Não aceitamos" o apoio "ao nacionalismo de Médici, em virtude dos ***fatos novos***".

(Siqueira/94. [Nota de Maio /1980] p. 14; ggmm)

[56] As críticas que se faziam ao Governo eram, de fato, localizadas e concentradas na figura do economista Roberto Campos, que era alvo, em quase todos os números do jornal, de ataques por causa de suas *idéias entreguistas* – duas manchetes ilustram bem o enfoque e a agressividade dos ataques: *"Roberto Campos Desafia Garrastazu"* (capa do nº 2) e *"Roberto Campos – o mito a ser queimado"* (nº 3). Entre as críticas tópicas havia o torpedeamento da política salarial do regime surgida já no 1º número, onde uma nota sob o título *"Salário Está Muito Chato"* tecia comentários adocicados sobre a renda dos trabalhadores apontando uma defasagem salarial de 25% entre 65-70, explicada pela ***não aplicação*** *dos índices da própria lei do arrocho e pelo aumento da remessa de lucros para o exterior entre 63-67*. No 2º número apareceria uma nota mais apimentada denunciando o *milagre como fruto do arrocho salarial que serve para financiar as multinacionais que vendem aos ricos.*

O jornal, além de não atacar frontalmente o regime, possuía um discurso proto-governista inequívoco* desde seu 1º número, com Paulo Duarte defendendo o Presidente Emílio Médici *por se opor às torturas*, matéria de página central laudatória à decretação das 200 milhas mar-territoriais brasileiras, elogios no nº 2 às FFAA por seu projeto de modernização e auto-suficiência em armas, no nº 3 pela resistência à taxação do café solúvel pretendida pelos EEUU, no nº 5 vociferando contra a "imprensa a serviço das oligarquias" que "utiliza todos os artifícios para vislumbrar divisões nas FFAA, situação ideal para as manobras das velhas raposas políticas" *que não aceitam a* ***identificação atual da*** "unidade militar (...) com as aspirações de um **projeto nacional autônomo**", e no nº 14 com a saudação pela criação do INPS que *poria fim às filas dos beneficiários da previdência social*. (In [Fato Novo /1970] nºs 1 [6-8/12], 2 [1/5/8], 3 [6/7/9], 5 [3] e 14 [5]; gm).

* Isto não impedia que o mesmo Duarte criticasse os funcionários das Universidades públicas que apoiavam Goulart e acabaram aderindo ao regime. (Id. nº 18 [12])

[57] Este setor opera com atribuições partidárias consideradas secretas, prática comum à maioria dos PCs. A menção dessa seção, naturalmente, é raramente feita nos documentos partidários e, tampouco, na imprensa oficial. Na Resolução Orgânica de Julho de 71 encontra-se uma dessas escassas referências diretas sob a nomenclatura de "trabalho especial". No PCB, elas abarcavam desde o trabalho de *informação* – na verdade, mais baseado na colaboração/corrupção ativa dos agentes da repressão do que num trabalho próprio de investigação* –, passando pela formação de *células* nos meios militares, guarda e produção de armamentos**, até *justiçamentos*. Tais atividades costumavam estar sob o controle da CECC e eram desempenhadas por elementos do CC ou cooptados em suas seções permanentes, mas não se deve menosprezar, sobretudo no passado, a subordinação pessoal a alguns dirigentes ao arrepio da hierarquia formal. ([Resolução Orgânica de Julho /1971] p. 3. Perrone/88, p. 59)

* Foi o que permitiu, depois do golpe, que Jaimovich se exilasse, por determinação expressa da direção, antes que uma trama policial o envolvesse com o financiamento externo do partido e a espionagem soviética. Também, possibilitou a localização de presos cuja captura se deu sob a forma de seqüestro. (Jaimovich/93, Cândido/93)

** Jaimovich, retornado clandestinamente ao país em 68, e designado para trabalhar junto a Coelho na secretaria de finanças, montando empresas de exportação/importação – em negócios que envolviam *kits* de material escolar da Polônia, café e até automóveis, esse último a cargo de Salomão Malina –, oficinas metalúrgicas e etc., se depararia com uma oficina que fabricava peças de reposição para armas; negócio que ele tratou de desativar por considerar inverossímil sua utilização. (Jaimovich/93)

[58] Maranhão chefiou a comissão de entendimentos políticos do CC de 67 à 74 assistido por Coelho, responsável pela área na CECC, contando com a participação de Holanda e Coelho da Graça em SP*. Era um quadro respeitadíssimo na direção, não só por sua história pessoal de lutas e abnegação** – tinha um prego encravado no crânio em função das torturas sofridas durante o Estado Novo –, mas também por sua sensibilidade política e intelectual. Ele mantinha ligações com Roger Garaudy – intelectual comunista francês que promovia o movimento *dialogue* que reunia marxistas e cristãos num debate de idéias filosófico-políticas – protagonizando o debate marxista/cristão através da revista *Civilização Brasileira*, pela esquerda, e *Paz e Terra*, pelos católicos. (Siqueira/94, Cândido/93)

* No RJ, a comissão tinha, além de Maranhão, Guedes, Valério Konder e Timbaúva. Esse foi afastado e deslocado para o interior do estado depois de localizado pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI). Em 70 seria a vez de Guedes ser deslocado pelo mesmo motivo. Em 73/74 o próprio Maranhão seria transferido para SP cessando o trabalho da comissão desde então. (Siqueira/94)

** Sua integridade moral era reconhecida inclusive fora do partido. Internamente, ele era constantemente chamado a fazer o papel de *corregedor*, *enquadrando* companheiros com conduta moral duvidosa, ou que não cumpriam suas obrigações familiais; isso lhe valeu o apelido de *frei*. (Id.)

[59] Os ataques ao jornal, em seu nascedouro, segundo Cândido, partiriam da *raia miúda* do CC naquele momento – Corrêa, Siqueira, etc. –, pessoas estreitamente ligadas às forças políticas mas sem grande importância no jogo interno – somente nos anos 80 elas se projetariam no proscênio. Havia resistência também entre os militantes de base. O próprio Cândido admite que a reprodução de matérias de FN no meio sindical carioca – feita por ele próprio através do boletim *Orientação*, que circulou durante 2 anos, mesmo após o fechamento de FN – sofria boicote dos militantes comunistas, sobretudo dos bancários sob a liderança de Roberto Percinoto. Mas, tentava-se compensar isso com apoios de outros grupos de esquerda, como o MR-8 que promoveria junto com FN uma atividade no 1° de Maio de 70. O *tiro de misericórdia* foi dado depois da publicação de um editorial elogioso ao regime. Foi então que o *núcleo dirigente* designou Bonfim para redigir uma nota, publicada na VO em 70, desvinculando o PCB de FN*. (Cândido/93, Siqueira/94)

* No n° 34 denunciava-se as dificuldades financeiras enfrentadas pelo jornal que *defende a participação dos militares no governo*, enquanto a imprensa *hostil*, ou *reticente*, a essa participação iria *de vento em popa*. (FN/70, n°, 34 [10])

[60] Promoveram-se extensos debates sobre teatro com diretores, atores e produtores – destacando-se o espaço generoso cedido a Juca de Oliveira, então membro do PCB –, forjou-se uma curiosa defesa *nacionalista* do *Pasquim* – "ele é tão nosso quanto o Sr. (Gustavo) Corção", ou, "eles merecem toda a nossa tolerância (...)" –, entrevistou-se o costureiro Clodovil, etc.. (FN/70, n°s 24 [12-15], 27 [8/9], 29 [3/6/7])

[61] Essa ressalva, junto com a manchete estampada nas páginas centrais do n° 1 *"O Que É Bom para os*

EUA e Rússia. Não É Bom para o Brasil", possivelmente abriram um flanco para os ataques dos inimigos do projeto no CC em função da desconfiança de que ali se escondiam posições *anti-soviéticas*. Outro jornal legal, de cunho mais *eclético* embora igualmente nacionalista, chegara a ser editado no RJ por Paulo Francis com dinheiro do PCB em 67 – chamava-se *Folha da Semana* e tinha a participação de Luiz Mário Gazzaneo, editor da VO no pré-*quedas*. A direção, todavia abandonou-o justamente por considerá-lo portador de *inclinações anti-soviéticas*; embora o álibi utilizado tenha sido a edição do AI-5.

Já o anti-castrismo era explícito, o que, embora não incomodasse a cúpula partidária, era embaraçoso para o MCI, sobretudo porque o ataque era de direita, denunciando a *persistência em exportar a revolução* e chamando os guerrilheiros nativos de "terroristas"* *cúmplices do imperialismo* por adotarem

> "uma tática que dá margem à intervenção de grandes potências nos assuntos internos brasileiros e ao enfraquecimento da posição que nosso país pode conquistar, em conseqüência das medidas de desenvolvimento autônomo que **vêm sendo tomadas**".

A idéia da *colaboração* era reforçada pelas declarações do Embaixador Charles Elbrik, extraídas em cativeiro e divulgadas por um dos seus seqüestradores já no exterior, consideradas encorajadoras daquele tipo de ação por sustentar que *a ditadura não possibilitava opções para a juventude se desviar da via revolucionária*. (Siqueira/94. FN/70, nºs 1 [6/7], 3 [4], 8 [5], 16 [4]; gm)

* Essa denominação seria, como já vimos, posteriormente adotada pelos comunistas no exílio; ver •• Cited Item Has Been Deleted ••.

[62] Chagas seria, 8 anos depois, caracterizado com a mesma dureza nas páginas da VO por *G. de Sá* (Mauro Malin*), que o chamaria de "reizinho de aldeia", cujos "planos menores" são "compatíveis com seu horizonte mental". *Sá*, todavia, apesar de estampar em título *"Chagas a Serviço do Projeto 'Trabalhista' da Ditadura"*, não parecia disposto com suas críticas a fechar as portas para o diálogo, alegando que, embora forçado, Freitas fazia aliança com os *setores democráticos*. (In VO/78, nº 144 [2])

* *Eurocomunista* sucessor de Temer na VO do exílio e influente articulista nos primeiros 100 números da *Voz da Unidade* (VU) nos anos 80.

[63] Esta opinião seria reproduzida por Prestes na TV, às vésperas do golpe, destacando especialmente o papel *do Exército* – o mesmo que, 2 meses depois, o recolocaria na clandestinidade – na configuração desse caráter. Esse juízo se solidificou no bojo das lutas nacionalistas dos anos 50. Os *pecebistas*, depois de abandonarem, em 52, a fase do revolucionarismo retórico que os fez empunhar a bandeira da *democratização das FFAA*, mergulhariam, como já se discutiu, nas campanhas nacionalistas que contavam também com forte presença militar. Isso fez com que a direção, nos anos 60, já as considerassem "democráticas", apesar da persistência de práticas de maus tratos aos seus membros subalternos, proibição de casamento para marinheiros, inelegibilidade de oficiais, não-direito de voto, etc. (In NR/64, nº 257 [se, 5/6]. Parucker/89, pp. 1/10/17)

[64] O argumento central era o de que os "verdadeiros interesses (dos militares) nada têm a ver com os preconizados pelo seu atual alto comando (...)"; dizia Milton Temer (*M. Silva*) em 77. A "concepção distorcida de segurança nacional", reforçaria a VO no mesmo ano, *foi imposta* "criminosamente ao nosso Exército nos dias atuais". Este entendimento evoluiria para a concepção de que a "doutrina de segurança nacional" as havia subalternizado; posição sustentada por Guedes em 79 no *Jornal do Brasil* (JB). Essa linha de raciocínio não era exclusiva dos *eurocomunistas*. Prestes igualmente a esposou após as *quedas* na Declaração de Fevereiro de 77, assinada por ele, em que se afirmava: "(...) a **maioria** dos militares é constituída de patriotas, que se sentem **humilhados** com o papel que lhes é **atribuído** de carrascos do povo (...)". A aposta de Guedes quanto à possibilidade de ganhá-las para a luta democrática, considerando-as como "uma das premissas indispensáveis para o florescimento de uma sólida democracia econômica, política e social" no país, e sua condenação dos críticos *que a queriam isolar ainda mais do restante da sociedade*, só não convergia com a de Prestes quanto aos fins, a política democrática, mas era idêntica à

dele quanto à perspectiva de saída *pelo alto*.

Divergências haviam quanto ao modo de viabilizar a política de aproximação*. A idéia do *isolamento das FFAA do conjunto da sociedade e seus conflitos*, situação que interessaria ao "Alto Comando e os órgãos que formam o sistema repressivo no Brasil (...)", era sustentada por Antônio Carlos Peixoto (*P. Gonçalves*) em 77 com vistas a desgarrá-las do reacionarismo:

> "colocar as FFAA em contato com a vida pública brasileira é perigoso do ponto de vista (...) da minoria que controla o País. É perigoso porque **fatalmente** irão se refletir, dentro da instituição militar, os anseios democratizantes (...) da atualidade nacional".

Diferentemente, Corrêa almejava em 78 evitar a divisão que essa *fatal reflexão* ocasionaria entre os militares apontando caminho idêntico ao protagonizado pelos mentores de FN: "o caminho é o de **unir os militares** através do diálogo amplo e correto, em torno de um projeto (...) que venha a fazer do Brasil (...) uma **potência** na qual não haja miséria (...)"**. (In Carone/82(a), p. 318. In VO/77, nº 135 [6], 138 [6], 139 [3], 140 [2]; gm. [Declaração de Fevereiro da CECC /1977] p. 5; ggmm. Corrêa/80, p. 125; ggmm)

* As divergências mais sérias foram *sanadas* com a exclusão da *esquerda*. Marighella, por exemplo, defendeu em 65 que

> "a constante (...) tem sido o papel das FFAA agindo **contra** o povo e as liberdades. A exceção gritante foi somente em 1955, quando (...) o então General Lott na função de Ministro da Guerra, chefiou o contragolpe e defendeu a Carta Magna, assegurando a posse do Presidente eleito".

Gorender, por sua vez, sustentaria mais tarde que elas se guiavam por seu aspecto instrumental, organizacional e de classe. "A defesa do Estado burguês implica a integridade da organização militar, ao passo que sua autopreservação é imprescindível à defesa do Estado burguês". Paulo Parucker, que pesquisou a relação dos comunistas com as FFAA, aduziria à posição de Gorender a idéia de que o caráter policlassista das FFAA demandaria uma forte ideologia coesionadora, a qual se constituiu historicamente com base na idéia de progresso e de ordem, a última expressa, sobretudo após 35, na bandeira do anti-comunismo.

Mesmo a VO em 71, inadvertidamente, desmentiria o otimismo comunista revelando a extensão e profundidade do programa de treinamento militar Brasil-EUA: 10 milhões de dólares aplicados pelos norte-americanos, especificamente em treinamento desde 59, além de uma ajuda global de 200 milhões, entre 50-68, responsáveis pela formação de 6 mil oficiais e sub-oficiais. ([Voz Operária /1971] nº 80 [3]. Marighella/79, p. 41; gm. Gorender/87, p. 52. Parucker/89, p. 3)

** Em 79, esse posicionamento seria reafirmado de maneira ambígua num artigo intitulado *"O Partido Não É Instrumento de Vingança"* que pregava que *as FFAA deveriam ter um papel ativo na promoção dos interesses populares*. Moderação combinada com *interesses populares* preservaria a velha fórmula *prussianista* de FN. (Corrêa/80, p. 197)

[65] A *autocrítica* só será explicitada a partir das *quedas* e, mais tarde, utilizada para frear as expectativas internas em face da rearticulação, por outros setores oposicionistas, da aliança com os militares nacionalistas, formalizada na Frente Nacional de Redemocratização (FNR) encabeçada pelo General Euler Bentes Monteiro. A versão oficial da *autocrítica* aparecerá no calor das *quedas* na Resolução de Abril de 75 da CECC. Nela, as divergências no seio do regime seriam consideradas como *luta entre facções que buscam a sobrevivência impedindo* "o avanço do processo democrático" *e a continuidade da exploração e do entreguismo*. Em agosto/setembro de 76 a VO veicularia uma avaliação negativa da experiência peruana, em que se espelhava FN, expressa num artigo sob o título irônico, pouco afeito ao jornal, *"Perú: revolução! Meia Volta Volver?"* onde se diz: "(...) é na defesa de um regime **verdadeiramente democrático** que os militares podem contribuir para (...) a independência definitiva da nação". Essa conclusão apoiava-se no juízo de que as concessões efetuadas pelas forças nacionalistas peruanas ao imperialismo – rejeição do PCP e da CGTP, afastamento em relação aos países socialista e criação da SINAMOS para coordenar os vários organismos setoriais de mobilização social que se baseavam num discurso anti-comunista e eram manipulados pelos políticos tradicionais – se deviam ao fato do movimento ter se circunscrito aos quartéis e, por isso, se enfraquecido. No mesmo número, outro artigo, com título igualmente questionador *"Segurança Nacional ou **Multinacional?**"*, afirmaria *não ser possível uma política nacionalista sem as FFAA* ao mesmo tempo em que alertava que isto ***pressupunha** mudanças em seus objetivos que só a*

***democracia** poderia ocasionar*. A democracia passara a ocupar *de fato* o lugar primordial na estratégia nacional-democrática; era a democracia que abriria espaço para o nacionalismo* e não mais o contrário.

A partir de então repetem-se na VO críticas às *ilusões numa conversão democrática dos militares tendo por base a agitação nacionalista sem participação direta das massas e sem um efetivo engajamento anti-imperialista* – ou seja, pró-soviético. Carlos Nelson Coutinho (*Josimar Teixeira*), em abril de 77, defendendo que *"Democracia e Anti-imperialismo São Bases do Autêntico Nacionalismo"*, denunciaria "o *nacionalismo* da ditadura" como "apenas cobertura para uma política entreguista" verdadeira "afirmação de um chauvinismo (...) fascista". Coutinho chegaria a negar a "suposta *autonomia* da política externa brasileira" afirmando que o que existia eram ***rusgas secundárias*** que *ao invés de debilitar reforçavam a dominação imperialista*. Ainda nesse momento os *eurocomunistas* sustentavam, junto com os ortodoxos, que *só seria aceitável o nacionalismo que fosse* "aberto à mais ampla solidariedade internacionalista"; fora destes termos seria imperdoável um acordo com o regime. No mesmo número, Peixoto também defenderia o *nacionalismo anti-imperialista* em artigo intitulado *"Demagogia e Chauvinismo. Novos Disfarces da Ditadura"*. Por sua vez, Temer afirmaria em maio que *"(...) Não Há Saída Com o Fascismo"*:

> "para a oposição, não pode haver dúvida que o limite do campo das forças democráticas passa **obrigatoriamente** pelo seio das FFAA (...) No entanto, esta não se manifestará enquanto a correlação de forças sociais não mostrar uma superioridade das forças democráticas".

Guedes interviria no debate, se é que se pode chamá-lo assim, apenas em setembro e, sem usar pseudônimo, condenaria os militares nacionalistas por *desprezarem o papel das* "massas no processo de (...) emancipação nacional". Em dezembro, Temer voltaria ao ataque criticando os "setores democráticos que se apresentavam como avalistas das pendências militares nacionalistas, mesmo quando estas se manifestavam pouco apegadas a um conceito democrático de sociedade (...)". O ápice das críticas será atingido com *H. Santos* em maio de 78 denunciando a corrupção dos militares via participação em projetos do grande capital. ([Resolução de Abril da CECC /1975] p. 162. In VO/76, nº 127 [2/4]; ggmm. In VO/77, nºs 133 [3/5], 134 [3/9], 138 [6] e 141 [10]; gm. In VO/78, nº 146 [8])

* Na verdade, democracia e nacionalismo se repelem. Em regimes democráticos apenas ocasionalmente o nacionalismo ocupa o centro da política, enquanto que regimes inspirados no nacionalismo comumente buscam controlar e limitar a democracia.

[66] O desmoronamento dessas organizações seguiu o seguinte processo, segundo Gorender: em janeiro de 71, o MR-8 reconhecia a *redução das bases sociais da guerrilha e a dificuldade de reposição dos seus quadros*, apontando, porém, para sua *continuidade no campo como saída estratégica*; já o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), no mesmo ano, era simplesmente desarticulado; também a VPR deixava de existir no 2º semestre, embora subsistisse no exterior; em meados de 72 seria a vez do PCBR admitir o *completo isolamento da guerrilha* sem, igualmente, tirar dele qualquer lição útil; em março de 73 a VAR-PALMARES decompusera-se; em julho a ALN era desarticulada; em outubro, sem esperar pela conclusão de sua direção, extingue-se a militância ativa no PCBR; no mesmo ano, o recém-fundado Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) extingue-se; a Ala Vermelha (AV), proveniente do PCdoB, seria a única a produzir, tardiamente em 74, uma autocrítica explícita que renegava o *lançamento imediato das ações guerrilheiras*, muito embora reafirmasse a *via armada num quadro de lutas de massa e novas alianças*. Derrotados, os guerrilheiros e seus intelectuais demonstravam grande dificuldade em compreender as razões do fracasso. (Gorender/87, pp. 198-205)

[67] O PLACCONPE pretendia ordenar as atividades do conjunto partidário a partir da fixação de 7 *tarefas básicas* monitoradas semestralmente. Seu esforço era o de fazer interagir as esferas política, ideológica e orgânica, "combinando a luta pela construção do Partido com a luta pelo fortalecimento das organizações de massas dos trabalhadores, particularmente os sindicatos urbanos e rurais". A primeira avaliação desse processo, realizada em abril de 72, revela que o objetivo era alcançável: 32% das adesões foram obtidas em fábricas, geralmente grandes indústrias; 10% em empresas de transporte; 7% entre assalariados agrícolas e camponeses; 14% entre estudantes; e 36% entre assalariados de grandes e médias empresas, provavelmente das camadas médias. Entre os trabalhadores manuais conseguiu-se realizar 49% dos recrutamentos, ao passo

que entre os assalariados de classe média obteve-se 36%. Outro dado significativo era o de que 50% dos recrutamentos haviam acontecido em grandes estabelecimentos, e das novas *bases** constituídas 70% foram montadas nos em locais de trabalho – contra apenas 18% nos de moradia e 12% nos setores partidários. Restavam, porém, alguns indicadores negativos: em 36% das *bases* não houve recrutamento; em 14% das organizações de grandes fábricas não se recrutou ninguém; e em 50% das *bases* o número de novos aderentes não justificou a criação de novos organismos**. (VO/72, nº 86 [2])

* Denominação dada às antigas *células*.

* O mínimo para a constituição de uma *base* era de 3 militantes.

[68] A descrição do processo chileno e a denúncia da ofensiva direitista sobre o Governo Salvador Allende, na VO de novembro de 71, reproduz em grande parte o discurso comunista no pré-golpe sobre as *conquistas do Governo Goulart* e a disposição das *forças populares* em resistir ao assédio da direita:

> "o PC (...) está disposto a **desbaratar a conspiração** (...). Ele cresce à razão de 4 mil novos membros por mês e até o final do ano deve contar com 200 mil filiados". "A Unidade Popular (UP) já efetuou conquistas **irreversíveis** e conta com **sólido** apoio (...) da população. Conta também com a solidariedade do campo socialista (...)".

(In VO/71, nº 81 [7]; ggmm)

[69] Já em 71, quando decidiu-se enviar 1/3 do CC para o exterior, falou-se na necessidade de cumprimento das normas de segurança *para se evitar surpresas*. Segundo Dinarco Reis, membro histórico do CC, herói da resistência francesa na 2ª Guerra Mundial (2ª GM), a direção percebera que havia chegado "sua vez" nessa época. A VO se referia à repressão como *Esquadrão da Morte*, considerando-o um apêndice do aparelho policial interligado à polícia política, enquanto o Secretário-Geral alertaria em maio de 72: "sabemos que teremos que enfrentar **duros** e **difíceis** combates". Em março de 73, percebia-se que a engrenagem repressiva não só não estava em desativação como estava prestes a agravar a perseguição ao partido e ao restante da oposição democrática:

> "a ação repressiva e terrorista da ditadura continua. Houve mesmo um recrudescimento, voltado (...) contra a imprensa, o movimento sindical e o nosso Partido". "A ditadura **concentra** agora sua ação repressiva e terrorista contra nosso Partido" *usando como argumento a infiltração internacional*. "(...) Frente aos golpes sofridos, devemos (...) corrigir nossas deficiências (...) a partir do trabalho de direção (...)".

Na Resolução Orgânica de novembro chegou-se, inclusive, a admitir as dificuldades encontradas para a reunião do CC*, para a disseminação de sua orientação pelas bases, e para o próprio funcionamento do partido – falava-se em deslocamento do "ponto de apoio da direção central (...) das organizações intermediárias de nível estadual para os órgãos auxiliares, seccionando a atividade dirigente por frentes de trabalho". Diante disto propôs-se

> "tomar medidas concretas sobre a vigilância e a segurança revolucionárias nas condições atuais do fascismo", *impondo uma estrita ilegalidade sem com isso deixar de utilizar* "ao máximo as oportunidades do trabalho legal". "A justa combinação do trabalho legal com o ilegal, na situação da repressão fascista (...), **impõe**, **predominantemente**, o **caráter clandestino** de nossa atividade partidária".

(Res. Org./71, p. 8. Reis/87, p. 55. In VO/71, nº 77 (1). In VO/72, nº 87 [4]; ggmm. Informe/73, pp. 138/139; gm. Res. Org./73, pp. 222/225/227; ggmm)

* Segundo Teodoro Melo, membro do CC, a direção não pode realizar algumas das reuniões previstas para a avaliação do trabalho diretivo em março de 71 e 73. (Melo/92)

[70] *Simão Bonjardim* expressara este sentimento em outubro de 71 na VO. Para ele as "medidas de *guerra revolucionária*" do regime se tornariam crescentemente *insustentáveis* à medida em que a *aventura guerrilheira* fosse derrotada, em função da dificuldade de se "convencer parcelas da opinião pública da necessidade das medidas de coação". Já em 74, vivenciando as primeiras ações da *operação resíduo* em SP, o CE/SP descreveria-a como uma *ofensiva visando a posse de Geisel* que não atingia apenas os comunistas e

nem se limitava a medidas repressivas. Tratava-se de uma *ação de **acuamento** combinada com medidas políticas que procuravam mostrar o Governo empenhado em solucionar os problemas nacionais*, visando tanto a *ocupação do aparato terrorista do Estado como dividendos eleitorais*. (In VO/71, nº 80 [7]. Nota SP/74, pp. 1/3)

[71] Em março de 74 seriam seqüestrados e assassinados José Roman e David Capistrano, membro do CC que reentrara no país pela fronteira do sul trazendo dólares para o partido. Em abril, seria a vez de João Massena, Válter Ribeiro e Luís Maranhão, todos do CC. Em janeiro de 75, a *razzia* continuaria com o seqüestro e assassinato de Élson Costa e Hiran Pereira, também do CC. No mesmo mês *cairia* a gráfica do partido no Rio, localizada em Campo Grande; nela, entre outros materiais, apreenderia-se um cheque de Chico Buarque. Também em janeiro, seriam seqüestrados e torturados Marco Antônio Coelho e Dimas Perrin do CC, além de policiais militares acusados de pertecerem ao PCB em SP. Em fevereiro, era seqüestrado e assassinado Jaime Miranda do CC. Em março, militantes e dirigentes do RJ seriam presos e torturados. Em maio, Itair Veloso era seqüestrado e morto. Em setembro, ocorreria uma ofensiva contra o PCB paranaense e o seqüestro, seguido de morte, de José Montenegro dirigente juvenil do partido. Em outubro chegara a vez de Orlando Bonfim: nesse mesmo mês, Vladimir Herzog era torturado e morto na prisão. (Segatto et alii/82, pp. 150-153. Cândido/93)

[72] Esta informação, dada por Melo e confirmada por Jaimovich, foi contraditada por Reis em depoimento memorialístico e pela Nota de Maio de 80 do CC. Vinhas, por sua vez, a confirma revelando que Prestes sentira naquele instante a perda de influência no CC.

A desconfiança em relação às transferências por *questão de segurança* se estendia também aos grupos armados. Para citar um exemplo, Lamarca mesmo avisado da iminência da localização de seu esconderijo no Vale do Ribeira não se retiraria supondo tratar-se de uma informação falsa usada pela direção do MR-8 para isolá-lo na organização. (Melo/92. Jaimovich/93. Reis/87, p. 55. N. Mai./80, p. 15. Vinhas/82, p. 248)

[73] O problema não se limitava a Prestes, era geral. Apenas em 73 o CC cumpriria sua própria resolução de 71 quanto à transferência de 1/3 de seus efetivos para o exterior. Vinhas explicou essa demora em função do temor de que se processasse uma *renovação involuntária* com a ascensão dos quadros do 2º escalão das direções estaduais que permaneceriam no país. Com isso não se quer desprezar ou minimizar a opção de fé pelo enfrentamento com o regime no país em condições heróicas – o que para os herdeiros do bolchevismo era ainda motivo de glória –, feita, como nos aponta Cândido, por Massena, Maranhão, Capistrano, Dias, *Geraldão** e outros, mas antes delimitar o quadro dinâmico em que esta opção de sacrifício pela causa era tomada. Levando em conta as expectativas otimistas sobre a evolução do quadro político e a feroz competição interna pelo poder, podemos entender melhor a propensão de alguns desses dirigentes para o risco total. (Vinhas/82, p. 248)

* Um dos poucos sobreviventes entre os que não saíram do país.

[74] Por um lado a moradia legal funcionava como uma *fachada* perfeita, afinal seria mais difícil achar um comunista sem projeção, numa grande cidade, em seu meio familiar habitual do que em *aparelhos* – locais de moradia/reunião dos clandestinos – montados para aparentar normalidade*. Comunistas nessa situação não despertariam desconfianças quanto ao desempenho de tarefas ou guarda de segredo relevantes. De outro lado, esta era igualmente uma solução econômica, pois a atividade clandestina demandava a criação de uma custosa rede de *aparelhos*, o que nem sempre era possível. Mas, diante de um eficiente serviço de inteligência este procedimento poderia possibilitar o fácil mapeamento do partido.

* Quanto à segurança, esses locais deixavam a desejar pela alta rotatividade de seus ocupantes. Isso levava muitos a preferirem o abrigo mais seguro de amigos simpatizantes da causa. Mas esta não era uma solução permanente. O cerco repressivo e as notícias sobre tiroteios entre guerrilheiros e a polícia transtornavam as

relações familiares dos que ofereciam suas residências como esconderijo aos perseguidos. (Jaimovich/93)

[75] Os problemas de Santos começariam quando de sua transferência para a Câmara de Comércio Brasil-EEUU em 71, o que fez Prestes desconfiar dele. Em fevereiro de 72, Prestes encarregaria Siqueira de comunicar a Dias sua suspeita de que Santos fosse um agente. Informado sobre o assunto, Dias considerou que tudo não passava de uma pinimba pessoal, mesmo assim tomou providências até porque o próprio Santos lhe informara acerca de uma suposta sondagem do SNI do Itamarati no sentido de obter informações sobre o partido. Ademais, a mulher de Santos – em processo de separação judicial – o denunciara dizendo ter visto um informe seu dirigido ao SNI no cofre da residência do casal – mesmo sendo sua mulher uma militante do partido, apenas uma parte da cúpula lhe daria crédito, outra consideraria que se tratava de uma retaliação pessoal. Mais para preservá-lo, afinal comunicara à SO que fora *localizado*, do que por dar crédito às informações que o incriminavam, a ordem, em março de 72, foi isolá-lo da organização e mandar o Fued Saad, responsável pela Seção de Relações Internacionais (SRI), ao exterior para cortar seus contatos fora do país. Ao saber da viagem de Saad* sem que ele fosse avisado, como era de praxe, Santos voaria imediatamente para Buenos Aires em busca de informações sobre a passagem de Saad por lá. Mesmo alertado para não lhe dar informações, Armando Ziller, membro do CC encarregado pela rota argentina para o exterior, confirmaria a passagem de Saad pela cidade, ao que tudo indica por senilidade, o que daria a Santos a certeza de que o haviam descoberto. Ao retornar ao país ele buscaria um último contato com Dias, mas este não só se recusaria a fazer contato como lhe transmitiria a orientação de ir para o México – lugar utilizado pela polícia secreta soviética, a KGB, para eliminar os infiltrados. Diante disso, Santos resolveria sair de circulação, até que em dezembro ele revelaria sua condição de agente – coincidente, aliás, com a vinda ao Brasil do 2° homem na hierarquia da CIA. (Siqueira/94, Segatto et alii/82, p. 149)

* Santos conseguira essa informação por ter acesso ao aparelho, do qual era fiador, no qual Saad morava no RJ. (Siqueira/94)

[76] O primeiro passo para o mapeamento da organização pós-67 foi dado graças à captura de Otacílio Gomes, dirigente do ES, em 68, que possibilitaria a descoberta de importantes aparelhos que serviram de apoio à realização do VI CONGRESSO, do local onde ele fora realizado, dos delegados presentes e da composição dos órgãos eleitos.

Quanto a abordagem pela CIA de membros do CC, ou a ele ligados, fala-se de Armênio Guedes, Célio Guedes, Timbaúva, Melo e Siqueira; todos teriam comunicado ao CC o ocorrido. (Vinhas/82, p. 247, Melo/92)

[77] Não que não fosse factível, afinal conhece-se relatos de delação de camaradas à polícia com o objetivo de eliminá-los da competição interna nos PCs – vide o caso de Sacchetta nos anos 40, delatado com o beneplácito da IC* – e, sobretudo, os métodos terroristas usados contra comunistas minoritários que se recusavam à *autocrítica* ou que abriam dissidência – vide assassinato de Trótsky, a mando de Stálin, em agosto de 40 –, mas que esses procedimentos, nos PCs fora do poder, praticamente desapareceriam em função da impossibilidade técnica de mantê-los em absoluto segredo e da recusa dos militantes em aceitá-los como método de luta política.

* Ver no índice analítico "delação de Sacchetta".

[78] Duas são as hipóteses formuladas. A primeira, sustentada por Cândido, é de que teriam sido assassinados os membros do CC que se recusaram a deixar o país – nem todos, porém, chegaram a ser eliminados, como é o caso de *Geraldão*. A segunda, sustentada pelo grupo de David Capistrano F° e veiculada por Breno Altman e pela viúva de Capistrano, é de que teria havido uma seleção política visando os dirigentes posicionados à *esquerda* do CC*; Capistrano seria um dos expoentes desta tendência**. (Cândido/93, [Capistrano, Maria Augusta /1993; Altman, Breno /1993])

BIBLIOTECA CENTRAL

* Jaimovich, sem participar das hipóteses de seleção política ou ideológica, observa que, na verdade, houvera um tratamento diferenciado entre os aprisionados. Para ele, o fato de alguns terem sido levados para aparelhos mais reservados, e lá sido mortos, sugere a intenção prévia de eliminá-los. (Jaimovich/93)

** Maria Augusta, militante do partido, ainda hoje considera suspeito o processo da queda de seu marido, ocorrido em março de 74. Segundo ela, o CC enviara para pegá-lo em Uruguaiana a mesma pessoa que havia *caído* com Saad na mesma situação. Os registros oficiais, no entanto, falam que Célio Guedes, que fora recepcionar Saad em 72, teria sido morto em 15 de agosto desse mesmo ano, 3 dias após sua captura junto com Saad. (Cândido/93. Capistrano/93. Segatto et alii/82, p. 148)

[79] O ex-dirigente do CE/GB, João Guilherme Vargas Netto*, o teria acusado de ser agente da CIA em 70, depois da prisão e tortura em julho de vários militantes no RJ, entre eles Capistrano Fº, ocasião em que os policiais teriam dito que "o Givaldo é nosso". As acusações, todavia, não tiveram o menor crédito. De volta ao país, clandestinamente em 72, Siqueira seria Tesoureiro do CC, responsável pelo esquema de fronteira, membro do Secretariado e chefe do *trabalho especial*. Siqueira relata que tomaria ciência das acusações após ser transferido para SP em princípios de 74, em função de prisões no RJ, e ser comunicado pelo dirigente paulista e membro do CC Válter Ribeiro que lhe fora negado o pedido de ligação com o CE/SP. (Siqueira/94)

* O desinteresse da cúpula partidária pela denúncia se devia ao fato de que Vargas Netto era tido como irresponsável por eles. Siqueira responderia às acusações pedindo a expulsão do denunciante, mas o processo não teria continuidade em função da *queda* de Ribeiro, acompanhado da de Massena e Maranhão em abril. Em dezembro chegaria ao CC uma carta de Vargas Netto reiterando as acusações. (Id.)

[80] Embora ninguém acuse Maranhão, e de fato seja bastante improvável que ele tenha sido o traidor por tudo o que se sabe dele, seu nome foi citado pelo JB no 2º semestre de 77, 3,5 anos depois de ser capturado, como tendo sido libertado. Este anúncio mereceria um desmentido na VO de outubro do mesmo ano, numa nota intitulada *"Verdade que se Impõe"*, onde, elogiando o artigo em que o fato fora citado, desmentiria sua libertação esclarecendo que depois de submetido à OBAN e outros centros de tortura Maranhão havia sido dado como *desaparecido**. Outro relato ainda mais espetacular envolveria-o: a viúva de um General conterrâneo e amigo de Maranhão, Homem de Melo, teria ouvido de fonte segura que ele estaria vivo em Moscou**. (In VO/77, nº 139 [9]. Cândido/93)

* As buscas por Maranhão, efetuadas pelos familiares e pelo partido, foram até sua suposta passagem pelo RJ, no CENIMAR. A partir de então foram suspensas em função da desistência de sua cunhada em continuar financiando-a. (Id.)

** Outras falariam de sua morte, depois de bárbaras torturas, com uma injeção de matar cavalo e ainda que teria sido empalado. (Id.)

[81] A VO, em abril de 76, expressaria com clareza este *sentimento* na tentativa de refutar a idéia de que havia sofrido um revés irreversível:

> "(...) **nosso Partido é indestrutível**, porque não é artificial nem exterior à sociedade brasileira (...). Comprova-o os seus 54 anos de existência ininterrupta, vividos sob as condições (...) difíceis do Brasil".

Esse mito era realimentado pela fama de resistência na prisão* e a maior experiência e abnegação dos seus *quadros*. Os *pecebistas* orgulhavam-se de que, quando *caíam*, não costumavam formar atrás de si uma fileira de outros companheiros como acontecia entre os jovens da esquerda armada. (VO/76, nºs 123 [1]. Cândido/93)

* O processo de resistência na prisão, todavia, era bem mais dramático do que poderia se supor por essa auto-emulação comunista, como o prova o massacre a que foi submetido Coelho – cuja sobrevivência[(a)] nas

masmorras deve-se à abertura de alguns segredos e à humilhante exposição televisiva de seu *arrependimento* extorquido à base de torturas; o que lhe valheria a expulsão da organização, na qual só seria readmitdo no VII CONGRESSO (1982-83). Mesmo entre os *quadros* históricos não estava garantida a manutenção total dos segredos partidários. Conforme relato de Cândido, Maranhão – que carregava consigo marcas das torturas passadas, quando esteve sob os *cuidados* da polícia, como zumbidos nos ouvidos e restos de um prego que tentaram introduzir-lhe na cabeça – tinha a franqueza de admitir que não sabia qual seria sua atitude se tivesse que passar por todas estes sofrimentos outras vez. Os militantes inexperientes e mal preparados muito mais motivos tinham para se exasperarem diante da situação. Alguns *abriam* seus segredos logo de início por não suportarem as dores e a humilhação, ou, simplesmente, inventavam delações para se livrar de novas *sessões* de tortura. Muitos eram contidos por companheiros de cela que, percebendo a situação, ameaçavam de morte os que continuassem colaborando. Cândido fora envolvido em esquemas de que nunca participara em função de delações desse tipo, feitas pelo militante Sul Brasil. Jaimovich igualmente fora citado por Coelho[(b)] como responsável por tarefas no país no período em que se encontrava no exterior. (Cândido/93. Jaimovich/93)

(a) Coelho fora capturado junto com Costa, Jaime Miranda e Hiram Pereira, sem que seus nomes constassem das listas distribuídas à imprensa pela polícia – o que ensejara a VO, em fevereiro de 75, a mover uma campanha *"Para Salvar a Vida dos Antifascistas Presos"*. ([Voz Operária /1975] nº 120 [8])

(b) Coelho citara-o, no entanto, sabendo de sua não localização no país, tentando preservar dirigentes que ainda estavam clandestinos no país. (Id.)

[82] A missa em protesto à sua morte reuniria 6-10 mil pessoas apesar do bloqueio policial. A Igreja Católica teria nessa mobilização um papel fundamental. Desde 71, depois da prisão e tortura de inúmeros religiosos*, ela vinha desenvolvendo intensa pregação anti-repressiva com a afixação de notas nas paróquias que denunciavam as brutalidades praticadas nos calabouços do regime militar. (Segatto et alii/82, p. 153 . VO/71, nº 73 [8])

* Prestes explicaria a guinada católica como fruto da eleição, para a presidência da CNBB de um Bispo que havia sido preso pela polícia. (In VO/72, nº 87 [4])

[83] O clima nas Universidades com sua morte foi de indignação, mesmo entre os estudantes mais moderados, como nos relata *Zé Beto* – estudante da UnB no período que se tornaria uma das mais importantes lideranças estudantis do país e figura decisiva na reconstrução nacional do setor universitário do partido entre 78-80 –:

> "houve indignação, mas não medo nos rostos presentes. (...) Era preciso parar com as mortes. E a diferença desta morte com as outras estava estabelecida: as outras eram contadas de ouvido, esta foi dita formalmente em reunião para que todos tomassem conhecimento".

(*Zé Beto*/88, p. 37)

[84] Na PUC/RJ ele enfrentaria a resistência de Dora Kauffmann que liderava os *pecebistas* na Universidade. A resistência à organização de pessoas desconhecidas era uma *norma de segurança*. Kauffmann, que se ligaria mais tarde à ala heterodoxa do partido, chegaria mesmo a levantar dúvidas sobre a utilidade de uma militância organizada naquelas condições de acuamento*. (*Zé Beto*/88, p. 90)

* Esta problemática relação dos *puquianos* com os simpatizantes do partido perduraria até 78 sob o mesmo argumento. Entre os secundaristas problema análogo ocorreria até às vésperas da anistia. (Id., p. 91)

[85] Foi Gastão, ex-militante do ME da UnB radicado em SP, que articulado com Capistrano Fº faria a ligação depois de furado o bloqueio que o CC, através de *Geraldão* do CE/GB*, havia imposto em relação às iniciativas de Capistrano Fº para reorganizar o partido no interior do país. (*Zé Beto*/92)

* José Granja do CE/RJ, em luta aberta com *Geraldão*, empenharia-se na rearticulação do CE/SP apoiando *Davizinho*. (Azedo/93)

[86] O ato, um marco no ME carioca, se caracterizaria pela disputa entre as duas vertentes do movimento, nos reporta *Zé Beto*: uma metade "raciocinava pela vertente da luta democrática" outra "se orientava pela idéia do confronto"; "uma pelo voto na oposição, outra pela ditadura do proletariado". Os *pecebistas* foram representados por Azedo, que proferiria um discurso em nome do DCE/UFF defendendo a *via democrática* mas com alusões ao processo revolucionário vietnamita tanto para ganhar a confiança dos presentes como para tentar reverter o clima de tensão imposto pelo aparato policial mobilizado para impedir a manifestação:

> "(...) eu era o penúltimo orador (...). A PUC estava toda cercada, helicópteros sobrevoando... Quando chegou minha vez de falar, o helicóptero se aproximou muito para fotografar os manifestantes. A tensão era (...) grande (...). Quando o helicóptero se afastou, eu comecei minha intervenção fazendo alusão aos milhares de aparelhos como aqueles que haviam sobrevoado o Vietnã mas que, apesar da tragédia que haviam infligido ao povo vietnamita, não impediriam Ho-Chi-Min de dizer: 'construiremos o país dez vezes, dez vezes mais bonito do que este'. (...) A manifestação *explodiu*. Tinha revertido o clima emocionalmente desfavorável. (...) Na minha falação, denunciei o desaparecimento de militantes de esquerda, a morte dos membros do CC do Partido. O ato foi convocado contra os seqüestros e as prisões arbitrárias; havia clima para isso".

No segundo semestre daquele ano o DCE/PUC estaria sob o controle do PCB. (Azedo/93. *Zé Beto*/88, pp. 66/67. *Zé Beto*/92)

[87] Não era a primeira vez que tentavam impedir manifestações individuais de rebeldia em nome da *preservação das conquistas*. Em 73-74, no início da formação do que seria o grupo *Unidade*, esta inclinação já era predominante quando se censurava João Simplício, militante estudantil punido com o 477 em 70 que afixava pelo campus cartazes feitos à mão com a inscrição "abaixo a ditadura militar". (*Zé Beto*/88, p. 49)

[88] Os *lights* do regime, que esperavam assumir brevemente o comando do governo como alternativa para a ascensão da oposição, pressionaram pela saída negociada. O Senador Magalhães Pinto, por exemplo, eterno candidato à Presidência pelas hostes governistas, chamaria os estudantes a seu gabinete para dizer-lhes:

> "vocês não podem brigar com o governo como se ele fosse um só. Há um setor, hoje, que não quer eleição para presidente. Eu quero ser até candidato. Não façam nada que beneficie estes que não querem eleições".

Pinto chegaria até mesmo a compor a comissão parlamentar de conciliação, mas não compareceria à Universidade no dia da assembléia decisiva. (*Zé Beto*/92)

[89] A perda da hegemonia não seria imediata. A Reitoria, apesar de vitoriosa, saíra bastante desgastada, tendo, inclusive, que expulsar um estudante não diretamente envolvido com o movimento, como os 6 outros banidos, por conta de sua recusa de fazer parte da comissão de inquérito montada por ela para legitimar todo o processo. Ela também perderia a capacidade de articular a indicação dos chefes de departamento, entrando em atrito com a Medicina e a Economia, de onde seria removido o Profº. Edmar Bacha, dando início ao movimento docente na Universidade. Três meses depois, já em 76, a eleição do DCE aconteceria sendo eleita a chapa *Unidade*.

A derrota ocorreria apenas em 77 com a radicalização do ME em escala nacional, cujos efeitos na UnB fora a invasão do Exército e a expulsão de 33 estudantes. Os *pecebistas* apoiaram o movimento acreditando haver uma conjuntura política nacional propícia depois do rompimento do Ministro Severo Gomes com o Governo, que teria enfraquecido-o, e explicariam o revés em função da militarização da Universidade, que contava com um serviço de informação* que dava inteligência à ação repressiva prendendo as principais lideranças. (*Zé Beto*/92)

* Essa prática ocasionaria o suicídio de um aluno informante, de nome Ximenes, que havia simpatizado com os militantes estudantis passando-lhes informações sobre o esquema da Reitoria. (Id.)

[90] O problema geracional no PCB não desaparecera após os *rachas* de 66-67. Nos anos 70, quando o partido sofrera uma renovação profunda em seus *quadros* a iniciativa estudantil voltaria a influenciar o partido criando novas possibilidades de desenvolvimento para a organização. Nas principais capitais do país este impulso seria desperdiçado, mas na periferia alguns exemplos mostram os resultados positivos de uma postura mais aberta para a renovação político-geracional do partido. Caxias do Sul/RS é um desses exemplos felizes de aproveitamento das novas condições políticas abertas pelas eleições de 74: em 76 elegeria o 2° mais votado vereador do MDB da cidade, enquanto o RJ e SP nem mesmo apresentaram candidaturas próprias em função do assédio repressivo.

O *segredo* do PCB caxiense, um dos poucos que mantivera sua direção preservada do vendaval de 67, basearia-se na reorganização do ME pelo partido, depois de ter perdido toda sua juventude nas dissidências, conjugado a uma dinâmica interna que ao mesmo tempo em que preservava as figuras mais importantes da organização junto ao centro de decisão flexibilizava a ocupação da direção de modo a renová-la assim que fosse detectada pelo aparelho repressivo. Em 75, com a *queda* de dois dirigentes municipais ligados ao MS e às tarefas internas, toda a direção *recuaria* articulando em 76 uma nova direção mais vinculada ao trabalho legal com o MDB e o ME, driblando com sucesso o cerco repressivo. (Tódero/92)

[91] A VO, sob a supervisão de Guedes, teria uma equipe pela Europa montada por fora da estrutura cristalizada que se concentrava em Moscou. Nomes como o de Antônio Carlos Peixoto, Aloísio Nunes Ferreira, Luís Kaufmann e Mauro Malin, em Paris, Carlos Nelson Coutinho, na Itália, e Leandro Konder, na Alemanha – todos adeptos da novidade *eurocomunista*, sendo os dois últimos estudiosos da questão – expressariam, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura com um processo já conhecido: um CC *fechado* cujo rosto era a imagem projetada por sua imprensa *aberta*. O que não estava previsto era que se repetisse o fenômeno verificado em 56, ou seja, que um *choque externo*, o *eurocomunismo*, contaminasse os *jornalistas do partido* à semelhança do que havia ocorrido com o *kruschevismo*. (Temer/94)

[92] *Geraldão*, todavia, não parecia gozar da confiança de Prestes, como já vimos no episódio de ligação dos universitários do DF ao partido (vide nota [88]). Seu empenho para dominar o RJ, todavia, impedia-o de operar um afastamento em relação ao Secretário-Geral: a probabilidade de uma aliança posterior era forte.

[93] Isto se manifestava na discussão do programa específico para o setor. O tema da elitização da Universidade e do ensino secundário eram priorizados à semelhança do que se fizera em 68, não obstante a massificação das matrículas nos anos 70 – via proliferação de Faculdades privadas e deterioração das Escolas públicas – tivesse *obsoletado* esta priorização. Além do envelhecimento da pauta reivindicatória, havia um problema de foco na abordagem do tema na medida em que os efeitos da massificação posta em marcha pelo regime militar, tanto no 3° e 2° como no 1° grau, não eram consistentemente abordados no que toca à elitização das Universidades públicas, à má qualidade das Faculdades privadas e à desqualificação das Escolas secundária e primária. Fora de foco estava também o juízo que faziam dos departamentos universitários de Ciências Sociais, que teriam sido transformados em *disciplinas apologéticas dos ideais burgueses**, enquanto, na verdade, elas não só prosperaram como adquiriam um perfil crítico e mais científico com a proliferação dos cursos de pós-graduação. ([DCB (Documentos dos Comunistas Brasileiros) /1976] n° 5 [2]. Res. VI Cong./67, p. 178. Garcia/88, p. 5)

* É verdade que os militares, até 77, exerceram uma vigilância cerrada sobre a militância política no interior das Universidades, mas não obtiveram, ou não pretenderam obter, o mesmo controle no que diz respeito ao conteúdo acadêmico dessas instituições.

[94] Sintomática era a nota publicada na VO de 76 em homenagem ao dirigente juvenil Montenegro Lima, assassinado pela ditadura, onde destaca-se entre outras qualidades o fato de ser "filho das camadas mais pobres de nosso povo" – aspecto insistentemente lembrado a todos os militantes juvenis do partido quando das discussões sobre a criação da Juventude Comunista(JC). (In VO/76, nº 128 [3])

[95] Nada disso porém, invalida a crítica feita por *Zé Beto* em relação aos danos causados pela esquerda ao ME:

> "a partidarização das entidades foi e está sendo um recurso autoritário da esquerda para permanecer à frente dos estudantes, nem sempre com as propostas que a maioria assumiria como suas. Isto estrangulou o ME, impedindo que ele renovasse suas lideranças e propostas. **Os partidos envelheceram o movimento**".

(*Zé Beto*/88, p. 76; gm)

[96] Estudante da UnB, contemporâneo de *Zé Beto* e simpatizante do partido como ele, João Maia – posteriormente *quadro* estudantil *pecebista* que, embora com liderança restrita ao município, seria muito requisitado por suas qualidades intelectuais", vindo a assessorar o CC em assuntos econômicos e ocupar o 2º escalão do Governo Collor – reagiria sugestivamente em 75 à postulação, pelos trotskistas, de uma política interna para enfrentar a crise com a Reitoria baseada nas atribuições do ME como vanguarda na luta contra a ditadura, afirmando: "assim não dá. O Reitor dando porrada, os alunos com medo, e a gente tendo que se preocupar com o ***Ibope*** do movimento estudantil". (Apud *Zé Beto*/88, p. 54; gm)

* Maia formaria no seleto time de intelectuais juvenis *pecebistas* ao lado de Amâncio de Carvalho, Sérgio Lipkin, Sérgio Bessermann e Luís Paulo; todos afastados do partido seja por solidariedade à *direita* ou por terem tido sua natural ascensão política bloqueada pelos *dirigentes históricos*.

[97] À guisa de ilustração, citemos a experiência de *Zé Beto* na PUC/RJ, onde se matriculou em 77 depois de expulso da UnB. Em sua turma, no departamento de economia, ele e Sérgio Bessermann reuniram 43 pessoas, num universo de 45, para atuarem no ME. O método de arregimentação usados foram os grupos de estudo, murais, boletins de turma, reuniões de avaliação acadêmica dos professores, etc.. A experiência durou um semestre e se espraiou pelo departamento engolfando a base da AP que a 6 anos dominava a política ali; a absorção dos estudantes de centro, que faziam uma oposição pouco eficaz à AP, foi decisiva para essa conquista*. (*Zé Beto*/92)

Também entre os secundaristas e ginasianos do Rio, onde as atividades culturais davam a tônica do movimento, o PCB conseguira bons frutos em 77-78, particularmente no Colégio São Vicente de Paulo, no RJ, com Clara Sandroni, Moacyr Góes, Henrique Garcia e Sérgio Rui Barbosa, entre outros.

* Por muitos anos na PUC a política estudantil foi definida por essa aliança, que fez dos comunistas um dos setores mais bem enraizados no liberal Centro Tecnológico e Científico .

[98] Utilizar as entidades do movimento social em proveito próprio fora a prática predominante no partido até 64, mesmo que em aliança com os *petebistas* procurassem promovê-los a cargos de destaque na diretoria das entidades. Este era um dos pontos altos da pregação *pecebista* e um efetivo ponto de diferenciação no seio de uma esquerda, nesse aspecto, *bolchevizada**. Malin, por exemplo, defendera na VO de 78 que a reorganização do ME deveria se dar "a partir das salas de aula e segundo critérios de **máxima representatividade**". "(...) Seja qual for a **coloração política dos eleitos** (nos diretórios), vale mais do que a entidade biombo (...)". (In VO/78, nº 145 [4]; ggmm)

* Os *pecebistas* se esforçavam sinceramente nesse sentido sob o escárnio geral de seus opositores, que viam nessa prática um sinal de *fraqueza*. Nem sempre fora assim. Em 68, a DG e o PCBR carioca tomaram a iniciativa de reformar as relações partido/entidade, mas a iniciativa perderia-se no isolamento político

dessas organizações e sua luta desesperada pela sobrevivência. Nos anos 70 e 80 a maioria, e as mais notórias, das iniciativas nesse sentido partiriam do PCB. (Reis/86, p. 7 e nota 22)

[99] Não eram capazes de iniciativas ousadas nem regozijavam-se com prisões em meio às manifestações públicas*, mas tampouco temiam as lutas como atestam a resistência pública à perseguição policial a um membro do ME da UnB, o acuamento de policiais camuflados como fotógrafos no mesmo campus, a resistência à demolição do prédio da UNE no Rio em 80 e outras experiências. (*Zé Beto*/88, pp. 34/38)

* Como fariam os militantes da AP e do MR-8 em 78-79, talvez como forma simbólica de aproximação com os ícones da geração 68.

[100] Estampada nas páginas da VO nos seguintes termos:

> "salvo meia dúzia de cúmplices e protegidos do fascismo, **ninguém vai esquecer**, ninguém vai perdoar essa matança que só um bando de fanáticos nazistas pode cometer (...) A justiça do povo, em dia que não há de tardar, saberá **alcançar** e **punir** com braço firme os bandidos que o cometeram e os mandantes que o ordenaram".

(VO/75, nº 120 [3]; ggmm)

[101] A FPCF foi descrita na Resolução de Novembro de 73 como aglutinando o conjunto de "**todas as forças** prejudicadas pelo caráter fascista assumido pela ditadura militar", congregando operários, camponeses, pequeno-burgueses e burguesia em choque com o regime; não excluindo setores da ARENA. A espinha dorsal da Frente, no entanto, não estava em discussão:

> "nosso Partido se dirige especialmente à classe operária (...). A sua ação, ao mesmo tempo que (...) intensifica, nas empresas (...), a luta por suas reivindicações imediatas, impulsiona a participação na luta democrática de todas as forças que se opõem ao fascismo e é **fator decisivo** para o **êxito** desse movimento".

As lutas prioritárias, em torno das quais se desenvolveria a montagem da FPCF, envolveriam: a) o MS; b) a solidariedade aos presos políticos e a luta pelas liberdades; c) o aproveitamento de *todas* as brechas legais para a promoção da oposição; d) a articulação visando as eleições de 74; e) a luta contra a carestia. O programa releva a articulação sindical e democrática, não faz menção às bandeiras nacionalistas, e põe em último lugar a luta contra a carestia – compreensível em se tratando de uma época de grande crescimento econômico –, sendo, portanto, um documento claramente de composição entre os *prestistas* e a *direita**, na medida em que a *classe operária* aparecia como a condutora de uma frente de "todas as forças". (Res. Nov./73, pp. 216/217/219; ggmm)

* A Resolução de 73 foi apontada por Luiz Werneck Vianna como *esquerdista* em função de preconizar "uma (...) superação, no mesmo tempo político, do regime e do capitalismo". Creio, porém, que isto implicaria numa tomada de posição pela *frente de esquerda*, o que não foi o caso. Ademais, as guinadas *esquerdistas* do PCB, que sempre foram disfuncionais dado que a radicalização da luta de classes estava calcada na ampliação social do *arco de alianças* – com a incorporação da *burguesia nacional* – e na presunção do *completo isolamento do inimigo face à nação*, ao invés de numa sólida tradição revolucionária, mesmo que *pequeno-burguesa*, se tornariam, com os *rachas* de 66-67, praticamente impossíveis por absoluta falta de *aventureiros* e *voluntaristas pequeno-burgueses*. Praticamente tudo o que se chamou de *esquerdista* na luta interna pós-67 não passara de uma tentativa frustrada de retorno ao pacto do VI CONGRESSO e não de genuíno *esquerdismo*. ([Vianna, Luiz Werneck /1986] p. 217)

[102] As *lutas nacionais* haviam sido, de fato, eclipsadas na conjuntura nacional pelas *lutas democráticas*. Referências às campanhas nacionalistas bem sucedidas, como aquela surgida na VO de 72 sobre a possibilidade de se disseminar a experiência baiana durante a campanha eleitoral, praticamente desapareceriam. A própria ênfase no *patriótico*, já mitigada em 73*, seria agora substituída pelo *antifascista*, pondo em relevo a problemática *democrática* mas não como ponto central à qual se

subordinaria a *questão nacional*, como ocorreria em 82-83**, mas como expressão de uma realidade política **pragmaticamente absorvida**. Peixoto (*P. Gonçalves*) resumiu com felicidade, em seu artigo *"Os Comunistas e a Luta Pela Democracia"*, de 76, o modo como o tema das liberdades fora absorvido pelos *pecebistas*:

> "fazer (...) da democracia o ponto central (...) de unidade (...) é algo que decorre da própria realidade (...)". "(...) A luta pela democracia implica criar um **terreno favorável** ao avanço das forças que lutam pelo socialismo no Brasil". "A democracia a que aspiram os comunistas (...) não se limita ao plano institucional. (...) A restauração democrática (...) não será completa se permanecerem intactas as fontes onde se nutre o fascismo (...)".

(VO/72, nº 86 [3]. In VO/76, nº 128 [4/5]; gm)

* Duas hipóteses podem nos ajudar a desvendar o evanescimento do nacionalismo na estratégia *pecebista*. A primeira é que o projeto PN, de 70, tenha *traumatizado* o CC fazendo-o evitar as pautas *patrióticas*. A segunda é que não acreditando mais numa *questão nacional* os dirigentes ostentariam o *patriótica* por mera conveniência interna, para contemplar o *prestismo* em declínio.

** No VII CONGRESSO a troca de ênfase – da estratégia *nacional-democrática* para a *democrático-nacional* – teria por detrás de si pretensões maiores como a inscrição do PCB na *perspectiva democrático-socialista* sustentada nos anos 70 pelo eurocomunismo e preconizada desde meados dos anos 60 pela ala *direita* do CE/SP.

[103] Nessa resolução a plataforma *pecebista* sofreria modificações em favor da *direita*: os direitos humanos, as liberdades democráticas, a punição aos torturadores e o combate à corrupção estariam no 1º plano; no 2º viria os direitos dos trabalhadores, das mulheres, o combate à carestia e a política habitacional; no 3º os direitos das classes médias e da burguesia não-monopolista; no 4º os interesses nacionais; no 5º a pregação de um novo papel para as FFAA; e no 6º a política externa independente pela paz, anti-imperialista e solidária. Junto à ênfase nas liberdades ocorreria uma mudança significativa na temática da exploração; não só esta caíra para o 2º plano como seria agora traduzida em *direitos* e políticas de bem-estar, sendo seguida pelos *direitos* da *burguesia nacional* e das *camadas médias*.

Além dessas modificações, o programa seria definido como **meramente indicativo** sendo a participação na FAP independente da aceitação de todos os seus pontos – entre os pontos obrigatórios estava o nacionalismo-estatista, como faz crer *J. Tinoco** em 76 ao criticar a visão liberal da democratização como sinônimo de desestatização. (Res. Dez/75, p. 238. In VO/76, nº 127 [8])

* Provavelmente Aloísio Nunes Ferreira.

CAPÍTULO 3

O Ocaso na Transição

1- A Emergência de Uma Nova Realidade (1977-79)

Enquanto o partido se desarticulava em todos os níveis e os dirigentes se refugiavam no exterior, agravando a defasagem na compreensão da realidade nacional[1], no país o processo de mudanças não cessava. De um lado, a emergência dos movimentos sociais, de outro, a aposta governista numa *transição segura*. O *desencontro* entre a política nacional em expansão e o partido em refluxo – coincidente com um processo acelerado de rearrumação interna – produziria o efeito de vários *ziguezagues* na orientação política entre 75-79.

A combinação da vitória eleitoral *emedebista* com a derrota político-organizativa do *pecebismo* impôs à cúpula dirigente do partido a rediscussão da política *aberturista* do Governo. Em 72, por conta dos métodos ilegais de combate às esquerdas e à perspectiva da derrota iminente do regime nas eleições, os *pecebistas* desacreditariam das primeiras promessas de *abertura*: "após 8 anos, ainda se fala em *abertura democrática*. E o que realmente acontece é que o terror se transformou em método de governo (...)"[355]. Esta posição seria sustentada até 78, não obstante desde 75 algumas modificações importantes nela terem sido introduzidas como a relativização do programa mínimo (1975) e sua substituição pelo *consenso democrático*, a pregação por *mobilizações positivas* (1976) e a aceitação, à princípio, da *pacificação nacional* (1977)[2].

Desarticulada a esquerda, vendo aumentar suas dissensões internas e percebendo os sinais de deterioração de sua legitimidade perante a população, patenteada pela derrota de 74, o Governo empenharia-se na *abertura* com vistas a criar uma *democracia controlada*. Os sinais do empenho governista nesse sentido custarão a ser percebidos pela direção *pecebista* engolfada no terror. No último número da VO editado no país, em janeiro de 75, o editorial, sob o título *"O Esbulho da 'Descompressão'"*, denunciava:

> "(...) Geisel/Golbery lutam para salvar o fascismo (...). A **manobra** (...) é feita com meticulosidade. Inicialmente, propala-se que o governo está submetido a tremendas pressões de *setores ainda mais extremistas* e que pode ser derrubado por forças da chamada *linha*

355. Editorial da VO de abril; in VO/72, nº 72 (1).

> *dura*". "Dentro da oposição não podem predominar as vozes que pregam um *cambalacho* com o governo".

Em abril, a Resolução da CECC reforçaria esta visão afirmando que "o objetivo do governo Geisel, com a *abertura gradual e segura*, é romper o impasse em que a ditadura se encontra, (...) dando-lhe forma constitucional". Somente em dezembro surgiriam os primeiros sinais de um entendimento mais lato da política governamental:

> "para fazer frente às manobras da ditadura é necessário combater tanto a tendência a apoiar Geisel (...) como a posição de que o inimigo principal seria a *distensão*. A primeira posição confunde amplos setores da oposição quanto à **essência real** das manobras do Governo (...) A segunda conduz o movimento democrático ao **isolamento** e à passividade na luta contra a ditadura"[356].

O partido, esforçando-se em desmascarar as promessas democráticas feitas ao longo dos sucessivos governos militares[3] – que, de fato, não passavam de intenções cercadas por condicionantes, como o *fim do comunismo* e a cessação da *oposição radical* –, pode em março de 77, numa resolução do CC, antever o endurecimento do *Pacote de Abril* e denunciar as manobras de aliciamento da oposição moderada:

> "frente ao perigo real de uma escalada da reação, o Pleno chama os comunistas a orientarem nosso povo no sentido de se colocarem em condições de oferecer **efetiva resistência** à ditadura e de ampliar os espaços já conquistados. Quanto à tentativa de barganha com os setores menos conseqüentes das oposições, temos a dizer que essa manobra quando muito poderá prolongar por mais algum tempo a crise do regime".

Já na VO a denúncia da *abertura* apareceria vinculada ao temor da cooptação, com menos traços de baluartismo[4]. Seus editoriais de janeiro e abril expressavam a idéia de que a política *aberturista* visava a *cabeça* dos *setores democráticos*: *a ditadura insinua maiores concessões aos moderados em troca do isolamento dos setores mais avançados da frente*[357]. Um acordo nesses termos era qualificado de "golpe contra o povo": "(...) se as lideranças de alguns (...) setores (da oposição) aceitar negociar o isolamento dos mais combativos, o conjunto é quem terá a perder. Vai se tornar vulnerável, sem apoio do povo (...)". Ao mesmo tempo em que se temia o *isolamento dos setores mais combativos* vaticinava-se a desgraça comum daqueles dispostos à conciliação com a *perda do apoio popular*. Peixoto (*P. Gonçalves*), em abril, seria mais realista em sua condenação: "(...) o caminho da luta contra a ditadura (...) **não passa por *acordos*** que só fariam (...) dividir a oposição"; aceitar acordos com o regime é "ajudar a ditadura a rearticular suas forças, é dar ao regime as armas de que ele

356. In VO/75 nº119 (1); gm. Carone/82(a), p. 161. Res. Dez./75, p. 236; ggmm.

357. Mesmo depois de aceita a *abertura*, em 78, a VO insistiria em denunciar que a condição para a negociação entre governo e oposição era *que o centro oferecesse a cabeça dos comunistas de bandeja*. (VO/78, nº 153 [5])

necessita para sua contra-ofensiva posterior". A recusa, em agosto, em apoiar o representante do setor liberal do regime, Magalhães Pinto, à Presidência, seguida da denúncia da *missão Portela* em dezembro como *mais uma tentativa de cooptação visando obter de parcela das oposições o reconhecimento da legitimidade do regime*, e a conclamação no sentido da *ação das classes trabalhadoras para consolidar o avanço dos democratas*[358] seriam manifestações acabadas da recusa partidária à *abertura* nesse período.

O reaparecimento do movimento popular, percebido em setembro de 77[5], encorajaria o aprofundamento dessa perspectiva. Em dezembro, editorial da VO observaria que "(...) o regime age como que reconhecendo não ser mais possível conter o avanço das forças democráticas (...). Tentar dividí-la é a tática em vigor". O antídoto à ameaça de cooptação/divisão seria apresentado por Peixoto (*P. Gonçalves*) em julho de 78 como reflexo da mudança de posição do CC face à abertura. Para ele a *formação de um bloco de forças no Parlamento capaz de* "acelerar a liquidação do regime e abrir uma alternativa viável (...) de poder (...)", *interrompendo as manobras legais de protelação da democratização*, era a meta a ser perseguida. Em fevereiro de 79, a VO daria contorno ainda mais nítido à formulação falando num "bloco parlamentar democrático, **aberto aos setores liberais da ARENA** e capaz de representar (...) os anseios de mudança (...)". As *lutas*, contempladas via garantia *da liberdade sindical*[359], perdiam claramente o *status* dominante que tinham até 77.

As divergências experimentaram nesse período, 77-79, um novo impulso com a VO e o DCB apontando saídas diversas para o impasse que se projetava com a reanimação do movimento popular, o crescimento oposicionista e as cisões no regime. Enquanto em agosto de 77 a VO enfatizava que o declínio do poder militar *não implicava na perda da sua iniciativa política* – uma alusão ao *Pacote de Abril* – o DCB considerava que os golpes da ditadura não conseguiriam mais

> "deter o avanço do movimento democrático (...) como ocorreu com o AI-5 (...). Nessa época (...) a economia estava entrando num período de ascensão e eram muitas as perspectivas de grandes lucros e bons negócios".

O medo do retrocesso, no entanto, já rondava o CC desde as *quedas*[360] fazendo-o empenhar-se por uma *política equilibrada* convergente com a perspectiva *eurocomunista*, que previa, no caso de sua ocorrência: é

> "necessário atuar com segurança e habilidade a fim de resguardar (...) tanto o Partido quanto o movimento (...) de massas (...), seja para impedir a acomodação e a passividade, seja para

358. In VO/77 nºs 130 (1), 133 (1/3) e 137 (3); gm. [Resolução de Março /1977] p. 255; gm. [Resolução de Dezembro /1977] pp. 267/269.

359. In VO/77, nº 141 (2). In VO/78, nºs 148 (3) e 151 (6). In [Voz Operária /1979] nº 155 (2); gm.

360. A primeira resolução do exílio já vislumbrara o *expectro da intervenção militar*. (Res. Dez./75, p. 235)

evitar a precipitação e a aventura".

"Lucidez e ação de massas" era proclamada pela VO em outubro de 76 como "a via justa dos democratas"; "lucidez" para manobrar no âmbito da política de alianças, *evitando o isolamento*, e "ação de massas" para *neutralizar a fúria repressiva*. Essa perspectiva deveria ser levada ao próprio movimento social, defenderia Temer (*M Silva*):

> "um raciocínio comparável, embora não semelhante, deve ser levado em conta para a luta do movimento estudantil. (...) O combate não deve ser tímido, mas realista; com consciência das limitações do quadro atual. (...) Firme em torno dos objetivos democráticos, flexível diante das possibilidades e atenta contra a provocação e a divisão, eis os eixos de luta para a oposição em seu conjunto"[361].

No campo da *política equilibrada* despontaria uma vertente combativa e anti-burocrática[6], nucleada pelo CE/SP, que, apesar de concordar com o diagnóstico da *direita* ao alertar para o "erro de interpretação" em "atribuir as atuais dificuldades da ditadura tão somente à pressão das massas", apontava para a retomada da política de 67 tal como a *esquerda*:

> "o agravamento da crise abre um **novo espaço político** para a **ação independente da classe operária**, e embora o movimento de oposição esteja sob **hegemonia burguesa**, a erosão do regime e a grita nacional por liberdades (...) proporcionam campo para a colocação do tema democrático **fora das bitolas estreitas** em que se tenta confiná-lo".

Esta, por seu turno, sustentaria seus ataques à cautela do CC – "(...) devemos **combater vigorosamente** aqueles que temem o movimento de massas, achando que as ações de massas provocarão a reação dos *duros* (...)" – minimizando as dissensões intestinais do regime. Para o DCB a substituição do General Frota por outro representante da *linha-dura*, o General Bethlem, demonstrara que o problema fora a *precipitação da candidatura Frota e não seu alinhamento ultra-reacionário*[7][362].

O CC, malgrado sua perspectiva moderada, discursaria sobre a conjuntura internacional de maneira semelhante à *esquerda* –

> "não devemos nos desviar um milímetro sequer desse caminho ("ação unitária das massas") (...), pois é ele (...) que garante a derrota completa da ditadura (...) Quaisquer outros fatores que possam contribuir (...) para a derrota da ditadura são, em relação às lutas das massas (...), fatores secundários". "Agora, com a distensão internacional (...) as forças reacionárias (...)

361. VO/77, nºs 134 (9),135 (6) e 137(1). DCB/77, nº 8 (5). Res. Mar./77, p. 252. VO/76, nº 128 (5).

362. [Nota de Março do CE-SP /1978] pp. 29/30; ggmm. DCB/77, nº 11 (5). DCB/79, nº 21 (4).

estão se **isolando** (...)" –,

embora, obviamente, não compartilhando das conclusões *combativas* dessa análise sobre o quadro interno:

> "os reflexos da crise ultrapassaram o nível puramente econômico e se estenderam à esfera social e política dos países capitalistas desenvolvidos, caracterizando uma situação de dificuldades globais, que leva ao aguçamento da competição entre os principais países imperialistas, à **intensificação dos conflitos sociais** no interior de cada um deles"[363].

Não por acaso, ficou a cargo da *direita* a compatibilização da posição sobre a *abertura* em face da *política de unidade democrática* posta em prática desde as *quedas*. Nemésio Salles[364], em 77, foi o primeiro formulador da aceitação da *abertura*:

> "a questão hoje não se traduz em reconhecer ou deixar de reconhecer a abertura, mas em entender que a divisão do aparelho de poder, a cisão nas classes dominantes e o acirramento das contradições básicas da sociedade brasileira estão a refletir-se em todos os aspectos da vida social, econômica e política". "(...) Mesmo que haja retrocesso, o governo Geisel marca o início da **transição** do regime de tutela militar para um **compromisso político**".

Para essa corrente o processo estava apenas no início e seria longo e inexorável, no sentido de que ou seria pactuada a transição ou o regime sobreviveria mais algumas décadas[365]. Em fevereiro de 78, Peixoto (*P. Gonçalves*) daria início à revisão da política oficial sobre a *abertura* na VO ao comentar o esforço de Pinto para viabilizar sua candidatura à Presidência: "uma peça importante do sistema (...) se descolou e passou a buscar uma trajetória própria (...)" *em oposição à hegemonia militar*. Salomão Malina, representante do *centro* sem suspeita de simpatia pelas teses da *direita* e muitas vezes apontado como homem de confiança da *esquerda* no CC, dois anos depois no JB concordaria com Peixoto: "ela (a frente) (...) funciona com fluxos e refluxos. Admitimos que a candidatura de Magalhães Pinto poderia ter ampliado mais o leque de forças (...)". A pregação do *equilíbrio* e do *bom-senso* persistia em setembro de 78 com base na idéia de que o regime ainda mantinha a iniciativa e na previsão de que "o período que se anuncia é (...) extremamente complexo" *exigindo maiores responsabilidades*, segundo Coutinho (*Josimar Teixeira*). Ao medo do retrocesso juntava-se a teoria da transição como "guerra de posição" ao invés de uma "mudança brusca". Ao contrário da perspectiva de março de 77, quando Coutinho pregava que "a oposição democrática deve se valer das dificuldades da ditadura para sair à superfície", prevaleceria para a quase totalidade dos

363. DCB/77, nº 8 (5); gm. Res. Dez./77, p. 260; gm.

364. Salles fazia parte do grupo de Luiz Werneck Vianna e Raolino de Oliveira, no Rio, que tinham ligações estreitas com o MDB. Nas composições para a formação da VU, eles preencheriam o vácuo deixado pela defecção de Temer.

365. Nemésio/77, p. 235; ggmm. Em 79, o DCB convenceria-se de que a luta contra a ditadura teria um "árduo e longo caminho a percorrer". (DCB/79 nº 20 [3])

eurocomunistas a convicção de que a *exploração das dificuldades* aproximava-se perigosamente da tática do *quanto pior melhor*[366].

A fronteira entre flexibilidade tática e a capitulação pura e simples era tênue, sobretudo pela interpretação que o núcleo dirigente dava a essas formulações. Para o *centrista* Hércules Corrêa em 79, por exemplo, *equilíbrio* era "a sociedade não (...) dar chance" *para os militares voltarem à repressão*. Nas lutas, o principal era *evitar derrotas*:

> "a luta pela derrota do atual regime e pelo aprofundamento da democracia passou a ter seu centro nervoso nas relações entre o atual Governo, o movimento operário e sindical. **Qualquer derrota** (...) no contexto dessas relações prejudicará o avanço do movimento democrático geral do País (...)".

No Partido, o principal era combater o *esquerdismo*:

> "muita gente chegou e continua chegando ao Partido com várias nuanças de uma mentalidade sectária, dogmática e esquerdista. Sem se dar conta de que tudo isso foi derrotado e recusado a partir de 1958 (...). Particularmente os que são de origem pequeno-burguesa (...). Costumo dizer que esses chegam (...) não porque querem transformar revolucionariamente a sociedade, mas por que querem **vingar-se da sociedade**. (...) **O PCB não é um partido de vingança**".

A radicalização era até admitida "como um ato de vontade e de consciência das massas", mas na luta por transformação social "buscaremos uma posição de **prudência**, equilíbrio, **bom senso**". *Prudência*, *bom senso*, e censura ao *revanchismo* eram atributos que freavam o ímpeto das lutas. Radicalização só em tese, na luta *buscaremos posição de **prudência***. O *eurocomunista* Armênio Guedes defenderia posição idêntica naquele ano no JB:

> "o esforço que nós, da direção (...), devemos fazer, é para que o Partido **não contribua para a desestabilização da vida política brasileira**. Uma desestabilização que daria como resultado um reagrupamento (...) das forças de direita, (...) uma volta ao regime arbitrário (...). Em suma, **evitar tensões sociais** que levem a ruptura desfavorável do movimento operário e das forças democráticas de um modo geral, **como ocorreu em março de 1964**"[367].

Não obstante a VO defendesse as *lutas*, embora mais mediada pela negociação do que o DCB, havia o problema geracional patente: quanto mais penetrado pela história do partido mais burocrática era a posição do *quadro* de direção, não importa se de *esquerda*, *centro* ou *direita*.

366. In VO/78, nºs 143 (3) e 150 (3/8). In Carone/82(a), p. 263. In VO/77, nº 132 (3).

367. Corrêa/80, pp. 85/168/170/174; ggmm. In Carone/82(a), p. 313; ggmm. Quando Guedes, em julho, proclamava a *proximidade de uma ofensiva contra o regime* indicava apenas a proximidade da transição e não o avanço das lutas populares. (In Carone/82(a), p. 314)

a) mobilização estudantil

As dificuldades já experimentadas pelo partido com os movimentos sociais em 68 manifestariam-se de novo no período da *abertura*. O transbordamento do ME das Universidades para as ruas em março de 77 patentearia, mais uma vez, a dificuldade *pecebista* em colar-se à sociedade civil nas novas condições do país criadas pelo regime militar. A persistência de um viés *esquerdista*-romântico originário dos anos 60 no ME desse período ensejaria a continuidade da crítica partidária ao *vanguardismo estudantil* e seu engajamento *pseudo-revolucionário*. O PCB se comportava face ao ME dos anos 70 como se nada tivesse mudado. O combate ao *esquerdismo* se daria nos moldes do passado: "(...) os estudantes não são a vanguarda social da luta revolucionária no Brasil, o movimento universitário não vai (...) liquidar o regime"; dizia *B. Cabral* em fevereiro de 78. Para ele deveria-se ter em conta que as manifestações de rua, motivadas pelo seqüestro de estudantes no 1° de Maio, deviam-se antes ao acúmulo obtido nas lutas democráticas: "a rica série de movimentos de 1977 não saiu do vácuo"; pregava em artigo intitulado *"Universidade: ir de mãos dadas para ir com os demais setores"* cuja tônica era a preocupação com a radicalização juvenil. O papel de vanguarda do ME não era admitido. O reconhecimento pelo CC em dezembro de 77 do papel de "primeiro plano" *do ME na luta oposicionista* e a admissão pela VO em março de sua condição de "setor fundamental" da FD prendem-se ao entendimento de Malin (*G. de Sá*), em junho, e de Corrêa, em agosto de 79, no sentido, respectivamente, de considerá-lo como o "setor mais combativo, (...) experiente e (...) organizado das **camadas médias urbanas**" que, por sua vez, era relegada a um *papel acessório nas lutas sociais*. O despreendimento das lideranças do ME, sem paralelo nos outros setores sociais organizados, ao invés de ser valorizado era menosprezado ou identificado por Malin como desvantagem:

> "avaliando com realismo a correlação geral de forças no País, os estudantes devem recusar com firmeza o aventureirismo (...). Devem evitar proposições em que a tônica é o despreendimento das lideranças".

O mesmo era feito por um dos mais importantes intelectuais do *comunismo democrático*, Luís Werneck Vianna:

> "(...) é baixo o nível de participação operária. Como sempre, agora se corre o risco tradicional do **enfrentamento prematuro** das classes médias urbanas radicalizadas com o aparato de Estado. Ademais não se pode perder de vista que o atual crescimento de algumas ações contra o regime (...) são animadas por setores dissidentes das classes dominantes. Seria **extremamente nefasto** (...) **provocar a reunificação das classes dominantes** e dos setores altos das classes médias em torno do regime"[368].

368. In VO/78 n° 143 (4). Res.Dez./77, p. 273. In VO/77 n°s 132 (7) e 135 (2); gm. Corrêa/80, p. 195. Vianna/77, p. 242; ggmm.

De um lado, medo da progressão *esquerdista*, de outro, tentativa de *acomodar* o ME em seu papel *setorial*. Para o CC, o ME deveria se desenvolver e se inserir na luta democrática através das *questões específicas* e não diretamente por meio de sua grande politização e significativa perspectiva generalista – que talvez explique o enorme sucesso do marxismo em seu meio. Quem ***por direito*** deveria ocupar o lugar de destaque na FD era a classe operária, mais especificamente o MS sob a influência comunista. A tônica da política estudantil deveria estar centrada na mobilização a partir das *lutas específicas*, que congregariam *as reivindicações políticas* e atrairiam o apoio do *conjunto da população*, segundo Malin:

> "no curso da luta, as massas vão tomando consciência de que seus problemas não podem ser resolvidos isoladamente, mas deduzir daí que lhes cabe a responsabilidade de toda a luta contra a ditadura seria um erro grave. Os estudantes não são a **vanguarda social** do povo (...) Para deixar abertos os canais de fecundos contatos, é preciso que os respectivos níveis e ritmos (...) sejam respeitados (...)"[369].

Preocupados em evitar a *comoção nacional*, a exacerbação da repressão e a remilitarização da esquerda – como no pós-golpe – os *pecebistas* passaram a *evitar* o ME. Não participar dos atos públicos estudantis, explicitamente políticos, era manifestação não de recuo[8] mas de *compreensão superior do problema político nacional* e da *dinâmica da luta de classes*. A meta era *conquistar a hegemonia a partir da mobilização da classe operária*, onde o partido outrora conseguira grande inserção em parte graças ao *petebismo*. Mesmo não sendo *vanguarda social* da *revolução brasileira*, o estudantado fora, sem sombra de dúvida, **vanguarda política** da luta contra a ditadura, o primeiro setor social que se dispôs a testar nas ruas os limites da *distensão geiselista* – sem com isso visar qualquer reivindicação corporativa imediat. Ao afastar o partido desse genuíno impulso democrático-contestador os dirigentes partidários, inclusive os aqui instalados, prejudicaram irreversivelmente não só sua futura inserção no ME como também no conjunto do movimento oposicionista.

A escalada da reorganização nacional do setor não só não contaria com a liderança do partido, como já tivemos a oportunidade de apontar, como ainda teria sua adesão truncada por divergências internas. O 1° Encontro Nacional de Estudantes (ENE), realizado em 75 em SP por iniciativa da AP-ML, grupos trotskistas e *peguistas*[370], não contaria sequer com observadores do partido – ao contrário do PCdoB, que à semelhança dos *pecebistas* só aceitava encontro convocado por entidades. Apenas no 3ª ENE[9] registraria-se a primeira participação partidária nesses eventos assim mesmo de maneira informal através de Dora Kauffmann e Avelino, ambos simpatizantes do partido presos na ocasião. Foi só no 4° ENE, no segundo semestre de 78 em SP, que os *pecebistas* fizeram-se representar através de

369. Res.Dez./77, p. 273. In VO/77 n° 135 (2), gm.

370. Militantes de ultra-esquerda cuja principal base estava na PUC/RJ e que consideravam inútil a luta pelas liberdades políticas, valorizando apenas a luta contra a *política econômica do governo*.

militantes do Rio e Niterói[10][371].

Em todo o processo de reconstrução da UNE, inevitavelmente marcado por demonstrações desafiadoras à ordem existente, o partido opôs resistência às facções *esquerdistas*, seja combatendo suas idéias, boicotando seus esforços ou buscando não contaminar o que restara de sua estrutura partidária. As razões para o isolamento do partido na reconstrução do ME/RJ, como de resto em todo o país, se devem basicamente a esta aversão comum, inexorável mesmo diante da polarização *direita/centro* x *esquerda*, internamente expressa na luta entre o CU/Niterói e o CU/GB. Enquanto o CE/GB sustentava posições mais combativas através do DCB – "o Partido deve atuar no sentido de fincar solidamente as raízes do Movimento Universitário nos **locais de estudo** e transformar cada Universidade ou escola num ***território livre*** (...)" –, o CU/Niterói se identificava com a linha *corporativa* sem conotações voluntaristas expressa pela VO. Mesmo utilizando expressões como *território livre* não seriam os cariocas os que investiriam na radicalidade democrático-estudantil, mas os democratas comunistas criados à margem, do partido; eram os que mais se aproximavam da compreensão da polimórfica manifestação de descontentamento juvenil manifesta no ME. O depoimento de *Zé Beto* sobre a reorganização do ME/RJ desnuda essa realidade. A existência do Conselho do Grande Rio (CGR), precursor do Conselho de Entidades), formado por 50 altas lideranças das tendências organizadas que se reuniam, inclusive nas férias, para discutir conjuntura política, teoria marxista e fazer seminários com a participação de vereadores de esquerda, era o divisor de águas entre a lógica oficial do partido, seja à *esquerda* ou à *direita*, e as lideranças partidárias distanciadas do *aparelho*.

> "Nós estávamos na cabeça dessa articulação, éramos referência para os militantes do partido no Rio; estávamos metidos em todas essas *maluquices*. O DCE da PUC estava *importante* no cenário nacional por conta dos atos públicos. Toda a procura de contato do ME nacional com o Rio dava nas portas da PUC. Além disso, tínhamos uma oposição interna que nos fazia pensar uma política mais abrangente. Nessa época, o partido dizia que era **imatura** a discussão da organização do movimento a nível nacional. Dizia que tal movimento iria ocasionar uma **reação** muito grande da repressão, que nós devíamos evitar os encontros nacionais e apostar nos encontros setoriais – tese muito defendida pelo Azedo, pelo CU/GB e de Niterói[372]. Na PUC tínhamos outra concepção e defendemos, junto com o MR-8, a criação do CGR. O PCB ficou contra por medo de que aquilo pudesse provocar a **radicalização da conjuntura**, o PCdoB idem. O MEP, a AP e as diversas correntes que saíram da POLOP (*Alternativa* na PUC), defendiam a proposta da Plenária do Grande Rio com voto por cabeça. Esta experiência foi tentada quando o DCE/PUC estava na mão deles e significava o controle direto das tendências sobre o movimento. Nós nos contrapúnhamos a isto através da proposta do *conselhão*".

371. *Zé Beto*/88, pp. 43/93.

372. Os encontros setoriais de fato desempenharam um papel importante na reconstrução nacional do setor estudantil, sobretudo na medicina, através do ECEM e do CESAC que era um encontro da medicina aberto a outras áreas. (*Zé Beto*/92)

Os CUs acabariam se incorporando em novembro de 77 à experiência do *conselhão*, mas sob o argumento de *evitar decisões esquerdistas*. "(...) As passeatas, os manifestos, os atos públicos na Cinelândia, os ciclos de palestras na ABI. A luta pela anistia e pela liberação dos presos do MEP teve aí seu palco"[373].

A resistência à mobilização era um fenômeno nacional. O que restara de partido organizado, com raras exceções, ou se distanciava do ME ou tinha dificuldade de abordá-lo. O setor, e com ele muitas vezes o próprio partido, foi reconstruído de *fora para dentro* por pressão do grupo *Unidade*, formado pelas lideranças democratas com vistas a organizar os grupos simpatizantes[11]. A *questão de segurança* era a argumentação mais evocada, secundada pela recusa ao *esquerdismo*, para justificar o distanciamento do ME nacional. O CU/SP, por exemplo, destacaria-se nesse papel tentando suspender a reunião nacional do grupo *Unidade* marcado para Florianópolis. O grupo tornara-se marca da atuação política dos *pecebistas*, como nos conta *Zé Beto*:

> "a experiência da tendência, surgida em Brasília e SP (com a AP), foi fruto de uma nova postura diante dos partidos políticos. Eram *partidos estudantis* que burlavam o controle da repressão e dos chefes. Esta solução foi **repudiada** pelo PCB durante um bom tempo. Fomos nós na PUC que **impusemos** este modelo, organizando um encontro nacional no Rio para articular o grupo *Unidade* no segundo semestre de 78. Daí saiu o Encontro de Florianópolis (realizado em abril de 79)".

No Encontro, o CU/SP compareceria munido de uma nota crítica à criação do grupo. Ficaria isolado pois no CU/RJ a situação era mais favorável dada a cooptação de estudantes que estavam engajados no movimento nacional[12]. A desconfiança dos dirigentes estaduais e municipais era justificável, afinal

> "a formalização do grupo *Unidade* era a possibilidade de democratizar (o) (...) Partido (...), além (...) de criar uma forma legal de atuação (...) As direções perdiam um pouco o controle, portanto tiveram dificuldade em aceitar a idéia. (...) Ali não valia o centralismo-democrático".

O grupo então, completa *Zé Beto*, seria atacado também "como uma ameaça (...) às entidades" no esforço de não tornar tão transparente as intenções dos *chefes*[374].

Até o Congresso da UNE, em maio de 79, os dirigentes *pecebistas* não haviam patrocinado a realização de nenhuma reunião nacional, com exceção de uma cujo objetivo era desarticular o encontro de Florianópolis onde iria-se montar a estratégia da *tendência* para o evento. Isso valeu ao partido a frágil representação no congresso de Salvador: o grupo *Unidade* era a 4ª bancada na abertura

373. In DCB/77 nº 9 (5), gm. *Zé Beto*/92; ggmm. *Zé Beto*/88, pp. 87/88.

374. Id. pp. 91/96. *Zé Beto*/92; ggmm.

dos trabalhos. Responsável por este resultado foi também o posicionamento dos *pecebistas* no 4º ENE contra o Congresso de refundação da UNE, por considerarem que *as condições não estavam maduras*. Mesmo assim, o XXXI Congresso – sobrepolitizado pelos embaraços criados às delegações pela polícia e seus *infiltrados* – assistiria ao crescimento da bancada *pecebista* para a 2ª posição – atrás apenas da *Caminhando* – em função do trabalho com os *independentes*[375].

O partido defenderia, na ocasião, sendo derrotado, a eleição em congresso de uma diretoria provisória em nome da unidade do ME – a eleição de Valdélio do PCdoB era tida como certa na votação congressual. O problema da preponderância de um grupo sobre outro não era a questão mais preocupante do processo de reconstrução da UNE – até porque a luta política necessita de um vencedor –, mas sim a própria dinâmica em que a disputa se dava. Os debates congressuais eram realizados em clima de confrontação com 5 mil estudantes em plenária e 900 nos grupos de trabalho[376]. Num movimento extremamente politizado, à moda das correntes *marxistas* dogmáticas, tal dinâmica impediria que a consagração do vencedor implicasse na consolidação de uma vontade majoritária – portanto, de uma verdadeira hegemonia – baseada em afinidades construídas no transcorrer dos trabalhos. Embora toda a pauta fosse, na verdade, secundária face à movimentação em si, o impacto da dinâmica congressual nem por isso seria desprezível. No momento em que o movimento precisasse da *unidade corporativa* para jogar seu papel perene, esta não sucederia no volume necessário em função da inidoneidade das instâncias decisórias e do desgaste por elas causado[13]. A ação *corporativa*, ou as *lutas específicas* como designavam os *pecebistas*, demandariam uma ação menos contestatória e mais racional – embora, evidentemente, elas não sejam mutuamente excludentes[14].

A eleição direta para a UNE, por possibilitar uma ampla campanha política contestatória em toda a sociedade, inviabilizaria a saída racionalizante prescrita pelo partido na medida em que jogaria *palha* sobre a *fogueira* da retórica revolucionária dos grupos de esquerda. A derrota no congresso, no entanto, forçaria o PCB a participar do processo em nome da unidade:

> "queríamos a chapa única (...) para evitar a total partidarização da entidade". "Se todos os partidos estivessem na diretoria, o programa (...) teria que ser (...) mais aberto. (...) Convidamos todas as correntes (...) para um simpósio na PUC/RJ"

com vistas a viabilizar o processo; relata *Zé Beto*. A eleição, porém, tomou o rumo da disputa aberta, reunindo cerca de 200 mil estudantes que optaram entre 5 chapas: *Unidade*, composta pelo PCB e o MR-8; *Mutirão*, pelo PCdoB e a AP; *Nova Ação*, pelo MEP e a CS; *Libelú*, grupos trotskistas; e *Maioria*, grupo de direita. Mesmo perdendo por 26 mil votos (111 x 85 mil) para *Mutirão*, *Unidade* – seguida de longe pela *Nova Ação*, *Libelú* e *Maioria* – conseguiria expressiva vitória no RJ – por 15 mil votos

375.Id.. *Zé Beto*/88, pp. 107/111.

376.Id., pp. 109/110.

de diferença sobre *Mutirão*[377] –, Paraíba – única vitória no Nordeste –, ES, SC, MT e GO[378].

O resultado pode ser considerado muito bom em face das dificuldades encontradas pelos ativistas do setor no interior do partido, como o apoio e participação dos *prestistas* na *Mutirão*, as resistências das bases à aliança com o MR-8[379], cujos métodos eram execrados, etc. –, e mesmo fora dele. A desconfiança das direções *pecebistas* em relação ao ME gerou uma resposta semelhante das outras correntes de esquerda sob a forma de resistência e discriminação – fenômeno agravado pela hostilidade histórica ao *reformismo*.

Mesmo superadas, em parte, as dificuldades de adesão ao ME nacional, o que fez com que a estrutura partidária assimilasse burocraticamente o setor como uma *frente de atuação permanente*[15], os *pecebistas* não lograriam reverter o isolamento a que sua tática de recuo levara na fase heróica do ME. A condição de facção minoritária se afirmava apesar da identidade existente entre o reformismo do partido e as inclinações anti-autoritárias dos estudantes. A incapacidade do PCB de arrebanhar toda uma geração estudantil pragmática seria agravada pelo estranhamento de parcelas expressivas de seus militantes em relação aos militantes de outras facções. O isolamento do partido alcançaria contornos de cerco pessoal às figuras que mais eloqüentemente encarnavam o *espírito pecebista*, como foi o caso de Azedo, segundo sua própria narrativa:

> "houve um momento em que eu não conseguia mais intervir no movimento; então eu fui para o *aparelho*. As outras forças políticas haviam feito um acordo para isolar o PCB e eu era o alvo visível. Me retirei da disputa pela UNE, em 79, e propus o nome do *Zé Beto* (...)".

A questão não poderia ser resolvida apenas com a denúncia do *partidarismo no movimento*, a sinalização do compromisso democrático, duvidoso entre outras facções, e a fuga para o *aparelho*. Tal procedimento não apenas era inócuo como reforçava as causas do isolacionismo ao imaginar um cenário de perseguições pérfidas ao invés de se debruçar sobre os erros das orientações que visavam colocar o PCB acima do movimento real. A posição de Siqueira no sentido de desviar o partido do ME para o *trabalho juvenil independente*, que acabaria predominando a partir da retirada *pecebista* da diretoria da UNE em 82[380], seria um sintoma disso, um incentivo para que os militantes de base aprofundassem seu estranhamento com o processo de reconstrução das entidades estudantis, em todos os níveis. Incapazes de criar alternativas no ME, por fora ou por dentro de suas estruturas de poder, o PCB assistiria inerme ao fracasso de um de seus poucos setores sociais ainda não completamente

377. 15 dias depois desta vitória, no entanto, o partido colhia o revés da derrota na eleição para o DCE/PUC. (*Zé Beto*/88, p. 125)

378. Id., pp.119/120/123/124. *ZéBeto*/92.

379. Azedo/93. No decorrer da campanha, cinco dos integrantes da chapa *Unidade* - formada na proporção 7 x 8 à favor do PCB - foram ganhos para o Partido nos estados de GO, PB e SC. (*Zé Beto*/92)

380. Azedo/93.

contaminados pelo espírito burocrático dos altos escalões.

A *esquerda* partidária, mais uma vez, não seria capaz de apontar um novo rumo para as coisas tal como já havíamos verificado no renascer do ME. O DCB, por exemplo, no limiar da crise estudantil, em novembro de 80, se limitaria a ameaças:

> "a ultra-esquerda (...) da UNE e da UEE, a exemplo do que vem ocorrendo em diversas outras organizacões de massas, discriminou lideranças autênticas (...) entre elas os comunistas". "Este comportamento (...) coloca em risco a própria existência do ME como um movimento unitário, independente, democrático e de massas".

A expectativa desses setores era de que o "exemplo prático dos comunistas" nas entidades que dirigiam mudaria a situação: "a partir da sua própria experiência" é que "as massas reagirão (...) e **aceitarão a direção** (...) de nosso Partido". A *direita* pensava o mesmo, e algumas iniciativas bem-sucedidas como a reconstrução da União Catarinense de Estudantes (UCE) – na eleição para a UNE, *Unidade* amealhara 50% dos votos em Florianópolis[381] – e a conquista da Presidência da UEE/RJ pareciam indicar que essa crença tinha tinha base na realidade. Estas experiências, porém, teriam seu efeito multiplicador fortemente inibido pelo *apriorismo* unitário. A ruptura com o *esquerdismo* no ME implicava em métodos novos e entidades racionais e democráticas cuja efetividade estava bloqueada, ou dificultada, quer pelas alianças, quer pela competição eleitoral, ou mesmo pela mentalidade das bases *pecebistas*. Romper estes diques não seria nada fácil, ainda mais para um partido dogmático cujas direções viviam do passado e não eram capazes de interpelar o ME com eficácia.

As ameaças e a defesa do trabalho independente não tiveram nenhum desdobramento. O partido, tentando romper o bloqueio imposto depois da derrota de 79, produziria uma ação oposicionista vacilante ao mesmo tempo preocupada em ser absorvida nas composições para as entidades gerais. Atuar dentro da ordem instituída pela esquerda majoritária na expectativa de reverter posições equivocadas da diretoria da UNE através do debate no CONEG, impulsionando um movimento unitário de lutas educacionais, seria o caminho trilhado com resultados duvidosos. A greve nacional de 80, que mobilizaria 1 milhão de estudantes em 3 dias, revelara, segundo artigo não-assinado na VU de setembro, "(...) claramente o imenso fosso entre as possibilidades do movimento e o atraso de boa parcela de sua liderança formal (...)". O resultado obtido pelo partido no processo fora, a despeito desse juízo crítico, bastante negativo, segundo outro artigo do mesmo mês: "os comunistas (...) têm (...) se colocado (...) a reboque delas (das correntes *esquerdistas*), se isolando do conjunto dos estudantes (...)". A conclusão é clara: se o movimento custava a acertar, os *pecebistas*, mesmo no bojo deste sucesso espasmódico, continuavam errando. As saídas formuladas para o problema dos maus resultados no ME continuavam as mesmas: *só a mobilização estudantil pode consolidar a* "unidade

381. [DCB (Documentos dos Comunistas Brasileiros) /1980] nº 27 [28, na verdade] (11/12); gm. VU/80, nº 20 (12).

política de unidade com todas as correntes (...) contrárias ao regime"[382].

A primeira experiência radical de ruptura com as práticas *esquerdistas* do ME surgiria em SP com a chapa *Unidade e Democracia* presidida por Paulo Kliass. Criada em setembro de 80 em reunião com mais de 30 entidades, cujos diretores preencheram 13 dos 15 cargos nela disponíveis, a iniciativa foi alardeada como resposta à exclusão dos DCEs da USP, UNIMEP e PUC/SP, controlados pelos *pecebistas*, das composições para a diretoria da UEE/SP:

> "todas as tendências juntas não representam (...) (os) estudantes que, em sua maioria, ainda permanecem fora (...) do movimento". "É através de um trabalho de base real e da análise concreta da realidade estudantil que o ME pode avançar (...)";

diziam na VU, respectivamente, José Carlos e Marco Antônio Coelho Fº. Mas, as eleições teimariam em legitimar o ME – *Viração* obteve 22,8 mil; *Mãos à Obra*, 19,6; *Movimento Estudantil*, 17,8; *Unidade e Democracia*, 13,8 . Coelho Fº, então, reage em artigo de outubro sob o título *"Eleições para a UEE revelam debilidade do movimento"* tentando justificar a derrota com a ausência da "massona" nas eleições – dos 450 mil estudantes apenas 80 mil (20%) compareceram às urnas. O comparecimento, no entanto, e ele próprio admite, representaria um acréscimo de 20 mil novos estudantes em relação à última eleição. O resultado adverso seria melhor explicado pelo aumento da abstenção na PUC e na USP, mas isso não ajudaria muito os *pecebistas* pois poderia ser apontado como função do descontentamento com os respectivos DCEs controlados pelo partido. Outro argumento elencado foi o de que a composição com os liberais teria sido "vacilante, indo a reboque das práticas esquerdistas predominantes". *No fundamental*, o caminho seria aquele, insistiria Coelho Fº um mês depois ao caracterizar os dirigentes do ME como *peixinhos num aquário à beira da praia* e concluir sobre a chapa *pecebista*: "(...) pelo menos um peixinho já pulou do aquário (...). A idéia é a de se tornar vanguarda dos 80% dos estudantes (...), mesmo que esse trabalho demore mais"[383].

No RJ, a aposta seria levemente distinta, não só porque os liberais pesavam pouco mas porque as entidades eram mais frágeis. Amâncio de Carvalho, *quadro* do *centro* não tão comprometido com o núcleo dirigente e Presidente da UEE, apostaria em atrair os *independentes* para operar as mudanças no ME, mas nem as alianças com o MR-8 favoreciam isso, nem ao partido interessava alianças heterodoxas, nem os *independentes* eram um conjunto fácil de ser abordado e mobilizado[384].

Sem alternativas de mudança, o episódico aumento de quórum da eleição paulista não reverteria o quadro geral de declínio do ME a nível nacional. O XXXII Congresso, realizado em Piracicaba, teria a

382. In id., nºs 5 (12), 23 (10) e 26 (12).
383. In id., nºs 4 (11), 24 (9), 25 (12), 27 (11) e 32 (12).
384. In id., nº 29 (11).

participação mil delegados a menos do que em Salvador, mantida a mesma proporcionalidade. Por injunções das lutas internas no seio de importantes facções de esquerda, o moribundo setor estudantil do partido alcançaria em setembro de 82, em função da adesão expressiva de quadros universitários do MR-8 e do PCdoB, maioria nas diretorias da UNE (10 X 9), UEEs e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). Em SP, finalmente, o partido alcançaria em eleição congressual a maioria que não conseguira na eleição direta dois anos atrás – *Unidade* obteria 226 votos contra 207 da *Oposição* e 32 de *Mãos à Obra*. Na UNE, prometia-se *mudanças radicais na* "estrutura das entidades (...), reforçando as bases do movimento"[385]. O partido, no entanto, mergulhado em nova crise, desta vez com a *direita*, perderia maciçamente seus quadros *democratas* e algumas das adesões recentes, esterilizando parte considerável das novas adesões.

Entre os secundaristas as coisas seriam ainda piores em função da fragilidade do movimento e da ausência de grupos ativistas independentes e moderados. Repetiria-se aqui o fenômeno da rearticulação nacional do setor a despeito do partido, muito embora com participação individual de seus militantes – partiria, segundo Henrique Garcia, do militante cearense Adalberto, que aderiria mais tarde ao *prestismo*, a iniciativa de, no 1° Encontro Nacional de Estudantes Secundaristas (ENES)realizado em BH no final de 79, identificar uma companheira capixaba e propor-lhe uma reunião nacional *pecebistas*. Através dos respectivos CEs levou-se a questão ao CC que tratou de articulá-la[386]. Já no 2° ENES, em maio de 80, o partido teria uma bancada articulação e maior com o acréscimo dos cariocas e paulistas.

A repetição aludida da falta de iniciativa no movimento estudantil secundarista (MES) pode ser explicada, para além dos motivos já elencados para o ME, pela debilidade do próprio movimento, o desinteresse que isso despertava no CC e pelo temor de que ele pudesse ser utilizado pelas correntes mais radicais do ME para reforçar suas posições[16]. A luta interna também contribuiria para este resultado. No caso do Rio, por exemplo, divergências com o CE/GB – cujo assistente, de ambos os setores, era Léo Lince – levantariam barreiras para a aproximação dos universitários com os secundaristas, que eram mais *dóceis* em relação às instâncias partidárias do que os universitários: *Zé Beto*, driblando as barreiras orgânicas, procuraria o militante secundarista Arthur que, refletindo as pressões sofridas, evitaria a aproximação[387].

A resistência do partido à recriação das entidades no MES seria aparentada com a verificada no ME, com a diferença de que no primeiro a baixa mobilização, a significativa alienação dos estudantes em relação ao próprio movimento[17], a precária visão sobre seus próprios problemas, a inexistência de critérios de representatividade para seus encontros e as fraudes eleitorais freqüentes nas eleições das

385.In id., n° 30 (11). VU/82, n° 123 (11). [Voz da Unidade /1983] n° 171 (4).

386.In Garcia et alii/87.

387.*Zé Beto*/92.

entidades gerais tornavam esta resistência menos injustificável. Nos principais centros estudantis, como SP, RJ e MG, os *pecebistas*, invariavelmente se colocavam contra a recriação de suas entidades municipais. A própria UBES, recriada em novembro de 81 contra a vontade do partido e da Ação Comunista (AC), assistiria à retirada dos candidatos do partido da chapa para a diretoria da nova entidade. Igualmente sintomático da debilidade do setor era a importância que o debate sobre o reconhecimento das entidades atreladas (CCEs) tinha. De fato, a radicalidade democrática era um dado pouco vivenciado nas escolas, sobretudo na públicas onde o movimento era permitido desde que dentro das regras estabelecidas pelas diretorias escolares[18]. No Rio, por exemplo, os militantes se debatiam contra expulsões[19] e o autoritarismo, impermeável à democratização, sem conseguirem promover lutas que não as localizadas[388].

Idênticas ao setor universitário seriam também as perspectivas para mudar o MES. O tema da unidade apareceria ao mesmo tempo como meio e fim do processo: *"Unidade na base deterá divisionismo"*, proclamaria o título do artigo de Henrique Garcia (*Paulo Costa Barbosa*) publicado em agosto de 80, na VU. Em apenas um momento tomou-se uma iniciativa que visava romper com a estrutura viciada do MES; foi a criação do Centro Cultural da Juventude Secundarista (CCJS) no Rio, que congregaria perto de 30 escolas[389] – quase o mesmo número de estabelecimentos ativos reunidos pelas outras correntes. A iniciativa, porém, não só ficaria restrita ao campo promocional de eventos como não pode seguir uma linha evolutiva natural por conta do recuo do CS/RJ – particularmente de seu Secretário-Político, Hamilton Garcia, submetido à pressão da SJ – e da fragilidade de seus núcleos de apoio, que, mesmo assim, proporcionaram uma surpreendente sobrevida de 1 ano à entidade.

Havia lugares, no entanto, em que o partido ainda era capaz de liderar a recriação das entidades gerais, como no AM com a União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas (UESA) – via eleições diretas –, em Santos com o Centro dos Estudantes Santistas (CES) – entidade mista que congregava também os universitários e previa eleições diretas para sua diretoria[390] –, em MS com a União Campograndense dos Estudantes Secundaristas (UCES) e no RS com a União Caxiense dos Estudantes Secundaristas (UCES) – retomada da mão da direita. Em função de uma competição política mais raivosa entre as facções de esquerda e da proximidade com o núcleo dirigente do partido. *Fazer a coisa certa* é o que estava na cabeça dos dirigentes secundaristas desses centros, e isto foi estimulado para evitar o *aguçamento das tensões* que no passado haviam ajudado a fomentar.

b) greves operárias

A linha moderada do partido era justificada não somente em função da *experiência histórica*, mas

388. VU/80, nº 7 (11).

389. Id., nº 18 (13). VU/81, nº 67 (6).

390. Id., nº 50 (11). VU/80, nºs 9 (13) e 18 (13).

também de um dado concreto:

> "no estágio atual da luta de classes (...) a classe operária (...) **não ocupa** (...) **o papel que corresponderia à sua presença econômica e social**. (...) E, conseqüentemente, não se pode cogitar, agora, da passagem a (...) um movimento ofensivo";

dizia-se na VO de agosto de 77. O *"Isolamento das Massas Trabalhadoras"* era uma *"deficiência a ser superada para que se consolide avanço dos democratas"* e se encaixava na perspectiva de que os *pecebistas* se *sintonizassem com o povo*. O editorial reforçava o argumento dizendo que *a correlação de forças ficará favorável às oposições* "quando se conseguir quebrar o isolamento da classe operária (...) no debate político permanente". Essa posição era acatada por todas as facções internas. Em seu Comunicado de Fevereiro de 76 o CE/SP já constatava que "(...) a classe operária ainda não conseguiu deixar de ser a grande muda"[391]. O DCB quase um ano depois, em janeiro de 77, diria algo semelhante em tom mais conclusivo: "o segredo da durabilidade da ditadura está no baixo nível de organização, mobilização (...) das massas e, conseqüentemente, das principais forças políticas de oposição". Por seu turno, a Resolução de Março de 77 do CC criticaria a precariedade da organização corporativa do movimento operário *centrada exclusivamente na pauta econômica*[20][392].

Era na pauta econômica, como bem sabiam os *pecebistas*[21], que estava inscrita a possibilidade de retomada da mobilização sindical e o partido, malgrado o abandono do otimismo democrático pré-*quedas*, não deixara de acalentar a esperança de que o renascimento do MS lhe alçasse a um lugar de destaque na FD – isto porque, além da dificuldade em se ligar aos movimentos sociais não-sindicais no pós-64, não havia para ele outra possibilidade de mobilizar o proletariado senão pelos sindicatos[22]. Por isso, o PCB não estava desatento ao que se passava no meio operário e não foi pego completamente de surpresa quando da eclosão grevista de maio de 78. O editorial da VO de setembro de 77, por exemplo, já afirmava com firmeza: "a batalha pelo futuro já está em pleno curso. Para que ela seja travada com êxito, a classe operária (...) precisa – como já o vem fazendo – definir autonomamente (...) seu programa". Em dezembro, o CC também já havia detectado que "(...) o movimento sindical dá passos importantes em direção à conquista do direito de participar plenamente (...) da vida pública brasileira". De fato, desde de agosto registram-se *operações-tartaruga*, grandes assembléias no ABCD e mobilização dos rodoviários paulistas e cariocas por melhoria salarial que levariam o DCB a propor a *solidariedade ativa ao movimento com a criação de comitês legais ou ilegais de dinamização sindical do partido*[393].

Quando, enfim, o movimento eclodiu foi acolhido com entusiasmo. O perfil e magnitude da

391. De fato, o imobilismo operário entre 73-77 plasma-se no número de greves, parciais ou totais, sucedidas e na ocorrência de outros tipos de manifestação: respectivamente, 12 e 22. (DCB/78, nº 13 [10])

392. In VO/77 nº 137 (1/3); gm. Com. Fev. SP/76, p. 22. DCB/77 nº 6 (3).

393. In VO/77, nºs 138 (1) e 140 (6). Res. Dez./77, p. 272. DCB/77, nº11 (9).

mobilização[394] deslocaram todas as facções internas para a solidariedade ao movimento. O ator tão ansiosamente esperado entrara em cena. Prestes destacaria em agosto de 78 o fato dos grevistas terem conseguido o pagamento dos dias parados, *coisa difícil mesmo antes do golpe*. O CC na Resolução de Novembro de 78, por seu turno, consideraria que as greves foram

> "conduzidas de modo a combinar uma posição firme com a recusa de aventuras. A amplitude do movimento e a habilidade política com que foi conduzido fizeram com que fosse mais difícil para o governo usar a repressão aberta (...) e esgrimir (...) o fantasma da *subversão*".

Tenório, aduziria: "a luta fundamental do Partido no movimento sindical é para" dar "continuidade às suas lutas". "(...) Aos comunistas **não cabe desempenhar o papel de força moderadora a frear o movimento**"; completaria a VO de setembro. No exílio, o CC daria os primeiros passos para tentar retomar a influência sindical do passado criando o Comitê pelas Liberdades Sindicais no Brasil, que reunia *pecebistas* e, sintomaticamente, Benedito Cerqueira[395], o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do RJ em 64.

A perspectiva de retomada, mesmo percebida em meio à debilitação do partido e a uma visão do passado que dominava o presente e a visão do futuro, parecia sinalizar para um reengajamento do partido no movimento social sem as presilhas observadas quando da eclosão do ME. Vários eram os sintomas desta possibilidade. A começar pela *direita* que já em 77, através de Vianna, apontava *a escalada de massas daquele momento como mais ampla e profunda do que a havida em 68, pois combinada com uma expressiva mobilização do operariado e com o descontentamento das classes conservadoras*. Marco Moro (*Mário Motta*) na VO de dezembro de 77 seguiria estes passos:

> "(...) ao se bater pela contratação coletiva, o trabalhador democrata deve ter em mente que ela só será livre (...) na medida em que se **ponha fim ao regime atual** (...). A luta setorial não pode mais se desligar da luta geral".

Em fevereiro de 78, Temer aprofundaria este ponto de vista estabelecendo uma estreita conexão entre a luta operária e o restante da sociedade ao sustentar que *a democratização da fábrica é estratégico para a democratização da sociedade*. Também Malin exporia posições avançadas ao defender em julho de 78 que *a manutenção das conquistas* "significa lutar para **ampliá-las sem cessar**". O CC, mesmo discretamente, respaldaria a ousadia em sua Declaração Sindical de Novembro de 78:

> "a classe operária (...) ao reivindicar liberdades políticas, juntamente com seus direitos econômicos e sociais, **lançou as bases para a abertura de um caminho que conduza a**

394. Entre maio de 78-79 1,3 milhão de trabalhadores fizeram greve, sendo 800 mil operários e 500 mil trabalhadores de classe média. Entre os operários 460 mil eram metalúrgicos da capital e do ABCD paulista. (Corrêa/80, p. 165)

395. In VO/78, nºs 149 (4/6) e 150 (3); gm. Res. Nov./78, p. 289. In Picchia/80, p. 52.

> **transformações realmente profundas na vida política e social brasileira**". "Insistimos que é fundamental **unir organizando a classe operária** (...)". "Acreditamos que, para mobilizar a maioria do povo com as palavras-de-ordem democráticas, é preciso combinar as reivindicações mais sentidas (...) com as exigências de reformulação do poder político (...)"[396].

Olhando mais de perto o comportamento de alguns setores partidários, no entanto, notamos alguns sinais importantes da subalternização da *classe operária* na nova política *pecebista* que se esboçava[23]. A frieza com que as greves de 78 foram recebidas na VO é um sintoma disso. No mês da greve, por exemplo, seu editorial tratava de relativizar o impacto do movimento e seu caráter anti-patronal:

> "(...) esta greve não surgiu do nada. Ela é parte de um processo de acumulação de forças, (...) não é a (...) batalha decisiva (...)", *mas parte de um conjunto maior*. "(...) A *briga* dos trabalhadores **não é só contra os patrões, mas (...) contra um regime** cuja essência é violentamente antioperária e, por isso, antidemocrática e antinacional".

Por isso, no editorial de junho, a idéia de que o regime se encontrava *impotente diante dos eventos que a ele se impõe* não apontava para o aprofundamento da luta, mas para *"Construir uma Saída"*, como estampava a 1ª p. desta edição. Mas, ainda mais grave é verificar que em julho a greve já não era assunto para o jornal do partido: seu editorial, sem mencionar as greves, conclamaria *"Levar Já para as Ruas a Campanha das Legislativas"*. Peixoto faria coro: "(...) a melhor maneira de interferir positivamente na (...) vida política, hoje, é levar para as ruas (...) a campanha eleitoral". A greve fora reduzida pela equipe do jornal a um *movimento setorial* que, no editorial de agosto, mereceria o seguinte tratamento: "a unidade de todos os movimentos setoriais (...) levará (...) à derrota do regime (...)". A expectativa em relação às eleições era exagerada tanto pelo CC em seu comunicado conjunto com o PCI antes do pleito – elas seriam "**decisivas** no processo de **liquidação** da ditadura" –, como por Coutinho depois delas, em janeiro de 79, – "quando os novos eleitos tomarem posse (...) estaremos provavelmente começando a viver um novo momento na vida nacional"; como se a representação partidária fosse capaz de refletir uma nova postura parlamentar independente da filiação ideológico-política dos eleitos[24] . O **novo** estaria nas eleições **coadjuvadas** pelas lutas setoriais[25]. Admitia-se, em novembro de 78, que "as greves operárias – iniciadas no ABC paulista (...) – (...) marcaram o início de uma etapa qualitativamente nova na luta **dos trabalhadores** contra o regime", mas isto mais parecia dizer respeito, para os *pecebistas*, às formas específicas de luta dos metalúrgicos paulista do que à correlação de forças na sociedade. O **centro da luta** era o parlamento –

> "(...) o melhor canal para onde fazer confluir (...) toda a movimentação (...) em favor das

396. Vianna/77, p. 241. In VO/77, nº 141 (4). In VO/78, nº 143 (5) e 148 (5); gm. [Declaração Sindical de Novembro /1978] pp. 306/312.

> soluções democráticas é o Congresso Nacional. E tanto melhor ele será quanto maior for o espaço que conseguir ocupar na vida nacional, abalando a prepotência do Executivo". "(...) Estes objetivos só podem ser realizados com a (...) unidade do MDB (...), por aqueles (...) mais conseqüentes combatentes da causa democrática (...). Caberá a estes parlamentares introduzir permanentemente no debate político nacional as grandes reivindicações dos movimentos populares (...)" –

e a posse dos eleitos é que determinaria um giro de abrangência mais ampla e efetiva na conjuntura política, segundo a VO de janeiro de 79, e não os *avanços setoriais* dos estudantes e dos trabalhadores[397]. Abstraía-se em larga escala a realidade do parlamento nacional, esvaziado e penetrado por práticas *fisiológicas*.

Não só a saída democrática se associava preferencialmente ao parlamento, tendo as lutas sociais como coadjuvantes, como a idéia de estabilidade política se articulava com o disciplinamento, leia-se moderação, dos movimentos sociais. Mesmo pressupondo a *incorporação das massas à política para que elas pudessem resolver seus problemas*, como pregava Temer, os *centristas* e parcela ponderável da *direita* temiam que ela possibilitasse o aumento da tensão política se conduzida com descuramento. O entusiasmo inicial com a retomada do MS – que em dezembro de 77 fizera o CC afirmar que

> "enquanto a participação dos segmentos mais combativos do movimento de massas, em particular da classe operária, for débil, existirá a possibilidade de retrocesso (...) É a participação do movimento de massas (...) que poderá evitar tais possibilidades (...)" –

mal dissimularia o temor de que um novo golpe recolocasse o país sob o tacão dos *duros* do regime. Em entrevista concedida no exílio, em julho de 78, Armênio Guedes da CECC exporia isso com clareza:

> "(...) toda a nossa tática (...) é no sentido de ocupar esses espaços (democráticos), mas procurando **fugir** a qualquer atitude que possa **descambar numa aventura** de tipo golpista, numa aventura que tenha por objetivo **apressar o processo**, o qual tem seu **curso normal e natural**".
>
> "Depois de 15 anos (...), no momento em que surge a possibilidade de lutar (...), as massas (...) começam a lutar com vigor. Se essas lutas não forem feitas de maneira a constituírem elemento importante no desmoronamento do arcabouço de todo o regime, se não houver **certa compatibilização** entre esse **impulso vindo de baixo** e a necessidade de **fortalecer a luta democrática**, isso pode redundar em certa polarização das forças reacionárias e de direita (...), o que pode redundar em certo retrocesso".

397. In VO/78 nºs 146 (1), 147 (1), 148 (1/3) e 149 (1); ggmm. In VO/79 nº 154 (3/5).
[DCB (Documentos dos Comunistas Brasileiros) /1978] nº 17 (7). [Resolução de Novembro /1978] p. 285.

No entanto, a possibilidade de ligação orgânica do PCB com aquele movimento de massas que acabara de rebentar dependia mais do que outra coisa qualquer da aceitação de sua **espontaneidade radical**. portanto, suscetível às *aventuras* e incertezas de todos os jovens movimentos. Mesmo Vianna que, no plano sindical, advogava maior independência do operariado em relação ao sindicalismo tradicional não escaparia ao raciocínio esterilizante, ao círculo vicioso, que postergava a ação política dos movimentos sociais imaturos para um momento posterior onde presumivelmente estariam em situação mais vantajosa[398]. Sua concepção de luta pela hegemonia centrava-se no *impedimento da reunificação das frações burguesas em dissidência com o regime* deslocando a luta de classes espontânea e indisciplinada – será isto *disputar a hegemonia com seus aliados*? – do centro da conjuntura. A classe operária deveria

> "saber como encaminhar sua política, disputando a hegemonia não só com seus aliados, mas também com outras forças que se chocam com o regime. E também (...) determinar (...) quais os procedimentos táticos a que se deve recorrer para **não precipitar as condições de reunificação das frações burguesas**, e conseqüentemente do revigoramento do regime"[399].

Mesmo à *esquerda* apareceriam sintomas tênues, porém significativos, da mesma preocupação, como no DCB em 77:

> "é uma verdadeira traição ao movimento de massas limitá-lo aos seus setores mais atrasados. (...) Mas, se tentarmos conduzir a luta (...) num nível muito acima da capacidade de suas organizacões e (...) de sua consciência política, provocaremos (...) o seu profundo fracasso".

Malina, situado um pouco mais ao *centro*, em entrevista realizada em março de 78, portanto às vésperas das eclosões grevistas, faria o mesmo ao colocar sutilmente uma pedra no caminho dos entusiastas da *hegemonia operária*: *a classe operária precisa* ***provar*** *sua capacidade de direção* ***na luta***. Ambas as visões, em tom discreto, tentavam adiar a disputa pela hegemonia na FD para um momento *onde o movimento proletário estivesse maduro*, alterando, portanto, a linha de 67, não obstante se mantivessem em sua defesa como fica claro no DCB de 78:

> "o traço principal do atual momento político brasileiro é, sem dúvida, a pressão crescente das massas nas lutas (...)". "A nós, comunistas, compete orientar (...) as massas a fim de impedir aventuras que possam levar a atrasar o processo revolucionário. No entanto, **quaisquer que sejam as circunstâncias** os comunistas devem estar **junto às massas, lutando e aprendendo** com elas"[400].

398. Coutinho, menos *compromisso histórico* que Vianna, compartilharia deste ponto de vista ao defender que *a unidade não nos impede de propor as reformas profundas* "numa etapa posterior". (In VO/78, nº 147 [8])

399. Res. Dez./77, pp. 271/272. In VO/77 nº 138 (3). In Picchia/80, pp. 14/17; 1º-4º ggmm. Vianna/77, p. 246; gm.

400. DCB/77, nº 8 (6). In Picchia/80, p. 36. DCB/78, nºs 13 (5) e 16 (2); ggmm.

A mudança de qualidade da greve de 79[126], em relação à de 78, aprofundaria os elogios por parte dos *pecebistas*. A VO de maio a caracterizaria como *conseqüente*, enquanto Corrêa a consideraria "grande, em todos os sentidos" – "não é uma greve qualquer" – e o DCB destacaria que os trabalhadores haviam sabido *organizar um movimento amplo com 33 sindicatos do interior paulista e* "recuar, prosseguindo a luta através de outras formas (...)", *apesar da preparação do patronato para um confronto.* O CC iria pela mesma linha na Resolução de Maio enaltecendo o "fato **sem precedentes** na história do movimento operário e sindical brasileiro" de um 1° de Maio reunir 100 mil pessoas num ato convocado por 56 entidades, e a incorporação às lutas grevistas, em sua esteira, das camadas médias – sobretudo os funcionários públicos –, *reforçando a luta democrática.* Parecia sintomático de uma retomada da posição de 67 o *puxão de orelhas* nos liberais:

> "(...) é importante compreender que as greves possuem no Brasil de hoje uma conotação **eminentemente política**, porque atingem um dos pilares da política econômico-financeira do regime e golpeiam a legislação repressiva (...). Assim, precisam e devem contar com o apoio de todas as forças que se opõem à ditadura".

Surpreendentemente chegava-se a aprovar, como o fez Tenório, a coincidência da greve com a sucessão presidencial da ditadura[401]. O que seria depois considerado *provocação* era naquele momento elogiado como *oportuno*[402].

Enquanto o deslanchamento efetivo dos movimentos sociais acontecia[403] a luta interna acirrava-se. As diferenças de enfoque eram nítidas, muito embora persistisse a incongruência entre os pontos de vista esgrimados no *aparelho* e propagandeados na sociedade e a efetiva prática política. Se a VO de maio de 79 sustentava que "para acabar com a ditadura é preciso" *enfrentar* "desde já" "todos os problemas que existiam antes do golpe" – o que equivalia a reapresentar a pauta das reformas de base para a FD –, ao mesmo tempo em que vislumbrava como resposta ao retrocesso o *estreitamento nas lutas da frente e o aprofundamento de seus laços com o movimento popular*, o DCB iria ainda mais longe defendendo que *em 79 as greves demonstraram que a classe operária era a* ***vanguarda do movimento democrático***. *No futuro*, "sob a direção de seu partido revolucionário", *será possível a ela conquistar a* ***hegemonia*** *da frente e* ***marchar para o socialismo***[404].

Retórica à parte, os *pecebistas* lutavam com dificuldades para reerguer seu espólio sindical. O Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais (ENDS), realizado no começo de outubro de 79 em Niterói

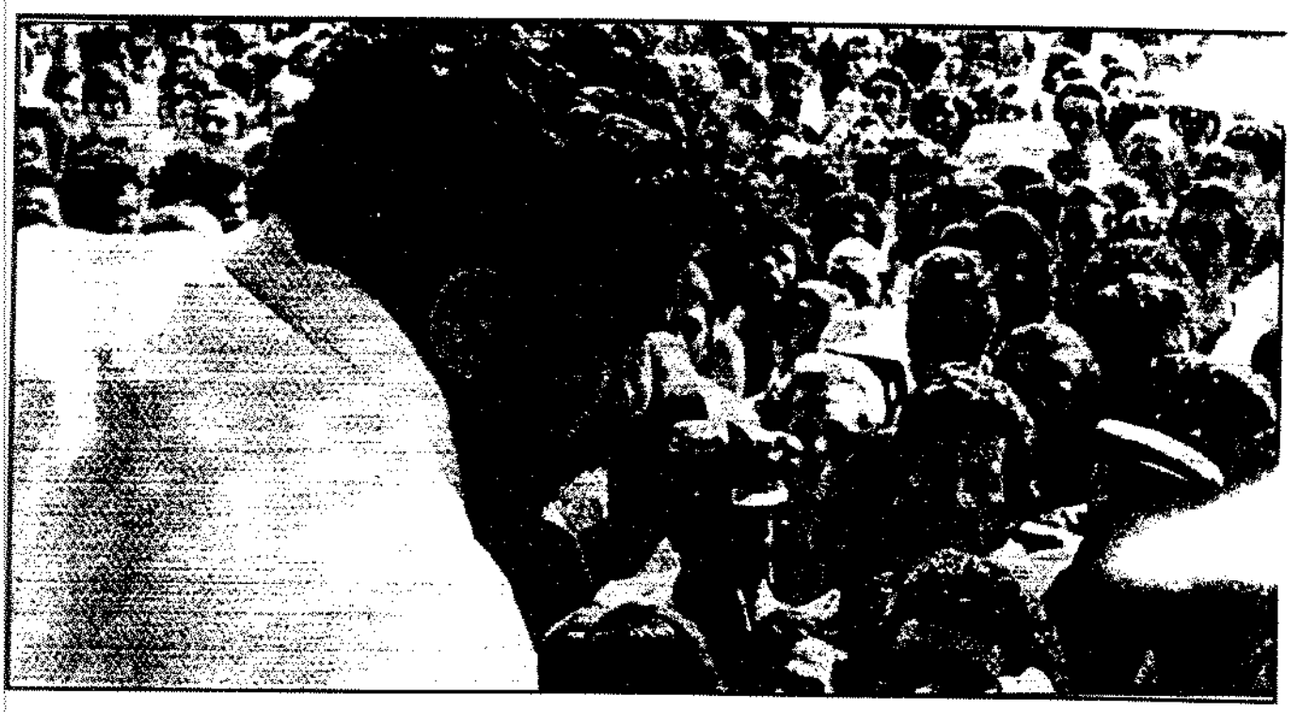
401. In VO/79, n°s 157 (5/6) e 158(3). DCB/79, n° 19 (2/8). Res. Mai./79, pp. 233/234/241; ggmm. Corrêa/80, p. 166.

402. A posição de Tenório, expressa em abril de 79, antecederia outra de Corrêa, em março, diametralmente oposta. Corrêa insinuaria que interessava a Maluf, eleito Governador contra a vontade de Figueiredo, e à burguesia paulista um endurecimento do regime. (Corrêa/80, p. 80)

403. Desde a posse do General Figueiredo, ocorreram 100 greves com a participação de 1.500 mil trabalhadores. (DCB//79, n° 22 [2])

404. VO/79, n° 158 [3/5]. DCB/79, n° 19 (9).

Hamilton Garcia/UNICAMP



Lula lidera assembléia metalúrgica em São Bernardo, em 13/05/79

In Segatto et alii/82, p. 161.

sob o patrocínio do Centro Brasil Democrático (CEBRADE), seria um marco nesse processo. Pela primeira vez depois de muitos anos reuniam-se 286 líderes sindicais de 108 sindicatos – com a participação significativa do sindicalismo rural – e 51 categorias de 14 estados para discutir questões trabalhistas e político-partidárias. O consenso atingido[27] em torno do debate dessa pauta parecia indicar a iminência de uma convergência democrática entre o *pecebismo*, o sindicalismo moderado e o sindicalismo radical do ABCD[28]. A reunião que se seguiria em BH, em meados de dezembro, reforçaria esta impressão ao dar forma institucional ao consenso de Niterói através da criação de uma coordenação nacional para o MS – onde o partido estava bem representado[405] –, da fixação da data da Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) para o 2° semestre de 80 e da edição do jornal *Unidade Sindical*[406] – cujo título era a palavra-de-ordem símbolo da política do partido no setor.

O avanço do processo de criação do PT e a primeira derrota do ABCD em 80[29] reverterão substancialmente esta tendência. Críticas ao movimento grevista já existiam desde 78, em meio aos elogios e até mesmo ao entusiasmo em 79. Corrêa, por exemplo, em outubro de 78 condenaria o vanguardismo latente no ABCD:

> "no sistema capitalista (...), a capacidade de pressão é distinta segundo os setores de trabalhadores e categorias profissionais. Não há sindicatos fortes e fracos. (...) O que há é falta de solidariedade ativa e de adoção de formas de luta das quais a maioria possa participar (...)". "(...) Deve-se fazer greve onde é possível fazê-la vitoriosamente. Por outro lado, é necessário encontrar forma de lutas possíveis de serem praticadas pela grande maioria dos trabalhadores".

Em março de 79, na VO, elas apareceriam sob a forma de apelos aos grevistas no sentido de "evitar a *estratégia de tensão*" e não "aceitar confrontos" que não se tenha "força para resolver à seu favor". Em agosto, falaria-se em "evitar que um impasse reivindicatório (...) conduza a uma paralisação do processo democrático no qual o **povo está amparado**" e pregaria-se a *articulação com a FU* para elaboração de um *projeto econômico alternativo*. No CC destacariam-se as críticas de Corrêa, que em março defendera que a ESG *procurava inflar uma determinada liderança para justificar seu abafamento posterior* – crítica cujo o efeito mais importante seria o de nublar a visão dos *pecebistas* para a importância de *Lula* e seus companheiros no desdobramento do cenário político nacional[30]. Sem perder de vista a necessidade de cultivar a solidariedade, até para otimizar as tentativas reverter os *desvios* no movimento, ele também abriria suas baterias contra a *estratégia da tensão*:

> **"não se deve organizar uma greve para fazer desafio. Greve é um assunto muito sério.** (...) Se você entra numa greve sem ter noção de como vai sair, está (...) entrando numa

405. Entre os 3 representantes do RJ, por exemplo, 2 eram aliados (SindMet. e FETAERJ) e o outro (SindBanc) era diretamente controlado pelo PCB. (DCB/80, n° 24 [5])

406. DCB/79, n° 21 (6). DCB/80, n° 24 (5/6).

> aventura. (...) A forma que o Governo tem hoje de impor recuos ao movimento democrático geral do País é ganhar algumas batalhas contra o movimento sindical[407]. (...) Acho que o movimento sindical deve tomar cuidado para não dar essa chance ao Governo. E reitero: não sou bombeiro da luta de classes"[408].

Em seu opúsculo avaliativo do movimento, já citado, Corrêa constatará que "a greve terminou por definhamento, com os sindicatos sob intervenção e os melhores ativistas sindicais demitidos", e que se abriria "um novo processo de acumulação de forças que foram perdidas". A derrota, para ele, era previsível dada a crise que premia os pequenos e médios empresários, a vontade do governo de dar uma lição nas lideranças operárias e a "ausência de uma alternativa política **mais universal** por parte dos sindicatos que levasse a uma alteração do modelo econômico selvagem, e com isso trouxesse o fim da rotatividade da mão-de-obra". Criticava-se a pretensão demasiada dos sindicalista:

> "(...) a alta rotatividade foi a pedra de toque do movimento dos metalúrgicos. Isso significa que a liderança sindical (...) preparou-se para resolver esse monumental problema nacional através da greve (...) do ABC (...) Difícil dizer se isso é irrealismo ou cegueira política". "Se houvesse maturidade, não se traçaria como meta acabar com a rotatividade de mão-de-obra a partir da greve de dois sindicatos".

A Igreja, mais especificamente a CNBB, seria diretamente responsabilizada por isso ao *apostar no confronto de uma categoria com o regime*. Ele cita D. Cláudio Humes da Diocese do ABCD que em carta dirigida aos metalúrgicos em abril daquele ano teria afirmado, segundo palavras de Corrêa,

> "que os metalúrgicos da região têm poder de pressão sobre o Governo, sendo capazes de **fazê-lo mudar as estruturas sociais e econômicas**. Está presente aqui a idéia de que os metalúrgicos do ABC podem substituir o povo (...). Essa idéia já havia surgido em 1968, durante a greve de Osasco".

Ao invés desta pregação, que para ele não teria base na realidade, Corrêa em maio, coadjuvado por Tenório, proporia *falar aos operários o que ocorre no político institucional em que a greve se desenrolava*. A alternativa, descartada a opção veiculada pela CS de espraiamento das lutas sociais[31], consistiria na construção de uma *saída política* que abarcasse a FU, ou seja, os liberais. Os proto-*petistas* eram censurados por não se preocuparem com a articulação nesse nível:

> "a liderança sindical não se preocupou em articular com as forças democráticas oposicionistas uma alternativa conjunta para enfrentar a questão social, num plano mais geral. Ao contrário, resolveu enfrentar a situação social apenas com a greve, isolando-se, de saída, do movimento

407. Percepção que foi acolhida pelo CC em sua Resolução de Maio: "(...) a luta pela democracia tem nas relações do regime com o proletariado o seu eixo decisivo". ([Resolução de Maio /1980] p. 9)

408. VO/79, nº 156 (5) e 161 (7). Corrêa/80, pp. 61/78/79/158/159; gm.

democrático".

O problema não seria exclusivo deles, mas também das oposições que se mostravam incapazes de

> "articularem e formularem uma alternativa democrática – política, social e econômica – que galvanize a maioria do povo no sentido de conduzí-las ao Governo". "Essa a grande contribuição da greve, afirmaria Corrêa numa mesa redonda com Almir Pazzianotto. Ela demonstrou que (...) (a) oposição e o movimento sindical (...) devem urgentemente preparar (...) um projeto político, econômico e social para o atual (...) impasse nacional"[409].

Tudo isso teria sido agravado pelo modo como fora conduzido o movimento. Em primeiro lugar, condena-se a orientação do acordo por fábrica: *não entendendo a macro-realidade em que se desenrolava a batalha*,

> "os dirigentes sindicais do ABC (...) optaram pela orientação de fracionar os dissídios salariais", chegando "à idéia do acordo em separado por empresa", abrindo "caminho para a idéia do sindicato por empresa (...)". Esta conduta separa "os operários pelas quatro paredes das fábricas".

Em segundo, critica-se a forma inflexível da luta: "não foi justo ir a uma greve por tempo indeterminado. Não foi correto deixar de usar os momentos de recuo. E isso se comprova pelo fim que teve a greve"[410].

A conclusão final de Corrêa – à qual o partido acolheria em grande medida com implicações tão marcantes quanto definitivas para toda uma geração de militantes[32] – seria a confirmação de intuições esboçadas desde agosto de 78, que consistiam na caracterização do operariado do ABCD como "oligarquia operária" *mais bem paga e educada* do país, e na inferência de que, por isso, ela se tornava uma *esperança de social-democratização do proletariado brasileiro*.[33]. Mas, foi Carone que a expressou de maneira mais precisa na FSP de 11 de maio:

> "(...) parece-me que o movimento operário do ABC (...) é mais **apolítico**, caracterizando-se por uma **tendência sindicalista estreita, à moda dos grandes sindicatos operários norte-americanos**, tipicamente pequeno-burgueses. Ou seja, (...) menos interessado numa atitude mais ampla, seja de solidariedade, seja em relação a uma orientação genérica e política do país"[411].

409. Corrêa/80(op.), pp. 34/35/46/64/71/78/80/92/94/106/120; gm. In VU/80, nºs 5 (8) e 7 (9).

410. Id., pp. 54/87.

411. Corrêa/80, pp. 137/138. Apud Corrêa/80(op.), p. 36; ggmm.

Enquanto Corrêa se empenhava, com grande êxito do ponto de vista interno, na elaboração de uma análise original e adaptada à *política democrática* do partido dos fenômenos ocorridos no seio da classe operária, o CC rendia-se às conveniências da luta interna expressando um posicionamento que não equivalia com exatidão ao estado de espírito reinante na direção, mas que era extremamente útil na luta contra Prestes. A greve do ABCD, diria a Resolução de Maio,

> "demonstrou que estamos diante de um salto político da classe operária (...), de uma mudança qualitativa notável na sua disposição de luta e (...) organização"; ela "começa a desempenhar" "um novo papel" "entre as forças antiditatoriais (...)".

Este esforço era antes uma *retribuição* à fidelidade da *esquerda* ao partido, que abandonara o *prestismo* à sua sorte, do que uma inclinação efetiva ao encontro do PT. O DCB faria a defesa do movimento sem atacar frontalmente a orientação que prevalecera na greve numa posição distinta da de Corrêa e da *direita*[34]:

> "a plataforma de reivindicações sindicais era justa (...). Em nenhum momento se tocou a essência da contradição capital-trabalho. Portanto, os metalúrgicos lutavam **qualitativamente pela democracia** (...) O confronto esboçado surgiu por iniciativa da repressão (...) que se chocou, naturalmente, com a disposição de defesa dos trabalhadores (...)". *Os patrões desejavam o confronto, mas não conseguiram com ele alcançar plenamente seus objetivos.* "(...) Isolamento e desmoralização não houve. Ao contrário, redescobriram-se e inventaram-se elos, laços, teceram-se redes entre camadas sociais (...)"[412].

Já a *direita* partiria para o ataque engrossando o coro de Corrêa, como o CE/SP em abril de 80 ao pregar a *necessidade de se evitar um* "prolongamento do impasse". No início de maio seria a vez de Vianna explicar a persistência da greve, mesmo após o aumento de 7% concedido pelo TRT – os patrões, inicialmente, ofereceram 4% enquanto os sindicalistas propugnavam 15% –, como *rompimento da racionalidade sindical*, um *grito de revolta dos nordestinos contra as injustiças sociais historicamente perpetradas*. Para ele, o país vivia um clima diferente daquele presente nas cidades grevistas, particularmente em SBC que *transformou-se numa cidadela, tal como Canudos, onde a ética do sacrifício substituía a do cálculo político*.

> "O desconfiar da política, o culto à espontaneidade e à classe operária como categoria abstrata, fez com que seus líderes não procurassem (...) representar a classe. A rigor desejavam **encarná-la**"[35]. "Dada a séria crise política, econômica e social do país, é muito grande o **potencial de perigo trazido em cada movimentação social que não incorpore a estratégia e a tática democrática** (...)".

412. Res. Mai./80, p. 10. DCB/80, nº 27 (5); gm.

A solução seria a *articulação de saídas políticas que envolvessem do PP ao PT* "de modo tal que a solução de cada conflito venha a significar o reforço da democracia". Para Vianna, em outro texto,

> "esse tipo de prática, que ignora a **mediação da política**, tem encaminhado cada reivindicação para uma solução de confronto das massas contra o regime, desconhecendo as claras exigências da luta pelo alargamento das liberdades democráticas e dos direitos civis e de uma judiciosa avaliação da situação concreta"[413].

De fato, a saída formulada pelo PCB no sentido de aglutinar *amplas forças sociais e políticas* "interessadas numa solução para o atual impasse que preserve as conquistas do movimento sindical e democrático e constitua uma base favorável ao desdobramento posterior das lutas da classe operária e da oposição", como rezava a VU de 24 de abril de 80, significaria, segundo palavras de Antunes, que para o PCB

> a greve deveria ter como limite (...) não confrontar a 'abertura', (...) 'conquista das forças democráticas' (...), mas (...) preservar os 'espaços institucionais obtidos'; o movimento operário deveria (...) calibrar sua ação de modo a impedir retrocessos (...) Essa variante interpretativa opera uma **subsunção do movimento reivindicatório operário à lógica preestabelecida pela oposição liberal** (...)". "(...) O movimento operário passou a ser simplesmente considerado como uma aquisição da frente democrática pelo restabelecimento do Estado de Direito" e as reivindicações operárias "específicas" englobadas no "projeto democrático-burguês de reorganização social e política do país, apresentado como mais *amplo*, mais *geral*";

aduz Marco Aurélio Garcia[414].

As relações com as lideranças grevistas se deterioravam a olhos vistos. O *Correio Sindical de Unidade* (CSU), jornal sindical do partido editado desde o exílio, portaria-se friamente em relação à preparação da greve. Sua manchete de março-abril (nº 9/10) falaria em "preparar o 1º de Maio de luta e unidade". Em SP, onde o partido mantinha influência sobre alguns sindicatos do interior e de outras categorias que estavam em iminência de deflagrar greves, não se conseguiria montar uma solidariedade unitária aos grevistas. Lula, irritado com isso chamaria os *pecebistas* de "falsos democratas" por acreditarem que a greve estava criando empecilhos para a abertura política[415].

Estes desencontros não foram gratuitos e podem ser explicados pela perspectiva sindical dos *pecebistas* muito próxima daquela vigente no pré-64, não obstante a *autocrítica* da partidarização dos

413. [Nota de Abril do CE-SP /1980]. In VU/80, nº 5 [5/6]; 2º gm. Apud Antunes/92, p. 87; gm.

414. Apud Antunes/92, pp. 86/87/93; gm.

415. Ibid., pp. 75/77/171.

movimentos sociais e o ocaso do populismo. A idéia de reestruturação dos sindicatos por dentro da estrutura sindical oficial era a mesma de outrora[36], muito embora os atores talhados para o desempenho desses papéis não mostrassem o mesmo viço e a aposta na emergência de lideranças democratas[37] que pudessem cumprir papel análogo ao dos *petebistas* no passado, não revelasse grande possibilidade.

Desde os anos 70, enquanto o comunismo revolucionário remava contra a maré ufanista do *Brasil potência*, que os *pecebistas* tinham os olhos voltados para os congressos das Confederações, tolerados pelo Governo mas realizados sem o seu incentivo. O tom predominante nestes encontros, pelo que se pode depreender dos comentários da própria VO e do militante sindical *Frei Chico*, era defensivo – contrariamente ao que afirmou Celso Frederico, para quem suas resoluções eram *surpreendentemente combativas para aquele momento político*. No início desses anos, não se podia incluir nos documentos sindicais nem a defesa do direito de greve, nem a pregação da reforma agrária. Estas teses, geralmente apresentadas pelos sindicatos metalúrgicos de Santos, STA e SBC eram *isoladas pela pelegada*, nos conta *Frei Chico*. É verdade que reivindicavam melhorias salariais e medidas democráticas contrárias aos interesses do regime, mas faziam isso em tom protocolar, em cartas congressuais meramente formais que pouco acrescentavam ao combate oposicionista. Desde a Nota de 71 o CC reconhecia que "a fraqueza principal do campo antiditatorial continua a ser (...) a debilidade do movimento de massas" e conclamava o MS a ***aplicar*** *suas resoluções* e as forças oposicionistas a se **aglutinar**, atitude repetida em 73. Em 77, o próprio Roberto Morena, um dos mais importantes líderes sindicais do partido no pré-golpe e o mais qualificado e influente operário em seu interior – papel assumido por Corrêa após sua morte –, admitiria que *o Congresso da CNTI de setembro de 70, apesar de seu programa, não implicaria em progressos nas lutas sindicais, antes ao contrário, as lutas seriam tolhidas*. Com rara perspicácia ele identificaria como novo o que nascia no ABCD paulista. Corrêa, um ano e meio depois, iria pelo caminho do mestre: "(...) o que separa a (...) CNTI do movimento sindical (...) é que ela diz uma coisa e nada faz em função do que diz". Estas opiniões negativas não seriam compartilhadas pela *direita*. Temer, por exemplo, cultivaria uma visão *construtiva* do congresso destacando que *ele, mesmo controlado por pelegos, condenara o AI-5*. Sua opinião sustentava-se num documento da CECC de março de 72 que amainava o pessimismo de 71:

> "as resoluções dos congressos (...) sindicais (...) da CNTI e da CONTEC (...) representam ponto de partida para o estabelecimento da unidade de ação, num nível mais elevado (...). A realização dessas reuniões (...) (possui) **grande importância política**, porque nelas se levantam algumas bandeiras de luta pela democracia e (contra) o imperialismo".

Vejamos algumas partes do documento do 4° Congresso da CNTI que *enchiam os olhos* dos dirigentes *pecebistas*. Falando sobra o PIS, por exemplo, o congresso *denunciava* o capitalismo:

> "(...) não há integração social, porque não há distribuição equânime de riqueza global. E nem isso seria possível, pois no regime capitalista, empregador é empregador, enquanto empregado é empregado, sendo isto resultado da própria natureza do regime que garante o lucro".

A crítica ao *imperialismo* era feita de maneira bem mais *ousada* com menções à necessidade de "libertar o Brasil da dependência econômica externa e impulsionar nosso desenvolvimento independente (...)". Nessa mesma ótica se criticaria a política ditatorial de exportação de produtos primários, que "significa a perda da oportunidade de industrializá-los, com a conseqüente ampliação do mercado de trabalho".

A abordagem estatística, à moda do *realismo socialista*, também seria usada para maquiar a mediocridade reinante no MS daquele período. Ficaria a cargo de Prestes exibir números e indicações duvidosas para embasar a versão da *intensificação das lutas dos trabalhadores* vendida pelos partido, através: do aumento do número de trabalhadores sindicalizados, do aumento da quantidade de jornais sindicais em circulação no país – que totalizariam 200 –, do crescimento do trabalho partidário no campo – referência à influência na CONTAG[38] – e da *unidade política* entre as diversas correntes. A Resolução Sindical de Janeiro de 73 também sacaria de números: 19 encontros e congressos, nacionais e estaduais, de trabalhadores seria o dado mais significativo do período. Sem referir-se diretamente aos conteúdos desses conclaves, o CC decretaria: "os encontros e congressos tiveram, sem exceção, **cunho de classe**. (...) A maioria dos delegados a essas reuniões foi eleita em assembléias sindicais, o que indica a tendência" ***a se deslocar o eixo do movimento para as bases.*** Outros avanços seriam apontados: assembléias com maior participação de trabalhadores, aumento dos votantes nas eleições sindicais, ausência de trabalhadores nos festejos oficiais de 1° de Maio, aumento das denúncias quanto a acidentes de trabalho, aumento na sindicalização, manifestações no campo pela reforma agrária, vitórias trabalhistas, etc..

Por mais que se esforçassem, não conseguiriam os *pecebistas*, com estes indícios, demonstrar a importância da participação operária na luta oposicionista. O comentário alvissareiro sobre *uma* "**certa** mobilização em torno da luta pela liberdade e autonomia sindicais", assim como a constatação de que o movimento não possuiria ainda um *vigoroso apoio de massa*, nem *enraizamento nas grandes empresas*, mas seria suficiente para *tornar cada vez mais difícil a aceitação da pregação da* "paz social" *do Governo no movimento*, trataria de deixar isto claro para os menos ingênuos. Esta realidade não inibira Prestes de interpretar o resultado do Congresso da CNTI, em 70, e da CONTEC como *demonstrações do crescimento comunista no movimento sindical, apesar da perseguição policial.* Ele aparentava ter ficado particularmente impressionado pelo manifesto de 26 sindicatos paulistas – que abarcavam 80% dos operários do estado – em 71. O exemplo não poderia ser mais infeliz para tentar demonstrar a *determinação classista do proletariado brasileiro*, basta prestar atenção em seu

conteúdo:

> "queremos tão só ter o **direito de não ser meros expectadores** do processo que se desenvolve no país. Como força fundamental, **não queremos ser tutelados** por ninguém. (...) **Exigimos o direito de nos reunir, opinar, discutir, escrever e sugerir medidas** (...)".

Afora o tom *pedinte* do documento, chama a atenção a intenção de colaboração nele subjacente a partir da idéia de "sugerir medidas". Menos infeliz não seria o *protesto* dos trabalhadores paulistas em Presidente Prudente, no Congresso Paulista de Metalúrgicos em 72. Nele referenda-se a *Declaração de Princípios* de Salvador que acusa o *clima de* ***intranqüilidade*** *entre os trabalhadores* como fruto da *política excludente do Governo* e repele-se as "**tentativas de implantação** em nosso país de regime autoritário". O tom oposicionista comparece apenas nos comentários da VO repudiando *a podridão fascista da ditadura*. Este documento seria qualificado pelos *pecebistas* como "importante plataforma de reivindicações e de luta" sem sobre ele fazer-se qualquer reparo ou crítica[416].

O sistema corporativista, ferido de morte em 64, chegaria a 78 bastante debilitado mas tendo os *pecebistas* ainda como seus maiores aliados. Enquanto a CNTI era ferozmente atacada pelo JB como a continuidade do *populismo corrupto* e do *peleguismo*, a VO saudava-a em matéria intitulada *"Unidade dos Trabalhadores Garante Resultados Positivos no V Congresso da CNTI"*. As esperanças do partido não se baseavam apenas em certezas abstratas. Em SBC parecia estar sendo forjada as novas condições para a reprodução do velho modelo corporativista-populista sob a liderança de democratas. O ex-Presidente do SindMet./SBC, Paulo Vidal Neto, encarnara na primeira metade dos anos 70 esta esperança em função de sua capacidade de interlocução com o patronato e de mobilização dos trabalhadores, não obstante sofresse críticas dos *pecebistas* por sua heterodoxia[39]. Trabalhando com o DIEESE e mantendo o diálogo com o PCB – muito embora tentando isolá-lo do meio sindical –, Vidal tentaria se destacar reforçando a representatividade do sindicato que presidia convocando os trabalhadores para discutir as pautas salariais dos dissídios, embora evitando a todo custo iniciativas grevistas. O marco desse processo seria o 1° Congresso Metalúrgico de SBC e Diadema, em setembro de 74[40]. Vidal, no entanto, à medida em que o processo avançava, se desgastava ao censurar iniciativas das bases que considerava poder *por em perigo todo o trabalho sindical até então efetuado*[417].

Numa dessas campanhas, em 75, chegaria-se a reunir 10 mil operários em cima da denúncia de que os direitos assistenciais oferecidos pelo sindicato estariam em perigo. Mais uma vez, as

416. [Frederico, Celso /1990] pp. 90/91/95/96. *Frei Chico*/92. Nota/71, p. 3. Informe/73, p. 140. In VO/77, n°s 138 [2] e 139 [4]; gm. In VO/79, n° 157 [5]. N. Mar./72, p. 4. In VO/72, n° 87 [3/4], ggmm. [Resolução Sindical de Janeiro da CE /1973] pp. 361-363; gm. In Carone/82[a] pp. 358/360, gm. In VO/71, n° 73 [2].

417. VO/78, n° 149 (7). *Frei Chico*/92. [Sader, Eder /1988] p. 293. A greve pendular na Villares em 73 (*operação gato-selvagem*), com paralisia e retomada do trabalho alternados, e as tentativas de paralisação na Mercedes e na ferramentaria da Ford em 74 não contariam com o estímulo de Vidal. (Antunes/92, p. 15)

expectativas criadas pela mobilização não seriam respaldadas por ele em função do temor de que a greve provocasse uma intervenção e sua substituição do comando sindical. Seu crescente isolamento, e um acidente de percurso[418], no entanto, levaram a que Lula, aliado de Vidal, fosse o indicado para ocupar a Presidência num processo eleitoral sem concorrentes, assumindo o sindicato em fevereiro do mesmo ano. Lula, então, ocuparia efetivamente o espaço deixado aberto pelos recuos de Vidal, empreendendo entre 76-77 a modernização da administração sindical, o reforço da preparação de lideranças através de cursos de formação sindical, profissionalizante, sobre os direitos das mulheres, etc.. Em 77, este trabalho, apesar da expressiva mobilização conseguida, não conseguiria mais do que o índice oficial de aumento, tendo provocado ainda demissões significativas que deixaram os trabalhadores ainda mais descontentes. Foi nesse contexto que aflorou a denúncia da fraude salarial de 73, que lesara em 34,1% os salários[419].

A intensa participação de Frei *Beto*, membro da Pastoral Operária de SBC ligado ao líder sindical mineiro João Paulo Pires de Vasconcelos, entre 79-80, encarnando os grupos progressistas da Igreja favorecidos pelo Bispo D. Jorge Marcos, seria o elemento simbólico da ruptura político-cultural que se estava operando. A influência da Igreja era muito grande e seu anti-*pecebismo* também, um ponto em comum com os grupos radicais que atuavam na região[41]. O PCB teria enorme dificuldade em se inserir no movimento em função das posições moderadas que sustentava e de sua ênfase em evitar retrocessos. A massa trabalhadora, nos conta *Frei Chico*, *desprezava naturalmente esta posição*. Mesmo contando com o prestígio de Marcelo Gato, muito próximo a Lula, e Arnaldo Gonçalves do SindMet./Santos, que dariam um apoio fundamental aos grevistas ajudando-os na condução da greve de 79, os *pecebistas* não reverteriam seu isolamento. Vários *quadros* que disputavam espaço com o grupo de Lula, e poderiam ingressar no partido, se ligariam a outras correntes *marxista-leninistas* – como *Alemão* (MR-8) e *Osmarzinho* (AC) – sendo levados a uma política suicida de confronto com Lula, inclusive com o apoio do PCB – graças ao empenho de Tenório da Secretaria Sindical do CC. Todo o trabalho de aproximação costurado por Gato e Gonçalves, e as iniciativas de debates, promovidos pelo CSU, seriam desperdiçados[420].

O partido mantinha sua influência entre os sindicatos de classe média e associações de funcionários públicos e de estatais mas não conseguia ultrapassar a prática da "sugestão" de medidas para *evitar o impasse* no ABCD: "só os grevistas (...) podem fazer essa proposta. Mais ninguém. Isto vale como **sugestão**"; afirmava Tenório em maio de 80. A incapacidade de penetrar no âmago do proletariado mais combativo do país, fatal para um partido com as pretensões hegemônicas do PCB, se explica não apenas pelo protótipo de aliados que se buscava reunir, mas, principalmente, pela

418. A fábrica onde mantinha seu registro profissional mudara de município impedindo-o de incluir seu nome na chapa. (Sader/88, p. 295)

419. *Frei Chico*/92. Sader/88, p. 295. Antunes/92, pp. 17/18.

420. *Frei Chico*/92. De um modo geral, quase todos na SS reprovaram os debates do CSU; sobretudo José Raimundo, *Geraldão*, Tenório e Corrêa. (Id.)

resistência em modernizar a estrutura corporativa dos sindicatos. A proposta *modernizadora* apresentada pelo SindMet./Santos em 81 apenas repetia a velha idéia de que a liberdade sindical era possível apesar da estrutura sindical. "O processo eleitoral não sofrerá **qualquer ingerência** do Ministério do Trabalho, ou de qualquer órgão do Estado", vaticinavam para, logo adiante, emendar: "os conflitos surgidos no processo eleitoral serão dirimidos pelo poder judiciário especializado". A idéia de um governo neutro não-intervencionista, frágil por si só, era complementada pela crença (ingênua?) numa *justiça especializada*. A prática sindical dos próprios *pecebistas* demonstrava a inviabilidade de tantas *interveniências favoráveis*. Em 84, a única possibilidade do PCB participar do concerto sindical do ABCD diretamente era através da vitória de *Frei Chico*[42] no SindMet./SCS que, todavia, depois de muitas fraudes e 3 turnos eleitorais, com as urnas trancadas na Polícia Federal (PF) por 4 meses até a chapa oposicionista ser cassada na justiça, continuaria sob o controle do *pelego*[421].

O problema político geral, no caso o medo do retrocesso, era o pano de fundo que legitimava o posicionamento atrasado em relação à política e à estrutura sindicais. Sem este elemento teria sido muito difícil para o núcleo dirigente do partido reverter as expectativas positivas de uma convergência democrático-popular presentes tanto no CC como, sobretudo, fora dele depois de 78. Mas, o decisivo para que a problemática do retrocesso político fosse colocada de modo a frear o movimento popular seria a própria **aposta proletária** do PCB naquele instante. Em seus documentos, do exílio principalmente, as referências ao proletariado se situavam em três planos: a evocação meramente ideológica do papel central da *classe operária na conquista da democracia e do socialismo*; a indicação das possibilidades abertas com a reativação do MS, ou sua iminência; e o descontentamento dos trabalhadores expresso em votos. Este último ponto, sem dúvida, era o decisivo para o cálculo político do partido e se sustentava tanto na experiência histórica do fracasso dos confrontos com o Estado, como, mais recentemente, nos avanços políticos conseguidos após a vitória *emedebista* de 74, principalmente nas grandes cidades como afirmava a Resolução de Março de 77. A Declaração Sindical de Novembro de 78 chegaria a descrever 74 como o *marco da reanimação do movimento sindical pelo repúdio eleitoral dos trabalhadores à ditadura*. Antes, ainda imersos no clima de semi-radicalização que os envolveu durante a *razzía* repressiva, a Resolução de Abril de 75 da CECC chegara a apontar a derrota de 74 como capaz de acarretar "**considerável modificação** no quadro político" *com a perda pelo regime dos 2/3 no Congresso*. *B. Cabral*, na VO de fevereiro de 78, por seu turno, discutindo o avanço das lutas estudantis já havia apontado o ponto de convergência dos movimentos populares como sendo as eleições[422]. A tendência subjacente destes pontos de vista era a de circunscrever às eleições as possibilidades de articulações *horizontais* entre os movimento sociais, ou, no mínimo, de impedir que elas tomassem um rumo independente indesejável.

421. In VU/80, nº 5 (8); gm. Apud Boito/91, p. 46; gm. *Frei Chico*/92.

422. Res. Mar./77, p. 252. Dec. Sind./78, p. 306. Res. Abr./75, p. 161; gm. In VO/78, nº 143 (4)

Mas, era na formulação da *direita* que a questão da autonomia política do proletariado encontrava seu termo definitivo: "(...) o que impede a organizacão, a elevação do nível de consciência, a atuação no plano das reivindicações imediatas e no da política, do proletariado (...) é a **existência do regime**", *e este não será derrotado a não ser no alargamento de seu isolamento*.

> "Aprofundar a dissidência entre as classes dominantes, porém, não significa abandonar a luta pela hegemonia contra o regime. (...) Em princípio, todas as reivindicações de forma liberal – por salários, por liberdade sindical (...) –, caso organizadas de **modo amplo**, tenderão a reforçar a classe operária no interior da frente contra o regime". "(...) Os interesses específicos da classe operária, para se tornarem impositivos para as outras classes (...) dependem não só de sua mobilizacão (...) como também da sua capacidade de reunir em torno de si o campesinato, (...) os movimentos estudantis (...), os profissionais liberais, (...) e os intelectuais". "Agora, **toda a aplicação** da classe operária (...) está em elevar o clamor (...) pelas liberdades democráticas, evitando as **ações isoladas** e as **reivindicações estreitas**, que somente servem à causa da continuidade do regime. E em ganhar força e influência na sociedade e no interior da frente contra o regime (...)[423]".

Evitar ações isoladas e *reivindicações estreitas* seria a senha para o recuo diante do movimento operário radicalizado do ABCD e de todo o movimento social nele inspirado.

Mesmo tendo o DCB em 80 assumido um outro posicionamento em relação à classe operária –

> "acima de tudo, devemos à luta de São Bernardo, a despeito dos erros cometidos", ter dado "um conteúdo social à luta pela democracia" e ter demonstrado "a **impossibilidade** de se estabelecer alianças de classes e frentes políticas em que **não se coloque**, na prática, a **questão da hegemonia**. Se a hegemonia não for proletária (...) será burguesa, regressiva (...) rumo a um poder burguês (...) excludente e autoritário. Nesse sentido cabe aos comunistas dar prioridade à criação de raízes orgânicas populares (...)". "Por último, a greve de São Bernardo exige de nós uma definição clara do que seja fazer política. (...) Política é muito mais que *transação*, (...) *aliança* por cima, ou *frente* de gabinete. Política é (...) principalmente **o exercício necessariamente tenso e contraditório da luta de classes**". "Se os comunistas pretendem exercer o papel de vanguarda da classe operária (...) têm que **absorver com humildade e coragem as lições da experiência das lutas operárias**" –

isso não o impediu de acusar os *petistas* de ter superestimado a "força do movimento, a ponto de se julgar possível a uma categoria conquistar sozinha a estabilidade no emprego (...)". Talvez em função do estreitamento das relações com o CC, o CE/GB tenha dado ao seu posicionamento um caráter ambíguo: a greve ao mesmo tempo que saudada como "heróica" e festejada por ter *elevado o nível de consciência dos trabalhadores*, era acusada de ter implicado numa "derrota para o conjunto do

423. Vianna/77, pp. 247/248; ggmm

movimento sindical". Esta última indicação era enfatizada diante de uma avaliação conjuntural negativa, onde o MS seguia "desarticulado, a reboque dos acontecimentos e sem proposta para a crise", o regime conseguira o cancelamento das eleições municipais, os atentados terroristas ficaram impunes, a expulsão do Padre Vito se efetuara, a proibição da festa da VU não fora revertida, a mobilização popular era fraca no resto do país e as debilidades do primeiro 1° de Maio carioca, organizado por 30 entidades sindicais com a participação de 8 mil pessoas mas apenas 2 mil operários, indicava o quanto ainda se devia caminhar[424].

Mesmo antes de 80 a *esquerda* já absorvera a abordagem eleitoral da *direita* e do *centro* em relação à contribuição maior do movimento popular. Em maio de 77, o DCB constatara que "as eleições de 74 elevaram a um patamar novo, qualitativamente diferente, a luta do povo brasileiro contra a ditadura (...)", para, no final de 78, revelar: "as últimas eleições gerais constituíram-se no fato político **mais importante** desde 1974 (...)"[425].

Todo esse processo de afastamento em relação à vanguarda do movimento operário não poderia ser entendido, porém, se não se leva em conta a ameaça perturbadora para o *pecebismo* do aparecimento, pela primeira vez no Brasil, de uma alternativa partidária operária *de fato*, que não se dissolvia na cultura tradicional da esquerda, muito embora se associasse fortemente a ela, e ainda por cima instilava no MS uma crítica avassaladora à tradição comuno-populista anterior. As saudações da VU em relação ao aparecimento do PT, muito embora contassem com o apoio do CC, não deteriam a escalada crítica dos *pecebistas* em relação ao *petismo* e ao *catolicismo libertador*[43]. Em julho de 78, ainda exilado, Lyndolpho Silva, do CC, embora reconhecendo que "a Igreja está aí como uma força política" não se "arriscaria jamais a dizer até onde (ela) pretende chegar ou não. Só posso dizer que, para nós, segue como ponto básico a questão da aliança operário-camponesa. Até onde essa força política aceita isso ou não, é o que se verá (...)". Postura idêntica seria adotada por Corrêa ao caracterizar a Igreja como uma força *social-democrata*[44][426]. O fustigamento do catolicismo libertário pela esquerda não seria suficiente para encobrir o fato de que o mal estar em relação aos católicos se dava justamente em função de sua infiltração na seara comunista.

c) reformulação partidária

Combinado à emergência dos movimentos sociais entre 75-79, a reformulação partidária consistiu num dos desafios mais importantes para a definição do perfil político do *pecebismo* nos anos 80. Incapaz de uma afirmação *positiva* dos caminhos a seguir, o que implicaria ou o desenvolvimento da linha de 67, ou seu rechaço categórico – caminhos que conduziriam o partido a um racha imediato –, o

424. DCB/80, nºs 24 (6/9), 27 (5/10) e 29 (1/2); ggmm.

425. DCB/77, nº 2 (6). DCB/78, nº 17 (2); gm.

426. In Picchia/80, p. 66. Corrêa/80, p. 133.

PCB foi se definindo no caminho, pragmaticamente.

Em torno deste ponto abriria-se uma intensa disputa quanto à linha democrática desenvolvida no interior da FU e o esforço empreendido pelos *pecebistas* de atração dos movimentos sociais para seu seio, como também sobre a hegemonia na esquerda. Isso explica a fantástica coesão interna conseguida na luta pela sobrevivência do MDB, malgrado a dissensão *prestista*. A sobrevivência da FU, nos termos em que se consolidara, ou seja no MDB, transformar-se-ia em **luta pela sobrevivência do próprio partido**, subvertendo por completo a lógica da defesa do pluripartidarismo mesmo *antes da derrota da ditadura* feita em outubro-novembro de 76 pela VO:

> "para os comunistas, (...) o renascimento de um partido socialista, nos quadros de uma abertura democrática, ou mesmo antes, **não encontrará em nós um opositor**. O importante é que tal partido não se vincule à corrente conciliadora com o imperialismo que hoje domina a social-democracia européia".

Em maio de 77, a *esquerda* apontaria para o caminho da unidade ao concluir que com o *pacote de abril* "(...) a ditadura fascista inicia uma contra-ofensiva" *visando esfacelar a oposição para isolar seus setores mais conseqüentes e melhor abatê-los*. Em novembro este posicionamento contaminaria Temer e, em março de 78, os paulistas, que o entrelaçavam de maneira mais explícita com o temor do retrocesso:

> "(...) o terror repressivo se constitui de fato numa categoria política de eficácia historicamente comprovada, aqui e alhures, na sujeição da classe operária e do movimento democrático, e que **por isso exige a mais ampla frente possível** para sua derrota"[427].

Aos poucos, a argumentação em torno da integridade da FU assumiria um tom mais *positivo*. Em dezembro, a VO daria um passo importante neste sentido ao tratar o problema como o da qualificação da própria FU: *o que a ditadura*

> "quer é (...) que uma minoria se encaminhe para formações trabalhistas e socialistas, enquanto uma maioria seja atraída para formações ditas *centristas*, cuja razão de ser sejam (...) o clientelismo (...)".

A superação dessa *vocação* do centro para o *fisiologismo*, implicitamente admitida[45], se daria pela *pressão de massas* na FU[428].

Mas, de longe, seriam as eleições o melhor argumento para a defesa da unidade *emedebista*.

427. In VO/76, nº 128 (7); gm. DCB/77, nº 2 (6/7). In VO/77, nº 140 (2). N. Mar. SP/78, p. 34; gm.
428. In VO/78, nº 153 (4).

Traduzindo de maneira otimista a abordagem de 77 do DCB, o editorial de março de 78 da VO acusaria o regime de *dividir as oposições para impedir sua vitória nas eleições*. *Criar novos partidos pode cindir a Frente Democrática num ano eleitoral*, fazia coro o CE/SP. "(...) A questão crucial neste momento, não é a formação de novos partidos, mas a ampliação da frente antifascista e o **fortalecimento de sua unidade** (...)"; aduzia o DCB. O CC emitiria seu juízo a respeito a partir de maio:

> "(...) queremos reafirmar (...) nossa posição de princípio em favor do pluripartidarismo. (...) Todavia, julgamos que, na atual situação concreta, **seria equivocado precipitar a formação aberta de novos partidos**, na medida em que isso enfraqueceria a unidade oposicionista atualmente representada pelo MDB e favoreceria as manobras divisionistas do (...) regime. Isso não significa, de modo algum, que sejamos contrários às articulações já em curso no sentido de consolidar a organização de correntes e tendências que (...) venham a se cristalizar em partidos políticos ideologicamente homogêneos". "(...) A advertência que fazemos contra os riscos de uma fragmentação do MDB **antes das eleições** – ou mesmo **antes do fim do regime** – baseia-se numa **análise da situação concreta** e **não numa posição de princípio**. O aparecimento de (...) embriões de novos partidos não deve impedir sua unificação no seio do MDB (...)". "Nós (...) acreditamos que o fortalecimento do MDB e (...) a luta pela sua unidade é um **pressuposto básico** da derrota eleitoral do regime"[429].

O problema, no entanto, extrapolaria em muito a mera questão tático-eleitoral sustentada pela Nota Eleitoral de 78, usada não apenas para desmentir a posição de 76 como para coibir as *tendências* de esquerda, que dizia tolerar, atuantes no interior do MDB. Os grupos que procuravam dar ao MDB um conteúdo *popular* – de maneira sectária, é verdade, animados, principalmente, pela AP-ML, MR-8 e PCdoB, reconstruídos a partir do ME – seriam hostilizados pelos *pecebistas* por ameaçarem a *pax emedebista*. Efetivamente, a marca da política do PCB em 19 anos de militância no interior do MDB não fora o da disputa interna pelo controle do *partido ônibus*, mas a da consolidação dos laços que os unia aos liberais muitas vezes ao preço da omissão[46].

A defesa do MDB, a partir de julho de 78, assumiria um tom cada vez mais aguerrido, seus críticos, adeptos do pluripartidarismo imediato, seriam tachados por Peixoto de *sabotadores da frente democrática que* "fazem o jogo do governo". O Deputado pernambucano Roberto Freire, em abril de 79, completaria mais elegante:

> "achamos que o debate é construtivo e até mesmo essencial para quem se propõe formar os partidos do Brasil democrático. Mas concretizá-lo (...) agora, dividir hoje a frente, é taticamente um equívoco que só beneficia o sistema e (...) **atrasa a reconquista das liberdades** democráticas em sua plenitude".

429.Id., nº 144 (1). N. Mar. SP/78, p.35. DCB/78, nº 17 (2); gm. N. El. Mai./78, pp. 279-281; ggmm.

Em junho seria a vez da VO em editorial alertar:

> "os que querem uma nova legislação partidária imposta de cima para baixo (...) são os mesmo que não querem anistia ampla, (...) que trabalham para minar a unidade do movimento sindical e (...) os que gostariam de truncar o processo de reconstituição da UNE. São os que põem bombas em teatros. Será que não dá para perceber?". "Há oposicionistas mais preocupados em proclamar os defeitos do MDB – que dependem também da ação de quem está, ou não está mas deveria estar, no MDB – do que em **valorizar suas virtudes**"[430].

Enquanto Freire, Peixoto e a VO davam mostras de crescente irritação diante da iminente fragmentação *emedebista*, à *esquerda* o assunto não parecia despertar tanto alarde: "a extinção do MDB **não é o mesmo que a extinção da unidade democrática** por ele expressada (...) Devemos nos preocupar" *é com a promoção da classe operária a um papel mais destacado no interior da Frente*. A diferença entre essas posições manifesta, por um lado, a extrema simpatia de Freire, da VO e do CC pelo *modus operandi* do oposicionismo legal, ao mesmo tempo criticado e apreciado, e, por outro, a hostilidade do CE/GB diante do acanhamento de sua postura. A idéia de "valorizar suas virtudes" é plenamente aplicada pelos primeiros realçando a resistência à incorporação das *salvaguardas* do regime na Constituição, à reforma autoritária do Judiciário – que teria desencadeado o *Pacote de Abril*[47] – a defesa da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) e da *anistia irrestrita* como "a única fórmula de resolver o impasse político brasileiro", como gostava de dizer o Deputado conservador de PE Tales Ramalho, enquanto o último resistia a introduzir seus militantes nos diretórios *emedebistas*. Não que o *centro* e a *direita* desprezassem as debilidades do MDB, apenas punham-nas na penumbra quer minimizando os problemas, quer tratando-as de forma indireta. Em março de 73 surgiria a primeira crítica direta, embora relativa: "o principal aspecto negativo da situação continua a ser a debilidade do movimento de massas. e a ele se acrescenta a dispersão das forças (...) contrárias à ditadura". Em outubro-novembro de 76 *J. Diniz* criticaria a FU indiretamente através do *esquerdismo* que se *nutre não apenas da fraqueza do proletariado mas também do oposicionismo como um todo* e da referência ao descompasso entre a crise e a alternativa – "(...) o ritmo de deterioração da ditadura é atualmente mais rápido do que o de congregação da oposição". Em fevereiro de 77, editorial da VO seria mais objetivo ao apontar que *a oposição não tem sabido explorar as possibilidades abertas pela crise do regime*. Em maio, Temer seria mais objetivo ao mencionar a facilidade com que o regime mantinha a iniciativa política "na medida em que a organização das forças democráticas" *não se dá de forma a não permitir* "a rearticulação das forças que sustentam o regime". Outras imputações genéricas e igualmente inconclusivas seriam feitas na Nota Eleitoral de 78 [431].

Mesmo assim, os *pecebistas* deixariam escapar sinais de sua latente insatisfação com os liberais

430. In VO/78, nº 148 (3). [Freire, Roberto /1989] p. 172; gm. In VO/79, nº 159 (1); gm.

431. DCB/79, nº 23 (3); gm. In VO/77, nºs 131 (1), 133 (3), 134 (3) e 139 (5). VO/78, nºs 143 (4) e 153 (5). Informe/73, p. 140. In VO/76, nº 128 (6). N. El. Mai./78, p. 280.

oposicionistas – vide DCB e suas comprometedoras críticas, em editorial, às "debilidades do MDB" das quais se excluíam apenas a direção nacional e os diretórios regionais de SP e SBC. Estas críticas seriam motivadas tanto pela parca solidariedade política com o partido durante a *operação radar*[48] como, principalmente, pela indefinição do centro quanto a uma parceria formal na FPCF motivada por seu anti-comunismo histórico, explicitado no comentário de Tancredo Neves em 80 sobre a adesão do PCB à ANC: *não foi suficiente para* "conspurcá-la"[49][432].

O partido lutava por uma frente formal com os liberais desde o lançamento da FA em 67, que fracassara diante da proibição do regime. A FPCF, lançada em novembro de 73 pelo CC, seria uma tentativa de resgatar esta experiência à luz da idéia de "fascistização" do regime veiculada em 70 pelo CE/GB[433]. Internamente a nova orientação foi plena e rapidamente absorvida. O CE/SP pré-*quedas* – mais alinhado com o CC do que o vindouro, reconstituído com quadros que restaram no país – a absorveu de pronto qualificando-a como a "tarefa tática mais importante no momento". A VO de dezembro de 74 faria coro num artigo cujo título ficaria notório pela impropriedade, *"Apertar o Cerco"*: "devemos desdobrar nossos esforços para cristalizar e desenvolver os embriões de FPCF que ganharam vida durante a campanha eleitoral (...)". Considerando *a vitória de novembro de 74* como *um passo importante*, o CC em dezembro de 75, recém-instalado no exterior, afiançava:

> "a FAP (Frente Antifascista e Patriótica[434]) tem avançado no processo de sua formação mas ainda não foi alcançada a correspondência entre a insatisfação crescente das massas e as formas concretas de sua manifestação"[435].

Ao otimismo interno, mesmo após as *quedas*, não corresponderia outro externo por parte do centro. Em maio de 76, *Inácio Pereira* ensaiaria um pequeno recuo para poder justificar a manutenção do propósito, dizendo que ele se encontrava *num nível incipiente de* "**movimento de opinião pública** que pode levar à sua formação". Em junho, a VO convocaria os intelectuais à FPA conclamando: "transformemos as eleições (...) no caminho da formação da Frente Patriótica Antifascista". Não daria certo, mais uma vez. Mesmo assim, em maio de 77, a *esquerda* daria curso às expectativas sobre sua formação: "as eleições (...) significaram um momento importante no processo de formação da FPA (...)". Já em setembro, em função do otimismo difundido pela campanha salarial metalúrgica de SBC, o DCB observaria que "(...) a partir de agora (...) o processo de formação de uma frente (...) recebe (...) um poderoso impulso (...)".Diante dos seguidos fracassos a VO concluiria: *há uma inércia a ser quebrada, por isso* "é necessário procurar as lideranças das forças democráticas – na vida parlamentar, (...) nas fábricas (...), na intelectualidade (...) – e **estimular os contatos** (...)". O problema, todavia,

---

432. DCB/77, nº 6 (1). In VU/80, nº 22 (4).

433. Ver •• Cited Item Has Been Deleted ••.

434. É possível que a mudança do *antifascista* para o lugar do *patriótico* na sigla já correspondesse à intenção da *direita* de subordinar o *nacional* ao *democrático* na estratégia partidária – o que, afinal, ocorreria no VII CONGRESSO.

435. Res.El.SP/74, p. 7. In Carone/82(a), p. 155. Res.Dez./75, p. 233.

não estava na falta de chamamento, no imobilismo, ou no sectarismo dos *pecebistas*, mas no isolamento dos proponentes, os únicos verdadeiramente interessados e empenhados na sua constituição[436].

O PCB sequer se elegeria o *condottièri* da FU, mas mero *articulador*, embora *decisivo*, a quem cabia lhe dar "nova qualidade". Acreditava-se em março de 77 que, assim, a "proposta" *teria mais espaço para progredir até ser* "capaz de transformar a liquidação do fascismo num movimento de grande envergadura, numa verdadeira **revolução** antifascista e democrática". Em fevereiro, a CECC já dera, através de Prestes, um inequívoco sinal de que mais importante do que vãs pretensões hegemônicas era a amplitude da FU: *chamamos*

> "(...) a esta unidade **todos** os patriotas e democratas, mesmo aqueles que **ainda hoje apoiam a ditadura** ou **participam das fileiras da ARENA**. O essencial é que tudo isso dê à frente (...) uma direção correta e firme".

Nada disso afastaria a burguesia dos seus *preconceitos* em relação à revolução democrática proposta a décadas pelos comunistas. Em dezembro, então, decididos a preservar a aliança com os recalcitrantes liberais, o partido rebaixaria sua proposta de FPCF a mero indicativo:

> "lutamos pela constituição de uma FAP. (...) Ela deve ser entendida em sua **concepção**, **mais do que em uma determinada configuração**, porque não temos a **pretensão inútil** de ditar a forma que poderá assumir concretamente".

A *esquerda*, percebendo que se tratava de um efetivo recuo[50] tentaria preservar a essência da política de 73 sem chamar a atenção para as distintas concepções em jogo:

> "a experiência da luta política (...) mostra que **não há uma forma pré-fixada** (...) que deve assumir a frente única". "Talvez como **primeiro passo**, fosse válido estabelecer contatos (...) com o objetivo de se criar uma **coordenação representativa das forças de oposição** (...), e iniciar a elaboração de um **programa de ação unitária** (...), propondo soluções (...) para a crise em que está mergulhado o País". "(...) A frente única deve ser compreendida como a **unidade de ação** (...) **dos movimentos de massas**, desenvolvido pelas bases (...) em **conjunto** com as **organizações de cúpula**[51]"[437].

O DCB no início de 78 ainda tentaria manter a FPA, já devidamente reduzida a *coordenação*, como "um dos objetivos táticos fundamentais do Partido", sem sucesso. Em março, Malin reagiria a este

436. In VO/76, nº 124 (7) e 125 (2/8); gm. DCB/77, nºs 2 (1) e 11 (8/9). VO/77, nº 133 (1); gm.

437. Res. Mar/77, pp. 256/257; gm. Dec. Fev./77, p. 5; ggmm. Res. Dez./77, p. 271; ggmm. DCB/77, nº 11 (3/4); ggmm. A *esquerda* parecia ignorar que era o expectro de movimentos sociais controlados pelos comunistas que constituía a base da resistência dos liberais a um acordo formal.

enfoque que de fato favorecia à divisão do MDB, qualificando o partido oposicionista como *a forma possível de FU*. Mesmo assim, em maio ele admitiria a persistência da "dificuldade (...) para traduzir a unidade virtual em ação concertada (...) em torno de um acordo". A VO em junho, por sua vez, adotaria uma posição intermediária entre o CC e o DCB pregando a estruturação de uma *frente democrática*, "com tudo o que isto possa representar em termos de **coordenação de iniciativas** e estabelecimentos de **programas**", tendo o MDB como *âncora* que daria "legitimidade à existência da Frente". "O nosso esforço para a construção de uma frente democrática", diria em editorial, *visa à condução dos negócios de um futuro governo democrático*. Nesse momento, uma pequena divergência parecia separar Guedes da VO; para ele o MDB não era a *âncora* da FU, mas a própria FU:

> "(...) falamos na manutenção do MDB como um aglomerado de forças democráticas (...) porque nosso país, de uma forma **ditada pela própria História**, fez do MDB uma força importante, não somente uma convergência espontânea, mas algo já organizado para a conquista das liberdades democráticas".

Em dezembro, contornando o problema, *Nicanor Fagundes* caracterizaria o partido oposicionista como uma "frente política informal", um "desaguadoro de todas as correntes democráticas": "(...) propomos (...) o fortalecimento do MDB (...) como **frente unitária de combate ao arbítrio**". A partir de 79 esta posição se torna preponderante no PCB, com Corrêa em março caracterizando o MDB como uma "confederação oposicionista" em "estado embrionário" e a VO em maio falando em "federação das oposições"[438].

Diante da inevitável divisão prenunciada pela reforma partidária, em julho Corrêa resgatará a posição da VO do ano anterior pregando a *unidade da frente democrática para além da sua união orgânica*, tendo em mente *salvar a perspectiva de um futuro concerto oposicionista*. Tal *concerto* objetivava não tanto a incorporação dos trabalhistas ou dos sindicalistas do ABCD, muito embora a unidade devesse contemplar a todos, mas principalmente dos conservadores do MDB que articulavam o Partido Popular (PP)[52] – anunciado em fevereiro de 80[439]. A predileção pela unidade com os liberais ficara clara desde o momento em que, apesar de digladiarem-se em torno do que seria a FU, o repúdio à frente de esquerda consolidara-se como um consenso que excluía apenas Prestes e seus mais íntimos colaboradores[53]. Ou seja, em caso de ter que optar entre uma frente liberal e uma frente de esquerda os *pecebistas* ficariam com a primeira, com o agravante de buscarem um *concerto oposicionista* por cima das agremiações apenas no caso de não ser possível a unificação liberal no MDB.

O motivo básico para esta assimetria no tratamento dado ao centro e à esquerda pelos *pecebistas*,

438. DCB/78, nº 13 (2). In VO/78, nºs 144 (2), 146 (3), 147 (1) [ggmm] e 153 (7). In Picchia/80, p. 16; gm..Corrêa/80, p. 90. VO/79, nº 158 (3).

439. Corrêa/80, p. 174. Segatto et alii/82, p. 164.

como já vimos, era o medo do retrocesso ao lado da aposta na inauguração de um longo período de estabilidade democrática no país a partir da coligação comuno-liberal[440]. A esquerda era sinônimo de gueto, enquanto os liberais eram de hegemonia. Guedes em julho de 79, no JB, deixara isto claro ao caracterizar a frente de esquerda como "estreita", uma forma de "isolamento"[441]. Dias repetiria a idéia em setembro de 80: "(...) a liberal democracia é o mais influente dos setores burgueses de oposição. É incomparavelmente mais influente (...) do que qualquer dos agrupamentos da pequena burguesia radical". Por isso, considerar, como o fazia Corrêa em fevereiro de 80 no JB, um "grave erro político, que resultará em inevitável atraso, na luta pela democracia (...), a proposta de uma frente de esquerda (...)" – ataque que visava o PT – tinha muito mais importância do que condenação similar em relação ao PP[54]. Havia também o elemento da competição histórica entre o partido, seus dissidentes pós-64 e os católicos de esquerda. A série de ataques que se sucederiam ao projeto de um PT desde julho de 78, inaugurado por Corrêa, atesta isso: *nós condenamos sua criação*

> "porque eles querem criar um partido de trabalhadores **em cima da estrutura sindical**, a partir das entidades sindicais, e isso só vai prejudicar o processo de avanço da unidade política e sindical dos trabalhadores". "Qual é o partido da classe operária? Nós estamos convencidos de que é **o nosso** Partido, por **ideologia** e por **programa**. (...) Nós temos uma **tradição**, uma **história que já definiu nosso lugar**, e os embates que virão – estamos convencidos disto – vão reforçar nosso Partido (...)". "(...) Marchamos para o cumprimento da palavra de ordem que lançamos no VI CONGRESSO, em 67: o desafio histórico é ser um partido forte na classe operária".

De maneira menos arrogante e voluntarista, admitindo que a repressão e as ***desilusões*** *de outrora* seriam fatores explicativos para os metalúrgicos paulistas terem aprovado em congresso a idéia de um PT, a VO de fevereiro de 79 também lançava-se ao ataque:

> "não reivindicamos o monopólio da representação dos trabalhadores, embora lutemos legitimamente pela hegemonia no movimento operário (condição da futura hegemonia deste na sociedade)",

mas, perguntamos a esses companheiros: não se estaria partidarizando o movimento sindical, dividindo-se os trabalhadores e abrindo-se campo para a manipulação das massas com esta proposta? Em abril seria a vez de Freire, da tribuna da Câmara, na condição de vice-líder do MDB, *alertar sobre o pluripartidarismo*:

---

440. A Declaração de Fevereiro de 77, assinada por Prestes, deixaria isso claro ao pregar a unidade da FU, "pelo menos a das suas correntes fundamentais", mesmo após o fim da ditadura para "facilitar a (...) transformação da realidade brasileira". (Dec. Fev./77, p. 5)

441. Repetindo um padrão já consagrado, Guedes, logo a seguir, elencaria as *forças populares** como as *principais aliadas do PCB*. (In Carone/82(a), pp. 318/319)

* A descrição era propositalmente vaga: "forças da Igreja" e "as várias forças do trabalhismo". (Ibid.)

> "achamos que o debate é construtivo e até mesmo essencial para quem se propõe formar os partidos do Brasil democrático, mas (...) dividir hoje a frente é taticamente um equívoco que **só beneficia o sistema e (...) atrasa a reconquista das liberdades democráticas em sua plenitude.** (...) Seria a maneira de dividir a frente ampla, (...) que vem num crescente político-eleitoral desde 1974-78. (...) É fundamental, para o pluripartidarismo, que existam garantias reais e efetivas de organização política para todas as forças ideológicas (...). Enquanto não houver tais condições, **corremos o risco de oferecer ao governo a possibilidade de usar nossa divisão para manter uma democracia excludente** (...)".

Singrando por rios próximos ao da VO, o CC em maio produziria uma nota lacônica a respeito da questão:

> "compreendemos a atitude das lideranças sindicais que se manifestam pela criação de um partido de trabalhadores. Trata-se de (...) uma (...) **justa compreensão** já existente de que a luta apenas econômica não basta para resolver os problemas dos trabalhadores.(...) Pensamos que, na origem da idéia (...), há um **desencanto com o quadro partidário existente**. Isso coloca a necessidade de maior sensibilidade do MDB aos problemas sociais"[442].

Tudo o que os trabalhadores tinham a fazer, segundo o PCB, era lutar para despertar a sensibilidade dos *emedebistas* para as reivindicações sociais, posicionamento que lembra, pela ingenuidade e docilidade, a proposta de *paz social* em 45-46. O partido estava certo de que, como diria Freire em 87, "a modernização do país reforça o papel social da classe operária de ponta, o que contribui para o fortalecimento da perspectiva do socialismo", vale dizer, e de seu representante maior, o PCB. Esta certeza dava ânimo ao partido para mobilizar seus parlamentares no sentido de demover as lideranças sindicais de seu projeto de um partido político próprio, como nos narra Freire:

> "em 1978, Goldman, Modesto, Marcelo Cerqueira e eu, (...) fomos ao Encontro de São Bernardo onde se falaria da criação de um partido ou de um movimento, no que já era o ensaio de estruturação do PT. Nesta reunião nos colocamos sempre contra a idéia de que aquele movimento operário-sindical assumisse face partidária distinta da do partido das oposições (MDB). Contrapomos à idéia de um movimento isolado mais progressista a **necessidade da unidade para derrotar o regime militar**". "Para o PCB, todo aquele movimento deveria ser dirigido para o interior do MDB de modo a comprometê-lo com a emergência do novo ator que então se habilitava para a disputa do jogo político"[443].

Nem a observação da VO de abril de 76 de que

> "(...) novembro de 74 (...) produziu notórias conseqüências políticas, a mais importantes das

442. In VU/80, nº 23 (3). In Carone/82(a), p. 258. In Picchia/80, pp. 44/47; ggmm. VO/79, nº 155 (4). Freire/89, pp. 172/173; ggmm. In Corrêa/80, pp. 243/244; ggmm.

443. Freire/89, p. 172; gm.

> quais foi a ascensão da classe operária a uma posição de **primeiro plano** nas cogitações de todas as forças políticas (...)";

nem a de abril de 77 de que

> "(...) o movimento operário e sindical tem (que) (...) **romper definitivamente o círculo de ferro** que a ditadura consegue ainda sustentar em torno dele, e **intervir ativamente na vida política nacional** (...) **defendendo sua própria proposição política** e suas reivindicações econômicas e sociais";

e a de Corrêa em julho de 78 pregando a tarefa do sindicalismo autêntico como sendo a de "fazer com que o operário sinta a necessidade de, a partir de determinado momento, **ingressar num partido político**", "mesmo porque a função de organizar, dirigir, as lutas sociais profundas é função do partido político"[444], foram levadas em conta pelos seus próprios autores neste momento, quer no sentido de perseverar por uma FU confederativa institucionalizada, ou, em caso contrário, em optar pela proximidade, acima de tudo, com o proletariado emergente em 78-80. O PT e sua conformação eclética, expressão de significativa renovação no proletariado, na Igreja e na esquerda, não seriam vistos como mais do que uma das nefandas manifestações do velho *esquerdismo desviante*.

O PCB, todavia, mesmo falando numa unidade tão crucial quanto urgente com os liberais não deixaria de lutar pela própria legalidade. Um dos primeiros a tratar de maneira prática o tema foi Corrêa, que conclamou em outubro de 78:

> "(...) todo e qualquer trabalhador que desejar liquidar, realmente, a exploração dos trabalhadores por parte dos capitalistas deve, além de sua atividade sindical, praticar atividade partidária ingressando no PCB, que defende de forma conseqüente os interesses de todos os explorados".

Em novembro, o CC lançaria a palavra-de-ordem da legalidade: "nosso objetivo (...) é a (...) construção de um grande partido de massas (...)", "e para isso é fundamental que seja um partido legal". Antes houvera uma campanha insinuativa a este respeito na VO, tanto com *Inácio Pereira* em maio de 76 – que acreditava que assim como *não haveria hegemonia operária na sociedade sem o PCB*, também *não haveria democracia sem ele*; para tanto seria necessário "liberdade para a classe operária e portanto para o PC" – como com Prestes em agosto de 78. O primeiro sinal oficial de que a campanha estava prestes a deslanchar surgiu em junho de 77 com a CECC defendendo a legalização "como o **elemento básico** do processo de reordenamento democrático". O processo, todavia, não teve continuidade em função do dissenso interno. A *esquerda* só aderiria a ela em 80[55], lançando um

444. VO/76, nº 123 (1); gm. VO/77, nº 133 (8); ggmm. In Picchia/80, p. 40; gm.

cartaz comemorativo do 58° aniversário do PCB com a conclamação: *"Pela Legalidade do PCB!"*. Não foi só a *esquerda* que resistiu. À *direita*, Guedes oporia uma ainda mais longa resistência ao projeto declarando em julho de 78: "(...) creio que a postulação da necessidade de legalizar o Partido não seja **algo imediato, contrapondo-se (...) à unidade das forças de oposição**". Somente em 81 seu grupo aderiria à *postulação imediata* da legalidade, alguns deles movidos pela luta interna: a reconstrução do PCB/SP "somente poderá se completar e ser (...) plenamente (...) compreendido (...) com a conquista da legalidade (...)"[445].

As expectativas quanto às chances do PCB legal eram predominantemente positivas. Prestes, por exemplo, em outubro de 78 não previa um *boom* eleitoral mas alimentava expectativas quanto a um bom desempenho. À *direita* Guedes, mesmo distante da perspectiva legal imediata, observaria em fevereiro de 79 que *a respeitabilidade adquirida com a política democrática fez do PCB uma* "força acatada":

> "(...) justamente porque conseguiu vencer essa fase (sectária) de sua vida é que o partido dos comunistas (...) está seguro de que terá **peso e influência no encaminhamento de soluções para o povo**"[446].

Mas, nem tudo era flores. O CC depois das *quedas*, em dezembro de 75, numa atitude inédita, já havia admitido publicamente as dificuldades pela qual passava o partido ao criticar o *agravamento interno da persistência da ideologia pequeno-burguesa* em função do "nosso **desligamento da classe operária** (...)". Posteriormente, em setembro de 77, numa carta ao partido o próprio Secretário-Geral apontaria, em tom de crítica, que

> "(...) **nossa difícil situação orgânica é um sério obstáculo ao exercício do papel que nos cabe**". "Ao trabalho sistemático (...) nas empresas (...), preferimos muitas vezes os entendimentos de cúpula (...)".

A prática demonstrou que continuamos a subestimar o papel da classe operária na luta democrática. A *esquerda* concordaria: "**é muito débil a ligação de nosso Partido com a classe operária**", ***não conhecemos o que se passa no interior das fábricas*** *e sem estudá-las a fundo não podemos dirigí-la* Em dezembro, o CC *pisará em ovos* ao advogar o aumento do hiato entre "a influência política do PCB e sua precária organização" depois das *quedas* de 74-76. Em março de 78, *Jaime Santos*, em artigo intitulado *"As Lições de 56 Anos e o Partido do Futuro"*, caracterizaria a situação como "crítica". Prestes chegará a formular um apelo em agosto de 78 para salvar a organização: "os comunistas apelam a todos que se organizem (...)". Em novembro, tentando reverter o quadro pessimista, o CC

445. Corrêa/80, p. 156. [Resolução Orgânica de Novembro /1978] p. 302. In VO/76, nº 124 (8). In VO/78, nº 149 (5). N. Jun./77, p. 5; gm. DCB/80, nº 25 (9). In Picchia/80, p. 20; gm. [Nogueira, Marco Aurélio et alii /1981] p. xi.

446. In VO/78, nº 151 (8). In VO/79, nº 155 (8).

anunciará que *o Partido está ativo e atuante*. À *esquerda*, porém, insistia-se no problema –

> "é **considerável o número de comunistas que estão fora de combate** por vários motivos alheios a nossa vontade: prisões, falecimentos, (...) idade avançada, desânimo e acomodação (...). Se o Partido não cuida de sua renovação (...) sente dificuldade em difundir as suas idéias (...)" –

e, em 79, partia-se para o ataque à *direita*:

> "o PCB (...) para avançar rumo a seus objetivos, necessita superar sérias dificuldades, entre as quais se destacam a sua fraca ligação com as massas proletárias e sua **insuficiente assimilação da ideologia da classe operária**".

A *direita*, ainda vivendo seu *boom* interno, admitiria através de Temer em fevereiro de 78, sem descer a detalhes, a existência de uma "barreira que nos separa da nossa base social (...)", limitando-se a pregar "um grande partido de massas com base na classe operária". Sob nova direção a partir de 79 a VO *choveria no molhado* ao "reconhecer a situação difícil (...) do ponto de vista organizativo"[447].

2- A Luta Interna (1980-82)

O primeiro sinal de alerta sobre a divisão interna do partido surgiria em setembro de 77 através de um comunicado do CE/SP: "o maior risco a ser evitado no processo de reorganização do partido é a quebra de sua unidade política, ideológica e de ação"[448]. Em termos orgânicos, o partido experimentava ao par da retração da máquina uma reacomodação interna em função do vácuo de poder deixado pela fuga do que restara do CC para o exílio, que seria, em termos políticos, complementado pela emergência de movimentos sociais sem a ingerência partidária ou sob sua influência marginal. Estes elementos combinados ao processo de esvaziamento do Secretário-Geral e da autonomização crescente de seus ex-seguidores comporia o quadro para o acirramento das divergências no CC que levariam ao afastamento de Prestes e à consolidação de uma nova hegemonia interna nos anos 80.

O projeto comunista-democrático assumiria então um perfil mais claro do que aquele projetado em 58/67, marcando todo o decorrer dos anos 80. As mudanças resgatavam o coletivismo ensaiado em 56, mais uma vez sob a roupagem da luta contra o *culto à personalidade*, agora tentando atingir o líder

447. Res. Org. Dez./75, p. 246; gm. In VO/77, nº 138 (4); gm. DCB/77, nº 9 (7/8); gm. Res. Dez./77, p. 275. In VO/78, nºs 143 (5), 144 (5) e 149 (5). Res. Org. Nov./78, p. 301. DCB/78, nº 13 (8); gm. DCB/79, nº 19 (4); gm. VO/79, nº 156 (5).

448. Com. Set. SP/77, p. 26.

carismático enquanto encarnação de um passado autoritário e *desviante* que *impedia a renovação democrática do PCB*. Não se tratava de uma inversão hierárquica do centro de decisão do partido, mas de purgar o partido dos erros do passado através de uma visão colegiada do poder interno, materializada, inclusive, num plano de expansão/renovação do partido em 72:

> "o modelo de planejamento que estamos realizando é uma autocrítica dos erros e falhas (...) oriundos de concepções que têm raízes no sistema do culto à personalidade. (...) É preciso travar a luta ideológica (...) para que o (...) PLACCOMPE se imponha"[449].

Posteriormente, todo este processo seria direcionado contra a figura de Prestes assim que este tornasse clara sua contrariedade com o rumo dos acontecimentos. A dissidência *prestista* forneceria uma excelente oportunidade para o novo centro dirigente restaurar a credibilidade do *centralismo-democrático* sob a forma de um *coletivo descentralizado*[450] *e democrático*. A persistência da tendência coletivista nos anos 70-80 se deve principalmente à ausência de um nome capaz de substituir Prestes no comando do partido. Sem as tensões surgidas após 75, e sem a reação intempestiva do Secretário-Geral, é possível que tudo se passasse naturalmente até a debilitação física de Prestes e sua substituição *por motivo de saúde*, como era praxe no MCI.

As *quedas* precipitaram tudo; foram um verdadeiro terremoto na vida do partido não só pela desestruturação da *máquina* mas, como bem salientou Carone, pelo fato do PCB ser um *partido nacionalmente fechado com escasso e localizado contato com o exterior*. Outras experiências de abrigo no exterior, entre 36-39, depois da *Intentona de 35* e do advento do Estado Novo, e no pós-64, quando o fluxo de saída de *quadros* adquiriu uma proporção nunca antes experimentada[451], não teriam a proporção qualitativa e quantitativa da experiência de exílio prolongado dos anos 70. Nesta ocasião, pela primeira vez em sua história, o partido terá quase toda sua direção nacional no exterior – excetuando *Geraldão*, Amaro Valentim e mais dois. Também pela primeira vez desde a consolidação do *prestismo* a *direita*, através de um quadro histórico, mas sobretudo por meio dos assessores *contaminados* pelo *eurocomunismo*[56], assumiria um papel crucial na condução da política partidária através da VO ou diretamente na redação dos documentos dessa fase.

Internamente, o efeito do vácuo dirigente foi igualmente *revolucionário* sem que os dirigentes exilados, e até mesmo os protagonistas desse processo, se dessem conta. A idéia de construção de um *novo partido* enquanto este estava sendo *de fato* construído a partir de baixo é o maior sintoma disso nos escalões superiores da organização. Como nos revela Vinhas,

---

449. In VO/72, nº 86 (2).

450. A idéia de descentralização já aparecera na Resolução de Organização da Conferência Nacional de 62 sob a proposta da *relativa autonomia dos CEs* em nome das *diversidades regionais*. (Apud Vinhas/82, pp. 219/220)

451. Carone/82(a), p. 9. Segatto et alii/82, p. 147.

> "uns achavam que os comunistas que permaneciam no país eram reformistas, outros justamente o contrário (...). Uns e outros (...) (subestimavam) os segmentos sociais que asseguraram, internamente, a sobrevivência do PCB, e os quadros que o reorganizaram"[452].

Se, por uma lado, algumas estruturas mantiveram-se extremamente fechadas às influências modernizantes – caso do CE/GB[453] –, de outro, o vácuo levou à ascensão de novas lideranças oriundas dos movimentos sociais de classe média. A ascensão de muitos jovens egressos do ME ou do sindicalismo bancário em estados menores, e mesmo em SP, representando papel fundamental na reconstrução do partido, atestam a profundidade do fenômeno.

Se podemos falar numa *dicotomização dos processos de militância*, tal como o fez Carone[454], ele se refere mais aos reflexos da ascensão interna das novas lideranças do que à oposição doutrinária entre *esquerda x direita*. É verdade que a *direita* melhor absorveu este fenômeno da revolução interna dos costumes, mas sua ocupação dos espaços vazios ou seu combate às estruturas cristalizadas deixavam muito a desejar[57]. A dissensão no CC, gerando uma inédita disputa nas bases como nunca antes havia-se experimentado – mesmo em 66-67 quando a direção desmoralizada fez muitas concessões aos organismo inferiores –, possibilitou a sobrevida dessa experiência por uns 2 ou 3 anos depois do regresso dos exilados.

As correntes em choque nesse período a grosso modo, levando em conta a classificação de Carone[455], podem ser caracterizadas como três: a *prestista*[58], cujo atributo essencial era o residual carisma de Prestes, sua devoção nacionalista e sua filiação soviética; a *centrista*, liderada por seu ex-aliado Giocondo Dias cujo carisma apesar de nulo era compensado pelo conhecimento da *máquina* e por sua figura de fácil circulação; e a *eurocomunista*, apoiada em Armênio Guedes e inspirada no PCI.

Prestes manteve algum controle sobre a máquina até quando esteve coligado a Dias, ou seja, até quando o primeiro teve disposição de trilhar o lento abandono do programa nacional-reformista com hegemonia operária de 67, conduzido coletivamente pelos ex-integrantes de sua *corte*, rumo ao comunismo democrático. A *nacionalização* encarnada por Dias, Corrêa, Malina, Siqueira, Guedes e outros encontraria a resistência de Prestes, sintomaticamente, no exílio moscovita. Mesmo com seu prestígio profundamente arranhado em Moscou, Prestes seguiria sendo, como diria Corrêa, "o homem do PCUS dentro do PCB"[456] e por isso pode usar sua influência entre os soviéticos para minar seus

452. Vinhas/82, p. 3.

453. O CE/GB foi um dos poucos organismos sobreviventes à repressão e manteve razoável controle sobre seus organismos subordinados, embora ao preço de uma quase total inação política.

454. Carone/82(a), p. 9.

455. Id., p. 10.

456. Corrêa/94, pp. 64/113. Um dos indícios disso apareceu quando da convocação do VII CONGRESSO, em abril de 79, em que, embora eleito presidente da comissão de Tese, fora encarregado da redação da parte internacional. (N. Mai./80, p. 14)

adversários[59].

Nada disso, porém, evitaria o avanço das pequenas mudanças que fariam de Dias, um dos arquitetos do *aggiornamento* de 56-58 e de 65-67, o *condutor* do novo processo de *modernização* do PCB em parceria, até certo ponto, com Guedes. Este, um dos pioneiros da *concepção democrática* no MCB, reuniria força para ameaçar Dias mas seria bastante prejudicado pela característica *politicista* do debate interno.

a) dissidência *prestista*

O primeiro choque entre Dias e Prestes data de 68[60], quando a discussão de um documento que propunha uma *saída democrática para o impasse* levou Prestes a defender a *luta imediata pelo socialismo*. Diante de um confronto iminente, o CC não chancelaria nenhuma das duas visões, deixando o Secretário-Geral bastante contrariado[457] – muito provavelmente isto se refletiu em sua resistência em partir para o exílio em 71 deixando a SO, então dirigida por Dias, sem nenhum tipo de controle pessoal de sua parte. As divergências políticas, desde então, se agravariam paulatinamente.

Em março de 71, por ocasião do 49ª aniversário do partido, Prestes defenderia em artigo à revista *Estudos* nº 2, depois de descrever o caráter pluto-reacionário do Estado brasileiro:

> "é esse Estado que precisa ser **golpeado** (...), em seguida, ser efetivamente **destruído**, (...) abrindo para nosso povo o caminho para a democracia e o socialismo". "(...) O que cabe (...) às forças revolucionárias é prepararem-se para intervir de maneira (...) independente e eficiente em qualquer crise política".

A vitória viria se se aceitasse *a verdade de que não existe dificuldade intransponível para um comunista, se forjarmos a unidade dos melhores combatentes e se planificarmos com acerto nosso trabalho*. Em 72, sintomaticamente, ele seria um dos poucos a reafirmar, com a guerrilha urbana já liquidada, a necessidade da preparação do partido para **todas as formas de luta**. No exílio, nos narra Melo, esta tendência se aprofundaria:

> "quando eu cheguei em Moscou, em maio de 75, trabalhei com Prestes no nosso escritório em Moscou que funcionava numa sala de um hotel do PCUS (...). Já haviam se passado 4 anos desde meu último encontro com ele, no Brasil, e ele estava bastante mudado politicamente. Para ele, nada havia mudado no país: a abertura do regime não passava de uma tapeação para *desarmar* a oposição e depois golpeá-la, o fascismo iria imperar em toda América Latina e na França também – naquele tempo o PCF inclinava-se pela política do *comunismo europeu*. Só em meados de 77 ele se convenceu que estavam ocorrendo mudanças no país. No entanto, ele

457. Vinhas/82, p. 246.

> me deu para ler um artigo de um marxista norte-americano que falava na *impossibilidade de uma saída burguesa para a superação do fascismo na América Latina*: *somente o socialismo, através de uma revolução popular que derrubasse a ditadura, poderia garantir um futuro democrático para os países do continente*".
>
> "Prestes me pareceu, nesse período, um pouco abalado pessoalmente. Havia, então, uma projeção de outras lideranças latino-americanas no cenário internacional (...); era o caso dos PCs chileno, argentino, uruguaio e os da América Central. Os líderes destes partidos estavam em maior evidência do que Prestes. Havia como que um esvaziamento de sua figura face aos novos *heróis* do Continente e ele estava chegando ao fim da vida; completara 80 anos ali no exílio, sob esse clima adverso à sua psicologia. A ser verdadeira a análise que fazíamos (no CC), não havia perspectiva de revolução mas da reconquista da democracia onde nos cabia um lugar junto com outras forças. Não havia sinais de que estaríamos na *crista da onda*".

Em agosto de 77, Prestes já estaria na ofensiva para retomar o controle do partido defendendo a remodelação da organização em função da *infiltração policial* e da *acomodação dominante*. Seu projeto era o de construir um *partido verdadeiramente revolucionário* sem se apoiar na estrutura antiga, e, para tanto, calculava em 10 anos o tempo de maturação. A reação contrária foi instantânea, todos consideraram "um pouco mirabolante" a idéia, nos conta Melo, menos o grupo que o cercava[61]. Ele, então, reivindicou para si o contato com o partido no interior do país indicando Anita, Marly e Salles para realizá-la – mesmo antes de obtê-la, nos revela Reis, ele teria enviado ao país uma delegação para reorganizar o partido sem o conhecimento do CC[458].

No interior, o clima era de disputa e dificuldade. Enquanto a *esquerda*, a partir de janeiro de 77, atacava os *desertores que semeiam o pânico* e "relutam em aceitar a disciplina partidária e a direção de operários", afirmando uma lealdade ao líder à moda antiga –

> "à frente do PCB, o camarada Prestes defendeu e **defende inconciliavelmente** a sua unidade e o fortalecimento de sua ideologia proletária. (...) Prestes **orienta com firmeza** o PCB pelos princípios do internacionalismo proletário" –,

a *direita* carioca bombardeava o projeto *prestista* –

> "(...) não se trata de criar um *novo partido*, a pretexto (...) da reação. (...) Não é a política repressiva que decide na existência do PCB, mas a sua capacidade de responder às necessidades políticas (...) do povo brasileiro (...)";

dizia Nemésio Salles – e o CE/SP debatia-se com o fantasma da auto-dissolução atacando a idéia de

458. [Prestes, Luís Carlos / 1971] pp. 116/119; ggmm. In VO/72, nº 87 (4). Melo/92. Carone/82(a), p. 9. Jaimovich/93. Reis/87, p. 68.

dissolver a direção para segurança do Partido[459].

Em agosto de 78, Prestes, ainda inclinado para *esquerda* e motivado pela *explosão* operária –

> "(...) já se pode afirmar que as greves em curso trouxeram uma **modificação de qualidade na situação**, a classe operária começa a aparecer como a **principal força política** na luta pelas liberdades (...)" –

parecia recuar de um confronto iminente declarando buscar o *equilíbrio interno*. Sua conclamação, no mesmo mês, para que todos votassem "no candidato de **sua escolha** visando (...) a derrotar (...) os candidatos da ARENA"[62] era uma amostra significativa das concessões que ainda estava disposto a fazer para recompor sua autoridade pelo *centro*. Sua *prudência* daria frutos em outubro quando obteve a indicação de Salles como Coordenador do CC no exterior – cargo *ad hoc* para satisfazer suas expectativas pois nunca houvera antes. Sua manobra parecia poder anular a resistência de Dias e do Secretariado para seu plano de mudanças radicais[460].

Mas, em janeiro de 79, um inesperado e surpreendente episódio envolvendo sua filha e Salles[63] poria tudo a perder, precipitando a destituição deste último do cargo recém-conquistado sob a alegação de *graves problemas em sua conduta pessoal que poderia comprometer a imagem do partido*. Depois disso Prestes se recusaria a participar das reuniões do CC mesmo estando encarregado da redação da parte internacional das Teses para o VII CONGRESSO[461].

Nesse momento, a *esquerda* iniciaria uma verdadeira cruzada contra o *divisionismo* tendo como alvo *as tendências* "aberturistas" *que relaxam nas normas de segurança*. O Estatuto seria evocado – "zelar ativamente pela unidade (...) do Partido, é dever de todos (...), conforme o Artigo 3º dos Estatutos" – e defendería-se, em nome da segurança, a *estanquização* da organização – uma fórmula, na verdade, que visava mais a preservação da integridade do CE/GB diante de um possível CC hostil do que efetivamente a segurança às vésperas da anistia. A intenção política do DCB era clara, no meio dos ataques, sintomaticamente, assinalava-se a crescente popularização da campanha pela anistia junto à *crescente popularidade* de Prestes. O alvo mais visado seria a VO, por meio dos documentos do próprio CC e pela alegação de que se encontravam *afastados do país*. Ideologicamente, a disputa era representada pelo operário, retratado como um militante *mais dedicado, perseverante e disciplinado* do que o pequeno-burguês, que comporia a redação da VO. Isto patentearía-se na *falta de espaço para os problemas da classe operária e do campo socialista*, e na veiculação de matérias que *não correspondiam à política em vigor*, causando "confusão às fileiras partidárias". O estilo *elitista* da

459. DCB/77, nºs 6 (6) e 10 (3). Salles/77, p. 236. Com. Set. SP/77, p. 26.
460. In VO/78, nº 149 (5); ggmm. Jaimovich/93.
461. Jaimovich/93.

O clima no CC, porém, era de conciliação e não de guerra. O novo grupo majoritário que estava para se consolidar não só não desejava dar uma demonstração de intolerância à moda do MCI, como preocupava-se com os possíveis prejuízos orgânico-políticos em função da defecção de Prestes – tanto internamente, no equilíbrio entre o *centro* e a *direita* e na defecção de muitos quadros, como externamente, no prestígio do próprio partido –, por isso procurava preservá-lo de qualquer constrangimento evitando confrontos e tecendo-lhe elogios, como o de Salomão Malina em março de 78:

> "o PCB tem um líder carismático (...) que não foi inventado por ninguém, pois tem uma história vivida. Sua presença no Partido tem um **peso sério**, e nós o levamos na **devida conta**. Mas, dos anos 50 para cá, nosso Partido tem procurado fazer um esforço no sentido de melhorar (...) os processos **coletivos** de direção. (...) De um modo geral, o camarada Prestes colocou-se de acordo com as posições majoritárias – e isso foi muito bom. Se não tivesse sido assim, certamente nossas dificuldades teriam sido muito maiores. Sua grandeza esteve nesse fato de não procurar sobrepor seu **prestígio** ao **coletivo** do Partido".

Mesmo em agosto de 79, após o episódio Salles, a VO ainda refutava o JB quanto ao dilaceramento interno do PCB defendendo Prestes quanto à política de conciliação implementada em 45. Até às vésperas do rompimento *prestista*, mesmo cientes "das intenções de Prestes de fundar um novo Partido" como nos diz Corrêa, tanto o *centro* quanto a *direita* procuravam evitar o pior: Prestes "votou a favor de todas as resoluções políticas (...) aprovadas em nossas reuniões (...) no exterior"; cutucava Corrêa em fevereiro de 80 no JB; *Prestes defende o PMDB como a melhor expressão da frente democrática e a legalidade como uma campanha que deve ganhar as ruas no bojo da luta contra a LSN, opiniões coincidentes com a de outros membros do CC*; conciliava a *direita* no 1° número do jornal legal *Voz da Unidade* (VU), lançado em março no dia em que a carta *fracionista* vinha a público (dia 30); "(...) o camarada Prestes goza da confiança dos trabalhadores com consciência de classe"; emendava o DCB, aparentemente sem saber das intenções de seu líder[463].

Ao mesmo tempo em que contemporizava com o *velho* o CC dava continuidade às *mudanças*. Em março de 78 Malina concederia em Roma a primeira entrevista aberta de um dirigente comunista que não Prestes em quase 15 anos[464]. Isto, evidentemente, não acontecera por acaso, antes visava quebrar a reprodução de um velho hábito[64] de identificar o partido com seu Secretário-Geral e de reserva-lhe, conseqüentemente, um tratamento especial[65].

Nada disso, no entanto, impediria o pior. Politicamente sua tese do *fracasso da revolução burguesa no Brasil* e sua *perspectiva proletária da revolução democrática*[465] não se coadunava com a

463. In Picchia/80, pp. 32/33; ggmm. VO/79, n° 161 (8). In Carone/82(a), p. 255. VU/80, n° 1 (7). DCB/80, n° 24 (4).

464. Picchia/80, p. 7.

465. Carone/82(a), p. 10.

maioria esmagadora do CC ao mesmo tempo em que ganhava forca com a emergência operária no ABCD. Embora fosse de se esperar que sua vocação caudilhista não lhe facilitasse a acolhida no conjunto da esquerda que pretendia reunificar para reconstituir o *verdadeiro* PCB, aquele do pré-64, os incentivos partidos de seu círculo íntimo para retomar seu espaço no MCB, convencidos de que se havia perdido as rédeas da direção nem por isso perdera seu prestígio nas bases do partido e na sociedade, compensariam em muito as más expectativas. Prestes, porém, dependia muito mais de seu meio-ambiente, a *máquina* partidária, do que se podia prever. Aquilo que fora verdade para muitos outros comunistas ao longo de décadas, ao cabo revelara-se válido também para seu maior expoente. Longe do comando partidário e, pior, com ele rompido, Prestes perderia grande parte do encanto que ainda lhe restara. Não só seus inúmeros erros passariam a ser citados pelo PCB, como ainda não seriam abafados entre os novos aliados que pretendia conquistar, muitos dos quais vítimas da *máquina* que comandara desde 45. Incapaz de romper com sua mentalidade dogmática e de conviver com um poder colegiado, no PCB ou fora dele, cuja inclinação era cada vez mais acentuada quer para a conciliação quer para o reformismo, ou seja, completamente fora do ideal revolucionário-tenentista em que se formara, restava a Prestes um papel mais decorativo do que efetivamente influente. *Entrar para a História antes de morrer* ganharia uma conotação terrivelmente diferente depois de sua saída do PCB.

Embora tivesse se dado ao trabalho de se submeter a um exame com o psiquiatra do partido, Nikoden Edler, para obter um laudo atestando sua plena capacitação mental antes do lançamento da Carta, Prestes não seria tão meticuloso na articulação interna – provavelmente por uma questão de estilo e incompetência dos que o cercavam, a maioria nomes subalternos na estrutura partidária. Mas deveria, pois a *Carta aos Comunistas* era uma verdadeira declaração de guerra ao CC e à hierarquia interna. Confusa quanto a sua disposição de continuar na luta interna – a Carta tornara-a irreversivelmente pública, o que ele condenara desde o início ao reclamar dos pronunciamentos de dirigentes na "imprensa burguesa" que não se inibiam tampouco diante dos assuntos partidários "reservados" – ela ia se tornando clara à medida em que suas ácidas críticas afloravam. Começava ele, em sua peça demolitória, por caracterizar o estado atual do PCB no melhor estilo conspirativo do MCI:

> "(...) o **inimigo de classe** (...) pretende agora **minar o PCB a partir de dentro**, transformando-o num **dócil instrumento (...) de legitimação do regime**", "(...) **num partido reformista** (...)". "Diante de tal situação não posso calar por mais tempo".

A seguir fazia referências imprecisas a *graves fatos* que estariam "impossibilitado de revelar de público" em função da "situação de clandestinidade em que nos encontramos" e partia para a célebre insinuação de *desqualificação moral* dos membros da direção que estariam levando "o PCB à **falência em todos os terrenos**". Mesmo considerando-se "(...) o principal responsável pelos erros e deformações existentes no PCB", Prestes não se propôs a "a analisar as causas profundas que

em todos os terrenos". Mesmo considerando-se "(...) o principal responsável pelos erros e deformações existentes no PCB", Prestes não se propôs a "a analisar as causas profundas que determinaram (...) (tal) situação". Tampouco se aprofundaria sobre a trajetória partidária no imediato pré e pós-64, muito embora admitisse a *culpa do partido na adesão de parcela tão ponderável da juventude à luta armada* – tabu que a maioria dos *renovadores* não ousava mencionar. Sua descrição da mecânica interna de produção dos *documentos consensuais* – especialmente o de outubro (novembro) de 78, recusado por apenas 2 membros do CC e, posteriormente, desmentido pelo de maio de 79 diante do repúdio de Prestes[466] – seria igualmente uma fuga de sua ortodoxia, uma novidade explicada em função do papel inusitado que se vira forçado a assumir: o de dissidente.

O mais importante, porém, em sua carta, até pelo alcance histórico de sua percepção sobre a crise partidária, eram os ataques à orientação política em voga:

> "(...) a orientação política do PCB está superada (...), o que vem sendo refletido na (...) **ausência dos comunistas na vida política nacional** de hoje". Não podemos nos restringir à luta pela "**suposta *democracia***" – "abstrata e acima das classes" – "que nos querem impingir os governantes". "Não podemos concordar com uma situação que assegure liberdade apenas para as elites, em que a grande maioria da sociedade continue na miséria (...)". Um "pacto com a burguesia" *em que seríamos* "o **freio** dos movimentos populares". "(...) Para os comunistas, a luta pelas liberdades políticas é **inseparável** da luta pelas reivindicações econômicas e sociais das massas (...)". "Seria (...) abdicar de nosso papel revolucionário tratarmos apenas dos entendimentos *por cima* (...), esquecendo-nos que (...) o fundamental é a organização, a unificação (...) da classe operária (...)", *única capaz de compelir os liberais a* "se **definirem com mais clareza**". "Não podemos (...) compactuar com aqueles que defendem ***evitar tensões***, freando a luta dos trabalhadores em nome de **salvaguardar supostas alianças** com setores da burguesia".
>
> "(...) Para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática (...) é necessário que se unam as forças de *esquerda* (...) no trabalho decisivo de organização das massas (...) Será a constituição em nosso País, pela primeira vez, da unidade de diversas forças que lutam pelo socialismo".

O CC era acusado de erigir as resoluções do VI CONGRESSO a "um dogma indiscutível" enquanto, na verdade, as reduzia a mera efígie. Aqui os *prestistas* cometem um erro grosseiro: primeiro o de considerar o VI CONGRESSO como um marco capitulacionista[66]; segundo, como conseqüência do primeiro, o de possibilitar ao CC a identificação com uma resolução amplamente aceita pelos militantes mas, de fato, reduzida por ele a pouco mais que *etapismo*[467].

466. [Edler, Nikoden /1988]. Prestes/80, pp. 319-324/329; ggmm.

467. Id., pp. 320/325/327/328; ggmm.

A razão para este posicionamento de Prestes se deve ao aprofundamento do viés reformista/etapista de 58 promovido pelo VI CONGRESSO e mal dissimulado pela idéia de *democracia de massas*. Prestes opunha à perspectiva de 58/67 a proposta de *luta imediata pelo socialismo*, mas, à semelhança do observado com seus agora inimigos do CC, também era forçado a defender a adoção de *medidas parciais e emergenciais para minorar o sofrimento dos trabalhadores contra a fome, a carestia e o desemprego, conscientizando-os e organizando-os para posteriores conquistas* – esta seria a "bandeira principal da campanha pelas liberdades democráticas". Mesmo esvaziando as *liberdades* de seu conteúdo *abstrato*, seu programa imediato – que previa imposto de renda direto e progressivo, controle das instituições financeiras (com eventual nacionalização), combate à inflação, criação de fundo para o desempregado e mudanças na estrutura sindical – não preparava as *massas* para qualquer *revolução socialista*, antes prenunciava a continuidade do lento processo de *acumulação de forças* no qual o PCB se empenhava desde 22. Apenas, e isto é crucial em se tratando de um movimento comunista, produzia-se um discurso anti-burguês no lugar da pregação da *unidade democrática*. A burguesia com Prestes aparece com sua face horrenda, empenhada, acima de tudo, em prosseguir no modelo "selvagem" de acumulação, seja para *maximizar a super-exploração da mão-de-obra*, seja para, em função da crise econômica, *defender suas margens de lucro*. *Seus super-privilégios não podem conviver com a democracia*, era a conclusão a que chegavam – o que, curiosa e contraditoriamente, remetia-os à perspectiva de que a democracia **em si** era *revolucionária*. Ao par das *taras do sistema*, todavia, eram eles forçados a admitir que os *trabalhadores continuam mal organizados e pouco conscientes*[468], como também faziam os *pecebistas*.

Em termos práticos, o que se fazia era retomar a estratégia de 67, expurgada do *etapismo*, dando vazão a um discurso crítico ao sistema e não apenas ao *regime militar*. Tal posicionamento, no entanto, apesar de evasivo quanto à questão democrática não tinha nada de efetivamente revolucionário. Sua pauta era até mais avançada se comparada ao dos *pecebistas*[67], mas nada que justificasse o repúdio absoluto ao VI CONGRESSO ou sua auto-denominação como revolucionário.

O diagnóstico quanto ao CC, todavia, era mais preciso:

> *para o CC, "fazer política* significa apenas rejeitar em palavras o capitalismo, ruminando (...) sumárias noções ideológicas (...) e prestar **homenagens retóricas** à Revolução (...) Para impulsionar o movimento é preciso **mover-se"**.

O que justifica a defesa de um PCB é o fato de que uma alternativa renovadora só poder ser afirmada com base no socialismo. A crítica da rotina partidária, *historicamente tendente à burocratização*[469], chega a ser surpreendente.

468. [Prestes, Luís Carlos /1982] pp. 341-343/345/349-351.

469. Prestes/82, pp. 351/352; ggmm.

Mesmo com um diagnóstico tão percuciente e passível de sensibilizar parcelas importantes do partido, pouco poderia ser feito em proveito da dissidência sem se abandonar a posição igualmente hierárquica e burocrática de Prestes em relação às *bases*. Foi inócuo apelar aos militantes que tomassem "os destinos do movimento comunista em suas mãos", rompendo com a hierarquia e iniciando a eleição de novas direções da *base* ao CC, sem levar em conta as próprias expectativas destas sobre o futuro do MCB. Se isso fosse feito com certeza o programa de 67 não teria sido responsabilizado pelos fracassos do partido desde então. A crítica do *etapismo*, como sempre fizera a tradição *pecebista*, deveria nascer a partir de uma nova leitura de 67 se quisesse efetivamente lutar por um pedaço do espólio do PCB. Duas ordens de problemas impediam Prestes de perceber a questão, além da já mencionada nostalgia revolucionária que lhe rondava o espírito: a primeira é que o Secretário-Geral nunca prestara muita atenção às bases, a segunda é que não tinha tempo a perder e já o perdera demais. Sua pressa e sua desatenção ao militante anônimo impediram-no de reparar, ou entender, o influxo rejuvenescedor acontecido entre os militantes de base e mesmo alguns dirigentes intermediários durante sua ausência do país. Esta nova parcela ansiava por novas relações internas de poder e não podiam aceitar mudanças que não sinalizassem neste sentido. Não bastaria, como não bastou, falar abstratamente em *respeito às bases*, *democratização*, ou simplesmente condenar a "*arrudização*" do partido[470] sem contrapartida num novo discurso doutrinário e sem mostrar efetiva disposição para ouví-las. O *Cavaleiro da Esperança*, mais do que ninguém, precisava proclamar sua adesão a novas formas de organização – a Dias e os *centristas* bastou insinuá-las deixando que os *eurocomunistas* a propagandeassem mais ou menos sem interferência até 81. Assim conquistaram se não a confiança pelo menos a cumplicidade dos novos aderentes. Esta operação poderia ter sido tentada por Prestes sem que esse corresse o risco de perder o apoio da maioria ortodoxa, que Dias acabou por conquistar.

A pressa e a confiança num desenlace favorável, por outro lado, levaram-no a não precisar os caminhos por onde deveria transcorrer a luta política. Ao mesmo tempo em que carregava nas acusações difamatórias contra os dirigentes, sinalizando uma ruptura total, chamava ele as *bases* para se *fazerem presentes no VII CONGRESSO transformando-o num palco de discussão e cobrança dos erros da direção*. Considerando-se fora da direção em função da "idade já avançada", clamava por *normas rígidas de segurança* acreditando, todavia, que o congresso não poderia ser democrático na clandestinidade: "seria uma farsa, inaceitável". Propunha, então, o desencadeamento de uma campanha pela legalidade que deveria envolver *todos os militantes* iniciando "entre os comunistas, tanto dentro, como fora do PCB, um amplo processo de análise autocrítica das posições das diferentes forças de *esquerda* e, em particular, do PCB"[68]. Estas imprecisões aparentavam falta de rumo e devem ter contribuído para a parca adesão obtida pelo Secretário-Geral dissidente tanto no CC – onde apenas 5 pessoas o acompanharam (entre outros Agliberto, Anita, Marli e Bezerra)[471] – quanto nas direções

470. Prestes/80, pp. 322/323/331.

471. Id., pp. 323/324/329. Coutinho/94.

intermediárias e nas *bases*.

A resposta do CC apesar de firme será cautelosa preocupada em não ferir suscetibilidades à *esquerda* – que além de perder um referencial de enorme importância ficara desfalcada na composição da CECC, não obstante esta contar com 2 *centristas* com leve inclinação para a *esquerda* (Malina e Melo). Logo após o lançamento da Carta a CECC improvisou uma resposta publicada no segundo número da VU, em abril, assinada por seus 4 efetivos (Dias, Melo, Guedes e Malina) e 1 suplente (Corrêa)[472] que substituíra Prestes, onde fazia questão de frisar que se dirigia aos militantes e não à *nebulosa* de "*esquerda*" como fizera Prestes. A tônica, malgrado o perfil de seus verdadeiros autores, era a defesa da *máquina* e da política de 67:

> "(...) não é possível contestar a legitimidade do CC do PCB. **Um PC é inconcebível sem direção**". "Quando (...) Prestes (...) conclama (...) as bases (...) a promoverem a sua dissolução (do CC), (...) **agride a noção mesma de PC**". "A legitimidade do CC (...) não emana apenas (...) (dos) preceitos estatutários. Ela **emana da fidelidade à linha política adotada pelo 6º Congresso** (...)". "Neste momento, importa menos defender a atuação da direção (...) do que a política do 6º Congresso. É aí que reside o **fundo da questão**. (...) Trata-se de uma linha que **condena** (...) a busca de **perigosas tensões** como método obsessivo de um suposto caminho revolucionário".

Não acreditamos que a derrota da ditadura dê lugar a um governo anti-monopolista e anti-latifundiário. Depois de qualificar o procedimento da Carta como *anárquica* e suas sugestões como *caóticas*, a resposta acena com a realização imediata do VII CONGRESSO para a promoção de um consenso sob um *debate liso*[473].

A resposta definitiva seria feita numa Resolução e numa Nota publicadas no 8º número da VU, no final de maio, e continha pouca novidade além da decisão de afastar Prestes da Secretaria-Geral alegando vacância do cargo e substituí-lo por Dias[474]. Repetia-se a ênfase na *defesa do VI CONGRESSO* – os membros do CC denominavam-se "dirigentes (...) eleitos pelo VI CONGRESSO" – deixando-se mais claro as implicações desta defesa nas saudações, quando a FU aparece no topo, à frente da *classe operária*. Admitia-se as transformações havidas no país, mas consideravam que isso

> "não impede que ela (a direção) cumpra com seu dever de defender a orientação do VI CONGRESSO, a qual (...) não foi superada (...)". "(...) O que (...) Prestes propõe como alternativa programática (...) é o programa estratégico (...) que corresponde a uma **fase ulterior da vida política brasileira (...) após a derrota (...) da ditadura**".

472. Essa composição expressava a maioria *centrista* contra apenas 1 representante da *direita* (Guedes). A redação da Nota, no entanto esteve a cargo dela através de Guedes, Coutinho e Malin. (Coutinho/94)

473. In VU/80, nº 2 (3); ggmm.

474. Segundo Reis, na verdade Dias fora escolhido ainda no exterior para o caso da demissão de Prestes. (Reis/87, p. 68)

Prestes chega ao Rio, vindo do exílio moscovita, em 20 de outubro de 1979

Dias é empossado Secretário-Geral em 1º de maio de 1980

In Segatto et alii/82, pp. 162/166.

Tampouco assumia-se as responsabilidades evidentes pela adesão maciça da juventude à guerrilha em 66-68[475].

Seguro de que a dissidência não conseguiria ampliar suas bases de apoio, Dias romperia a *trégua* unilateral e atacaria Prestes acusando-o de ter apoiado uma *articulação golpista em torno da anti-candidatura do General Monteiro*[69] à Presidência da República em 78. Nenhum debate efetivo, no entanto, sobre as colocações de Prestes ou sobre sua destituição seria promovido, fora aquele monitorado na estrutura partidária, apesar de extratos de sua carta terem sido publicados em abril – algo que devesse, talvez, ser creditado mais à redação da VU, sob o controle da *direita*, do que ao CC. Apenas em junho aparecem cartas de Zélia Mendes, de SP, atacando o *culto* e Jeanete Gouveia, do PR, defendendo Prestes, mas logo depois desaparecem[476].

No DCB, ainda clandestino, expressariam-se o posicionamento das bases, mas apenas daquelas alinhadas com a maioria. Nelas podia-se notar o mal estar da *esquerda* com o *prestismo*. O Comitê *Louis Pasteur*, provavelmente um coletivo de médicos – o único sobrevivente entre os 115 organismos emudecidos pelo golpe que esteve em condições de manter a edição de um jornal clandestino –, por exemplo, desmascararia o mito de Prestes elencando um *conjunto de erros históricos que o envolvem enquanto Secretário-Geral* em 45, 48, 50 e 64, "pelos quais o CC atual não pode ser incriminado". Ao mesmo tempo que escolhia Prestes para *judas* e livrava o CC de suas responsabilidades, a *base* mandava um recado claro enaltecendo o papel dos que, no país, *pagaram com a vida, ou muito sofrimento, o gesto de resistência.* Outro comitê, cujo nome não é citado alegando-se *motivo de segurança*, acusaria os exilados de *falta de informação sobre a resistência interna*, o que explicaria a *luta interna cupulista* da qual as *bases tomavam conhecimento pelos jornais*, rechaçando ainda a insinuação dos *prestistas* de que o PCB seria *terra arrasada*. Para o comitê anônimo, a luta interna estava provocando um retrocesso no partido em função do abandono das tarefas que provocava. Um novo comitê inominado, mesmo condenando Prestes em função do "desrespeito pelos princípios de organização leninistas", se recusaria a despejar-lhe a culpa por todos os males: "nenhum comunista (...) deve atribuir a ninguém, nem a nenhum coletivo, a responsabilidade por todas as dificuldades existentes. Esta seria uma forma de fugir às suas próprias responsabilidades"[477] – em comum com a visão do comitê *Pasteur* o CC não poderia ser culpado pelos erros do partido.

A *esquerda* evitou o quanto pode a publicização da crise interna, por razões conhecidas – preferiam um debate longe da *imprensa burguesa* e o *tratamento das divergências ao nível da relação maioria/minoria no interior dos organismos* –, mas não pode agir de outra forma depois que Prestes a deixou, por assim dizer, órfã na luta interna, ademais *apunhalando-a por trás* com a *deserção* do

475.In VU/80, nº 8 (8/9/13/14); gm.

476.In VU/80, nºs 2 (4), 9 (9) e 10 (2).

477.In DCB/80, nº 26 (6/7).

responsável do CE/GB pelas finanças e propaganda que levou consigo 270 mil cruzeiros, na época, além das máquinas gráficas que estavam sob sua guarda. Seu fustigamento ao CC sob a forma de cobrança, no início de 80, das Teses e das Normas para o VII CONGRESSO prometido desde maio de 79, seria então abruptamente transformado em ataques ao *prestismo* e defesa do CC, com discussões até certo ponto surpreendentes sobre *o papel dos dirigentes no Partido e na luta pelo socialismo* – não obstante tudo estivesse amarrado à idéia stalinista da luta interna como uma "lei de desenvolvimento de nossa organização e **fortalecimento da sua coesão** e unidade", uma "**condição necessária** para o seu fortalecimento"[478].

Nesse processo emergeria um outro pólo de *esquerda* no interior do partido, localizado agora no importante estado de PE. Ele igualmente se manifestaria "em defesa da unidade do PCB" enaltecendo os que, no país, *continuaram organizando o Partido*, todavia apontando para uma reforma interna mais radical não hipotecando mais do que um apoio condicional:

> "defendendo a **reestruturação imediata, em todos os níveis**, do PCB, (...) os comunistas de PE (...) manifestam seu 'apoio crítico ao semanário VU' (...)". *A atual situação do PCB* ***resulta de*** **"deformações acumuladas durante anos** (...) pela **quase inexistência da prática democrática de alto a baixo** (...), pela **subestimação das bases** e dos militantes (...), mas sobretudo pela **ausência do controle das decisões do CC**, há longos anos afastado da realidade brasileira e da crítica (...) dos organismos (...) inferiores"[479].

Os pernambucanos se destacariam por um posicionamento combativo distinto do sustentado pelos cariocas não só pela crítica anti-burocrática, bastante próxima da formulada por Prestes, mas também pelas razões estruturais levantadas para explicá-la. Como eles, os gaúchos igualmente se inclinariam em direção a uma crítica mais desabrida do núcleo dirigente, muito embora àquela altura de quadros com a desenvoltura necessária para sustentar o debate público em torno dessas questões – Domingos Tódero[70], que cumpriria esse papel posteriormente, seria alçado à CE do CE/RS exatamente no ano da crise.

Os motivos que levaram *Geraldão*, do CE/GB, a não seguir Prestes podem ser inferidos de sua prática *aparelhista* que recusava *aventuras fora do partido*. A consciência da *superioridade histórica do Partido diante dos dissidentes* era para ele uma verdade acima de qualquer outra, daí o enclausuramento numa disputa pela máquina em si. Já o que levou Paulo Cavalcanti, expoente da *esquerda* pernambucana para quem não se podia excluir as esquerdas da FU, e Tódero a fazerem o mesmo deve ser explicado por razões opostas. Nestes casos, quer a ascensão, quer a manutenção do poder político interno dependiam da forte inserção interna do partido nos movimentos sociais (RS), ou

478. DCB/80, nºs 24 (2/3), 26(2) e 27 (1); ggmm.

479. In VU/80, nº 10 (3); ggmm.

na vida política do estado (PE). Prestes não poderia oferecer nada a eles que não uma reacomodação burocrática, por isso as insinuações modernizadoras de Dias, mesmo trazendo em si o risco da *social-democratização*, foi mais atraente que a dissidência. A imagem de um *caudilho* disputando o poder interno com um *singelo democrata comunista* reforçava esta percepção. Aos *prestistas* restaria apenas adesões secundárias, ou de ícones como Gregório Bezerra que anunciara seu apoio à VU antes do lançamento da Carta[480].

b) ascensão e queda do *eurocomunismo*

A tendência *eurocomunista* no PCB aglutinou-se em torno de Guedes no exílio, cuja trajetória política fora marcada por posições de *centro-direita*. Fez parte da revista baiana *Seiva* no fim do Estado Novo, junto com Alberto Passos Guimarães, Dias e Vinhas, que pregou, às vésperas do engajamento do país na guerra ao lado dos *aliados*, uma linha de apoio condicional a Vargas[71] – posição que sustentaria ainda em 79. Posteriormente, mesmo sendo suplente do CC, seria excluído da lista para a direção no IV CONGRESSO o que lhe permitiria uma projeção interna a partir da crítica ao *culto* na esteira do impulso de Agildo Barata. Em 58, junto com Mário Alves, Gorender, Dias e outros, redigiria a DM-58. Mas é depois das *quedas*, até 78, que, graças a uma coligação com Salles, o *homem forte* da CECC[481] que dominava a *máquina* no exílio, Guedes ocuparia um espaço de destaque na cúpula partidária, no vácuo deixado pela desagregação do *prestismo*, como nos conta Coutinho: "Dias estava imobilizado e meio perdido no exílio, por conta do afastamento de sua fonte vital que era a *máquina* do partido", *além disso era muito grato a Salles por ele ter vindo ao Brasil resgatá-lo numa situação muito difícil. Melo tinha uma posição neutra, enquanto Prestes permanecia em Moscou com a maioria do CC e Malina ficava isolado em Portugal. Assim, o grupo de Guedes em Paris, com ramificações em Roma e Frankfurt, pode exercer* "a hegemonia ideológica no exílio". *Nossa situação foi boa na CECC até a virada inexplicável de Salles em direção ao que sobrara do prestismo, cuja figura mais ativa era Anita Leocádia que dava a impressão de tê-lo cooptado. Dias foi conivente com esse movimento de Salles para nos atingir. A intervenção na VO em fins de 78, com o 'pacato' (Melo) no lugar de Guedes, foi fruto disso, muito embora o motivo mais citado tenha sido nossos ataques ao movimento golpista em torno de Euler Bentes, cujo maior defensor era Prestes*[482].

Mesmo tendo perdido força com a quebra da coligação com Salles, Guedes não perderia seu espaço por completo. A intervenção não impediu que os *eurocomunistas* mantivessem um nome seu na chefia editorial do jornal – Malin no lugar de Temer que se demitira – além de boa parte da equipe original. A *intervenção branca* se, por um lado, tentava aplacar o crescimento da *direita*, por outro,

480. In VU/80, nºs 1 (capa) e 12 (9).

481. A composição da CECC no exílio era: Dias, Salles, Guedes, Melo, Prestes e Malina. (Coutinho/94)

482. Vinhas/88, fita nº 3. In Carone/82(a), p. 317. Santos/88, p. 231. Melo/92. In VU/82, nº 114 (14). Coutinho/94.

buscava frear o descontentamento da *esquerda* com a linha editorial da VO[483]. Embora concebido também, muito provavelmente, para atenuar as divergências com Prestes, a manobra acabaria por ser de extremo valor para isolar o *prestismo* quando este se lança em dissidência. Ao mesmo tempo em que se mitigava o descontentamento da *esquerda* seria possível dar continuidade à coabitação com a *direita* à medida em que se afastavam seus elementos mais arredios, como Temer, Coutinho, Konder e Ivan Ribeiro[72][484].

O projeto de reformulação total do partido alimentado por Guedes, exposto em julho de 79 e que falava numa "**reorganização em grande escala** (...) que terá o caráter de uma renovação e mesmo de uma **recriação** (...)"[73], à semelhança do que ocorrera com o de Prestes em 77, se depararia com sérias dificuldades. A ofensiva anti-ortodoxa que ela pressupunha ateve-se, na verdade, ao combate a um *prestismo* já esvaziado[74]. A coligação com ex-*prestistas*, empenhados mais em reconstituir o *status quo* interno do que em revolucioná-lo, e o conseqüente esforço por uma solução de *centro* conduziria a *direita* ao desempenho de um papel importante porém secundário na luta interna[75]. O próprio estilo de Guedes contribuiria para este desenlace. No exílio, com todas as chances para assumir um papel de relevo na configuração interna de poder ocuparia-se ele da edição de uma revista teórica em francês voltada para os problemas brasileiros, *Études Bresiliennes*, delegando a Temer a montagem da redação da VO. Sua escassa vocação para a luta pelo poder interno, segundo Temer, foi determinante para a desagregação do grupo *eurocomunista* do exílio:

> "o responsável por nossa derrota interna foi o Guedes, que no momento de fazer uma pressão de fora para dentro para (...) (ficar na) CECC não fez, *não tinha saco*. Aí ficamos sem pai nem mãe e eu saí"[76][485].

Para além de sua idiossincrasia, há outra explicação para essa moderação: a *direita* institucional, aquela incrustada nas direções intermediárias, sobretudo no CE/SP e em menor medida no CM/RJ[77], ofereciam novas condições para o prosseguimento do projeto renovador revisionista[78] num grau de integração com a estrutura partidária mais acentuado do que aquele vivido no exterior, por motivos óbvios. Isso limitava significativamente as possibilidades críticas do grupo criando dissensões internas inevitáveis. Concomitantemente, o CC se mostrava flexível e aberto ao debate sem mostrar, no entanto, simpatia pelas teses *eurocomunistas* que, como afirmava Corrêa em março de 79, se deteriam nas *liberdades democráticas, o que é tremendamente falso*:

> "qualquer (...) movimento revolucionário, só tem condições de avançar na medida em que

483. O DCB, lançado em 76 pelo CE/GB, procurou se sobrepor à influência da VO. A *esquerda* chegou a propagar no Rio logo após, em 77, a falsa informação de que ela deixara de circular. A partir deste ano circularia uma VO reeditada na cidade (Azedo/93)

484. Temer/94.

485. In Carone/82(a), p. 316; ggmm. In Temer/94.

> debate as idéias. (...) Acho que o debate que gira em torno (...) do eurocomunismo é um debate **positivo**. Qualquer atitude, em relação a esse fenômeno, de trancar as portas é **incorreta**".

A *centro-esquerda*, através de Melo, indagaria em julho de 80 na VU: o *"Caráter laico do PC está na negação do marxismo?"*. Para ele, negar

> "(...) ao partido o direito de julgar as diferentes *correntes e expressões* que se manifestem em seu interior (...) conduz inevitavelmente à confusão ideológica (...) e à inação" transformando-o num "clube de debates"[486].

Configurando o cenário virtual de um partido em marcha acelerada para a renovação a VU[79] lançara-se com sucesso em SP numa festa pluralista com 8 mil pessoas, em clima de festival anual do *L'Unitá* – periódico do PCI – em que Marco Aurélio Nogueira do CE/SP, falando pelo jornal, enfatizaria o caráter democrático-socialista do PCB e democrático do jornal[80]. No resto do país, no entanto, as coisas não seriam tão fáceis. No RJ, a festa promovida pela sucursal em maio, sem o apoio do CE/GB, teria um número modesto de participantes embora com a presença de lideranças sindicais importantes do partido e aliadas, bem como de políticos dos partidos liberais e liberais representando partidos conservadores[81]. Em Recife, a festa ocorreria em junho e reuniria ainda menos gente, 500 pessoas, embora a ela tenham acorrido significativo número de personalidades da esquerda local. A adesão dos estados e municípios ao jornal também seria bastante lenta e problemática. O AM aderiria em junho no 10° número do jornal, enquanto o Rio o faria no 13°, pleiteando mudanças nas matérias para torná-las mais jornalísticas, editoriais regionais para expressar o ponto de vista dos CEs e poder de "veto" sobre matérias que ferissem as políticas regionais do partido. O CE/GB dissimulava sua resistência ao periódico jogando a culpa pelo boicote nos *prestistas*:

> "a VU tem uma grandiosa tarefa (...) de ajudar a reorganização partidária (...) desenvolvendo e **defendendo** a linha (...) do VI CONGRESSO". "Sabemos que as (...) tarefas relacionadas com a propaganda e difusão da VU foram boicotadas por camaradas prestistas (...), prejudicando, assim, a circulação de nosso periódico na Capital"[487].

O encontro nacional promovido pela VU em SP no mesmo mês atestaria as dificuldades. Apenas 9 estados (SP, SC, PR, RJ, BA, PE, MG, GO e MS) e o DF participaram do encontro, enquanto outros 4 (CE, RN, MA e ES) teriam informes veiculados. As vendas estavam dentro da expectativa apenas no RJ, SP, BA, MS, ES e MA, o que suscitou a proposta de uma campanha "mais agressiva de promoção do jornal". O problema, no entanto, era político e não apenas promocional. A idéia de que a VU fosse um orgão da FU, contribuindo para a *unidade das forças oposicionistas*, limitava muito o poder de mobilização do

486. Corrêa/80, pp. 87/89; ggmm. In VU/80, n° 15 (15).

487. VU/80, n°s 2 (8/9), 6 (5), 7(16), 10 (3) e 13 (6). DCB/80, n° 26 (5); gm.

órgão junto a uma militância carente de debates e de uma informação alternativa – situação anômala em face a de outros partidos de esquerda que contavam com veículos já consolidados, muito embora o PT não tivesse seu jornal unificado. Por outro lado, as inclinações heterodoxas da *direita* bem como sua clara preferência pela política *pelo alto* com os liberais tornavam praticamente impossível a aceitação do jornal fora dos círculos diretamente influenciados por suas lideranças. No Rio, por exemplo, ocorreu um dos choques exemplares fruto desse *modus operandi*. No nº 14 do periódico, um artigo de Rogério Gomes, jornalista iniciante, escancararia a aliança do jornal com o chaguismo[82] ao elogiar a Federação de Associações de Favelas do Rio (FAFERJ) dominada por eles e constituída num processo típico do banditismo dessa facção carioca – inclusive com a nomeação de um diretor suspeito de colaboração com o DOPS durante a ditadura[488]. O resultado foi desmoralizante para o jornal e a *direita*[83], além de reforçar as bases de apoio da *esquerda* e inviabilizar o acordo que levara o CE/GB a apoiá-lo[489].

Isso não impediu que a 3ª reunião nacional do jornal em setembro reunisse 15 estados – 6 a mais que o primeiro (AM, CE, SE, AL, ES, RS) – e 5 cidades, entre elas SBC, que resolveram enviar delegação própria. Ocorrem, no entanto, importantes modificações na estrutura do veículo a partir de então, desaparecendo a figura do Editor e a redação passando a ser denominada Conselho de Direção. Em dezembro, saindo Guedes e Brandão do Conselho, este último voltaria a ser o Editor. Em fevereiro de 81, junto ao editorial surge o Opinião Nacional. Em março, Brandão voltaria ao conselho acompanhado por Lyndolpho Silva, extinguindo-se a figura do Editor. No mesmo mês, DCB publica um suplemento intitulado *"Documento: resolução sobre o nosso jornal legal"*, onde apoia as ***medidas corretivas*** *do CC em relação à VU* e acusa seu baixo nível de circulação em função de que *muitos organismos partidários se recusam a trabalhar com o jornal*. A nova VU deveria *aplicar a linha do VI CONGRESSO*, evitar polêmica em torno do já deliberado e usar linguagem compatível para atingir as bases, reivindicava o DCB. A antiga reivindicação por editoriais regionais seria atendida em maio com o aparecimento do Opinião SP e do Opinião PE. Em julho, o Conselho se reduz a Silva com a saída de Brandão, sendo logo após extinto junto com o Conselho Editorial. Em agosto o Conselho de Administração vem a público explicar as mudanças, esclarecendo que Brandão pedira demissão por divergência e que, 15 dias após, a sucursal carioca do jornal fizera o mesmo alegando *dificuldades com os amigos da ex-GB*, seguindo-se outras 3 defecções na equipe editorial e de redação[490].

Nenhuma dessas modificações ocorreria por acaso. A intervenção na VU estava sendo minuciosamente articulada pelos *centristas*, como nos relata Azedo:

488. VU/80, nº 12 (3). DCB/80, nº 27 (3).

489. O CE/GB responsabilizaria, em setembro, diretamente a sucursal pela matéria, passando a considerá-la *ilegítima* e propondo sua substituição por uma *sucursal orgânica* sob os auspícios do CC, CE/GB e CE/RJ – este último sob influência de Granja/Corrêa. (DCB/80, nº 27 [3])

490. VU/80, nºs 23 (2), 24 (2) e 36 (2). VU/81, nºs 44 (3), 50 (2), 55 (3), 58 (3), 63 (2), 64 (2), 66 (2) e 67 (2). In DCB/81, nº 30 (2/3).

> "o momento em que, de fato, passei a ser uma pessoa ligada ao aparelho foi no episódio da intervenção na VU, em 80. Três meses antes (...), eu fui chamado para um almoço onde estavam presentes o Dias, o Malina, o Almir Neves, o Givaldo e o Hércules. A conversa foi a seguinte: eles estavam tendo muito problema com a VU, achavam que a equipe que fazia o jornal iria abandoná-lo a qualquer momento em função dos conflitos com o CC e, por isso, estavam tomando providências para assumir o jornal. Me pediram para ficar de sobreaviso para me mudar para SP e trabalhar no jornal. (...) Três meses depois (...) a equipe do jornal o abandona, imaginando que o CC não tivesse condições de assumí-lo. A gota d'água foi o *enquadramento* da equipe e do Armênio"[491].

A herança era um jornal que vendia pouco[84] e não ajudava a projetar o partido nem no movimento social nem na sociedade em geral, muito embora seus representantes cobrissem todas as regiões do país em julho de 81: AM, PA, MA, PE, GO, BA, CE, AL, MG, DF, SC, RS; e cidades como Santos e Londrina[492]. O esforço da máquina de promover o jornal através de comandos de venda surtiria efeito efêmero e pouco expressivo, não obstante o empenho da *máquina*. O jornal conseguiria melhorar sua marca em alguns lugares onde sofria boicote, mas perdia espaço em SP com a saída da *direita*[85].

c) consolidação do *centro* dominante

A nova maioria consolidada no CC depois da anistia forjou-se nos turbulentos anos 70 fruto de um processo que combinou uma rearticulação partidária sob novas formas, de 70 à 74, seguida de uma demolição avassaladora perpetrada pelo aparato repressivo a partir de 75. De um lado, o partido de Prestes sofreria uma forte transformação fruto tanto da experiência democrática vivida no interior do MDB quanto de seu exílio forçado em 71, de outro, a transferência maciça da cúpula partidária para o exterior facilitaria o contato com um comunismo europeu em processo de mudança.

Este processo, desenvolvido espontaneamente com a erosão do *prestismo* a partir de 64, tomaria novo impulso com a crise aberta por Salles no final de 78 fracionando o grupo de Prestes e precipitando seu afastamento do CC em maio de 79. Dias apareceria, então, como a referência mais importante do *coletivo*, como auto-designava-se o CC, representando com perfeição o novo perfil que havia assumido a cúpula partidária nos anos 70. Humilhado pelos stalinistas antes da crise de 56 – quando foi, segundo Corrêa, "designado como empregado doméstico de Prestes" em função de suas discordâncias com o CC – ressurgiria como o grande articulador da DM-58. Seu apego ao nacionalismo plasmado na Declaração condicionaria, desde então, sua visão do democrático: *os avanços das massas* possibilitariam, sobretudo, torná-las *defensoras dos interesses da **Nação***, diria em abril de 80 em

491. Azedo/93.

492. VU/81, nº 66 (2).

artigo intitulado *"A Democracia Vista pelos Comunistas"*; apoiar Vargas no pós-guerra correspondera aos *interesses do povo e do país*, e "todo o restante era secundário (...)", afirmaria em maio de 84 numa entrevista de 40 minutos na TV GAZETA[493].

Não apenas seu perfil ideológico estava nos limites do figurino *pecebista* e sua história pessoal preenchia os requisitos para o cargo de chefe, como também sua inclinação reformista se adequava ao programa democrático partidário em alta desde 67[494]. Ademais, o contato com a *máquina* em processo de renovação no pré-*quedas*, que pode pilotar com grande desenvoltura entre 71-75 quando da ausência de Prestes do país, antes de partir para o exílio, foi fundamental para o enfrentamento posterior do desafio de acomodar as lideranças emergentes no processo decisório[495] – objetivo parcialmente alcançado. Reunindo essas qualidades pode ele, a um só tempo, neutralizar os ortodoxos e se acercar da *direita* democrática reproduzindo o esquema da VO do exílio na VU pós-anistia, o que foi decisivo para a derrota do *prestismo* residual. Sua política de cooptação, aliás, era bastante avançada em face do padrão *prestista*. Entre os intelectuais com quem mantivera contato no exílio, escolhera Coutinho, seu interlocutor contumaz, para ser seu colaborador mais próximo – posição que seria, diante da recusa deste, ocupada por José Paulo Netto[86]. A administração que fez da coabitação com a *direita* entre 79-83 foi tão eficaz quanto a operada, com sua ajuda aliás, pelos neo-*prestistas* em 57-58: a manifestação renovadora, ao desembocar em *racha* (57/83) ou abandono (80/82) – caso dos *eurocomunistas* cariocas –, não deixaria de ser absorvida, mesmo que parcialmente, em proveito de posições intermediárias (*centristas*), sobretudo quanto à configuração das alianças no seio da FU. Dias, segundo Jaimovich, teria titubeado diante da pressão *eurocomunista*[496], mas isso não acarretaria o rompimento dos compromissos históricos com Moscou, possivelmente por entender que sua manutenção seria a melhor forma de dar curso ao processo de modernização do PCB.

Mesmo sendo um discreto mas fiel seguidor de Moscou, o novo Secretário-Geral encontrará certa resistência na aceitação da nova realidade do PCB por parte do MCI. O MCI teve dificuldade em "engolir o PCB sem Prestes e com Dias Secretário-Geral"; "deu muito trabalho convencê-los, inclusive aos soviéticos. O Prestes jogou muito com esse prestígio. Muita gente no Partido achava que ele ia levar tudo de roldão"; nos relata Jaimovich. Os empecilhos levantados contra Prestes em suas viagens internacionais depois do *racha* – a não obtenção de audiência com Alvaro Cunhal, do PCP, e com outros líderes de PCs europeus, principalmente no Leste – sinalizavam que o PCUS não estava propenso a abandonar o PCB, mas era também uma forma de ganhar tempo para avaliar a magnitude dos estragos feitos pelo *Cavaleiro da Esperança*. Em outubro de 80, segundo O GLOBO, a TASS (agência de notícias

493. Coutinho/94. Corrêa/94, p. 64. In VU/80, nº 3 (4). [Voz da Unidade /1984] nº 201 (9).

494. Já em 63, em pleno processo de radicalização política e interna, ele expusera em NR seu pendor reformista – ver Dias no ia.

495. Sem incorporá-las ao centro do poder, Dias e seu grupo *federalizaram* o partido de modo a permitir margem de manobra para as divergências se manifestarem nos estados, sem ameaçarem diretamente o núcleo dirigente.

496. Carone/82(a), p. 9. Coutinho/94. Santos/91, p. 156. Jaimovich/93.

soviética) reconheceria Dias como o novo Secretário-Geral[497], mas não abandonariam a amizade histórica com Prestes, como o prova a manutenção parcial do esquema *prestista* em Moscou. Sem *status* internacional e ideologicamente pragmático[498], Dias não era uma alternativa a Prestes do ponto de vista internacional, daí a resolução de reconhecê-lo sem deixar de amparar Prestes: um poderia completar o outro na tarefa de difundir uma imagem positiva da URSS pelo Continente latino-americano.

Apesar da diversidade de opiniões e posturas agrupadas em torno do movimento de modernização gradual do partido, no mais das vezes gerando consensos administrativos politicamente anódinos[87], o projeto *centrista* não deixaria de ter uma visão estratégica bem definida que se encaixava na perspectiva soviética, com base na continuidade da revolução burguesa – ponto em comum com o *eurocomunismo* – e na ampliação dos espaços do proletariado para a *conquista do socialismo*[499] – conquista esta imaginada mais como fruto de uma política de ruptura com o sistema do que como evolução democrática coroada com a obtenção da hegemonia pela *classe operária*.

Fortes afinidades também se manifestavam no campo ideológico, na busca da *política justa*, identificada, à luz da experiência internacional[88], com o *meio-termo*, o *equilíbrio*, a *moderação* e traduzida em ataques aos *desvios* e *insuficiências*. No VII CONGRESSO estes ataques seriam proferidos de maneira arrojada por figuras localizadas em variados degraus do escalão partidário. Clarice Reis, por exemplo, provavelmente uma militante ligada à *base*, apontaria em outubro de 81 a falta de "realismo" dos "vanguardistas, (...) oportunistas de *esquerda*", a falta de "combatividade e firmeza" dos "oportunistas de direita", e denunciaria em dezembro a existência "em nosso meio de direitismo, de reboquismo, de imobilismo, de falta de firmeza política e ideológica, em um número apreciável de militantes". Já o dirigente intermediário paranaense, àquela época provavelmente municipal, Márcio de Almeida, em julho, caracterizaria

> "o esquerdismo (...) pela subestimação do papel dos setores sociais e políticos (...) que(,) embora não tenham uma perspectiva vinculada a classe operária(,) (...) jogam um papel importante na derrota do regime" e "o direitismo pela superestimação do papel destes setores" minimizando "o papel dos setores operários e populares".

Para ele, ambas as tendências, personificadas em Prestes e Kanapa[89], seriam retratadas como *indisciplinadas* e *sectárias* ao ponto de, em "certas análises", considerar "os equívocos à direita e à *esquerda* empecilho maior para o avanço da luta" que "o inimigo principal"[90]. Mais acima, ao nível das direções estaduais, a rigidez doutrinária dos *centristas* não seria menor. Granja, por exemplo, para

497. Jaimovich/93. In DCB/80, nº 27 [na verdade 28] (2).

498. Ver capítulo 1, p. 117.

499. Carone/82(a), p. 10.

justificar os ataques aos *eurocomunistas* citaria Lênin em seu justificativa de 14 contra o *divisionismo social-democrata* de *centro* e *direita*: "ouve-se com freqüência dos participantes intelectuais no movimento operário pedidos excitados, nervosos, quase histéricos para não tocar nas questões delicadas (do fracionismo)"[500].

Na cúpula partidária a tolerância com a diversidade não seria muito maior. Dias, por exemplo, comemoraria a saída de Prestes por eliminar a "ambigüidade": "há maiores possibilidades de unidade de ação". "Se o partido está perplexo (...) não faz as coisas, não leva às massas a orientação política". Embora ainda mencionando ecos do divisionismo de Prestes, Malina festejaria da mesma forma em abril de 84: *depois de superado o racha podemos* "enfrentar com segurança e otimismo os desafios postos pelo processo político brasileiro"[501]. A insegurança e a verdadeira fobia dos velhos dirigentes em relação ao debate e às situações de dissenso, não completamente revertida pelo *coletivismo* pós-*prestista*[91], são explicáveis à luz do modesto nível histórico do debate interno, pela falta de tradição literária deles próprios e dos seus antecessores, e pela estrutura de comando impermeável ao debate livre. A impossibilidade de um verdadeiro debate de idéias no PCB, em função da incapacidade do *centro* e da *esquerda* em sustentá-lo, além é claro das *bases*, prejudicou não somente a *direita*, que perdeu com isso a oportunidade de desmascarar o anacronismo do núcleo dirigente, mas também a definição da própria política partidária.

A operação somatória[92] realizada por Dias e outros dirigentes, ao expandir sua base de apoio pelas diversas instâncias partidárias, implicava no enfraquecimento dos delineamentos vitais do que chamavam *política democrática*. A ambigüidade crônica do programa tático surtia bons resultados para dentro, mas para fora tinha o efeito de um anestésico num paciente que precisava estar vigilante contra seu crescente isolamento e perda de substância. O distanciamento em relação ao movimento social, ensejaria um exemplo deste *modus operandi*. Diante da greve do ABCD de 80, segundo Corrêa, mesmo temendo o impasse e o jogo de força dos patrões o partido, ao tentar se aproximar das lideranças grevistas, adiaria o reconhecimento público do problema, já identificado pelos partidos liberais em 10 de abril, para dia 24. Não aparecer como *direitista* diante de um movimento social até então exitoso, no momento em que Prestes acusava-os disso, era o motivo para não se tomar posição *mais firme* na defesa do que os *pecebistas* consideravam ser a melhor condução da greve. "Tanto entre os comunistas de SP como entre os dirigentes comunistas nacionais prevaleceu uma atitude de ambigüidade com o esquerdismo, com a radicalização inconseqüente"; apontou Corrêa[502].

A diversidade parecia caber sob medida para facilitar o consenso *centrista*, mas não para reformular radicalmente as práticas internas. De fato, a constelação armada em torno de Dias não

500. In VU/81, nº 77-td nº 6 (4), 66-td nº 2 (3/4) e 85-td nº11 (1). [Granja, Antônio Ribeiro /1981] p. 9.

501. In VU/80, nº 9 (8). In VU/84, nº 197 (8).

502. Corrêa/80 (op.), pp. 98-100.

resistiria tanto tempo se fosse mantida a intolerância histórica com o dissenso – como manter em harmonia formuladores de políticas *centristas*, nos anos 80, tão díspares como Malina, Siqueira, Paulo Netto, Corrêa, Holanda e Goldman? –, e tampouco seria sustentável, em função de sua fragilidade programática, na ausência de mecanismos de controle das críticas. Nesse ponto, a coalizão dominante mostrava sua verdadeira razão de ser, como o demonstra a intervenção *centrista* no ES, narrada por Azedo:

> "a intervenção no ES foi uma cagada. (...) Os capixabas não queriam fazer a campanha (na UNE) com o MR-8 e passaram a apoiar a chapa do PCdoB-APML. O Givaldo, sabendo disso, ligou para o Giocondo (...) e propôs a dissolução; o Dias disse que *tudo bem*. Para essa tarefa fomos escalados eu e o Amâncio. (...) Na verdade, no meio da questão estudantil estava uma briga do CE/ES com o CC (...) A questão da UNE foi o elemento detonador de uma crise latente". "O CE/ES era formado, basicamente, por quadros do Comitê Universitário (CU)" alinhados ao "pessoal de SP, radicalizado. Era uma posição meio *doida*, meio *prestista* (...)".

A mecânica do processo, nesse caso específico, consistiu na produção de um efeito demonstração capaz de frear a exacerbação crítica nos estados efetivamente importantes para a luta interna. *Quando pus em votação o reconhecimento do CC como "centro dirigente da organização" eu tive só dois votos. A nosso favor ficaram os "velhinhos", os metalúrgicos e o pessoal da Faculdade de Direito e de Serviço Social*, prossegue Azedo.

> "Antes de fazer essa votação, liguei para SP e falei com o Régis Fratti[503], que me disse: *tá vacilando cara? Bota isso em votação, se esses caras não se enquadrarem você dissolve a porra desse comitê!*. **A dissolução foi totalmente feita ao arrepio dos estatutos**. Eu não sabia. O Secretário-Geral **mandou**, eu **deduzi** que havia um consenso na CECC para fazer aquilo; e não tinha. (...) Aconteceu, então, que a CECC reviu a punição", *e o bode expiatório fui eu*. "O que houve foi que o CC quis dar um *tranco* numa direção estadual fraca para enquadrar o resto – SP, etc. –, e enquadrou[93]"[504].

3- A Transição Pactada (1983-84)

A Aliança Democrática (AD) de 84, que selou o fim dos governos militares inaugurados 20 anos antes, foi o momento culminante da *estratégia democrática pecebista*, e assim foi assumida pelo núcleo dirigente. Não que os *pecebistas* tivessem idealizado uma saída *pelo alto*, mas que adotaram-na como o resultado natural de uma transição truncada pela anomia dos *setores democráticos*. O primeiro

503. Posteriormente, o nº 1 do CE/SP depois do malogro de Holanda com o apoio à candidatura Antônio Ermírio de Moraes.
504. Segatto/92. Azedo/93.

passo para a aceitação dessa via foi o abandono da política democrático-operária de 67 materializado, entre outros aspectos, como já vimos, pela renúncia da sustentação do programa mínimo de mudanças econômico-sociais como pressuposto para a unidade democrática, em dezembro de 75/abril de 76, e a desistência da formalização desta em uma FU construída a partir do entendimento entre todas as facções oposicionistas, em dezembro de 77[505].

A renúncia ao programa mínimo permitiu aos *pecebistas* ir ao encontro dos liberais aceitando *a priori* sua supremacia no concerto *emedebista* como indicativo de uma supremacia política real e apenas reversível no longo-prazo. Uma vez desconectado da luta democrática o *escolho* mudancista não havia porque insistir na FPCF[94] e na hegemonia operária em seu bojo, e não porque estes objetivos carregassem significados utópicos incongruentes com as exigências práticas da luta anti-ditatorial[95], como apregoaram os dirigentes *pecebistas* mais tarde, mas porque encerravam a possibilidade de uma ruptura futura com os próprios liberais à medida em que recusassem compromissos reformistas meta-institucionais. Descartada a possibilidade de rompimento da aliança, surge a tática de injetar conteúdo econômico-social à frente no processo – tática cujo resultado mais palpável foi percebido internamente e não no processo transitório.

Tal tática, sem prejudicar o *equilíbrio* no seio da aliança, transparecia nas críticas da *direita* ao programa liberal, como Peixoto em maio de 77 atacando a noção burguesa de que a solução para os males brasileiros adviriam do "restabelecimento do Estado de direito" *pura e simplesmente*:

> "afinal de contas, o que pode haver de chocante no fato de um regime que marginalizando as massas da vida política procura sistematicamente esmagar o conjunto das oposições, e mudar as *regras do jogo* a cada momento, segundo suas conveniências? O que deve chocar neste quadro não é a mudança das *regras do jogo* mas sim **o tipo de relacionamento que existe entre o regime e o conjunto da sociedade brasileira** (e não só com as forças de oposição)". "(...) O propalado casuísmo (...) brasileiro é substancialmente diverso daquilo que se entende normalmente por casuísmo: ausência de doutrina e decisões adaptadas a cada situação concreta. Há uma **doutrina constante no regime brasileiro**, que **não varia** diante das diversas situações que o desenvolvimento da vida política cria: doutrina e decisões são **permanentemente anti-democráticas**". "Ao **formalismo legal e abstrato** que transforma a letra fria da lei no *deus ex-machine* da vida social, **contrapõe-se** a idéia de uma **democracia viva** que não restrinja, mas ao contrário, alargue as bases sociais do Estado (...). A instabilidade do regime político brasileiro é (...) resultado da **exclusão arbitrária do povo** no processo político".

Vianna, no mesmo ano, dirigiria sua crítica de forma mais genérica às *classes dominantes* explicando a dissidência burguesa do regime, *que se faz sentir desde o fim do milagre (73) através dos jornais e até*

505. Ver, respectivamente, page 192/page 193 e page 261.

pela hierarquia da Igreja, como *fruto da crise que obrigou Geisel a redefinir os nexos entre o privado e o público extinguindo o super-Ministro da Economia (Campos/Delfim), tornando potencialmente perigoso para a burguesia a gestão econômica pelo Estado* nas novas condições. *As classes economicamente dominantes pretendem* ***usar a democracia como um instrumento para seu desfrute****, subordinando o operariado e sufocando a emergência da questão nacional*; denunciava apontando o Deputado gaúcho Paulo Brossard como *expoente desses interesses no interior do MDB* – muito embora sem identificá-lo, e à sua facção, com o projeto exclusionista – *aplaudindo a* ***mobilização formal*** *dos setores organizados das classes médias e rechaçando a mobilização política estudantil tanto pelo conteúdo de suas palavras-de-ordem como por sua forma ilegal.* Sua conclusão era precisa, embora tenha sido abandonada posteriormente pelo próprio autor: *não é possível uma* ***frente comum*** *entre o proletariado e a burguesia dissidente do regime, dado o projeto exclusionista desta última, mas, apenas,* ***acordos momentâneos***[506].

Tais críticas, que se tornaram raras no PCB pós-67[96], motivavam-se no pedido da FIESP e da Federação do Comércio paulista, condenado em editorial da VO de maio de 76, para que o Governo mantivesse a "ordem revolucionária" diante do recrudescimento do ME, na defesa pela IV CONCLAP da democracia restrita, atacada duramente por *Nicanor Gonçalves* em novembro de 77 –

> "(...) a maioria das manifestações pela democracia saídas do encontro (...) trazem a marca da **estreiteza** e da **precariedade** que a burguesia atribui a este conceito político. (...) A profissão de fé de liberalismo ouvida (...) é temperada sempre com a preocupação das chamadas *salvaguardas* (...) que **limitem a participação** (...)".

Elas, todavia, não visavam reverter a aliança com a *burguesia nacional*, como deixavam claro os paulistas em setembro de 77 opondo às correntes burguesas interessadas "em limitar o conteúdo democrático do regime que substituirá a ditadura" outras *realmente interessadas na democratização*[97], mas tão somente preservar a identidade comunista. Isso fica claro tanto quando a VO rechaça, em editorial, os empresários paulistas que reclamavam a ilegalidade das greves operárias em maio de 78, como quando na crítica irritada que produzem em 77 em resposta ao Deputado Faria Lima, qualificado como *representante de parcelas ponderáveis do empresariado*, e sua defesa da democracia como expressão da *livre iniciativa* em oposição ao *capitalismo de Estado* filocomunista. Tudo se passa como se a FIESP fosse a representante de uma burguesia alienígena e como se as opiniões do citado deputado – inclusive sua defesa do AI-5 como *salvaguarda*, no lugar de *instrumento ativo* – pouco pesassem na definição política da burguesia brasileira. Mesmo diagnosticando a "**falência do papel nacional** das velhas classes dirigentes" e colocando "o problema de sua **substituição** na **direção do Estado** (...)", como Ferreira em abril de 78, a defesa da aliança com a *burguesia nacional* sempre apontava a saída como sendo o fortalecimento da FU com os *velhos*

506. In VO/77, nº 134 (5); ggmm. Vianna/77, pp. 242-244/246/247; ggmm.

liberais. E nesta aliança, de nada adiantaria o alerta de Coutinho feito em junho no sentido de "(...) evitar a todo custo que a atual convergência anti-ditatorial reproduza o velho modo de fazer política"[507].

a) mudança no eixo da luta

O debate interno, desenvolvido na sua maior parte em termos subliminares, sobre o eixo da luta democrática evidencia o conflito que vigiu no PCB depois de 67: investir numa solução democrático-radical onde o proletariado ao mesmo tempo investisse contra o *status quo* e a ditadura, ou numa solução democrático-possibilista que garantisse a estabilidade do futuro regime civil?

O processo em que se sagrou vitoriosa a segunda opção foi longo e sinuoso. Já em abril de 72, *Aldo Monteiro*, em pleno *milagre econômico* sob o pano de fundo de um partido oposicionista fraco e assediado por expressivo *abstencionista*, além de um movimento sindical paralisado, prescreverá:

> "a defesa das liberdades é a **maior** (...) (das) bandeiras" para as eleições. "(...) A **unidade** se fará pela revogação do AI-5, pela adoção de eleições diretas (...) além de outras medidas (...) democráticas (...)". "A luta contra a política salarial da ditadura deverá estar no **centro** da **nossa** atividade eleitoral, principalmente nas (...) concentrações de trabalhadores",

em função da *criminosa concentração de 50% da riqueza nas mãos de 5% da população*. A *maior bandeira*, definida a partir da necessidade de consolidar o MDB como partido oposicionista e dar expressão à mobilização democrática existente, não chegava a comprometer permanentemente *o centro de nossa atividade*, voltada tanto para a reconstrução partidária no seio do proletariado como para sua efetiva incorporação na luta contra o regime. Em novembro de 73, mesmo diante dos primeiros sinais de dificuldades econômicas para o Governo, o CC reafirmaria a tradução do centro de sua atividade em termos de *prioridade da luta contra a carestia*. Apenas em dezembro de 75, quando se abandona a luta pelas reformas como condição *sine qua nom* para o desenvolvimento da Frente, embora reiterando-se a Resolução de 73, é que o democrático aparece como *o elemento por **excelência** de sua formação*[508]. Ao contrário de 72, agora o democrático insinuava-se claramente como o *centro de nossa atividade*. As reformas econômico-sociais, paulatinamente, se tornariam um corolário da democratização[509] até serem adiadas para facilitar os entendimentos com vistas à ampliação da Frente. As denúncias que se seguem nos documentos partidários sobre as péssimas condições de vida das

507. In VO/76, nº 124 (1). In VO/77, nºs 134 (4) e 140 (5); ggmm. Com. Set. SP/77, p. 28. In VO/78, nºs 145 (7), 146 (1) e 147 (8); ggmm.

508. In VO/72, nº 86 (3); ggmm. Res. Dez./75, pp. 219/238.

509. Como em Coutinho, para quem o fim do regime, embora não implicasse no fim dos monopólios, do imperialismo e do latifúndio, abriria espaço para a "transformação profunda das injustas bases econômicas e sociais da atual sociedade brasileira". (In VO/78, nº 147 [8])

massas adquirirão, também gradualmente, um significado meramente ornamental até serem explicadas pela *ausência de democracia* e não mais pela natureza do regime em vigor.

A partir de janeiro de 77 isto ficaria claro em editorial da VO: "(...) **não resta outro meio** à Oposição para se impor (...) do que se **aferrar** à unidade em torno daquilo que nos une a **todos**: o restabelecimento das liberdades democráticas (...)". No CC, todavia, talvez por pressão do *prestismo*, as coisas não seriam ditas de maneira tão clara. Junto com a afirmação de que as "liberdades democráticas" eram "o centro de nossa luta" apelava-se para o *alargamento* "da unidade do movimento popular" rechaçando-se a liberalização preconizada pelas *camadas médias* e pelo *empresariado* como *insuficientes*[510]. Este padrão comportamental da direção não desapareceria nem mesmo após a derrota de Prestes.

Mesmo o DCB aderiria a esta perspectiva ao advogar que "a aliança dos estudantes com os trabalhadores só tem condições de se concretizar (...) através da luta (...) contra o *fascismo*" *e nunca tendo por base a luta contra os opressores burgueses visando a conquista de um poder popular*. Somos contra "levantar palavras de ordem fora da realidade"[511], concluíam.

A partir de março de 78, em pleno pipocar das greves operárias, o CE/SP, sutilmente, adicionará à nova inclinação democrática a idéia da *trégua nas lutas populares com o intuito de impedir o retrocesso*, adiando *sine die* a manifestação não só das *lutas ideológicas* como das *econômicas*, muito embora reconhecessem que a recém deflagrada greve pusera com radicalidade inaudita na pauta da transição o último ponto. O paradoxo era contornado propondo-se a introdução das reivindicações operárias no programa oposicionista sem prejuízo das bandeiras consensuais. Ao mesmo tempo, mais precisamente em setembro, *C. Fernandes* se empenharia por quebrar o espírito de radicalidade que cercava o debate sobre as mudanças estruturais afirmando a tese que do ponto de vista econômico haveria também o que preservar no modelo econômico erigido pela ditadura. A imperiosidade da redemocratização não era ligada a uma hecatombe econômica, sendo "o automatismo crise econômica-mudança do regime político" considerado como "uma subestimação da capacidade de ação das massas" que não "permite maior confiança no futuro da democracia"[512].

Tal solução seria problematizada por Corrêa, nos seguintes termos:

> "(...) a primeira dificuldade da oposição é estabelecer um programa comum (...) partindo de questões sobre as quais **exista consenso**. (...) A falta de uma base de sustentação operária constitui também uma dificuldade da oposição".

510. In VO/77, nº 130 (1). Res.Dez./77, p. 272. N.El.Mai./78, pp. 270/271.
511. DCB/77, nº 9 (5).
512. N. Mar. SP/78, p. 33. In VO/78, nº 150 (5).

Algumas forças oposicionistas, admitiria com embaraçante franqueza no mesmo mês, ***temem a classe operária***. Identificada a impossibilidade de um programa mínimo pela via do entendimento político no MDB, Corrêa em outubro o idealizará a partir de uma pressão de fora para dentro:

> "(...) o movimento sindical deve procurar articular com as demais forças políticas e entidades sociais um programa comum de desenvolvimento econômico, social e político a ser aplicado após a derrota do atual regime. Tal programa deve apoiar-se no fortalecimento e ampliação do mercado interno, na realização da reforma agrária e na aplicação de medidas antiimperialistas". [513]

A VO se dividiria em torno da questão. Peixoto consideraria "ilusório supor que problemas como o da reforma (...) devam ser privilegiados em relação (...) à democracia", numa virada em relação ao seu posicionamento anterior, sendo secundado por um Malin categórico, inclusive no repúdio à distensão *geiselista*:

> "a verdade é que um regime democrático estável terá que resultar de um amplo pacto político e social (...) ou não será estável, nem democrático. (...) Uma Assembléia Nacional Constituinte (...) é a forma mais (...) efetiva de formalização (...) de (...) tal pacto. (...) Todas as lutas devem convergir nessa direção (...)".

Enquanto isso, Coutinho acreditava ser "(...) possível unir (...) desde a classe operária até setores da grande burguesia (...) em torno de (...) um denominador comum (...) cuja obtenção significaria o fim desse regime (...)", aparentemente crendo nas chances do proletariado introduzir suas reivindicações no interior do MDB ao condenar a frente de esquerda como um *derrotismo* em relação à capacidade das massas de pressionar e dirigir. As *reformas* para ele, todavia, não poderiam ser *profundas* pois isto significaria *jogar no isolamento as forças de esquerda*. Guedes, num meio termo, reagiria em julho reconhecendo o papel fundamental das lutas populares na luta democrática, mas alertando para que elas não fossem *encaminhadas em divórcio com as bandeiras democráticas sob pena de provocarem o retrocesso*[514].

Em novembro o CC abandonaria **de fato** a luta pelas reformas, concentrando-se na questão democrática tal como pregavam os paulistas, ao considerar

> "(...) fundamental, após promulgada a Constituição, o empenho pela manutenção da unidade das forças que se opuseram ao fascismo – **independentemente de seus programas** (...) – no sentido de (...) impedir a volta de um regime arbitrário".

513. Corrêa/80, pp. 123/124/162; gm.

514. In VO/78, nºs 144(3), 146 (3) e 147 (8). In Picchia/80, pp. 15/17/18.

Isto não implicava, é bem verdade, na adesão absoluta ao modelo liberal de transição, como se pode ver pela Declaração Sindical do mesmo ano –

> "estamos certos de que a frente única (...) só conseguirá ser realmente ampla e representativa (...) se **não se restringir a um pacto dentro das** (...) ***classes políticas***, se for capaz de mobilizar o povo"[515] –,

mas, tampouco deixava dúvidas quanto à disposição do núcleo dirigente de seguir esse modelo em nome da preservação da estabilidade democrática.

À *esquerda* o consenso parecia ameaçado pelo recrudescimento do movimento operário: "a política econômico-financeira do regime fascista (...) determina (...) uma situação insuportável de miséria (...)"; diria o DCB após a eclosão das greves. A corrente majoritária, atenta às ameaças de cisão e ao aumento da temperatura política, procuraria contornar as resistências, em maio de 79, enaltecendo a preocupação popular subjacente à concepção de unidade que sustentaria sua política pró-estabilidade:

> "(...) o novo Governo expressa a continuidade dos anteriores e é igualmente incapaz de resolver os grandes problemas do País". "Para os comunistas a unidade não é uma questão abstrata (...) e se constrói no cotidiano das massas populares (...) Nossa tática visa **evitar que a classe operária se isole** ou que desempenhe um **papel subordinado**".

A VO vinha em seu socorro no mesmo mês:

> "(...) o ritmo da inflação – 15% em três meses – é alarmante". "(...) A melhor garantia do prosseguimento do processo atual (...) é articular cada vez mais e melhor os movimentos reivindicatórios com os objetivos democráticos gerais. É assim também que se combatem os **riscos de isolamento** (...) do campo popular e democrático".

E o fazia sem tergiversar quanto ao dilema que a consumia, e ao núcleo dirigente também:

> "as forças democráticas (...) mais conseqüentes, estão hoje diante de um grande desafio, como orientar os impulsos que se manifestam com vigor crescente no tecido social **sem aceitar a estratégia da tensão** em que apostam as forças mais reacionárias"; *sem acreditar que o governo possa* "cair por força apenas de movimentos reivindicatórios. (...) O fim do regime é um problema político nacional. E, para problemas políticos dessa magnitude, é preciso encontrar **soluções políticas amplas**, globais"[516].

515. Res. Nov./78, pp. 293/296/297; gm. Dec. Sind. Nov./78, p. 312; ggmm. A ambigüidade, na Resolução, comparecia mais uma vez sob a forma de apelo à *unidade popular*.

516. DCB/78, nº 15 (2). Res. Mai./79, p. 236/240; ggmm. In VO/79, nº 158 (1); ggmm.

O momento político, todavia, não favorecia à direção. À *esquerda* o problema se avolumava de modo preocupante com a avaliação pelo DCB de que "a situação das massas prossegue se agravando em conseqüência da política econômica e financeira (...) ditatorial" sendo necessário fazer-se alianças com as "correntes populares" *para resolver os problemas econômicos do país via medidas revolucionárias no âmbito da revolução nacional e democrática (reforma agrária radical, nacionalização dos monopólios e desenvolvimento de uma política econômica independente).* Mesmo ao *centro* persistiam óbices, como os de Corrêa que insistia na centralidade da questão social: as "exigências no terreno social são a **forma imediata de concretização** das liberdades democráticas". Em torno do *programa democrático-patriótico devem-se unir todas as correntes do movimento sindical, articulando-o com o movimento democrático*, "com vista a assumir o Governo mediante a **intensificação das lutas de massas**". É verdade que em agosto Corrêa mostraria-se mais *compreensivo*, mas isto não eludia o problema:

> "o processo político brasileiro (...) definiu de forma muito clara que o **centro da luta** entre as forças do progresso e as forças reacionárias é o problema das liberdades democráticas. A experiência (...) indica que (...) a luta pelas liberdades democráticas coloca na **ordem do dia** a exigência de **solução** para as questões sociais (...)". "Entretanto, não existe a mesma clareza sobre o que fazer em termos de medidas econômicas e financeiras para atender às reivindicações sociais. Mas o processo democrático, para seguir adiante, **precisa solucionar parcialmente** as reivindicações sociais que vão sendo colocadas".

Para ele, o modelo econômico "significou a realização de uma poupança forçada, obtida mediante a violência (...) e que foi canalizada para investimentos" *que beneficiavam as altas rendas*, por isso o programa econômico e o político deveriam *andar juntos*[517].

Diante das resistências, Dias, em fevereiro de 80, no JB, tenta acender uma luz no fim do túnel ao mesmo tempo em que mostrava-se propenso a aceitar a tese de Corrêa: *derrotar a ditadura e* "substituí-la por um regime democrático (...) já se coloca como uma questão (...) a ser resolvida em prazo **relativamente curto**". Para ele, a possibilidade da ANC apontaria para isso e nela a oposição deveria comparecer com um ***programa único de reformas políticas e econômicas*** *que sirva de base para um governo dessas forças*. Na mesma ocasião, Malina denunciaria a intenção do Governo de "assegurar a continuidade do modelo econômico sustentado a 15 anos, baseado na superexploração das massas trabalhadoras e na penetração sem limites das multinacionais (...)", enquanto Corrêa reafirmaria seu ponto de vista pregando: "(...) os trabalhadores vão ter que lutar muito para evitar maior degradação de suas condições de vida e trabalho"[98][518].

517. DCB/79, nºs 20 (2/3) e 21 (3). Corrêa/80, pp. 168/184/186/187/203; ggmm.

518. In Carone/82, pp. 257/259/262; gm.

Enquanto isso, a VU lançava-se, em março, procurando minimizar o impacto dessas posições no concerto oposicionista – de resto reduzida não apenas em função da pequena influência do partido como da falta de vontade de seus dirigentes de fazê-la valer em sua prática – reafirmando a visão da democracia como descortinadora das possibilidades reformistas:

> "tal posição (defesa da reforma agrária, da indústria nacional, etc.) não se choca com a preocupação unitária que presidirá nossa conduta". *Da solução da questão democrática* "depende o caminho para maiores mudanças (...)".

O esforço de neutralizar a questão reformista, ligando a solução dos problemas econômicos-sociais à conquista da democracia[99], seria suplementado pela resolução do CC de maio, direcionada contra Prestes, que pregava a necessidade "de um programa de ação política comum" que excluía expressamente reformas econômico-sociais. Prestes, em Nota do mesmo mês, seria ainda atacado por pedir maiores definições dos liberais: "definir-se em relação a que; se estão contra o atual regime (...) e favoráveis ao (...) regime de liberdades democráticas?"; indagavam os dirigentes *pecebistas*[519].

Os ataques a Prestes impuseram apenas uma pausa na resistência do partido à nova orientação. Já em julho de 80 ela seria retomada por Melo na VU, em artigo intitulado *"Abertura está em contradição com modelo econômico"*, através do qual alertava sobre a possibilidade de cooptação das classes médias pelo regime, via projeto anti-inflacionário, na ausência do programa econômico oposicionista. Em agosto, ele voltaria à carga denunciando os setores conservadores da Frente por resistirem ao programa econômico, advertindo ainda: "(...) a luta pela democracia pode perder substância se não se desdobra no campo econômico e social". Em setembro seria a vez de Leonardo Cavalcanti pregar a conjugação das bandeiras econômicas na mobilização pela ANC para atrair o povo. No mesmo mês a VU estamparia a manchete "A hora é do programa comum das oposições". Em julho de 81, já sob nova direção, o jornal afirmaria: "temos insistido em que o êxito das forças democráticas dependerá da vinculação do seu projeto político com as reivindicações imediatas dos trabalhadores (...)". No mesmo mês, em artigo intitulado *"Greves operárias vão unir lutas econômicas, sociais e políticas"*, Corrêa voltaria à carga criticando a visão dos aliados oposicionistas:

> "no mesmo instante em que elas (as greves) ocorrem as forças políticas de oposição ainda estão condicionadas à **idéia exclusiva** da luta pelas liberdades democráticas". "Se antes era correto, pela correlação de forças, ater-se (...) à luta pelas liberdades (...) como forma de ampliar a frente (...), hoje ampliar (...) é preocupar-se (...) em **fundir num só programa**" política e economia[520].

A resultante destes posicionamentos foi o VII CONGRESSO (1982/83) com o estreitamento dos

519. VU/80, nº 1 (1). Res. Mai./80, p. 11. N. Mai./80, p. 13.

520. In VU/80, nºs 14 (4), 22 (4), 24 (3) e 25 (1). In VU/81, nºs 64 (3) e 66 (8); ggmm.

espaços internos da *direita*, que se retira do partido no momento em que sua perspectiva de transição *possibilista*, pela qual esta tanto lutara[100], estava prestes a se realizar. A síntese então produzida, ao contrário do que seria de se esperar, proporcionou espaço para a retórica da luta das *reformas de base* do *pecebismo* sem erigí-la como escolho ao processo de transição *realmente existente* – no fundo aquilo que Guedes intuíra não fazia muito tempo –:

> "a luta pela democracia não se desenvolverá nem vencerá divorciada do empenho de renovar social e economicamente a sociedade brasileira e sem a construção de um bloco de forças capaz de fazê-lo". "Os comunistas, considerando o quadro político (...) defendem **uma solução negociada para mudar**: o que está na ordem do dia é avançar no rumo do **desenvolvimento**, da **democracia** e de **uma vida melhor para o povo**".

Mais uma vez a *direita* era sacrificada pela pertinência, do ponto de vista do núcleo dirigente, de suas propostas políticas, tal como em 27-28 e 56-57. O chamamento à negociação, no que toca à pauta das reformas econômico-sociais, patenteava isso ao propor a realização por parte "dos democratas" de uma mesa-redonda "para promover uma substancial mudança na vida brasileira, implicando a formulação de uma alternativa democrática para a crise"[521].

O uso do programa mínimo como o *elemento decisivo para elaboração de um pacto de união nacional* com o General João Figueiredo, sustentado publicamente nas páginas da VU entre 83-84 em nome da *superação do autoritarismo*, renega, por assim dizer, a visão de que as reformas seriam o corolário dessa superação[522] e mesmo um problema em potencial para a *unidade democrática*. Subjugar formalmente a luta por democracia imediata (*diretas já!*) em favor de reformas econômico-sociais negociadas, pretendendo com isso **viabilizar uma saída política pelo alto** sem o ônus da acusação de abandono das *bandeiras populares*, não deixou de ser uma operação extremamente eficaz, pelo menos do ponto de vista do núcleo dirigente, permitindo-o preservar uma nesga de legitimidade às vésperas da conquista da tão almejada legalidade[101]. Todavia, seu resultado foi desastroso no que tange às expectativas de renovação interna, à disputa da hegemonia no âmbito da esquerda e na sociedade.

b) corolário na política sindical

O processo de adesão do PCB à transição *pelo alto* não foi tão tranqüilo quanto o pode sugerir a luta interna. A disputa pelo espaço na sociedade interpôs obstáculos bem maiores. No meio sindical, por exemplo, onde a linha democrático-possibilista teve um caminho próprio de desenvolvimento[102],

521. Res. VII/84, pp. 30/31/176.

522. Dias o expressara claramente, pela última vez antes do VII, em janeiro de 82, num ano eleitoral: "(...) a democracia é o pressuposto para a solução dos nossos problemas. A partir dela, as camadas populares poderão encontrar mecanismos de redirecionamento da economia (...)". (In VU/82, nº 88 [3])

a convivência com o discurso mobilizatório das lutas se mostrou muitas vezes disfuncional em relação aos objetivos táticos almejados, gerando frustração na militância e o rápido declínio do partido no setor a partir de 83.

A ênfase fabril do programa de 67, relativamente conservada nos anos 80[103], deixaria patente o descompasso entre o concerto liberal e a perspectiva de lutas populares dos sindicalistas *pecebistas*, sobretudo nos anos 70, como podemos ver na resolução da CECC de março de 72:

> "nossa atividade deve concentrar-se nas **empresas**", sendo a "atuação no movimento sindical (...) o **meio principal** para a ativação do movimento operário". "Nossa principal atividade no movimento sindical consiste em organizar e desenvolver a unidade de ação nos **locais de trabalho** (...). É essencial ampliar (...) (a) unidade sindical, de baixo para cima e de cima para baixo (...) também nos sindicatos e na cúpula sindical, pois as organizações sindicais são a melhor **trincheira para o trabalho legal de massas**. (...) A posição que vai se ampliando entre os trabalhadores é a da unidade. **Principalmente entre os mais atuantes** (...)" –

falava-se mesmo em "realização da reforma agrária radical" ao lado da proposta de "extensão da legislação trabalhista e previdenciária" no campo[523].

O paradoxo parecia ter encontrado em 77 sua solução com os primeiros sinais de reanimação do MS e o surgimento de atores então identificados como de centro, *oriundos da direita mas com uma postura crítica em função da dura realidade da ditadura*, como diria Peixoto em maio. A direita tradicional, *pelega*, continuaria sendo associada às federações e confederações, enquanto a Oposição Sindical (OS) era vista positivamente como uma corrente heterogênea que se situava "no interior da legalidade sindical" e era valorizada como instrumento para o alcance de "(...) uma autêntica liberdade sindical", apenas alcançável "na medida em que a classe operária **convirja unida** para a luta geral pela derrubada do regime fascista (...)". Para *pecebistas* como Ferreira, em novembro, diante da CONCLAP, a convocação de uma CONCLAT entrara na ordem do dia para a realização da convergência democrática sob a égide do PCB em coligação com o centro e as OOSS[524].

O estouro de SBC, no entanto, reverteria em parte estas expectativas otimistas levando Corrêa em julho de 78 a atacar as OOSS por conceberem as comissões fabris de um ponto de vista *basista*, como contrapostas às diretorias sindicais: "nós achamos que isso não é possível"; comentava laconicamente. Isso não os levou, de imediato, a um recuo diante da CONCLAT, muito ao contrário, como o expressa *Isaías Assis* em agosto:

523. N. Mar./72, pp. 4/5; ggmm.
524. In VO/77, nºs 134 (7/10) e 140 (5); gm.

> "o movimento operário e sindical (...) não pode mais ser reduzido ao que ocorre numa ou noutra fábrica ou categoria (...) É preciso (pensá-lo) (...) através de suas grandes estruturas e de suas grandes tendências"[525].

Todavia, impunha-se, diante da animosidade presente entre as lideranças do arrebatador movimento grevista em relação ao PCB, uma definição mais precisa do campo das alianças fundamentais no MS.

A *esquerda pecebista*, num primeiro momento, elogiaria a bandeira da negociação direta levantada na ocasião, "pela qual lutamos há 14 anos", e consideraria a greve como incentivadora das "lutas dos trabalhadores em outros estados (...)", não deixando "de assinalar a condução correta do movimento" e de desferir ataques contra os velhos pelegos como Ari Campista que *desejam a repressão*. Ao mesmo tempo, denunciavam a estrutura imposta pela cúpula da CNTI para a realização do seu Congresso, visando isolar os *setores combativos do sindicalismo*, e elogiavam a reação desses setores redigindo uma carta alternativa à deliberada no encontro com o apoio de 33 sindicatos e 1 federação. A principal conclusão que tiravam

> "(...) do V CONGRESSO da CNTI é que foi dado um passo importante no que toca à (...) unidade do movimento sindical. A *Carta de Princípios* constitui um importante **instrumento unitário** de mobilização e organização do movimento operário". "Esta luta é, necessariamente, uma luta **unitária** que abrange classes e camadas sociais diversas (...)" –

evidentemente a referência é à *unidade dos setores combativos*[526].

Tal tomada de posição era fiel ao programa de 67 e, por isso, não poderia ser aceita pela nova maioria revisionista do CC. A primeira reação virá discretamente, afinal o VI CONGRESSO era um cânon do partido, com a VO de agosto comentando que as oposições haviam percebido que "não poderiam entrar no jogo dos pelegos, ou seja, (...) não podiam correr o risco de isolar-se, porque este isolamento tenderia a cristalizar uma divisão que só interessa aos inimigos dos trabalhadores", e considerando as resoluções do congresso como positivas; nenhuma palavra sobre a Carta dissidente. Apenas em fevereiro de 79 Corrêa abordará o tema com objetividade pregando que *não se podia resolver a questão da estrutura sindical fora do quadro da luta geral pela democracia*, ou seja, fora do expectro de alianças da FU. Por isso, condenava os *setores combativos* por terem caído na armadilha do "companheiro Ari Campista" *que queria mostrar que a CNTI era apolítica*. "Penso que esses companheiros (combativos) deveriam formular um documento fundindo essas duas cartas e levá-lo aos trabalhadores" tendo em vista as próximas eleições da entidade. Em março, talvez impulsionado pela segunda grande onda grevista ele daria vazão a outra opinião:

525. In Picchia/80, p. 45. In VO/78, nº 149 (3).
526. DCB/78, nº 15 (2/3) e 16 (3/4); ggmm.

> "considero **criminosos** os dirigentes sindicais que se conformam com essa situação (de assistencialismo sindical) (...) para colher votos (...)". "(...) Há uma máquina muito bem azeitada, acobertada pelo Governo – na qual entra muito dinheiro dos americanos – que mantém **esse homem** (Ari Campista) na direção da entidade. (...) Na minha opinião, o movimento sindical de industriários precisa começar a organizar uma chapa para concorrer às eleições da CNTI (...) Na mão de gente honesta (...) ela impulsiona a luta".

A oscilação de Corrêa parecia refletir a difícil política do CC de se infiltrar na CNTI[104] ao mesmo tempo em que tentava influenciar os sindicalistas radicais em ascensão – inclusive radicalizando sua pregação por mudanças na estrutura sindical, como o demonstra a pregação do voto direto para a Justiça do Trabalho[527].

Não por acaso, a grande lição do ABC extraída por *Isaías Assis* em artigo de agosto de 78, intitulado *"Greves Resultam de Longa Acumulação de Forças"*, realçaria a maleabilidade do sindicato oficial e a justeza da estratégia democrática de superação da ditadura. A estrutura sindical teria se mostrado *utilizável pelos trabalhadores*, e evitando os erros de Osasco em 68 SBC pode aproveitar o terreno "fértil" das lutas acumuladas, negociando e seguindo "um caminho compatível com a evolução da frente democrática". Não houve, para ele, durante a greve, diferenças entre "combativos" e *ditos* "pelegos". Houve unidade, e isso teria obrigado o Governo ao recuo apesar das ameaças em contrário. Tal opinião era emitida com a certeza demiúrgica: **"não estamos preocupados em polemizar com as forças que não conseguem entender isto"**; sentenciava[528].

À *esquerda*, em 79-80, o realce ficava com a possibilidade de

> "recriar um sindicalismo **autenticamente democrático** dentro do espaço cerceado constituído pelos sindicatos submetidos ao império do arbítrio legalizado". "(...) Na base do movimento do ABC foram criadas as premissas para o estabelecimento de uma ampla unidade de ação intersindical no Brasil",

por isso, além da realização da CONCLAT, assinalava-se o crescimento da idéia de criação da CUT[529].

Os rumos tomados foram outros todavia, com resultados desastrosos tanto no que toca à inserção partidária no MS e no movimento popular, como à unidade da esquerda na transição democrática. A orientação sindical imprimida depois de 79, com sua ênfase nos setores atrasados que resistiam às novas formas de ação emergentes, constituía-se em verdadeiro contraponto aos sindicalistas radicais do ABCD. Se estes últimos tendiam à hostilização dos partidos liberais, os primeiros se apegavam com

527. In VO/78, nº 149 (7). In VO/79, nº 155 (4). Corrêa/80, pp. 31/36/37; ggmm.

528. In VO/78, nº 149 (3).

529. DCB/79, nºs 19 (9) e 23 (2). DCB/80, nºs 27 (5) e 29 (2).

excessiva determinação às articulações institucionais no MS. Ao discurso operário incisivo contrapunham a articulação com o centro enquanto **similar sindical dos moderados do PMDB**, num esforço de equalização do sindical ao político completamente oposto ao que preconizavam na crítica ao partidarismo[530].

Mesmo nos sindicatos dominados pelo PCB, portanto não dependentes de alianças com os sindicalistas moderados, o padrão de comportamento recuado que a linha pró-FU impunha nos organismos de coalizão se reproduzia plenamente. A concepção que prevalecia era aquela formulada pelos paulistas em março de 78, segundo a qual caberia à classe operária lutar para "**alargar** (...) o projeto de democracia restrita das grandes burguesias dissidentes (...)". Esse era o limiar que não devia ser ultrapassado, pelo menos enquanto o ABCD não chegasse pelo menos à capital atingindo, por exemplo, a movimentação dos desempregados de Santo Amaro, como indicaria Vianna em fevereiro de 84[531].

O relato de Pinheiro sobre o encaminhamento da greve nacional bancária de setembro de 79 no Rio é elucidativo a este respeito. Tendo chegado ao sindicato no bojo de um árduo processo eleitoral em 78-79, no despertar do MS, empossado num ato público com presença e repercussão nacionais, Pinheiro assumiria o sindicato bastante fortalecido. Isso imporia ao partido uma grande responsabilidade na condução da primeira campanha salarial da diretoria pós-intervenção. A tática adotada, naturalmente, refletiu o peso das expectativas cultivadas pelo processo de mudança em curso combinando uma mobilização a nível nacional, que envolveu Olívio Dutra em POA e Augusto Carvalho em SP – à época era do PCB, antes de ir para o PT – em torno da decretação do *estado de greve*.

> "Nós sabíamos que fazer greve no setor financeiro iria provocar uma brutal reação, iria ser pior que a greve dos metalúrgicos do ABC que era uma coisa localizada e não mexia com a economia como um todo. A gente torcia para não ter greve, mas não deixamos de utilizá-la como argumento (...) para conseguir um grande aumento. Anunciávamos, através de cartazes com a marca do sindicato – procedimento que era proibido na época –, a possível greve com o seguinte *slogan* : 'é bom você sacar que o banco vai parar'. A idéia era levar o banqueiro ao desespero com o aumento dos saques na rede bancária. (...) A tática, porém, se mostrou perigosa, porque a massa acabou por comprar a idéia da greve. (...) No desenrolar dela adiávamos a greve à medida em que os patrões aumentavam sua proposta. Enquanto isso, a presença nas assembléias aumentava significativamente (...) até alcançarmos a marca de 12 mil pessoas. A proposta patronal, neste processo, pulou de 2% para 16%, que era o limite deles – índice que era maior que o conquistado pelos metalúrgicos do ABC depois de uma greve de 46 dias. A assembléia de 12 de setembro de 79 era a data derradeira para a aceitação

530. Ver Corrêa/80, p. 143.

531. N. Mar. SP/78, p. 34. Vianna/86, p. 143.

do índice, ou a decretação da greve, porque dia 17 seria o dissídio.

(...) No dia 11 fizemos uma reunião do setor bancário do partido: só eu e o Zola votamos à favor de uma greve de 24 horas. Derrotada a proposta de greve, eu fui destacado para defender a aceitação da proposta patronal na assembléia (...). Os nossos argumentos eram todos corretos, e se confirmaram mais adiante: não era possível conseguir nem 0.5% a mais de aumento porque haveria intervenção no sindicato e demissão das principais lideranças (...) nos bancos privados – foram demitidas mais de mil pessoas depois da greve.

Na assembléia lotada o ambiente era tenso, mas na nossa avaliação dava para passar a proposta. Às 20:30 h, o Ciro Garcia pede a palavra e anuncia que em SP acabava de ser decretada a greve. A massa então se agitou, foi uma loucura. (...) Para poder defender nossa proposta eu tive que agredir o plenário, de onde viam, em minha direção, moedas, xingamentos de corrupto, traidor, etc. (...) Posta em votação, a greve teve o apoio de 60% dos presentes. Então, me proclamei o comandante da greve, acatando totalmente a deliberação da assembléia. Nossa posição foi politicamente errada, porque não levou em consideração o desgaste da diretoria e o estado de espírito da categoria, que foi para a rua mostrando uma combatividade que nós não imaginávamos, (...) inclusive a ponto de proteger as três lideranças com prisão decretada a pedido de Murilo Macedo, enfrentando a PF – formou-se, após uma assembléia, um cordão de isolamento para que pudéssemos sair nos carros dos parlamentares que foram em nosso auxílio".

O saldo da greve, além das demissões e da intervenção por 104 dias – enfrentada com um "governo paralelo" na Federação dos Bancários até a retomada em dezembro –, foi o desgaste das principais lideranças partidárias no MS, não obstante, em menos de 1 ano após a intervenção, os sindicalizados terem pulado de 17.900 para 23.000 numa categoria de 65 mil pessoas[532].

Se, por um lado, a grande política era chamada a invadir o terreno das lutas sociais para freá-la em nome da *unidade democrática*, de outro, era compelida pelo CC a abandoná-lo de modo a preservar o sindicato dos riscos da radicalização. O empenho, material e político, dos bancários cariocas na campanha da anistia, em 79, e das *diretas já!*, em 84, seria recebida com temor pelo CC: *considerava-se tal postura como muito arriscada*, "estávamos politizando muito o sindicato, nos expondo muito (...)". A resultante desse processo era um sindicalismo vacilante quanto às lutas que impulsionava, sem brilho próprio na luta política e prisioneiro de compromissos políticos asfixiantes, como nos relata Pinheiro:

"nós fazíamos uma transposição mecânica da nossa política de frente democrática para o movimento sindical, esse foi o primeiro erro. (...) Não sabíamos combinar unidade com luta. Se apoiávamos um governador de determinado estado, não fazíamos greve entre os

532. Pinheiro/92. VU/80, nº 9 (10).

> funcionários públicos e não promovíamos greves em outros setores que pudesse prejudicá-lo (...). Na questão sindical deveríamos estar ao lado dos trabalhadores e não da aliança política, mesmo que justa. Aqui no Rio, durante o Governo Moreira Franco, falou em greve de funcionário público estadual estava lá o partido para tentar apagar o incêndio, na área médica, na educação, e o PT atrás ocupando os espaços com muita competência. Isto foi fatal. Outro idéia errada é aquela de que greve podia desequilibrar o processo de democratização (...).
>
> Nós vínhamos de uma gestão muito boa (1979-85) onde conseguimos importantes conquistas para a categoria (...) Foi uma época de muitas lutas, quando derrotamos o *pacote das estatais*, realizamos uma mobilização monstro na Av Rio Branco e encabeçamos uma greve vitoriosa no BB que arrancou 100% do INPC para todos os empregados das estatais, acabando com o *efeito cascata* que previa aumentos diferenciados entre níveis salariais".

Mesmo assim, a oposição de esquerda a nós conseguiria nos derrotar ideologizando as eleições em termos da nossa identificação com a CONCLAT e com Moreira Franco, Miro Teixeira, etc..

> "Na CUT estavam Lula, o PT e Brizola (...), e isto foi decisivo (...) nos bancos particulares e no BANERJ. No BANERJ a disputa foi ganha por Barata enquanto Percinotto era 20 vezes mais representativo que ele (...) Tirando as urnas do BANERJ nós ganhávamos a eleição. Perdemos por 51 mil à 49 mil e aí eu abrí mão do segundo turno"[533].

Os problemas verificados no SindBanc./RJ tomam dimensões maiores quando se considera o peso do PCB no MS daquele período[105]. O partido era, "seguramente, a força política mais importante do MS brasileiro", nos diz Pinheiro, e, podemos completar, os bancários cariocas tinham um peso nessa influência talvez só superável pelo controle do complexo sindical de Santos e pela influência no SindMet./SP[106]. Era no RJ, mais que em SP, que se concentrava o poder de influência sindical dos *pecebistas*, sobretudo entre os sindicatos de classe média[107]. A intersindical do RJ, criada pelos *pecebistas*, refletia isso em sua composição: dos 13 membros de sua executiva 9 eram do partido e 2 simpatizavam com o projeto do PT[534].

Apesar dessa influência, inclusive sobre Lula, o partido não conseguia construir uma alternativa própria na cidadela do sindicalismo radical[108]. Ao contrário, à medida em que desenvolvia-se tal sindicalismo, e com ele o projeto PT, os *pecebistas* aferravam-se ao seu modelo sindical democrático e em suas alianças moderadas, muito embora não abrissem mão da solidariedade com os trabalhadores[109]. A impotência do PCB diante da novidade encarnada por Lula está expressa na postura de Tenório Lima e Corrêa durante as greves de 79 e 80, quando o primeiro, através da VO, dirigia **apelos** aos trabalhadores em greve, e o segundo se empenhava nas **negociações com o**

533. Idem.

534. Pinheiro/92.

Governo, via Célio Borja, visando desobstruir os canais de entendimento[535]. Ambos, como responsáveis sindicais do CC e apesar de se posicionarem de maneira distinta no expectro partidário – respectivamente, *centro-esquerda* e *centro-direita* –, expressavam por meio desses gestos a impossibilidade da reaproximação do partido com a práxis sindical radical autônoma que ainda, de alguma maneira, sustentaram no pré-64.

A semelhança entre a orientação sindical partidária dos anos 80 e a do pós-guerra está na existência de dois objetivos maiores, superiores à luta operária do momento, que não eram identificados imediatamente com o socialismo: em 45-46 tratava-se de consolidar o pacto antifascista (parceria URSS-EEUU) e evitar retrocessos, enquanto na década de 80 o objetivo maior era consolidar o pacto democrático (parceria com os liberais) além de evitar retrocessos. A diferença básica entre os dois momentos, no entanto, está no aparecimento de uma corrente sindical alternativa, no último período, que encontra sua razão de ser na movimentação autônoma do proletariado e não na relação deste com o Estado através de sua mediação. Tachar o *petismo* e, posteriormente, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) como portadores de "uma política irresponsável de greve, que consistia em decretá-la de cima para baixo, chamando a classe para aderir", segundo palavras de Silva, não deixava de espelhar o desejo do partido de que tudo não passasse de uma repetição do passado, tanto no que toca ao *oportunismo irresponsável* dos *petebistas* no pós-guerra como ao *esquerdismo* da linha stalinista dos anos 50, que apenas *geraria novos recuos e fortaleceria a direita*[536].

A ênfase democrática, neste caso, substitui os apelos à *união nacional* de 45/46 sem possibilitar ao partido um escape no caso da ereção de uma nova democracia sem justiça social, tal como no passado. A priorização da democracia a partir da análise da crise da greve de 80 e o diagnóstico que ligava o avanço do "movimento operário" à "luta diária pelo fortalecimento da democracia", feitos em maio em editorial da VU, espelham bem a subsunção da melhoria social ao projeto político maior do *pecebismo* naquele instante. Defender, como o fazia Capistrano F° em junho, que "a máxima reivindicação dos trabalhadores do Brasil (...) é a **liberdade**, é a **democracia**, condição indispensável para que as condições de vida e trabalho melhorem" – entendendo, evidentemente, que "a alternativa democrática teria (...) naturalmente, o eixo" de sua "contra-estratégia" na "defesa intransigente de uma política salarial" pró-trabalhadores, como a VU defenderia em julho –, ou protestar, como Corrêa, que a denúncia da abertura negaria "toda a luta de nosso povo" –

> "a abertura não é uma farsa. Ela é real, porém limitada. E limitada porque as forças de oposição não conseguiram o grau de unidade nem a mobilização (...) de massas necessárias para derrotar o regime. (...) É por não entender o caráter limitado da abertura que muitas forças políticas adotam a tática do confronto com o inimigo em vez de procurar desgastá-lo

535. In VO/79, n° 157 (5). Corrêa/80(op.), pp. 116-119.
536. Silva/92.

(...). Todos sabem que o confronto favorece sempre o mais forte" –

denotava a intenção de querer abafar a questão econômico-social apenas pela consideração abstrata de sua possível inoportunidade conjuntural, perdendo de vista a impossibilidade de se domar um conflito cuja inevitabilidade estava inscrita na própria forma como emergira[110]. As questões levantadas por Sylvia Moretzsohn, em sua crítica a Vianna e Corrêa em maio/junho, ficariam sem resposta por um longo período até que a realidade da transição *peemedebista-sarneysista* as recolocasse em termos definitivos: o que é uma greve "senão um confronto que a inviabilidade de uma solução negociada anteriormente não pode impedir?"; *seria útil evitar a tensão num quadro previamente marcado pela intransigência patronal?*; "derrotas (...) fazem parte do movimento. E só uma visão estreita pode entendê-las em si e desprezar o fato de que (...) com elas as massas aprendem (...)"[111]537.

No lugar do *aprendizado das massas* proposto por Moretzsohn surge a *razão política* por cima delas, como se depreende do artigo de Vianna, de junho de 80, um verdadeiro libelo contra o PT intitulado *"Pela política, contra o basismo e o espontaneísmo"*:

> "(...) a política consiste sobretudo na arte de tomar decisões (...) O bom lance quase nunca é a tradução (...) de (...) um **dado** (...). Ao revés, é resultado da descoberta, da **invenção**". "Entre nós, a aposta de fundo **quase messiânico** nos movimentos sociais tem-se associado à subestimação (...) da política". "A elevação do clima de tensões, longe de ser um perigo, significaria (...) a política adequada às circunstâncias".

O confronto substitui a política, como o assembleísmo substitui a negociação, e por trás disso não existem motivações claramente formuladas (a não ser por parte de uma minoria aventureira). A "sabida despolitização dos movimentos sociais" e a "resistência que movimentos sociais (...) opõe ao seu recorte político ideológico", tornariam remoto no "nosso sindicalismo" o aparecimento de "sindicatos de correntes políticas". Aqui firmava-se a certeza na impossibilidade de crescimento da política *esquerdista*[538].

O sindicalismo radical apareceria, por um lado, como carente de conteúdo político conseqüente, para de outro, surgir prenhe de uma política sectária que fizera *a greve deixar de ser sindical para adquirir após o julgamento do TRT um caráter político*. Caráter político este que seria condenado *tout court* pelo CE/SP em 81:

> "se cada partido oposicionista começar a montar seus Movimentos Trabalhistas, isto em nada contribuirá para a unidade do movimento sindical. A Lei Portella, que abriu caminho para esses Movimentos, foi elaborada com a finalidade de dividir, não nos iludamos".

537. In VU/80, nºs 5 (3), 7 (1/2), 12 (2/3) e 17 (7). Apud Antunes/92, p. 87.

538. [Vianna, Luiz Werneck /1980] p. 3; ggmm.

O PT, então, por si só, surgiria o grande *divisionista do MS ao não entender* "que (este) deve ser unitário, já que suas lutas são de esfera fundamentalmente econômica"[539].

Aproveitando uma comparação feita por Weffort numa mesa-redonda na VU em maio de 80, para os *pecebistas* tratava-se de, simultaneamente, aproximar o Lula de 80 do Antônio Chamorro de 53 e afastá-lo do José Ibrahim de 68. A maneira prática encontrada para esta operação foi o combate à OP, transformada na encarnação do mal, num processo cujo início foi junho de 80 com o surgimento do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), que surgiria para aglutinar o sindicalismo radical evoluindo mais tarde para Articulação Nacional dos Movimentos Populares e de Oposição Sindical (ANAMPOS) até se institucionalizar na CUT em 83. Alguns grupos que compunham esta estrutura, nos diz Pinheiro, "eram organizações permanentes, à margem da estrutura sindical, com sede e imprensa próprias, constituindo-se num verdadeiro sindicato paralelo"[540].

Os ataques seriam violentos nas páginas da VU. A proposta do pluralismo sindical sustentada pelos radicais seria qualificada de *bandeira dos monopólios* por Marco Moro em maio de 80, enquanto Capistrano F° em agosto a explicava como fruto da "ignorância" ou da "safadeza" – pelo menos no caso de Armando Boito e Décio Saes, com quem polemizava. A reunião de Taboão da Serra do ENTOES, recém-realizado, era tachado de "estreito". Segundo a VU, a 1ª reunião do grupo em SP, em junho, fora "marcada pela inexpressividade quantitativa e qualitativa de seus participantes e pela acirrada disputa miúda entre grupúsculos". A 2ª, em ago, em SBC, chegara a reunir 800 pessoas mas teria sido dispersa e confusa. Os sindicalistas *pecebistas*, como Raimundo Lima da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentos de SP e Presidente do SindPad./SP, admitiam que a atual estrutura sindical "viola tanto a liberdade quanto a independência dos trabalhadores (...) e põe obstáculos à organização pela base (...)", porém, distinguia seu combate da criação de entidades paralelas, arrematando: *os partidários do pluralismo escondem suas intenções*

> "porque sabem que o trabalhador jamais aceitará se livrar da tutela do Estado para cair sob o domínio dos partidos políticos, dos patrões, e das instituições religiosas". *Um dos mais graves erros do ENTOES é a* "**odiosa discriminação** que fazem entre (...) sindicalistas *bons* e (...) *maus*".

No mesmo mês, um diretor do SindMet/Guarulhos não identificado afirmava: "há um grupo que se intitula oposição sindical, mas que na verdade é um **agrupamento de descontentes**, que pretendem tumultuar o processo (...)". Três anos depois, refletindo a mudança no comportamento político geral, os sindicalistas mais eminentes do PCB, como Gonçalves, definiria o "pluralista" nos termos do

539. In VU/80, n° 7 (11). Apud [Santo, José do Espírito /1981] pp. 2/3.

540. In VU/80, n° 8 (20). [Pinheiro, Ivan /1989] p. 168.

sindicalista anônimo citado: "(...) o grupo (...) perde a eleição e sai (...) berrando *pluralismo*..., *oposição*... (...) e outros nomes que traduzem apenas sua **fraqueza**"[541].

Mas, o mais significativo ataque aos radicais, revelador de uma concepção de sociedade e de política arquetípica do comunismo, partiria de Corrêa: para a ANAMPOS "o que impede os trabalhadores de lutarem é a atual estrutura sindical, e não o **pluralismo** político-ideológico existente na sociedade e no meio operário, e a imensa **desorganização** da massa (...)". De fato, "combater divisões" era a "meta prioritária da Unidade Sindical (US)" desde sua fundação em 78, quando foi criada no bojo do movimento de solidariedade ao ABCD. Seus aliados mais iminentes faziam coro, como *Joaquinzão*: "(...) somente unidos poderemos resistir ao governo e às multinacionais". Esta unidade, mesmo pretendendo conciliar luta com negociação, inclinava-se mais para o arranjo político. Em plena mobilização dos metalúrgicos cariocas, por exemplo, o neo-*pelego* e Presidente da entidade, Oswaldo Pimentel, explicitava esta orientação: "não podemos expor uma categoria ao risco. Temos primeiro que examinar o terreno (...)"[542].

A unidade encerrava contradições até mesmo para o crescimento do partido em lugares estratégicos onde poderia vicejar. Era o caso de SCS, onde o neo-*pelego* João Lins – fundador do PT, de onde seria expulso em outubro de 80 – praticava, segundo Moro, fraudes contra *Frei Chico* desde 78. Lins, apesar de tudo, seria tolerado pela US mesmo diante dos protestos de *Chico*: "tem que se ter pelo menos um pouquinho de hombridade para participar da US"; concordava ele com Lula num debate organizado na VU em outubro de 80. Para *Chico*, a US em SCS se reduzia "a um compromisso individual" que acabava "ficando só no papel"[543].

A percepção destes problemas, e do impasse da política sindical do partido, começam a aparecer em 81 acompanhado de críticas fortes à direção central, com José do Espírito Santo – provavelmente um codinome de um dirigente paulista. Para ele,

> "(...) nossos mais destacados quadros, em cada categoria, têm privilegiado o trabalho *pelo alto*, intersindical ou no Departamento Trabalhista do PMDB, em detrimento da luta para dinamizar, renovar e fazer avançar o movimento sindical *por baixo*, à base de mobilização, do esclarecimento e da organização de suas bases... Nossos quadros, em geral, se diferenciam pouco, na atividade sindical diária, da massa de dirigentes atrasados (ou mesmo de pelegos). (...) Os sindicatos sobre cujas diretorias temos influência **não adquirem novas características**, novas qualidades, nem perderam alguns dos velhos defeitos, o assistencialismo, por exemplo. A maior parte da renda é destinada, ainda, à assistência médico-odontológica, (...) executada de modo apolítico e desmobilizante. O espírito de rotina

541. In VU/80, nºs 9 (10), 18 (10), 24 (11) e 26 (10); ggmm. In VU/83, nº 177 (se-6); gm.
542. In VU/83, nº 169 (12); ggmm. VU/80, nº 9 (10), 10 (11), 21 (12) e 22(11).
543. VU/80, nº 27 (6), 29 (10) e 30 (8/9).

> imperante, impede o desenvolvimento pleno (...) dos sindicatos" *como entidades essencialmente reivindicatórias*.

Mesmo criticando as lideranças do ABCD à moda do CC – por se portarem *como se os liberais tivessem a obrigação de prestar-lhes solidariedade, como se a classe operária fosse hegemônica no movimento democrático*, "(...) subestima(ndo) a importância da manutenção da entidade longe da interferência do Ministério do Trabalho", pensando ser possível tocar a greve apenas com "a organização de base (...) sem o sindicato (...)", ao mesmo tempo em que sustentavam "uma concepção estreita de movimento sindical" desprezando "o trabalho com as diretorias sindicais atrasadas, abandonando esses sindicatos à política do Governo e aos patrões", cultivando o "sectarismo" e propagando a "ideologia burguesa" do pluralismo sindical –, Santo explicitaria claramente sua preocupação em não se afastar do sindicalismo católico. Para ele, uma parte substancial da crítica do partido ao ABCD foi feita

> "com argumentos falsos, com a preocupação de 'não gerar tensões', o medo do 'assalto aos céus', do confronto que pusesse em risco a frente democrática, etc.", não compreendendo que a "(...) rejeição ao cupulismo e sua preocupação com os trabalhos de base, constituem a contribuição mais significativa que trazem (os novos sindicalistas) ao movimento operário brasileiro".

E finalizava, citando documento sindical do CE/SP:

> "(...) não temos sabido recolher (...) a grande experiência de São Bernardo, aquilo que fez do sindicalismo de São Bernardo uma **exceção no panorama sindical** brasileiro, e que é uma tese que defendemos há anos: é possível utilizar os sindicatos apesar de todas as limitações da atual estrutura, para unir, esclarecer, mobilizar (...). Nossas iniciativas (...) ressentem-se da **falta de capacidade mobilizadora e de representatividade** (...)"[544].

Em importantes bases sindicais a percepção seria a mesma, como nos narra *Frei Chico*, um dos poucos a defender a entrada do PCB no PT para *disputar a direção* quando da reformulação partidária:

> "reagíamos a isto nas bases operárias, mas o centralismo-democrático nos obrigava a ficar quietos" *e no processo fomos perdendo nossos quadros, que íam para o PT ou se aposentavam*. "Nossa postura de organizar o recuo e segurar as greves, uma postura de quem está no poder", *foi agravando o problema*. "O Jarbas desempenhou este papel de moderador e a nossa militância mais combativa foi se desligando"[545].

De fato, o partido vinha desde o começo dos anos 80, malgrado sua força, se isolando do MS em expansão. No Rio, o DCB reclamava desde 80 que as conversas se davam mais com a dissidência do

544. Apud Santo/81, pp. 2-4; ggmm.

545. Pinheiro/92. *Frei Chico*/92.

partido do que com o próprio e que suas idéias e seu programa eram copiados por forças que o excluíam das composições políticas, lamentando ainda que a tática autosuficiente posta em prática pelo setor nas últimas eleições tenham exposto *nossa* "fragilidade estrutural" – uma referência, também, ao fato de que o *círculo* de 50 trabalhadores, dos quais 30 já se reuniam enquanto partido, com que contavam em 78-79 não vingara. A tentativa de resolver o problema assumindo publicamente a identidade partidária, feita em março de 81[546], tampouco surtiria efeito na medida em que era na própria identidade, ou seja, na relação do passado de lutas com o presente de conciliação, que radicava a questão.

Nas eleições sindicais de StA e SBC, onde os *pecebistas* seriam derrotados em 81 com suas alianças anti-radicais, a problemática da representatividade e das alianças emergeria com toda dramaticidade. Em StA a chapa 4, integrada pelo partido, surgia com o significativo *slogan* "contra aventuras e contra os patrões" tentando subtrair influência dos radicais – o rechaço à aventura em primeiro lugar. Em SBC o esforço em rivalizar com o novo sindicalismo também seria maior do que a tática de ocupar os espaços no sindicato – o que só pode ser explicado à luz da *principalidade democrática* –, apesar da simpatia exposta em maio na VU pelos *esforços unitários da chapa de Lula*, posteriormente substituída pela *subida no muro* em junho e, finalmente, a declaração de apoio à oposição em agosto[547].

Tratava-se, acima de tudo e mais uma vez, de **frear o *esquerdismo*** tentando protelar o surgimento de entidade gerais de conteúdo marcadamente político, como ocorrera, sem sucesso, com a UNE (1979) e a UBES (1981). A CUT era a nova *ameaça* à continuidade da transição e a entidade, em que pese todas as dificuldades do partido, na qual, por conta da aliança com os moderados e os *pelegos*, era possível exercer função de freio dos movimentos sociais que os *pecebistas* haviam escolhido como sua contribuição à unidade oposicionista.

De fato, o *poder moderador* do partido atuaria no MS como não pudera fazer no ME e no MES. Como bem lembrou Maria Hermínia, em debate na VU em maio de 80, a criação da intersindical aconteceu de fato em 79 com a criação de numerosas intersindicais regionais no processo de apoio ao ABCD e de disseminação das greves em outras categorias. Nesse período de ascenso e redescoberta das lutas sindicais o partido agiu como freio, quer quando obstinou-se numa unidade impossível, atraindo os radicais para debates infindáveis, quer quando rejeitou qualquer *precipitação* no processo de sua criação. Dois efeitos práticos derivaram dessa prática. O primeiro, concordando com Boito, foi o retardamento do aparecimento da CUT como fenômeno útil à estratégia aberturista da ditadura e, conseqüentemente, à do partido, que também se baseava na gradualidade não obstante o descontentamento quanto ao seu tempo de duração Este retardamento da CUT, como bem aponta Boito,

546. DCB/80, nº 29 (3-5). VU/81, nº 50 (12).

547. VU/81, nºs 58 (11), 61 (10), 63 (12) e 67 (1).

ainda por cima a faria coincidir com uma conjuntura desfavorável aos trabalhadores em função dos efeitos da recessão sobre sua capacidade mobilizatória. No entanto, deve-se levar em conta que no processo de embate com os moderados os radicais consolidaram-se enquanto vertente capaz de dar direção ao MS nos anos seguintes. O segundo efeito, como bem disse *Frei Chico*, foi que "(...) queimamos o Ivan Pinheiro, o Edvaldo Gomes, o Arnaldo Gonçalves, o Raimundo dos padeiros; tudo por conta de uma política medrosa e conchavista que pensava ganhar o movimento sindical pela sua parcela conservadora"[548]. O patrimônio político-pessoal dos quadros forjados ou ganhos no período da resistência dos anos 70 seria definitivamente esterilizado, impedindo não só o crescimento como a própria continuidade de sua influência.

O processo de afirmação dessa diretriz foi longo e árduo, começando em junho de 80 com a proposta de 20 líderes da US/SP no sentido do adiamento da 1ª CONCLAT, prevista para setembro de 80, para julho de 81, proposta que contou com o apoio de Lula. A US, que, àquela altura, aglutinava nas regionais todo o MS e tinha uma coordenação nacional em SP, definia em duas as suas prioridades em maio de 80: o jornal de divulgação do movimento e a realização da CONCLAT. Os *pecebistas*, no debate que antecedeu à CONCLAT, dividiriam-se quanto à criação imediata da CUT. Tenório, em outubro de 80, falaria da "inadiável constituição da CUT", enquanto Pinheiro e Monrevi (SindProf./RJ), às vésperas da Conferência, defenderiam-na apenas na 2ª CONCLAT pregando, de imediato, uma coordenação de lutas. A segunda posição, majoritária no CC, sairia vitoriosa na 1ª CONCLAT que elegeria uma Comissão Nacional Pró-CUT em agosto de 81[549].

Da 1ª CONCLAT participaram 1.126 entidades, correspondentes a 25% dos sindicatos do país. Embora numericamente restrito, estiveram presentes as maiores e mais dinâmicas entidades do MS; "a maioria das ausentes não tinham vida sindical", explica Pinheiro. Isso, porém, não impediu que os *pecebistas* escorassem sua proposta de adiamento da CUT com base na pressuposição de que sua representatividade dependia da incorporação das entidades ausentes. Pinheiro, posteriormente, definiria isto com clareza:

> "(...) a Unidade condicionava a criação da CUT a um prévio fortalecimento do movimento sindical, à maior participação das bases, à consolidação das intersindicais estaduais e, **principalmente, à incorporação da maioria das entidades que não participavam** (...), independente da posição política ou da combatividade de seus dirigentes (...). A Oposição desejava apressar a criação da CUT, pois acreditava que a sua existência é que propiciaria o fortalecimento do movimento sindical e aumentaria a participação das bases". "(...) A Unidade desenvolvia a política de frente democrática, tentava articular-se com a sociedade civil e as forças democráticas. A Oposição apontava para uma política de frente de esquerda,

548. In VU/80, nº 8 (20). Boito/91, pp. 278/279. *Frei Chico*/92.

549. In VU/80, nºs 9 (10), 12 (11) e 29 (7). VU/81, nº 67 (10).

subestimando a luta institucional e as alianças com os liberais"[550].

Estas diferenças manifestavam-se na composição das alianças, que ao mesmo tempo que desvendavam a *natureza* das políticas preconizadas condicionavam-nas em seu alcance e profundidade. Por outro lado, o instrumental posto à mão de cada uma das tendências por estas alianças denotava as habilidades específicas de cada uma delas, ou sua *vocação* no MS. Ao comparecerem na CONCLAT, como admite Pinheiro, "articulados com o *Joaquinzão*" os *pecebistas* demonstravam que não só sua inclinação histórica pelo sindicalismo de cúpula – ou seja, aquele que buscava mobilizar os trabalhadores a partir de uma sólida inserção na estrutura sindical com base num discurso *politicista*, quer de cunho nacionalista, como no pré-64, quer liberal, nos anos 70-80 – não havia sido superada como fora agravada. Já a ANAMPOS, com seu investimento nas OOSS – ou seja, na mobilização de militantes aguerridos para, ocupando o espaço dos sindicatos omissos, encurralar as lideranças conservadoras e moderadas impedindo-lhes uma reprodução fácil no futuro –, apontava para o ressurgimento de um sindicalismo combativo cujo único paralelo histórico, malgrado as enormes diferenças ideológicas e políticas, encontramos no anarco-sindicalismo das primeiras 2 décadas do século. Embora extraísse sua expressividade política mais dos sindicatos oficiais já conquistados do que das OOSS – composta em sua maioria por egressos de grupos católicos militantes e marxistas de limitada influência político-social (como o MEP, a CS, a LIBELU, os *posadistas*, APML e o PCR) –, a ANAMPOS subvertia a lógica do sindicalismo de compromisso do PCB; e isto sem subestimar a luta institucional, ao contrário do que advogavam Pinheiro e os *pecebistas*, apenas empenhando-se num processo de transformação dos sindicatos, e posteriormente das federações[112], em *plataformas políticas* sem concessões aos conservadores e populistas, seus controladores históricos. Tal via *basista*, considerada pelos *pecebistas* e pelo MR-8 como pouco crível – o PCdoB mantinha uma política dupla formando na US[551] sem deixar de participar de algumas OOSS (SindMet/SP) –, se mostraria altamente eficaz em face do imobilismo dos *chefes* conservadores, não obstante o empenho do MR-8 em dinamizar a aliança.

O estímulo para que a ANAMPOS perseguisse uma via tão diferenciada de conquista dos sindicatos pode ser descoberto tanto na concepção radical de luta política de seus mentores intelectuais – sobretudo os católicos simpáticos a Cuba – como na contingência histórica do bloqueio da ascensão dos novos sindicalistas pelo pacto conservador-stalinista. O uso intensivo do artigo 8º do regulamento interno da CONCLAT, que previa a eleição por fora do sindicato no caso deste boicotar o encontro[113], possibilitou a ANAMPOS reverter as expectativas de sua subalternidade polarizando o plenário – onde obteve metade dos votos dos 5 mil delegados nas votações principais – e contrariando as previsões de que sua representatividade não passaria de 20% da CONCLAT. Mesmo despreparados para obter uma

550. Pinheiro/89, pp. 168/170/171; ggmm.

551. Pinheiro/92.

representação na Pró-CUT proporcional ao desempenho nas votações – não apenas em função de sua posição minoritária na estrutura sindical, que lhes prejudicava o acesso aos recursos e às condições políticas para o exercício de uma direção estável no MS, mas também pela falta de *quadros* capazes de rivalizar com as lideranças agrupadas em torno da US[552] –, os sindicalistas da ANAMPOS não cessariam de ampliar seu raio de influência até amadurecerem sua decisão de criar a CUT sem os moderados 2 anos depois.

Fora o susto aplicado na coalizão moderada pelo peso de sua bancada, os radicais lograram poucas vitórias políticas importantes. Uma delas foi a interdição do acesso de *Joaquinzão* à Pró-CUT[114], não obstante o empenho dos *pecebistas* em evitar, segundo Pinheiro, "um grave erro, que veio a trazer sérios problemas para a unidade do movimento (...)" e que só seria reparado com o *racha* em 83, quando, em agosto, ele seria aceito na Comissão. Quanto às derrotas destacam-se 3: o pouco peso na composição da Pró-CUT[115], com o respectivo adiamento da CUT para agosto de 82, e o adiamento da greve geral, com a organização de um Dia Nacional de Protesto – posteriormente desconvocada, em julho de 83, quando a greve deveria se realizar, por proposta do partido[553].

No ano de 82 o partido aprofundaria sua *política democrática* assumindo uma postura ainda mais defensiva no MS do que a dos anos anteriores, não obstante ter proclamado em 1° de maio o ano de 1982 como *"o ano do troco"*, em referência à derrota no ABCD em 80, e declarado *"Todo apoio à luta de São Bernardo"*. O recuo, decidido em maio[116], se explicitaria em junho com a afirmação de que "(...) as eleições (...) constituem um empecilho para a (...) celebração" da 2ª CONCLAT e a tentativa, fracassada, de adiá-la A confirmação em 5 de junho, no entanto, não faria o partido desistir de seu intento protelatório. Em 17 de julho, noutra reunião, a confirmação seria finalmente revertida com a participação decisiva da CONTAG e sob a argumentação da pouca representatividade da Pró-CUT, da falta de discussão nas bases, da proximidade das eleições decisivas para por fim ao regime militar – que poderia partidarizar ainda mais o MS –, e da conjuntura política que não comportava a criação da CUT[554].

Ao mesmo tempo em que conseguia adiar o evento, o partido iniciava uma ofensiva para desmontar o esquema em que se apoiava a participação das OOSS no MS propondo, através de Tenório, o banimento das associações não-sindicais dos encontros intersindicais a nível estadual (ENCLATs). O adiamento da 2° CONCLAT, todavia, detonara o tênue consenso construído durante a 1ª CONCLAT desencadeando uma demanda pela renovação da Pró-CUT que provocaria um *racha* dos moderados em SP, que se recusavam a participar do 3° ENCLAT do estado temendo perder posições. Para a ANAMPOS, como deixa claro Antônio Toschi, Presidente do SindMet./Osasco, a responsabilidade pela paralisação

552. Pinheiro/92. Pinheiro/89, p. 169.

553. Pinheiro/89, pp. 171/172/176/178.

554. VU/82, n°s 103 (8), 104 (1) e 109 (10). Pinheiro/89, pp. 173/174.

do MS estava na composição da Pró-CUT. O partido, diante disso, ficaria atônito participando dos dois lados da contenda na esperança de impedir que o aprofundamento da polarização esquerda x direita provocasse uma divisão irreversível na intersindical mais importante do país com conseqüências diretas a nível nacional[117]. A contra-ofensiva de agosto da ANAMPOS, diante da confirmação do adiamento da CONCLAT pela Pró-CUT, visando preservar o artigo 8° seria acatada em dezembro, junto com a fixação de uma nova data para a 2ª CONCLAT (agosto de 83), na esperança de que ela reequilibrasse a dinâmica de forças do pacto unitário[555].

83 começaria confirmando estas expectativas com a VU bradando *"Trabalhadores unidos contra o arrocho e o desemprego – vamos construir a CUT"* e convocando o dia nacional de luta em suas páginas centrais, em março, até que a resistência dos conservadores à convivência com a ANAMPOS, bafejada pelo MR-8, açulou a *direita pecebista* a reverter a tolerância de sua política unitária. O partido enxergava na articulação divisionista da qual participava o MR-8 um perigo mortal para sua estratégia sindical. Dizendo temer que a CONCLAT fosse enfraquecida com a ausência das federações os *pecebistas* empenhavam-se pelo retorno delas e de *Joaquinzão* à Pró-CUT tentando preservar o aspecto crucial de sua aliança, na qual baseavam sua estratégia de renovação do MS. Por isso, em abril o CC alertaria através da VU que a persistência da peleja federações x ENCLATs/Pró-CUT inviabilizaria a CUT[556].

Em maio, em função da perspectiva de deter a concorrência do MR-8, o partido retomaria sua ofensiva convencendo a CONTAG[118] a condicionar a criação da CUT à adesão de mais entidades ao MS e à melhoria desempenho das inter-sindicais estaduais[557]. Num segundo momento, em agosto, os sindicalistas do partido no RJ propunham à Pró-CUT a revogação do artigo 8°. Mesmo rejeitada, a proposta seria reapresentada na reunião seguinte, agora com o apoio da CONTAG[119], e derrotada mais uma vez. O partido, no entanto, obteria, sem a presença da ANAMPOS – que compareceria apenas para comunicar à Pró-CUT a confirmação da 2ª CONCLAT para SBC naquele mesmo mês –, novo adiamento da CONCLAT por 60 dias[558].

Oficializado o *racha* pela esquerda o partido avançaria para consolidar suas alianças à direita marcando novo encontro a fim de "dar um basta a esta situação e pôr a casa em ordem (...), **extirpando** definitivamente, a anarquia", segundo palavras de Pinheiro. Com presença recorde de seus membros, não obstante a ausência da ANAMPOS, a Pró-CUT revogaria o artigo 8° e confirmaria o Congresso das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) para novembro. O projeto dos conservadores,

555. In VU/82, n°s 114 (11) e 120 (8/9). Pinheiro/89, pp. 174/175.

556. VU/83, n°s 144 e 147 (13).

557. Critério que a ANAMPOS desprezava, como deixava claro Gumercindo Milhomen, Presidente da Associação dos Professores paulistas (APEOESP), ao relativizar a força dos sindicatos e rechaçar as federações como ponto de apoio para a CUT, preconizando este papel para as inter-sindicais estaduais. (In VU/82, n° 120 [8/9])

558. Pinheiro/89, pp. 176/178-180; gm.

explicado pela própria VU – que os denominava "correntes sindicais tradicionais"[559] – como sendo o de "isolar os vanguardistas (...)" e defendido por Hugo Perez e Maurício Rangel (Presidente nacional da FedUrban.) em termos peremptórios em suas páginas – do tipo, respectivamente, de "que (...) CONCLAT queremos? Com ou sem as federações e confederações?"; e "(...) no caso da manutenção deste artigo (8º), seremos obrigados a rediscutir a posição à nossa participação" –, seria finalmente encampado pelo partido. Enquanto a VU anunciava *"O que desfigura o CONCLAT é o divisionismo"* – e como *divisionismo* entendia a persistência no artigo 8º –, Edvaldo Gomes, Presidente do SindUrban./PE e expoente da *esquerda* que se deblateraria contra o revisionista Roberto Freire no final dos anos 80, mais discretamente falaria na possibilidade do referido artigo "dar margem à divisão" do MS, sendo secundado por Pinheiro, também à *esquerda* mas mais enérgico, e sua pregação por "um **basta** ao paralelismo no nosso movimento". Para os *pecebistas*, chegara o momento "de somar com o movimento operário e sindical **real**, com suas potencialidades e limites". Este *realismo*, como já vimos, radicava na estrutura sindical, nas confederações e federações que anunciavam o já esperado boicote à CONCLAT da ANAMPOS. O combate ao *peleguismo*, bastante tênue no partido desde o golpe militar, seria censurado pela coalizão moderada com os argumentos que também o partido usara contra as OOSS: "esse negócio de dizer 'é pelego' é demonstração de **incapacidade** de ganhar as eleições e os trabalhadores para as suas propostas"; diria José Francisco na ocasião[560].

Cegos para a importante ruptura que se processara no MS, os *pecebistas*, em setembro, só teriam adjetivos pejorativos para o conclave de SBC – *"(...) pequeno, estreito, isolado e divisionista"* – fixando-se em aspectos externos, como a ausência dos presidentes dos partidos políticos no encontro, para embasar seu diagnóstico da inviabilidade da CUT ali criada, enquanto o jornal da burguesia paulista, a *Gazeta Mercantil*, percebendo o que acontecia, qualificava de caricatural a CONCLAT marcada para novembro e seus *líderes de cúpula ligados ao PCB*, apostando na saída articulada por *Joaquinzão* – que, segundo a VU, tinha *"Um pé em cada canoa"* – como forma de modernização das relações trabalhistas. Enquanto o partido apostava na manutenção da unidade das intersindicais para isolar o *esquerdismo*, *Joaquinzão* assumia uma posição mais equilibrada condenando a CUT de SBC por estreita, mas aceitando a greve geral por eles convocada. Enquanto a CUT recém-criada investia na radicalização sindical, o partido jogava todas suas fichas na *luta democrática*, saudando a CONCLAT de novembro, realizado em Praia Grande/SP, pela participação das confederações – CONTAG, CONTEC (bancários), CONTCOP (trabalhadores em comunicação), CNTMAF (marinheiros e aeronautas) –, pela presença de 18 entidades internacionais – contra 12 de SBC –, e elogiando a FedMet./SP pela infra-estrutura do evento[561].

559. Uma denominação alternativa foi dada por Pinheiro, que os qualificava de *independentes* de dois tipos: o grupal (*Joaquinzão*) e o os individual (Maurício Rangel e Hugo Peres). (Pinheiro/92)

560. In VU/83, nºs 165 (3/8/9) e 166 (3/10); ggmm. Pinheiro/89, p. 180.

561. VU/83, nºs 168 (10/11), 169 (13) e 177 (3/14/15).

A Carta de Praia Grande, resolução do encontro divulgada pelo suplemento especial da VU, deixava clara a diferença entre as duas vertentes do MS ao determinar

> "a convocação urgente (...) de todas as **forças vivas** da sociedade (...) para (...) um encontro (...) pela democracia e em defesa da soberania nacional, com a finalidade de (...) aprovar uma alternativa (para a crise) (...) fazendo a **unificação da nação** (...)".

A *via alternativa* se baseava não na radicalização dos movimentos sociais, como preconizava a ANAMPOS, mas na *unificação da nação*, tendo as lutas um papel importante mas, certamente, acessório e localizado para impulsionar a unidade e a integração a ela dos *de baixo*. Mesmo diante de tão flagrante diferença, e de sua já vista disposição de derrotar os *inconseqüentes* aliando-se ao *movimento real*, o partido diria-se, através de Corrêa em setembro, indisposto a criar outra *CUT de competição*. Corrêa justificaria os posicionamentos tomados até então como simples forma de ***impulsionar a luta com base nas entidades***[562]. O recuo diante da perspectiva da competição pode ser explicado por dois fatores. Em primeiro lugar, o imobilismo dos aliados, não obstante a enorme concentração de recursos de que dispunham, não autorizava uma medida de força no campo da mobilização fabril com a CUT. Ademais, tal esforço seria ilógico dentro da perspectiva democrática que dominava o PCB por tender a impulsionar as lutas e elevar a tensão político-social a um nível que o partido compreendia como contra-producente.

Malgrado o dilema da competição, o partido entraria de corpo e alma na articulação moderada a ponto de só conseguir desligar-se dela com um alto custo interno, num processo dilacerante cujo ápice foi 88[120]. Até lá, porém, pode gozar de uma expressiva harmonia entre sua política sindical e sua política geral. Entre 83-87, consolidada a hegemonia democrática no VII CONGRESSO – sem *eurocomunistas* –, o partido pode participar ativamente das articulações visando a transição *pelo alto* e a estabilização do *governo democrático* desempenhando o papel que seus aliados liberais esperavam que desempenhasse: o de conter as lutas sociais em nome das reformas institucionais. Apesar de continuar destacando "a democratização das entidades do movimento de massas, o seu enraizamento entre os trabalhadores (e a) luta contra (...) o atraso" como *bandeiras prioritárias do PCB*[563], a orientação sindical imprimida no CONCLAT, depois CGT, por todo esse período, atravessando a campanha das *diretas já!*, a disputa no Colégio Eleitoral, a posse de Sarney e a Constituinte, seria bastante funcional à inserção do partido no âmago das forças democráticas. A palavra-de-ordem *"lutar para negociar, negociar para mudar"*, que dava o mote da ação política do conjunto do partido e entusiasmava vastas parcelas de sua militância, expressa com precisão o tipo de instrumentalização que o partido preconizava para o movimento social desde 77.

562. In VU/83, nºs 169 (12) e 177 (7); ggmm.
563. Res. VII/84, pp. 18/185/189.

c) novas bases da *unidade*: rechaço ao PT

A época em que em que se concebia *a melhor resposta ao esquerdismo* como sendo a ***unidade das massas***, posição expressa por Malin em 78, terminara para os *pecebistas* quando estas passaram a se mover no MS sob a liderança radical. Caducava, assim, o último resquício da idéia de 67 de conexão das *massas* com os liberais. O PT, fruto do radicalismo sindical, nasceria, como bem observou Antunes, justamente da impotência de um dos termos da equação, o MDB, em incorporar a pauta do outro. Assim, a idéia exposta pela CECC em 77 "de desenvolver ações unitárias nos diversos níveis colocados pela luta política" estimulando "ao máximo a potencialidade de cada um desses segmentos, buscando sempre a unidade, garantia e base da unidade mais ampla do movimento de oposição", e perseguindo "a vinculação ativa das massas" como "algo indispensável"[564] perderia a razão de ser depois do ABCD, quando a *massa* mostrou uma radicalidade que não poderia jamais ser aceita pelos liberais brasileiros, e do PT, que, como bem observara Lula em dezembro de 80, era uma criação legítima **dos** e não **para** os trabalhadores como ocorrera em 22.

A admissão do caráter anti-operário deste liberalismo, feita pelos próprios *eurocomunistas* na VU de maio de 80, e a conclusão de Vianna de que a dissensão dos empresários com o regime devia-se à proteção do lucro diante da crise, não impedia a eles, sobretudo ao último, concluir pela validade de um *compromisso histórico* à brasileira[121]: "a democratização de um país de seculares tradições autoritárias, como o nosso, significa uma verdadeira revolução política. ela é **impensável** sem (...) um compromisso histórico (...) com os liberais". Para Vianna, e isso ele explicita em fevereiro-outubro de 85, após a vitória de Tancredo/Sarney no Colégio Eleitoral, quando discute o papel da esquerda na transição, vivia-se "o resultado (do) desencontro" "de uma modernização autoritária que esgota(va) um dos seus impulsos (...) sem que exista uma burguesia moderna capaz de ordenar o mundo à sua imagem e semelhança" e, tampouco, naturalmente, uma alternativa popular-democrática capaz de impor-se no cenário político. Por isso a óbvia conclusão, usada em todos os momentos de impasse que exigia dos *pecebistas* uma definição, de que o perigo do retrocesso exigiria *o adiamento da nitidez* e "a preservação da (...) Aliança Democrática" para "a continuidade da transição", que "não se cumprirá se o núcleo forte da coalizão que derrotou (...) o regime", isto é, o centro, "não **prevalecer**"[565].

O *pacto democrático*, e isso os *eurocomunistas* perceberam em 85, não poderia ser apenas resposta ao *perigo do retrocesso*. Se este argumento era suficiente para embasá-lo em 80, não o seria para reiterá-lo 5 anos depois. Por isso a identificação do "novo" com a "coalizão das forças liberais e de esquerda", e desta com a "renovação do liberalismo político", e o resgate da linha "democrática e de massas" da 3ª Conferência Nacional de 46, "estigmatizada como oportunista de direita". Esta visão

564. In VO/78, nº 145 (4). Antunes/92, p. 61. N. Jun./77, p. 4. In VU/80, nº 36 (6).

565. VU/80, nº 5 (3). {Vianna, Luiz Werneck /1980(a)} p. 4; gm. Vianna/86, pp. 249/267/268; gm.

baseava-se na percepção de que o liberalismo, não obstante ainda necessitar de suplementos, havia incorporado a *temática social e nacional* depois da ditadura – os exemplos citados eram o MDB, a OAB, a ABI e a SBPC – tornando-se agente inibidor, quando não impedidor, da *conciliação intra-elites*. De fato, em fevereiro de 82, Bresser Pereira já aparecera na VU vocalizando a intenção de um pacto com a esquerda: a burguesia progressista "tem influência sobre o Estado (...), mas ela não o controla. É por isso, que os empresários precisam do apoio da sociedade civil"[566].

O CC inclinava-se ao *apoio* por motivo bem mais ortodoxo – e, por isso mesmo, bem mais convincente do ponto de vista doutrinário – do que o vislumbrado pelos *eurocomunistas*, como deixa claro a Resolução de Maio de 80: "a conquista das liberdades democráticas, (...) e ampliação (...), significam (...) golpes decisivos (...) no **imperialismo**, (...) vitórias importantes para a luta revolucionária". O *imperialismo* continuava "como o inimigo principal da Nação" para eles, que respondiam à idéia, veiculada no editorial da VU em dezembro, de multinacionalização da "burguesia brasileira" afirmando, como Melo em junho, que *o privilegiado no seio da burguesia era o capital estrangeiro*. De um lado, nacionalismo, de outro um indisfarçável ceticismo em relação ao papel da classe operária na transição – Dias, em maio, observara que *a própria formação da classe operária inibiria a unidade*[567] numa admissão de sua multiformidade que carrega evidente perda de sua mística de indivisibilidade – explicável tanto pela dificuldade do PCB penetrar em seu meio, como pela aberta hostilidade dos líderes operários mais avançados em relação ao MCB.

O que é importante atentar, todavia, é que mesmo antes do desencanto com a classe operária o partido já se inclinava para o *compromisso* em detrimento da luta. A postura adotada em junho de 77 em face da radicalização do ME, já discutida neste capítulo, o demonstra bem:

> "no momento em que o Movimento Estudantil vai às ruas, e em que se multiplicam os pronunciamentos contrários à (...) ditadura, é importante não perder de vista a **solidariedade** entre os diversos setores da oposição (...) Cabe às forças de vanguarda, e aos comunistas (...), fazer com que os choques setoriais se dirijam, **unitariamente**, e nos momentos em que esta convergência se revelar possível, contra o (...) fascismo".

A *solidariedade* e o encaminhamento das lutas setoriais *contra o fascismo* tinham o inequívoco sentido de enquadramento da rebeldia estudantil na bitola estreita do que os *pecebistas* consideravam como *luta democrática*: pressão setorial para o reforço do MDB e, dentro dele, naturalmente, do PCB. Fora disso estariam os "despreparados e ingênuos"; dizia a VO em março. Esta tática não escondia sequer a possibilidade, "(...) no momento em que a crise do regime militar fascista aguça-se e torna insuportáveis todas as contradições vividas cotidianamente pelo povo brasileiro", "da *reconciliação*

566. Vianna/86, pp. 140/245/246/248/271. In VU/82, nº 92 (7).

567. Res. Mai./80, p. ?; ggmm. In VU/80, nºs 9 (9), 13 (3) e 34 (1).

nacional" articulada "em torno da liquidação da legislação fascista e da criação em nosso País de um regime efetivamente democrático", algo que "os comunistas estão convencidos de que (...) implica na resolução de problemas seculares, que o fascismo só fez agravar (...)", e "que não entendem (...) como capitulação (...)"; sustentava Coutinho. As duas condições postas abertamente eram o atendimento dos "direitos dos trabalhadores" e a "plena legalização do PCB" – entendido como *índice* do grau de democratização do país[568].

Foi com o surgimento da VU que esta inclinação assumiu contornos decisivos para a política partidária, expressos na própria concepção do jornal, tal como exposta por Marco Aurélio Nogueira em seu 6° número: *o aparecimento do jornal atende*

> "a uma imposição do próprio movimento democrático, que hoje exige, dada a complexidade por ele adquirida, que as diversas opiniões (...) apareçam com clareza. Assegura-se a unidade na medida em que cada opinião **buscar acima de tudo representar o movimento político em seu conjunto**, sem qualquer sectarismo".

> "(...) A **questão da unidade** é central na política que os comunistas (...) defendem, em respeito às próprias **determinações da realidade**. Nesta medida, seria estranho que um jornal (...) **porta-voz da unidade** estivesse voltado tão somente para um setor da frente (...). No momento atual (...), tal opção seria um verdadeiro contra-senso", muito embora seja "inegável que a Voz se organiza em torno de uma orientação independente (...)".

Os *pecebistas* procurariam "seus *leitores orgânicos*" para *levá-los em conta e superá-los* inspirados no "jornalismo integral" de Gramsci, sentindo-se seguros para tanto em função de se acreditarem portadores duma mentalidade despida de "doutrinarismo": é na "visão que os comunistas têm da realidade (...) que a Voz encontrará condições de unificá-los"[569].

Baseados numa premissa ilusória e afastados da idéia de uma "**unidade sob a nossa hegemonia** (...), sem excluir burocraticamente ninguém (...)", como sustentavam os bancários cariocas, os *pecebistas* lançariam-se ao jogo político em desvantagem em face da feroz competição por espaço numa esquerda em mutação[570]. Isto se tornaria particularmente letal no contexto da nova inserção do partido no PMDB. Reivindicando para si parte do sucesso do MDB, "cuja expressão orgânica e de massas deve muito ao trabalho dos comunistas (...)", por conta da "coligação – informal e implícita – que se estabeleceu" com "as instituições líderes da sociedade civil", os *pecebistas*, como vimos no início deste capítulo, passaram a considerá-lo como a "expressão partidária" da frente democrática,

568. N. Jun./77, p. 5; ggmm. In VO/77, n° 132 (7) e 134 (2).

569. In VU/80, n° 6 (3); 1°,3° e 4° ggmm.

570. É verdade que os bancários não sustentaram seu sucesso por muito tempo, mas isto se deve mais por sua vinculação a uma orientação política defasada face às demandas de sua base – particularmente grave num setor onde o enfrentamento se dava com a fração mais importante da burguesia brasileira – do que por qualquer *esquerdismo*.

como bem traduziu Vianna em 85[571].

Mesmo admitindo que "a formação de uma frente antiditatorial não depend(ia) só dos comunistas", como diria Malina em fevereiro de 80, o partido considerava, como Corrêa na mesma ocasião, que

> "o fato (...) (d)os recém-criados partidos sucessores do MDB se tenham apresentado diante do povo com projetos políticos que conservam a mesma linha antiditatorial (...), indica que continua a existir (...) campo de interesses e necessidades comuns que anteriormente levaram seus organizadores às fileiras do MDB (...)".

O recuo dos oposicionistas conservadores diante do veto presidencial ao fim das sublegendas, buscando manter a unidade do partido situacionista, o reduzido espaço político de Brizola – acreditava-se-o, em março de 80, restrito à BA e RS –, junto à caracterização do PT como *radical* e à crença, não confirmada pelos fatos, de que todos seriam "empurrados para uma aliança natural com o PMDB"[572], levaria o partido a formular a moção, no 1° Encontro Estadual da Juventude do PMDB/SP, hegemonizado por ele – o encontro foi dedicado a Montenegro de Lima –, para "que todos os democratas sejam convidados a cerrar fileiras no PMDB, pois este é o partido que reúne as melhores condições"[573].

O otimismo em relação ao potencial *peemedebista* – sobretudo em face da performance do PMDB/SP, que realizou 20 mil filiações no esforço pela obtenção do registro, 50% do que o MDB/SP fez em 16 anos – chegaria ao ponto da comemoração pela VU da "(...) depura(ção) dos reacionários e carreiristas que se debandaram para o PDS", o que era saudado como o começo da libertação de "alguns vícios do antigo MDB"[574], abrindo "(...) a perspectiva de um **trabalho permanente**[122] junto à população (...) (que) cria condições de acesso ao povo aos grandes debates (...) encerrados hoje nas cúpulas partidárias". Enquanto *organizador popular*, no entanto, o PMDB afastava-se do movimento social em função da nova hegemonia que se desenhava com o *petismo*. A diminuição da solidariedade parlamentar oposicionista à greve de 80, em função da competitividade partidária embutida nela, já havia sido percebida por *Frei Chico* em abril e por Corrêa, para quem:

> "as forças de oposição (...), após a greve do ABC de 1979, tornaram-se mais fracionadas. Antes elas se uniam com menor dificuldade, em torno das reivindicações de liberdades

571. DCB/80, n° 27 (9). Vianna/86, pp. 143/144/216. Contra posição sustentada em dezembro de 80, quando considerava que "(...) nenhum partido isolado representa a (...) convergência democrática (...)". (In VU/80, n° 38 [3])

572. Acreditava-se, como Roque Citadini – provavelmente um codinome – em junho de 80, que "os partidos oposicionistas em organização estão defrontando-se com problemas de tal ordem para estruturar-se, que dificilmente lograrão constituir-se". (In VU/80, n° 13 [7])

573. In Carone/82(a), pp. 258/263. VU/80, n°s 1 (3) e 3 (5).

574. Vícios esses que seriam ignorados, posteriormente, quando o Deputado Alberto Goldman, refletindo o posicionamento da direção, se pronunciaria contra o veto à entrada de Quadros no PMDB.(VU/81, n° 79 [4])

> políticas. As greves de 1978 e as seguintes passaram a exigir delas uma posição diante dos trabalhadores, sobre como enfrentar a grave situação social. E a oposição começou a patinar mais e a se fracionar mais"[575].

Críticas eram dirigidas tanto ao PMDB, quer por não enfatizar em sua proposta à Constituinte a participação popular, em julho, quer por possuir uma composição parlamentar fracamente comprometida com as "teses populares", como diria Leonardo Cavalcanti em setembro, quanto aos *democratas* por terem se omitido na defesa do prédio da UNE[576] – omissão, aliás, plenamente justificável em função da ojeriza de muitos deles em relação à tradição ativista radical encerrada naquela antiga sede. Mas, elas jamais poderiam confrontar-se com o contorno *apriorístico* e *objetivista* que estava dado à FU pela natureza mesma da *etapa da revolução brasileira* então vivida.

A agremiação oposicionista consentida jamais se colocaria à altura das expectativas doutrinárias do PCB, mas isso influenciaria muito pouco no humor de seus dirigentes em relação à cúpula liberal, não obstante todos soubessem que não se tratava de fenômeno conjuntural[577]. A aceitação quase resignada desse limite, no instante em que o movimento de massas assumia uma forma partidária, demonstra o enraizamento da nova visão de unidade e luta onde a segunda subordinava-se à primeira, agora pensada exclusivamente como forma. Por tudo isso, podemos dizer que o *movimento democrático* realizou-se como exterioridade ao movimento social, em alguns casos até oposta, com o beneplácito do PCB.

O núcleo dirigente tinha dificuldade doutrinária em assumir a nova política e, ao contrário de Vianna, se esforçava por afastá-la do expectro de 45 de olho na rejeição dos militantes. Talvez por isso tivessem uma reflexão tão pobre sobre ela ficando como devedores do esforço formulador e sintético dos *eurocomunistas*. Se não em termos formulatórios, com certeza o *centro pecebista* é devedor direto de Vianna, cuja síntese da nova política contribuiu muitíssimo para explicá-la e consolidá-la.

Os argumentos que desenvolveu nos anos 80 para defender o reducionismo do partido ao PMDB são paradigmáticos do comunismo democrático em discussão. A pedra-de-toque da argumentação de Vianna é o farisaísmo do *esquerdismo*, entendido pelo viés politicista do abandono da aliança com os liberais no interior do PMDB. A expressão moderna do *gauchisme* seria *a colocação das reformas econômicas à frente da democratização, numa* ***inversão arbitrária da dinâmica real*** *do processo de transição. A resistência democrática, desenvolvida sobre bases frágeis, sem grandes articulações entre os partidos e os movimentos sociais, se deu sob a constante ameaça de retrocesso impedindo que a nitidez político-ideológica se explicitasse no campo oposicionista. Os defensores de uma*

575. In VU/80, nºs 3 (11) e 28 (4); gm. Corrêa/80(op.), p. 106.
576. In VU/80, nºs 11 (5), 17 (3) e 24 (3).
577. Corrêa/80, pp. 123/124/193.

definição ideológica imediata

> "não reparam: a) na distância (...) existente entre os partidos políticos e os movimentos sociais; disto, deriva que à *nitidez* não corresponderá um incremento na capacidade de jurisdição política dos primeiros sobre os últimos, que tenderão a obedecer impulsos próprios e não aqueles originários da **percepção racional e calculadora dos partidos**; b) no espaço político conduzido pelas forças do regime anterior (...) que visam paralisar a transição pela desintegração (...) da Aliança Democrática".
>
> *A transição opera-se não* "através da ação de partidos nítidos, cujas identidades singulares fossem resultado da sua construção numa luta convergente contra o regime autoritário", *mas, ao contrário, é na* "medida em que a transição avança (...) que se torna possível uma maior visibilidade dos recortes político-ideológicos (...)"[578].

A argumentação é cristalina e representativa de toda a tradição *pecebista*. A ênfase na *percepção racional e calculadora dos partidos* em detrimento dos *impulsos próprios* do proletariado cristaliza toda a história do MCB em suas diversas épocas. O PCB jamais deixou de ser o partido **para** a classe operária que, freqüentemente, na impossibilidade de moldá-la ao seu feitio, não curvava-se à sua realidade empírica. Quando foi obrigado a reconhecer mais de um átimo da classe operária real o fez por puro esgotamento de sua *psique doutrinária*, recusando-se a vê-la em sua renovação na emergência do ABCD. A classe operária em que se fixaram para extrair um juízo genérico sobre o conjunto dos trabalhadores foi aquela que restou estagnada na tradição política do clientelismo – paradoxalmente a mesma que, em vários momentos históricos, privou o partido do apoio social e político para enfrentar a burguesia – e não aquela que ergueu-se espontaneamente, sem o cabresto da esquerda marxista, para enfrentar a ditadura. Nesse ponto, a fidelidade ao MCB se esvai. No passado, as debilidades do proletariado eram encaradas como passíveis de correção apenas pela ação do partido, e não importava se ele se encontrava no gueto como em 22-33 e 47-54. Nesse período, era impensável a superação do atraso dos trabalhadores por **fora do próprio MCB**, como fruto do sucesso de uma liderança ou estrutura frentista liberal-elitista. Ao contrário, a falta de consistência *operacional* dos liberais e seu profundo personalismo sempre foram vistos como um poderoso **incentivo** para a subalternização política dos setores populares. Só o enquadramento político das massas no **partido** era percebido como capaz de proporcionar-lhes amadurecimento ao longo do tempo.

Outra contribuição importante, que pode ser consultada, sobre a nova mentalidade política do partido foi dada por Corrêa em agosto de 78. Nela surgia uma nova visão de hegemonia baseada na idéia de que a adesão partidária da classe operária aos partidos liberais, no caso o MDB, viabilizaria seu projeto de classe dirigente. Para ele teria sido isso que ocorrera no início dos anos 60, antes do golpe

578. Vianna/86, pp. 268-270; gm.

militar[579]. O nacionalismo, dentro dessa concepção, adquire o papel de indutor dessa aproximação histórica do proletariado com os partidos burgueses, sintoma de amadurecimento dos trabalhadores e condição de possibilidade para que eles se *manifestem mais vertebradamente*. Nada mais distante da ótica do marxismo e do leninismo. A formação da consciência operária via organização autônoma ou via atrelamento à vanguarda desaparece do horizonte político *pecebista*.

Virtualmente, a posição de Corrêa sinaliza para a realização do projeto socialista no interior de um partido burguês sem nenhuma consideração teórica acerca das possibilidade ideológicas dessa operação, ou mesmo da plausibilidade dela ocorrer no MDB e em plena época de afirmação da pluralidade dos discursos ideológicos sobre as saídas para a democratização do país. A opção pessoal de Corrêa e de vários outros comunistas anti-stalinistas, tomada nos anos 80, de trocar o PCB pelo PMDB revela uma outra dimensão desse tipo de formulação.

A acusação de adesismo sempre incomodou o núcleo dirigente e mesmo os *eurocomunistas*. A VO em editorial de junho de 79 respondia a ela fazendo tábula rasa da problemática estratégica: *não podemos ser acusados de*

> "estar querendo *disfarçar as diferenças ideológicas* que há no seio do MDB. O nosso problema é saber (...) o que é melhor, mais eficaz (...) para acabar com a ditadura. (...) O problema é chegar lá, e não fazer de conta que já chegamos lá".

Já Dias apelará para a história em setembro de 80: "em **nenhum momento de nossa história** abandonamos – em nome da unidade com os liberais – as lutas das classes trabalhadoras (...)". *Se pecamos, e ainda agora, foi pelas* "debilidades de nosso trabalho na efetivação prática dessa aliança"[580] – o que significa dizer que o *queremismo* jamais existiu.

Todos na cúpula do partido, no entanto, sabiam da fragilidade desses argumentos e por isso forjavam outros capazes de contemplar os descontentes sem prejudicar a política pela qual zelavam. É assim que podemos entender a afirmação da Nota de Maio de 80 de que a *força motriz da FD são as classes sociais exploradas e não os partidos políticos*, como se os *pecebistas* estivessem dispostos a abandonar o PMDB para seguir os trabalhadores por caminhos incertos. Ou Siqueira em outubro afirmando que a "tarefa principal não é ingressar nesse ou naquele partido, nem organizá-los, mas fazer com que todos participem unitariamente da luta". Ou ainda Dias em maio propondo pela enésima vez, sem resultado e reflexão acerca[123], que " (...) a direção deve influir mais decisivamente para que a frente de luta pelas liberdades (...) tome efetivamente forma e atue", afinal ela "existe

579. Corrêa/80, p. 152.

580. VO/79, nº 159 (1). [Dias, Giocondo /1983] pp.84/85; gm.

objetivamente"[581].

O fato é que o PCB em junho de 82 já havia se entranhado no PMDB a ponto de alertar pela VU que *"Enfraquecer o PMDB é enfraquecer a frente democrática"* e que "negar ao PMDB o seu caráter de trincheira oposicionista (...) é ignorar o seu programa, definido e concreto, objetivo e detalhado; é deixar de lado sua **prática efetiva**", desfraldando ainda nas páginas centrais do jornal a bandeira *peemedebista*. Às vésperas das eleições sentenciariam: *"Vencendo o PMDB vence a oposição"*[582].

A atuação "no PMDB como elemento de unificação", no entanto, para usarmos uma expressão de Resk[583], sofreria forte questionamento a partir de 85 por dois lados distintos. À *esquerda*, o CM/RJ patrocinaria, na eleição de Prefeito da capital em 85, uma aliança com o PSB que alcançaria 10% dos votos, ficando à frente do PT, enquanto o CE/SP, nas eleições estaduais de 86, promoveria o rompimento com o candidato *peemedebista* ao governo, Orestes Qüércia, em proveito da candidatura à *direita* de Antônio Ermírio, então no PTB. Ambas as atitudes *dissidentes* foram respaldadas pelo CC provavelmente porque não ofereciam real ameaça à *estratégia democrática* – não obstante a primeira ter sofrido severas críticas dos dirigentes nacionais[124], ela se repetiria nas eleições seguintes (1988) com o respaldo do CC mas sem o mesmo sucesso e ainda com algumas dissidências nas bases –, ou, em outras palavras, mantinham o partido de costas para a maior ameaça vislumbrada pelos dirigentes àquela altura: o PT.

A idéia do PT, surgida no Congresso de Lins por iniciativa da CS e mais tarde encampada por intelectuais laicos e ligados à Igreja, sofreria cerrada oposição no PCB que, como já vimos, comparecia aos encontros para debatê-lo falando em unidade motivado, entre outras coisas, pela idéia de que um partido com estas características já havia sido criado em 22. Zelavam os dirigentes não só pelo monopólio, que nunca exerceram de fato, sobre a representação dos trabalhadores, mas, sobretudo, como nos diz *Frei Chico*, pelo sagrado poder do aparelho. De fato, reforça Coutinho, o PT foi recebido com um *enorme mal-estar misturado a ciúmes. Era intolerável para eles assistir ao nascimento de uma força operária de esquerda, sectária e oposta à nossa tradição.* Se para os *pecebista* já era intolerável a convivência com o grupo de Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro e Mário Covas[125][584] que não disputavam a base social deles – exceto, em parte, Covas em Santos –, é de se imaginar o que provocavam os *petistas*.

Desde o início as críticas dirigidas contra a proposta enfatizavam sua estreiteza, quer por seu viés "corporativo" – "propunham um partido dos sindicalistas", nos diz Pinheiro –, quer por sua atitude

581. N. Mai./80, p. 13. In VU/80, nºs 9 (8/9) e 30 (3).

582. VU/82, nºs 107 (3), 110 (8/9) e 130 (1); gm.

583. Resk/92.

584. *Frei Chico*/92. Coutinho/94.

purista/isolacionista como insinua Capistrano em junho de 80 criticando o PT/Barra Funda por acusar os outros partidos constituídos de *caciquistas* e *eleitoreiros* – opinião que, na sua opinião era "a expressão mais acabada de uma opinião errada (...)". Em novembro, Capistrano voltaria à carga explicando tal comportamento *pela vontade de obtenção de uma supremacia operária agora* e contra "uma alternativa econômica para o período de transição"[585].

O vanguardismo era algo que irritava amplos setores do *pecebismo*. Tanto à *esquerda* como à *direita* e ao *centro*. No primeiro caso se colocam, entre outros, os gaúchos, que, como nos narra Tódero, consideravam o PT como uma entidade *prematura cujos magros resultados eleitorais fazia prever sua inviabilidade* – em 82 o PT elegera apenas um vereador em todo o RS –; previsão que se estenderia à CUT, cuja postura *vanguardista* era diretamente evocada como fator de isolamento[586].

No segundo, estão os *eurocomunistas* e os paulistas que, através da VU, em junho de 80, saúdam o aparecimento do PT – que àquela altura reunia 26 mil militantes em 23 estados e realizava seu encontro de fundação, com 425 delegados, para debater o programa e eleger a Executiva – como um

> "fenômeno profundamente positivo (...) porque é (...) um partido de origem e base operária", admitindo que "não há como negar que a proposta do PT cristaliza uma experiência real (...) de largos setores do operariado (...), em especial de sua parcela mais moderna. O PT nasce com o louvável propósito de generalizar e estender a experiência concreta de SBC (...) a todo país. E expressa a tomada de consciência (...) da necessidade de superar (...) os limites corporativistas da luta puramente sindical (...)".

> "Há espaço para um partido moderno (...) **situado à direita** do PC, uma vez que não coloca (...) abertamente a questão do socialismo. Predominasse o ultra-esquerdismo e ele nunca ultrapassaria a condição de seita".

Mesmo delimitada pela caracterização *socialdemocrata* do PT, a saudação, incorporada pela maioria da militância, suscitaria protestos como o de Alexandre Abreu em carta publicada em agosto. Mas, limite e elegância à parte, nada impediria que o ceticismo do partido se manifestasse no jornal 1 número após, ao se comentar o desligamento de Joaquim Roriz do PT/GO em função de sua exclusão da direção: *o mesmo desprezo pelas eleições e pelos deputados teriam incompatibilizado os irmãos Santillo (Henrique e Ademar), que parecem rumar para a mesma atitude*[587].

Mas é no terceiro segmento que encontramos o ranço anti-*petista* que contagiaria toda a organização anos depois. A reação do *centro* face à novidade se explica não só pela concentração de

585. Pinheiro/89, p. 167. In VU/80, nºs 12 (3) e 34 (5).

586. Tódero/92.

587. In VU/80, nºs 10 (1/4), 11 (4) e 20 (2); grn.

velhos militantes e dirigentes em seu meio como, principalmente, pela hegemonia interna que exerciam e que sentiam ameaçada de fora pelas idéias heterodoxas do *petismo*. É verdade que os militantes de base se estranhavam naturalmente com o radicalismo do PT, sobretudo com seu segmento estudantil/classe média, mas também eram seduzidos por sua origem operária e invejavam muitas vezes sua liberdade. Na ausência de uma forte oposição a isto, possivelmente a sangria de quadros do *pecebismo* em sua direção seria maior e mais rápida do que a verificada a partir de 83, vide iniciativa de *Frei Chico* no sentido de infiltrar o partido no PT em 81[126].

Um dos maiores críticos do PT no CC, talvez pela hostilidade dos *petistas* ao passado sindical do PCB, era o ex-operário Corrêa, cuja formação política se dera justamente no meio sindical em estreita relação com o *petebismo*. Para Corrêa, em avaliação retrospectiva realizada em 87 que repetia, em grande parte, posições assumidas em 80[588],

> "o PT lembra o partido na forma aguerrida como luta, mas também pelo sectarismo que demonstra nos movimentos de massa. Em nossa história estes elementos **não forneceram nenhuma vantagem para nós** e creio que não oferecerá agora. Para mim, PT e CUT terão muitas dificuldades depois de completada a transição, quando o país passar a ter uma vida mais normal. Já agora são bastante graves os problemas internos de ambos. Existe um núcleo no PT que está evoluindo, mas ele tende a trincar porque as variadas tendências internas não vão seguir as diretrizes deste grupo que evolui com o Lula.
>
> A tendência no PCB é acontecer o mesmo, à medida em que avançarem as transformações internas com a saída daqueles que fazem política **sem ter em mente o poder**, portando-se como *lobistas*, numa prática corporativa. Um partido que luta pelo poder não pode ter esta estreiteza na sua política de alianças, ele tem que disputar a hegemonia das massas, e os grupos de ultra-esquerda que infestam o PT não colaboram neste sentido.
>
> Nós não temos futuro com a política de aliança com a esquerda e ultra-esquerda. A esquerda deste país **vai ter que ser o partido** enquanto força que sustenta sua luta revolucionária na democracia como questão estratégica. A esquerda fora do partido – e alguns poucos internamente – não valoriza a democracia como questão estratégica, apenas a pensa como um expediente que antecede o golpe de mão. Fincar nossa política de aliança nestas correntes vai significar um atraso, vamos marcar passo. No lugar desta aliança teremos que desenvolver nosso trabalho de massas próprio (...).
>
> Não se pode descartar, no entanto, o papel do PT como **forjador de quadros revolucionários que virão para o partido no futuro**, depois de experimentarem os fracassos da ideologia social-democrática que forma seu núcleo pensante e seu prestígio internacional[127]. O PT é um partido aliado, que acabará fornecendo quadros para cá na

588. Podemos explicar a sistematização tardia da crítica *pecebista* ao PT como fruto do declínio do primeiro e do crescimento do segundo ao longo dos anos 80.

medida em que a elite da classe operária perceber que ele **não leva ao socialismo**"[589].

O esforço de caracterização do PT como um partido à *direita* do PCB – não obstante a admissão de que ele era *mais radical* –, sem rumo e *purista*, incapaz "de fazer política e de afirmar um projeto para a sociedade", como dizia Roberto Freire em 89, não poderia vingar num contexto de descrédito absoluto do PCB como *partido revolucionário*, incapaz de afirmar uma identidade de esquerda no interior da FD e corroído pela tolerância com as práticas elitistas e fisiológicas dos aliados liberais. Ser anti-petista por não reconhecer no PT um *partido revolucionário*, como dissera Resk em 92, era um despropósito face à inequívoca e problemática definição reformista do PCB. Mais sensata seria a reclamação de Freire quanto à parcela da esquerda que "despreza a democracia política como um fator fundamental na conquista da democracia social"[590].

A precariedade crítica em relação ao *petismo* não seria um atributo exclusivo dos *pecebistas*. Prestes, Brizola e Bresser Pereira fariam, por motivos diferentes, ataques aos *petistas* cuja ressonância também se evanesceria no curto e médio-prazo. O primeiro, à semelhança do PCB, reivindicava o monopólio da *revolução* com base em sua crença ideológica, ridicularizando n'O GLOBO de 89 as *pretensões marxistas* de Lula, qualificadas de "asneiras"[591]. Já o segundo, insistindo em fevereiro de 79 na falta de vocação da esquerda para o poder, creditava ao PT uma função "mais didática do que peso e influência no (...) povo", *tal como o PCB*. Para ele, a função desses partidos seria a *propaganda* dada a ***impossibilidade*** de uma *ação política normal*. O terceiro, traduzindo a esperança dos liberais progressistas numa superação rápida do regime militar – perspectiva adotada pelo partido em junho com sua pregação pelo *voto democrático útil numa perspectiva de poder* –, condenava em fevereiro de 82 a candidatura de Lula ao Governo de SP como divisionista: "eles acharam mais importante construir o partido. Claro que estão errados. O mais importante (...) é a democratização do país (...) através da derrota do PDS"[592].

Acotovelando-se por todo o processo na disputa de espaço na esquerda e no MS, o relacionamento PT/PCB teria seu auge no encontro das direções de ambos os partidos em junho de 83, qualificado de histórico pelas duas correntes. Pedida pelos *petistas*, segundo Siqueira, a reunião se encaixava, provavelmente, na perspectiva deste grupamento de desencadear uma campanha nacional por eleições *diretas já!*, que era também a perspectiva do partido[593]. A permeabilidade do PCB à uma parceria desse

589. Corrêa/87; ggmm.

590. Freire/89, pp. 173/175. Resk/92.

591. A agressividade era nova, mas a pinimba antiga. Segundo Siqueira, já por ocasião de sua formação Lula e Greenhald levaram a Dias o convite para a participação dos *pecebistas* no PT. Prestes, segundo ele, *era um pouco descartado*. (Siqueira/94)

592. Recorte de O GLOBO. In VO/79, nº 155 (8). In VU/82, nºs 92 (7) e 108 (3).

593. Segundo Siqueira, o documento da CECC que aprecia o resultado das eleições de 82 já colocava na ordem do dia a batalha pelas diretas. O 1º comício de Goiânia fora fruto dessa avaliação, tendo sido articulado por Goldmann e o PMDB. (Siqueira/94)

tipo, todavia, estava limitada não só pela sua recusa da perspectiva *diretas ou nada*, mas, sobretudo, pela sua fixação *unitária* em relação ao PMDB, e isso ficou claro quando o VII CONGRESSO acusou os que *não voltaram atrás, como o PP, na reforma partidária de 79* de *mesquinhos e manipuladores que abandonaram a luta contra o regime pela luta contra o PMDB*. Alguns anos mais tarde, em 87, Freire admitiria que "o enfrentamento franco e aberto" entre a esquerda "não existe no Brasil. Nossas divergências não são trabalhadas, e quando são colocadas são de modo a acirrá-las, como se estivéssemos em campos opostos". Mas, ele próprio seria incapaz de ensaiar um relacionamento mais correto com o *petismo*, preferindo simplesmente colocar o PSDB no lugar do PMDB para desempenhar o papel de "alavanca insubstituível para implementar (...) um novo bloco político em nosso país"[594].

d) construção da Aliança Democrática

A AD foi o fruto maduro da política de *unidade democrática* que concretizou o *compromisso histórico* do PCB com a burguesia nos anos 80. Além da renúncia ao programa mínimo e da completa subsunção ao MDB/PMDB, já discutidos neste capítulo, outros fatores foram importantes para consubstanciar a conciliação nacional de novembro de 84. A postura do partido diante da anistia, da Constituinte e da sucessão presidencial são os mais importantes deles. Mas, antes de discutí-los, devemos nos debruçar sobre o posicionamento diante do tema da *reconciliação nacional*, como gostavam de nominar os *pecebistas*.

A idéia da reconciliação aparece em março de 78, com Corrêa, subjacente ao receio de que uma mudança constitucional conduzida a partir da vitória eleitoral do MDB pudesse *recriar o monolitismo militar*, o "que seria um retrocesso". A constatação de Dias, em fevereiro de 80, de que "a ditadura não pretende assinar seu próprio atestado de óbito" e que se mantinha disposta "a opor tenaz resistência a uma real democratização da vida política brasileira (...)", complementa o quadro em que se inscrevia o pacto na tática partidária: ascensão oposicionista até o ponto da inevitável negociação. Nada de vitória acachapante sobre o adversário. Os sinais, todavia, eram bastante contraditórios, embora não em função da vacilação do núcleo dirigente diante da saída para a crise que se anunciava, mas, principalmente, da resistência que as bases opunham a uma tão clara e insofismável virada à *direita* – resistência esta que poderia ser aproveitada por Prestes em sua luta contra o CC. De um modo geral, colocados diante da acusação de que preparavam o acordo com o regime, os dirigentes reagiam com a história, como vemos na resposta de Corrêa à acusação de que o fechamento da VO era o primeiro passo do pacto[128]:

> "nós não praticamos qualquer política visando sermos confiáveis ao regime e ao governo. Suspendemos a circulação da VO (...) mas nós temos outros símbolos dessa resistência (...): (...) José Roman, (...) Iran Lima, (...) Jaime Miranda, Itair J. Veloso, (...) Nestor Veras,

594. VU/83, nº 159 (1). Siqueira/94. Res. VII/1984, pp. 29/171. Freire/89, pp. 174/177.

Ismael de Jesus (...)"[595].

Enquanto isso, na VU de abril de 80, rechaçava-se o pacto alegando-se que a "angustiante (...) situação do país e das massas (...) não pode ser invocad(a) para um apelo à união nacional". No entanto, já em julho, a idéia de *"Fazer Política"* sustentada pelo jornal já desmentia de fato essa recusa:

> "(...) o golpe militar (...) só se tornou possível porque o proletariado brasileiro havia sido batido no terreno da política e se isolado (...) de seus aliados naturais (...)". "(...) É preciso (...) não ter medo de **transar**, de se **aliar com todos aqueles que, por um momento e sejam quais forem seus motivos** (...), discreparem o mínimo que seja do regime (...). Não ter receio de negociar e de fazer **todos os acordos que sejam necessários**, tanto para avançar quanto para (...) evitar o retrocesso".
>
> "Apostamos (...) na intervenção ativa (...) do povo (...) e na possibilidade de construir uma saída democrática pela qual a classe operária e as forças democráticas devem estar dispostas a pagar **qualquer preço**"[596].

Assim como nos anos 70, também nos anos 80 o retrocesso seria um tema constante do discurso *pecebista*. Apostando na abertura e desconsiderando seu fim como prejudicial também ao sistema em função, como dizia Prestes do "estreitamento do aglomerado de clientelas que representam a base social do regime", o partido atuaria no sentido de fazer concessões para manter as conquistas recentes – entre elas a *civilização*, "há cerca de 6 anos", do regime. O clima parecia propício ao pacto com Figueiredo tentando controlar os militares terroristas, a burguesia exportadora aplaudindo seus esforços e a burguesia paulista, Vidigal, Garnero, Ermírio e Gerdau, condenando o terrorismo, a recessão, como *desnacionalizante*, e "a asfixia das liberdades", que "compromete, mais cedo ou mais tarde, o exercício da iniciativa privada". Lula era criticado por acreditar que *pior do que está não é possível*. O alerta *pecebista* não poderia ser mais claro: "(...) os fascistas nativos querem fazer aqui o que os (...) da Bolívia estão fazendo lá (derrubada do governo e massacre da central operária)". A oposição boliviana, infelizmente, também "não acreditava na possibilidade de golpe". A história do país também era chamada a *dar lições* através das crônicas do jornalista Carlos Castelo Branco sobre o Governo Costa e Silva. Escritos há mais de 12 anos, em setembro de 68, elas são descritas como *surpreendentes*: "parecem ter sido preparad(a)s na observação da situação política atual"[597].

As mobilizações restritas contra o terror eram celebradas como vitórias da "política de unidade democrática" por motivos tão simplórios quanto parciais, como vemos na VU de agosto de 80 que

595. Corrêa/80, p. 126. In Carone/82(a), pp. 256/261.

596. VU/80, nºs 3 (1) e 14 (1); ggmm.

597. In VU/80, nºs 17 (1), 19 (1), 23 (1), 24 (10), 27 (3) e 29 (4). Prestes/82, p. 350. VU/81, nº 56 (8).

comemora o discurso arrebatador de Ulisses Guimarães e a atuação coibidora da mesa do mesmo evento contra as vaias a Cláudio Lembo do PP de Tancredo Neves. A unidade era valorizada como um "valor estratégico (...)": o central "é (...) trabalharmos no sentido da superação do impasse atual, impedindo o risco de um retrocesso político". A pauta da FIESP lançada em outubro era apoiada e traduzida por Goldman como a defesa da união nacional, da soberania e do nível de emprego. O Deputado Federal *peemedebista* João Cunha era qualificado de "irresponsável" por ter se excedido em discurso na Câmara contra a repressão ao 1° de Maio do ABCD. Mesmo diante da proibição do Festão da VU em dezembro, o CC reitera sua disposição para o "diálogo" e a convivência democrática. O assédio terrorista era da direita, mas a manchete da VU bradava *"Contra golpismos de direita e esquerda"*, enquanto no texto justificava-se que o apoio a Figueiredo,

> "longe de ser uma manobra visando cindir a unidade entre o governo e FFAA, (...) expressa a convicção de que as FFAA não podem (...) ser confundidas com o terrorismo. (...) As oposições não podem ser tão idiotas a ponto de imaginarem que o processo de abertura é possível sem a preservação da unidade militar. E não jogam no confronto – pelo menos os seus setores (...) majoritários e **é isso que interessa**"[598].

A perspectiva *pecebista* de *"Isolar o retrocesso"* condenava o projeto de abertura do regime por este ter considerado

> "ser possível colocá-lo em prática sem promover mudanças substanciais no modelo econômico" responsabilizando-o pelo "desdobramento do quadro político nacional" que ficava "estreitamente condicionado (...) pela situação econômica" reduzindo "o espaço autônomo das soluções políticas" que tendiam "à polarização". "(...) O governo (...) aposta na **incapacidade das oposições de dar uma resposta democrática à crise econômica e política que o país atravessa**. E ganhará, caso se aposte no caos e não se consiga isolar o retrocesso".

O *fechamento* era previsto por Melo, em junho, para o 2° semestre daquele ano em função da *concentração das demandas sindicais*, enquanto os economistas *pecebistas* Ivan Ribeiro e Aloísio Teixeira previam-no em julho como conseqüência do "projeto abertamente recessivo". Por isso, a Nota de Setembro de 81 da CECC condenava "a (...) rejeição à priori" "das reiteradas propostas de Figueiredo (...) de um acordo nacional", impondo apenas a condição de que tal acordo garantisse "a mudança da orientação econômica (...)". Em março de 83, Dias daria forma acabada a esta visão propondo, como estampava manchete da VU, uma *"alternativa democrática, patriótica e consensual para a crise"*:

> "a necessidade de uma ampla convergência com o fim de assegurar os **interesses nacionais**

598. VU/80, n°s 8 (5), 20 (3), 37 (3/6) e 38 (5). VU/81, n° 57 (3); gm.

> decorre (...) da dramaticidade da crise e de seus efeitos (...) para a Nação". "Devemos ser realistas quanto às condições concretas em que travamos a luta (...) neste momento, quando (...) ainda é fraca a organização (...) popular".

O artigo respondia ao pronunciamento de Figueiredo ao Congresso, em 1° de março, mas parece não ter obtido boa repercussão no governo: 2 números depois, a VU era apreendida quando divulgava sua *Alternativa Democrática para a Crise Brasileira*, resolução do VII CONGRESSO[599].

A resistência ao pacto no interior do PCB, apesar de grande, era confusa e desarticulada, partindo com mais persistência dos sindicalistas e da *esquerda*. Os primeiros, freqüentemente deslizavam o apoio à greve geral para a oposição frontal ao regime, como fica claro na chamada de 1ª página da VU de fevereiro de 83 ao artigo de Arnaldo Gonçalves: *"Escândalos mostram a face do regime"*. Já em julho de 82 o CC respondia a elas rechaçando na VU *o pacto fora da perspectiva dos trabalhadores*. Os quebras-quebras em abril de 83 em SP tornaram ainda mais fortes as pressões levando o partido a propor um programa de emergência. *"Mudar a política econômica"* deixava de ser uma prioridade apenas dos *esquerdistas* refratários à política para ser a bandeira fundamental do partido para *defender os governos estaduais* e *evitar uma onda repressiva perigosa*.

> "(...) Não há nenhum catastrofismo na prognose de (...) dilaceramentos do tecido social". "O que predomina (no regime) é a compreensão de que só uma alternativa de entendimento, (...) radicalmente patriótica, pode acender a luz no fim do túnel. (...) Crescem as manifestações tendentes a dinamizar (...) uma negociação que (...) permita superar a paralisia de que o governo dá provas diante (...) da crise".

Ulisses Guimarães era citado defendendo a "união em torno de pontos comuns, para evitar a tragédia da inviabilidade nacional". As premissas do *entendimento* encurtavam-se, subtraindo-se o nacionalismo em proveito de maior espaço para o desenvolvimentismo e a defesa das conquistas democráticas, agora sob a forma de *supressão da LSN*[600], enquanto a VU anunciava que o *"Dia nacional de protesto vai unir o povo contra a política econômica"* e o CC completava em sua coluna semanal: *"Lutar para negociar, negociar para mudar"*; *a mobilização popular impedirá que o pacto degenere* "numa conciliação entre as elites". A trégua agora só poderia "ser obtida mediante concessões imediatas" *como o auxílio desemprego e a correção salarial plena*, sentenciava João Sady em dezembro de 84, depois da vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral[601].

Já na luta pela anistia, na 2ª metade dos anos 70, podíamos observar a *preparação* do partido para

599. In VU/80, nºs 12 (1), 13 (3) e 14 (7); gm. [Nota de Setembro da CECC /1981] p. 4. In VU/83, nºs 143 (5) e 145.

600. Gonçalves propunha encurtamento ainda maior ao pregar que "(...) qualquer negociação que procure enfrentar este momento difícil vincula-se (...) à conquista de eleições diretas para a Presidência" e à ANC. (In VU/83, nº 158 [4])

601. In VU/83, nºs 139 (11), 140 (1), 148 (3), 158 (3) e 161 (3). VU/82, nº 113 (3). [Nota de Abril /1983] pp. 1/3. In VU/84, nº 213 (13).

uma saída negociada, cujo ápice foi a aprovação da anistia governista em agosto de 79 com os votos da oposição, contornando a tendência ao repúdio graças à articulação levada a cabo pelos parlamentares *pecebistas* do MDB Marcelo Cerqueira e Alberto Goldmann[602].

Os números da anistia, segundo o Comitê Brasileiro pela Anistia de Brasília, envolviam 200 presos políticos, 10 mil banidos e exilados, 15 mil cassados ou punidos politicamente e 5 mil condenados pela LSN – os números se sobrepõem. O debate na VO, em 78-79, acerca da questão já adiantava o resultado da votação no Congresso Nacional. Em abril de 78, o jornal considerava que a anistia era *"uma campanha justa na luta pela democracia"* preconizando sua colocação na pauta "politicamente" visando a ANC e concluindo que "as vantagens de uma anistia parcial são evidentes (...)". A única dúvida da cúpula *pecebista* era se o projeto governista incorporaria algum mecanismo discriminatório contra eles próprios[603]. Em julho, o combate às *manobras do regime para dividir as oposições* não chegava a ser um ataque frontal em função da consideração de que a anistia do Governo podia ser um *passo na revogação da LSN e no desmantelamento do aparato repressivo*[604].

Não se tratava, todavia, e mais uma vez, de uma rendição. Em Agosto a VO apresentaria uma lista dos mandantes de crimes contra a esquerda nos anos 60-70 onde figuravam: Aurélio de Lyra Tavares, Márcio de Souza Mello, Augusto Haman Hademacker, Emílio Médici, Ernesto Geisel e dezenas de ex-integrantes do Alto Comando das FFAA e do CSN. Citando o Tribunal de Nuremberg diante dos criminosos nazistas, o jornal afirmava que "os executantes não podem eximir-se de responsabilidade pelo fato de terem recebido ordens. Com mais razão ainda, os mandantes não podem alegar que não executaram diretamente". Mesmo assim, não deixavam de considerar a punição como um problema político a ser tratado politicamente. O "ajuste de contas" estava descartado por ser uma perspectiva de confronto. Falava-se mesmo, em janeiro de 79, em editorial, na "conciliação nacional" tendo como base, "preliminarmente", a "votação pelo Congresso de uma anistia geral e irrestrita". "Avançar", para o partido naquele momento, significava "desenvolver a luta contra todos os dispositivos arbitrários que fazem parte do sistema jurídico legado ao país por 15 anos de regime ditatorial". O "Lembrete à oposição", de Soares e Ricardo, em agosto de 80 na VU, de que "a questão dos desaparecidos continua na ordem do dia"[605] não passou de um recado sem maiores desdobramentos políticos nos anos seguintes.

Também no debate sobre a Constituinte nota-se a abertura de uma janela para a negociação, não obstante, em junho de 77, ela ser defendida pela CECC sob a condição das *liberdades democráticas*.

602. Segatto et alii/82, p. 163. Siqueira/84.

603. Temer, em outubro, chegou a denunciar que setores do regime tentavam selecionar os anistiáveis pelo critério de ter ou não relações com o MCI. (In VO/78, nº 151 [5])

604. DCB/78, nº 15 (10). VO/78, nº 145 (2) e 150 (1). VO/79, nº 160 (2).

605. VO/78, nº 149 (2). VO/79, nº 154 (1). In VU/80, nº 22..

Logo em novembro, Temer desconectará esta condição das pretensões de hegemonia alimentadas pela esquerda ressaltando que o caráter da Constituinte *vai ser determinado pela correlação de forças*, sendo secundado pelo CC em dezembro, atenuando a exigência ao falar *num quadro de amplas liberdades públicas*[129]. A flexibilidade mostrada nesse período seria fundamental para, em 83/84, construir-se uma *saída negociada para a crise*. Ela foi muito bem situada por Afonso Arinos de Melo Franco em seu debate com o partido, em maio de 81, sobre as Teses para o VII CONGRESSO: "(...) todas as Constituintes eleitas democraticamente no Brasil vieram em função de um ato do poder anterior, com a continuidade do poder anterior". *No caso, o atual presidente não quer convocá-la, então só derrubando-o.* A saída que Franco apontava já naquela altura, e que viria a ser acatada pelo partido, baseava-se no Congresso Constituinte tida como "uma solução que viria atender uma transição pacífica (...) **sem quebra da estrutura de poder** (...)"[606].

Mas, é na discussão acerca da sucessão presidencial, travada desde 78, que encontramos os elementos mais claros para a definição da saída democrática vislumbrada pelo PCB. Peixoto, por exemplo, em julho deste ano afirmava que os *pecebistas* eram "(...) favoráveis à **qualquer candidato** (...) que se comprometa com o requisito básico do programa (...): o estabelecimento de um regime democrático (...)". Dias, em abril de 80, daria continuidade a este raciocínio defendendo a unidade em torno da "formação de um governo que se comprometa efetivamente com a consolidação (...) das liberdades conquistadas e a conquistar". Evitando embaraços com a escolha de nomes, ou de forças para a constituição de um governo democrático, o partido abria caminho para perseguir o entendimento com parcelas do regime. Como não poderia deixar de ser, a ancoragem da amplíssima aliança precisava ser estabelecida em termos de classe social num contexto de bipolaridade, por isso, em setembro, Dias voltaria à carga atacando "alguns esquerdistas" que "vão ao ponto de afirmar que a política da ditadura serve indistintamente à burguesia (...)". "(...) A alternativa (...) existente hoje é (...) entre fascismo e submissão ao imperialismo ou democracia e independência nacional"[607].

No momento em que a sucessão presidencial apresentava indícios de poder extrapolar o limiar do Colégio Eleitoral, onde, mal ou bem, o Governo tinha uma peso decisivo, Dias exporia com limpidez, em maio de 83, a alternativa na qual o partido vinha trabalhando desde a 2ª metade dos anos 70 – não obstante, com base em argumento que abandonara depois das *quedas*: *a sucessão*

> "não deve estar no centro das nossas preocupações: o que está na ordem do dia é **encontrar uma saída para a crise econômica e social** que favoreça às massas trabalhadoras e (...) ao alargamento da abertura política (...)". "Nós não temos candidato e o nosso candidato será aquele que se comprometer com os interesses nacionais, com os interesses políticos da maioria da população brasileira".

606. N. Jun. CECC/77, p. 5. In VO/77, nº 140 (2). Res. Dez./77, p. 271. In VU/81, nº 57 (9); gm.
Que o CC, evidentemente, traduzia como *sem ruptura institucional.*

607. In VO/78, nº 148 (3); gm. In VU/80, nºs 3 (4) e 23 (3).

Em maio de 84, convergindo com a opção democrática do CC, Vianna, já fora do partido, sustentará que a *ruptura efetiva do processo de transição está menos na forma em que ela se dá, do que na perda pelo Estado do controle sobre a* "socialização geral das classes subalternas", ou seja, na *conquista da democracia*. "Se a questão da forma prevalecer, teremos como tema central o problema falso de que a ruptura se identifica com a prevalência das massas (...)"[608].

A convergência entre o CC e os *eurocomunistas* mais moderados escondia, no entanto, uma distinção importante. Enquanto os segundos colocavam o pacto como uma saída possível – geralmente associada à desarticulação da sociedade civil – e apostavam nas *diretas já!*, os primeiros promoviam o pacto como a **saída desejável** naquele contexto e participavam da campanha de rua pelas eleições de olho nas articulações de bastidores do PMDB[130]. Isto o CC tratou de dizer de maneira insofismável na VU de junho de 83:

> "(...) a resolução favorável da atual crise econômica e social é **pré-condição** para um encaminhamento democrático da sucessão presidencial. (...) Nas condições atuais do país, apostar no aprofundamento da crise é cortejar o retrocesso político". "É preciso que todos entendamos: a luta pelas eleições diretas e pela ANC **passa agora** pela batalha em torno da **reorientação da economia** e em **defesa da democracia**"[131].

No mesmo número do jornal, Goldman e Freire defendem a necessidade de "que o PMDB tome a iniciativa de uma negociação" e apresentam, para tanto, 6 pontos para o debate: endurecimento com o FMI, desarticulação da *ciranda financeira*, defesa do salário até 5 mínimos, reaquecimento econômico, estímulos às pequenas e médias empresas e reforma tributária para atender às demandas dos estados e municípios[132]. No mesmo sentido, em julho, Gato, saindo da suplência para assumir o mandato na Câmara Federal pelo PMDB/SP, proporia um "Pacto de Redenção Nacional", enquanto Resk argumentava que "(...) se a iniciativa da negociação fica nas mãos do governo, está evidente que ocorrerá uma saída à direita (...)". No final deste mês, Dias compareceria *mineiramente* dizendo: "não acreditamos em promessas de governante nenhum, mas por outro lado também não desacreditamos...". "Se as forças que defendem a democracia se unirem (...) poderemos levar Figueiredo a cumprir" *suas promessas de mudança*[609].

Reforçando esta tendência, o partido buscaria explorar as divisões no seio do regime evocando, em agosto, Jarbas Passarinho e sua *defesa dos interesses nacionais*, qualificando, em outubro, a política econômica governista de "desastre nacional" e mencionando o *estado de emergência* decretado em Brasília como *reflexo da luta intestinal do regime*. Ao mesmo tempo em que o CC atacava, em novembro, o "radicalismo retórico" como a "contraface (...) do imobilismo político" "que

608. In VU/83, nº 151 (5); gm. Vianna/86, p. 215.

609. In VU/83, nºs 159 (3/4), 160 (2/5) e 163 (5); ggmm.

limita o papel da oposição à resistência (...)" e Dias, em maio de 84 na TV GAZETA, numa entrevista de 40 minutos, defendia candidamente a negociação "porque é comum na história brasileira a conciliação", a VU de fevereiro insistia "na solução negociada" denunciando a *armação de uma saída "pelo alto"* que, para Dias em maio, seria evitada "se as forças políticas participam com a presença de massas"[610]. A derrota das *diretas*, no entanto, significaria a derrota das massas abrindo o caminho para o pacto tão desejado por Neves e os *pecebistas* – os últimos, aparentemente, por acreditarem na possibilidade de combinar negociação com pressão das ruas, como se os trabalhadores brasileiros fossem capazes de tamanha sutileza e as elites de tamanha compreensão.

Derrotada a via das ruas, o partido se lança com determinação naquilo que sabia realmente fazer desde 64: articulação de bastidor. Dias, Goldmann e Freire participam das negociações para a formação da AD tendo, segundo Siqueira, "uma participação decisiva para a aceitação do Sarney pelo PMDB. Percebendo *a vontade de deslocamento* em Sarney já em 82 e entendendo a democracia não como "um processo de confrontos contínuos, mas de negociações contínuas, onde você está sempre avaliando a correlação de forças", no dizer de Resk, não havia porque o PCB abandonar seu papel de avalista da saída *trancredista* para a democracia – inclusive pressionando Ulisses Guimarães que resistia à aceitá-la – em nome de um movimento social que não lhe pertencia mais, mesmo diante de um Tancredo anticomunista que, ainda antes de ser eleito, em setembro de 84, causaria "decepção e desaprovação" no partido com suas declarações à imprensa condenando o excesso de bandeiras vermelhas em seus comícios, o que levou os *pecebistas* a insinuar que seus 18 votos *peemedebistas* no Colégio Eleitoral poderiam *faltar*. Como sempre, diante de aliados que renegavam a aliança, o partido saía pela tangente afirmando que não tinha "compromisso com o Sr. Tancredo, nem ele conosco", apenas o apoiavam "porque ele é (...) uma esperança contra o continuísmo", tentando ainda mostrar equilíbrio ao desmentir notícias da imprensa desinformada de que estariam "radicalizados". Na verdade, o episódio servira para estancar o começo de entusiasmo com a candidatura Neves, externado por Freire, em agosto de 84, e sua crença de que ela expressava "exatamente o novo patamar (...) da frente democrática, dada a adesão da Frente Liberal". Logo prevaleceria a postura de Mauro Lopes, citando o próprio candidato, diante da proposta de pacto social defendida por Neves no 1° Encontro Nacional de Federações e Confederações, que previa *9 meses de tranqüilidade social*: "os trabalhadores não tem mais sacrifícios a dar"[611].

O partido não faria oposição ao novo governo por motivos óbvios, que estão ligados à análise sobre 64 – temendo um novo golpe militar como culminância da luta de classes, caso de Corrêa em agosto de 79; e que se tomasse a ascensão do movimento popular "como se já fosse o apogeu do

610. VU/83, n°s 164 (3), 176 (3) e 177 (3). [Nota de Outubro /1983] p. 1. In VU/84, n°s 189 (3) e 201 (8).
Opinião ressoada pelo renovador Freire, que propunha "a mobilização do povo, em torno da bandeira de efetivas mudanças econômicas, sociais e políticas (...)". (In VU/84, n° 214 [8])

611. Siqueira/94. Resk/92. In VU/84, n°s 214 (8) e 220 (4/11).

movimento democrático" e, por conseguinte, se propusesse "tarefas que estavam muito além das forças de que dispunha a democracia" como "uma transformação radical da sociedade brasileira", caso de Guedes[612] –, mas isso não impediria que seu apoio fosse sofrível em função das enormes dificuldades internas não só com a *esquerda* como com o *ex-eufórico* Freire.

612. Corrêa/80, p. 181. In Picchia/80, p. 25.

Notas de Capítulo

[1] Em se tratando de uma organização centralista, hierárquica e dogmática não era de surpreender que após a ceifa dos dirigentes sucedessem as dificuldades já identificadas. A visão *pecebista* sobre o país, já anacrônica nos anos 60, teria suas insuficiências aprofundadas em função do exílio no Hemisfério Norte. As interpretações tornariam-se ainda mais genéricas e repetitivas, as conclusões ainda mais evasivas e ambíguas. Vinhas nos descreve a realidade vivida pelos dirigentes no exterior:

> "no exílio, os componentes do CC ficaram distribuídos por diversos países. Em vários anos, foram realizados apenas quatro Plenos (...). O **desconhecimento da realidade brasileira era grande**, dadas as condições (...) do exílio, entre outras coisas".

(Vinhas/82, p. 253; gm)

[2] Quanto ao *programa* e às *mobilizações*, ver •• Cited Item Has Been Deleted ••. No que toca ao segundo item, *J. Diniz* o definiria com clareza em outubro/novembro de 76:

> "cabe às forças antiditatoriais, manter uma linha de **equilíbrio**, dificultando ao máximo (...) as ações de **desestabilização** que procuram apontar a oposição como **anarquizante** (...), interessada apenas em que a situação econômica e social piore a fim de provocar a queda do regime".

Em relação à *pacificação* a Declaração de Fevereiro de 77 da CECC, assinada por Prestes, revela-nos o primeiro sintoma da *radicalização democrática* no partido, o temor do retrocesso*:

> "(...) a grave situação econômica que atravessa o País, mais do que nunca, exige a **unidade de todos** (...) para **evitar a bancarrota** e o **caos econômico**, do qual serão justamente os trabalhadores suas maiores vítimas". "**Não discordamos** (...) **da pacificação do país**. Não somos revanchistas".

Peixoto (*P. Gonçalves*) ecoaria este posicionamento falando de um "quadro global sombrio" "cujas repercussões serão sentidas principalmente pelas camadas populares". A Nota de Junho da CECC seria mais explícita admitindo a "conciliação nacional" em torno da democratização, o "que não exclui as divergências (...) sobre como encaminhar os problemas relativos ao **desenvolvimento econômico e social** do Brasil". O *consenso* era percebido não como uma questão conjuntural mas considerada como necessidade em função da *fragilidade da democracia*. (In VO/76, nº 128 [6]; ggmm. Dec. Fev. CECC/77, p. 5; ggmm. In VO/77, nº 131 [3]. [Nota de Junho da CECC /1977] p. 5; gm)

* Em 76 a questão era claramente secundarizada face à luta contra a ditadura, como fica patente com *J. Diniz* na VO rechaçando

> "uma conciliação que isolaria os elementos mais combativos da oposição e procuraria atrair para o apoio ao governo os vacilantes, tentando ainda por um freio nos desmandos dos ultras do fascismo".

(In VO/76 nº 128 [3])

[3] A VO, em agosto de 77, ironizaria Castelo Branco apontando-o como o *estadista* que teria prorrogado o próprio mandato, Costa e Silva por ser *aberto* e *nacionalista*, Garrastazu Médici por *não admitir tortura*, e Ernesto Geisel por *querer a abertura mas fazer a Lei Falcão*. (In VO/77, nº 137 [2])

[4] Tênues mas presentes, como em fevereiro:

> "o que Geisel não quer aceitar é que tanto a luta de classes quanto o comunismo são **inevitáveis** no desenvolvimento da humanidade. Tão inevitáveis quanto o fim do regime (...)".

Por outro lado, o CC tratava de *vacinar* o partido contra o excessivo otimismo:

> "a ditadura começa a apresentar uma série de brechas e se torna, assim, cada dia mais instável, vulnerável e também ameaçadora". "Tudo isto denota os primeiros sintomas de exaustão do regime. Mas não significa, até aqui, que a ditadura esteja moribunda. Ela ainda dispõe de forças

> suficientes para contra-atacar, e seus contra-ataques podem ser violentos (...)". *Estamos no limiar de* "mudanças mais ou menos bruscas (...) no panorama político do País",
>
> *que podem ser tanto no sentido da ampliação dos espaços de resistência, como do endurecimento do regime*. (VO/77, nº 131 [7]. Res. Mar./77, p. 251)

[5] Em 77, o DCB faria referências às greves de mineiros em SC, portuários em Santos, motoristas em SP e Salvador, aeroviários na VARIG, lutas por reposição salarial de metalúrgicos, bancários, jornalistas, químicos e farmacêuticos, protestos de trabalhadores da construção civil no RJ em virtude da má qualidade da comida servida nos canteiros de obras, à realização do 13º Encontro Nacional de Dirigentes dos SindPetros, além de *quebra-quebras* no RJ e SP. (DCB/77, nºs 9 [10] e10 [8/9])

[6] A vertente burocrática da *política equilibrada* provinha do *centro* e não da *direita*. Em julho de 76, diante da polêmica sobre os limites do oposicionismo, o editorial de julho da VO fulminaria: "não há porque as forças de oposição temerem uma vitória eleitoral esmagadora contra a ditadura (...)". No mesmo sentido interviria Malin (*G. de Sá*) em 77:

> "nada mais errado do que acreditar na insinuação de que quanto maior fosse a vitória do MDB, tanto maiores seriam as dificuldades face à *linha dura*. Seria o mesmo que aconselhar a um autor censurado que, em vez de insistir em criar, desistisse e passasse a apresentar obras insuscetíveis de serem censuradas. A censura, neste momento, triunfaria".
>
> (VO/76, nº 126 [2]. In VO/77, nº 130 [2])

[7] O CC tivera outra leitura do conflito de Geisel com seu ex-Ministro do Exército; para ele *as bases militares da ditadura se dividiram*, o que tornaria "(...) cada vez mais difícil impor ao País uma candidatura de base puramente militar". Na VO pensava-se aproximadamente a mesma coisa, se bem que alertando-se que a "divergência profunda no seio do regime" estava "limitada à **forma de readaptar os métodos** de poder diante da ascensão permanente" *da opinião democrática*; dizia Temer (*M. Silva*) em outubro de 77. (Res. Dez./77, pp. 265/268. In VO/77, nº 139 [4]; gm)

[8] O medo, no entanto, *ensinado* a partir do contato com os dirigentes clandestinos do CE/GB, seria tão importante para explicar a ausência individual do militante *pecebista* quanto a orientação política e a *questão de segurança*. Se é verdade que entre os secundaristas, por exemplo, do Colégio São Vicente de Paula (CSVP), onde o PCB tinha uma forte e politizada *base*, alguns militantes se aventuravam a participar dos atos estudantis em 77-78 sob o desestímulo dos dirigentes*, outros, mesmo com a orientação expressa em sentido contrário, recusavam a comparecer – como em novembro de 78 na caminhada eleitoral de Nelson Carneiro, então candidato ao Senado pelo MDB – ou a ali permanecer diante da iminente repressão policial – quadros da direção setorial inclusive.

* No ato de repúdio à eleição de Figueiredo à Presidência da República, em outubro de 78, a *base* do CSVP decidiria participar levando uma nota de protesto assinada pelo Grêmio. Foi o bastante para causar um *racha* entre os militantes, patrocinado por Henrique Garcia. Todavia, aprovada a nota sua leitura fora impossibilitada pelo assédio repressivo – transcorrendo o ato sob a intimidação da PM o responsável pela iniciativa *sãovicentina*, Moacyr de Góes, não seria mais localizado para efetuá-la.

[9] A primeira tentativa de realização do Encontro foi em BH, em agosto de 77, quando a polícia impediu o acesso dos estudantes à cidade, dispersou as reuniões programadas para a UFMG e as que foram, posteriormente, transferidas para uma Igreja. O saldo da repressão foi de 850 detenções. A segunda foi em SP um mês depois, e pode ser realizada graças à estrutura clandestina montada para que as lideranças se reunissem secretamente numa comissão deliberativa de um por estado enquanto encenava-se a realização do Encontro nas dependências da USP. (Segatto et alii/82, p. 155. *Zé Beto*/88, p. 74)

[10] Azedo desmente esta informação. Segundo ele, o CU/Niterói participou de todos os ENEs para a reorganização da UNE*. No CU/GB, sob a liderança de Mário Gravichevisky e Carlos Ziller, é que estaria o foco de resistência à participação no ME nacional. A *base* da PUC/RJ e o CU/Niterói rivalizavam sob a orientação do PCB no ME à luz da disputa interna que opunha Granja a *Geraldão*, respectivamente representando o CE/RJ e o CE/GB. (Azedo/93)

* César Vasques, militante estudantil carioca que representou o Partido na Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) em Budapeste entre 78-82, refere-se igualmente a uma articulação nacional de *pecebistas* em 76, porém, independente da estrutura partidária. (In Garcia et alii/87)

[11] O frágil setor estudantil do PCB existia efetivamente em 4 cidades em meados de 78: Niterói, Vitória, RJ e SP (basicamente na medicina). No DF, como já vimos, os simpatizantes procuravam insistentemente o partido sem resultado. Em Goiânia havia um grupo que oscilava entre PCB e PCdoB. Na Paraíba também existia um grupo nessas condições. Na altura do 4º ENE (1978), o partido não sabia da existência deles. Estes grupos, nos revela *Zé Beto*, surgiriam como uma

> "(...) reação ao discurso do enfrentamento. Via-se o PCB e PCdoB como formas mais ponderadas e seguras de se fazer política. Estes grupos independentes acreditavam mais no desgaste da ditadura do que na sua derrubada. Para nós, a tática era do desgaste e não do confronto e o PCdoB, àquela altura bastante enfraquecido, ressurgia com cautela no cenário político. Quando o PCdoB readquire sua postura radical e volta a falar da possibilidade da luta armada o PCB cresce enormemente, como aconteceu no Congresso da UNE. Desde então ganhamos militantes na BA, no RN e em PE. Essas adesões nos emprestaram um certo dinamismo. Na Bahia, por exemplo, o partido que existia previamente não atuava nas entidades*, enquanto o PCdoB já o fazia".

A consciência destes grupos neo-reformistas era forjada com base na leitura e discussão do jornal alternativo *Movimento* que, embora fosse articulado por militantes do PCdoB, tinha uma linha pluralista e articulistas de vários matizes. O nome *Unidade* que os grupos do RJ e DF, sem conhecimento recíproco, adotaram demonstra o alcance e a profundidade dessa influência. "Nossa estratégia na PUC foi seguir a trilha desta consciência nacional, dando a entender que o PCB estava por trás disso". Esta apropriação indébita da influência do jornal teria sido fundamental para a reconstrução das bases periféricas do PCB. (*Zé Beto*/92. *Zé Beto*/88, p. 80.)

* O fenômeno do abstencionismo será verificado também em MG e SP.

[12] Isso se refletiria na realização, depois da eleição da UNE no segundo semestre de 79, da 1ª Conferência Municipal Universitária do Rio, que viraria palco da disputa interna envolvendo Prestes. A tendência *aparelhista*, identificada com o *prestismo*, sobreporia-se internamente com certa facilidade no Rio em relação aos democratas aproveitando-se do engajamento destes na disputa pela UNE. No entanto, tanto seus métodos de obtenção de maioria eram negativos para a solidariedade do grupo, como suas lideranças, com pouca expressão política, impedia-os de assenhorar-se de toda a direção por não poder-lhes substituir a representatividade. A dinamização do processo partidário, destarte, acabava por dificultar ainda mais a convivência interna dos democratas tornando ainda mais problemática a ligação da estrutura com os centros dinâmicos do movimento como a PUC/RJ. (*Zé Beto*/92)

[13] Mesmo a realização do 1º Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), em julho de 79 em Fortaleza, e a criação do Conselho de Entidades de Base (CONEB) não foram suficientes para reverter a tendência *inorgânica* do ME. Ambas as instâncias acabaram transformando-se em fóruns secundários e complementares dos improdutivos debates congressuais, na busca inútil por um consenso político impossível de se realizar na ausência de um mínimo de racionalidade em cima já que embaixo a fragilidade das entidades estudantis não possibilitava um consenso *basista*. (*Zé Beto*/92)

[14] Não está em discussão aqui a qualidade da política corporativa. De um modo geral as bandeiras

corporativas eram convergentes em quase todas as facções, salvo pontos que implicavam em definições sobre o governo ou o sistema político. A política do PCB não era tão inovadora nesse aspecto quanto parecia ser, não obstante fossem eles os mais razoáveis formuladores de reivindicações corporativas. O protesto contra o Reitor da USP, por exemplo, na VU de outubro de 80, por sua "atitude inédita na história da universidade brasileira" de punir com suspensão de 30 à 180 dias, professores em regime dedicação exclusiva que mantinham outros vínculos empregatícios – diga-se de passagem, proibidos por lei – "tentando dividir o campo docente e desacreditar o regime de dedicação exclusiva", prova-o. Os *pecebistas* fizeram coro com a ADUSP que considerava "o ato como 'ameaça mais grave à Universidade desde a repressão, (...) com base nos extintos AIs'". A punição, prossegue a VU, intentava "desencorajar a luta (...) por melhores padrões de ensino e pesquisa". A prática era justificada pelo *aviltamento das condições de trabalho*.

Isto para não falarmos da acusação contra as *vanguardas* que desprezariam 80% dos estudantes, os matriculados nas escolas privadas, por não *exigirem subsídios públicos às instituições privadas*. (In VU/80, nºs 27 [11] e 30 [11])

[15] Isto sucederia em 79, às vésperas da anistia, quando o CC rearticularia a SJ – organismo auxiliar para o trabalho com a juventude que fora dirigido antes das *quedas* por Montenegro, até seu assassinato em setembro de 75, e que nesse período adquirira *status* de semi-JC. A SJ de Montenegro – composta também por Takao Amano, Régis Fratti e Idivarci – tanto articulava a estrutura partidária com o setor como se empenhava em coesionar politicamente as lideranças estudantis, o setor historicamente mais problemático do partido.

Nada muito diferente do que seria feito, posteriormente, sob a direção de Siqueira entre 79-82*. Nessa fase, todavia, a tônica política teria um aspecto mais administrativo. A própria reestruturação da SJ reflete isso: enquanto o ME ganhava enorme proporção ela era reorganizada com base numa comissão formada para preparar a caravana brasileira ao Festival Juvenil de Havana; nos diz César Vasques, membro da SJ nessa fase. Outra demanda importante do CC em relação ao setor era a administração da luta interna entre os estudantes; tratava-se de *fazer a cabeça* das áreas universitárias e articular nacionalmente o setor secundarista antes que alguém o fizesse. Era um trabalho de gerenciamento/expansão das frentes existentes. Funcionava melhor na parte gerencial, afirma Henrique Garcia – Secretário-Político do Comitê Secundarista do Rio (CS/RJ), cooptado para a SJ –, respondendo às pressões internas dos estudantes contra o imobilismo do partido. Esta fora a tônica de sua atividade nos primeiros 2 anos de reorganização, e isto explica em parte porque as iniciativas nacionais do PCB no ME continuariam ainda retardatárias.

As dificuldades internas para o cumprimento dessas tarefas não era pequena. A SJ, em sua relação com os CEs e CMs, era abordada sob a ótica da luta interna: as hostilidades ao CC eram repassadas aos seus integrantes, todos eles, de fato, alinhados com as posições *centristas*. A desconfiança dificultada toda as tarefas e o problema só era contornado quando o enviado dispunha de contatos próprios que o pudessem socorrer em caso de necessidade. A corrosão de sua autoridade, decorrente destes atritos, tornava quase possível a formação do consenso. Nos momentos de maior tensão, nas reuniões preparatórias dos encontros estudantis, nos diz Garcia, o fosso entre a SJ e os militantes de base fora do eixo RJ-SP era brutal. O fenômeno, e a necessidade de resolvê-lo por meio hierárquico, é um sinal inequívoco de que a crise interna superava os marcos da mera divergência com os *prestistas* avançando no reconhecimento da própria legitimidade do CC.

Os meios próprios da SJ para a solução dessas questões eram limitados. O esforço mais importante no sentido de passar por cima dos obstáculos burocráticos e políticos transpostos em seu caminho foi o lançamento do Suplemento Juvenil da VU em 84 – iniciativa boicotada por vários CEs e criticada por Siqueira em função de sua oposição à criação da JC**.

A razão para o temor do CC em relação à JC baseava-se na perspectiva da autonomização das lideranças estudantis em relação à estrutura concomitante com o reforço de seu prestígio interno. O problema se manifestava em maior grau nas regiões periféricas do país onde, como nos diz Vasques, *o ME tinha um peso político relativamente maior do que nos grandes centros e o ativismo e o doutrinarismo encontravam meio propício para reprodução*. A possibilidade de tais segmentos radicalizados *contaminarem* a *máquina*, como no passado, deixava-os preocupados. Outro aspecto importante, destacado por Vasques, eraa própria

defasagem entre o partido e o país, tanto no que diz respeito à **forma** de fazer política como de **entender** o real. A JC complicaria bastante a convivência entre o moderno e o arcaico em que se apoiava o núcleo dirigente, exacerbando a competição interna e a pressão por renovação. Tudo isso impedia o CC de manipular o projeto da JC em toda sua potencialidade. Mesmo assim o CC conseguira introjetar em muitos e por longo tempo essa convicção, como atesta o posicionamento de Garcia em 87 ao sustentar que "trabalhar por dentro da estrutura do partido pela sua modernização é mais produtivo do que via JC". (Garcia et alii/87)

* O Azedo, nesse sentido, foi preencher uma lacuna seríssima na direção, articulado com o Idivarci e o Takao que faziam os contatos com a direção ainda no exterior, e com uma militante universitária paulista que tratava de sua região.

** Havia também conflitos internos na SJ surgidos do entrechoque de projetos políticos-pessoais distintos[(a)], como fica claro na narrativa de Azedo:

> "meu projeto era criar a JC. Os preparativos para a volta do CC estavam adiantados. O Idivarci foi para Moscou articular isso com a direção, o César foi mandado para Budapeste, por cima do CU/GB e do CE/GB. O Givaldo, que era o assistente, *bateu de frente* comigo o tempo todo argumentando que se queria construir um partido paralelo. A SJ morreu depois de domesticada pelo Régis através do Periotto. Até morrer este projeto estave em conflito permanente com o CC e os CEs. (...) A favor da JC estavam o Malina e o Hércules, mas a maioria da direção era contra".

(Azedo/93)

(a) Havia também o *choque cultural*. A *gota d'água* para a queda da 1ª redação do Suplemento foi um artigo elogioso ao rock da cantora Marina. (Garcia et alii/87)

[16] Algumas facções mais radicais propunham que a UNE congregasse também os secundaristas. Os *pecebistas* se oporiam sob o argumento de que o acréscimo de força seria pequeno e não justificaria o transtorno criado ao ME. Por insistência dos universitários ocorreria uma reunião na casa da militante secundarista Betse Palmeira, do CSVP, para avaliar a possibilidade dos secundaristas irem ao Congresso da UNE oporem-se a esta proposta de fusão. Mas, os secundaristas recusariam o convite por serem contra a própria criação da UNE, refletindo a influência que recebiam da direção. (*Zé Beto*/92)

[17] Na eleição paulista da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (UMES), por exemplo, votariam parcos 39 mil estudantes – 18 mil na chapa vencedora – num universo de 1,5 milhão de estudantes. "(...) Dentre os que votaram (...) poucos seriam capazes de advinhar o (...) significado da sigla UMES"; diria reportagem da VU sobre o evento. (VU/80, nº 32 [12])

[18] Mesmo a expansão do movimento a partir de 82 não alteraria esse quadro. A penetração massiva do MR-8 nas escolas públicas se daria sob a tutela das diretoras, através de acordo previamente fechado com os *chaguistas* incorporados ao Governo Brizola, ensejando a participação manipulada desses segmentos e também de ginasianos.

[19] Entre os *pecebistas* as expulsões eram raras em função da moderação da linha política, mais preocupada em aproveitar os exíguos espaços disponíveis do que em afrontar o sistema de coerção existente nas escolas. Isto mudaria com a consolidação do processo democrático tendo o partido sido pivô de três expulsões*, e ainda tendo envolvimento direto em outras, entre 80-81.

* Gil do Impacto de Copacabana, Hamilton Garcia do Bahiense da Gávea e Sérgio Cabral Fº do Malet Soares – os dois últimos dirigentes do CS/RJ – seriam os alvos das diretorias destes colégios. Mesmo tratando-se de *expulsões brancas*, sem notificação no histórico escolar, o processo abrigaria um elevado grau de arbitrariedade, verificável, por exemplo, na expulsão de Garcia, no mesmo ano, de outra escola (Brasil-América) por interferência direta de Norberto Bahiense. Malgrado a atomização do MES no RJ, as escolas particulares moviam-se articuladamente no combate aos comunistas.

[20] Isto não significa que ignorassem o papel estratégico da pauta econômica. Já em março de 72 a CECC afirmaria que "a luta contra a política salarial do governo (...) possui **grande importância política**, pois atinge as bases da política econômico-financeira da ditadura". Hum ano depois, o CC denunciaria que entre 65-73 o poder aquisitivo real dos salários na indústria metalúrgica do interior paulista sofrera perda real de 35% enquanto a produtividade do trabalhador subira 44%. Os lucros capitalistas cotejado às perdas proletárias faziam antever a reanimação do movimento operário: "tudo isso (o aumento do descontentamento entre os operários) exige que o Partido esteja atento ao curso dos acontecimentos, permanentemente atualizado com o que acontece entre os trabalhadores (...)"; dizia a Resolução Sindical de Janeiro da CECC. Assim, a VO apontaria em janeiro de 75 que "o centro dos debates deve ser as formas de conseguir melhoria de salário" sem com isso querer obscurecer a necessidade de uma pauta especificamente política*. (N. Mar./72, p. 5; gm. Info. Mar./73, p. 137. Res. Sind./73, p. 361. In VO/75, nº 119 [8])

* Em março de 72, a CECC orientaria: "devemos estimular, no movimento sindical, a luta em defesa das liberdades e contra os crimes da ditadura". O formato estatal do MS, todavia, não beneficiaria este objetivo. Na defesa desse formato sindical o máximo que se podia argumentar era que *nenhum interventor havia conseguido por seu sindicato na defesa aberta do regime*. Mas, isto dito em tom triunfal pelo ex-dirigente sindical *pecebista* no exílio, Luiz Tenório Lima, soava patético. O regime, graças ao sindicato atrelado, conseguira não só impedir a articulação de movimentos reivindicatórios por quase uma década como ainda apartar os trabalhadores dos partidos políticos e, de modo genérico, da própria temática política. (N. Mar./72, p. 5. In Picchia/80, p. 57)

[21] Seja denunciando o *esforço da lei salarial da ditadura de igualar por baixo os salários, desestimulando a mobilização dos mais fracos*, seja constatando, como Sérgio Moares (*Sérgio Gimenez*) do CC, que "(...) os trabalhadores (...) não parecem dispostos a seguir pagando os pesados custos (...)" *da acumulação capitalista*, o partido vislumbrava o iminente rompimento da apatia. (In VO/77, nº 131 [6] e 133 [4])

[22] A Resolução Política do VI CONGRESSO concluíra que "a atuação do movimento sindical é o meio principal para a ativação do movimento operário". É verdade que o partido, enquanto *vanguarda da classe operária*, não podia se limitar a isso. Sua ideologia pedia uma relação orgânica com o proletariado – "(...) a atividade dos comunistas entre os trabalhadores (...) não se limita à execução das tarefas sindicais"; *antes estende-se ao campo da luta ideológica, política e orgânico-partidária*. Mas, de a muito* que tal meta ficara subordinada à capacidade de inserção política do partido no cenário nacional, de modo que a relação com a classe operária se limitara cada vez mais ao âmbito sindical sob a mediação do populismo. (Apud Frederico/90, p. 13. [Nota de Março da CECC /1972] p. 5)

* *De fato* a partir de 45, *de direito* a partir de 58.

[23] O papel efetivamente adjudicado à classe operária na transição democrática pelas várias facções partidárias sofreria uma série importante de interferências que não cabem ser discutidas aqui. A distinção básica que seria interessante observar à essa altura se refere às diferentes ênfases em seu papel dados na contraposição *esquerda* x *centro/direita*. Enquanto o *prestismo* e o DCB consideravam a classe operária a *alma mesma da frente*, que deveria se impor aos *recalcitrantes liberais*, o CC e a VO elegiam-na como um **complemento** à FD*, tanto mais efetivo quanto mais resolutamente pusesse "no tabuleiro as suas alternativas à política econômica e social da ditadura", segundo a VO de maio de 79. (VO/79, nº158 [5])

* Importante notar que se para o *centro* valia a mesma definição que para a *direita* quanto a este ponto, isso não implicava numa semelhança efetiva de perspectiva política. A combatividade operária no campo corporativo para o primeiro, em função da alta concentração de *aparatniks* em sua composição, não vigia sem a mediação dos *acordos* com os liberais, o que, em termos práticos, significava um empecilho para a livre manifestação do corporativismo de massas. Já para *direita* o escolho à esta livre manifestação

apresentava-se sob a forma da recusa ao irracionalismo político. Ambos elementos são importantes para explicar a disfuncionalidade da assertiva combativa no contexto dos respectivos discursos democráticos.

[24] Ademais a previsão de uma *enxurrada* oposicionista de votos não se confirmou*. A votação do MDB na Câmara Federal estabilizou-se no patamar da de 74**, apenas com modificações positivas na representação da esquerda. Já no Senado, excluindo desse cômputo o AM, a oposição efetivamente ganhou as eleições: 45% dos eleitos foram do MDB e 34% da ARENA. (In VO/79, nº 154 [5])

* Não era a primeira vez que se errava. Em abril de 76, a VO repetia o erro, prevendo "(...) uma nova e **mais avassaladora** derrota da ditadura em novembro" que poderia "desencadear um **processo acelerado de decomposição** do regime e assinalar o início de sua **liquidação**". Mas, mesmo nas 100 maiores cidades a vitória não chegaria a este ponto: o MDB obteve 42 prefeituras (das quais 27 subtraídas da *situação*), contra 30 da ARENA (9 subtraídas da *oposição*). Nos votos de legenda a proporção também seria favorável ao MDB: 60% x 40%. A ofensiva eleitoral do governo também fora afrontada: das 31 cidades visitadas por Geisel durante o processo 16 foram conquistadas pelo MDB, sendo 5 por reeleição – perdendo a reeleição em apenas 3 –, tendo a ARENA conseguido a reeleição em 12 outras o que lhe dava o total de 15 prefeituras. (VO/76, nº 123 [1]; ggmm. In VO/77, nº 130 [2])

** A ARENA, em números absolutos, ganharia por 1%. (In VO/79, nº 154 [5])

[25] Encaixar as greves na rubrica "lutas setoriais contra a ditadura", como o fez o CC, por exemplo, na Resolução de Maio de 78, não significava desconhecer as conseqüências do movimento em relação ao conjunto da sociedade, mas relativizá-las. Muito embora tal perspectiva reconhecesse que as greves poderiam vir a "representar um momento decisivo no processo que levará ao fim do regime", no presente transferia-se para a luta parlamentar as energias organizativas reunidas para a luta política no seio da própria sociedade civil*: "os comunistas consideram necessário transformar as próximas eleições num amplo movimento de mobilização e de organização das massas populares". ([Nota Eleitoral de Maio da CECC /1978] pp. 281/282)

* Diga-se de passagem, transferência em tudo coerente com a perspectiva *democrática* em gestação que resgatava o cerne da política stalinista: a conquista e a manutenção do poder de Estado na mão do partido.

[26] A greve de 79 "assumiu (...) a conformação de uma **Greve Geral declarada**. Econômica na sua motivação inicial, política na sua significação mais profunda", embora ainda carente de "uma **direção consciente**"; avalia Ricardo Antunes. A falta desta direção, manifesta num planejamento pouco minucioso da mecânica grevista, de seu caráter político e de sua articulação social, seria suprida, no entanto, pela afirmação da liderança de Lula – as dificuldades do Comando de Greve em se fazer ouvir pelos operários na sua ausência, em função de mandato de prisão decretado, demonstra isso. No entanto, o "salto qualitativo" do movimento estaria garantido pela forma mesma em que ele se manifestava*. A "passagem da fase de **resistência democrática** (...), para a fase do **movimento democrático de massas** (...)", para usarmos a definição de Chasin, em que as lideranças, mesmo deficientemente, exerciam uma condução sobre o movimento, decorreria do processo natural de amadurecimento, revelando ainda "íntimo conhecimento das massas". Tal conhecimento, que lhe permitiria a proposição da volta ao trabalho mesmo com a "massa operária, desejosa da continuidade da greve (...)"**, segundo Antunes, ensejaria um processo de construção da direção política que não se faria ao arrepio da consciência geral como na tradição sindical comuno-populista do pré-64, como observou Antunes. A afirmação de Lula de que a "vanguarda é a massa" é a confirmação discursiva de que o *espontaneísmo* fora a resposta operária ao legado *pecebista*. ([Antunes, Ricardo /1992] pp. 57-60/172/174)

* Tanto os patrões como os empregados haviam se preparado para a disputa. Pelo lado patronal, as iniciativas começaram já em dezembro de 78 quando a Volkswagen demitiu vários operários por participarem do 3º Congresso dos Metalúrgicos. No ano seguinte, dando prosseguimento às ações preventivas, a FIESP

orientaria os empresários a endurecer o jogo nas negociações, inclusive impedindo a permanência dos trabalhadores no interior das fábricas em caso de paralisação de modo a provocar a intervenção policial, além de sugerir o aumento dos estoques e a não sacramentação de acordos isolados com os trabalhadores que pressionassem o conjunto do setor. Em resposta, o sindicato, levando também em conta a experiência da greve na Resil, concluiria que o piquete seria imprescindível e que a categoria deveria boicotar as horas-extras até que se fechasse um acordo. Por outro lado, desde o final da primeira onda de greves iniciara-se um trabalho de consolidação da aproximação com os trabalhadores nas fábricas que culminaria na formulação da pauta da campanha salarial de 79. (Id., pp. 40-42)

** O processo grevista teria outras surpresas. Mesmo deflagrado coordenadamente na assembléia geral da categoria, a greve sofreria antecipação em algumas fábricas e teria a formação dos piquetes, recusada na assembléia, confirmada na prática. (Id., p. 44)

[27] Que não foi imediato, segundo relato de Ivan Pinheiro. A iniciativa da Seção Sindical do CC, coordenada pela Fração Sindical (composta por Pinheiro, *Caó*, Arnaldo Gonçalves e Marcelo Gato) com a assistência de Tenório, precipitou polêmicas que iriam marcar o MS pelos 5 anos seguintes: criação do PT, greve geral e criação da CUT. O grupo *petista* queria incluir na resolução do Encontro a criação do PT – defendido como resposta ao quadro partidário *patronal* predominante no país –, a convocação da greve geral e a criação da CUT, sofrendo a oposição dos *pecebistas* e dos moderados, ali majoritários. A resolução unitária obtida, graças à habilidade de *Caó* e à colaboração do Lula e do Jacó Bittar, permitiria a convocação da 1ª CONCLAT para 81. (Pinheiro/92)

[28] Condições para isso havia desde antes da emergência de Lula. Em março de 72, por exemplo, a CECC já havia sinalizado nesse sentido:

> "uma questão muito importante é a **unidade de ação** com outras correntes e grupos que atuam no movimento sindical defendendo os interesses dos trabalhadores. Entre essas forças destacam-se os (...) católicos (...) Nessa atividade, porém, deve sempre ficar claro que temos uma tática de luta de massas" *e não apenas de vanguarda.*

(N. Mar./72, p. 4; gm)

[29] Sob os efeitos da nova política salarial do Governo* baixada em fins de 79, o MS do ABCD se prepararia para reverter o resultado que lhe parecera negativo da última greve. A 16 de março de 80 a mobilização reuniria 80 mil operários numa assembléia geral no Estádio da Vila Euclides, seguida de outra no dia 30 com 60 mil participantes. O intenso processo de preparação – 215 reuniões fabris, 65 assembléias fabris, 450 mil boletins informativos e 600 mil suplementos da TM – e o afluxo inicial aos encontros pareciam indicar que o objetivo previamente traçado seria alcançado, muito embora nas outras cidades do ABCD a mobilização tenha sido bem menor**. Contrabalançando o mau resultado dessas cidades, durante a fase de negociação, conseguiria-se a adesão de Campinas, Sorocaba, Taubaté, St. Bárbara do Oeste e Jundiaí – depois de desencadeada a greve este universo se ampliaria com mais 6 novos municípios de pouca importância industrial, totalizando 15 municípios e 328 mil trabalhadores (80% da categoria nessas áreas). As principais reivindicações encampadas pelo movimento foram: trimestralidade na negociação salarial, 100% de aumento nas horas-extras, 15% por produtividade, aumento do piso salarial da categoria, estabilidade no emprego e 40 horas semanais de jornada de trabalho.

O resultado do julgamento do TRT, no 1° dia da greve, seria recusado com base no sub-atendimento dos principais itens da pauta – menos 10% no aumento do piso, acréscimo de apenas 1% na proposta patronal para produtividade, recusa da estabilidade e dos ganhos nas horas-extras – e por isso qualificado de pior do que a contra-proposta patronal***. Rechaçado o entendimento, o TRT consideraria o movimento ilegal no seu 4° dia.fazendo com que alguns grevistas do interior voltassem ao trabalho, 10% dos 142 mil metalúrgicos de SBC e Diadema retornassem às fábricas e 30% em StA, enquanto em SCS o sindicato forçaria e obteria a desistência de participação no movimento em seu 8° dia numa assembléia de 700 operários. SBC praticamente ficara sozinho na disputa, mas com disposição para resistir ao assédio repressivo esperado. A preparação do SindMet./SBC para esse momento foi minuciosa: a estrutura de comando fora disposta em três

níveis crescentes de dispersão: diretoria, comando de greve e comissão de salários e mobilização. Acreditava-se na possibilidade de vencer os patrões pelo cansaço. No 12º dia de greve um acordo com a Termomecânica traria esperanças de se conseguir este resultado, até que os patrões, apoiados no Governo, endureceram o jogo bloqueando a possibilidade dele servir como modelo para outras fábricas. Explicitado o esquema patronal-governista para derrotar Lula em sua base, em SBC 60 mil operários responderiam com a continuidade do movimento enquanto, no dia 15 de abril, o sindicato denunciaria:

> "estão jogando tudo contra nosso movimento. (...) Nosso movimento sempre foi e continua sendo **exclusivamente reivindicatório, sem jogo ou intenções políticas**. (...) Perseguimos um aumento de salário que signifique uma participação efetiva na riqueza que produzimos e nos lucros que proporcionamos aos patrões. (...) **São os patrões, fortemente apoiados pelo governo, que estão fazendo política**. Querem massacrar (...) São Bernardo para poderem continuar explorando os trabalhadores (...)".

Dois dias depois aconteceria a intervenção em SBC e StA, seguida, a 19, da prisão de Lula e várias outras lideranças sindicais, além de representantes de associações liberais envolvidas na solidariedade ao movimento. No 23º dia de paralisação, enquanto o cerco apertava, as lideranças reagiriam intempestivamente, à moda da velha tradição *pecebista*, prevendo: "a vitória está muito perto! (...) Nós temos o compromisso de **continuar a greve custe o que custar!** (...) Os patrões e o governo estão encurralados". De fato, embora isolados a adesão dos trabalhadores mantinha-se estável; até que no 30º dia os patrões, obtendo ampla repercussão nos meios de comunicação, ameaçariam de demissão por abandono de emprego todos os que insistissem em permanecer parados. A partir daí o movimento sofreria um significativo refluxo, num contexto em que apenas um membro da diretoria do SindMet./SBC, Campanholo, estaria ainda em circulação. Os números do refluxo são contundentes: em StA, por exemplo, a adesão caíra para 55%. Mesmo assim, o 1º de Maio reuniria mais de 100 mil trabalhadores em SBC que ocupariam o centro da cidade e partiriam para a ocupação do estádio da Vila Euclides. Esta demonstração de combatividade não impediria, todavia, que a greve prosseguisse em recuo. No 34º dia, StA encerraria a paralisação numa assembléia com apenas 500 operários. Cinco dias após a dispersão dos grevistas em função da falta de perspectiva encurralaria as lideranças. Tentando reverter a situação as lideranças fabris ameaçariam iniciar um processo de sabotagem no interior das fábricas, sendo apoiada pelo comando de greve que no 41º dia, no entanto, seria forçado a propor a volta ao trabalho numa assembléia com apenas 4 mil trabalhadores.

A greve, como assinala Antunes, terminara com o esgotamento da resistência operária, seguido de repressão e acuamento dos trabalhadores, que viram suas organizações fabris serem desmanteladas junto com a demissão dos seus membros sem esboçarem reação****. Dez dias após o término do movimento, o saldo era de 4 mil demissões que não paravam de se ampliar. O reflexo mais visível da derrota, no entanto, apareceria em outro lugar: seria a redução dos movimentos paredistas no país – apenas 58, contra 224 em 79 –, muito embora isto deva-se também à política salarial aludida.

Mesmo reconhecendo o acerto da proposta de recuo antes do 30º dia de paralisação, quando então ficou caracterizado o abandono de emprego, e os erros da avaliação do quadro político, que impedira de perceber com precisão as intenções políticas do Governo que levaram-no a proibir as empresas de negociar, bancando seus prejuízos através do BB e do BC, Lula sustentaria que "se a gente termina essa greve no dia 28, mais uma vez ia ficar caracterizado que era a direção do sindicato que não tinha saco de ir até o fim (...). Tenho ouvido milhares de depoimentos: (...) *em 79 vocês foram covardes, em 80 nós não tivemos coragem para agüentar o pau*". Ficava claro, então, que o corte com a tradição *pecebista* implicaria numa perda significativa de visão estratégica por algum tempo, até que a experiência política restaurasse entre as lideranças operárias do ABCD o cálculo político mais mediato. (Antunes/92, pp. 66/67/70-74/78-83/89/91/94-96; 1º e 2º ggmm. Corrêa/80 [op.], pp. 11/12/56/58)

* Que consistia no oferecimento de aumentos salariais semestrais, com níveis diferenciados para cada faixa de renda, além da possibilidade de um acréscimo a título de produtividade, com vistas a aplacar o estímulo principal das greves: "o trabalhador deixará de se preocupar com o aumento salarial, pois este passará a vir automaticamente, com o desgaste inflacionário"; diriam seus elaboradores. Os trabalhadores entenderiam o significado da nova medida – como fica claro no jornal *Tribuna Metalúrgica* (TM) do SindMet. de São Bernardo do Campo (SBC), em outubro de 79: "no fundo, o governo está pretendendo com estes reajustes retirar o direito que conquistamos na prática de negociar melhores salários e melhores condições de trabalho

diretamente com os patrões" –, mas subestimariam o impacto que ela poderia ter no caso de uma greve prolongada. (Id., pp. 64/65)

** Em Santo André (StA) reuniria-se 4 mil trabalhadores e em São Caetano do Sul (SCS) mais 2 mil para aprovar a greve geral para 1° de abril. (Id., p. 70)

***Posteriormente, as próprias lideranças admitiriam o erro desta análise:

> "hoje eu acho que aquele pronunciamento do TRT foi uma vitória que poderia beneficiar todos os trabalhadores brasileiros. Se tivéssemos voltado ao trabalho no outro dia, ampliaríamos a vitória para todo o país (...), ninguém mais poderia decretar ilegal uma greve daquelas. Mas nós não vimos as outras categorias (...)".

(Id., p. 71)

****Conclusão convergente com a de Corrêa, expressa em 80 no livreto *"O ABC de 1980"*.

[30] Tal como faria posteriormente em relação a Brizola em 82, denunciado como *instrumento do fascismo*, Corrêa ensaiaria um combate total ao *petismo* tachado como *cobaia* da direita em sua análise sobre a greve de 80, ao comentar a admissão do Governo de que saíra desgastado com a greve: *na verdade, com isso ele simula fraqueza para incitar os incautos à marchar ao cadafalso*. Oito anos mais tarde, esta visão se transformaria na denúncia da *convergência do ponto de vista do PT com a ESG*:

> "o Lula foi aplaudido na ESG, segundo o editorial do JB, porque ambos são positivistas. O próprio presidente da ESG declarou que seu lema é 'ordem e progresso'. Ambos querem resolver os problemas do Brasil não pela democracia, mas pelo **ato de força próprio**. E nós sabemos que nenhum deles têm condição de resolver sozinho os problemas do país, por isso queremos resolver estes problemas com eles. Nossa linha, portanto, é **muito mais avançada** do que a linha do PT e da ESG".

([Corrêa, Hércules /1980 (op)] p. 79. [Corrêa, Hércules /1987]; ggmm)

[31] Desdenhada em função da *falta de unidade* no campo popular:

> "como conseguir isso se a atuação das forças de esquerda dentro do movimento sindical tem como prática política a destruição mútua e não a busca da unidade para, dentro da visão de que é preciso acumular forças, fazer de cada luta vitoriosa o fortalecimento das entidades sindicais?". (Corrêa/80[op.], p. 82)

[32] O comentário de Ivens durante uma entrevista de Corrêa em março de 79, no exílio, reflete a recepção que a crítica ao proto-*petismo* teve nas bases, expressando um ponto de vista que não era estranho aos militantes do partido:

> "tenho a impressão de que o Governo está pretendendo isolar a classe operária industrial dos trabalhadores pobres, e também isolar a nós da esquerda. (...) Então começa a fazer uma divisão entre os operários (...) *ricos* e (...) pobres. Entre a esquerda mais conseqüente e a esquerda que está vacilando um pouco. Acho muito estranho, por exemplo, que as greves em SP **tenham contado com certa facilidade quando se iniciaram***".

(In Corrêa/80, p. 77)

* Essa *facilidade* foi explicada por *Frei Chico*, irmão de Lula, como uma tentativa da burguesia de consolidar um sindicalismo sem influência comunista na região mais importante do capitalismo brasileiro. Ele, porém, não deixava margem para dúvidas: *a burguesia se deu mal*. (*Frei Chico*/92)

[33] Coutinho, em dezembro de 78, defendendo a "necessidade de articular (...) as reivindicações (...) mais sentidas dos segmentos populares (...) com a luta (...) pela democratizacão (...)", esboçaria preocupação análoga: "(...) o risco está no isolamento, na separação dos trabalhadores das grandes empresas (...)", *o que pode gerar a ação corporativizada em cadeia no movimento sindical*. Já Tenório, avaliando a vitoriosa greve metalúrgica em abril de 79, apontaria em sentido contrário denunciando a tentativa de isolamento do ABCD sob a acusação de ser um *bolsão de trabalhadores privilegiados*: "isto não é novo: antigamente eram os estivadores, os marítimos (...)". (In VO/78, nº 153 [3]. In VO/79 nº 157 [4])

[34] Isso não significaria, no entanto, rendição ao *esquerdismo*. Na verdade, continuavam fiéis à *política de unidade* e ao combate ao *esquerdismo*; o que fica claro quer na crítica aos metalúrgicos cariocas por apostarem numa chapa "*puro sangue*, ferindo o nosso princípio de unidade", abandonando "o marxismo-leninismo, e a ideologia da classe operária, (...) causando retrocessos irreparáveis em nossa luta pela conquista da democracia, no caminho do socialismo"*, quer na crítica ao *clima de radicalização* criado pelo SindBanc. na campanha salarial de 79 e em sua *incapacidade de conter as articulações esquerdistas paralelas*. (DCB/80, nºs 27 [9] e 29 [3])

* O PT seria ainda diretamente apontado como o agravador dos erros cometidos no setor metalúrgico pelos *pecebistas*:

> "nossos erros foram agravados pela atitude anti-unitária do PT que, rompendo compromissos em todas as correntes (...), lançou o Movimento Unidade Metalúrgica com um programa pré-estabelecido".

(DCB/80, nº 29 [4])

[35] Maria Hermínia, numa mesa-redonda promovida pela VU no final do mês, faria o contraponto desse posicionamento avaliando positivamente a "encarnação" pretendida por Lula *diante das massas radicalizadas em assembléias maciças*. Para ela, não seria possível uma saída racional nessas condições. Weffort, por seu turno, ensaiaria uma explicação a partir dos limites da própria estrutura sindical: *a ausência de delegados sindicais nas fábricas induz o movimento a formas plebiscitárias de organização em assembléias onde a racionalidade não pode manifestar-se*. [In VU/80, nº 8 [20])

[36] "A complexa urdidura da rede de domínio sobre a vida associativa dos assalariados se reverte no seu **contrário**, ao ocorrer o assenhoramento dos sindicatos pelo movimento operário livre, fazendo deles firmes cabeças de ponte para calçar sua penetração no interior do aparato estatal, através da estrutura vigente";

formulava Vianna com base na experiência do período 1945-64. Esta era também a convicção de toda a cúpula *pecebista*, ou mesmo de seus dissidentes. De fato, a idéia de *cabeça-de-ponte* tem incidência histórica real, seja na estratégia de infiltração/acumulação de forças do PCB e adjacências, seja, como aponta José Álvaro Moisés, para calçar a emergência de um sindicalismo autêntico em 1978-80. Tentar elidir esta realidade, como o faz Armando Boito ao enfatizar uma vontade de autonomia que vindo de baixo seria bloqueada pela ideologia populista residual das lideranças combativas, não ajuda na compreensão do papel dos comunistas na acomodação do sindicalismo à política populista-caudilhista, assim como, muito menos, a perspectiva *engajada* contribui para este esclarecimento ao tratar o assunto como se não houvesse alternativa ou problemas importantes na via por eles eleita.

Tal incidência, porém, além de desigual para os dois períodos citados, comporta um limite preciso, como bem o demonstrou Boito, que abarca a ambos. Em primeiro lugar, o sindicalismo combativo protagonizado pelo PCB no pré-64, inserido que estava no concerto populista, obteria influência à nível do Estado, embora sem se mostrar submisso a ele, sacrificando a possibilidade de maior autonomia política dos trabalhadores naquele contexto.

> "Erickson, (...) mostrou que toda a ação sindical de envergadura sob o Governo Goulart (...) dependeu, para ser bem sucedida, do apoio ou da neutralidade cúmplice de um setor do governo e, principalmente, da cúpula das FFAA. J. A. Moisés sintetizou esse tipo de dependência (...): (...) o sindicalismo de Estado colocou o movimento sindical na 'dependência extrema e direta da correlação de forças no plano político' (...)".

Assim, não só os comunistas não puderam contar com os sindicatos para opor resistência civil ao golpe, como viram desabar como um *castelo de cartas* todo o esquema pacientemente montado em prol da *luta revolucionária*. A "ligação orgânica entre a força social dirigente da política populista, a burocracia de Estado, e os setores populares penetrados pela ideologia populista (...)" se amoldaria à nova situação de domínio da direita com insuspeita facilidade e brandura*, não obstante o expurgo dos comunistas e seus aliados trabalhistas mais combativos. Ou seja, o aumento da influência comunista no MS nem foi capaz de autonomizar a estrutura sindical, nem de hegemonizar o proletariado, apenas forçou-os a começar do zero em função da tática pré-64 de atrair os movimentos independentes para o interior da estrutura estatal, vide

*ligas camponesas*** – fenômeno que se repetiria com as associações do funcionalismo público no pós-78, alguns dos quais liderados por *petistas*.

Diante de todas as evidências do malogro da estratégia de "combater a estrutura sindical *por dentro*" sua persistência só pode ser explicada, como o foi por Boito, como uma forma dos "sindicalistas da CUT e da CGT" terem "acesso à investidura, à unicidade e aos impostos sindicais". Este sindicalismo, "como sistema político e ideológico, que fixa limites intransponíveis à prática sindical", transforma-se na forma de promoção das lideranças combativas ao invés de uma via de transformação efetiva, como acreditavam muitos comunistas em tempos passados. Isto, porém, não significa que deixassem de ser também uma forma de ter acesso aos trabalhadores mais conscientes. Boito acerta quando diagnostica que "a organização de um aparelho sindical pelo Estado representa um modo peculiar de suprimir a liberdade sindical", uma forma "distinta daquela verificada nas democracias burguesas em formação na Europa do século XIX, uma vez que nesses casos verifica-se a proibição de todo tipo de sindicalismo" e quando aponta que os "obstáculos que a estrutura sindical opõe à organização e à luta (...) são irremovíveis", sendo suas "variações (...) limitadas", concluindo ainda que "o que, precisamente, a estrutura não comporta é a conversão do sindicato oficial (...) em seu contrário". Todavia, peca ao não admitir que "(...) a submissão voluntária e estrita à norma jurídica segundo a qual cabe ao Estado estabelecer qual organização pode representar sindicalmente os trabalhadores" não é apenas uma forma de promoção dos sindicalistas combativos mas também de organização dos trabalhadores, que se apegam a ela desde os anos 30 em função dos *freios* que ela foi capaz de impor *à exploração predatória da força de trabalho pelo capital*. Essa alienação de si mesmo, ou da possibilidade de uma política independente onde se pudesse ganhar mais do que efetivamente se lhes quer dar – coincidente, como já discutido no 1° capítulo, com o ocaso do anarquismo –, é a marca do proletariado nacional. O "aparelho sindical integrado ao Estado e separado dos trabalhadores" é, no contexto de um país com nossa história de civilização *por cima*, uma escolha racional das lideranças sindicais combativas*** diante do espectro do isolamento político. (Apud [Boito Jr., Armando /1991] pp. 12-14/16/38/39/65/97/98/107/262/263; grn. Boito/82, p. 87)

* Foi o caso dos interventores postos pelos militares no MS, que foram retirados dos grupos mais conservadores que participavam da *política de unidade* com os comunistas no período anterior. (Santana/92, p. 253)

** A atração dos trabalhadores rurais pelo "sindicato do governo", como nos lembra Regina Novaes, se explicaria em função dos benefícios assistenciais dos quais se era carente no interior do país: "para a maioria" trata-se de ter acesso aos "convênios com o FUNRURAL, que lhes permite acesso ao médico, ao dentista, ao auxílio funeral, ao *aposento*". (Novaes/89, p. 48)

***Evidentemente, tal racionalidade é incompatível com Marx, para quem as *associações operárias de resistência* "só têm valor na medida em que são criações independentes (...), e que não são protegidas nem pelos governos, nem pelos burgueses". O populismo-*pecebista* pós-30 tem muito mais identidade com Lassale, que sustentava a positividade dessa proteção, do que com a perspectiva revolucionária do marxismo. (Boito/91, p. 231)

[37] O jornal FN, por exemplo, já em 70 referia-se elogiosamente a algumas das lideranças *pelegas* do setor metalúrgico, como: *Joaquinzão** (SP), Paulo Vilar – na verdade, Vidal – (SBC), Lázaro Maciel (StA), Roberto Raimundo (StA) e João Vicente (federação/SP). Não era nenhuma novidade. Prestes já havia feito a defesa dos sindicalistas que não eram "completamente puros" em plena TV, em janeiro de 64. (FN/70, n° 12 [2]. In NR/64, n° 257 [se 7])

* A aposta política fundamental dos *pecebistas* em termos de aliança sindical passava por ele. Para a cúpula partidária ele havia mudado. Corrêa, em julho de 81, explicaria esta *mudança* como um atributo pessoal: ele é "um dirigente sindical inteligente, político". (In VU/81, n° 66 [8])

[38] No meio rural, o oficialismo sindical se tornaria uma tática dos sindicalistas democratas a partir de 69, quando retomaram a CONTAG das mãos dos interventores* e propuseram a aplicação das leis existentes

sobre reforma agrária. A política de *evitar a repressão* duraria até 78, quando Francisco, com a assessoria de militantes do MR-8 e do PCB**, retomaria a ação política no seio da entidade. O perfil de Francisco, no entanto, não mudara muito, e isso pode ser atestado por sua incorporação, e de alguns assessores, à Justiça do Trabalho. (Novaes/89, p. 48, Silva/92)

* Lyndholpho Silva refere-se a 65 como a data da retomada, a partir dos setores progressistas da Igreja que articularam uma chapa e conseguiram eleger José Francisco como Presidente da CONTAG. (Silva/92)

** A influência do PCB, pelo menos no pós-*quedas* deve ser relativizada em função de seus militantes no setor estarem *desagregados*. Por incrível que pareça, não havia destacamento especial para a CONTAG no CC quando da eclosão grevista de 78, não obstante a presença de especialistas em movimento sindical rural (MSR) entre seus *quadros*. (Id.)

[39] Vidal era acusado de procurar isolar desde 69 o sindicato das negociações gerais visando maximizar os ganhos do setor metalúrgico que representava. "Nessa postura (...) já se notam (...) uma tendência ao isolamento (...) (e) um estilo de sindicalismo de negócio: (...) o embrião da idéia do pluralismo sindical, via sindicato por empresa (...)" atacaria Corrêa em 80. Pazzianotto, advogado do sindicato, seria apontado como um dos defensores em 70 desta estratégia, em nome do reforçamento da representatividade do sindicato de SBC. (Corrêa/80[op.], pp. 27-30)

[40] Lula, em 82, se referiria nos seguintes termos ao evento:

> "nós demos um grande passo em 74, com a realização do I Congresso (...) que foi o primeiro grande feito da década de 70 (...). Acho que pela primeira vez se fazia uma análise de conjuntura da situação da indústria automobilística no Brasil".

A temática principal do conclave fora: produtividade, altas taxas de lucro e sua relação com o aumento do ritmo de trabalho, extensão da jornada de trabalho e alta rotatividade no emprego. (Apud Antunes/92, pp. 16/17)

[41] Segundo Weffort, o estreitamento da relação entre o que ele chama de "sindicalistas autênticos" e a Igreja, até então "ligada à oposição sindical", era recente e se dera "num plano político". Lula, que tivera contato com o PCB em 73-74 na figura de Emílio Bonfani*, e sua corrente, queixavam-se da desconfiança dos grupos radicais em relação ao sindicato**. (In VU/80, nº 8)

* Segundo relato de *Frei Chico*, "Lula chegou a conversar (...) sobre nossa visão partidária, sobre a política do momento, mas sem compromisso. Foi bom, porque se ele tivesse entrado teria sido preso junto comigo muito provavelmente". (*Frei Chico*/92)

** A esquerda, segundo *Frei Chico*, costumava atacar Lula dizendo que ele era *agente do sindicalismo norte-americano*. (Id.)

[42] Na verdade esta fora a segunda oportunidade. Filiado ao partido em 70, *Frei Chico* foi eleito Vice-Presidente do SindMet./SCS em março de 75, trabalhando na Cofap e sendo membro do CM/SCS. As *quedas*, porém, bloquearam sua ascensão sindical. Tomando posse em outubro, numa 2ªf, no sábado seguinte seria seqüestrado pelo DOI-CODI sendo torturado e mantido aprisionado por 78 dia . (*Frei Chico*/92)

[43] Problemas com os católicos de esquerda não eram novidade, basta ver a relação do PCB com a AP no pré-64. Todavia, como já foi assinalado, ao perceberem a guiada católica no final dos anos 60, os esforços foram todos no sentido do estreitamento das relações com a cúpula da Igreja. Tal intenção está patenteada no documento de 70 do CE/GB, já citado, onde fazia-se menção explícita à aliança com os católicos, e na Resolução Orgânica de 71 do CC:

> "o Partido deve desenvolver sua atividade de frente única com a corrente progressista católica (...) no movimento sindical, urbano e rural (...), no movimento estudantil e na luta contra o terror

cultural".

As iniciativas da Secretaria de Entendimentos Políticos (SEP) do CC, via Luís Maranhão, seu chefe, e Heloneida Studart, e o debate cultural entre a revista comunista *Civilização Brasileira* e a católica *Paz & Terra* atestam o desdobramento prático dessas intenções.

Em 74, o CE/SP incluiria esta questão na Resolução Eleitoral, dando um passoainda mais ousado no processo de estreitamento. Mesmo após as *quedas* a questão não desapareceria. Em março de 77 o CC dava continuidade à aproximação reconhecendo a *importância do clero na luta democrática* por meio de suas iniciativas entre os índios, os camponeses, os presos políticos e mesmo *nas lutas gerais*. O *namoro* chegaria ao ponto em que Temer, em maio de 77, encararia o tema do divórcio, sustentado pelo *emedebista* Nelson Carneiro, como uma *artimanha para afastar a Igreja do conjunto das forças opositoras*. Até mesmo a articulação operário-católica, agora motivo para *dores de cabeça*, era tida como de *extrema importância para a democracia e a unidade das oposições devendo, por isso, ser apoiada*. Surpreendentemente, a possibilidade de uma aliança católico-comunista seria saudada por Corrêa em agosto de 79 como *estratégica para a construção de um socialismo pluralista*. (Res. Org. Jul./71, p. 8. Res. El. SP/74, p. 12. Res. Mar./77, p. 253. In VO/77, nº 134 [9]. Res. Dez./77, p. 273. Corrêa/80, p. 197)

[44] *Social-democracia* era ainda uma adjetivação muito usada no PCB. Mesmo um intelectual como Vianna, em 77 ainda enxergaria a *social-democratização* como *a chave da legitimação do processo exclusionista das elites*. Em 85, Corrêa, ao voltar incidentalmente ao tema, faria referência à *social-democratização* da Igreja como uma *possibilidade ainda não consolidada*, mas em tom bem menos negativo do que outrora. (Vianna/77, p. 248. Corrêa/85)

[45] Sem o querer, os *eurocomunistas* forneceriam aos anti-*emedebistas* mais munição para atacá-lo. A fama do MDB, como já foi observado no capítulo anterior, nunca foi das melhores, a começar pelo fato de muitos dos seus líderes terem apoiado o golpe de 64* e mesmo colaborado com ele por *detrás das cortinas*. Fernando Perrone, antes do AI-5, constatara que em SP muitas votações importantes na Assembléia Legislativa eram definidas em aliança com setores *arenistas* para contrabalançar o adesismo *emedebista* – uma parte apreciável da bancada oposicionista na Assembléia era *janista*. A resistência democrática em seu interior era fruto da frenética movimentação da esquerda nele infiltrada e não do repúdio dos liberais brasileiros à ditadura branda em vigor. Mesmo *Jango*, em 67, exilado no Uruguai, não teria melhor juízo: para ele, *se dependesse do MDB os exilados apodreceriam no exterior*. Fazer campanha para o *partido consentido da oposição*, como o chamavam os dissidentes, antes do AI-5 era "queimação", nos diz Perrone. (In Perrone/80, pp. 60/67/71)

* Entre eles o próprio Ulisses Guimarães que conspurcara sua biografia ao votar favoravelmente no Congresso à indicação, pela Junta Revolucionária, de Castelo Branco para a Presidência; o que não lhe impediu de se transformar num dos *símbolos máximos* da combatividade liberal dos anos 70/80, interpretação fomentada pelo PCB.

[46] Isto, apesar de *Aldo Monteiro* defender em abril de 72 a necessidade de *arregimentação no interior do MDB*. A verdade é que esta arregimentação – que jamais teve o conteúdo sectário dos outros grupos de esquerda – esbarrava, até 74, no próprio esvaziamento da oposição e quando este problema pareceu estar superado em 75, na esteira do descontentamento popular e das manifestações estudantis, era o PCB que havia se *esvaziado* pela fulminante ação repressiva. Posteriormente, já com a direção no exterior, arregimentar quadros no MDB deixou de ser uma prioridade em função da *questão de segurança* e da debilidade orgânica do partido. Mas, o mais importante para a definição desse comportamento *passivo* no interior do *partido ônibus* seria a percepção de que a indiferença dos liberais em relação à aliança poderia gerar uma rejeição em tudo prejudicial para as pretensões política do partido e seus líderes: "(...) seremos discriminados se tentarmos manipular a frente"; dizia Giocondo Dias em maio de 80. (In VO/72, nº 86 [3]. In VU/80, nº 9 [9])

[47] Sua adoção, na verdade, como a própria VO já havia indicado, foi um movimento profilático na perspectiva da perda da maioria no Senado nas eleições de 78 – previsível diante da projeção feita a partir da perda dos 2/3 verificada nas eleições de 74 –, que acarretaria a desestabilização da maioria governista no Colégio Eleitoral. (In VO/77, nº 131 [3]. Res. de Abr./75, p. 161)

[48] Apesar da retórica em contrário e do agradecimento dos perseguidos à solidariedade existente, a verdade é que ela esteve aquém do que seria de se esperar em se tratando de *forças aliadas na luta contra a ditadura*. *Frei Chico*, mesmo elogiando o MDB por este ter *dado apoio aos presos*, admitiria que *muitos se omitiram nesta questão e alguns* ***infiltrados*** *até comemoraram*. Por outro lado, David Capistrano Fº, também vítima do processo, diria, em alusão às manifestações provocadas pelo assassinato de Herzog, que "a destruição da organização nacional do PCB (...) no período 74-76 (foi) (...) sustada pela vigorosa onda de protesto do movimento democrático". Capistrano Fº, porém, omite que nesse instante os que haviam sobrevivido à perseguição já se encontravam no exterior ou estavam em vias de para lá ir.

Na verdade a solidariedade foi mais efetiva quanto ao esquema de fuga do PCB, com o qual colaboraram personalidades não comunistas, como Hélio Fernandes, Cândido Mendes, Gerardo Melo Mourão, e mesmo do regime, como Adauto Lúcio Cardoso que fora Deputado Federal pela UDN, Ministro do STF e Presidente do Congresso nos primeiros anos da ditadura, do que quanto ao enfrentamento político da questão.

É crível supor que caso houvessem tomado uma posição mais do que meramente formal a cúpula *emedebista* se não teria impedido pelo menos lograria minimizar os estragos feitos, ou, quem sabe, até precipitado o desencadeamento das primeiras manifestações públicas contra a ditadura ocorridas após a morte de Herzog. (*Frei Chico*/92. In VU/80, nº 28 [6]. Cândido/93)

[49] Sintomaticamente, esta posição seria interpretada por Melo como um sinal de "estreiteza do Sr. Tancredo". Esta opinião, por mais estranha que possa parecer, reflete com precisão a posição da cúpula partidária. A explicação mais tentada para explicar a não constituição da FPCF era a pressão do regime, particularmente contra o PCB. Em abril de 75, a CECC explica as *quedas* como *fruto da ação governista para desarticular o bipartidarismo e possibilitar maior aglutinação dos setores conservadores em torno do regime impedindo* "a formação da frente patriótica antifascista, que se esboça" – em 76, o CE/SP faria o mesmo ligando-as ao sucesso eleitoral do MDB em 74. Em dezembro, o CC repetiria: *a ditadura empenha-se em*

> "impedir a convergência e unidade das forças contrárias ao governo e ao regime, o que daria à ditadura oportunidade de convocar eleições em 1978 e de nelas obter uma maioria eventual em face de uma oposição enfraquecida e desmoralizada. É sintomático que logo após as eleições de Novembro de 1974 o governo tenha" *endurecido a perseguição aos comunistas*. "Trata-se (...) de estabelecer uma linha divisória entre os setores de 'oposição ao governo' (...) e 'os que fazem oposição ao regime' (...)".

[Res. Abr./75, p. 162. Res. Dez./75 pp. 234/235. Com. SP/76, p. 21.]

[50] Ao mesmo tempo em que a cúpula exilada operava o recuo, depois de 10 anos de pregação da FU, insistia-se na pretensão de se ver o proletariado ditando o ritmo das lutas *tivesse a FU a forma que fosse*. Falava-se mesmo, na Resolução Sindical de 78, numa "luta frontal e irreconciliável contra as manipulações da propaganda burguesa, uma polêmica franca e aberta contra aqueles que interpretam (...) erroneamente os problemas sociais, políticos e sindicais (...)", e advertia-se para o perigo da FU "se restringir a um pacto dentro das chamadas *classes políticas*". Ainda mais inequívoca seria a resolução política do mesmo ano:

> "(...) não podemos ignorar que a forma de expressão e representação da vontade majoritária de mudanças não pode ser de cúpula, não pode ser tutelada, tendo que contar com a participação de todas as forças interessadas.
>
> As transformações democráticas só serão alcançadas se impulsionadas pelas massas populares e organizadas por seus **representantes autênticos**.
>
> Neste sentido, conclamamos à unidade de todas as **correntes populares** como **condição principal** para manter e ampliar a unidade conquistada – mesmo depois das eleições – de todos os movimentos que hoje lutam (...) pelo fim do fascismo. **A institucionalização desta unidade é e**

será cada vez mais necessária para manter e desenvolver a força da oposição (...)".

Antes de uma oscilação derivada apenas do precário equilíbrio interno, a disfuncionalidade desta pregação da hegemonia operária se explica pela necessidade de se *defender*, mesmo que apenas do ponto de vista abstrato, certos signos consagrados pelo VI CONGRESSO como a conjugação da *luta democrática* com a *hegemonia proletária**. Isso explica como mesmo *eurocomunistas* como Coutinho defendessem, em junho de 78, a *maior participação da esquerda na frente democrática* em nome de *melhores condições para as posteriores reformas profundas* sem protestar contra o amesquinhamento da FPCF, ou mesmo imaginando que elas pudessem se compatibilizar. (Res. Sind. Nov./78, pp. 308/312. Res. Nov./78, p. 296; ggmm. In VO/78 nº 147 [8])

* A primeira apontando para a democracia liberal, a segunda sugerindo a persistência da tradição totalitária do *marxismo-leninismo*.

[51] Esta definição de FU se encontra muito mais próxima da de 67 do que daquela apregoada pelo CC após as *quedas*. Mesmo falando em "unidade de todas as forças democráticas (...)" a *esquerda* entendia que

> "(...) o **único caminho possível** para que elas (as outras classes sociais) se libertem da opressão capitalista e conquistem um regime plenamente democrático, é se aliarem ao proletariado e **aceitarem a hegemonia deste** (...)".

A referência a "todas as forças democráticas" se encaixava no objetivo tático de conquista da *democracia burguesa*, e à *aceitação da hegemonia proletária* o anúncio de que o partido, ou parcela dele, não desistira da *verdadeira democracia* (socialista). (DCB/77, nº 6 [3]; ggmm.)

[52] Já em 75 a VO chamaria atenção para a possibilidade de composições conservadoras envolvendo a oposição. Em fevereiro, ela denunciava Geisel e suas promessas de relaxamento da censura e do controle sindical, e de aumentos salariais como a

> "(...) tática de morcego, que morde e sopra, sopra e morde" *com a qual* "o governo espera domesticar o país (...), com a cumplicidade das forças mais conservadoras e o silêncio da oposição mais conformista".

O CC partilharia da mesma preocupação:

> "diante do avanço do movimento democrático, o regime fascista tem recorrido cada vez mais, não só à repressão brutal (...), como também a todo o tipo de manobras políticas". "(...) Apesar da manobra da *distensão* ter trazido algumas vantagens para o regime (...) e semeado ilusões em alguns setores da oposição, não conseguiu impedir o avanço do processo de formação da frente antifascista e patriótica, nem logrou deter o crescente repúdio à política da ditadura".

(VO/75, nº 120 [5]. Res. Dez./75, p. 234)

[53] O divórcio com a esquerda inaugurado em 67 seria mantido mesmo pelas direções renovadas como a de SP. O Comunicado de Setembro do CE/SP patenteia isso ao reafirmar o desejo de reabsorver alguns de seus segmentos, bem como de manter uma "unidade de ação":

> "nosso partido está aberto para o retorno ou ingresso de quantos queiram fazê-lo (...). Quantos aos grupos de esquerda, nossa atitude deve ser a de **unidade de ação**, sempre que isto contribua para o avanço do movimento de massas".

(Com. Set. SP/77, p. 27; gm)

[54] O PP até mereceria um elogio de Cláudio Guedes na VU de novembro de 80 por não ter assinado um manifesto que, embora subscrito pelo PMDB, foi considerado "estreito" por proclamar que "'a Constituinte possibilitará a reforma agrária e a prevalência do trabalho sobre o capital'". (In VU/80, nº 34 [5])

[55] A *esquerda*, tanto por questões ideológicas (ortodoxia pró-soviética) como políticas (rechaço à conciliação) e internas (melhor manejo do *aparelho*), tendia a descartar a legalidade. Assim, em 78 se

consideraria falsa a contraposição *trabalho ilegal x legal*: "trata-se de melhorar cada vez mais o trabalho ilegal para se realizar um bom trabalho legal". "Devemos (...) estar preparados para que a intensificação da repressão (...) não atinja nosso trabalho legal e, **especialmente, nossa atuação clandestina**". Para tanto, repetia-se em 79 a Resolução Orgânica de 78 e sua recomendação quanto à observação rigorosa "das regras de segurança (...), procurando evitar que se repitam golpes profundos sobre nossas organizações. (...) É importante (...) que as organizações do Partido sejam estanques (...)". Esta concepção de vanguarda se refletia no DCB, cuja circulação estava regulada por 3 *mandamentos* ao leitor*: "só passe adiante se a pessoa merecer inteira confiança; não leve o DCB para os locais de trabalho e de estudo e não deixe o DCB em locais de acesso à pessoas estranhas". (In DCB/78, nºs 14 [3] e 16 [3]; gm. Apud DCB/79, nº 19 [2/4])

* Cópia do estampado pela VO 2 anos antes, em 77, em função dos temores de nova onda repressiva contra o partido. Com o avanço da *abertura* e a necessidade de ganhar quadros, porém, o aviso caducaria na VO, muito embora não se tenha dissipado por completo os temores como fica claro no alerta de Corrêa, em abril de 79, quanto ao *pleno funcionamento do aparato repressivo*. (In VO/77, nº 139 [7]. In VO/79, nº 157 [6])

[56] Assessorando Guedes muitos desses *quadros* de formação universitária atingiriam o ápice de sua influência partidária. O exílio europeu, todavia, teve reflexos mais modestos sobre o CC, não só por conta do problema geracional e cultural de seus titulares mas também em função da alocação de muitos deles em países do *socialismo real* onde as influências culturais eram efetivamente filtradas. A ideologia *marxista-leninista* sofrerá, mesmo assim, um *envernizamento* em função da maior proximidade com o debate europeu e dos sinais evidentes de decadência dos regimes *socialistas** que se refletia numa posição menos subalterna dos ortodoxos em relação ao PCUS.

* Corrêa nos narra nas suas memórias que face aos anos 50 a Moscou dos 70 decaíra bastante, com várias pessoas bêbadas caídas nas ruas durante o inverno polar, crítica popular generalizada ao modo de vida dos "servidores do povo" e roubos constantes às repartições públicas. ([Corrêa, Hércules /1994] pp. 115/116)

[57] A obtusidade das lideranças *direitistas* cariocas no relacionamento com os secundaristas suscetíveis ao *eurocomunismo*, por exemplo, revela um tipo importante de dificuldade para a expansão das experiências renovadoras na cidade, não obstante formulações como a de Salles sobre o "espírito de iniciativa de cada militante" e a de se dar "extrema flexibilidade às formas de organização (...)" fossem bem acolhidas pelo grupo. Não bastasse a inorganicidade de muitos deles, havia uma indisposição natural com os jovens ainda sob a influência da fantasia revolucionária. Isto explica em parte porque ao tempo em que chefiaram a sucursal da VU na cidade eles foram incapazes de aglutinar os setores partidários entusiastas do jornal mas fora de seu raio de ação. A orientação de proibir vendas em rua *para não prejudicar a venda nas bancas** foi um dos muitos mal entendidos dessa época. (Salles/77, p. 237)

* Os secundaristas faziam um esforço maior para apanhar o jornal na sucursal carioca do que para vendê-lo num sábado à noite.

[58] Os *prestistas* podem ser divididos em dois grupos: os *residuais* e os *condicionais*. Os primeiros seguiam Prestes por absoluta fidelidade e identidade de pontos de vista, os segundos enxergavam-no com extrema simpatia por representar uma vertente mais combativa no seio do núcleo dirigente mas não estavam dispostos a seguí-lo a todo custo. *Geraldão* pertencia ao segundo grupo com uma singularidade: seus pontos de vista à *esquerda* eram mais volúveis do que os esboçados, no Sul e no Nordeste, por Tódero e Cavalcanti. *Geraldão*, na verdade, era um *centrista* que buscava projetar-se a partir de sua proximidade com a *esquerda*, que no Rio estava mais identificadoa com o doutrinarismo do que com a renovação política. Entre seus *quadros*, apesar de muitos jovens, predominava uma rigidez de princípios sem contrapartida numa ousadia política como ocorria no RS e em PE. Ao mesmo tempo em que consolidava-se no CE/GB pela *esquerda*, *Geraldão* abordava o CC pelo *centro*. Dias, mesmo *sabendo quem ele era*, segundo Jaimovich, teria com ele uma interlocução permanente. *Geraldão* era reconhecido, de fato, como tendo um grande

poder interno, sendo consultado sobre assuntos que não lhe diziam diretamente respeito como a intervenção na VU e a indicação de Azedo, aliado de Corrêa, para integrá-la. Sua hegemonia no Rio* era reconhecida a tal ponto pelo núcleo dirigente que até mesmo a entrada de Azedo no CM/RJ fora articulada diretamente por Dias com ele para evitar vetos.

Fora dos centros políticos importantes, porém, predominaria *condicionais* mais *autênticos*. Mesmo assim, eles sofreriam importante atração pela política *centrista*, ou seus personagens**, muito embora não participassem de sua formulação ou sequer fossem consultados sobre elas. O efeito disso era a clara neutralização desses segmentos. Sem Prestes, sem a *flexibilidade* de *Geraldão* e prisioneiros de uma **rigidez stalinista** – mais acentuada entre os gaúchos do que entre os pernambucanos – que lhes tornava **dóceis** diante do núcleo dirigente e, portanto, pouco propensos à luta interna desabrida contra a coalizão dominante, aos *condicionais* restava o papel de meros expectadores das decisões nacionais e de fomentadores de políticas regionais dissidentes, o que seria rompido apenas após a legalidade***. (Jaimovich/93. Azedo/93)

* Ela se baseava no fato de que o CE/GB era muito mais forte do que o CE/RJ, em função do alto grau de politização e desenvolvimento da antiga capital do país. Isto permitiu a *Geraldão* se aventurar, depois das *quedas*, que afetariam fortemente o CE/RJ, na conquista do *território inimigo*. Com o apoio de Chamorro, liderança operária dos anos 50 que encabeçava o CM/SP, *Geraldão* montaria uma direção estadual provisória remanejando os militantes alinhados à Granja e aproveitando o CM/Niterói, também atingido pela repressão, que havia conquistado isolando os remanescentes eleitos em 73 que lhes eram hostis[(a)]. Embora não tenha mantido o CE/RJ muito tempo sobre seu domínio, isso não o impediria de disputá-lo em várias Conferências, tendo obtido maioria em 84 em aliança com o grupo de Carlos Muniz, recém-egresso do MR-8, e com o apoio de Ivan Pinheiro. (Azedo/93. Pinheiro/92)

** Era o caso de Tódero: *considerávamos os renovadores partidários de uma política de direita e anti-soviéticos, por isso pressionamos por mudanças na VU e respaldamos a intervenção feita pelo CC. Por ocasião do VII CONGRESSO, eu tinha muita simpatia pelo Dias, o que foi reforçado no encontro onde estive defendendo os pontos de vista do CC.* (Tódero/92)

***O rompimento com o que consideravam uma visão "liberal" daria-se durante o período Sarney, em 85-86, depois da estabilização da luta interna. Ela irromperia, no entanto, depois da crise regional aberta em 82 com a derrota da FU montada pelo partido – onde os *pecebistas* gaúchos, seguindo a orientação nacional, haviam forçado em nome da unidade a entrada do PFL contra a vontade do PMDB – para disputar as eleições gerais, que precipitaria o desgaste de toda a esquerda implicada e o crescimento do PT que alcançaria 10% dos votos em POA – à frente do PDS que ganhara as eleições no estado. A autocrítica feita no mesmo ano, com apenas um voto contrário, marcaria o rompimento com a política do CC, o que se manifestaria plenamente apenas em 86 com a política de chapa própria – adotada também por GO[(b)] e SC, e por outros estados apenas nas eleições legislativas – que levaria o CC a enviar Siqueira, depois da Conferência ter sacramentado a decisão sem a participação do CC, para vetá-la. (Tódero/92)

(a)Foi o caso de Azedo, transferido de Caxias para a base da UFF onde estudava. O *tiro*, no entanto, sairia *pela culatra*. A *esquerda* niteroiense não conseguiria segurar Azedo depois de sua participação marcante na rearticulação do ME local. Chamorro, então, se empenharia em expulsá-lo do partido; o que não aconteceu em função da contra-ofensiva de Granja. O PCB não perdeu sua maior liderança estudantil no estado em função da luta interna, num momento dificílimo, porque ela própria era útil a um dos lados em disputa. (Azedo/93)

(b) *A única resistência séria à retirada viria de GO*, nos diz Tódero. *Todos os CEs implicados foram ameaçados de intervenção pelo CC, mas ela seria desastrosa para eles visto que nossa maioria era sólida. Só capitulamos em função da nossa visão da disciplina*. (Tódero/92)

[59] Seus íntimos contatos institucionais com os escalões intermediários do poder provam que a confiança soviética, se bem que abalada, ainda era efetiva e útil para os lances de Prestes na luta interna, como bem o demonstra a abordagem de Corrêa pelo Reitor do Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou – onde os dirigentes dos *partidos irmãos* faziam seus cursos de capacitação – exatamente sobre este tema. Muito bem

informado sobre o PCB, o referido Reitor proporia a Corrêa seu apoio ao afastamento do Secretário-Geral, sob a alegação da avançada idade de Prestes e seus inúmeros equívocos no comando do partido, com vistas à sua substituição pelo próprio Corrêa. Mesmo tendo recusado a proposta, Corrêa seria excluído da CECC logo após, em dezembro de 75*, o que o faria suspeitar de ter sido vítima de uma armadilha de Prestes**. (Corrêa/94, p. 112)

* Corrêa fala em dezembro de 76, *na primeira reunião do CC no exterior*. A segunda informação não bate com a primeira; ademais não existe registro de uma reunião do CC na data indicada.

** Sem citar Prestes, Siqueira já havia se referido ao papel da KGB na luta interna do PCB daquele período (vide •• Cited Item Has Been Deleted ••).

Não se pode ter certeza sobre as conseqüências para Corrêa de uma aceitação do convite à conspiração, no caso dele ter sido efetivamente uma armadilha. Todavia, com certeza, ela seria mais grave do que a mera imobilização que lhe fora imposta mesmo com a recusa.

[60] Prestes, em conversa com dirigentes estudantis do PCB carioca* no 1° semestre de 87, fizera alusão à existência de problemas com o CC já em 67 não deixando de observar seu agravamento entre 71-72. [Prestes, Luís Carlos (1987]

* A reunião fora organizada por mim e Luiz Fernando Victor F°, a partir de idéia deste, visando marcar a abertura do processo congressual (VIII CONGRESSO) com um ato de impacto hostil ao CC. Prestes interpretaria o convite e a reunião como um pedido para que retornasse ao partido para travar a luta interna.

Seu comparecimento à PUC/RJ, onde proferiu ataques à Sarney, Lula, aos militares e ao CC, lotou o pequeno auditório com 300 pessoas, estudantes em sua maioria, que o aplaudiram entusiasticamente de pé em sua chegada e na partida. Durante as 2 horas de palestra e respostas às perguntas da platéia ele absorveu a atenção de todos. Nenhum dirigente *pecebista* seria capaz de reunir igual número de pessoas, muito menos de receber tanta atenção.

[61] Anita Prestes, Marly Vianna e José Salles eram chamados pelos adversários de *bando dos três* em alusão ao *bando dos quatro* liderado pela viúva de Mao Tse Tung nos últimos anos de sua vida, e que supostamente manipulava-o em proveito próprio – evidentemente, esse não era o caso de Anita que se perfilava ao pai por absoluta fé e solidariedade. ([Coutinho, Carlos Nelson /1994]

[62] Esta declaração situava-se nos marcos da defendida pela direção paulista antes das *quedas*, que determinava o apoio aos candidatos *emedebistas* "capazes de garantir o desenvolvimento unitário, a aglutinação da oposição, (e) a divisão (...) de setores arenistas (...)". Todavia, estava aquém da sustentada pela *esquerda* carioca na mesma época: "a vitória dos candidatos que (...) **realmente se opõem ao regime fascista** significa uma contribuição importante para o fortalecimento das forças antifascistas (...)". (N. Abr. SP/74, p. 4. DCB/78, n° 16 [2]; gm)

[63] Supõe-se que em função de desavenças pessoais com Salles, Marly, sua ex-esposa, e Anita, sua ex-namorada, tenham sido levadas a crer que Salles se envolvera emocionalmente com uma traficante de drogas. Na tentativa de resguardar o partido empenharam-se numa diligência secreta em seu apartamento em busca de elementos que confirmasse ou não seu envolvimento. Nada encontraram, mas como, segundo os *prestistas*, ele também teria se proposto a carrear *dinheiro sujo* para os cofres do partido – o que Prestes teria repelido de pronto – o episódio teria que levá-lo ao isolamento, desmanchando o arranjo de poder que poderia ressuscitar a influência de Prestes e tê-lo conduzido à sucessão quando *velho* achasse que era o momento*. (Melo/92. Cândido/93. Jaimovich/93)

* Quanto à sinceridade desse propósito, no entanto, não há consenso. Ao contrário de Cândido, que afirma que Salles fora preparado para o cargo por Prestes, Melo sustenta que este sempre desejara ter como

sucessora sua própria filha Anita. (Cândido/93. Melo/92)

[64] Hábito porque a maioria dos dirigentes haviam ingressado no partido entre os anos 30-50 sob a mística e o fascínio do *Cavaleiro da Esperança** e, desde então, não fizeram outra coisa senão reproduzí-la, apesar das condenações ao *culto da personalidade*, colocando-se a si próprios, por longos anos, num degrau inferior de importância na hierarquia interna.

* Mesmo seus desafetos, como Corrêa, se incluiríam nessa categoria dos que ingressaram no PCB por ser "o Partido de Prestes". (Corrêa/80, p. 23)

[65] Tratamento especial este que ele queria perpetuar, vide sua exigência de que todos os membros do CC voltassem clandestinos ao país com exceção dele*.

Até o disfarce que Prestes usou na clandestinidade pós-golpe, de milionário que andava num carrão, com chofer fardado – é assim que Cândido o viu chegar à Conferência Estadual do VI CONGRESSO –, contribuía para reforçar a diferenciação mística com relação aos outros dirigentes**. A persistência do culto em torno de sua pessoa foi até 75, na VO ainda impressa no país, quando Marcos Jaimovich (*Mário Oliveira*) exercitou, como nos velhos tempos, o canto onírico *jorgeamadiano*, predileto dos comunistas até 56:

> "'Luís Carlos Prestes entrou vivo para o Panteon da História. Os séculos cantarão a odisséia (...) da Coluna Prestes (...)'". "'Um Carlos Prestes nos é **sagrado**. Ele pertence a toda a humanidade. **Quem o atinge, atinge-a**'".

(Corrêa/94, p. 67. Cândido/93. In VO/75, nº 119 [3]; ggmm)

* Apenas Reis voltaria nessa condição somando-se aos três membros restantes do CC que permaneceram no país durante todo esse período.

** Mesmo afastado do PCB, Prestes ainda se cercava de pompa – que contrastava com seu estilo espartano de vida – como na chegada ao comício carioca de 1º de Maio de 86 quando seu Opala preto era acompanhado por numerosos seguranças à pé, no melhor estilo dos presidentes norte-americanos.

[66] A melhor interpretação das resoluções do VI pertence a Melo, que a publicou em dezembro de 84 na VU no bojo de um projeto de discussão da linha do partido – projeto que seria suspenso em função da má repercussão de sua análise*. Melo, em primeiro lugar, constata que o referido congresso

> "insistiu na necessidade de um cuidado prioritário com a unidade das forças mais avançadas da frente democrática, exigindo dos comunistas que dirigissem sua atenção permanente para a aproximação com as diversas correntes que se incluem no movimento de esquerda".

Para ele, isso se justificaria pela ***necessidade** da hegemonia proletária na execução das tarefas democráticas, advinda do recuo histórico das revoluções burguesas clássicas, ocorrido por temor da burguesia à classe operária*, como também pelos *múltiplos conceitos* "de democracia" que permeiam a FU e a observância de *diferenças regionais que implicam em diversidade nas formas de luta.* ([Melo, Teodoro /1984] pp. 2/6/7)

* Sobre isso nos narra Melo:

> "o texto de 84 está inserido no projeto da Secretaria de Educação, a qual eu estava dirigindo. Ele reflete rigorosamente as conclusões do VII CONGRESSO que tinha enterrado a idéia de *etapa* para se alcançar o socialismo no Brasil. (...) Meu artigo não tentava mudar à *esquerda* a linha do Partido, ele apenas retratava o que havia sido discutido no congresso e que alguns companheiros no CC não concordavam. Numa reunião do CC (...), eu defendi o artigo e ele foi (...) recusado (...). Ele foi publicado (antes) na VU por iniciativa do José Paulo, que gostou muito dele (...) gerando um protesto do Sérgio Moraes. Levado à discussão na CECC, Malina o defenderia e o Givaldo o atacaria (...). Depois disso eu me recusei a dar prosseguimento aos artigos que estavam programados porque iriam esbarrar na mesma resistência".

(Melo/92)

[67] A ênfase na necessidade de "elevar substancialmente o grau de eficiência dos recursos" estatais "eliminando (...) os gastos irracionais, as sonegações e roubalheiras", a pregação da "moralização dos gastos" e da gestão pública "como uma premissa e (...) como condição (...) das mudanças políticas (...)", ao lado da defesa da "publicidade" dos mesmos gastos e gestão para tornar *efetiva a democracia* são sintomas de uma posição mais audaciosa, e até substancialmente diferente da do PCB, mas jamais oposta a ele. É claro que o programa de março de 82 assinado por Prestes estava à frente do imaginário *prestista** – assim como o programa do CC estava à frente do imaginário *pecebista* – mas isso apenas reforça as coincidências entre ambos. (Prestes/82, pp. 348/349)

* Vide defesa da reforma agrária "na lei ou na marra" feita por Gregório Bezerra em 77 e sua defesa em 82 como *combate à miséria*. (In VO/77, nº 132 (5). Prestes/82, p. 347)

[68] Em vista disso, o CC acusou-o de querer a fusão com outras organizações de esquerda: *quando Prestes aceitou o VII CONGRESSO em abril de 79 querendo a participação* "dos democratas e patriotas" *e a não formulação de Teses para o desenvolvimento das discussões*, "propunha (...) uma discussão anárquica e não partidária"*. (N. Mai./80, p. 15)

* Onze anos depois, os *centristas* que combateram Prestes, com poucas exceções, apelavam para a mesma proposta, *num outro contexto*, tentando evitar a vitória dos ortodoxos no IX CONGRESSO (1991).

[69] É verdade que no caso de Monteiro o CC se posicionou contra a articulação da candidatura nos quartéis, o que só fizera tardiamente em relação ao jornal FN – vide •• Cited Item Has Been Deleted ••. Mas, a questão não se restringia a Prestes e nem era tão simples. Luís Mário Gazzaneo da *direita*, aqui no Brasil, defendera posição análoga enquanto Corrêa em março de 78, mesmo descomprometido com a visão golpista, lamentava a falta de "uma base militar de apoio" à oposição. (Temer/94. Corrêa/80, p. 124)

[70] Dedicado à política desde 78, Tódero seria um dos raros exemplos de ascensão regional motivada pelo recuo tático da *velha guarda* partidária onde militava – vide •• Cited Item Has Been Deleted ••. Ingressando no partido em 71 quando cursava a Universidade, por simpatia com o *socialismo real* e divergência com a orientação da luta armada*, participou do MDB e foi vice-presidente do DCE em que o partido era maioria em 72. Neste mesmo ano seria cooptado para o CM/Caxias do Sul que passa a concentrar seu trabalho na reconstrução do ME, do movimento comunitário, do MS e do MES, fazendo o PCB hegemônico no movimento social organizado. Com as *quedas* participaria da recomposição do CM em 76. Em 78, uma conferência elegeria novo CM ingressando ele na executiva. Dois anos depois ingressaria na CE do CE/RS que havia sido desmantelado nas *quedas* junto com o CM/POA. Em 82, seria o 2º delegado mais votado ao VII CONGRESSO mas não alcançaria o CC por não ser ligado ao *centrismo* hegemônico. Seu ingresso no CC aconteceria apenas no VIII CONGRESSO, representando a corrente de *esquerda*, passando imediatamente à CECC. (Tódero/92)

* A leitura de uma entrevista de Prestes, onde este pregava a *necessidade da luta de massas para derrotar a ditadura*, ajudara bastante na aproximação. (Id.)

[71] O grupo chegou a promover, com o apoio do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), órgão da censura estadonovista, a primeira manifestação de rua pró-participação na guerra portando retrato de Vargas*. O CE/BA tinha posição intermediária entre o *direitista* CA de SP e o ortodoxo CNOP do RJ. (Cavalcante/86, pp. 94/95. Guimarães/82, 15)

* "Nós do partido, achávamos que devia sair o retrato de Getúlio, da mesma maneira que devia sair o do Churchill, o do Roosevelt, e (...) do Stálin (...)"; relata Dias. (Apud, Vinhas/82, pp. 94/95)

[72] Enquanto Temer recém-abandonara a ortodoxia, tomando contato com o eurocomunismo em Budapeste no início dos anos 70, quando representava o PCB na Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), e se ligara a Guedes – "eu era Armênio Guedes" – Coutinho e Konder vinham de uma *rebeldia* histórica tendo assinado manifesto contra a intervenção russa na Tchecoeslováquia em 68*. A identidade *eurocomunista* de ambos era com o *ingraolismo*, pensamento à *esquerda* de Berlinguer no PCI. O *compromisso histórico* italiano era visto com desconfiança num momento em que o PCI estava praticamente empatado eleitoralmente com a Democracia Cristã (DC), permitindo a seguida formação de governos da DC quer através da abstenção no parlamento, quer do apoio ao programa sem contrapartida em Ministérios, o que consideravam *abrir mão de se apresentar como alternativa de poder*. A idéia de "democracia consorciativa" e de que *50% dos votos era pouco para mudar a Itália* não desfaziam-lhes a impressão de que havia um certo desespero por detrás do pacto com a DC, fruto do crescimento eleitoral contínuo dos comunistas desde 45 sem perspectiva de chegada ao poder, enquanto a esquerda alemã, espanhola e a francesa já o haviam alcançado.

Os pontos de vista dos *ingraolistas* não eram marginais no partido**, mas teriam pouca influência interna dada sua incapacidade de interlocução com a esquerda, inclusive interna, sobretudo aquela onde a fidelidade aos *princípios* doutrinários era atenuado pelas práticas sociais. Mesmo tendo Konder compreendido que o

> "**novo proletariado** é um elemento fundamental na luta para que a democratização (...) não se perca na inocuidade do formalismo liberal (...)" – "(...) lutando pela hegemonia no processo democratizador, a classe operária lutará por medidas concretas capazes de assegurar aos trabalhadores melhores (...) condições de vida (...)" –

não seria ele capaz, enquanto esteve no partido, de ampliar significativamente seu arco de influência nesse sentido. Ademais, nada disso os afastava muito da política do partido para a transição. O polêmico apoio ao *chaguista* Miro Teixeira em 82 e a defesa do PMDB como a "Frente Democrática naquele momento" o demonstram.

O sintoma mais significativo das singularidades desse subgrupo emerge nas divergências com os paulistas, seja através da condenação de Sérgio Granja, do CZS/RJ, em outubro de 80 à comparação redutiva feita por Capistrano F° da guerrilha brasileira de 69-72 com o terrorismo internacional, seja através da acusação de Coutinho em novembro de que o mesmo Capistrano e a equipe da VU administravam o atraso***: "será que vamos ter que inventar uma *direita* (...) para apaziguar a boa consciência do *atraso* na batalha ideológica contra o prestismo?".

No Rio, problemas haviam também com o subgrupo de Vianna, como nos narra Temer:

> "o principal problema que eu enfrentei na minha volta foi com o Luiz Werneck Vianna, que pensou que eu, o Ivan, o Carlos Nelson e o Leandro, viéssemos para golpeá-lo. Na verdade, não tinha articulação nenhuma (...)". "Ele e o Raolino se juntaram com a *máquina* para nos isolar; acabaram engolidos depois".

(Temer/94. Coutinho/94. Konder/80, p. 133/135. In VU/80, n°s 27 [2] e 34 [2])

* Coerentemente ambos abandonariam o partido depois do golpe militar na Polônia ter sido apoiado pelo CC. (Coutinho/94)

** A proposta de vincular a luta democrática à luta pelas reformas, o entendimento da FU como a *junção das plataformas democráticas provenientes das camadas médias com as plataformas reformistas das camadas populares*[(a)] e o entendimento da exclusão político-material das massas como *a base para a sustentação das vias autoritárias de modernização postas em prática pelas elites dominantes*, embora muitas vezes presentes em vários documentos partidários não faziam mais parte das prioridades ou simplesmente haviam sido descartadas pelos *centristas* com quem se aliaram. (Konder/80, pp. 134/143)

***Capistrano, de fato, engajara-se no esforço *centrista*, dizendo em abril de 80 que a orientação de 67 "foi, grosso modo, seguida nos anos posteriores" e que "(...) o CC eleito em 1967 se mantém comprometido com a política adotada pelo VI CONGRESSO (...)"; nada muito diferente do que o próprio Coutinho fizera no exílio com a VO, ou sustentara na resposta da CECC à Prestes que ajudou a redigir no mesmo mês. A diferença estava na história familiar de seu líder – David Capistrano, seu pai, fora um dos expoentes do CC até ser assassinado pela ditadura – que se refletia na visão ortodoxa de unidade partidária que o CE/SP sustentou em sua reorganização em 77:

> "(...) unidade em torno dos princípios de organização, expressos nos **Estatutos**; unidade em torno de nossa teoria, o **marxismo-leninismo**; unidade em torno da nossa **linha política**, expressa na

> Resolução Política do VI CONGRESSO. (...); unidade em torno do CC (...) Quando se fala em marxismo-leninismo tem-se em mente a teoria que orienta o Movimento Comunista Mundial, e não as *teorias* utilizadas atualmente para denegrir os PCs e os países socialistas (...), **quaisquer que sejam seus disfarces**".

(In VU/80, nº 3 [15]. Com. Set. SP/77, p. 26; ggmm)

(a)O cientista social italiano Paolo Kelermann em 76, ao se referir ao êxito da política *pecebista* em 74, descreveria a estratégia do partido de maneira aproximada, como de "aliança das classes populares e das camadas médias produtivas em torno de uma plataforma (...) antifascista". (In VO/76, nº 128 [3])

[73] A *direita*, na verdade, como admite Coutinho em seu artigo de setembro de 80 intitulado *"A renovação leninista do marxismo italiano"*, em parte influenciada pelo PCI e intelectuais como Luciano Gruppi, guiava-se pela máxima "*renovar na continuidade*" *sem renegar Marx/Engels/Lênin/Gramsci**. Na prática, isto implicava numa luta pela democracia interna sem rupturas e num pacto de não-agressão à URSS na VO complementado por críticas adocicadas nas *bases***. A idéia de uma "definitiva ruptura com o *marxismo-leninismo*", sustentada por Coutinho em 90 como conseqüência da aceitação da formulação *berlingueriana* de 77 da democracia como um "valor histórico-universal", ou mesmo como fruto da "recuperação da herança gramsciana" que "visava à ruptura com a esclerose doutrinária do PCB (...) (e) com os modelos da III INTERNACIONAL (...)", não teve a incidência prática que seria de se esperar pelo menos até 81-82, quando tanto os *eurocomunistas livres-pensadores* quanto os *institucionais* do RJ/SP vêem diminuído seu espaço ou esboroar-se seus esforços de mudanças por dentro da estrutura. (In VU/80, nº 26 [15]. Coutinho/94, [Coutinho, Carlos Nelson /1990] pp. 207/208)

* Em junho de 84, Vianna ainda defenderia, possivelmente com a aprovação de seus pares, que o "partido de novo tipo – democrático, laico e de massas" – "não significa uma ruptura com o leninismo (...)". O horizonte crítico da *direita* em relação ao MCI seria parametrizado também tendo como referência Sartre – que Coutinho considera como sendo o formulador de

> "uma análise do stalinismo (em 'O Fantasma de Stálin') que (...) é uma das primeiras tentativas **marxistas** de compreender o que Togliatti, naquele mesmo momento, caracterizava como um 'período de degenerescência'(a)" –: "(...) era preciso querer **aquele** socialismo ou não querer nenhum",

dizia Sartre sobre o caráter socialista da URSS pós-56. (In VU/80, nº 4 [14]. Vianna/86, p. 223)

** Claramente inspiradas em Berlinguer – "existem traços iliberais na URSS" –, como admite Coutinho. (Apud Coutinho/94)

(a)Togliatti, a propósito, sustentara em seu Informe ao VIII CONGRESSO do PCI em agosto de 56 que o stalinismo atingira *parcialmente o sistema soviético*

> "e teve provavelmente suas mais graves manifestações no cume dos órgãos diretivos do Estado e do partido. (...) Isso não autoriza de modo algum a dizer que ocorreu uma destruição dos lineamentos fundamentais da sociedade soviética, dos quais deriva o seu **caráter democrático** e socialista (...)". "A fé que em 1917 se acendeu pela primeira vez (...) não apenas **aumentou** hoje, mas já é uma coisa qualitativamente diversa".

Como nos diz Salvadori:

> "(...) aquilo que Kruschev e Togliatti (...) tinham em comum era precisamente a recusa total da (...) tese de que o stalinismo era um sistema de sujeição das massas trabalhadoras despojadas de poder político, e que, portanto, (...) as ilegalidades (...) indicadas pelo próprio Kruschev não constituía uma violação (...), mas, ao contrário, a expressão da metodologia da gestão do poder".

Foram os marxistas críticos que aplicaram ao stalinismo a categoria de "totalitarismo". (Apud Santos/88, p. 104; ggmm. Salvadori/86, p. 288)

[74] Konder em 81 perceberia os limites da vitória sobre o *prestismo* para o projeto renovador:

> "(...) apesar de seu imenso (e merecido) prestígio" Prestes "ficou reduzido à melancólica condição de símbolo óbvio de uma velha concepção de partido, **superada pela vida**". "Mas não são Prestes

> e aqueles que o acompanharam os únicos que estão comprometidos com a concepção atrasada do partido. Mesmo entre os comunistas que se recusaram a seguir o ex-secretário-geral, são numerosas e fortíssimas as manifestações desse comprometimento"; *inclusive nas bases*. "(...) Ou os comunistas enfrentam corajosamente os problemas da sua auto-renovação, ou então podem ser empurrados por seus adversários para o gueto".

Mesmo que timidamente, pois ainda possuído por um otimismo um tanto exagerado quanto às mudanças em curso, ele também perceberia o potencial perigo da aliança com o *centro*:

> "(...) o PCB, do qual Prestes foi a expressão, está rapidamente deixando de existir, está num processo de transformação acelerada, em vias de tornar-se um partido novo (no sentido em que Palmiro Togliatti empregou essa expressão para caracterizar o PC italiano que se criou a partir da derrocada do fascismo)". "(...) O que me preocupa não é tanto ele: é a falta (...) de um esforço no sentido (...) de propor aos comunistas uma alternativa concreta (...) para a antiga concepção de partido (...). Se a velha concepção não for efetivamente superada (...) outras crises do tipo dessa que Prestes simboliza estarão inevitavelmente em gestação (...)".

([Konder, Leandro 1981(td)] pp. 8/9; gm)

[75] Konder patenteia este esforço ao protestar contra a exclusão de Guedes da CECC, *em vista de sua postura pioneira em defesa do "partido novo" e da democracia como elemento que atravessa o socialismo*, e a campanha deflagrada desde então contra "a direitinha":

> "haverá manifestações de alguns erros de *direita* nas concepções e na ação de alguns comunistas?" *Se há, devem ser criticados. Mas*, "creio que um exame objetivo da história do movimento comunista no Brasil nos levará à conclusão de que os erros cujas conseqüências foram mais profundamente negativas foram de *esquerda*. O apego à fórmula da aliança operário-camponesa, a subestimação da importância do papel das camadas médias" *são alguns elementos dessa doença infantil. A condenação da ultra-esquerda pelo partido fez com que muitos comunistas fossem* "levados a crer, equivocadamente, que estavam protegidos contra infiltrações ideológicas *esquerdistas*".

(Konder/81[td], p. 9)

[76] Guedes fora excluído da CECC, junto com Corrêa na reunião de maio de 80 do CC, a mesma que redigira a carta de resposta a Prestes publicada no nº 8 da VU. A demissão teria pequena repercussão no veículo controlado pela *direita*, se limitando a uma carta assinada por Ricardo F. de SP, publicada em junho, *estranhando* a medida.

A demora de Guedes em voltar do exílio – a maioria do CC retornara em setembro de 79, enquanto ele o faria em janeiro de 80, logo retornando à Paris – contribuiria decisivamente para desarticular o grupo do exílio, levando ainda a que Melo assumisse o jornal provisoriamente em seu lugar. (Segatto et alii/82, p. 166. In VU/80, nº 13 [2]. Coutinho/94)

[77] Vianna e Raolino de Oliveira teriam seu projeto político prejudicado pela aliança de Corrêa, de *centro-direita*, e Antônio Granja, idem do CE/RJ, ao grupo de *Geraldão*, cujo *centrismo* se situava na fronteira com a *esquerda*. A opção de Corrêa se explica em parte pelas afinidades histórico-sociais com *Geraldão*: mesmo competindo fortemente entre si a anos, ambos pertenciam a uma mesma geração de sindicalistas de origem pobre que viveram dramas comuns e falavam uma mesma linguagem. Vianna e Oliveira, ambos da classe média intelectualizada, representavam uma ameaça real de renovação partidária e, portanto, de bloqueio à continuidade do ascenso interno que esses personagens *históricos* experimentavam desde 64.

[78] O programa renovador foi sintetizado por Capistrano Fº em outubro de 80: apreender a realidade, desenvolver a política no âmbito do decidido no VI CONGRESSO e democratizar o partido. Estes elementos confluíam todos para a *questão democrática* que, em termos estratégicos, recebia tratamento oposto ao de Prestes. Enquanto este considerava que a revolução burguesa no país havia se esgotado, Guedes considerava que era nela que se jogaria o destino do socialismo brasileiro através da ampliação da democracia, vista como um patrimônio **também** dos trabalhadores, para as camadas populares. Para ele, ao invés de "um caminho democrático para o socialismo", o que era preciso era "um caminho democrático para a

democracia"*. O pano de fundo ideológico desta opção político-estratégica era o rebaixamento de Lênin ao *status* de teórico da realidade russa, que por não ter vivenciado a democracia tinha o alcance de seus postulados enormemente limitados na atualidade**. (In VU/80, nº 28 [6]. Carone/82[a], p. 11. Temer/94)

* Vianna em 84 extrairia a força *revolucionária* desta opção do fato da modernização econômica pós-64 ter-se efetuado sob ditadura, *deslocando o moderno para o político desprovido da tutela liberal*. (Vianna/86, pp. 19/20)

** Ou, como formulava Konder em julho de 81:

> "(...) tenho muitas dúvidas quanto à eficácia, hoje, da expressão *marxismo-leninismo*, que coloca artificialmente no mesmo plano valiosas contribuições teóricas situadas em planos diferentes (Marx era um filósofo ... e Lênin era um teórico-político ...) (...)".

(Konder/81, p. 10)

[79] A VU foi montada com base no esquema da VO depois da intervenção *branca* em 79, ou seja de coabitação da *direita* com o *centro*. O editor da VO, após a saída de Temer, Malin, seria um dos articulistas da nova equipe e Guedes um dos membros da direção editorial; a distribuição dos cargos pela estrutura do jornal era a seguinte: Henrique Cordeiro (Diretor), Gildo Marçal Brandão (Editor), Guedes, Melo, Brandão e Lyndolpho Silva (Conselho Editorial) – num equilíbrio 2 x 2, Guedes/Brandão pela *direita* e Melo/Silva pelo *centro*. O acirramento da luta interna, no entanto, conspiraria contra a face dupla da equação do exílio. De um lado Brandão pregando que "(...) os comunistas (...) devem *querer* o que a realidade política (...) os *obriga* a querer". De outro, os *centristas* se manifestando por um "jornal da classe operária" que imprimisse a *orientação de sua vanguarda*: "(...) a Voz não se pode transformar numa tribuna de debates que coloque em cheque" a orientação de 58/67 "mesmo porque a realidade (...) a vem **confirmando**". (In VU/80, nºs 1 (2) e 13 (8/9); ggmm)

[80] A diferença não era gratuita. Em junho, Brandão a explicitaria em artigo intitulado *"Nós precisamos de uma VOZ política, não doutrinária"*, onde criticava o jornal *Hora do Povo*, hegemonizado pelo MR-8, como "populista" e o jornal *Movimento*, dominado por facções dissidentes do PCdoB, como "doutrinário", apresentando, em contraste, a VU como "uma peça essencial (...) na luta pela **unidade** *das oposições*". (In VU/80, nº 13 [8/9]; gm)

[81] Entre os sindicalistas destacaram-se: Francílio Leme (Presidente do SindProf), Ivan Pinheiro (SindBanc), Agenor Santos (SindRodov), Jorge Vande (SindVid), Albuquerque (SindPetro), *Caó* (SindJorn), Heraldo Lírio (FETARJ). Entre os políticos: Moreira Franco (PDS) e Jorge Moura (PP). Entre os parlamentares do partido não são mencionados Modesto da Silveira e Délio dos Santos, Deputados Federais alinhados ao CE/GB. No palanque a ausência dos dirigentes municipais foi também notada: pelo jornal falaria Capistrano Fº e pelo CC Guedes, ambos desafetos de *Geraldão*. (VU/80, nº 7 [16])

[82] Esta aliança revelou-se um problema complexo no interior do PCB. A *direita* carioca já havia defendido em maio, através de Gazzaneo (*Mário Patti*), um dos editores da VO antes das *quedas*, a aliança com o chaguismo, numa tentativa de reverter o consenso interno contrário*. O debate suscitado a partir de então, no entanto, mostrou que o processo de mudança em relação ao cacique *emedebista* carioca seria bem mais lento do que esperavam e necessitavam**.

Sua linha de defesa da aliança é a de que depois de 78, com as mudanças políticas operadas no país, o chaguismo se atualizava passando a defender, sobretudo através do Deputado Federal Miro Teixeira, a ANC e a Anistia Ampla Geral e Irrestrita. Teixeira é descrito como o "*alter ego*" de Freitas que "engajou (...) o chaguismo, politicamente, na batalha geral da oposição pela democracia". Essa "componente nova (...) tornou-se mais real à medida que os espaços foram se alargando (...)". O próprio Freitas teria feito progressos no sentido da *ruptura com o regime ao reclamar, depois de 16 anos de silêncio, que o governo*

federal estava prejudicando o RJ. A conclusão não poderia ser mais clara: "(...) não é excomungando e hostilizando grupos, partidos e pessoas **objetivamente** empenhados, nesta etapa, na mesma batalha, que se conseguem vitórias e o consenso da maioria". Vianna reforçará esse ponto de vista em julho com uma abordagem distinta da questão, procurando entender o fenômeno que crescera *mais que o MDB entre 74-78*. Para ele, o chaguismo

> "consiste numa política burguesa moderna, autoritária, mas liberal, uma vez que extrai sua substância da agregação de pequenos interesses locais", criando "máquinas políticas permanentes, do tipo das americanas", legitimando "pelo voto a ordem burguesa" e alcançando a população "não submetida à lógica do capitalismo". "Não se trata de uma tendência passageira, e são ingênuas as explicações que associam seu aparecimento e (...) expansão ao regime autoritário".

Sua base social seria a *massa urbana desassistida*.

> "Aproximar-se delas implica numa aproximação **pelas bases** com o chaguismo. (...) Qualquer política que isole os setores democráticos das massas (...) os incapacita para lutar pela hegemonia (...)". "A luta pela irrestrita e generosa ampliação da frente democrática não desserve à construção da hegemonia (...)".

Tal abordagem inspirava-se claramente na defesa *togliattiana* da infiltração comunista nos movimentos sociais de inspiração fascista que haviam ocupado quase todo o espaço político anteriormente pertencente à esquerda italiana no pré-guerra***.

Rechaçando a aliança, num primeiro momento, surgiria o artigo de *Afrânio dos Santos* publicado em junho, 4 números após o artigo de Gazzaneo. Sua linha de ataque segue as posições históricas da VO e do DCB, com acusações ao jornal *O Dia* como *explorador da ignorância das massas* e ao governo chaguista como *máquina empreguista*, força "auxiliar do regime no período 70-74". O "oposicionismo" chaguista era explicado em função da disputa regional, que fez o amaralismo sair do MDB rumo ao PDS, sem que isto alterasse sua essência: *ele continua pregando o que não faz*. No mesmo número onde foi publicado o artigo de Vianna, 17, Corrêa se manifestaria na mesma direção: "(...) a prática do chaguismo não mudou: continua sendo autoritária". Para ele, as falcatruas do chaguismo na Federação das Associações de Favelados do Estado do RJ (FAFERJ) eram feitas "em benefício da candidatura do deputado Miro Teixeira ao governo do Estado"****.

O DCB abordaria o problema tanto pelo viés tático-político, como pelo lado do movimento social. No primeiro caso, sua condenação ao chaguismo era igualmente taxativa –

> "(...) o comportamento político do Sr. Chagas Freitas não se compatibiliza com o programa das forças oposicionistas (...). Boicotou o lançamento dos candidatos oposicionistas à Presidência (...) e a campanha pela (...) ANC, dificultou a realização de passeatas (...) dos candidatos de oposição (...) e obteve o fechamento (...) do CEP (...)" –,

mas, curiosamente não implicaria na *recusa a não se apoiar Miro para o Governo do estado*; *essa questão será decidida num momento oportuno*. *Geraldão* mostrava aqui extrema ambigüidade ao marcar sua posição, tentando se afastar de Corrêa/Granja. Mesmo na abordagem societal a *flexibilização geraldista* se faria presente: a criação de duas FAFERJs, uma de esquerda e outra chaguista, não interessaria aos favelados.

> "A política dos comunistas (...), de acordo com a nossa orientação geral, deve ser a de buscar a unidade entre as diferentes forças expressivas no movimento. Procurar um entendimento (...) é o difícil desafio com que nos defrontamos. (...) Este entendimento há de ser expressão da vontade das bases (...)".

Apenas no número seguinte do DCB, em setembro, a *esquerda* recolocaria, por assim dizer, as coisas no lugar com uma condenação categórica à entidade *divisionista*:

> "a presença do chaguismo nas comunidades de favela é um dos **maiores entraves à reorganização do movimento favelado** em bases amplas, unitárias e de massas. (...) O maior exemplo disso é o reconhecimento, pelo governo do Estado, de uma FAFERJ-fantasma (...)". "O combate à influência perniciosa do chaguismo sobre a massa favelada **não pode ficar restrito à denúncia de seus desmandos** (...)".

Em novembro, o fracasso da política comunista nas favelas seria abertamente assumido no Ativo de Favelas***** preconizando-se sua mudança imediata. (In VU/80, nºs 8 [5], 12 [5] e 17 [5]; ggmm. DCB/80, nºs 26 [2/5], 27 [8] e 28 [9]; ggmm)

* O editorial do DCB de janeiro de 77 já chamava a atenção para "as posições adesistas, corruptas ou francamente anticomunistas, como a do chamado grupo Chagas Freitas". Em fevereiro de 77 a VO emendava:

> "vale lembrar que a própria oposição legal só passou a existir, politicamente, na medida em que se

> tornou expressão de um programa mínimo antiditatorial. Quando (...) foi *adesista*, revelou-se inexpressiva (...) desmoralizada pelos votos brancos e nulos".

Pelo menos até março de 78 a *direita* carioca manteria-se nessa linha, como o demonstra Malin e seu artigo intitulado *"Chagas a Serviço do Projeto 'Trabalhista' da Ditadura"* onde atacava Freitas por *manobrar os setores populares e querer separá-los das* "camadas médias urbanas que funcionam em outro diapasão". (DCB/77, nº 6 [1]. VO/77, nº 131 [1]. In VO/78, nº 144 [2])

** Segundo Siqueira, Milton Coelho da Graça, Raolino de Oliveira, e José Serra, Presidente do SindMed, todos da *direita*, já eram "luas pretas" de Miro Teixeira, pupilo de Freitas, quando o debate se iniciou. (Siqueira/94)

***Vide [Togliatti, Palmiro /1978] passim.

****Candidatura que se veria obrigado a defender em nota assinada de próprio punho do CE/RJ em setembro 82 em função da incorporação do PP ao PMDB[(a)], não sem antes opor forte resistência chegando a ameaçar em março bandear-se para o PDT, para lá propugnar pela candidatura Nelson Carneiro, se a incorporação não fosse feita com maioria *peemedebista*. Siqueira explicaria o comportamento de Corrêa em função de sua ligação com Moreira Franco, via Alves de Brito do CM/Niterói, que antes de se lançar pelo PDS pendia para um acordo com o PDT.

A aliança, embora tenha gerado polêmica na CECC, não teria o CC como opositor, até porque era uma alternativa factível a Brizola considerado "um elemento perturbador da nossa tática nacional" – apenas *Geraldão* se inclinava para o *brizolismo* –, segundo palavras de Siqueira. Embora uma parte estivesse apoiando a iniciativa crendo ser ela capaz de tornar o PCB "imbatível no RJ", caso de Siqueira e da *direita*. Dias o fazia sem abandonar as deconfianças. ([Nota de Setembro do CE/RJ /1982] p. 5. VU/82, nº 96 [4], Siqueira/94)

*****Encontro não deliberativo convocado pela *direção superior* que reúne todos os setores partidários em torno do debate de um tema determinado.

(a)Os termos do apoio eram claramente arredios, tratava-se de *"Frustrar a manobra do regime e derrotar o PDS"*. A manobra seria a divisão das oposições. (N. Set. RJ/82, p. 5)

[83] Várias cartas foram dirigidas à VU contra chaguismo. A primeira delas assinada pelo Deputado Estadual *emedebista* Raimundo de Oliveira, na verdade militante do MR-8, no nº 13 contra a aproximação proposta por Gazzaneo. Oliveira denunciava o comportamento da bancada federal chaguista quando da votação da reforma partidária e eleitoral: só compareceram ao plenário quando o governo já havia garantido a maioria. Sua conclusão atingia em cheio o PCB: "(...) não podemos, como no passado, apoiar o primeiro Ademar de Barros que se travestir de democrata e imaginar que (...) contribuímos para a mobilização do povo na luta pela liberdade". A seguir, no nº 14, Henrique Moraes do RJ, repudiava a "aceitação" do chaguismo pelo partido.

Já referida à matéria sobre a FAFERJ, Mário Gomes do RJ lembraria no nº 15 que Chagas denunciara candidatos *emedebistas* apoiados pelos comunistas nos tempos mais difíceis da ditadura. Os comunistas das favelas compareceriam com seu protesto no nº 17 denunciando Eleonora Ferreira como *diretora* de um cargo inexistente, tendo ainda um passado de denúncias contra comunistas nas favelas, e Jonas Rodrigues, Presidente da entidade, ameaçando retirar o apoio ao jornal se ele não retificasse sua linha para o setor. (In VU/80, nº 13 [2], 14 [2], 15 [2] e 17 [2])

[84] Em janeiro de 81 os quatro estados que mais vendiam a VU atingiam as seguintes marcas mensais: 589 (SP), 186 (RJ), 97 (PE) e 78 (BA)*. No RS, onde predominava a *esquerda*, vendia-se 41 exemplares, menos que no débil PR cuja cota de finanças era de Cr$ 300 mil – contra Cr$ 600 mil do primeiro. Em GO, onde gestava-se uma acirrada oposição ao CC, as vendas registravam 18 jornais, atrás do AM cuja cota era de Cr$ 200 mil – contra Cr$ 350 mil. (In VU/81, nº 43 [2])

* Os dois últimos estados se destacavam em termos relativos: suas cotas de participação na campanha de finanças do jornal, estipuladas em outubro de 81 de acordo com critérios orgânicos, eram,

respectivamente,Cr$ 500 mil e Cr$ 400 mil, abaixo de MS e MG, ambos com Cr$ 600 mil. (Id. nº 78 [2])

[85] A partir de 81, a *direita* operaria seu afastamento do PCB. Em SP, Nogueira lamentaria o *racha* de Prestes – *símbolo* do "velho *esquerdismo* de tipo mandonista", mas também expressão de "nossas dificuldades" – e atacaria a *lentidão* do CC em contraste com o CE/SP:

> "(...) a reorganização do PCB em SP (...) foi possível porque teve em seu centro a **política**, o criativo, audacioso (...) **fazer política**. Não cedendo à tentação de se ocupar estreita e burocraticamente da montagem da *máquina* (...)". "(...) Os comunistas paulistas conseguiram lançar as bases para romper a grave disjunção que separava (...) sua *cabeça* de seu *corpo* (...). Hoje, embora todos saibamos ser esta *máquina* débil (...), é inegável que, em São Paulo, o PCB **atua como partido político**".

O processo culminaria com o racha em setembro de 83, enquanto no Rio, ocupando postos secundários no CM/RJ (ex-CE/GB), já em novembro de 82 Vianna e Raolino de Oliveira lançariam candidatos próprios às eleições legislativas. (Nogueira et alii/81, pp. ix/x; ú gm)

[86] Paulo Netto, mesmo considerando em maio de 80 o PCB como um "partido maduro, flexível (...), aberto ao novo e firme no projeto revolucionário" – elogio a que não se furtavam também os *eurocomunistas*, como já vimos –, não teria um perfil de todo confiável para a burocracia e os *centristas*. Paulo Netto, como nos conta José Antônio Segatto, era um crítico do *marxismo-leninismo*, tolerado como o fora o próprio Segatto à época de sua promoção ao mesmo posto por Malina*, exercitando sua visão crítica independente em escritos ininteligíveis ao núcleo dirigente e à maioria dos militantes partidários. (In VU/80, nº 5 [13]. [Segatto, José Antônio /1992])

* Malina assumiu a Secretaria-Geral no lugar de Dias, que se adoentara, em 87. Segatto, ao contrário de Paulo Netto, dedicou-se não apenas à VU como também à revista ensaística *Novos Rumos*(a) que assumira no nº 6, em 88, implementando mudanças em sua orientação com a publicação de artigo críticos, inclusive do dissidente Vianna no nº 8/9, seguida por uma reformulação total no Conselho Editorial a partir do nº 15 sob pesado bombardeio do CC. Segatto encarnava os dilemas das mentalidades abertas no interior do PCB: caracterizado como um formulador de *direita* (anti-soviético e pró-democracia) com um pensamento político de *esquerda* (aceitação do conflito), seu espaço natural seria a assessoria da cúpula partidária com ares de autonomia em função da abertura do CC para o ingresso de intelectuais depois da legalidade. (Id.)

(a)A revista, de periodicidade trimestral inconstante, chegou a vender 6 mil exemplares por edição em todo território nacional, tinha fácil aceitação nas Universidades por reunir autores estrangeiros de todos os continentes com trabalhos sobre a esquerda e era bem vendida entre os *petistas* – em SP, vendíamos mais para fora do partido do que para dentro; numa conferência comunista vendemos 5 exemplares, na mesma época, numa reunião do PT, vendemos 40. (Id.)

[87] Vários fatores contribuíam para esta característica anódina, entre eles o espírito conciliador de Dias, que faria com que *Frei Chico* o comparasse a um *paizão que fazia média com todo mundo*, e o próprio perfil de seus aderentes: militantes que se tornaram moderados com o tempo*, guardando leves inclinações aos extremos, e, sobretudo, interessados em disputar ou preservar o poder que detinham na *máquina*.

A operacionalidade da política do grupo, funcional em face das expectativas individuais de seus componentes, também era decisiva, vide a comissão redatora das Teses para o VII CONGRESSO formada ainda no exílio em 79 e composta por Siqueira (economia), Guedes (política), Timbaúva, Prestes (internacional), Corrêa (balanço) e Melo (organização). Esta comissão era uma amostra do *modus operandi* do *centrismo pós-prestista*: visões à *esquerda* e à *direita* representadas em pé de igualdade com participação de seus líderes paradigmáticos (Prestes e Guedes) e de um polemista contumaz (Corrêa), porém, sem a participação das principais lideranças *centristas* empenhadas no novo arranjo de poder interno (Dias/Malina). (*Frei Chico*/92, Siqueira/94)

* Corrêa, que até julho de 79 não se opusera à frente de esquerda por conceber a FU como flexível e considerar seu conteúdo crucial para a definição das afinidades em seu interior, deslocaria-se para o *centro* à medida em que os *prestistas* residuais recuavam e que a nova hegemonia interna capitaneada por Dias avançava. Sem perder sua característica polemista – vide declaração ao JB em 79 de que *o cargo de Secretário-Geral emburrece* – e seu reformismo-radical, ele aprofundaria seu viés trabalhista engajando-se na defesa ardorosa do PMDB esforçando-se por deslocar seu adversário na disputa interna, *Geraldão*, da convivência com o centro decisório. (Corrêa/80, p. 174)

[88] A percepção histórica dessa experiência encontramos em Octávio Brandão em 28:

> "os que negam a necessidade de aliados transformam-se em sectários (...). E os que transformam o proletariado em reboque da pequena-burguesia (...) caem no oportunismo". "Repelir aliança é (...) anarquismo. Aceitá-la em quaisquer condições é (...) menchevismo. Coutinho foi o líder da primeira tática. Leônidas, da segunda. Os extremos tocaram-se (...) e desertaram do Partido ...".

(In Zaidán/85, p. 127)

[89] Responsável pela Seção de Política Exterior do CC do PCF, Jean Kanapa proferiria uma palestra sobre o MCI na Escola Central do PCF em novembro de 77 altamente crítica ao stalinismo. Tal pronunciamento, ao ser editado em opúsculo pela editora Juruá, do partido, no início dos 80, sofreria forte contestação sendo imediatamente recolhido por ordem do CC.

[90] Paradoxalmente, Almeida se portava como se compartilhasse deste ponto de vista, aliás tipicamente leninista, ao discorrer longa e entediantemente sobre os *desvios* e seus antídotos numa abordagem pseudo-sociológica muito difundida na época, subtraída e amesquinhada dos *eurocomunistas*:

> "as causas do fracionismo estão na sociedade, na formação pequeno-burguesa de bom número de militantes; estão na sociedade que gera os desvios de direita e *esquerda* em nosso meio (...), que estimula equívocos, comportamentos burgueses (...) que nada tem a ver com o marxismo-leninismo, com a ideologia proletária".

Temos que privilegiar a luta contra o fracionismo, (In VU/81, td nº 8 [1])

[91] As críticas elaboradas ao longo dos anos 70 às *deformações* do centralismo democrático, apesar de duras,não traziam qualquer fato novo para a superação do problema. Em 73, por exemplo, a Resolução Orgânica de Novembro do CC, embora afirmando que

> "o centralismo democrático é aplicado de maneira deformada" e "sem dúvida, as incorreções no trabalho do CC (...) se constituíram num verdadeiro *sistema*, numa barreira, que estão prejudicando o (...) trabalho de direção",

fecharia as portas para qualquer debate sério em torno do tema ao dar curso à velha crítica do "liberalismo", entendido "como o caminho mais fácil para o mandonismo", sempre sacado para legitimar as práticas autoritárias internas. Dias, em fevereiro de 80, tampouco acrescentaria qualquer novidade ao afirmar que "o centralismo só se realiza quando é praticada a democracia e a prática é um dos elementos que nos definem como vanguarda revolucionária" – numa insinuação tergiversa de que o PCB era democrático. (In Nogueira/80, pp. 223/225. In Carone/82[a], p. 261)

[92] A chapa *giocondista* ao VII CONGRESSO, por exemplo, apresentada no Conferência Estadual Fluminense, realizada em 82, reunia delegados da *esquerda* mais ortodoxa (Isnard Teixeira) à *direita* próxima dos dissidentes (Sebastião Paixão). Tamanha amplitude causava mal estar entre os próprios *centristas*, já em aberta disputa pelo comando do CE/RJ*:

> "eu e o Amâncio *destacamos* estes dois nomes e propusemos o José Raimundo e o *Billy* no lugar deles. Ganhamos no voto. Também conseguimos colocar o Hércules como presidente do Partido, disputando com o Givaldo que tinha o apoio do Geraldo. O Sérgio Moraes foi um nome decisivo nessa disputa, pulou de lá para cá por desavença com o Givaldo que o havia excluído das articulações políticas com o Miro Teixeira".

(Azedo/93)

* A divergência intra-*centrista* aflorava no nível estadual em função da pequena influência da *direita* no interior do estado, o que a levava a optar pelo *mal menor*. (Id.)

[93] De fato, no caso dos paulistas a crise só rebentaria 3 anos depois do episódio com o CE/ES, quando o CC em setembro de 83 alertaria o partido para o *divisionismo* do CE/SP. Todavia, no longo-prazo este procedimento impossibilitava qualquer contemporização nos momentos de crise aguda em função do acúmulo de tensões não resolvidas. No VII CONGRESSO, por exemplo, nem mesmo a promessa de ingresso de Zuleika Alembert, Capistrano F° e Guedes numa CECC ampliada impediria que comparecessem ao congresso *rachando* – segundo Azedo, Capistrano F° queria a Secretaria-Geral. (In VU/83, n° 169 [3]. Azedo/93)

[94] A greve do ABCD de 80 e o aparecimento de outros partidos oposicionistas, no entanto, suscitaram uma breve retomada das expectativas de formação da FPCF. Em abril a VU afirmaria:

> "(...) a nota conjunta da oposição em apoio à greve (...) do ABC (...) mostra que a frente democrática **em vias de formalização** (...) abre (...) uma perspectiva de colaboração concreta na realização das profundas reformas de estrutura que os trabalhadores e o país exigem".

Em maio, um artigo intitulado *"Unificar a Oposição"* seria incisivo –

> "(...) é preciso repetir pela enésima vez: o que a realidade (...) coloca (...) é a questão da unidade política (...) As diferenças entre os diversos componentes da frente democrática (...) são claramente secundárias (...). Quem não entendeu isso (...) não entendeu nada, ou não quer *fazer política* (...)" –

sugerindo a criação de "uma espécie de coordenação nacional dos movimentos – partidários e não-partidários – que integram a frente antiditatorial (...)". A formação de um "comitê pela democracia", no mesmo mês, por "personalidades", parecia apontar para esta possibilidade. (VU/80, n° 3 [4] e 9 [1/6/12]; gm)

[95] Afinal, desde março de 77 o PCB não se colocava mais como o *condottière* da FU – ver page 261 –, e mesmo quando o fizera em 73-75 manteve uma perspectiva realista falando em tornar a classe operária "força **aglutinadora** e **condutora** (...)" da FU sem restringir *a priori* seu caráter amplo. Mesmo a *esquerda* compartilharia dessa perspectiva em 77 e 79. Em maio de 77, por exemplo, considerando o "movimento de massa" como *garantidor da unidade do MDB*, e em 79 remetendo diretamente à *classe operária* a responsabilidade pela unidade:

> "(...) a unidade democrática contra a ditadura é algo surgido não das cúpulas (...), mas forjada a partir das massas (...) **O fator determinante da unidade está** (...) **especialmente** (...) (na) **classe operária**".

É bem verdade que a Resolução Sindical da CECC de janeiro de 73 pregava que "a luta constante (...) conduzirá a classe operária a assumir a hegemonia no combate pela derrota do regime reacionário (...)", mas isso não significava um *apriorismo*, nem muito menos um afastamento em relação a 67. Mesmo a VO em abril de 77, afirmando taxativamente que "(...) o novo regime só será efetivamente democrático (...), se no movimento de oposição vierem a prevalecer os pontos-de-vista da classe operária (...)", não pretendia deslocar o partido para uma posição *sectária*, mas, tão somente, falar a linguagem do comunismo combativo que movia a maioria da militância. (Res. Dez./75, p. 236; ggmm. DCB/77, n° 2 [6]. In DCB/79, n° 23 [2]. Res. Sind. Jan./73, p. 365. VO/77, n° 133 [8])

[96] A ponto de suscitar nos reorganizadores do CE/SP, em setembro de 77, um alerta sobre o caráter do PCB:

> "no momento em que as facções burguesas em luta contra o regime (...) desenterram os princípios liberais, é essencial **lembrar** que os comunistas lutam por **objetivos maiores** (...) **de modo algum redutíveis ao ideário liberal**".

(Com. Set. SP/77, p. 27; ggmm)

[97] Em março de 78, os paulistas se aproximam de Vianna ao concluírem:

> "não resta dúvida de que as propostas alternativas dos setores da burguesia dissidente do regime **não visam** a democratização profunda do país. O que desejam consiste numa rearrumação (...), preservando (...) **restrições à organização das classes populares**".

(N. Mar. SP/78, p. 31; ggmm)

[98] Mesmo em seu libelo contra o *esquerdismo* no ABC ele não deixaria de sustentar esta opinião:

> "(...) a greve do ABC, bem como todas as demais que vêm ocorrendo de 1978 para cá, indicam que a **contradição** entre abertura política limitada e permanência do modelo econômico selvagem **precisa ser resolvida**".

(Corrêa/80[op.], p. 7; ggmm)

[99] Embora não de maneira automática, como gostava de lembrar Dias – e ao contrário do que insinuara o CC no número anterior do jornal, vide page 278 –, para quem "com a conquista das liberdades democráticas (...) o elemento essencial do programa da frente vai depender da correlação de forças". (In VU/80, nº 9 [8])

[100] E continuou a lutar, mesmo fora do partido – com exceção dos dissidentes paulistas seguidores de Capistrano Fº. A defesa mais brilhante das posições históricas defendidas pelos *eurocomunistas* no PCB, nessa nova fase, foi feita por Vianna na revista *Presença*. Discutindo, em outubro de 85, nas páginas da revista, o processo transitório, ele recolocaria com força e de maneira límpida a questão do impacto da problemática econômica na pauta da transição liberal:

> "na conjuntura presente, a aceleração da pauta de mudanças na questão econômico-social, numa situação em que a transição (...) não se consolidou numa nova institucionalidade, está na base do processo (...) de divisão por que passa a Aliança Democrática. Sua ala burguesa conservadora procura paralisar a transição (...)".

Em suma, *a política tocada à frente pelas reformas numa **inversão arbitrária da dinâmica real*** expressava a forma mais atual do velho *esquerdismo* que desde 64 os *pecebistas* se empenharam por derrotar.

(Vianna/86, pp. 265/269/270)

[101] A fragilidade da idéia de que *as mudanças efetivas na política econômica* atingiriam *o âmago do regime* não prejudicaria o resultado. Sua força residia menos em sua possibilidade/viabilidade do que em sua *demàrche*, isto é, na junção da *principalidade do programa*, sustentada por Corrêa e outros, com o *realismo político* que apontava sua inviabilidade fora do contexto democrático. A perspectiva de solapar o autoritarismo a partir das reformas sob o Regime aliava duas idéias forças no interior do partido para matar dois coelhos com apenas um pensamento circular.

[102] O *possibilismo* se fixou como saída sindical para o partido sobretudo após a derrota de 35 e com a consolidação do varguismo, traduzindo-se na participação nos sindicatos atrelados com vistas a ganhar os trabalhadores para a luta política descolando-os da influência paternalista*. Esta estratégia traduziria-se em aliança tácita, a partir de 51/52, e explícita, a partir de 58, com o *petebismo* até seu colapso em 64.

Entre 78-85, este movimento ganharia uma formulação clara por parte de Corrêa: *lutar contra os sindicatos surgidos no final dos anos 30*

> "não foi correto, pois o surgimento da legislação sindical representava o reconhecimento formal da existência dos sindicatos, que eram perseguidos pela polícia". "(...) A questão decisiva (...) é por ou não fim à tutela do Estado, para que o movimento sindical possa decidir livremente sobre tudo aquilo que é de seu interesse. (...) Romper a tutela é (...) decisivo", mas as relações com o Estado não devem ser desprezadas "até para que o movimento sindical influenciasse mais o Estado", via eleições diretas para o representante dos trabalhadores na Justiça do Trabalho, cogestão do FGTS pelos trabalhadores, etc..

O ocultamento da problemática da estrutura sindical em proveito de uma abordagem voluntarista sobre as mudanças nas práticas sindicais seria reiterada mesmo diante de discussões pontuais como a da contribuição sindical:

> "(...) aquilo que os trabalhadores questionam não é se pagam ou não pagam o imposto sindical. O que questionam é se o sindicato usa esse dinheiro em função de seus interesses ou não. (...) E eu acho que se deveria pensar seriamente em se obter uma nova fonte de renda para o sindicato que seja proveniente do Estado. Assim como o Estado entrega aos partidos uma alíquota de um imposto determinado, poderia acrescentar às finanças dos sindicatos uma alíquota de um imposto". "Nós lutamos para que, juridicamente e de fato, deixe de existir esse controle, essa tutela do Estado sobre o movimento sindical. Isso nada tem a ver com a entrega do dinheiro. Entregar o dinheiro não significa obter direito automático, direto, de controle do movimento sindical, não".

O Ary Campista, junto com o Movimento Sindical Democrático, levantou a bandeira de acabar com o imposto sindical no momento em que a aliança petebista-comunista dominava várias entidades importantes e nem por isso era pela autonomia. É na comissão de fábrica, conquistada no bojo das lutas internas e não em negociações trabalhistas, que se irá resolver o problema da estrutura sindical no país. (In Picchia/80, pp. 40-43. Corrêa/85. In VO/79, nº 157 [4])

* Prática análoga tinha o partido em 26, com a diferença que a infiltração nos sindicatos pelegos daquela época não implicava na colaboração a nível de Estado em função da autonomia restritiva então desfrutada. Sindicatos como o da União dos Operários de Fábrica de Tecidos e União dos Operários Metalúrgicos eram conquistados para a política de luta de classes sem que o Estado pudesse intervir diretamente. ([Brandão, Octávio /1979] p. 12)

[103] Tenório, um dos engarregados do trabalho sindical no CC, deixaria isso claro em 78/79:

> "os legisladores que elaboraram a CLT tiveram muito cuidado em deslocar a luta de classes do âmbito da empresa e transferí-la para (...) a Justiça do Trabalho – passando pela assembléia do sindicato –, onde o poder de barganha fica condicionado à legislação existente".

Sua concepção de organização fabril, no entanto, está longe de ser *basista*:

> "ao se pleitear o reconhecimento (...) de organização sindical no local de trabalho se est(á) pleiteando as duas coisas, seja o conselho sindical eleito no local de trabalho, seja o próprio delegado sindical. Em si é a **mesma representação**, a forma para mim é secundária. O importante é que a comissão ou o delegado exerça a função de **ser** o sindicato no local de trabalho. (...) A diretoria do sindicato deve ser a expressão da vontade do conjunto da diretoria (...); o delegado sindical é seu representante dentro da empresa, prestigiando a diretoria e ajudando-a a realizar suas funções".

(In VO/79, nº 157 [4]. In Picchia/80, p. 53; 1º gm.)

[104] Algo, aliás, que em função da fragilidade dos radicais no movimento rural haviam conseguido realizar na CONTAG. Juntando os 4,8 milhões de trabalhadores rurais sindicalizados – num universo de 13 milhões –, com os industriários, os *pecebistas* teriam em mãos duas importantes plataformas para a reconstrução de sua influência sindical. Tratava-se, sem sombra de dúvida, em que pese todas as autocríticas feitas sobre 64, de chegar às bases a partir do topo. (In Picchia/80, p. 70)

[105] A US/RJ era composta em 78 pelos: jornalistas, bancários (na oposição), metalúrgicos, eletricitários, rodoviários, petroquímicos, médicos, professores e trabalhadores agrícolas. Destes 9, o partido dominava 5, com a oposição no SindBanc., tinha forte presença em 1 e influência em outro Em 80, sem grandes alterações na sua hegemonia, a US contava 35 entidades, sendo 9 sindicatos em sua Executiva. (VU/80, nº 9 [10])

[106] A Unidade Sindical santista reunia 15 dos 45 sindicatos existentes na região, entre eles os mais combativos e importantes – a Unidade Portuária, por exemplo, que reunia 4 sindicatos que andavam "no mesmo compasso", fazia sua 1ª greve desde 64 mobilizando 12 mil trabalhadores por 5 dias, depois da *operação tartaruga* de 66 e da campanha contra o arrocho salarial em 73. A unidade política das bases era tão acentuada quanto a verificada em SBC. Gonçalves havia sido reeleito com 5.951 na chapa única entre os 6.123 votantes dos 8.417 sindicalizados.

No caso dos paulistas, a influência do partido se construía com base na aliança com *Joaquinzão**, neo-

pelego que buscava renovar-se aproximando-se da esquerda marxista, como ficaria patente na manifestação em homenagem à volta dos dirigentes proletários exilados do PCB (Bezerra, Tenório, Corrêa e Silva) em setembro de 79, quando falou em nome dos 30 sindicatos presentes. Os *pecebistas* buscavam renovar o sindicalismo com estas alianças, embora não abrissem mão de tentar atrair a OS**, introduzindo comissões fabris nas 60 maiores fábricas paulistas, etc.***, e acreditavam estar perto disso quando anunciavam, em outubro de 80, diante das críticas que sofriam: "*Joaquinzão* está dando a volta por cima". (VU/80, nºs 1 [5], 10 [11], 14 [11], 25 [10], 26 [5] e 27 [1])

* Nesta aliança trabalharia pelo PCB – antes do *racha* do CE/SP – Luís Antônio Medeiros, codinome *Jonas*, *quadro* sindical formado em Moscou nos anos 70 sob a orientação de Corrêa, e destacado para fazer o trabalho entre os metalúrgicos paulistas quando voltasse ao país depois de cumprido seu estágio nas fábricas russas. (Corrêa/94, p. 114. Corrêa/87. Temer/94)

** Como nos relata Pinheiro:

> " oscilávamos na defesa do *Joaquinzão* para garantir a unidade com a oposição. (...) Tentávamos juntar todo mundo num barco só, apagando incêndio, contemporizando, (...) na ilusão de que era possível ter uma central efetivamente única no Brasil (...) que congregasse do Argeu Egydio, que estava à direita do *Joaquinzão*, à Convergência Socialista".

(Pinheiro/92)

***Não obstante propostas mais ousadas como a descentralização dos Conselhos de Representantes por local de trabalho e direção colegiada no Sindicato, por acordo entre os vitoriosos e os derrotados – a chapa *pecebista* ganhara pela diferença ínfima de 100 votos –, fossem rechaçados. (VU/80, nº 37 [10])

[107] A influência entre os metalúrgicos era pequena e dependente de uma liderança neo-pelega*, não obstante em Niterói ter sido possível eleger um candidato operário pelo MDB, Alves de Brito – dirigente do Sindicato dos Operários Navais, posteriormente SindMet./Niterói –, à semelhança do que ocorrera com Marcelo Gato em Santos. (Pinheiro/92)

* Osvaldo Pimentel, Presidente do SindMet./RJ, era qualificado como "independente", considerado "devagar mas que não atrapalhava", conforme Pinheiro. (Id.)

[108] Não obstante o esforço empreendido: Arnaldo Gonçalves, *Frei Chico* e José Cicotti, por exemplo, haviam sido presos junto com Lula e outras 18 pessoas em 80 (ver também page 304). Ademais, também surgiam novas lideranças dispostas a disputar os espaços com Lula e seu grupo. *Alemão*, por exemplo, já ocupava foto de destaque no 2º número do jornal, na matéria elogiosa de Malin sobre a "Maturidade na greve dos metalúrgicos". No 4º número, destacava-se o comando de do mesmo *Alemão* e de Osmar Mendonça na assembléia pós-intervenção que reuniu 60 mil operários em SBC. Ambos, além de Wagner Lino, seriam proclamados os "três dos mais destacados comandantes" do movimento do ABC por Tenório em setembro, depois de Brandão, para quem a "Greve do ABC foi derrotada por má avaliação...", já os ter citado em agosto ao comentar o documento avaliativo dos três sobre a greve, reforçando a conclusão partidária de que "somente a união dos sindicatos combativos" *não é suficiente para assegurar as liberdades sindicais*.

Não apenas eles surgiam como opção, o 2º secretário do SindMet./SBC, Devanir Ribeiro, também seria entrevistado em abril pela VU, enquanto no mês seguinte, o diretor do SindMet./StA e líder da bancada do PMDB na Câmara de Vereadores, Antônio da Silveira, ganharia espaço para declamar seu discurso *pecebista*. O próprio partido buscava ocupar os espaços utilizando a VU em StA na promoção de um debate com Vianna, *Frei Chico*, Gato e *Lazinho* (diretor destituído do SindMet./StA), em que compareceram 200 pessoas. (In VU/80, nºs 2 [10/11], 4 [4], 5 [6], 8 [21], 22 [10] e 23 [11])

[109] "É dever dos trabalhadores da Unidade Sindical (...) apoiar e garantir a luta de um dos destacamentos mais avançados da classe operária brasileira", defendia a VU em seu 1º número, ao mesmo tempo em que reclamava da "equivocada divisão entre sindicatos (...) ligados à Federação presidida por Argeu Egydio

(...), e os sindicatos do ABC (...)". Os *pecebistas* arrependeram-se de ter defendido o recuo em 80, com o esvaziamento da greve, "apenas junto às vanguardas do movimento", esperando a intervenção para tomar uma posição pública, mas jamais recuaram de sua posição solidária – muito embora seu empenho fosse burocrático, e não exatamente por má vontade. (VU/80 nºs 1 [4] e 8 [21])

[110] A radicalização estava na massa e no patronato, e não nas lideranças sindicais, muito embora algumas delas tenham se contagiado em demasia com a situação. 1978 começaria com uma greve em janeiro na Maxwel, em SP, por causa do atraso nos salários. Em março seria a vez de 800 operários da Mercedes-Benz paralisarem suas atividades por 2 à 4 horas pelo não pagamento de um aumento promocional que a empresa concedia. O movimento, neste último caso, culminou com demissões e ameaças que fizeram os trabalhadores recuarem. O episódio serviu para mostrar ao sindicato que a possibilidade do diálogo com o patronato havia acabado.

No início de maio estouraria uma greve parcial na Ford por aumento salarial. Na Scania, que detonou o surto grevista do ABCD, o movimento eclodiria alguns dias após como reposta ao aumento concedido abaixo do índice oficial, por conta dos descontos das antecipações e de um dia de trabalho. Em 77, na Scania, já havia acontecido demissões motivadas por "propaganda sindical" e por isso ali imperava o medo. "Então o pessoal propôs parar dentro da fábrica. Parar, mas não era uma greve. Era uma *parada*"; relata Gilson Menezes, uma das lideranças do movimento. O processo seria viabilizado por um trabalho de boca à boca que esclarecia e divulgava os objetivos da paralisação. Em 2 dias, de 10-12/05 a greve eclodiria.

> "A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. (...) Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Eram 7 horas da manhã do dia 12 de maio. (...) Todo mundo marcou o cartão, mas ninguém trabalhou. (...) Às 8 horas chegou o gerente geral. (...) Achou estranho, mas não pensou que era uma paralisação. (...) Jamais poderia imaginar que ocorreria uma greve. Foi uma surpresa!"; prossegue.
>
> "A greve tinha sido uma engenhosidade da espontaneidade operária. (...) O próprio Sindicato operário que (...) vinha estreitando (...) seus laços com as bases e (...) desenvolvia como eixo básico de sua ação a luta contra a superexploração do trabalho",

desconhecia a mobilização; afirma Antunes. Lula é categórico nesse sentido: "Dias antes o Gilson, numa reunião da diretoria, falou que a Scania parava no dia 12 de maio. Nós não acreditávamos e deu até dissidência (...) Nós não tínhamos nenhuma experiência de greve (...)".

Chamado para mediar a greve, o sindicato fechou um acordo verbal com a Scania que não foi cumprido por pressão das outras empresas. Os trabalhadores chegaram a desconfiar de Lula. Nova paralisação foi tentada mas não vingou por causa da repressão. Na Mercedes o mesmo aconteceria. A greve, no entanto, havia detonado várias outras em importantes indústrias. "No bojo desse movimento grevista em propagação, o (...) TRT decidiu pela ilegalidade das greves. Nas fábricas, entretanto, o movimento continuava a se expandir", atingindo também outras cidades do ABC, de SP e Osasco.

> "As assembléias plebiscitárias rechaçaram a proposta de acordo: 80 mil operários (...) disseram **não** e dirigiram-se em massa para o Sindicato, após a assembléia, pois sabiam que a contrapartida desta decisão seria a intervenção em seu órgão de classe",

nos diz Antunes.

A intervenção esquentara ainda mais o conflito, levando-o ao confronto com a polícia. A Igreja, nesse momento, desempenharia um papel crucial de apoio. Na assembléia do Paço Municipal, com a presença de 25 mil pessoas, os trabalhadores exigiam a continuidade da greve e a presença de Lula que se escondera para evitar a prisão. A inquietude dos operários seria contornada com a volta de Lula 2 dias depois, mas, no dia 26, haveria um refluxo no movimento, tanto em função do aumento da repressão policial como do cansaço dos grevistas. O acordo provisório no 15º dia de greve, que previa uma trégua de 45 dias, vinha a calhar nesse momento, embora no dia seguinte ao seu fechamento o patronato o tenha descumprido demitindo em massa e descontando a paralisação nos salários. Mesmo assim, obteve-se um resultado acima do conseguido pela Federação dos Metalúrgicos/SP, embora considerado insatisfatório pelos trabalhadores que o aprovaram mediante os apelos da liderança sindical – que mesmo dividida entre esta opção e a decretação de uma greve por tempo determinado para forçar a devolução do sindicato aos trabalhadores, foi capaz de orientar o recuo. (Antunes/92, pp. 13/19-25/34/47-54/58)

[111] Corrêa não ignoraria o caráter *pedagógico* da derrota, porém o consideraria mais importante para formar um juízo negativo sobre suas lideranças do que para o amadurecimento da consciência coletiva, como fica patente em sua crítica ao movimento de 80:

> "a consciência de classe dos operários se fortalece também nas derrotas (...). Derrota (...) não pode ser transformada em vitória (...) Esse é seu avanço de consciência (...) não só por compreenderem que o regime e os patrões jogaram tudo contra eles, mas também por verificarem que os dirigentes lhes deram orientação errada".

(Corrêa/80[op.], p. 103)

[112] Como bem captou Pinheiro,

> "(...) o *paralelismo* transladou-se do âmbito do sindicato para o da federação. (...) É o que está acontecendo com a CONTEC (...): a CUT transformou seu Departamento Nacional de Bancários em Confederação Nacional dos Bancários. (...) Eles têm jornal próprio e começam a disputar a hegemonia. Isto vai acarretar um grande prejuízo para os bancários à nível nacional".

(Pinheiro/92)

[113] Segundo Pinheiro, a regra, concebida para ser uma exceção, previa a convocação de uma assembléia estatutária, ou seja, com a subscrição de 5% dos sindicalizados no caso da diretoria se recusar a fazê-lo, onde deveriam ser eleitos os delegados. Diante da mobilização nacional promovida pela ANAMPOS, "com muita grana alemã via Igreja", segundo Pinheiro, a Pró-CUT perderia a capacidade fiscalizadora permitindo o afluxo de ônibus repletos de delegados eleitos na rubrica do artigo 8º. (Pinheiro/92)

[114] Importante se levarmos em conta que os *pelegos* indicavam seus nomes quase exclusivamente no eixo RJ-SP e que o excluído não só recém-sagrara-se vencedor numa eleição em que enfrentara a OS, capitaneada por Rossi, como ainda bancara 90% da infra-estrutura do evento. Pinheiro revela que a atuação de Frei *Beto* foi crucial para a desestabilização do acordo em torno da aceitação de *Joaquinzão*, desencadeando uma forte reação em plenário das OOSS, respondida no mesmo tom pelo MR-8 e os *pelegos* contra Rossi.

O processo, segundo Pinheiro, seria bastante traumático:

> "Joaquinzão reiterou seu compromisso de defender o acordo em plenário, quando o Lula, para surpresa geral, comunica seu recuo em relação à chapa unitária alegando a pressão das bases. Em seguida ele comunica a intenção de bater chapa. (...) Na votação ocorre uma pequena vantagem para a unidade, mas não convinha declarar a vitória sob aquelas condições e, tampouco, era possível proceder-se à contagem dos crachás. (...) Acontecem novas negociações, quando então propomos retirar os dois da comissão. (...) O PT topou na hora. O negócio deles era tirar o Joaquim e não colocar o Rossi. A negociação foi aprovada com 30% de dissensão dos radicais dos dois lados. O Joaquim ficou furioso e o MR-8 instrumentalizou com extrema competência seu descontentamento desencadeando, posteriormente, um movimento divisionista das federações que reduziria a Pró-CUT ao PT, ao PCB, ao PCdoB e à CONTAG".

(Pinheiro/92)

[115] Dos 15 nomes da executiva da Pró-CUT*, 4 eram do PCB, 4 do PT, 4 do meio rural, 1 das federações, 1 do MR-8 e 1 do PCdoB. Tal composição, altamente favorável à OS, proporcionando-lhe uma maioria de 10 x 5, seria reflexo da composição geral da Pró-CUT, onde os radicais, nos diz Pinheiro, "constituíam menos de de 1/3 do total de 54 membros da comissão (Pró-CUT)". (Pinheiro/89, p. 178)

* Por SP, entrariam Gonçalves, Lula, Jacó Bittar (SindPetro.), Hugo Perez (Federação dos Urbanitários) e Roberto Horiguti (FETAG); pelo RJ, Pinheiro, João Paulo *Negão* (SindPetro.), Eraldo Lírio (FETAG) , Jorge Bittar (SindEng.); pelo Nordeste, 3 nomes entre os quais Edvaldo Gomes (SindEletr.); pelo RS, Olívio Dutra (SindBanc.), Lauro Haggemann (SindJorn.) e Orgênio Rotti (FETAG). (VU/81, nº 74 [11])

[116] Nesse mês, como nos conta Pinheiro,

> "a CECC resolve implodir a criação da CUT, argumentando que não havia condição políticas para

criá-la e que o importante, naquele momento, eram as eleições de novembro de 82. Acusava-se a CUT de estar estreita, não conseguir unificar o movimento (...) e este de estar viciado nas ações de cúpula e estar distante das bases.

A decisão foi tomada por consenso sob a influência de Hércules Corrêa. Eu fui o executor desta política não por causa do centralismo-democrático mas por concordância com ela – o que me sensibilizava era a idéia de que o adiamento pudesse realizar o sonho de uma **central única** no Brasil – muito embora considerasse o argumento das eleições *furado*. De fato, a Pró-CUT era estreita e o adiamento era visto como solução para acumular forças e remediar a situação (...), no entanto, ali já se manifestava o desejo do PCB de não construir a CUT".

(Pinheiro/92)

[117] O esforço se explica, entre outras coisas, pela situação privilegiada que o partido desfrutava na Pró-CUT em função do consenso por ele costurado. A sede da Pró-CUT, por exemplo, funcionava no SindBanc./RJ, onde Pinheiro, já fora da presidência, fazia o trabalho inter-sindical e de relações externas (campanha das DIRETAS JÁ!, ligação internacional, etc.). Além disso, o jornal da Pró-CUT também estava nas mãos do partido. (Pinheiro/92)

[118] Em seu texto autocrítico de 89, Pinheiro retrataria o PCB como caudatário da CONTAG ,decidindo pela mesma posição, *em cima da hora* e *contra todo o trabalho anterior*, sob a argumentação de falta de unidade e de representatividade no MS. Já no depoimento dado em 92, embora sustentando que a decisão da CONTAG pesara muito na sua decisão pessoal e na de Gonçalves para apoiarem o adiamento da CUT, ele admitiria que ela fora parcialmente influenciada pelo próprio partido através de Silva e Altamir que tinham grande ascendência sobre o Presidente da entidade, José Francisco, e seu futuro sucessor, Francisco Urbano* – havia ainda dois outros assessores do partido na CONTAG e um muito bom trânsito de Pinheiro e Gonçalves com suas lideranças. A julgar por tudo que discutimos até aqui, a segunda versão parece mais veraz em função não só de todas as iniciativas até então tomadas pelo partido, como também pelo fato de que o CC, na surdina, desconfiava das inclinações *esquerdistas* do seu setor sindical – considerado por muitos dirigentes partidários como portador de uma orientação *esquerdista* cujo veículo privilegiado era o jornal CSU com suas manchetes pela greve geral e pela CUT. (Pinheiro/89, pp. 177/178. Pinheiro/92)

* A CONTAG era disputada por diversas forças, sobretudo pelo MR-8, não só por sua invejável estrutura como pelo fato de que o movimento rural era estratégico para os partidos de esquerda interessados quer na aliança operário-camponesa, quer na incorporação do campo à cidadania, como o demonstra a primeira grande greve dos canaviais desde 63, realizada em PE em setembro de 80, que teve a solidariedade direta de *Alemão* e Gonçalves. O partido, até por sua privilegiada posição na política pernambucana, receberia atenção especial dos dirigentes da CONTAG, como se vê no convite especial feito a Freire por 100 sindicatos reunidos em Alhandra/PB, numa manifestação com milhares de trabalhadores em julho de 80, para comemorar o dia do camponês. (VU/80, nºs 19 [11] e 27 [10])

[119] José Francisco da CONTAG, embora compartilhando das críticas ao artigo 8º, votara na reunião anterior por sua manutenção em troca de um acordo específico para o meio rural* que previa o crivo das FETAGs para todas as delegações eleitas com base neste critério. A emenda apresentada para viabilizar a proposta, no entanto, seria rejeitada por 11 x 10 depois de aprovada a manutenção do artigo 8º por 13 x 3 e 8 (abstenções). Diante disso, Francisco *racharia* com a Pró-CUT e só voltaria atrás depois que a ANAMPOS a abandonou. (VU/83, nº 165 [9])

* Isso valeu a Francisco e aos rurais que comandava a pecha de corporativistas entre os militantes do partido. (Pinheiro/92)

[120] Os depoimentos de *Frei Chico* e Pinheiro esclarecem o processo, respectivamente:

"(...) quando nós resolvemos optar pela CUT, na Conferência Sindical de 1985, veio o CC,

> **completamente por fora do mundo sindical**, e aprova com seus votos* a permanência na CGT (Central Geral dos Trabalhadores)**. Nossa militância não tinha nada a ver com a CGT. (...) Os defensores da ida à CUT eram muito massacrados no partido, tidos como *cutistas, petistas*. (...) Com esta posição (...) não dávamos condições às bases de trabalhar (...) o que levou algumas delas a dissentir da orientação geral. (...) A direção não compreendia a política das bases"; e "(...) a decisão, contrária à CUT, ajudou a desgastar o que restara da influência sindical do partido: foi muito difícil aplicar esta linha nas bases. Nossa derrota no SindBanc./RJ, em 85, se deve muito a ela".

O que *Chico* considerava como *política das bases*, Silva denominava política de *cobras criadas em outro terreiro*: "na Conferência Sindical de 85 não tinha base, era tudo *cobra criada*. É verdade que alguns tinham trabalho de massa, mas a maioria era membra dos CEs e CMs". *Ademais, os grupos de esquerda, na medida em que se dissolviam, iam entrando no partido e levando para o nosso meio suas antigas orientações sindicais. Uma quantidade enorme deles ingressou no movimento sindical. Diante do crescimento e do fracasso da nossa política, este pessoal* ***ficou afobado*** *e passou a pregar a ida à CUT em 85*: afirma na tentativa de descaracterizar o embate base x cúpula subjacente ao debate da Conferência Sindical.

Tamanha resistência justificava-se pela dinâmica do próprio MS. Como nos diz *Frei Chico*,

> "os sindicatos, de um modo geral, decidiam sua filiação às centrais de acordo com suas lideranças maiores, de modo que a decisão do partido teria resultados imediatos na filiação de sindicatos que nós controlávamos".

O adiamento da inevitável adesão à CUT sustentou-se até 88 quando, no Encontro de Praia Grande, "as bases passaram por cima da direção destituindo a mesa onde estava o Arnaldo", nos relata *Chico*. A decisão, tomada à revelia do CC, suscitaria por parte dele surda reação. Na verdade, o partido , mesmo após a deliberação, navegarria em ambos os barcos (CGT/CUT), propósito que Freire não esconderia no pronunciamento feito em nome da direção no encerramento da Conferência, quando afirmou que a posição de entrar na CUT seria respeitada e que não se criaria empecilhos para sua consecução, mas que os militantes cujos sindicatos escolhessem outra central deveriam se sentir livres para acatar a decisão da categoria.

A resistência no CC à CUT continuava enorme e se manteria nos anos seguintes explicitando o anti-*petismo* subjacente à crítica contemporânea do *esquerdismo*. Silva reflete bem o pensamento médio da maioria da direção *pecebista* no pós-83 ao defender, quase 10 anos depois, como válida a não participação do partido na criação da CUT, no "momento em que a maior entidade sindical do país, a CONTAG, estava contra com suas 22 federações e 3 mil sindicatos", e ao apontar o problema maior do MS como residindo na "sua dinâmica partidarizada" que excluía dirigentes como *Joaquinzão*.

> "Quem quer mobilizar a classe operária não podia excluir o *Joaquinzão*. Ele era um social-democrata oportunista, mas esteve na tribuna para nos recepcionar na volta do exílio, lá no sindicato dos aeroviários. Além disso, marchou conosco na reconstrução do movimento sindical, sendo nosso principal aliado no sindicato dos metalúrgicos. (...) Quem foi Lula para o movimento sindical posteriormente? O estimulador do banditismo sindical, tanto na greve dos metalúrgicos da capital em 79 e 80, como na eleição que se seguiu, quando este pessoal que veio a formar o PT organizou pancadarias em esquema para-militar. (...) A CUT até hoje comanda este banditismo. Não é toda ela, mas continua o encobrimento da ação do sindicato dos condutores de veículos de SP, por exemplo.
>
> (...) Nossa coalizão com o *Joaquinzão* refletia nossa política, que **mantemos até hoje**, de **ir à luta com o povo**. Não enganando o povo, **obrigando ele a fazer uma coisa que não quer*****. Nós já fizemos isto no passado (...) não deu em nada e nem podia dar".

Não se pode substituir as massas pelo partido, como queria a esquerda da Igreja com sua política de ir à forra dos anos da ditadura, daí a divisão no movimento sindical. (*Frei Chico*/92, ggmm. Silva/92, ggmm)

* No CC estava o pomo da resistência à adesão à CUT, que implicava de fato na autocrítica em relação a 83, como nos mostra Pinheiro:

> "antes da Conferência Sindical Nacional do PCB em SP, no inverno de 84 o CC se reúne e se posiciona pela defesa do CONCLAT. Logo após se reúne a CECC, da qual eu já era membro, com Givaldo e Régis Fratti propondo o voto em bloco do CC na Conferência de olho no meu posicionamento (...). O Giocondo se opondo à idéia permitiu aos membros do CC votar de acordo com sua consciência". "O CC, porém, mesmo seguro de sua coesão[(a)], se preveniu e o próprio Giocondo abriu a Conferência declarando que ela seria meramente consultiva. O mal estar foi geral, mas sem protestos – era a cultura da época – embora tenha havido indignação na bancada mais radicalizada do encontro que era a de PE".

(Pinheiro/92)

** Nova denominação dada ao Conselho das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) eleito em 83, em Praia Grande. (Res. VII/84, p. 190)

*** Argumento análogo foi usado em 77 para justificar a política *pecebista* de cautela:

> "a divisão (...) não perpassa as massas, que demonstram sua unidade a cada dia". *O que prejudica o ME é a tendência a impor às massas certos pontos de vistas* "iluminados". "Quando entidades representativas são postas *democraticamente* em funcionamento, as divisões tendem a ser irrelevantes. (...) Quanto mais organizado estiver o movimento, tanto mais fácil será combater sua divisão (...)".

(VO/77, nº 137 [7])

(a) "(...) No dia da votação, dos 30 votos do CC 27 foram anti-CUT e 3 foram pró-CUT, enquanto entre os delegados eleitos nas bases partidárias se deu o inverso, dos 56 presentes 37 se manifestaram pró-CUT e 19 anti-CUT". (Pinheiro/92)

[121] Se a responsabilidade pelo translado do *compromisso histórico* da Itália para o Brasil é dos *eurocomunistas* e o motivo de seu sucesso foi o pragmatismo do *centro*, a verdade é que a *esquerda* deu valiosa contribuição ao se abster de criticá-la em função não só de sua crença, como fala Tódero, *numa burguesia social-democratizante com competência política para conquistar a hegemonia do processo de redemocratização*, como de um cálculo de poder que considerava que *a proximidade com a frente burguesa e com o sindicalismo moderado iria nos possibilitar um crescimento importante*. (Tódero/92)

[122] A idéia do *trabalho permanente* não significava a transformação do PMDB num *partido popular*,como queriam o MR-8 e o PCdoB. Os *pecebistas* sempre souberam, como nos diz Resk, que o

> "o MDB era uma frente (...) que (se) aglutinava (...) (em torna da) luta geral pela democracia e não (d)os programas específicos que iriam explicitar (su)as contradições internas (...)". "(...) Quando se propunha que o MDB tivesse projetos específicos ele não era capaz de produzí-los (...). Quando o PMDB cresceu em SP e no resto do país, a bancada *peemedebista* (continuava a) se cindi(r) diante de alguns projetos sociais que se colocavam para a apreciação. Nestes momentos os setores à *direita* se juntavam ao PDS e os setores à *esquerda* se juntavam ao PT".

É verdade que Temer em maio de 77 havia pleiteado um papel mais ativo para o *emedebismo* – "por que não defender o alargamento de sua implantação, na medida em que ela (a FU) realmente se constitua num fator de organização das massas?" –, mas ele próprio recuaria dessa intenção em setembro ao pleitear uma *correta apreciação do programa emedebista* à partir de "seu caráter de classe". Como "confederação de oposições", *exigir mais do MDB* "não seria realista"; dizia. A visão dominante no partido sobre o papel do MDB no movimento social era o de mero amparador*: "(...) não podemos concordar com alguns democratas que atribuem ao MDB a responsabilidade" *de conduzir o movimento popular*; sustentava a VO em março de 79.

Por outro lado, o MDB sempre resistira a uma aproximação com o movimento social por tê-lo como reduto do comunismo/populismo, portanto naturalmente hostil ao caráter liberal da agremiação. Os *pecebistas*, por isso, se viram na contigência de um esforço retórico para contornar o problema e neutralizar as resistências internas e mesmo externas à aliança que promovia. Foi isso que o Informe de Junho de 73 fez ao comentar as comemorações do 1º de Maio. Na falta de participação efetiva dos *emedebistas* no ato, o documento enaltecia genericamente os vínculos **objetivos** do MDB com o movimento operário por este estar interessado no fim da ditadura. Na prática, a maioria dos casos em que se encontrava a participação ativa de *emedebistas* em eventos populares tratava-se de *pecebistas* camuflados**, ou simpatizantes da esquerda, nunca de *emedebistas* propriamente ditos, quer dizer liberais – isto também acontecia no meio sindical, no SindMet./Campinas e, sobretudo, no de Santos***, além do SindBanc./SP. Isso, todavia, não impediria o prolongamento da mistificação pelos anos 80 com Capistrano Fº apregoando, em junho de 80, o peso dos trabalhadores e seus dirigentes sindicais no PMDB – não obstante a ressalva de que a luta era uma prerrogativa dos sindicatos – e a Resolução do VII CONGRESSO realçando uma intimidade entre o PMDB e o movimento de massas que não correspondia aos fatos. (Resk/92.IN VO/77, nº 134 [3] e 138 [3]. VO/79, nº 156 [3]. Apud Frederico/90, pp. 106-108. *Frei Chico*/92. In VU/80, nº 12 [3]. Res. do VII/84, p.175)

* Sua influência nas greves operárias de 78, por exemplo, era atribuída por *Isaías Assis* em agosto ao seu papel no concerto político nacional. (In VO/78, nº 149 [3])

** Era o caso da mobilização dos trabalhadores santistas nas manifestações de 1º de Maio de 73, onde os comunistas têm presença marcante. (Frederico/90, pp. 105/107)

*** [Araújo, Braz José de 1985] pp. 151/153/157/158.

[123] Postura comum a todos os outros dirigentes que igualmente se limitaram a criticar a inoperância liberal sem oferecer qualquer alternativa. É como age Corrêa, mais uma vez, em junho de 83, quando avalia os governos estaduais eleitos em 82:

> "os partidos (...) que chegaram ao poder em 10 estados (...) precisam (...) aplicar (...) seus objetivos programáticos. (...) O que temos visto é a paralisia política acompanhada da tentação de enxergar a questão social como **caso de polícia**".

(In VU/83, nº 157 [?])

[124] No caso paulista as resistências foram maiores nas bases estaduais e na bancada parlamentar. Segundo Resk, Goldman não acompanhou a decisão mesmo depois de Dias ter afirmado que a orientação deveria ser acatada como resolução do partido. A verdade, é que a decisão promovida por Holanda detonou não só a unidade interna do CE/SP pós-Capistrano, como ainda a política de consenso promovida até então no PMDB/SP – com Goldman próximo a Quércia e Resk próximo a Covas e Montoro –, levando de quebra os *pecebistas* a uma derrota fragorosa.

> "Nós acreditávamos que o Ermírio era o homem que poderia, em SP, aglutinar a FD e fazer um governo de projeção nacional capaz de garantir a estabilidade democrática. (...) Ele nos parecia o mais apto para derrotar o Maluf. No entanto, nossa decisão não foi acompanhada pelas outras forças políticas da coalizão, com poucas exceções, entre elas a do Prefeito de Campinas que era do PMDB".

(Resk/92)

[125] Como nos revela Resk,

> "é claro que tínhamos facilidade de relação com um grupo e menos com outro. Por exemplo, com o grupo do Quércia era mais fácil o diálogo do que com o grupo do Covas e o do Montoro. Eu creio que isto se deve ao fato de que o Quércia não disputava espaço conosco à esquerda, o que acontecia com os outros, particularmente com o Fernando Henrique que queria liderar os setores progressistas do PMDB";

(Resk/92)

[126] Nesse ano, ele obteria o apoio de sua *base* em SCS à idéia de se lançar à vereança pelo PT. O CE/SP, no entanto, na figura, principalmente, de Capistrano Fº e *Bira**, vetaria a iniciativa argumentando que o PT não tinha vida.

Após a onda de adesões de 83, novas adesões da *direita*** ocorreriam apenas em 88 no RJ. Depois de defender o PMDB numa entrevista ao *Rinascità*, jornal teórico do PCI, em 85, Coutinho iniciaria uma lenta aproximação com o *petismo*, que arrastaria Konder e Temer, ao se convencer que não havia mais sentido na FU depois de 79 e que nenhum partido de esquerda conseguira se afirmar no passado sem se diferenciar como sectário, inclusive a social-democracia européia do século passado. O PCB, para ele, esquecendo-se disso acabou por tornar-se o *cimento* do centro. (*Frei Chico*/92, Coutinho/94)

* Ambos ingressariam no PT 2 anos depois.

**Cuja postura política de alguns de seus membros mudara muito.

[127] Corrêa, na verdade, considerava o PT como "um dos instrumentos da social-democracia no Brasil, uma organização que aplica sua política", que age sob a orientação de uma "matriz internacional". A política social-democrática na América Latina e o financiamento externo ao MS, aos partidos políticos

(PMDB ao PT) e à Igreja, fariam parte da disputa entre EEUU e Alemanha e implicavam no deslocamento da influência comunista. "Por isso, conclui ele, não podemos ser *cutistas*, mas combatentes da fachada verbal deste movimento". (Corrêa/87)

[128] É verdade que a desativação da VO dizia respeito mais ao engajamento legal do partido no espaço público ampliado pela anistia* do que ao acordo propriamente dito. Mas, também é verdade que a legalidade se inscrevia na tática pactuacionista em função das expectativas que suscitava. Muito embora achassem, como Corrêa em março de 79, "que a legalidade (...) só vai sair com muita luta", por outro lado consideravam, como a VU em seu primeiro número, que a "democracia exige legalidade para o PCB". Esta percepção objetivista da questão possibilitava a colocação de qualquer acordo nesse sentido como um gesto em prol da democracia e não simplesmente dos interesses partidários. Preconizando não temer "'fazer política' (...)" e dizendo-se indispostos a fazer concessões, *apenas queremos a legalidade*, o partido considerava, à luz da avaliação de 45-47 feita por Malina em agosto de 80, que "(...) a legalidade só nos beneficia". Capistrano F°, em outubro, acreditava mesmo que "(...) uma 'explosão de comunismo' como a de 1945 é provável", idéia que seria repetida por Dias em maio de 84 na TV GAZETA quando disse *acreditar na empolgação do povo na luta pela legalidade*.

Espaço, se levarmos em conta sua pequena dimensão, não faltaria ao partido mesmo na periferia – em GO, por exemplo, o semanário local *Opção* abriria suas páginas em maio de 81 para os *pecebistas* nativos falarem sobre as eleições. No entanto, a via privilegiada de luta pela legalidade seria a do **entendimento**. A ofensiva partidária sobre o Congresso Nacional em maio de 83 seria exemplar disso pelos contatos que estabeleceu com lideranças políticas do regime como Aloísio Chaves (líder governista no Senado), Paulino Cícero (PDS/MG e ligado ao Vice-presidente Aureliano Chaves), Nelson Marchezan (líder governista na Câmara) e José Sarney (presidente do PDS). (Corrêa/80, p. 73. In VU/80, n°s 1 (8), 21 (4) e 28 (6). In VU/84, n° 201 (...). VU/81, n° 54 (5). VU/83, n° 153 (5-11).

* Isso ficaria claro na volta dos dirigentes exilados, em 79. Além das entrevistas públicas que concediam, o único a voltar ao país clandestino foi o histórico Dinarco Reis, todos os outros voltaram à luz do dia. A admissão por Malina, em fevereiro de 80 no JB, da realização do VII CONGRESSO em lugar público reforça essa intenção de aproveitamento da abertura política em prol da institucionalização do partido. (Reis/87, p. 63. In Carone/82 [a], p. 260)

[129] Estas nuances afastavam o partido da postura de endurecimento com o governo provocando a reação das forças situadas mais à esquerda. Abel Silva*, da revista *Debate*, em artigo publicado na VU de setembro de 80, interpelaria os *pecebistas* com base nas conseqüências desta escolha na luta oposicionista. Para ele, por mais livre que fosse o processo eleitoral constituinte, não deixaria de pesar dúvidas sobre a soberania de uma assembléia "sob estrita vigilância de um Executivo (...) controlado por militares (...)". Quem desconhecesse o óbice estaria, na verdade, optando "por (...) não atrapalhar a burguesia liberal em sua (...) transição gradual, segura e controlada (...)"; ao passo que "quem aponta a necessidade de um governo provisório não está predizendo (...) seu caráter de classe", mas, apenas, "exigindo que esse governo reconheça a soberania da ANC".

A resposta da VU, dada por Guedes e Nogueira, no mesmo número, acusaria Silva, erroneamente, de considerar impossíveis eleições livres e soberanas e daí adviria o limite da Constituinte sob este regime. "O que AS e (...) *Debate* não conseguem entender é que uma Constituinte que implique (...) a mais ampla (...) participação popular representa em si mesma a derrota definitiva (...) do regime (...)".

Na verdade, a flexibilidade do regime, exercitada desde a *abertura*, não autorizava interpretações quanto à sua sobrevivência após, ou mesmo durante, o processo constituinte fora do quadro concreto da correlação de forças eleitoral. O otimismo de Guedes/Nogueira era apenas uma possibilidade, em si mesma incapaz de responder às apreensões de Silva. (In VU/80, n° 25 [5])

* Provavelmente um codinome.

[130] Esta delicada questão foi motivo de controvérsia no interior do partido por ocasião da disputa de seu espólio no início dos anos 90. De um lado, posicionou-se Segatto, que trabalhava junto a Malina na CECC, criticando o núcleo dirigente por, em 83, ter adotado *uma postura extremamente pragmática* corporificada na *aposta no fracasso da campanha das diretas já! esperando, com isso, crescer com a transição moderada*. De outro, estava Siqueira que, embora admitisse que o partido estava à par da articulação tancredista pelas *indiretas* – inclusive, aconselhado-o a não se isolar das *diretas* para se posicionar melhor no caso das eleições acabarem no Colégio Eleitoral; "(...) algo parecido que fizemos com o Lott ao aconselharmos o Negrão a apoiá-lo para governador, sabendo que ele seria cassado, para poder se lançar em seu lugar com o apoio do PTB e da esquerda" –, afirma que a cúpula do partido acreditava "que poderíamos vencer com as *diretas*": exceção feita a Holanda. Entre os dois se posicionava Resk,:

> "é verdade que o PCB fez a campanha do Tancredo com mais vontade do que fez a das *diretas*, mas isto se deve ao fato de que avaliávamos que o Congresso dificilmente aprovaria as diretas. A campanha de rua teve um papel limitado e foi muito dependente do apoio das máquinas estaduais dos governos do PMDB. Quando o PT resolvia fazer mobilizações próprias, baseadas na espontaneidade social, os resultados eram bastante limitados (...). Nosso empenho foi para evitar que a derrota da campanha levasse o país a um beco sem saída. Tratava-se, mesmo no caso de aprovação das *diretas*, de uma transição que exigiria a aglutinação de forças para se dar continuidade ao processo de democratização do país. Não haveria uma ruptura, não se tratava de um processo revolucionário, não se estava substituindo uma sociedade por outra. Vivíamos um processo político em que o sistema econômico não estava em jogo, em que a dinâmica capitalista não estava sendo questionada, mas sim o regime ditatorial que se queria substituir pelos Estado de Direito Democrático. Qualquer coisa para além disso era inviável porque não se tinha força social para se fazer uma revolução".

(Segatto/92. Siqueira/94. Resk/92)

[131] Em dezembro, com o aquecimento das *diretas*, o jornal estamparia na capa: "Nação quer diretas para sair da crise". No entanto, nas páginas internas, o CC apontava para o caminho oposto argumentando que "(...) o país não pode (...) esperar pela sucessão presidencial para operar as mudanças (...) A luta pelas diretas deve ser vinculada a ***mudanças já***, para que seja imediatamente revertida a política (...) que vem arruinando o país (...)". (VU/83, nº 181 [1/3])

[132] Para a AD, no entanto, como mostra sua carta de compromisso de agosto de 84, urgente era "a necessidade de proceder-se à reorganização institucional do país". Quanto à questão econômico-social do programa dos deputados *peemedebistas-pecebistas* ela apenas falava vagamente na "revisão da política salarial, com eliminação (...) (da) compressão do poder aquisitivo dos trabalhadores, dos servidores (...) e da classe média" – de resto, promessas incompatíveis entre si na ausência de forte corte nos quadros público, com eliminação de privilégios, e vigoroso crescimento econômico capaz de reabsorver os demitidos, gerar escassez de mão-de-obra e criar novas oportunidades para os assalariados médios. A indefinição quanto ao tema, marca do MDB/PMDB, desde sua fundação, cederia lugar a um equilíbrio governamental expresso na comissão econômica constituída após a vitória, em dezembro, com 3 membros do PFL (Hélio Beltrão, Sérgio Quintela e Sérgio de Freitas) e 3 do PMDB (Celso Furtado, Luciano Coutinho, José Serra). A comissão, presidida por Serra, seria recebida pelo partido sem nenhum entusiasmo em função do fato de que Serra não tinha poder de minerva. ([Aliança Democrática /1984] p. 5. VU/84, nº 230 [11])

Conclusão

A Crise de Identidade na Raiz do Colapso

Nada mais adequado para visualizar o tipo de colapso que acometeu o PCB do que uma frase extraída do editorial de capa da VU de outubro de 80, que pedia: "um pouco de audácia não faz mal a ninguém"[613]. O editorialista do semanário deixara escapar, sem o querer é claro, uma importante pista sobre a situação da organização a que pertencia. Para um partido identificado com as *lutas populares* desde seu nascimento e construído ao longo de décadas de enfrentamento com a máquina policial, a frase tinha um importante valor simbólico por revelar, sub-repticiamente, que o partido depois de tantos sacrifícios **deixara de ousar**, o que equivalia à admissão de acomodação. Era o que seus críticos sustentavam depois do golpe de 64[614] mas que a repressão não permitiria visualizar, a não ser ao longo do processo de abertura.

A descrença em relação a este diagnóstico se justificava por dois motivos. Em primeiro lugar, ao longo de sua história, o PCB enfrentara outras situações dilacerantes e conseguira se recuperar. Em segundo, os críticos mais evidentes dessa *démarche*, os dissidentes armados, apresentavam como alternativa um voluntarismo romântico e pueril. Ocorre, no entanto, que o problema agora vivido não era mais a de um partido simplesmente perseguido, mas de um partido que não era mais capaz de lutar e de ousar, e que usava a perseguição e a divisão interna como álibi para justificar sua conduta passiva diante da fragorosa derrota sofrida.

É verdade que outras crises de identidade o acometeram em sua história, como no período de construção em que se chocara com a tradição anarquista, e no processo de *proletarização* do MCI marcado pela degeneração das relações com os partidos filiados que precipitara, no Brasil, o expurgo da geração fundadora do MCB. Mas, elas se processaram no bojo de um movimento de instauração, assim como o próprio MCI, que se consolidava como instrumento de uma sociedade, a Rússia pós-guerra civil, caracterizada pelo terror, pela repressão aos movimentos sociais – vide insurreição de Kronstadt –, e pela difusão de um padrão de acumulação – a NEP, sucedida pelos *planos qüinqüenais* –

613. In VU/80, nº 29 [1].

614. Marighella, em 67, por exemplo, dirá: "qualquer pessoa que tome conhecimento do capítulo 1º das *Teses* fica com a impressão de que nosso Partido tinha de ser o Partido da moderação, da prudência, da cautela, para não ferir os interesses da burguesia (...), para não ferir a hierarquia (...) militar, para não causar divergências na frente única (...)". [99§3º] "(...) Uma posição como esta retrata um Partido acomodado, conservador, que não luta para transformar as coisas". "O partido aparece diluído (...) na burguesia, é chamado a trabalhar de pés e mãos atadas (...), e com isto a iniciativa e a energia dos militantes são inapelavelmente rebaixadas". (Marighella/79, pp. 99/114)

que nada tinha de semelhante ao propagado em décadas de movimento socialista. Estudando o período, Israel Getzler diria que a Revolução de Outubro *encerrava seu ciclo*[615], mas isso não impediria que continuasse em expansão sob a forma de uma perversa contra-utopia.

As mudanças ocorridas nos parâmetros do socialismo imaginados antes de 17 seriam alardeadas pelos comunistas como *vitórias* até serem tornados públicos os crimes do novo sistema. Mesmo depois disso, o sistema continuou em pleno funcionamento apesar das valiosas perdas ocorridas no Ocidente e do amolecimento dos controles internos dos países/partidos *irmãos*. Isto, em parte, se explica tanto pelo prosseguimento de seu alastramento na periferia do mundo como pela rigidez de seu controle interno e as dificuldades do capitalismo.

Com o PCB ocorreria fenômeno diverso no pós-64: perda de combatividade política e o esvaziamento do seu aparato sindical na segunda metade dos anos 60 não foram compensados por nenhuma forma alternativa de crescimento, ou de dinamização. O crescimento experimentado nas camadas médias nos anos 70 e o incremento da aliança com os liberais, mesmo com o debilitamento da nova esquerda, não foram suficientes para compensar as perdas anteriores. O PCB, ao manter o modelo estratégico de 58 – de resto o mesmo responsável pelo sucesso da nacionalização da esquerda nos anos 30-50 – desperdiçou a chance de uma expansão agora, diferentemente de outrora, não calcada apenas na radicalização política das camadas médias assalariadas. Terminada a era da prosperidade política como fruto da aliança com os *petebistas* – não só porque estes se encolheram, mas também pela novidade da combatividade autônoma do proletariado, tanto diante do Estado como dos partidos conhecidos – os *pecebistas* prolongariam seu passado ancorando-se firmemente na aliança liberal, da qual esperavam resultado ainda mais promissor do que o obtido com os populistas.

Como já foi visto, o ponto de inflexão do **voluntarismo de partido** para o **conformismo burocrático** no PCB foi a DM-58, que representou o supremo esforço da direção de interpelar a realidade nacional. O fôlego político dessa iniciativa coincide com as possibilidades de expansão abertas pelo aprofundamento da democracia no país registrado na 1ª metade dos anos 60. Com a derrubada de Goulart, a reestruturação partidária se vê tentada a perpetuar a concepção *pacifista* de luta política, não obstante o revés sofrido, de forma a evitar um embate desigual com a ditadura ao mesmo tempo em que transferia para os *aventureiros* o ônus da derrota político-militar de 64. O *pacifismo*, no entanto, deve-se ter claro, referia-se originariamente à estratégia política e não impedia a vinculação partidária aos movimentos sociais. Mas, com o fim do pacto populista, tornara improvável a perenização de tal inscrição do comunismo no mundo sindical. Abrira-se depois de 64, antes do recrudescimento da repressão em 69, um período crucial de rearranjo das forças políticas em todo os setores nacionais. A reiteração da idéia de *paz* para traduzir a estratégia comunista deste momento

615. Getzler/85, p. 26.

crucial de conflito, além de inadequada em termos lógicos e históricos, possibilitaria o retorno a uma tendência já manifestada em 45: a de transformar a política num processo quase idílico de realização das metas estratégicas elaboradas dogmaticamente e dependentes de acordos com os aliados no poder.

O *pacifismo* foi a ideologia que cimentou, no anos 40, o encontro histórico de duas tendências modernizadoras que disputavam espaços desde os anos 20: o nacionalismo (revolucionário), que privilegiava as transformações via Estado, e o comunismo – substituído mais tarde pelo *prestismo* –, que alimentava as esperanças de mudanças via sociedade civil. À medida em que o *prestismo* torna-se hegemônico no MCB[1], concomitantemente à consolidação stalinista na Rússia, exacerbando a estatolatria do MCI, a via alternativa à do Estado perde substância tendendo à ser cooptada pela modernização conservadora. O ensaio de abandono das pautas ameaçadoras durante a *união nacional* é um forte indício neste sentido.

A nova identidade nacional do MCB foi perspicazmente apreendida por Vianna:

> "se, em 1935, a herança do tenentismo revolucionário que o PCB acolhe, dá seqüência, no interior da ANL, à temática do interesse do movimento operário, ainda, em grande parte, resistente à estrutura corporativa sindical, o chamado movimento *queremista* de 1945 (...) veio a significar a **convergência da esquerda com a cultura política tradicional às elites de Estado** (...).
>
> A partir daí, salvo o interregno de 1947 a 1953, comunistas, elites políticas originárias do Estado Novo, tecnocratas, burocracia de Estado e setores empresariais associados à estrutura corporativa do Estado, convergem no sentido de reforçar o capitalismo de Estado em nome do desenvolvimento das forças produtivas nacionais e da incorporação social. Na percepção dos comunistas, o contexto da Guerra Fria (...) emprestava um papel progressista ao capitalismo de Estado, na medida em que importava primazia do público sobre o privado, esperando-se (...) do seu aprofundamento a intensificação da contradição da Nação com o imperialismo e uma maior influência (...) (da) coalizão nacional-popular sob hegemonia do proletariado (...).
>
> (...) A matriz do interesse continua a informar a prática do PCB, contudo ela não está mais condicionada a conquistas no campo da institucionalidade democrática, à medida que o próprio Estado (...) se torna o caminho privilegiado para **atender** e **impor** a mudança social.
>
> A centralidade na questão do Estado e o tipo especial de alianças que isso demarcava (...), por exemplo, com a fração das elites civis e militares de orientação (...) nacionalista, anti-operária e anticomunista, conformou uma cultura política (...) assemelhada à das elites na sua **desconsideração pelo empiricamente contingente, pelo interesse** (...).
>
> (...) Como na tradição das elites, a esquerda torna-se depositária de uma razão que **não**

> **visa se impor diretamente no mundo por meio de uma articulação orgânica com as classes subalternas** e com os outros setores que a apoiavam, mas sim a negociar com eles. A esquerda pensa-se e organiza-se como uma razão que se sobrepõe à sua realidade, senhora de uma intenção que somente é acessível a ela"[616].

A *desconsideração pelo empiricamente contingente* é a marca do *prestismo* e de seu projeto de "sobrepassar aos países capitalistas mais avançados, não só pelo regime *político*, como também *economicamente*". À ela se juntava a bandeira da paz social, sustentada com ênfase por Prestes antes de sua adesão ao comunismo – "(...) se soubermos resolver em paz os nossos problemas, com um Governo prestigiado, forte do apoio popular, (...) podemos ser a 6ª potência mundial (...) digna de seus pares nos conselhos internacionais que dirigirão o mundo (...)" – e arquivada apenas em função de se ter imaginado que a disputa com o concorrente *varguista* poderia ser resolvida no âmbito de uma *aliança militar* com o bolchevismo. Também o PCB *original* tivera seu projeto nacional, como o prova a formulação de Brandão, de 28, sobre "a revolução democrática pequeno-burguesa" como "uma revolução de libertação nacional" que colocaria "o país em pé de igualdade com as potências burguesas"[617]. É, precisamente, na perspectiva do Brasil potência que se estabelece a disponibilidade histórica da convergência dos *revolucionários* brasileiros com as estratégias elitistas modernizadoras. A idéia de *revolução* deixará, gradualmente, de se identificar com a iconoclastia igualitarista bolchevista para sujeitar-se inteiramente ao projeto nacional de grandeza e modernização que animara a Revolução de 30.

A supervalorização, como disse Oliveira, do *jogo político pelo alto em detrimento da movimentação econômica da classe trabalhadora*, predominante nos anos 40 em nome da democracia e da *Nação*, revelaria a força dessa tendência. A garantia da ordem "às custas de suas próprias bases políticas", que levou o partido, segundo Oliveira, a dar "os dedos para manter os anéis"[618], exemplificaria o alcance de longo-prazo das escolhas feitas nos anos 40 pelo **novo PCB**.

1- A *Âncora* Operária

É bom que se diga que esta opção, de resto ideológica, legitimara-se em face da fragilidade estrutural da esquerda no país, da qual 35 foi um sintoma. O otimismo em relação à participação política da classe operária ao lado da liderança armada dos militares *pequeno-burgueses*, que desempenhavam de fato o papel de vanguarda, teria seu fim nesta ocasião. O desencontro de 35, como

616. Vianna/91, pp. 35/36; ggmm.

617. Apud Vinhas/82, pp. 103/108. Apud Zaidán/85, p. 130.

618. Oliveira/88, pp. 199/200.

já foi aludido, cancelou para sempre a única possibilidade de um engajamento revolucionário dos trabalhadores brasileiros. A partir de então, a marca da ação espontânea do proletariado, sobretudo o mais pobre, seria, tal como no Império com a *plebe*, como nos diz Boito, o "quebra-quebra" como forma de "chamar atenção do Estado para um *problema que precisa ser resolvido*"[619]. Problema agravado ao longo do *varguismo* onde os trabalhadores, no dizer de Reis Fº, viciariam-se, desde o *queremismo*, "no amparo e apoio do Estado que lhes dá direitos" – fenômeno que ele indicou como análogo ao percebido entre as *massas* soviéticas[620].

Entre os culpados por esta situação elencou-se, principalmente, a qualidade da representação sindical fundada pelo *varguismo* que despolitizara o proletariado nacional, seja pela exclusão da "luta partidária organizada pela representação no Estado" no seio da organização sindical, como o faz Boito – idéia sustentada por Corrêa, em 78, ao se referir à ausência "em suas bases" das "principais forças políticas" –, seja pelo controle diretamente exercido por esta estrutura sobre o movimento, como o fazem Marighella e o próprio Boito[621].

Outro tipo de explicação, esta veiculada pela direita, enfatizava, como o faz Oliveira Vianna, o "insolidarismo operário brasileiro", entendendo o sindicato de Estado como um modo de superá-lo. Entre os comunistas poucos, como Marçal Brandão, admitiriam que a partir de 30 "os trabalhadores aparecem como classe nacionalmente configurada, (...) reconhecida e posta como tal *pelo alto*". As razões deste *insolidarismo*, em parte alimentado pelo próprio Estado, seriam explicadas por Rodrigues como conseqüência da desorganização do proletariado nos anos 30 em função de fatores estruturais como a emigração rural para as cidades e as mudanças tecnológicas desqualificantes do trabalho fabril[622] que a antecederam.

Ocorre que mesmo em sua fase combativa e solidária, sob a influência das ideologias trazidas pelos imigrantes europeus, os trabalhadores tinham enorme dificuldade em introduzir-se no cenário político, sobretudo por sua problemática percepção do papel dos partidos políticos, como vemos na resolução do Congresso Operário de 1906 realizado sob hegemonia anarquista:

> "considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de (...) ação são os interesses econômicos (...); que todos os trabalhadores (...) (estão) desiludidos da salvação **vinda de fora** (...): **o Congresso**

619. Como aponta Boito, "insatisfação popular e impotência política" do proletariado é a "mistura que origina o populismo" e o prolonga até os anos 70, quando seria percebida com estranheza pela vanguarda estudantil no interior do PCB, como patenteia *Zé Beto*: "não tínhamos a noção de sermos vanguarda social naquela época. Para nós este lugar era cativo do operariado, dos setores oprimidos. Mas, quando estes setores começam a despontar vem a decepção com a forma que encontram. O quebra-quebra da Central do Brasil, antes das eleições, era o contrário do que nós fazíamos. Nós nos articulávamos, tínhamos uma ação calculada, e isto não acontecia na sociedade". (Boito/91, p. 81. *Zé Beto*/92)

620. Boito/91, p. 87. Reis Fº/86, p. 14.

621. Boito/91, p. 87. Corrêa/80, p. 152. Marighella/79, passim.

622. Apud Boito/91, p. 126. Brandão/91, p. 1. Rodrigues/90, pp. 62/63.

> **Operário aconselha o proletariado (...) a pôr fora do sindicato a luta política** especial de um partido (...) pela adoção (...) de uma doutrina política ou religiosa, ou (...) eleitoral".

Nos congressos sob hegemonia governista, como o de 1912, patrocinado pelo Marechal Hermes da Fonseca, concluiria-se analogamente que o "ponto de convergência (...) **é a questão dos melhoramentos econômicos** e da elevação social, intelectual e moral do proletariado (...), deixando ao futuro a solução do problema da organização da propriedade". O distanciamento face às organizações políticas, por um lado, e a simples despolitização, por outro, eram sintomas de uma fragilidade institucionalmente manifesta nos anos 20 na predominância dos sindicatos *amarelos* – que reuniam mais adeptos que os anarquistas e comunistas juntos – e suas práticas manipulatórias[623].

A explicação veiculada por Palácios para este fenômeno é a de que as "'camadas inferiores da população brasileira'" estavam assentadas "'numa larga base escravista'" e, portanto, "'não comportava (...) uma estrutura democrática e popular'" Daí a perspectiva, reivindicada pelo PCB desde sua fundação, de que a ação conseqüente dos de baixo demandava a integração no "partido do progresso". À diferença dos democratas radicais do século passado, no entanto, os novos radicais não propunham apenas dar *curso ao desenvolvimento natural da sociedade*, mas transformá-la num sentido determinado a partir da tomada do Estado. Ocorre que "o partido do progresso", outrora referenciado exclusivamente na sociedade, é constituído, a partir dos anos 30, também por forças que ascenderam à direção do Estado, aspecto que faria da aliança com os *progressistas* um passo na direção do Estado, sobretudo após a derrota da via alternativa. Desde então, a idéia de que quem estorvava o progresso da Nação era "o Estado comandado por interesses anacrônicos" – "o Brasil real encontrava-se à frente do Brasil legal" – cederia lugar à disputa no interior do Estado em prol dos *interesses da Nação*[624].

A criação da ANL expressa os impasses e a dubiedade do projeto alternativo à modernização estatista. Fruto da estratégia rupturista dos comunistas no sentido de corrigir os rumos do Estado *industrialista* de compromisso entre os *tenentistas* e a burguesia agrária via assalto ao poder, e conseqüente expropriação das classes privilegiadas, sua força residiria antes na expressão da vontade de setores das camadas médias e populares de otimizar o curso do *desenvolvimento natural da sociedade* no curso da disputa política, e não militar, com as classes dominantes. O projeto comunista buscava aproveitar as energias da motivação *evolucionista* para subvertê-la na ótica da revolução para a conquista do Estado. Tratava-se, à maneira bolchevique, de utilizar o descontentamento da sociedade para tomar o Estado das mãos dos inimigos. A ausência de uma autêntica sinergia entre o PCB e a sociedade civil levaria o primeiro a precipitar uma insurreição que, longe de demover o segundo de seu *reformismo*, apenas abreviaria o caminho dos radicais rumo à transformação *pelo alto* sob pena,

623. Apud Brandão/91, pp. 15/30; 1° gm.

624. Palácios/91, pp. 109/111/113/114.

em caso contrário, e depois de haver desperdiçado as energias sociais críticas, de amargar um isolamento político e social definitivamente impeditivo de sua reprodução no futuro. A derrota da ANL, como nos diz Marçal Brandão, abriu o espaço necessário para a ida da classe operária ao

> "primeiro plano da cena política da única maneira que o poderia fazer, sob tutela das classes dominantes". "(...) Os trabalhadores aparecem como classe (...) postos como tal pelo Estado. O processo é diverso, mas simétrico à inclusão (...) da burguesia industrial ao bloco do poder. Cada qual à sua maneira, elas são heterogêneas, dinâmicas, desprovidas de maturidade política e demandam tutela (...)"[625].

A *união nacional* dos anos 40 foi o fruto maduro da tragédia de 35, a resposta mais óbvia diante do erro de instrumentalização revolucionária de uma sociedade civil que começava a dar seus primeiros passos no rumo da resistência à cooptação pelo Estado modernizador de 30, enquanto sua reversão em 48-50 se constituiu na outra face da mesma obviedade. A recaída *revolucionária* após o malogro da *união nacional* mostrou que a instrumentalização era um vício de origem, uma mácula inexorável que impedia o MCB de ligar-se aos movimentos sociais e reequacionar sua problemática adesão ao *partido do progresso*. Bloqueada a via de sua autonomização – tanto pela vigência da política de *união nacional* como pela exclusão institucional do partido –, que dependia da autonomização dos trabalhadores, restava como espaço de "abertura para o mundo", como dizia Corrêa, a perspectiva corporativa do MS onde os militantes comunistas puderam manter azeitada as relações com os trabalhistas[626] apesar da orientação partidária[2].

Estes sindicalistas tinham nítida consciência de que a organização dos trabalhadores dependia do nível de tolerância do Estado mais do que seria desejável[3], e que, isso é bastante significativo, não podiam manter-se internamente nos altos escalões partidários sem ostentar a contrapartida da projeção política que tal proximidade lhes oferecia[4]. Não bastava a representatividade da categoria, era preciso demonstrar alta fidelidade ao comunismo – muitas vezes em detrimento da representatividade – e cacife político na sociedade. Como nos aponta Vianna, no pré-64

> "a vanguarda do sindicalismo dispende o melhor de sua energia mais em manter coligada a frente única nacionalista e tentar empurrá-la para avanços conseqüentes, do que em construir sua identidade e autonomia nas bases operárias e no estabelecimento de alianças seguras com os demais setores das classes subalternas"[627].

É inegável que tal política, contraposta ao *esquerdismo*, serviu para colocar o PCB mais perto da classe operária, e isso pouco teve a ver com a forma de inscrição no MS (*paralelismo* x sindicato

625. [Brandão, Gildo Marçal /1992] pp. 118/119.

626. Corrêa/94, p. 76.

627. [Vianna, Luiz Werneck /1987] p. 33.

Manifestação pelo aumento do salário mínimo, no Rio, em 18/02/54

In Segatto et alii/82, p. 104.

oficial)[628] mas, antes, com a **política** de alianças escolhida[5]. Todavia, seu efeito negativo se faria sentir não só no campo da grande política a médio e longo-prazo, como também do ponto de vista corporativo a curto-prazo. Como nos mostra Santana, *muitos acordos negociados pelo sindicato redundaram em aumentos salariais menores que a inflação, o que era aceito ela massa em função da influência comunista e do carisma de Cerqueira*[629]. Tal *carisma* e *influência*, deve-se dizer, redundavam na eterna infantilização do proletariado por uma tática que não se centrava nele.

Não que o proletariado brasileiro não tenha dado sua cota de sacrifício nas lutas promovidas pela esquerda[630], mas que seu acanhamento histórico enquanto classe apenas foi vencido em 78-80. Entre nós – mas para a esquerda possuída pelo mito da *revolução proletária* é difícil aceitar, não obstante todas as evidências empíricas[631] – a máxima de Michels de que "o proletário não precisa evoluir gradualmente para o socialismo" porque nasce, "por assim dizer, socialista e até membro do partido" não vigiu. Tampouco, como pretendia Kautsky, segundo Laclau/Mouffe, nosso proletariado foi "a favor do socialismo porque" percebia "que a história avança nesta direção". Razão, mas não completa, tinha Luxemburgo, para quem as "as revoluções (e o proletariado, HG) não se deixam dirigir como um professor dirige uma escola". Não completa porque nele era ineludível a desconfiança e a incredulidade com relação ao comunismo que ela também não podia admitir. O movimento espontâneo da massa do nosso proletariado, baseado, como nos diz Gramsci, "na experiência cotidiana iluminada pelo senso comum, ou seja pela concepção tradicional popular do mundo, (...) que se (...) chama *instinto* e que não é senão também uma aquisição histórica, só que primitiva e elementar"[632], parece inclinado para a ordem e o acordo mais do que para a luta e a conquista, tendo o medo um papel formidável no impedimento da transição de um estado para outro[633].

Este traço cultural do nosso proletariado, sem sombra de dúvida, foi reforçado pelo fato do PCB não pensar, como nos diz Spindel, "a classe trabalhadora enquanto classe em si, mas sim, como objeto

---

628. Não obstante esta tenha sido a forma pela qual se manifestou o estreitamento da política de alianças do partido no meio sindical, como nos mostra este relato de Corrêa: "nunca apanhei tanto, (...) nunca levei tanta pedrada e paulada em porta de fábrica – dos próprios operários". "Essa tolice (a radicalização) quase levou o PCB a perder todas as suas bases sindicais (...). Se a direção – a contragosto – não tivesse mudado de atitude, não ia sobrar militantes com coragem de pôr a cabeça para fora, para defender a linha do Partido, entre seus próprios colegas de trabalho". (Corrêa/94, p. 69)

629. Santana/92, p. 65.

630. Como o provam o assassinato do jovem metalúrgico Olavo Hansen, preso num 1º de Maio de 72 em SP organizado por 21 sindicatos, as torturas sofridas pelo portuário de Santos Olípio Abrandes, que ficou 3 meses preso, as *quedas* de 72/75 quando vários operários comunistas foram presos, e o assassinato de Manoel Fiel Fº em janeiro de 76. (In VO/72, nº 87 [3]. VU/80, nº 29 [6]. *Frei Chico*/92. Segatto et alii/82, p. 153)

631. Na verdade, todos admitiam mas somente o CE/SP teve o topete de dizer, em 74, que a politização das campanhas eleitorais ocorria por conta das camadas médias e não do proletariado. (Res. El. SP/74, p. 14)

632. Michels/82, p. 140. Laclau/Mouffe/85, p. 4. Apud Antunes/92, pp. 195/197.

633. As prisões dos anos 70, nos diz *Frei Chico*, tiveram, por sua truculência, um papel crucial nesse sentido *criando um terror na massa* e nas lideranças: "quando voltei para a minha empresa, que tinha 3 mil trabalhadores, foi difícil algum companheiro fazer contato comigo; **tinham medo***. Mesmo na ocasião do meu seqüestro quem reagisse podia ser preso ou morto, não havia espaço para isso. O movimento operário **não tinha articulação de auto-defesa**, para ir para a rua e para o protesto diante da repressão. Isto começou a acontecer a partir da morte do Herzog, que mobilizou a classe média e os sindicatos".

A influência que o partido tinha na Volkswagen de SBC e na Ford de Ipiranga foi dissipada com as prisões de 72,

de mobilização". O instrumentalismo dos comunistas diante da sociedade civil – visão típica também da mentalidade de caserna da nossa esquerda, onde tudo que não acontece no Estado Maior resume-se a *banda de música* – impediu o partido de reformar a cultura popular ao longo das décadas em que se esforçou por penetrá-la, às vezes com grande êxito. Êxito relativo que Coelho reconheceria em 66 ao admitir que os setores organizados do proletariado seguiam "o líder sindicalista nas campanhas salariais, mas reserva(va) a Getúlio ou a Jânio o papel de direção nos assuntos políticos", de quebra apontando que "a influência de (...) Jango e Jânio Quadros (...) jamais deixou de ser **preponderante** no seio da classe operária (...)" e que *toda vez que se rompia abertamente com eles sofria-se um processo de isolamento*[634]. Observações corajosas como estas, além de raras não se faziam acompanhar de soluções. Fugia às possibilidades do *pecebismo* contribuir para resolver este problema estrutural do proletariado atado que estava às suas *tarefas* nacionalistas e aos seus dogmas etapistas.

A experiência de Corrêa como líder sindical no período da radicalização do partido, nos anos 50, é bem elucidativa a este respeito. Ao liderar uma greve de têxteis no RJ, entre novembro de 51 e janeiro de 52, prolongada pelos comunistas para desgastar Vargas, o partido se defrontaria com a seguinte situação, narrada pelo sindicalista:

> "no 50° dia de greve, o comitê (grevista) e a diretoria do sindicato receberam uma convocação para ir ao Palácio do Catete, onde teríamos uma audiência com Getúlio Vargas. (...) Comparecemos na hora marcada. Mandaram-nos ficar em pé, parados junto à escadaria que dava acesso ao andar superior. Minutos depois apareceu Getúlio, acompanhado de um assessor civil, outro militar, e de Gregório Fortunato, com sua metralhadora em punho. Getúlio permaneceu à distância – desceu apenas alguns degraus, vindo do andar de cima" –

e anunciou que a greve estava encerrada em função do atendimento das reivindicações, e que somente as lideranças seriam demitidas, e devidamente indenizadas. Agradeceu e foi-se embora; "Fortunato, apontando sua metralhadora, dava a entrevista por encerrada". Estonteados com a solução *varguista*, os líderes optaram por preservá-lo na assembléia que anunciou a *vitória*, se eximindo de denunciar suas próprias demissões sob a justificativa de que "pareceria que estávamos pondo em risco a conquista de toda a categoria apenas para reaver nossos empregos". A lista-negra dos patrões impediria estas lideranças de achar emprego nas tecelagens da cidade, a ponto de Corrêa, 3 anos depois, conseguir um emprego apenas na fábrica de um *petebista* sob a condição de não *agitar*. Feito em nome do curto-prazo, e sob motivação abstrusamente oposicionista, a saída encontrada pelas lideranças têxteis desguarnecia o proletariado de seu acúmulo de *quadros*, além de ignorar o alcance estratégico de sua conscientização face ao *maquiavelismo* populista. Quando Corrêa, em 79, pregou a

---

que atingiram toda a base de 30 pessoas e fez refluir a organização nos outros locais. (*Frei Chico*/92; ggmm)

* *Entre 76-79, eu fiquei praticamente sem militar no MS, psicologicamente derrotado*. (*Frei Chico*/92)

634. Apud Giovanetti/86, p. 58. Coelho/66, pp. 37/41; gm.

identidade dos "interesses do partido com os interesses da massa (...) num processo"[635] longo, apenas reporia o mesmo padrão de relação com os trabalhadores verificado no exemplo supracitado: o partido estava onde a *história* o havia posto, cabia esperar pelo longo percurso do proletariado em sua direção. Denunciar aos têxteis a manobra governista era romper com esta pretensão demiúrgica absurda, subtraindo os trabalhadores da ilusão e preparando o terreno para sua futura autonomização no cenário político nacional.

Não se trata de saber, como quer Marçal Brandão, "se a classe pode ser encontrada nos intelectuais, nos políticos e na política institucionalmente considerada ou apenas nas fábricas, nos sindicatos e na política que se faz nas (...) organizações fabris (...)", mas se é possível ignorá-la em sua materialidade sem se afetar os fins últimos proclamados pelo movimento nela inspirado. A resposta, à luz da discussão efetuada sobre a Revolução Bolchevique no capítulo 1, é: **não**. Se é verdade que "o terreno privilegiado para a elaboração de sua identidade como classe" é "o partido político, a relação com o Estado e com a política institucionalmente considerada, vale dizer, o campo das relações recíprocas entre todas as classes e destas com o Estado", não é menos verdade que sua *dependência* e *atraso* – marca "particular" que a distingue "de suas congêneres" européias –, expressos nos "movimentos internos às empresas"[636] – resistência à hierarquia, mobilizações salariais, etc. –, impedem o desabrochar de uma consciência política revolucionária. Como a *Revolução Brasileira* pressupunha que o problema seria resolvido de fora da classe pelo próprio processo, dentro da visão economicista e estatista predominante, educar o proletariado e prepará-lo para a luta política não era exatamente uma prioridade[637].

A "*tragédia do movimento operário brasileiro*", já dizia Weffort, deve ser procurada tanto no "atraso da classe operária" quanto na "orientação persistente por parte de seus pretensos dirigentes em apoiar-se neste *atraso* para suas próprias manobras políticas". Faltou a Weffort apenas hierarquizar melhor a relação entre estes dois elementos: o segundo dependeu para existir e se expandir da vigência do primeiro, que, por sua vez, pode persistir pelo estímulo do segundo. O negligenciamento dessa hierarquia entre os fatores dinâmicos causadores da apatia política do proletariado brasileiro, provavelmente, se deve a uma argumentação generalista semelhante à levantada por Francisco de Oliveira, para quem "o *atraso* diz respeito a toda a sociedade brasileira, a todas as classes desta sociedade e não apenas às massas (...)"[638]. Ocorre que para entendermos as dificuldades de afirmação

635. Corrêa/94, pp. 71/72. In VO/79, nº 157 [5].

636. Brandão/92, p. 26.

637. Até porque, como já apontou Rodrigues, o ator social evocado para sustentar a luta do partido deixara de ser o proletariado para ser o *povo*, figura sintética que, segundo Sodré, abarcava "o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na **solução objetiva** das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive". Como salienta Marco Aurélio Garcia, o "povo brasileiro" de Sodré abrangia de partes da alta burguesia até o proletariado. (Apud Pécaut/90, p. 148; gm. Garcia/88, p. 8)

638. Apud Sader/91, p. 180.

política do proletariado e a tendência *pecebista* à **acomodação**[639] devemos nos debruçar sobre o atraso das camadas sociais pertinentes e não fechar os olhos na ilusão de que estamos diante de um jogo de soma zero, onde ninguém perde e ninguém ganha.

Não há no debate sobre a relação do PCB com o proletariado possibilidade de se falar em traição, a não ser que se esteja tomando parte numa disputa político-ideólogica. O que houve foi a convergência de uma ideologia, internacionalmente difundida, vocacionada para a estatolatria com uma materialidade social que a reivindicava. O resultado é uma organização que opera por cima dos parâmetros da radicalidade política marxista tentando conectar-se com a materialidade social do proletariado **afirmando sua dependência**. A nacionalização do PCB tornou-se mais promissora com Prestes do que com Pereira justamente por isso: enquanto o primeiro representava a possibilidade da rápida mobilização das massas através do **mito**, o segundo intentava uma interlocução ortodoxa entre os intelectuais e o proletariado num ambiente desfavorável. Inversamente, a esquerda moderna, ou seja o PT, reagiu com *nacional-progressismo* às reformas econômicas liberais dos anos 90 – na melhor tradição *pecebista* e em detrimento de seu segmento democrático reformista – respondendo a uma demanda da forte aliança intelectual-operária construída a partir de 78, contra o anseio das massas mitificadas pelo *neo-liberalismo*[640].

Este é o ciclo vital do marxismo brasileiro e o retrato de sua inconsistência histórica – apenas parcialmente redimido pelo aparecimento do PT –, fruto de uma nacionalização imperfeita, adequadamente apontada por Palácios:

> "a teoria da luta de classes, a afirmação da natureza classista do Estado, (...) encontraram passagem no movimento operário porque produziam um retrato bastante fidedigno da realidade vivida pelos trabalhadores europeus (...) O debate estratégico desenvolvido no movimento socialista europeu teve como pano de fundo uma realidade inteiramente diversa da brasileira, na qual figuravam a constituição do proletariado em classe politicamente atuante, e o marxismo fazia-se presente como um referencial político próximo à experiência de luta operária. (...) No Brasil dos anos 20, (...) revolução e representação operária tendiam a

639. Acomodação cuja dinâmica pode ser descrita da seguinte maneira: a fraqueza do proletariado é vista como passível de ser superada, à luz da história do partido, somente a partir de sua inserção macropolítica em aliança com o *petebismo* (posteriormente, liberais). Todavia, para isto ser viável, pede-se aos setores mais avançados e radicalizados do mesmo proletariado que se adequem a um **padrão médio** de comportamento político que permita o desenvolvimento homogêneo de toda a classe. Isto tem o efeito de tornar **intrinsecamente defensiva** inclusive a vanguarda, na medida em que a catapulta para o *lançamento* do proletariado na arena das grandes disputas é um dos instrumentos da estratégia neo-oligárquica de construção do capitalismo nacional (PTB), ou mero coadjuvante para legitimação da ordem (MDB). Assim, qualquer tentativa crítica, própria da práxis comunista, ameaçava extravazar os rígidos limites dos usos do referido instrumental, o que, ato contínuo, provocava o enquadramento interno dos radicais na rubrica de *precipitados*, *golpistas* e *aventureiros*, o que implicava no bloqueio da capacidade de interação com a sociedade civil, radicalizada, ou semi-radicalizada.

640. Enquanto, no primeiro caso, a inscrição autêntica da política de classe cedia lugar à inserção imediata na política nacional, no segundo, era a mesma autenticidade quem subtraía o espaço da grande política. Ocorre que, nos anos 20/30, a identidade de classe era uma necessidade imperiosa para a autonomização política do proletariado, enquanto, nos anos 90, conquistada em parte esta autonomia, era na grande política que se podia almejar a hegemonia dessa aliança no plano nacional. O adiamento da maturidade da via societária – herança *pecebista* – fez com que o *petismo* se comporte de maneira juvenil no ambiente maduro do novo projeto liberal.

caminhar em direções opostas. (...) Como é óbvio, a adesão, então, ao bolchevismo trazia consigo o desafio da revolução sem capitalismo desenvolvido. No entanto, (...) postular para a classe operária e seu movimento a identidade de vanguarda das classes subalternas era tão irreal e abstrato quanto adotar o caminho de afirmar a identidade operária em contraposição ao mundo burguês, ao modo social-democrático. (...) **O significado do marxismo no Brasil estava por ser inventado.** (...) Entre nós, o marxismo viu-se obrigado a responder pela formação de sujeitos políticos cuja identidade jamais poderia reproduzir um padrão europeu ocidental ou russo"[641].

2- A Construção Reformista

O reformismo, portanto, afigurava-se, sobretudo a partir de 30, como o caminho natural do MCB. O problema é que a adequação da identidade bolchevique do PCB à esta realidade nacional era inviável no contexto das relações internacionais que o ajudaram a se legitimar nos anos 20. Como já vimos, as tímidas tentativas de Pereira e seu grupo, no sentido de uma *nacionalização* reformista, foram facilmente esmagadas de fora, o que redirecionaria o partido para uma inevitável *nacionalização* revolucionária sobre a hegemonia do nacionalismo revolucionário do *tenentismo* radical. A reestruturação reformista da identidade *pecebista* nos anos 40 e 50, na direção do projeto de Pereira, se viabilizaria apenas com o fracasso de 35 no contexto de um MCI que abandonara suas ilusões acerca de uma *revolução mundial* – ou da expansão do sistema soviético –, como o indica a extinção da IC, e se burocratizara plenamente após a morte de Stálin. A possibilidade do *caminho nacional para o socialismo* seria inaugurada sob a égide de uma fidelidade canina à Meca da *ditadura do proletariado*[6], carregada de seus vetustos e mumificados símbolos revolucionários.

Afonso Arinos, ao ler as Teses para o VII CONGRESSO do PCB em 81, se aperceberia da problemática encerrada por um reformismo que se pretendia revolucionário, na acepção exata do termo: "eu não compreendo (...) como se possa chamar de revolução um movimento evolucionista, porque isto contradiz (...) a tradição do pensamento leninista. *O Estado e a Revolução* (...) é a negação do pluralismo, é a negação da evolução". A pertinência dessa observação salta aos olhos quando a cotejamos com a visão predominante, de longa data, da própria direção *pecebista* sobre os pontos centrais de seu programa: "não é possível uma luta revolucionária, do ponto de vista geral, mas se pode chegar, de acordo com um processo de desenvolvimento da luta, da organização dos trabalhadores, a forçar a realização de Reformas Agrárias parciais"; dizia Silva em 78 sobre o cenário rural, sem sombra de dúvida o mais conflitivo do ponto de vista das lutas sociais. A persistência da retórica revolucionária baseada no proletariado diante de uma prática reformista, ora baseada no

641. Palácios/91, pp. 13-15; grn.

sindicalismo de Estado, ora nas camadas médias, só poderia agregar à ação do partido um forte elemento de imprecisão que punha em cheque sua política democrática. Um dos sintomas da disfuncionalidade deste comportamento eram os problemas enfrentados na relação com as camadas médias, e mesmo com os liberais, que, como bem apontou Aarão Reis, *temem o povo*[642]. O espectro da revolução deixara de jogar um papel positivo na história do MCB pelo menos desde 35 – embora fosse até 64 um indispensável coesionador interno –, e sua persistência ocasionou importantes prejuízos para o partido em sua relação com a sociedade ao longo de todas estas décadas.

O debate acerca da perda, ou não, da autonomia do partido na aliança com Vargas – enquanto Estevam Martins e Hermínia Tavares consideram que o PCB não a perdera, Spindel pensa o contrário –, passou ao largo desta questão. Para além dos problemas com os liberais e as classes médias, a revolução gerava uma tensão irremovível no interior do pacto populista. Se, por um lado, é verdade, como nos diz Silvio Alem, que "a política de União Nacional possibilitaria conjugar interesses que o PCB considerava não apenas conciliáveis, mas (...) coincidentes com um plano de longa duração", ou seja, que a conquista da democracia e a modernização econômica do país via Estado poderiam convergir com sua perspectiva nacional-libertadora como etapa para o socialismo, não é menos verdade que ela também significava a *decapitação dos elementos pequeno-burgueses em proveito da vanguarda proletária*. A perspectiva *revolucionária*, conservada como uma ameaça latente, significava tanto a possibilidade do golpe e da luta extra legal pelo controle do poder contra o *imperialismo e o latifúndio*, como também o golpe dentro do golpe contra os *vacilantes* – a síndrome de Kerenski. Tudo girava em torno da acumulação de forças para a *libertação do país do jugo do imperialismo*, mesmo no bojo da aliança liberal. Por isso, ainda em 80, Malin acusaria o partido de *trilhar hesitantemente o caminho para legalidade* em função dela significar o abandono do "assalto ao poder"[643], ou melhor dizendo, da lógica da *acumulação de forças*.

O que ocorre indagar é: por que sustentar uma retórica, e uma perspectiva, nos anos 70/80, em tudo em desacordo com a realidade do próprio partido e da nova aliança com os liberais? Se com Goulart tomar o poder numa quartelada com apoio sindical era factível, com o MDB tal perspectiva era nula – para não dizer com os militares nacionalistas em 70. A pergunta talvez possa ser respondida usando-se a interpretação de Lavau para persistência análoga da revolução no discurso comunista francês – lá, certamente, com um outro sentido –:

> "l'adhésion à la III INTERNATIONALE et la projection des communistes français sur l'URSS (...) c'est la **révolte de la plèbe** et sa **menace de sécession**", que levou "la *bourgeoisie* française" a conceder "une magistrature purement défensive"[644] ao proletariado fazendo-o "renoncer (...)

642. In VU/81, nº 57 [8]. In Picchia/80, p. 69. Reis Fº/86, p. 15.

643. Apud Giovanetti/86, pp. 58/59. In VU/80, nº 14 [5].

644. Tal *magistratura* seria qualificada por Lavau como a "*fonction tribunitienne*" do PCF, em analogia com o *tribunal da plebe* criada pelos patrícios romanos depois da revolta plebéia e sua ameaçava de retirar-se da cidade e fundar outra.

à sa secession" e introduzindo-o, "sans risques excessifs", no "fonctionnement d'instituitions qui restaient largement oligarchiques".

"(...) Cet imaginaire (da revolução proletária) constitue encore (...) une formidable ressorce de **mobilisation** et de **manipulation**. C'est le territoire rhétorique que ces partis ne peuvent abandonner, nom seulement pour éviter (...) des concurrents, mais parce qu'il marque la différence qui les sépare des réformistes et des libéraux; plus encore, parce qu'il est censé traduire l'expériance historique réelle des *masses* toujours exclues du pouvoir. (...) Cet imaginaire (...) exerce contre *le capitalisme* une pression forte, spectaculairement radicale, mais de **peu d'effets**"[645].

No caso brasileiro, como já foi visto, em função da debilidade do proletariado e da ausência de revoltas camponesas, a *ameaça de secessão da plebe* não passava de uma possibilidade remota mais habilmente manipulada pelas classes dominantes do que efetivamente temida. Por isso, pela fraqueza da *ameaça*, nunca foi dado ao PCB a *função "tribunitária"* conquistada pelo PCF. Por isso, também, para o PCB, a vinculação com Moscou era mais que uma simbologia, constituindo-se, antes, numa ameaça externa passível de controle mediante a força bruta. A *etiqueta revolucionária*, evidentemente, não bastava em si mesma, porém, era insubstituível para dar ao PCB condições de postular-se como o partido que *ameaça a ordem*. Decorre daí, então, a estruturalidade de seu enclausuramento numa perspectiva do tipo reformista-revolucionária que exigia de seus dirigentes uma postura *centrista*, ou seja, o perfeito equilíbrio entre seu caráter *revolucionário* (externo) e sua prática reformista (interna). Podemos concordar com Giovanetti quanto ao fato de "que (...) a maior ou menor eficácia política do Partido está de alguma forma relacionada com o peso que os dois fatores (externo/interno) tiveram nas suas decisões", mas não que eles fossem mutuamente excludentes no sentido emprestado pelo autor: a prevalência do *externo* exacerbando o isolamento, enquanto a do interno produzindo o efeito contrário[646], até porque o *externo* não se manteria revolucionário nem no *interno* prevaleceria desde o início o reformista[647]. A grosso modo, no entanto, podemos dizer que o equilíbrio ótimo entre os dois fatores, no limite, comprometeria o legado *externo* em função das idiossincrasias nacionais já discutidas. Isto, com certeza, teve um papel importante nas derrotas recorrentes dos reformistas nas lutas internas desde Canellas, e por uma razão simples: não havia nenhuma garantia de que a *nacionalização* efetiva do comunismo no Brasil significasse seu alargamento, enquanto era sabido que a minimização do *internacionalismo* acarretaria cisões e a perda da *solidariedade dos partidos irmãos* que comprometeriam sua sobrevivência no curto-prazo.

Para deter a revolta fora necessário a criação de uma nova magistratura com tribunos eleitos pelos plebeus, mas sem o poder "positivo" que detinham os senadores, os consuls e os pretores. Tal poder "negativo", de *veto* sobre leis que dissessem respeito à plebe, obrigava, "pelo menos teoricamente", uma negociação entre as partes, mesmo que a mais fraca não pudesse efetivamente barrá-las. (Lavau/81, pp. 342/344)

645. Lavau/81, pp. 273/343; ggmm.

646. Giovanetti/86, p. 62.

647. Por exemplo, em 35 um fator externo (política da IC) conjugou-se a outro interno (tradição *tenentista*) para produzir um fracasso de dimensão histórica, enquanto em 56 conjugação análoga (neo-stalinismo + nacionalismo) produziria uma inserção positiva do comunismo na vida política nacional.

A *síntese ideal* produzida pela perspectiva *centrista* acarretou no atrelamento umbilical da *vanguarda* aos setores dissidentes do poder da ocasião, em detrimento do projeto comunista de poder, quer através da ênfase na *questão nacional*, no pré-64 – crucial, como nos mostra Vianna, *para a continuidade conservadora de 46* que impediu, como observou Guimarães, *a varredura dos resquícios fascistas, inclusive nos sindicatos*[648] –, quer da *centralidade democrática*, no pós-64 – que possibilitou a persistência de resquícios do regime militar até os dias de hoje.

Neste último período, a inspiração buscada para a *modernização* do *etapismo* – que, perenizado, transmutou-se numa forma engenhosa de operar a política cotidiana sem abrir mão da identidade doutrinária – fora o *compromisso histórico* do comunismo italiano[7]. Idealizado, como nos diz Lúcio Colletti, pelo PCI para evitar, em sua chegada ao poder, o impasse político e o desenlace golpista de direita verificado na via chilena ao socialismo[649], no Brasil o *compromisso* diria respeito à consolidação democrática sem chances de chegada ao poder do PCB, mas, se tanto, de uma participação periférica. Na verdade, o *compromisso* brasileiro era uma aposta no crescimento do partido com a estabilização democrática[8], tal como no pós-guerra. A política de *unidade democrática* dos anos 70-80 repunha em termos essenciais a mesma tática de *trégua social* posta em prática com o *queremismo*. O relançamento da *união nacional* no bojo do projeto *emedebista* trazia, porém, algumas sérios riscos para o PCB, não existentes nos anos 40. Além de se afastar do programa de reforma social encarnado por Vargas, mas não pelos liberais, o que dificultava a coesão em torno da trégua, existia nos anos 70 uma vasta, porém dispersa, opinião de esquerda crítica em relação ao *pecebismo*, o que implicava, os dois fatores combinados, na possibilidade de sérios prejuízos estratégicos para o partido; ao cabo potencializados pela exacerbação da movimentação reivindicativa dos trabalhadores a partir de 78.

A *unidade democrática* como resposta da cúpula *pecebista* aos desafios do projeto de perpetuação ditatorial e da construção de um PCB *de massas* – que, diga-se de passagem, previa a exacerbação da luta política desde 74 – expressou-se, basicamente, em 4 iniciativas: no aproveitamento dos espaços eleitorais do MDB, na aglutinação numa FA dos políticos prejudicados pelo cancelamento das eleições, na infiltração nas FFAA através do jornal *Fato Novo* – sinalizando, como já vimos, a aceitação por uma saída nacionalista *por cima* –, e na reconstrução do esquema sindical pautada pela *unidade*. O dilema reforma x revolução, não resolvido em 58-60, fora ultrapassado *pela vida*, como gostavam de dizer os dirigentes *pecebistas*, ou menos metaforicamente, pelo golpe de 64. A quartelada apoiada e incentivada pelas *amplas massas* – no que se convencionou chamar de *revolução* – desaparecera do horizonte partidário marcando o fim da hegemonia *prestista* e a revalorização de Pereira – que seria

648. Vianna/86, p. 248. Guimarães/82, pp. 22/29.

649. [Colletti, Lúcio /1983] pp. 221/222. Enrico Berlinguer, Secretário-Geral do PCI, deixara isto claro: "nós pensamos que esta rotura vertical do país – de um lado (...) (a) esquerda, do outro todos os restantes partidos (....) – não corresponderia aos interesses do nosso país e levaria à ruína uma experiência de renovação da sociedade"; *tal como vimos na recente experiência chilena*. (Berlinguer/sd, p. 56)

cultuado e emprestaria seu nome ao instituto de estudos do partido. Diferentemente dos anos 20, no entanto, o aliado preferencial era agora liberal e, por isso mesmo, se deslocara a ênfase da incerta política de massas de outrora para a convidativa e menos arriscada política dos bastidores – já ensaiada no curto período do *queremismo*.

A implicação mais evidente desse modo de operar foi a inversão dos papéis dos atores diante do dilema anteriormente discutido. Enquanto, no divisor de águas dos anos 30/60, os *revolucionários* se identificavam claramente com quarteladas participativas – saída ambígua *por cima*, vide 35 e 64, via intensa instrumentalização dos movimentos sociais –, agora eram os reformistas os que preferiam transições resolvidas apenas com a participação coadjuvante do povo – vide, à semelhança de 45, 75-77, 78-80 e 84; agora, inclusive, abrindo mão da instrumentalização dos movimentos. A ineficácia da antiga composição entre reforma e revolução, dada por 64, inspirara os dirigentes partidários a esta nova síntese. No pré-64, o partido nem desempenhou um papel positivo, em função do bloqueio das saídas negociadas com o centro, nem fez a revolução, em função do seu temor de amedrontar a base militar dos aliados. A perspectiva de um *processo revolucionário em marcha* com o aguçamento da crise em 63 fez do *papel positivo*, preconizado em 58, um arremedo de política democrática. No frigir dos ovos, a diferença da política de 64 em relação à de 35 foi, para além do cenário de crise inexistente em 35, que os comunistas se abstiveram de montar, como já vimos, um dispositivo militar próprio, independente do nacionalista, como fizeram em 35. Pensando em revolução, falando em *políticas positivas* e esperando que os *vacilantes* resolvessem, ou impedissem a direita de resolver, o impasse pela força à seu favor, a cúpula *pecebista* viu escorregar pelos dedos o poder que lhes parecia à um passo de ser conquistado. O impasse político, como nos diz Vianna, "em boa medida derivado de uma **práxis arbitrária** da esquerda[9], e não simplesmente de um eventual erro de cálculo na correlação das forças"[650], foi resolvido por quem definira **claramente seus objetivos** e escolhera **adequadamente os meios** necessários para alcançá-los[651].

No pós-golpe, refletindo sobre esta experiência, a maioria do CC entendeu a necessidade de diminuir o espaço da ambigüidade no discurso estratégico reduzindo a importância da *revolução* em proveito da reforma, com reflexos imediatos na coesão interna de forças. O efeito desta medida, ao contrário do que seria de se esperar, foi o aprofundamento da paralisia. A *revolução*, inelidível face à necessidade de uma identidade *internacionalista* para a manutenção da unidade interna, passou a desempenhar um papel menos perturbador, mas não a ponto de deixar de impedir uma satisfatória integração do partido com a sociedade civil. Abandonada a perspectiva instrumentalista, persistia o

650. Vianna/86, p. 242; gm.

651. Dentro desta perspectiva, a questão da viabilidade, ou não, da luta armada para barrar o golpe perde seu caráter controverso quando posto diante da crua realidade militar daquele momento, prosaicamente percebida por Lacerda, num rasgo de leninismo (a tomada do poder como *arte*), segundo descrição de Perrone: "na teoria de Lacerda, (...) as FFAA constituem uma maioria amorfa. O conspirador precisa mobilizar apenas alguns comandos, porque, quando um se empolga, outros aderem, e chega a hora H. (...) Fundamental mesmo é o momento de golpear. Se errar por algumas horas, a mais ou a menos, tudo pode ir por água abaixo". (Perrone/88, p. 69)

cacoete comunista de ditar normas ao movimento social na expectativa de enquadrá-lo numa determinada concepção estratégica de fazer política.

Pelo mesmo motivo barrava-se a construção de uma efetiva teoria sobre os caminhos do reformismo brasileiro. Dias, sabendo inevitável a renovação doutrinária do partido, pretendeu controlá-la a partir de uma cautelosa aproximação com o *eurocomunismo*, onde localizavam-se os intelectuais que, no exílio, auxiliaram os neo-*prestistas* a delimitarem um espaço de confinamento para Prestes. Como todo bom manipulador de máquina partidária, sabia ele que a hegemonia de seu grupo na estrutura partidária dependia, para além da fidelidade de um conjunto de pequenos dirigentes regionais e locais que se pautavam pela observância da estrita obediência à ideologia e à hierarquia, de um convincente discurso ideológico atualizado – cuja eficácia fora questionada apenas no final dos anos 80 com a ascensão de Freire e o ocaso de Gorbachov e do socialismo, mas que, antes disso, fora fundamental para o triunfo dos reformistas sobre os revolucionários em 67 e os *prestistas* em 79-80, além dos *eurocomunistas* em 81-83.

Especialista em *máquina*, Dias não era melhor em ação política que seu antecessor e o resultado veio a galope: em 85, a legalidade exporia a fragilidade do *partidão* e de sua equação de poder interno.

a) luta, compromisso e poder

Um PC para sobreviver necessita, como nos mostrou Lavau em seu já citado estudo sobre o caso francês, de ***lutas***. No caso brasileiro, como nos aponta Segatto, a *combatividade das lideranças comunistas* até 64 – em contraste "com a subserviência e corrupção de muitos chefes políticos dos demais partidos" – e sua "capacidade clandestina de mobilização de massas" foram determinantes para a expressão obtida durante o período Goulart, não obstante a persistência de um forte anti-comunismo na sociedade:

> "o PC, apesar de ilegal, ganhou prestígio como força política. (...) (conquistando), pela infiltração em postos chaves do governo, um poderio **quase dominante**. (...) A sua ação era tão aberta e intensiva que os seus líderes esqueceram-se das normas tradicionais de trabalho clandestino".

De fato, o partido experimentara um salto de 2 mil militantes ativos, em 57, para 20 mil, em 63 – sendo que 8 mil em SP[652].

As *lutas* contínuas, segundo Lavau, têm três funções cruciais: manter as conquistas do passado, impedir o alargamento das pressões dos adversários e evitar divisões nas fileiras partidárias. Elas

652. [Segatto, José Antônio /sd] p. 15; grn.

> "sont le seul moyen dont disposent les travailleurs pour faire reculer le pouvoir et le patronat, pour obtenir sans attendre des résultats, des améliorations de la situation que nous connaissons; (...) pour modifier jour après jour le rapport des forces dans le pays, préparer les changements (...), construire à la base l'union nouvelle (...)".

diria Georges Marchais, Secretário-Geral do PCF, em junho de 79[653].

Mas se, por um lado, elas são a razão de ser do partido, de outro, nos diz Lavau, a luta contra o sistema capitalista impede a ascensão do partido ao poder por meios "normais", ou seja, através de concessões para a formação de alianças. Como a revolução nos países industrializados e semi-industrializados tornou-se praticamente impossível, muitos PCs oscilaram entre priorizar as *lutas*, ou o *poder* – como o PCB e o PCF. Mas, mesmo os que preferiram a primeira opção tiveram que se defrontar com a realidade de poder de seus países:

> "(...) dans un pays (...) où l'Etat est aussi dévelopée et où les pouvoirs du président, du governement et des administrations centrales sont aussi étendus (...) les *luttes* qui (...) ne sont pas appuyées par un parti (...) capable soit d'exercer le pouvoir, soit de s'assurer un contrôle efficace sur le pouvoir (...) souffrent d'un handicap presque insurmontable. Leurs résultats ne peuvent être que très maigres";

sempre segundo Lavau. Além de parcos, estes resultados eram, em termos de leis, medidas governamentais, reformas, ou "*avanços democráticos na direção do socialismo*", obtidos em larga medida graças aos aliados[654].

A tentativa de "atravessar o obstáculo" da "interdição do exercício do poder" pela "influência"[655] – "j'entends par là l'infiltration, dans les dispositifs *enemis*, par les idées, par le rayonnement intellectuel et moral, par l'effet d'interpellation de pratiques exemplaires" –, em íntima conexão com as lutas, não suprimia, todavia,

> "le paradoxe qui marque toute influence possible ou souhaitée du PC, c'est qu'elle requiert deux exigences apparentemment en contradiction insurmontable. D'une part (...) il doit être encore plus *consistant* dans ses convictions et ses thèses qu'il ne l'est actuellement (...) D'autre part, et en même temps (...), le PCF serait obligé, pour établir la communication, de réduire sa distance par rapport aux autres et de se dépouiller de tous les attributs répulsifs de l'identité (...)".

653. Apud Lavau/81, pp. 342/346.

654. Lavau/81, pp. 33/338/339.

655. "C'est une des caractéristiques de tous les partis communistes – même faibles et même clandestins – qu'ils ont toujours eu beaucoup plus d'influence qu'ils n'ont eu de pouvoir". (Lavau/81, p. 420)

Do atendimento desta última exigência dependia a utilização da "crença disponível" da sociedade em seu favor, crucial para a política de "influência". Mas, ela seria inalcançável: "(...) les conditions de l'influence ne sont pas remplies, ne le seront peut-être jamais". "(...) Ce parti-là, même s'il le voulait, ne pourrait certainement pas faire cette transformation"[656].

Encerrado num dilema crucial de poder, passível de solução apenas em função do abandono da própria identidade e sua razão de ser, o PCF,

> "(...) à son insu et contre sa volonté declarée (...), avait fini peu à peu – à la fois parce qu'il est devenu un grand parti jouant légalement son jeu dans tous les mécanismes du système et parce que la capacité intégrative de ce système est forte – par remplir plus ou moins bien certaines fonctions nécessaires à la survie du système politique français",

seja *organizando os sentimentos* "revolucionários" de uma parcela do movimento operário e expressando-o legalmente – *sua função mais bem desempenhada* –, seja oferecendo uma *possibilidade real de alternativa aos partidos no poder*, fortalecendo o jogo democrático – *a que pior exerce*, como vimos acima. Como "le tribun d'une masse presque illimitée et confuse de mécontents, c'est-à-dire une *plèbe*", ele oferece "toujours des débouchés politiques légaux et ordonnés (le vote, les dèfilés dans le calme et la puissance, les *journés d'actions* ritualisés)", cumprindo o papel fundamental de *estabilização política da sociedade* e afastando o perigo de sua *explosão*. "En somme, le PCF légitime le système tout en criant constamment à son illégitimité". A renúncia a este papel, ele o sabe, não desequilibraria o jogo pois o "système a fini par acquérir par ses propes appareils idéologiques une lègitimité bien suffisante (...)"[657].

Atuando em condições bem mais difíceis, sem desempenhar um papel na legitimação do sistema – fragilmente conquistada pelas classes dominantes por meio de políticas sociais demagógicas, ou pelo simples efeito multiplicador do crescimento econômico –, o PCB se viu, nos anos 70, tentado a radicalizar seu *caminho democrático* abrindo mão da sua identidade de *lutas*, como vimos no capítulo 3. A postura diante das greves do ABCD, sobretudo a de 80, patenteou isso. Acusando o governo de *desviar a atenção da crise política pondo em 1º lugar as dificuldades econômicas*, a VU admitiria que a greve sintetizara ambas as crises, mas considerava tal fenômeno negativo para a resistência democrática:

> "(...) o momento econômico (...), por assim dizer, *pegou* o momento político, reduzindo-se o espaço autônomo das soluções políticas". "(...) É preciso estimular um amplo processo de negociação". "Nenhum esforço deve ser poupado para (...) procurar fórmulas capazes de **absorver os focos de tensão** que, na correlação de forças atual, só podem favorecer à mais

656. Lavau/81, pp. 419/423/424.

657. Lavau/81, pp. 35-38.

negra repressão".

Dias assinará embaixo dessa perspectiva, dizendo: "existem condições para a ampliação da abertura, desde que saibamos nos conduzir com **paciência** e persistência". Os *pecebistas*, reafirmando a palavra-de-ordem da *união para espantar o retrocesso*, veriam como única vantagem da greve o fato dela encerrar um aspecto ideológico – por ter revelado "o potencial da classe (...) para conduzir sua luta"[658] –, do qual Dias não retirava grandes implicações estratégicas.

Tal postura era surpreendente em se tratando de um PC, afinal, como disse Gérard Vicent, a identidade comunista "se constrói e se perpetua pela complexa combinação de duas forças: uma, de recusa, leva-o a rejeitar qualquer informação que conteste a teleologia marxista; a outra ela a extrai (...) do ódio que desperta enquanto destruidor do potencial da ordem estabelecida". Com seu *realismo fantástico*, os *pecebistas* não extraíam do amadurecimento do proletariado nenhuma resultante política imediata que não a *moderação* e a *paciência*, atributos, de resto, recomendados nos momentos difíceis quando a mobilização é frágil e o inimigo está na ofensiva. Mas, não poderia ser de outra maneira em se tratando de um partido que encontrara no **fatalismo** o único modo de interpretação política que o mantinha com os pés minimamente no chão. O fatalismo era o contrário do *triunfalismo revolucionário*, a outra face da moeda etapista[659] que predominaria programaticamente depois de 58, mas só se tornaria hegemônico em 64, sendo plenamente assumido apenas nos anos 80[10], como o faz Nogueira: a política democrática atual é uma "continuidade dialética" da DM-58, e

> "(...) aparece (...) como **inscrita na realidade**, **imposta pela vida**. Neste sentido, demonstra a capacidade de o Partido apreender as objetivações do movimento histórico brasileiro. O que (...) atesta o maior grau de **maturidade teórica** dos comunistas (...)".

Tal *maturidade teórica*, na verdade, era um arrazoado de máximas cristalizadas pela experiência e escoradas em frágeis fragmentos teóricos arrancados de trabalhos sobre outras realidades, melhor expresso em percepções do tipo da de *Jaime Santos*, para quem *toda vez que fomos* ***amplos*** *nos sagramos vitoriosos*. "Mas, sistematicamente, caímos nas **armadilhas das tensões**, do confronto desigual (...)", *tal como em 35, 47, 64 e 74, sob pressão do exterior*[660].

---

658. In VU/80, nºs 5 [3] e 9 [3/9]; ggmm.

659. Originalmente concebida como remédio para o mal do *subdesenvolvimento* econômico. Como nos lembra Lima, a etapa democrático-burguesa interessava "a todos os democratas e antifascistas, (...) porque sendo o Brasil um país *semicolonial*, vivendo ainda tempos arcaicos, (...) o salto para o tempo do socialismo não pode ser imediato, há que se viver, maturar e desenvolver o tempo do capitalismo". (Lima/91,p. 47)

660. Apud Pandolfi/94, p. 54. Nogueira/80, pp. xii/xiii. In VO/78, nº 144 [5]; gm. O autor não dá pistas de quem tenha pressionado, mas pode-se debitar as duas primeiras datas e a última ao PCUS, e a terceira aos cubanos.
Tal discurso foi amplamente absorvido pelas bases, como vemos com Mário Barbosa, velho militante comunista do SindMet/RJ: "toda vez que o PC sai da linha (...) quebra a cara. E em 1964 saiu. (...) Tinha uns afoitos, achavam que já era hora (...) Em 35 também, Prestes achava que era hora e não era. E aquilo atrasou (...) anos e anos". (Apud Pandolfi/94, p. 283)

Grande parte do "projeto" partidário, e mesmo de sua "identidade", foram construídos a partir dessa "memória" mestra que, como nos diz Gilberto Velho, "fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos". Todo o *aprendizado histórico*, mesmo o mais recente, enquadrado nesta perspectiva era revertido imediatamente em confirmação do caminho presente, sem margem para dúvidas:

> "todos os grandes acontecimentos políticos ocorridos após o VI CONGRESSO, especialmente as eleições de 74, confirmaram no que tem de fundamental nossa linha: a política de ampla unidade com todas as forças que se opõem à ditadura e de (...) organização e mobilização permanentes das massas (...)";

dizia o DCB em 77, repetindo a dose em 78 ao crer que o *aumento das lutas setoriais e gerais*, "todas convergindo para um mesmo ponto central", "confirma o acerto de nossas posições e reforça a influência de nossa orientação política e ideológica", com o que concordava o CC em maio de 80, reforçando a crença na linha do VI e demonstrando "que os militantes do PCB não ficaram a reboque do processo (...)"[661].

A vitória *emedebista* de 74, sem sombra de dúvida, foi mais uma vitória do reformismo sobre o revolucionarismo no Brasil, mas isso, se bem que possa ser considerado uma vitória particular do PCB, não constituía, por si só, uma garantia para seu triunfo político – que está por trás das proclamações recorrentes sobre as *vitórias* desde o VI –, e a direção percebia, em parte, isso quando se remetia à continuidade das *lutas*. Ocorre, todavia, que, precisamente, o problema residia em sua **incapacidade moblizatória crônica** fruto de uma visão estratégica *pelo alto* que os impedia de dar curso aos conflitos latentes na sociedade, aprisionando-os no círculo de giz do medo do retrocesso[662]. O pacto entre *burguesia nacional* e trabalhadores, formulado em 67, dentro de uma tática gradualista de ocupação dos espaços institucionais deixados pelo regime, exigia dos *pecebistas* uma radicalidade política e corporativa que viam, não sem razão, como ameaçadora do próprio pacto[663]. A troca da

661. Apud Pandolfi/94, p. 16. DCB/77, nº 8 [6]. DCB/78, nº 13 [2]. N. Mai./80, p. 14. Ver também sobre a anistia como confirmação dos *acertos*, in DCB/80, nº 26 [2]. a reafirmação desta lógica certamente ainda pode ser encontrada no PPS. Em maio de 86 ainda se falava na "incompreensão de muitos" quanto ao "acerto da política dos comunistas e a relevância da contribuição que deram ao desfecho do processo". (Apud Pandolfi/94, p. 352)

662. A mobilização social *cupulista* dos anos 60 – definida por *D'Aldeia* "como um processo que se opera pelo *alto*, como uma decisão de cúpula (...) de *cima* para *baixo*", que não tem "nada de *esquerdismo* e (...) se adapta muito bem às peculiaridades da formação social brasileira" gerando o *reboquismo* do partido "sem força de massa organizada autonomamente (quer dizer, pela base ...)" que fica à mercê "de seus aliados burgueses que dispõem dos meios efetivos de mobilização pelo *alto* (o aparelho de Estado, principalmente, mas também os *mass-media* etc.)" – estava descartada no contexto da aliança liberal. (In VU/81, nº 77, td nº 6 [2])

663. A oposição liberal não tinha, como é óbvio, interesse no aprofundamento da democracia. Possuídos, como nos mostra Keck, por uma visão bipolar da transição, na qual lhe caberia o papel essencial, e convencidos de que o caráter semi-legal da ditadura faria com que "a democracia não implicasse numa ruptura institucional com o regime precedente", eles se achavam pouco estimulados a maiores concessões aos trabalhadores. Por isso, ao contrário da Espanha onde ambas andaram juntas, preocuparam-se mais com a "construção de um regime democrático do que" com a "construção de condições institucionais para uma política democrática".

Um dos poucos a perceber que "a velha forma de Estado" estava "gasta" e que "a sociedade civil" havia invertido "o sentido de uma velha tradição brasileira" ao se tornar "mais moderna que ele", foi Vianna, que, como estudioso da

radicalidade pela unidade, no entanto, não trazia mais as vantagens de outrora do concerto *petebista*. Na disputa pelos sindicatos atrelados, por exemplo, o pacto *emedebista* não tinha nenhuma serventia para o partido[664], ao contrário do que o PTB proporcionara no pré-64. Por outro lado, a atuação via MDB e nas tradicionais entidades de profissionais liberais (ABI e OAB) não podia suprir a perda do espaço sindical, agravada pela drástica diminuição da influência nas organizações de combate como UNE e movimentos sociais do tipo pró-anistia e anti-carestia.

A possibilidade de reverter estas perdas na regenerada sociedade civil, construída no enfrentamento quase molecular com a ditadura, via espaço privilegiado na grande política, em parceria menor, mas significativa, com os liberais, mostrou-se inviável no contexto de radicalização e competição em que ela se deu nos anos 70/80. O fosso existente entre as lideranças dos movimentos emergentes e o MDB, no qual reentrara boa parte do que sobrara da esquerda armada, se aprofundaria ao longo do processo de democratização, ao contrário do que supunha o CC.

Este era outro sintoma da alienação do PCB diante da realidade nacional, o CC estava possuído pela convicção de que a derrota do *esquerdismo* no início dos 70 era irreversível e lhe beneficiaria automaticamente. O partido não conhecera, a não ser nos anos 20 e em episódicos específicos com o PTB nos 40/60, competição efetiva na disputa pela representação do proletariado e outros setores subalternos. Ocorre que o processo autocrítico dos *dissidentes* revolucionários depois da derrota, acontecido entre 70-73[665], os levou ao reformismo sem reaproximá-los como um todo do PCB. O *esquerdismo*, mesmo sem mudar aspectos importantes de suas concepções e atitudes, se renovaria no contato com o ME e o sindicalismo radical por **necessidade imperiosa de sobrevivência** – exatamente para não correrem o risco de serem reabsorvidos –, sem que o partido tenha dado conta disso[111]. Enquanto eles se libertavam lenta, mas ininterruptamente, de suas fantasias e doutrinas revolucionárias assumindo uma nova identidade política laica com o PT, a esquerda aferrada ao *marxismo-leninismo*[666] mantinha-se isolada dos trabalhadores pobres e do operariado fabril, sem maior perspectiva de incidência política, prisioneira, em maior ou menor grau, que estava de suas alianças com os liberais e os nacionalistas.

É verdade que estes movimentos, e mesmo os sindicatos, tendiam a radicalizar a conjuntura política, senão pela orientação ofensiva, pela própria existência, ou postura, autônoma. Mas, esta radicalização tinha uma qualidade distinta da verificada nos anos 60 pois não estava conectada a uma

---

questão sindical – vide [Vianna, Luiz Werneck : 1989] –, e apesar de defender a política moderada, propugnava por uma ação radical e autônoma do partido no MS desde o final dos 70. (Keck/92, pp. 34/35. Vianna/87, p. 14)

664. Como nos diz Keck, "para a maior parte dos líderes da oposição, evitar o conflito parece ter sido muito mais importante do que construir mecanismos para lidar com ele". (Keck/92, p. 34)

665. Reis e Sá/85, p. 12.

666. PCdoB e MR-8 mantiveram sua identidade própria, mas não lograram destino melhor quanto à disputa pela hegemonia no âmbito da esquerda do que o do seu genitor, não obstante o primeiro tenha logrado melhores resultados em sua aliança com os liberais e os nacionalistas.

alternativa palpável de poder, ou a um esquema militar. Portanto, antes de empecilho à *solução positiva* dos anos 80 ela era uma alentadora desta perspectiva. O PCB, que jamais soubera trabalhar com a idéia positiva de radicalização, não entenderia assim. O partido, no entanto, houvera concebido, no tempo de Goulart, a oposição como tática de distanciamento sem ruptura com o Governo. Mesmo isto, porém, se perderia, como vemos em Corrêa, em julho de 79, para quem tal oposição fora *uma manifestação de radicalismo que ajudou a desestabilizar o governo*[667]. A oposição que fizeram ao regime militar refletiu esta concepção integralmente, ao evitar o *confronto*, ou seja, as táticas mobilizatórias da sociedade – quer quando apostavam nas suas lutas intestinas, até o AI-5, quer quando propunham a criação de uma frente que funcionava mais como um pólo de atração dos dissidentes do sistema do que como um instrumento de luta, sobretudo após das *quedas*.

Todas estas desistências e insuficiências seriam *resolvidas* pelo invólucro renovador do *eurocomunismo* que serviu como modelo de rejuvenescimento dos velhos dirigentes e de veículo de reintegração do PCB pós-*prestista* na realidade nacional, e mesmo no MCI. Os ataques ao reformismo dos *eurocomunistas* brasileiros não impediria o núcleo dirigente de se apropriar de suas qualidades mais *benéficas*[668]. Siqueira, ideólogo desse núcleo, admitiria, em 94, que a *política democrática* posta em prática nesse período *seria uma adaptação do* "compromisso histórico" *italiano*: "o importante era a ultrapassagem do regime, por uma via **consensual**, **pacífica**, **sem grandes riscos**, mas com lutas e brigas", em contraposição ao *petismo* e o *brizolismo* que *propunham a derrubada do regime*[669].

O uso feito pelos *centristas* do *eurocomunismo* nos força a ver mais de perto o *compromisso histórico*, enquanto política hegemônica dos *eurocomunistas centristas* italianos, para podermos entender as disfuncionalidades da adaptação efetuada – vendida como a menos mimética e não prejudicial à inscrição do PCB na realidade nacional, portanto superior à preconizada pela *direita*.

Olhando-se para a formulação *berlingueriana*, de *centro*, destaca-se a questão da *unidade* como um ponto central, também enfatizado no Brasil:

> "quem quiser compreender a substância da política do PC, não deve esquecer que a inspiração fundamental que nos guia é a da **unidade**". "Do **consenso**[670] tem necessidade (...) a profunda transformação da sociedade por via democrática".

667. Corrêa/80, p. 173.

668. O sentido utilitarista da relação do núcleo dirigente com os *eurocomunistas* já fora percebido por Vianna em junho de 84, ao admitir que a *corrente renovadora* fora *tolerada no PCB até quando compôs um arranjo auxiliar*. Também Coutinho admitiria isto, em 90, ao comentar a cooptação dos jovens intelectuais gramscianos pelo CC: "(...) a direção parecia ter compreendido que a renovação do marxismo era o pressuposto necessário para que o PCB continuasse a exercer influência sobre uma esquerda que se expandia (...)". (Vianna/86, p. 219. Coutinho/90, p. 200)

669. Siqueira/94; ggmm.

670. Entendido como abarcamento da *grande maioria da população* e não, como ocorria no Brasil em função da inorganicidade das correntes centristas e direitistas, simples composição entre forças políticas para o domínio do Estado.

A unidade era prescrita visando "evitar roturas (...) *verticais*" "no campo das relações entre partidos e grupos democráticos" – do tipo esquerda x direita –, o que poderia ser fatal "para o país", ao mesmo tempo em que se impedia roturas *horizontais*

> "entre as instituições democráticas e uma parte da opinião pública". "É nessa cisão que jogam os fascistas (...), alguns círculos do grande patronato, os setores da imprensa que diariamente lançam o descrédito sobre as instituições democráticas e sobre os partidos enquanto tais".
>
> "Sabemos, e sempre soubemos, que a arrancada das classes trabalhadoras e da democracia será contrariada por todos os meios possíveis pelos grupos sociais dominantes e pelas suas máquinas de poder. (...) Se os grupos (...) dominantes têm por mira destruir as estruturas democráticas, **dividir o país** (...) e desencadear a violência (...), isto nos deve incitar ainda mais a (...) (defender a) liberdade e (...) evitar a divisão vertical do país (...)". "Até nos momentos em que a luta política se torna mais dura e acesa devemos (...), sem nunca abandonar o combate, desenvolver uma política de unidade e procurar as mais amplas convergências e alianças"[671].

As diferenças tomam corpo no próprio sentido do *compromisso* italiano como "(...) perspectiva de uma renovação profunda de todo o ordenamento econômico e social, com a **subida das classes trabalhadoras à direção do Estado**". Tal meta estava na base da *nova convivência pluralista no seio da sociedade* que objetivava, *com o fim dos preconceitos contra o PCI*, a retomada da *política unitária do pós-guerra para* ***evitar a ruína*** *do país*. A *unidade*, portanto, estava atada à idéia de *poder operário* – entendido como participação do PCI no governo – como *única maneira de aumentar a confiança dos trabalhadores no Estado* e alavancar *mudanças de procedimento*, decisivas na *superação da crise*. Era assim também que o PCI pretendia introduzir *elementos de socialismo* na sociedade italiana[672], via Estado. Os termos deste reformismo eram inalcançáveis para o PCB dentro de sua estratégia *eurocomunista* que postulava, simplesmente, mudanças sem necessidade de *novas posturas* ou de participação dos trabalhadores na gestão do Estado. O que se pretendia, tão somente, em função da *realidade nacional*, era a democratização e a estabilidade política para os trabalhadores amadurecerem suas bandeiras e formas organizativas. Nada de participação a médio-prazo no poder e de introdução de *elementos de socialismo*; isto ficaria para a próxima etapa. Era esta a particularidade do caso brasileiro para o CC.

Outro ponto de distinção entre o *compromisso* e a estratégia democrática-nacional *pecebista* do pós-*quedas* era a política de aliança. O rechaço à "alternativa de esquerda" como "choque frontal entre os partidos" que conduziria "a (...) uma verdadeira cisão (...) do país, que seria fatal para a democracia (...)", era comum aos dois partidos, assim como a preocupação em "que se chegue a uma

671. Berlinguer/sd, pp. 47/52/62/63/70/87; ggmm.

672. Berlinguer/sd, pp. 54/88/102/103; gm.

colagem estável e orgânica entre o centro e a direita (...)". Ocorre que, para os italianos, havia a possibilidade de justificar a recusa a "uma *alternativa de esquerda*", em proveito de "uma alternativa democrática", baseando-se na "perspectiva política de uma colaboração (...) com as **forças populares** de inspiração **católica**, e ainda com formações de outra orientação democrática", presentes no cenário nacional[673]. Não era o caso da aliança liberal no Brasil, que carecia de base popular.

Tal diferença permitia, ademais, aos italianos, repor a questão da unidade da esquerda em outros termos, preconizando que a

> "política unitária de grande alcance popular não obsta, antes favorece, a realização de uma mais sólida aliança da classe operária e dos **seus partidos**[674]". "O desenvolvimento de relações unitárias entre o PCI e PSI, constituem uma **condição essencial** para empurrar para frente todos os processos de renovação, incluindo (a) (...) própria DC[675]". "O que nós negamos (...) é a seriedade, e sobretudo a fundamentação marxista, de uma linha que se baseia sobre uma pretensa *natureza* imutável da DC".

Também possibilitava a eles, em função da existência de um PS forte, definir, no Congresso de Milão em 72, a "proposta para uma nova direção do país" com base nesta unidade, que forjaria "um governo (...) fundado sobre o **entendimento** (...) entre todas as **forças populares** (...) decisivas da história (...) italiana (a comunista, a socialista, a católica)". A saída apontada era tida, em Declaração de 74, como um "imperativo nacional" cujo atraso teria um preço "duramente pago pelo país". O PCB, ao contrário, teria que estigmatizar os radicais desde o início, até por uma questão de sobrevivência, o que o induziu a um erro importante face ao aparecimento do PT: o de desconhecer, ou rejeitar, seu caráter radicalmente renovador no trato com os trabalhadores e a nova realidade político-social do país[676]. Por isso, não puderam, à semelhança dos italianos, considerar que a unidade com o PT constituía "condição **essencial** para empurrar para frente todos os processos de renovação"[677]. Esta notável diferença pode ser explicada, para além do *realismo* na adaptação do *eurocomunismo* para o Brasil, tanto pelas responsabilidades do PCI diante do movimento popular italiano[678], do qual o PCB houvera se afastado

673. Id., pp. 76/77; ggmm.

674. O PCB reconheceria tal pluralidade na representação operária apenas com o surgimento do movimento pró-PT, mesmo assim sem estabelecer uma interlocução cooperativa de iguais.

675. Tida como um partido que agrupa tanto *correntes democráticas* como *pró-fascistas*.
A *generosidade* comunista com a DC, todavia, não era compartilhada, neste momento, pelo PSI. Em sua polêmica de dezembro de 74 com o PCI, os socialistas sustentavam que a *melhor maneira de trabalhar a DC era pressionando pela mudança de sua direção* enquanto o PCI, preferia *aceitá-la **realisticamente***. Para os comunistas, isolar a DC era operar a *divisão vertical do país* tanto quanto isolar o PCI. (Berlinguer/sd, pp. 79/80/82/92)

676. Um dos sintomas desse desconhecimento estava na convicção, expressa por Freire, de que a consolidação do PT "como uma força de esquerda" forte não subtrairia o "espaço para a existência de um partido de tipo revolucionário como o PCB". (Freire/89, p. 175)

677. Apud Berlinguer/sd, pp. 84/91/93/94; ggmm.

678. O *compromisso*, no bojo do discurso *berlingueriano*, não cancelava a "(...) procura contínua de uma relação cada vez mais estreita entre lutas sociais e lutas políticas, entre pressões de organismos que provêem e surgem diretamente da confrontação social (...) e iniciativas dos partidos e das instituições representativas, (...) do governo e do Estado". A luta por "uma solução positiva dos problemas das massas (...) nunca (nos) levou a esmorecer a combatividade da nossa ação e a dos trabalhadores (...)". A solução *por baixo* na Itália, efetivamente, ao contrário do Brasil, era uma

radicalmente no pós-64, como pela impossibilidade de justificar a aliança com os liberais nos termos de uma aliança *por baixo* com a *força popular católica*, tal como o fizera o PCI, o que bloqueava a participação do PT no concerto *peemedebista*.

Talvez, mais importante para entender a relativa tranquilidade dos dirigentes *pecebistas* diante do afastamento de suas bases populares – o calcanhar de aquiles de sua estratégia pelo poder – seja os laços que mantinham com Moscou[12]; gradativamente afrouxados pelos italianos desde os anos 30[13] com a redução do PCI à clandestinidade e ao exílio durante o fascismo. O PCB, como já foi visto, desde os primórdios teve na IC, e na URSS, a possibilidade de constituir sua identidade por cima da fragilidade do proletariado nacional e parece ter retido isto de modo a manifestar uma espécie de *reflexo primal* diante do perigo **vital** de abalo da fidelidade à Moscou – a luz vermelha só acendia nesse caso –, mesmo depois de ter se enraizado no país. Diferentemente, o *socialismo nacional* italiano, cujos esboços remontam a outubro de 63, incorporaria ao *compromisso* um indispensável realismo geopolítico – pivô do estremecimento ocorrido entre o PCI e o PCUS nos anos 80[679] –, outra diferença face ao PCB, decisivo para sua aceitação pelas outras forças políticas como alternativa de poder: "(...) temos sempre atribuído o devido peso, em toda nossa conduta, ao dado fundamental (...) de a Itália pertencer ao bloco (...) dominado pelos EEUU, e aos **inevitáveis condicionamentos** daí derivantes"[680]. A crítica ao *imperialismo* passara a ter, desde então, um papel secundário na afirmação do nacional no discurso *eurocomunista*, abrindo caminho para a integração dos comunistas ao Estado, processo que, evidentemente, não interessava à Moscou[681].

Levando em conta estes dois pontos fracos da estratégia – a impossibilidade da função *tribunitária* e a fidelidade *internacionalista* –, o ponto de convergência entre os dois partidos, o poder – como bem apontou Lavau, "(...) le PCI (...) 'veut le pouvoir'" –, convertia-se de vantagem em desvantagem para os *pecebistas* através da adoção de uma tática comum cujos pressupostos os brasileiros não estavam em condições de fornecer[682].

---

possibilidade **conhecida** e ao alcance das mãos. Ademais, o medo do retrocesso era infinitamente menor do que o existente no Brasil e a situação institucional do PCB infinitamente mais precária do que a do PCI. (Berlinguer/sd, pp. 45/47)

679. Em junho de 82, a VU publicaria um artigo do *Pravda* que criticava o CC do PCI, Ingrao, Napolitano e Reichlin, por terem declarado que "nosso país teria certas intenções hegemônicas". "Nos países socialistas, o poder pertence ao povo", esclareciam os soviéticos, que consideravam ainda o *Solidariedade* como um antro de "extremistas de direita" e tachavam de "absurdos os raciocínios (...) sobre (...) a perda de perspectiva do mundo do socialismo". Para eles, as críticas expressavam o desprezo do PCI pelo "o braço amigo da URSS (...) e do MCI" na luta anti-imperialista. Antônio Rubbi, representante do PCI num encontro de PCs de abril de 80, no entanto, já havia negado a intenção de rompimento com o PCUS e o PCF. (In VU/82, nº 112 [14/15]. VU/80, nº 4 [12])

680. Lavau/81, p. 316. Berlinguer/sd, pp. 255/265; gm.

681. Não só pela atenuação do anti-imperialismo e pelo medo de competidores no comando do MCI – vide Claudín –, mas também pela dificuldade em instrumentalizá-los para seus fins na Europa, à URSS não interessava os PCs europeus no poder, como mostra Lavau: "(...) le pcf (...) est pour l'instant plus utile en *luttant* énergiquement contre les ennemis du *socialisme*, (...) *de la paix*, (...) contre l'installation des nouveaux missiles américains en Europe, (...) la bombe à neutrons, qu'en accédant à un pouvoir où ils pourraient être prisioners de socialistes suspectés d'atlantisme et de convictions européennes (...)". "Pourquoi tenter de parvenir au pouvoir puisqu'il a dejá du pouvoir, un pouvoir que, tant qu'il reste le premier *lutteur*, personne ne peut lui arracher?". (Lavau/81, p. 350)

682. Lavau/81, p. 309.

Vejamos a descrição que Lavau nos faz desta tática:

> "le choix du PCI fut donc de ne chercher à rejeter la DC dans l'opposition, mais de tout faire pour en sortir lui-même, donc de coopérer avec la DC dans l'exercice du pouvoir, mais pour renouveler et modifier cet exercice. Stratégie dont il acceptait (...): d'abord une association de fait (...) par la DC (le PCI s'abstenant de voter contre), puis une entrée dans la majorité (vote pour), mais sans participation ministérielle, puis une coopération officielle à l'élaboration (...) des politiques gouvernementales, étape qui devait tôt ou tard ser conclure par l'antrée des ministres communistes dans des gouvernements (...). Le calcul du PCI était clair: (...) (diante da divisão da DC) le PCI aurait pu, grâce a sa cohésion et à ses perspectives nettes, devenir un élément décisif de la grande alliance".

Fundamentalmente parlamentar e democrática, tal tática não servia ao PCB que continuava marginalmente representado no parlamento, em função das cassações de 47-48, e se achava enfraquecido nos movimentos sociais, em função do golpe militar; ambos problemas que os aliados não podiam, nem queriam, resolver. Outrora, o PTB servira como um atalho para a reidentificação do partido com o MS, agora estavam submetidos a uma dura concorrência de forças muito próximas de seu legado histórico radical e, por isso mesmo, muito mais letais.

> "Pour s'engager dans cette voie difficile (...) le PCI renonçait par avance – avant même de recevoir le moindre paiement – aux facilités de l'opposition. Il se faisait le champion d'une politique de lutte contre l'inflation et contre tous les *corporatismes*. Il préconisait une politique d'austérité et de contrôle des revenues, y compris des (...) salariaux"[683].

O PCB faria algo similar: renunciaria às *facilidades da oposição* e defenderia uma *trégua social* que equivalia às exigências de *austeridade* – inclusive prejudicando a expansão de sua base de sustentação.

A disfuncionalidade desta opção salta aos olhos se comparada com as escolhas efetuadas no pré-64. Nesta ocasião, a força *semi-desinstitucionalizada* do partido facilitava a adoção da estratégia rupturista, pela qual tardia e capengamente se empenharia o núcleo dirigente. A via das *soluções positivas* num ambiente de crise, à luz da experiência brasileira e com o partido sem enraizamento no parlamento, tendiam a desgastar rapidamente a credibilidade do CC diante de suas bases, levando-o a bloquear, mais cedo ou mais tarde, esta saída, o que, efetivamente, aconteceu. Uma vez consumada a derrota – e congelada a mentalidade dos dirigentes numa realidade ultrapassada – este risco da saída negociada simplesmente desaparecia para os *prestistas* – na verdade, mais inclinados para o *compromisso* do que para a *revolução*. Com o golpe, a *desinstitucionalização* se agravaria forçando o *racha* do partido – depois plenamente consolidado com o advento da ditadura em 68 – e reforçando a impressão de que nada havia mesmo a perder na direção do novo caminho.

683. Lavau/81, p. 307.

O dilema então apresentado aos dirigentes era: como aprofundar o caminho de 58 – não obstante o colapso da democracia de 46 em que ele se baseava – ao mesmo tempo restaurando o vigor orgânico do partido e resgatando a influência social perdida? A solução passava pelo semi-*compromisso*, ou uma perspectiva que combinasse a unidade e a luta, experimentados de maneira unilateral nos anos 40. O translado desse verdadeiro *tipo ideal* de política do papel para um contexto completamente estranho ao de sua elucubração exigia não só uma engenharia complexa como também uma intensa imaginação criativa. Quanto ao primeiro, nada a temer pois a própria clandestinidade havia ensejado a formação de quadros especialistas neste assunto. Já quanto ao segundo, não se podia esperar milagres. Na verdade, tudo estava por ser inventado, mas a percepção a respeito disso era nula. Ao embrenhar-se pelo *emedebismo*, por exemplo, o CC esperava também mobilizar as massas, mas o instrumento não se prestava a tanto. Por outro lado, a tentativa de compensar a fraqueza, ou ausência, da oposição popular no início dos 70 via aliança com os militares nacionalistas apenas reforçaria, no interior da organização, o desprezo latente pelo trabalho nos movimentos sociais, além de lançar sérias dúvidas sobre a própria *estratégia democrática*. Por fim, ao tenta escapar dos perigos da via *consensual*[684] realizando apenas parte do jogo de conciliação que achava necessário, ou seja, comprometendo-se implicitamente com a *paz social* jogando todas as fichas numa redemocratização sem demandas econômicos-sociais – o que equivalia a uma defesa *torta* da austeridade –, fechou-se as portas para a radicalidade política latente dos anos 80, nascida dos enfrentamentos da 2ª metade dos 70.

Tal política, porque não fora construída nem aplicada de pronto, mas num processo paulatino que remonta a maio de 65 e cujo coroamento se deu depois das *quedas*, e porque tivera como opositores dissidentes revolucionários categoricamente derrotados, pode desempenhar seu papel revigorador da velha casta *prestista*. Bastou, porém, que a esquerda derrotada se reciclasse na conexão com os trabalhadores radicais inspirados pela Igreja progressista, criando uma alternativa democrática radical, para que a *estratégia democrática pecebista* fizesse água – primeiramente no campo popular, seguido do da esquerda até, finalmente, o democrático. O malogro dos anos 80 consistiu, precisamente, na conclusão desse processo que patenteou a inadequação da fusão *centrista* do programa de 58 com o *eurocomunismo*.

Como em 40, a crise do *populismo* e a emergência da sociedade civil tiveram um papel importante na derrota do comunismo nos 80, mostrando a inviabilidade do projeto *mudancista* pelo *alto* como resposta ao bloqueio da revolução no país e ao fracasso de sua deflagração via FFAA, como em 35 e 64. A defesa da política de 40, feita por Giovanetti Netto, nos ajuda a precisar o cálculo do núcleo dirigente:

684. Lavau descreveu com precisão os riscos da política de coabitação para o PCF, à luz da experiência do PCI, que servem também para o caso em discussão: aceitação relutante, como parte menor, de políticas de difícil aceitação pelos militantes; manutenção de embaraçantes tratados e acordos não rescindíveis facilmente; desconcerto da militância; embaraçamento da CGT; valorização da extrema esquerda; acusações de abandono das *lutas* e enfraquecimento eleitoral. (Lavau/81, p. 348)

> "(...) de um lado, os grupos que investem contra a ditadura em nome da democracia liberal caracteristicamente marcada pela excludência e pelo elitismo. De outro lado, as forças que procuram responder afirmativamente aos acenos e atos concretos do Presidente (...), na medida em que (...) assegurava espaços e participação política para os grupos sociais (...) excluídos". "(...) O processo democratizante pelo alto (...) implicava no estabelecimento de novas relações com as classes subalternas e, conseqüentemente, numa democracia de participação ampliada (...)".

Sua defesa, todavia, não o impedia de ver que ambas os proposições teriam como "objetivo manter sob controle as classes subalternas". Seu juízo, no entanto, de que em 43 "(...) o Partido foi instrumentalizado pelo Poder" era eludido e neutralizado pela crença de que aquela fora a única escolha possível nos marcos da tradição comunista, num raciocínio típico dos *centristas* dos 80[685]:

> "fazer política é escolher: entre a clandestinidade e a legalidade, o PCB escolheu a segunda apostando na democracia; (...) o PCB acabou por fazer a escolha **mais compatível** com a necessidade de **reorganizar-se a partir de um posicionamento nas estruturas do Estado**, particularmente nas estruturas sindicais".

> "A opção do PCB foi de **ordem tática** (...) Ao largo do contingente e necessidades imediatas de reorganização do Partido, passam os intelectuais do grupo paulista quando propõem o combate ao regime de Vargas, o que implicava numa **aliança perigosa** com a oposição liberal (...)". "Essa tentativa de inserção do PCB na vida política brasileira se faz com (...) objetivos claramente definidos em termos de **alojar-se no aparato institucional burocrático** e, a partir dele, fortalecer a sua posição frente às massas (...)"[686].

O *compromisso* com os liberais *excludentes* e *elitistas* no pós-64, naturalmente, não poderia repor a expectativa por uma "democracia de participação ampliada" que a aliança com o *populismo* outrora oferecera, além de não ajudar a reinscrição na estrutura sindical, como a parceria com o PTB no pós-guerra possibilitara, o que, por sua vez, punha em risco a força hegemônica do partido na esquerda. Por que, então, tal aliança? Porque, afora a hipótese de uma aliança radical – que, isto deve ficar claro, não implicava numa política radical[687] –, percebida como *esquerdismo*, restava a remota hipótese de repetir-se, mesmo sem as vantagens listadas acima, o fenômeno da legalização de 45-47 quando criou-se a segunda possibilidade – a primeira fora com a ANL – de se massificar o MCB. Embora meia mágica, tal possibilidade tinha a vantagem de assegurar aos velhos dirigentes seus papéis de

685. Não por coincidência o trabalho de Giovanetti seria publicado pela editora do partido, numa postura pouco usual por se tratar de uma Tese acadêmica.

686. Giovanetti/86, pp. 37/40/43/51/187; ggmm.

687. Como bem observou Vianna, a partir de 74 a esquerda estaria hegemonizada pela saída democrática – o que coincidiria com a "agonia do PCB". Para ele, "o necessário enraizamento, hoje vital (...), nas classes populares e no movimento operário e sindical, não implica (...) uma mudança de rumos, afastada a frente democrática em favor de uma frente popular, mesmo que concebida como mero *motor* da primeira", a não ser que o regime burguês estivesse próximo de uma crise terminal. Embora admitindo, em tese, a possibilidade de uma política democrática de esquerda, o que nosso autor não equaciona é como inserir-se nestas classes e movimentos em confronto com suas lideranças. (Vianna/86, pp. 144/218)

condutores. Caso contrário, numa coligação com o PT, a própria dinâmica da disputa interna tenderia a sepultar os velhos *capas-pretas* e a entronizar os novos, muito mais aptos ao tipo de competição em questão e conhecedores dos novos movimentos sociais que os militantes educados e formados nos anos 30-50 não conseguiam entender.

Assim como o PCI, o PCB nos anos 70, para usarmos palavras de Lavau em referência ao primeiro, *se posicionou para uma longa guerra de posição* "mais sans faire d'actes d'hostilité"[688]. A diferença é que, ao contrário do PCI, o PCB precisava reconquistar seu espaço social por meio da afirmação corporativa da identidade dos trabalhadores descontentes com a crise, o que sua nova identidade política não permitia. Postergar a retomada das lutas para preservar uma via de transição que consideravam vitoriosa foi o último passo no sentido da afirmação de uma prática que outrora mostrara alguma eficácia, mas que agora a realidade não mais sancionava: a de travar a luta de classes pelos descontentes sem se por imediatamente ao lado deles na arena do confronto político para evitar que uma provável derrota destruísse qualquer possibilidade de ressurreição do movimento que lideravam.

b) questão democrática

O fio condutor que liga, em termos estratégicos, o PCB do passado com o dos 80 é o nacionalismo. Ele, que havia se tornado nos anos 30 a alavanca revolucionária do MCB, transformaria-se, nos anos 40-50, no principal elemento do reformismo comunista. A evolução política do partido ao reformismo, impulsionada pela *desestalinização* na URSS[14], culminaria, no entanto, na elaboração de uma via reformista, nacional-democrática, em 58 problematizada pela auto-intitulação *revolucionária*.

Para além da dificuldade, compreensível, de um PC assumir-se abertamente como reformista[689] resta uma significativa confusão entre a dimensão política da idéia de revolução e a social-econômica. Como nos mostra Dulce Pandolfi, a expressão "Revolução social", antes de 17, "denotava transformação das relações sociais mas não necessariamente uma insurreição". Por isto, era comum os líderes do movimento operário no século passado afirmarem, como Jaurès na França, que "precisamente por ser um partido da revolução o PS é o mais ativamente reformista". A revolução enquanto insurreição era concebida "como uma medida meramente defensiva, destinada a salvaguardar o exercício do poder legitimamente adquirido pelo voto" contra as investidas golpistas da burguesia, como a da burguesia francesa de 1851. É com a IC – na verdade, com o *leninismo*, como vimos no capítulo 1 – que

688. Lavau/81, p. 310.

689. Mesmo ao nível da cúpula a questão era delicada, como pode-se ver no próprio processo de formulação e de aprovação da DM-58 – elaborada, nos diz Gorender, por "uma comissão ultra-secreta, desconhecida do CC e mesmo da CE", organizada por Dias com o aval de Prestes, que não assumia integralmente o reformismo – por apenas um voto e depois de acalorados debates no CC. (Apud Segatto/sd, pp. 52/55. Santos/88, pp. iii/iv)

> "reforma e revolução passaram a ser considerados termos contraditórios. (...) A partir de então cristalizou-se (...) a idéia de revolução como sinônimo de uma ruptura brusca e radical com a ordem (...)" e "também (...) um desdobramento inevitável do desenvolvimento do capitalismo na sua etapa superior, o imperialismo"[690].

Foi com base nessa distinção que Lênin afirmou-se entre os pensadores marxistas de sua época e obteve a maioria no POSDR contra a ortodoxia menchevique contrária a um socialismo com elementos da barbárie russa.

A virada leninista, como já tivemos a oportunidade de discutir, se não chegava a dar continuidade à transição socialista por *baixo*, como em Marx/Engels, tampouco apoiava-se exclusivamente na transição pelo *alto*, ou seja, baseada unicamente no Estado, como viria a prevalecer na IC[691]. Muito embora o Estado tenha se revelado o instrumento primordial do leninismo para a construção do socialismo na Rússia, este não o concebia sem a participação decisiva do proletariado, orientados, naturalmente, pela *vanguarda*. Residia aí, aliás, a força, e também, seguindo Laclau/Mouffe, a fraqueza, de seu pensamento, que produzira e se limitara[692] a uma "teoria da revolução" que mesmo não se desdobrando numa "teoria da sociedade" *realizaria* o sonho marxista de *libertação do proletariado por suas próprias mãos*. A revolução e a agitação revolucionária tinham no leninismo este preciso significado político de possibilitar o advento do socialismo em condições adversas a partir de uma tomada de posição do *proletariado*. Como nos diz Laclau/Mouffe,

> "Lénine ne conçoit plus la rupture révolutionnaire comme un point nécessaire et prédeterminé du déploiement d'une contradiction unique mais comme une **conjoncture critique spécifique**, dominée par un déplacement dans la relation de forces entre les classes"[693].

Por isso, embora baseada num partido *dirigista* ultra-centralizado, a ação leninista não pode ser qualificada de *prussiana* quanto à tomada do poder, pois, ao contrário do observado no PCB, dependia da ação da sociedade como ator central e não coadjuvante da iniciativa dos quartéis como no Brasil[694] – embora, o mesmo não se possa dizer da evolução de sua concepção de *ditadura do proletariado*

690. Apud Pandolfi/94, pp. 72/73/77.

691. Pandolfi acerta ao dizer que "Gramsci propiciou uma nova conceituação de revolução" ao identificar o *locus* da hegemonia na *sociedade civil* ao invés de na *sociedade política*, mas é imprecisa ao definir o posicionamento de Lênin entre estes dois pólos. (Pandolfi/94, p. 79)

692. Segundo os autores, "l'origine de cette limitation est à rechercher dans le fait que la conception de Lénine concerne l'analyse d'une **conjoncture révolucionnaire**, c'esta-à-dire non seulement d'exacerbation des contradictions mais aussi d'enfrondement des canaux institutionnels et de dislocation dans la relation des forces. Il s'agit donc de l'interruption d'un procesus *normal* (...)". (Laclau/Mouffe/85, p. 7)

693. Laclau/Mouffe/85, pp. 5/6; gm

694. Aqui, embora Prestes afirmasse em setembro de 35, às vésperas do movimento, que "a insurreição não é coisa espontânea e precisa ser cuidadosa e atentamente preparada", e que "à diferença dos simples conspiradores (...) nós (...) marchamos para a (...) luta de massas" porque os "golpes (...) já sabemos o que eles produzem (...)", o que se verificou, como sabemos, foi a ocorrência de uma *quartelada* com apoio popular localizado. (Apud Brandão/92, p. 113)

depois da guerra civil.

Mesmo tendo o leninismo como a vertente mais importante de sua identidade e uma história de promoção ortodoxa de seu ideário canonizado, predominaria no partido, nos anos 60-80, a concepção sociológica de revolução como processo, anteriormente esconjurada como reformista. Prado Jr., muito atacado nos anos 60 pelos comunistas por sua independência intelectual, seria o mais destacado formulador no país dessa concepção. Para ele,

> "*revolução* em seu sentido real e profundo significa o **processo histórico** assinalado por reformas e modificações, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em **transformações estruturais** da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais".

Entre os *quadros históricos* do CC também se encontraria defensores desta idéia. É o caso de Apolônio de Carvalho, dissidente posterior pela concepção política de revolução no VI CONGRESSO do PCB, que defendeu, em julho de 60, em NR, que

> "(...) em certas medida, fomos levados (...) a confundir a revolução com as mudanças bruscas, violentas (...) no caráter do Estado e na estrutura econômica (...) Daí a tendência idealista a ditar as leis à realidade (...), a resistência em reconhecer o que há de novo em nossa vida política e social (...)"[695].

A contribuição brasileira para o tema, portanto, diferiria bastante da conceituação trotskista e leninista. Para Trótsky a revolução era a ruptura que

> "pode ser cumprida, ou por uma nação que (...) se concentra para o salto, ou por uma nação que se divide decisivamente, a fim de **libertar a melhor parte de si mesma**, para o cumprimento das tarefas que ela é incapaz de cumprir como um todo" –

esta, evidentemente, sendo o caso da revolução proletária, mesmo que sob roupagem *democrática*. Já para Lênin, na Rússia, desde 05, como nos mostra Vianna, ela seria a única opção ao triunfo da modernização pelo *alto* com a monarquia e a burguesia – possibilidade tida como "o *caminho natural* da modernização", "a ocidentalização russa" pela *via prussiana*. Como já foi visto, o rupturismo leninista aparece como o aborto dessa *naturalidade* em condições muito especiais, em função não só da perspectiva neo-marxista de tirar *vantagem do atraso*[15] – ou seja, da *realização incompleta da modernização*, no que se constituiria em uma *via americana* –, como também da extrema dependência do proletariado – superminoritário em meio a um mar de camponeses, mas majoritário nas cidades –

695. Apud Brandão/92, p. 34; ggmm. Apud Segatto/sd, p. 60

em relação ao campesinato e ao semi-proletariado para o sucesso de sua revolução; dependência que reforçaria seu caráter anti-democrático e acentuaria a necessidade do "entrosamento dessa dominação política (...) com (...) (a) revolução socialista na Europa"[696].

Em dezembro de 46, o PCB já assumira, sem o admitir, através da CECC, "a possibilidade de **passagem pacífica para o socialismo**", denunciando que *só os que tomam o marxismo como um* "dogma morto e frio, protestam contra" esta perspectiva; *estes são os* "que do marxismo guardam as cinzas", *nós* "o alçamos em nossas mãos, e mantemos sempre viva e crepitante, a chama luminosa do verdadeiro marxismo-leninismo-stalinismo" . A renegação do bolchevismo clássico viria envolta na embalagem da fidelidade a Moscou, com a etiqueta de 17. Quase 11 anos depois, em setembro de 57, o editorial da VO, intitulado *"O Sentido Fundamental de Nossa Autocrítica"*, concluía, de maneira igualmente sub-reptícia, que o leninismo não poderia encontrar *aplicação imediata* no Brasil: "enquanto a **fraseologia pseudo-revolucionária** nos afasta dos aliados e das massas (...), a utilização multiforme (...) da **legalidade constitucional** facilita a aproximação com as massas (...)"[697]. A crise do stalinismo consolidara a leitura *prestista* do pós-35[698] enterrando definitivamente o *leninismo* originário do PCB.

Tal mudança, todavia, preocupava-se com a manutenção da identidade revolucionária na perspectiva de sua adaptação aos novos tempos. Mas, sem acolher os intelectuais capazes de produzir tal síntese no país[16], a adaptação seria uma construção precária[699]. O PCB herdara do KOMINTERN a lógica dualista que este também não soubera equacionar: de um lado, nos diz Laclau/Mouffe, a *valorização política de Lênin*, de outro o *economismo de Káutsky*. "Le primat de la politique va être réservé pour les conjonctures critiques tandis que l'économisme continuera à dominer pour les périodes de stabilité"[700].

De fato, depois de 35, será o reformismo economicista – tanto sob a forma de *união nacional*

696. [Trotsky, Léon /1989] p. 104; gm. [Coggiola, Osvaldo /1989] p. 96. "Trotsky, nos diz Osvaldo Coggiola, se opunha igualmente à perspectiva do menchevismo – que propunha uma aliança com a burguesia liberal – e à do bolchevismo (*ditadura democrática de operários e camponeses*)", porque, para ele, "o proletariado no poder se suicidaria se se comprometesse a manter(-se) dentro dos limites democráticos, não atacando a propriedade privada". A razão crucial para isto seria sua expectativa quanto à tendência do campesinato a se compor com o *status quo* após conquistar suas reivindicações. (Id., pp. 95/96)

697. Vianna/87, pp. 5/7/8. In Vinhas/82, pp. 104/124; gm. Apud Segatto/sd, p. 49; ggmm.

698. Paulo Sérgio Pinheiro, ao contrário, subestima o amadurecimento político de Prestes e considera que em 45 ele, simplesmente, submetera-se ao figurino internacional, sacrificando-se por ele. (Pinheiro/91, p. 217)

699. A descrição de Vianna seria exata não fosse o deslize da descaracterização do núcleo dirigente como *pecebista* no momento em que o vencedor da luta interna era conhecido, em junho de 84: "anacrônico, fechado em si mesmo, ritualizado, (...) (o) grupo que se enquistara há décadas na direção do partido (opõe) uma encarniçada resistência à atualização (...)". "Decapita-se implacavelmente a corrente renovadora, política (...) que se arvora (...) depuradora da direita, para em seguida (...) realizar a política mais mesquinhamente capitulacionista e direitista que o partido conheceu (...), negociando com homens do regime uma legalidade (...) em prejuízo da frente democrática". "Esta direção que aí está não passa de um **aparato, girando no vazio**, sem idéias e projetos e vínculos com os movimentos sociais. Ela não é o PCB, que será o resultado da convergência de todos os comunistas que querem dar um paradeiro a este estado de coisas (...)". (Vianna/86, pp.218/ 219/225; gm)

700. Laclau/Mouffe/85, p. 7.

como de *desenvolvimentismo* – a via que irá se constituir como a estratégia "brasileira para o socialismo", condicionando "a possibilidade do socialismo ao crescimento das forças produtivas" de forma linear e pacífica. A idéia de que o desenvolvimento econômico levaria à revolução – concepção essencialmente menchevista – seria assumida mediante o artifício do etapismo de modo a contemplar, mesmo que num futuro distante, a perspectiva de revolução. A *via pacífica*, expressão política deste etapismo, seria circunscrita à *primeira etapa da revolução* – conquista do governo –, a qual poderia se tornar violenta na etapa seguinte – luta pela hegemonia do proletariado no seu interior[701].

O V CONGRESSO plasmou, já nas *Teses* do CC que se referenciavam na DM-58, o pacto interno entre os revolucionários e os reformistas, capitaneado por Marighella, Coelho e Gorender, contra os stalinistas que se recusavam a modernizar os dogmas do movimento[702]. Na interpretação de Marighella, a "pressão de massas" dirigia-se "para obter determinado tipo de governo (...) e não o reforçamento do setor burguês do governo (...)", enquanto Coelho aduzia que

> "a luta por soluções positivas está inseparavelmente ligada à luta para conquistar um governo nacionalista e democrático e, em seguida, para **radicalizar sua política e composição** (...) A tática das soluções positivas exige (...) a mais intensa participação no processo político (...)".

Já Gorender sustentava que a acumulação de forças não seria *revisionista*: ela não seria "sinônimo de gradualismo", ou de "evolucionismo", "porque (...) somente ela poderá conduzir (...) à alteração radical da correlação de forças, que permitirá o salto revolucionário (...)"[703]. Tais defesas mostram que a caracterização do Estado nacional como de "compromisso" e a crítica do *caráter vacilante da burguesia*, junto à reafirmação da necessidade da *luta pela hegemonia no interior da frente* como condição para uma "revolução democrático-burguesa (...) integrante da revolução socialista mundial" – concessões à *esquerda* úteis para minimizar a dissidência –, eram assimiláveis por variadas parcelas do partido. Ao contrário do que afirmam vários estudiosos do PCB, elas eram coadunáveis com a estratégia dupla da *via pacífica* adotada em 60[1?][704].

O fato do leninismo prescrever a utilização do parlamento *contra a ordem burguesa*, como um

701. [Ancó, José] 1987] p. 424. Pandolfi/94, p. 277.

702. Amazonas, por exemplo, acusou as *Teses* de *subordinar o proletariado aos interesses da burguesia*, enquanto Pomar apontou seu *economicismo* por encarar a revolução como resultado do "aumento das forças produtivas", e Carlos Danielli condenou-as por "apenas encarar o aspecto evolutivo do processo revolucionário". (Apud Segatto/sd, pp. 55/57)

703. Este argumento guarda estreita relação com o produzido, mais de uma década depois, por Berlinguer na Itália: "(...) a hipótese de um desenvolvimento gradual, tal como nós o entendemos, é o oposto daquela concepção evolucionista que constitui a base ideológica e política do reformismo e que (...) se reduz à proposta (...) de reformas setoriais (...) que se integram no mecanismo geral do desenvolvimento capitalista sem lhe infringir a lógica (...)".
Ao contrário das lideranças *pecebistas*, no entanto, a coalizão eurocomunista italiana dominante admitia que "(...) nosso caminho está exposto ao perigo de podermos ficar enleados (...), de perder autonomia (...), de perder a perspectiva socialista e revolucionária", o que facilitava a administração de seu *patrimônio* sindical. (Berlinguer/sd, pp. 23/38)

704. Apud Segatto/sd, pp. 58-60/63-65; ggmm.

expediente útil para a revolução no momento em que o movimento revolucionário estivesse na defensiva[705], ajuda-nos a entender a ampla convergência em torno do etapismo de 58-60. Mas, aqui se tratou de outra coisa e uma das partes ou sairia perdendo, ou tenderia a romper o pacto nos momentos cruciais. Não era para acumular forças no sentido da **conquista do poder**, como no leninismo, que a estratégia nacional-democrática fora esboçada, mas para operar uma indeterminada ruptura **após** tal conquista **pela via *pacífica***, se apoderando do Estado pela via eleitoral[18] para depois forçar sua mudança por dentro[706], no limite com o uso da violência. A *ação explosiva* do proletariado com a pequena-burguesia para apoiar sua *vanguarda militar* nos quartéis para a tomada do poder, como em 35, estava descartada em proveito de uma coadjuvação marginal no longuíssimo-prazo[707] para a definição das forças no governo burguês nacional-democrático. A via socialista oriental leninista que dependia, como nos mostra Werneck,

> "de uma ação (...), executada tempestivamente, **antes que o processo de modernização redefina em massa a identidade das classes e camadas tradicionais**" – "quer por sua desorganização, quer por sua incorporação à ordem burguesa em ascenção" –

fora substituída por uma perspectiva evolucionista em que **o tempo estava à favor** e não contra a ruptura. Superava-se, sem o admitir, o leninismo desprezando-se, como bem apontou Detrez, a experiência ocidental em que o avanço do capitalismo engendrou "a abundância de bens materiais" que serviu de base para a construção de "uma sociedade de consumação" que, por sua vez, implicou na "desintegração do ser" e na "decomposição da consciência"[708] que explicam a hegemonia burguesa no mundo industrializado.

O *imbroglio* das soluções ambíguas afetou outros PCs de forma semelhante, como vemos no brilhante diagnóstico de Lavau sobre o impasse do PCF, preciso também para o entendimento do caso brasileiro:

> "(...) son action, surtout depuis 1935, ne soit jamais *rationnelle* ni pour l'une ni pour l'autre de deux solutions (reforma x revolução). Il semble privilégier tantôt l'une, tantôt l'autre. La plupart du temps, les deux à la fois, mais **sans appliquer ni à l'une ni à l'autre tous les moyens qui devraient permettre de faire fructifier la stratégie choisie**".

---

705. Stálin circunscreveria-no, na sua interpretação do mestre, ao caso das forças no poder: *para Lênin, a reforma só tem sentido como expediente após a tomada do poder, como* "uma trégua (...) nos casos em que as forças (...) são insuficientes para superar de modo revolucionário uma ou outra etapa". (In Paulo Netto/82, p. 92)

706. Mudança que, como bem apontou Luxemburg, segundo Sader, implicava numa opção por "**um fim diferente** com o qual" *se restringe o alcance dos objetivos inicialmente propostos*. (In [Luxemburgo, Rosa /1990] p. 18)

707. Invertia-se a máxima stalinista, para quem, "para o revolucionário, (...) a reforma não passa de produto acessório (...)". Mas, isto não implicava em que *a reforma* fosse *tudo*, renunciando-se "a todo trabalho ilegal" – vide defesa da violência como *resposta ao inimigo*. Ocorre, que mesmo 35, como já vimos, seria justificado como *resposta ao fascismo*, apesar de seu caráter de ação planejada dentro de uma determinada perspectiva estratégica. (In Paulo Netto/82, pp. 90/91)

708. Vianna/87, p. 4; gm. Detrez/68, p. 106.

Marçal Brandão avançaria na mesma direção adicionando a problemática, já discutida no capítulo 1, das motivações interna e externa da ação e do pensamento partidário:

> "(...) a especificidade do comportamento ideológico e da ação do PC foi sua incapacidade (ou impossibilidade) de optar definitivamente entre uma via revolucionária e uma via reformista, entre a construção de um *comunismo nacional* e a reprodução cega do *internacionalismo*, tendo (...) atraído segmentos distintos (...) com motivações diversas, reproduzindo internamente (...) o movimento pendular que (singularizou) (...) sua trajetória política. (...) A contradição entre *civilistas* e *militaristas* permeia toda história do PC (...)"[709].

À parte estes prejuízos, a solução neo-stalinista de Kruschov, tornada mais ambígua por Brejnev, teria o mérito, no caso brasileiro, de colocar o problema da ultrapassagem da "guerra de movimento" nos países capitalistas mais avançados tentando superar o dualismo herdado da IC. Tal esforço elucubratório corresponde, no campo dogmático, à formulação de Gramsci da noção de "guerra de posição" que, como nos diz Gruppi, delimitava *tanto a passagem da ofensiva de classe para a estabilidade política, quanto a passagem do assalto frontal ao Estado para seu cercamento e infiltração*[710]. Por outro lado, a sobrevida da estratégia neo-stalinista no PCB pós-64 possibilitou não apenas o exercício de um defensivismo indispensável ao núcleo dirigente – afinal, o partido humilhado continuaria podendo remeter à história a aplicação das etapas que, mais cedo ou mais tarde, o levariam ao poder –, como também a projeção de uma imagem moderna, ao possibilitar a captação da energia renovadora do *eurocomunismo*. Em suma, a DM-58 oferecia ao partido uma saída ao mesmo tempo preservadora da tradição nacional-democrática e emuladora da perspectiva democrática, o que ensejou um surto de crescimento no final dos anos 70 que dilapidou os resquícios da predominância *prestista* abrindo o caminho para uma nova coalizão *centrista*, mais intensamente identificada com o reformismo.

A diferença crucial entre a formulação gramsciana e a neo-stalinista, para usarmos Laclau/Mouffe, estava na

> "**concepção multidimensional da radicalização política**" que "se opõe à visão marxista tradicional – leninista inclusive – que seria unidimensional porque considera o *processus* político e a luta revolucionária como girando em torno de um ponto único: a tomada **do**

709. Lavau/81, p. 271; gm. Brandão/92, p. 30. Rodrigues dera ainda uma importância maior ao condicionamento externo para a explicação do impasse comunista: "(...) esta dependência do PCB diante do PCUS fez com que os comunistas brasileiros tivessem muita dificuldade para encontrar uma política adequada ao meio sobre o qual pretendiam agir. (...) Até 1960, o PCB não conseguiu definir-se claramente nem por uma linha *revolucionária* nem por uma linha *reformista*. No conjunto, a política comunista consistiu numa perpétua oscilação entre o *aventureirismo de esquerda* e o *oportunismo de direita* (...)", com o agravante do paradoxismo da relação de seu nacionalismo com o alto grau de apego ao *internacionalismo* que o fez, no IV CONGRESSO, expressar ao PCUS "a segurança de sua fidelidade inabalável e de sua dedicação sem limites". Assim,"jamais pode ser conseqüente na sua atuação *reformista* (...) (que) parecia um engodo, um trampolim para o estabelecimento de um regime semelhante ao da URSS (...) Tampouco (...) pode agir como um partido nacionalista (...)". (Apud Rodrigues/83, pp. 438/440/443)

710. Gruppi/78, p. 139.

> poder". Gramsci "(...) ne limite pas le primat de la politique aux conjoncture révolucionnaires mais (...) il le transforme dans le principe articulateur de toute situation sociale (...)", derivando daí "la défense d'un socialisme démocratique n'a donc rien à voir avec une nécessaire *voie pacifique* ou une lente accumulation de réformes. Ce à quoi elle se référe c'est à une nouvelle conception de la radicalisation et de la politisation des luttes sociales, qui élargit le champ de confrontation (...) à l'ensemble de la societé civile".

Com Gramsci, e não com Kruschov/Brejnev, o PCB teria encontrado no pós-64 o caminho da reconciliação com o radicalismo nacional autonomizante, dado que para o primeiro, como nos mostra Vianna,

> "(...) a separação de determinados aparatos ideológicos da sua aderência ao Estado, a fim de se tornarem agências privadas de hegemonia sob sua direção", forjando "as superestruturas do seu poder futuro (...) e (...) seu triunfo enquanto classe"[711],

o que implicava num estímulo à ação independente e afirmativa da identidade.

Mas, o agente desta nova concepção de política no Brasil, nossos *eurocomunistas*, tinham uma percepção pictórica do *fazer política*. Ao invés da revalorização da *radicalização e da politização das lutas sociais que alargassem o campo de confrontação no seio da sociedade civil*, procedeu-se à legitimação das práticas *flexíveis* que no passado possibilitaram alianças com políticos tradicionais e suas práticas subalternizantes do popular. Na percepção de Nogueira, Gramsci teria resgatado "entre nós o valor e a autonomia relativa da política e do fazer política (...)", o que entre os *pecebistas* equivalia ao estímulo aos conchavos e *projetos especiais* como *Fato Novo*. A obra de Gramsci era vista, significativamente, pelo autor como sendo "toda afinada com a **conquista gradual de posições** (...) e a afirmação da hegemonia operária pela via do **consenso** e da **batalha de idéias**". As *lutas* tradicionais eram elididas, o que era agravado, como disse *Lino Santana* no debate congressual de 81, pela "(...) atenuação do reconhecimento da luta de classes" e pela caracterização do capitalismo nacional como "industrial-agrário de grau médio" que deslocavam "a possibilidade de grandes mobilizações populares no país" ao "minimizar a constatação" *de que burguesia e proletariado constituem as classes fundamentais do país*. Vianna, em 78, já imputava aos "conservadores" e a "essa esquerda bem educada do marxismo retórico", a tentativa de fazer

> "(...) de Gramsci – esse duro, esse leninista – um pensador quase manso e liberal (...) – assim como os marxistas legais desejaram fazer de Marx um economista burguês na Rússia czarista – na pretensão de transformá-lo no apólogo da ideologia consensualista dos liberais (...)".

A julgar pelo juízo de Nogueira, este objetivo foi plenamente atingido: "seu pensamento (de Gramsci)

711. Laclau/Mouffe/85, pp. 9/10. In Gruppi/78, pp. xiii/xiv.

terminou (...) por ser reduzido a *conceitos*, desvinculado (...) da perspectiva de transformação socialista (...)"[19][712].

Não é à toa que a *questão nacional* se transformou numa espécie de contrapeso, mesmo no interior da coalizão dominante, à perspectiva conciliatória, comparecendo como mantenedora da combatividade ameaçada pelo *democratismo pequeno-burguês*. A formulação democrática *pecebista*, ao reforçar a inclinação partidária pelo jogo político tradicional em detrimento das *lutas* – não obstante reiteradas afirmações em sentido contrário – acabou por regenerar colateralmente o *prestismo* residual[713]. A separação da *questão socialista* em relação à *questão democrática*, como disse *Tito Santos Rodrigues*, por meio de uma verdadeira "*muralha da China*", nas Teses de 81 demarca a intensão de preservar o espaço da *luta*, não deixando-o ser invadido pelo *democratismo*. Tal separação era percebida como problemática por Guedes já em julho de 79: "(...) hoje o nosso trabalho é o de elaborar, de uma forma **mais precisa**, o nexo entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo (...)"[714]. De fato, era através da *Muralha* que o *centro* buscava, preservando sua visão tática da democracia, garantir sua legitimidade interna e deter a ofensiva da *direita* para o controle do partido na legalidade.

O VII CONGRESSO foi o coroamento bem-sucedido desses esforços do *centro* e, por isso, foi considerado, para usarmos Melo, como tendo "equacionado teoricamente os problemas colocados pela nova realidade brasileira e formulado a estratégia correspondente para a luta dos comunistas e da classe operária pelo socialismo" garantindo, para a VU, "um lugar destacado entre os trabalhos teóricos (dos comunistas) desde que fundaram o PCB (...)". O PCB considerava-se a partir de então, como rezava a própria resolução congressual, "pronto para se transformar num grande partido de massas"[715][20].

O *pecebismo*, a partir do VII, poderia, enfim, assumir sua identidade democrática ambígua sem sobressaltos internos como os de 62, 67 e 80. Ocorre, porém, que aos olhos da sociedade pouco se havia avançado na defesa da democracia e na autonomização perante Moscou. Muitos são os indícios desta deficiência. Dias, em abril e maio de 80, nos daria alguns na VU, ao proclamar que

> "nós defendemos as liberdades democráticas porque sabemos, por experiência própria, que o peso principal da ausência de democracia recai sempre sobre os ombros da classe operária". "(...) Sempre que deixamos de lutar pelas liberdades, fomos os primeiros a pagar (...)".

712. [Nogueira, Marco Aurélio /1988] p. 132/135; ggmm. In VU/81, td nº 8 [5]. In Gruppi/78, p. XV.

713. Não pelo mesmo motivo, Hollanda considera que a crise de Prestes, *com seus choques e rupturas, pode ter sido um elemento de inibição para uma abertura maior*. (Hollanda/87)

714. In VU/81, td nº 8 [12]. In Carone/82, p. 311; gm.

715. Apud Pandolfi/94, p. 341, Melo/84, p. 1.

> *A democracia também permite aos trabalhadores* "desenvolver de modo mais eficaz a luta em defesa de seus interesses, entre os quais está a ampliação (...) da própria democracia". "(...) Em regime capitalista, é o conjunto desses direitos que torna mais ampla a possibilidade de desenvolver a luta de classes (...) e de lutar com maiores possibilidades de êxito pelos objetivos mais gerais que, enquanto classe, os trabalhadores se propõem".

Afora o pragmatismo democrático admitido pelo dirigente máximo (*interino*) do *pecebismo*, temos a persistência da denúncia da *democracia burguesa* como indício da fraca adesão democrática do partido. Citando Lênin, Dias sustentaria que "o capitalismo em geral e o imperialismo em particular convertem a democracia numa **ilusão** (...)". Concluindo, Dias diria: "(...) por muito que haja evoluído, os exploradores ainda têm suficiente força para valer-se freqüentemente dela como meio para conservar a sua dominação de classe"[716]. Embora incluindo a democracia como *um objetivo do proletariado*, Dias enfatizava sobretudo a *amarga experiência histórica da repressão* e a possibilidade de *desenvolver de* ***modo mais eficaz*** *a luta de classes* como os principais motivos da defesa das *liberdades democráticas*. Não bastasse ser a democracia claramente um **objetivo meio** para o alcance de *objetivos mais gerais*, que historicamente se opunham a ela, ainda por cima citava-se Lênin para confirmar as suspeitas de que, se prejudicial aos comunistas, ela seria denunciada como uma *ilusão*, um instrumento para *conservar a dominação burguesa*.

Considerando o valor utilitário da democracia, existe apenas diferença de grau entre as posições de Dias e Prestes, de resto plenamente compatibilizadas em 2 momentos cruciais: 58 e 67 – sendo este último o ápice do modelo da democracia como *instrumento de luta* em função da conjuntura política vivida. O modelo, todavia, começara a ser construído nos anos 40. Em maio de 45, proclamara Prestes no comício de São Januário: "lutávamos contra a democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador (...). Hoje, o problema é outro, a democracia burguesa volta-se para a esquerda[717] (...)" – isto porque os comunistas não eram mais perseguidos nem caluniados, nos diz Giovanetti, e porque a aliança da URSS com os EEUU ainda estava de pé. A precariedade da discussão teórica no interior do PCB – verificada também nos anos 80, apesar de Vianna, Coutinho, Konder, Paulo Netto, etc. – permitiu aos dirigentes dar ares universalistas à sua concepção de democracia em 45 sem se preocupar em explicar a manutenção do conceito de *ditadura do proletariado*[718], ou mesmo sua definição de socialismo – o que alimentaria dúvidas sobre as intenções do partido. Posteriormente, a falta de conexão entre a DM-58 e a *união nacional* de 45-47 seria outro sintoma grave da ambigüidade da opção democrática comunista: significava que a coalizão

716. In VU/80, nºs 3 [4] e 9 [4/9]; gm.

717. Aqui percebe-se a diferença entre a concepção democrática dos anos 40 e a de 58. Enquanto na primeira a valorização era conjuntural, constituindo-se, portanto, numa opção tática, na segunda ela era estratégica, independentemente da conjuntura. Em comum o fato de ambas estarem a serviço de um objetivo maior que **não se prendia à democracia como forma**.

718. Não que isto tivesse, necessariamente, qualquer resultado perceptível – como nos diz Lavau, o abandono da DP pelo PCF não teve "nenhuma conseqüência prática" –, mas, antes, seria um sintoma da abertura oficial para a renovação doutrinária. (Lavau/81, p. 23)

interna *prestista* não queria assumir o *taticismo* da primeira experiência, e nem podia assumir internamente o aprofundamento de um debate que havia sido proposto primeiramente por seus *inimigos internos*. Os *prestistas*, ademais, nunca levaram a sério este debate em função de que, para eles, a democracia era uma realidade inerente ao socialismo soviético, e tudo mais era *ignorância ou má fé*. É verdade que Prestes, em agosto de 61, ao apresentar o projeto de novo estatuto do partido admitia o "rico patrimônio de tradições liberais" do país, propondo-se a enriquecê-lo na sua expansão para *todo o povo*, mas isso parecia mais um dos movimentos pendulares da sua história pessoal[719] e da do partido que ainda fixava-se, com pequenas variações dependendo da corrente, como nos diz Pandolfi, na *democracia tático-defensiva do leninismo* para chegar à *democracia fruto das transformações revolucionárias profundas do marxismo*[720].

Os liberais fizeram desse *calcanhar de Aquiles* o principal elemento de seu anti-comunismo desde a Constituinte de 46, nem sempre com argumentos primários e facilmente refutáveis como se propaga, vide o *udenista* baiano Clemente Mariani em debate com Prestes na ANC:

> "a democracia que pretendemos implantar no Brasil, e que não é a democracia (...) proletária, mas é a Democracia que S. Excia. chama de formal, tem o seu fundamento sobretudo na liberdade, e não na igualdade, na qual esta será apenas uma decorrência da liberdade que procuramos estabelecer".
>
> "O líder udenista, nos diz Pandolfi, admitia, inclusive, que a democracia apregoada por Prestes conduziria a uma melhor distribuição dos bens materiais da sociedade, todavia, a liberdade ficaria comprometida. Segundo Mariani, os comunistas tinham uma concepção instrumental da democracia e a participação nas diversas instituições democráticas era apenas circunstancial, fruto de uma visão evolucionista do processo social".

Em sua réplica, Prestes repisaria o caráter moderado, amplo e pluralista do PCB, mas evitando trilhar o espinhoso caminho da discussão teórica. Depois disso, não faltaria crítico perspicaz de direita capaz de tirar proveito de posições como a expressa pelo Manifesto de Setembro de 54 – para não falarmos nos manifestos de 48 e 50 –, onde se afirmava que os comunistas estavam "prontos a entrar em entendimento com todas as forças políticas (...) patrióticas (...) em torno de uma plataforma democrática a fim de derrotar eleitoralmente as forças da reação e do entreguismo (...)", ao mesmo tempo em que não dissimulava o empenho pela "derrubada do atual governo (Café F°)". Ou, duas décadas e meia depois, na Resolução de Maio de 80, para apontar a insustentabilidade de uma pregação que defendia que "(...) o socialismo a ser construído pelo povo brasileiro, como em toda parte, exige a (...) ampliação das liberdades democráticas e será a expressão da mais ampla (...)

719. Em 80, ao sair do PCB, mais uma vez ele colocaria a democracia como produto natural do socialismo *dissolvendo*, como nos diz Konder, a primeira no segundo. (Konder/80, p. 138)

720. Res. VI/67, pp. 174/175. Apud Giovanetti/86, p. 45. Santos/88, p. 98. Konder/80, p. 110. Pandolfi/94, pp. 322/323.

democracia", ao mesmo tempo em que reiterava a fidelidade à Moscou[721][21].

Diante disso, de pouco valia a autocomplacência exercitada por intelectuais como Giovanetti, que sustentava que

> "essa democracia pela qual lutou o Partido no pós-guerra (...) não é (...) um objeto descartável do qual o PCB pudesse se livrar, uma vez alcançados os objetivos estabelecidos (...). Não há uma só manifestação do Partido nesse sentido, tampouco a ação por ele desenvolvida (...) pode sugerir algo semelhante".

Giovanetti, demitindo-se de sua função de pesquisador, demandava, tal como um investigador policial de poucos recursos, por uma *confissão de culpa*, amparando-se na ideologia que advoga que, como "o socialismo se articula com a democracia" conferindo-lhe "um conteúdo social concreto" e colocando "de modo claro a questão da hegemonia e da dominação como questão básica do poder do Estado (...) contra a apropriação privada dos mecanismos de dominação e direção", não seria possível considerar seriamente a ditadura classista[722] que pretendiam construir como um atentado à democracia, senão que à *democracia burguesa* ***intrinsecamente excludente***. Nesta ótica, argumentos como o de Corrêa de março de 79, de que "nós participamos de todas as eleições", "às vezes mesmo apoiando candidatos que repudiam nosso voto"[723], também poderiam ser levados à sério para a discussão deste ponto.

O que precisava ser respondido, mas não o podia ser convincentemente, era, em primeiro lugar, se a presunção à *verdadeira democracia*[724] ainda era válida e, em segundo, se o reformismo do partido admitiria rotatividade no poder por meio de eleições, uma vez tendo ele chegado ao Executivo do Estado.

Comecemos pela última questão. Levando em conta a pregação de Prestes às vésperas do golpe militar –

> "(...) chegamos à conclusão de que a tática, o caminho de aproximação para a meta revolucionária (...) estaria na conquista de um governo que (...) fosse capaz de iniciar (...) reformas de estrutura (...) que significam **golpes no imperialismo**, (...) que tenham um

721. Apud Pandolfi/94, p. 249. Apud Segatto/sd, p. 18. Res. Mai./80, p. 9.

722. *Ditadura classista* que, como alegava Corrêa, "não foram os comunistas que inventaram", mas que, antes, era expressão de um "determinado momento do processo social", quando "uma classe termina por suplantar a outra", assim como "a burguesia (...) suplantou o feudalismo". Dias, por seu turno, em fevereiro de 80, sustentaria que ela não deveria ser interpretada à luz do "conceito vulgar de ditadura como forma (...) de governo", embora seguisse justificando a violência como resposta aos derrotados – "à aqueles que perderam no terreno das idéias" e que "resolvem manter-se através das armas" – e como "elemento decisivo para se alcançar a completa liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens". (Corrêa/80, p. 75. In Carone/82, p. 262)

723. Giovanetti/86, pp. 137/142. Corrêa/80, p. 74.

724. Expressa categoricamente por Prestes em setembro de 35: "(...) nós sabemos que **só quando chegarmos ao poder (...) teremos a democracia** e a emancipação do nosso país. E ao poder, nós o sabemos, só poderemos chegar pela luta armada, pela luta insurrecional". (Apud Brandão/92, p. 113; grn)

> **conteúdo revolucionário** (...) que exigirão outras reformas mais profundas, **aproximando aceleradamente da meta revolucionária**" –

e as Teses do VI CONGRESSO, convocado na mesma ocasião, – que, como mostra Segatto, reforçavam esta orientação ao considerarem o controle dos setores essenciais da economia propiciado pelas *reformas* como fundamental para que "o poder revolucionário" dispusesse "das condições materiais básicas para iniciar a **planificação da economia nacional** e orientá-la pelo **caminho do desenvolvimento socialista**" – a resposta seria, logicamente, negativa. *Golpes no imperialismo* com *conteúdo revolucionário* para possibilitar a *planificação econômica nacional* no *caminho do socialismo* **não apontam para uma perspectiva normal de poder**, vale dizer, **não sugerem a admissão de *retrocessos* que firam a perspectiva teleológica sustentada.** Só a escalada das "reformas de base" em 61-62, em detrimento da tática das *soluções positivas* inspiradas na DM-58, seria o suficiente para a resposta negativa na medida em que trazia embutia uma clara perspectiva rupturista[725][22].

Já em relação ao primeiro ponto, fica clara, olhando-se as opiniões das facções internas ao longo dos anos 70 sobre o tema, a prevalência da visão instrumental que acompanha a presunção à *verdadeira democracia*. Seja, como o CC em dezembro de 75, afirmando que "(...) a derrota da ditadura fascista é apenas o primeiro passo a ser dado rumo à sua (do país) efetiva e completa emancipação nacional e social", ou como o CE/SP em março de 78, defendendo que "é através (...) da democracia (...), no terreno vivo da experiência social, que (...) os trabalhadores (...) fazem seu aprendizado em direção ao socialismo", ou ainda como Corrêa em agosto de 79, enxergando na ausência de democracia o *obstáculo*, o *entrave* que *impedia* o desenvolvimento do país e atrasava "o processo revolucionário brasileiro", todos consideravam "o triunfo do socialismo no Brasil" como o "objetivo final da classe operária e do PCB", e por *socialismo* podemos entender variações nacionais em torno do *exemplo* soviético[726]. Nenhuma dessas posições sustentadas por dirigentes e organismos influenciados, ou comandados, por *centristas* e *direitistas* podem ser consideradas como opostas à proclamação *prestista* de Anita Leocádia, em abril de 79, quanto à "luta democrática como parte da luta socialista" no sentido de "**meio** para se alcançar a *democracia socialista*" – *a verdadeira democracia*, ou, como dizia seu pai, a "mais avançada democracia que a humanidade já conhece"[727] –, ou proto*prestista* do DCB de setembro de 80, para o qual "(...) o que caracteriza os comunistas (...) é

725. Apud Segatto/sd, pp. 150/154; ggmm.

726. Prestes foi cristalino quanto a isso em 77: "em (...) 1917, o proletariado da Rússia (...) punha fim ao domínio da burguesia e dos latifundiários (...). O proletariado chega ao Poder, não para modificar apenas o regime de propriedade privada (...), mas para destruir essa propriedade, não para diminuir as contradições de classe, não para melhorar a sociedade capitalista, mas para **fundar uma nova sociedade**". (In VO/77, nº 139 [5]; gm)

727. Idéia comum à Corrêa, e à esmagadora maioria do CC, para quem a luta pelas *liberdades* tinha como objetivo a "implantação da **democracia real**, a democracia socialista". À diferença dos *prestistas*, no entanto, ele opunha uma consideração de ordem estratégica para evitar a vinculação da ação partidária ao objetivo socialista imediato, considerando como *ilusão de ótica* a escolha entre a democracia e o socialismo *na presente etapa* em função do perigo fascista. (Corrêa/80, p. 116; gm)

exatamente a preocupação política permanente em vincular as conquistas democráticas de **curto prazo** ao **objetivo fundamental**: o socialismo"[728]. Mas, a mais clara formulação da *esquerda* sobre a democracia provinha da resolução dos paulistas da capital, em março de 82, para os quais ela era decisiva "para possibilitar o afloramento" *da luta de classes e sua solução socialista*: "é exatamente por este motivo que entendemos a questão democrática como estratégica, como leito principal de nossa política" para a conquista do "socialismo como hegemonia operária, como liquidação do poder de classe da burguesia"; *rechaçamos a idéia de que o socialismo derive de um "aperfeiçoamento* da democracia burguesa", *ao contrário, ele* "pressupõe a ruptura com o Estado burguês"[729].

Nem os intelectuais *eurocomunistas*, a rigor, poderiam ser excluídos deste *consenso*, na medida em que, por motivos táticos, sustentavam concepções igualmente *interessadas*, embora menos *utilitaristas*. É o caso de Gruppi, intelectual italiano, que via a democracia não como um aprendizado político em si para o proletariado, mas como uma **lição** para *provar sua inconsistência na presença da propriedade privada*[730]. Para eles, é verdade, para usarmos o Coutinho de junho de 78,

> "(...) a democracia é o terreno mais adequado para que o proletariado, formulando propostas globais (...), defina-se como classe nacional, hegemônica, capaz de apresentar as soluções mais justas (...) para os problemas vividos pelo conjunto das camadas populares (...)",

mas isto não encontrava tradução política exata, antes plasmava-se numa postura canhestra que entendia "a liberdade e a democracia" como "indispensáveis aos trabalhadores (...) por serem o **meio mais seguro**[731] de garantir qualquer transformação social profunda (...)"; como rezava o editorial da VO de junho de 77[732], editada por Temer – *expressão política* de Coutinho e Konder.

Para um partido que, como nos diz o próprio Coutinho, "se guiava pela máxima: *firmeza nos princípios e flexibilidade na tática*" – ou seja, "um partido reformista na tática" que "mantinha concepções estratégicas absurdas" –, tal *consenso* era indispensável. Enquanto a *esquerda* consolidava os *princípios*, os *eurocomunistas flexibilizavam a tática*, tendo o *centro* como árbitro. Do ponto de vista da preservação da identidade ideológica esta era uma excelente solução. Como mostra Lavau, já que o *sovietismo*, o centralismo-democrático, o "marxismo", e o "papel dirigente da classe operária e

728. É verdade que, como disse Adam Przeworski, a participação no "jogo liberal-democrático irá alterar não só a (...) idéia de revolução, mas a própria identidade" dos PCs, e isto não poderia ser revertido pela simples vontade. Todavia, se o apego à idéia de revolução não era capaz de recolocá-los em seu leito histórico leninista, era suficiente para alimentar todas as dúvidas quanto à sua independência e honestidade em vista dos propósitos democráticos apregoados. (Apud Pandolfi/94, p. 93)

729. Res. Dez./75, p. 241. N. Mar. SP/78, p. 34. Corrêa/80, pp. 186/188. In VO/79, nº 157 [8]; gm. In Carone/82, pp. 326/327. DCB/80, nº 27 [10]; ggmm. Res. Mun. SP/82, p. 337.

730. Idéia marxista já esposada por Gorender em novembro de 63, quando denunciou a *estreiteza da democracia capitalista* em função da propriedade apontando para a *necessidade de sua superação*. (Segatto/sd, p. 156)

731. E não o **modo** consagrado historicamente de efetuar mudanças sociais progressistas. Enquanto *modo*, a democracia seria permanente e insubstituível, enquanto *meio* ela serviria de ponte para o socialismo e a DP.

732. Gruppi/78, p. 9. In VO/78, nº 147 [8]. VO/77, nº 135 [1]; gm.

seu partido" não são negociáveis, as políticas podem sê-las. Aceitar que a democracia como um **método permanente de modernização/transformação** se confundisse com a *amplitude das alianças* e a *flexibilidade política*, na presunção de que ela se impusesse naturalmente no processo de legalização do partido, foi o erro crasso dos *eurocomunistas* que, na verdade, possibilitaram à cúpula partidária ostentar a bandeira da renovação em sua luta contra o *prestismo*. Não que os militantes fossem incapazes de evoluir para posições democráticas a partir das *conquistas eleitorais* e da *asfixia do poder burguês* por elas gerada – afinal, como disse Engels, a *evolução da arte militar* e as dificuldades que esta colocava às práticas insurrecionais[733] levavam a isso –, mas que tais conquistas no Brasil, além de não pertencer, no presente, diretamente ao PCB como na Alemanha pertencera ao POSD, eram historicamente incertas, ou seja, não produziam o resultado político avassalador que se esperava delas. Assim, aos olhos das *bases*, o abandono da perspectiva instrumentalista, que pelo menos mantinha o monopólio de interlocução do partido com o MCI, era mais ameaçador do que sedutora era a chance de uma nova inscrição do comunismo na sociedade brasileira.

A ingenuidade tática do *eurocomunismo* no Brasil pode ser melhor compreendida se enfocarmos o convencimento de intelectuais como Konder quanto à "inspiração rigorosamente democrática" do marxismo, "que (...) se desenvolveu em luta contra (...) o formalismo *liberal* (...)"[734], e quanto à explicação dos problemas na *direção democrática do PCB* como produto da *falta de coerência do partido com sua pregação programática*. Como nem Marx era um democrata – ele propôs ao Partido Operário Alemão o programa da ***ditadura revolucionária do proletariado*** em oposição à repetição, *por si só*, "da velha e surrada **ladainha democrática**: sufrágio universal, legislação direta, direito popular"; "simples eco do programa do Partido Popular burguês" *realizado alhures*[735] –, nem o PCB era incoerente com sua tradição neste ponto, restava a habilidade das *velhas raposas* na manipulação do imaginário propagado pelos *intelectuais ingênuos*.

Para Marx, em 1875, "(...) o programa (partidário) está todo ele infestado até a medula da fé servil da seita lassaliana no Estado: ou (...) da **superstição democrática**; (...) nenhuma das quais **nada tem a ver** com o socialismo". Engels, por sua vez, no mesmo ano, consideraria que a "legislação pelo povo", existente na Suíça, "produz mais prejuízos do que benefícios" e que o "*Estado popular*" era uma invencionisse anarquista que não tinha nada a ver com o socialismo, onde "o Estado se dissolverá por si mesmo" depois de servir "para submeter (...) (os) adversários" *da classe operária*. Por mais que se relativize a situação específica do capitalismo alemão, se considere a realidade do liberalismo europeu da segunda metade do século passado e se leve em conta a evolução do pensamento político

733. Coutinho/94. Lavau/81, p. 423. In Luxemburgo/90, p. 9.

734. De modo semelhante, Mandel defendeu o "princípio da pluralidade dos partidos políticos e da manutenção e alargamento das liberdades democráticas sob a ditadura do proletariado" como "parte integrante de toda estratégia realista (...) para a revolução socialista (...)", sem maiores indagações sobre a histórica das revoluções e das *democracias populares*. (Mandel/78, p. 183)

735. In VU/81, nº 50 [7]. [Marx, Karl /1977] p. 239; gm.

de ambos, não se pode ignorar que a percepção marxista sobre a modernização do sistema de dominação burguês estava permeada pela mesma convicção *catastrofista* da *natureza perversa de sua lógica econômica*, ou seja, que toda a positividade engendrada pelo modelo criticado seria *tragada pelas ondas de suas terríveis contradições*. Assim, mesmo percebendo-os, obscurecia-se os reflexos da ação política dos *de baixo* sobre a institucionalidade da época. Se, por um lado, isto fazia com que se fechasse para os marxistas a possibilidade de um desenvolvimento socialista democrático, de outro, impedia-os de vislumbrar as implicações políticas de médio e longo-prazo da via revolucionária sobre o socialismo; que Weber, por exemplo, soube discernir:

> "a realização de uma sociedade socialista por meios revolucionários implica o uso da força (...). Porém, a aplicação da força envolve obrigatoriamente a repressão política (...) o que irá negar algumas das liberdades inerentes ao ideal socialista"[736].

A não percepção da tendência universalizante do liberalismo, subjacente, de resto, à própria expansão do sistema capitalista, faria com que a aposta no fracasso da democracia burguesa se erigisse na alavanca da degenerescência política do marxismo.

Já no Brasil, muito mais tarde, a tradição *tenentista*, "associando atraso e poder oligárquico, e este ao liberalismo constitucional", nos diz Palácios, também fundava seu projeto de modernização "com independência dos princípios liberais". Prestes, em seu Manifesto de Maio de 1930, expressou com radicalidade esta tendência modernizadora, ao mesmo tempo anti-liberal e anti-capitalista:

> "a revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidades administrativas, de respeito à Constituição e moeda estável, e outras **panacéias**, **nada resolvem**, **nem podem (...) interessar a grande maioria da nossa população** (...)".

Vargas, que refletiria o lado oligárquico e pragmático da mesma tradição, 20 anos depois produziria discurso análogo durante a campanha eleitoral de 50, tentando a ressurreição política pelos braço do povo: "a velha democracia liberal e capitalista está em franco declínio porque tem seu fundamento na desigualdade (...). A outra é a democracia socialista. A esta eu me filio". A convergência do PCB com o *varguismo*, cujo ápice ocorreria na primeira metade dos anos 60, permitiria que uma terceira *nacionalização* do comunismo tivesse curso sem que se incorporasse satisfatoriamente em sua cultura os traços democráticos emergentes com a sociedade urbana daqueles anos. Ainda ilhados no *nacional*, quase como nos anos 30, os comunistas sequer se beneficiariam da proximidade com os intelectuais progressistas[737] para romper seu bloqueio formulatório quanto à democracia, em função da

736. Marx/77, pp. 241/247/248; ggmm. Apud [Giddens, Anthony /1987] p. 226.

737. Proximidade que Corrêa, em agosto de 78, qualificaria de *reboquismo* em relação ao ISEB, à época do V CONGRESSO. (Corrêa/80, pp. 148/149)

marginalização deste tema entre seus aliados, como bem apontou Daniel Pécaut:

> "praticamente não há textos, nem dos isebianos, nem de outros nacionalistas, que analisem os mecanismos de representação (...) de poder. (...) Isso (...) acompanha o desdém por tudo que se assemelhasse à democracia liberal: admitir esse regime implicaria endossar o mito do indivíduo soberano e também as divisões sociais"[738].

A conseqüência político-cultural deste círculo de ferro pode ser sentida em 68 e nos anos 70 não só com a dificuldade *pecebista* em se ligar com os movimentos sociais, como também através da emergência tardia dos trabalhadores radicais do ABCD apartados da luta democrática. Para Lula em 77, a questão democrática surgia naturalmente apartada da luta democrática geral, se concentrando na luta corporativa – como, de resto, ocorrera em várias outras experiências internacionais –: "o estado de direito (...) vai muito além de **coisas genéricas**, como liberdade de imprensa e *habeas corpus*"; os trabalhadores "precisam ter autonomia e liberdade sindical"[739].

3- O Aparelho Anti-Democrático

Além da identidade mutilada por uma política democrática incompatibilizada com suas *lutas* históricas, o PCB padecia de uma estrutura organizacional burocratizada e anacrônica, em tudo disfuncional com a nova realidade do país. Depois de 15 anos de clandestinidade absoluta, com 5 anos de separação do CC do restante do partido, o aparelho *pecebista* assumiu feições especiais. O centro dirigente, formalmente o CC, perdera parte de sua autoridade para CEs, CMs e bases importantes que sobreviveram à repressão, praticamente tornando o centralismo-democrático um fenômeno regional. Com a volta dos exilados em 79, os conflitos naturais decorrentes do afrouxamento dos controles internos seriam potencializados pelo cisma *prestista* e pela identificação de setores jovens e dinâmicos do partido com as posições *eurocomunistas*. Este cenário de desorganização, propício para a democratização interna, que atravessaria o ano de 80, seria superado surpreendentemente sem grandes traumas, com a saída de Prestes em situação de vexatória minoria. O fenômeno se explica em função da aliança anti-*prestista* dos *eurocomunistas* com o *centro*, que bloqueou o processo catártico que se anunciava flamejante e profícuo.

A arquitetura histórica do aparelho, bloqueada para o exercício crítico/cognitivo da práxis, se imporia, mais uma vez, com a força dos fenômenos naturais. A resposta primitiva de Pereira às críticas em relação à Revolução Soviética, aparecida em *O Internacional* nos primeiros anos do MCB, não

738. Palácios/89, p. 72; ggmm. Apud Pécaut/90, p. 50/188.

739. In DCB/77, nº 11 [10]; gm.

poderia mais ser considerada padrão, mas tampouco ultrapassada: "diante do mundo burguês em armas para esmagar a Revolução Russa, é um verdadeiro crime (...) (dizer) que os homens encarregados de dirigir a revolução são ambiciosos, sangüinários e tiranos"; diria o fundador do partido, inaugurando aqui o culto aos líderes da *revolução mãe*[23]. A defesa apaixonada de 17 viria acompanhada da desqualificação do crítico, quase sempre um anarquista, que Pereira lembrava ser um militante de um *movimento em decomposição*; "fenômeno (...) observado no movimento operário mundial". A veemência das acusações evoluiriam até a difamação com a consolidação do stalinismo. Prestes, neste período, se destacaria como inquisitor dentro da ótica, como nos diz Claude Lefort, de que *o partido só podia ser forte e homogêneo se tivesse um inimigo solidamente definido e uma prática de expurgos*[740]. O inimigo interno principal nestes anos era o trotskista, apontado por Prestes e outros dirigentes como *serviçal* "ao fascismo", e, por isso, fácil de se detectar, pois "quando sorrateiramente ingressa no partido, no curso do próprio trabalho ele será desmascarado, uma vez que **não se sujeitará a cumprir a linha partidária**"[741]. Portanto, todos que não seguissem a linha partidária eram passíveis de serem acusados de *trotskismo*; a não ser que negociassem antes a *autocrítica*.

A idéia de Marx, no *Dezoito Brumário*, de que as "revoluções proletárias" deveriam autocriticar-se "permanentemente" interrompendo "a cada momento o seu curso" para voltar "ao que já parecia estar feito para recomeçar de novo", zombando "impiedosamente das suas insuficiências (...) e misérias das suas primeiras tentativas (...)", simplesmente não se realizou. Ao contrário, sobreveria a super-valorização das realizações que evoluiria rapidamente para a completa manipulação dos fatos por meio de uma autocrítica que penalizava a minoria e não o sujeito da ação, ou juízo, que trouxera prejuízos para o movimento. Quando a punição era inviável exteriorizava-se as causalidades e os infratores de modo a que qualquer idéia, ou militante, pudesse ser atingido no futuro pela vontade da maioria. Assim, Prestes em 46 falaria em "desvio oportunista na aplicação prática da nossa linha política" para se referir à adesão partidária ao *queremismo*, sem se dar ao trabalho de discutir a aproximação com o *varguismo* à luz da conjuntura pós-38 – quando o Estado Novo esmagou os integralistas –, ou mesmo a motivação de seus promotores, entre os quais ele próprio. Muitas vezes seriam os militantes de base, que não tinham poder nenhum a não ser o de executar as tarefas, os responsabilizados pelos prejuízos, como em 47 quando no debate sobre a impotência partidária diante da cassação Valdu Cardoso, ex-parlamentar comunista, proclamou a necessidade de "um teste para se entrar no Partido" porque "90% dos companheiros não estavam preparados" para os desafios do momento; posição chancelada por Gregório Bezerra, para quem "uma das debilidades da direção nacional e do nosso Partido foi ter-se preocupado muito mais com o seu crescimento quantitativo do

740. Como observou Cavalcante, "do ponto de vista interno (...), sua solidez e sua capacidade de resistência advinham de sua homogeneidade". (Cavalcante/86, p. 55)

741. Apud Carone/82, pp. 104/110/111. Apud Cavalcante/86, pp. 136-138/177/178.

que com o qualitativo (...)"[742].

Um partido sempre disposto a punir os críticos e promover os vassalos, que não tinha escrúpulos para expor lideranças como a de Santos, dirigente distrital do RJ que, resistente ao apoio aos pelegos seria afastado de seu cargo partidário pelo CM/RJ e, posteriormente, em 53, condenado publicamente, depois de expulso do partido, através de panfletos e cartazes afixados na porta da empresa onde trabalhava, acusado-o de "ter se tornado um elemento perigoso, policial, patronal e divisionista"[743]. Tratamento que, ironicamente, 35 anos depois respingaria, guardadas as devidas diferenças, sobre o líder máximo da organização, tratado pela VU em 88 como *ideólogo pequeno burguês que* "**dominou** o PCB, **falsificou** o marxismo e **reduziu** o partido a um aparelho de burocratas (...) **afogando** (...) muitos quadros e militantes que exigiram a autocrítica da direção partidária"[744]. Esta *metodologia* seria explicada, em outubro de 56, no Projeto de Resolução sobre o XX CONGRESSO, como radicando "no próprio processo de formação de nosso Partido, nas influências ideológicas pequeno-burguesas, nas tendências caudilhescas (...) e nos restos patriarcais existentes na sociedade brasileira", numa sociologia que se prestava ao mascaramento das práticas internas autoritárias, à medida em que não identificava os procedimentos que se colavam às tradições denunciadas, sugerindo-os como qualidades de mutantes[745]. No imaginário partidário, *elementos deturpadores* da ideologia pura, que se procurava restaurar, atacavam permanentemente suas virtudes, o que fazia do apregoado direito da minoria manter sua opinião uma fantasia, incompatível com a pregação pela intensificação da "luta ideológica no interior do PCB contra as tendências estranhas à ideologia do proletariado"[746].

Aos olhos das novas gerações que adentraram no partido nos anos 70 ignorantes dos seus procedimentos internos, ou mesmo aceitando-os no intuito de mudá-los, não tardaria a amadurecer um juízo crítico que lhes bloquearia a militância. Os procedimentos *autocríticos* da máquina logo perderiam seu *manto santo* e seriam retratados como realmente eram: como expediente, como dissera *Zé Beto*, para se *esconder a política*, "um rito de referências a organismos e lideranças cristalizadas

742. Apud Luxemburgo/90, p. 122. Apud Oliveira/88, pp. 218/219. Apud Oliveira/89, p. 153.

743. Padrão difamatório e métodos escusos aplicados desde os anos 30. Carlos Lacerda, em 39, por exemplo, desconfiou que o PCB o entregara à polícia por conta de um artigo, publicado com pseudônimo, que não fora do agrado da direção. Os comunistas assim se referiram a Lacerda, na ocasião, dando vazão à desconfiança: "(...) elementos que realizam obras provocadoras, policiais como a desse aventureiro, são indignos de pertencerem às fileiras comunistas (...): devem ser escorraçados do convívio de todos os homens de bem!". Mesmo Bezerra, *bom comunista* padrão, era implacável com os *desviantes*. Consta que, na prisão estadonovista, sonegava comida aos dissidentes do coletivo partidário de Fernando de Noronha. (Apud Dulles/85., pp. 190/192/195)

744. Dois anos antes o partido já o responsabilizara, e aos "seus liderados", oficiosamente por serem os *responsáveis pela insistência do etapismo evolucionista no PCB*. (Giovanetti/86, p. 41)

745. Prestes em fevereiro de 54 já identificara os problemas internos do partido como *frutos do atraso brasileiro*. O gosto pelo argumento atravessaria décadas e seria repisado por Nemésio Salles, da *direita*, em 77, para quem o atavismo era expresso sintomaticamente pelo termo "*baixar o centralismo democrático*". (Santos/91, p. 206. Salles/77, p. 238)

746. Santana/92, p. 100. Apud Pandolfi/94, p. 273; ggmm. Apud Vinhas/82, pp. 170/171. Pregação persistente ainda em 81: "a teoria marxista-leninista, o trabalho de massa, o contato íntimo com a realidade são referencial seguro para combatermos com sucesso (...) os **desvios** (...) e, conseqüentemente, o fracionismo (...)". "(...) Consideramos que o combate ao fracionismo deve vir acompanhado de um combate sério aos desvios do marxismo-leninismo (...), aos nossos erros, deficiências, equívocos"; diria Márcio de Almeida. (In VU/81, td nº 8 [1]; gm)

que estavam longe da trama política real que era dramatizada do lado de fora", mas que servia à luta interna. O processo que outrora magnetizara várias gerações de jovens comunistas tinha perdido sua eficácia. O centralismo-democrático, sua disciplina e sua *democracia dirigida* passaram a ser vistos como pervertidos, não obstante continuassem impressionando os *sacerdotes* e mesmo os *inimigos de classe*[747].

A consagrada análise de Duverger sobre a "ferramenta" do centralismo-democrático como de admirável "perfeição técnica", não seria de muita utilidade para o entendimento do caso em discussão. Mais corretamente, no contexto aqui discutido, caberia a percepção de Michels de que a centralização no partido tornou-o "partido de governo (...), organizado como um governo em miniatura (...)" que "em vez de ganhar em energia revolucionária, à medida em que aumentam suas forças", reproduz "um fenômeno diametralmente oposto (...)". De fato, as vantagens do aparelho descritas por Lavau – unidade, mobilidade para o ataque e contra-ataque, homogeneidade de ação e boa preparação para a batalha da comunicação – perdiam, nos anos 80 no Brasil, em relação às desvantagens da saída dos militantes mais experientes, inteligentes e influentes – também jovens em relação à direção –, que retiravam-se do partido por *não tolerarem mais ocultar seu desacordo, os simulacros de discussão e os erros repetidos*. No caso francês, tal processo fora maquiado pelo afluxo de novos aderentes que, no entanto, não podiam repor as energias perdidas, como nos explica Lavau:

> "(...) les vides dans les rangs sont vite comblés par de nouveaux venus: (...) la majeure partie de ces nouveaux venus (...) est formée **d'adhérents sans mémoire**, ignorant tout (et ne **voulant rien savoir**) du passé du partie, donc imperméables à ses contradictions, heureux d'avoir des *tâches à remplir*, heureux que les *discussions* (une vraie discussion est toujours troublante pour des néophytes) soient vite éclairées et tranchées par les responsables *qui savent*. Le remplacement incessant des adhérents est un instrument inespéré du maintien de la maîtrise des dirigeants et il permet aux plus anciens qui restent encore dans le parti, à condition d'en accepter les règles, de devenir *responsables*"[748].

No caso brasileiro, nem isso se conseguiu.

A perda dos quadros mais dinâmicos – e jovens – fora um problema sério para o PCB pós-67, que seria revertido em razoável medida apenas 10 anos depois. Mas, a retomada do controle partidário pela *velha guarda* exilada em 79-81 esterilizaria a recuperação ao impedir a ascensão dos novos *quadros* e restringir significativamente os espaços dos *eurocomunistas* que davam suporte teórico às expectativas renovadoras. A flexibilização interna operada pelos neo-*prestistas*, Dias à testa, sob a forma da descentralização *donatária* – que Corrêa descreveu como "feudos internos" "onde donatários agem

747. *Zé Beto*/92. O jornal O Globo, por exemplo, em dezembro de 78, confundia a mobilização política bafejada pela nova esquerda com a "experiente máquina de mobilização" do PCB que, àquela altura, estava ainda emperrada. (In VO/78, nº 153 [4])

748. Duverger/87, p. 94. Michels/82, pp. 221/222. Lavau/81, p. 210/212/213; ggmm.

como se fossem donos dos respectivos setores" –, dissiparia os ventos democratizantes do exílio transferindo os velhos controles para as direções intermediárias (CEs e CMs). O novo modo de produzir maiorias, demandado pelos novos tempos, que Corrêa chamou de "disciplina consciente pela experiência do militante no embate com seus companheiros", não atendida levaria ao desencanto com o partido e ao agravamento do êxodo iniciado em 56 e agravado em 67, a ponto de se ter "mais comunista fora do Partido do que dentro" – claro "sinal de uma organização inadequada"; admitiria Corrêa ainda antes de ter encerrado sua militância no partido[749].

De um modo geral, nos diz Lavau, os militantes comunistas "manifestavam seu desacordo *com os pés*, abandonando o partido (...)". Este fenômeno universal pode ser explicado em função da arquitetura dos PCs e do empenho de suas direções em, como mostrou o autor, organizar, concomitantemente, "l'ignorance officielle du désacord", as soluções de compromisso e o ostracismo, sem exclusão estatutária, do descontente. Era assim também no PCB, não obstante sua ilegalidade e instabilidade crônicas o fizessem, como nos ensinou Duverger, bem menos sensível aos problemas internos do que o PCF, partido legal e estável. No PCB, como já foi observado, as turbulências internas, mesmo ocasionando esvaziamento, eram percebidas e estimadas como processos depuratórios e tonificantes, não obstante a persistência da pretensão de constituir-se em *partido de massa*[24]. Neste aspecto, o paradigmático PCI, que adotara postura diversa combinando o *compromisso histórico* com a democratização de sua práticas internas, não seria levado na devida conta – apesar dos expressivos resultados obtidos, entre eles o acréscimo, entre 69-76, de 300 mil novos membros em suas fileiras. Os *pecebistas* devem ter se mirado no PCF, partido não tão flexível orgânica e ideologicamente quanto o PCI mas que crescera de 300 mil membros em 76 – quando abdicou de implantar a *ditadura do proletariado* no cenário europeu e tomou relativa distância da URSS – para 543 mil no final de 77[750].

O PCB, no entanto, foi excessivamente econômico em suas concessões, praticamente não fazendo mudanças ideológicas importantes. Sua *linha democrática pacifista* significou uma audaz, e disfuncional, concessão política que só poderia ser sustentada na presença de uma certa rigidez ortodoxa. Tal combinação seria ainda mais desastrosa na presença da aludida estagnação interna. O bloqueio ao processo de renovação dos anos 70, se não seria capaz de neutralizar por completo o efeito da descaracterização política da *opção democrática*, certamente poderia ter adiado muitos dos seus nocivos efeitos e até mesmo contribuído para a reversão dessa patologia política. A experiência, já comentada, do PCB/Caxias do Sul prova-o. Lá, o partido, que tinha presença histórica, manteve marcante hegemonia no movimento social por longo período: no ME, de 72-82; no movimento comunitário, de 74-91; no MES de 80-85; ainda com grande participação no sindicalismo operário e boa articulação entre as camadas médias. Os resultados eleitorais também foram surpreendentes: em

749. Corrêa/87.

750. Lavau/81, p. 214. Duverger/87, p. 121. (Panebianco, Angelo (1988) pp. 191/192.

78 lançaram 1 candidato à Assembléia Legislativa, contra a orientação do CE/RS, que não se elegeu por apenas mil votos – praticamente todos os votos obtidos foram da região –, enquanto em 82 ele se reapresentaria sendo eleito com 30 mil votos. No mesmo ano, o partido elegeria 2 vereadores – o 2° e o 4° mais votados da cidade – fazendo ainda o 1° e o 4° Suplente[751].

A razão para o bloqueio interno ao crescimento – que, neste caso, incidiu diretamente sobre a renovação, ou a abertura social – foi procurada por Angelo Panebianco na configuração da coalizão dominante dos partidos: "(...) o tamanho do partido depende, principalmente, da estrutura interna de poder de cada partido, isto é, da conformação de sua coalizão dominante". Na conformação "coesa-estável", os líderes tenderiam a aumentar o número de membros da organização para salvaguardar sua estabilidade, enquanto na "dividida-estável", manteriam seu tamanho, e na "dividida-instável", a expansão da agremiação ocorreria como resultado da competição. O PCB enquadraria-se melhor no segundo tipo (*dividida-estável*[752]) tendo a idéia de fortalecimento, como nos diz Cavalcante, mais centrada nos *quadros* do que na ampliação dos membros, e com significativo grau de disputa interna ao nível das cúpulas e pouca participação das bases[25]. A disputa na cúpula, e também nos níveis intermediários, respeitava critérios rígidos porque, como mostra Lavau, "(...) tout manquement à l'unanimité aux niveaux intermédiaires et supériéres du parti provoque des réactions de panique, de dissimulation et d'autorité". Nesses casos, o "*espírito de partido*" era a "qualidade fundamental requerida de todos os responsáveis" para se manter o controle da situação. O processo normal de dissensão interna implicava na cooptação dos líderes descontentes até que o impasse fosse dissolvido numa reacomodação do poder. Ocorre, que fatores externos à esta trama às vezes concorreriam para agudizar o impasse ao ponto da sua não absorção pela *máquina*. como em 57, 62, 67, 80 e 82/83. Mas, mesmo nestes casos, era possível atrair sub-grupos dissidentes para a permanência no partido acenando-se com a franquia de espaços para a ascensão interna em função dos vazios deixados pelos opositores mais determinados. Tal tendência à acomodação de setores dissidentes já fora percebido por Michels ao estudar a social-democracia alemã. Neste caso, as lutas internas, na maioria das vezes,

> "termina mais numa **fusão** do que numa circulação das elites ou (...) num amálgama dos dois elementos. Esperando sua hora, e desde que não percam de vista seus interesses, as minorias rebeldes sabem aceitar as circunstâncias (...) que impliquem sua própria condenação"[753].

No caso brasileiro, esta dinâmica teria um papel crucial na amalgamização do *centrismo* e na

751. Tódero/92.

752. A *estabilidade* aventada por Panebianco é de outra natureza, face a definida por Duverger, e procura dar resposta a um conjunto diferente de preocupações. Para Duverger, *estabilidade/instabilidade* eram referidas às incertezas institucionais do partido – legalidade x ilegalidade –, enquanto Panebianco imaginava-as na relação interna da organização – centralização x descentralização –, fundadas sob o *modelo genético* dos partidos de modo a que o grau de centralização, inclusive a nível internacional, gerasse uma forte tendência à estabilidade organizacional.
Um outro enfoque teve Rodrigues, que tratou-as sob a ótica da inclinação política – *aventureirismo de esquerda* x *oportunismo de direita* –, estando nesta simbiose pendular a origem da instabilidade crônica do PCB. (Panebianco/88, p. 86. Rodrigues/83, pp. 440/443)

753. Panebianco/88, p. 192. Cavalcante/86, p. 57. Lavau/81, p. 194. Michels/82, p.100; gm.

estabilização da organização, ao preço, é claro, do abastardamento dos *quadros*, cada vez mais **selecionados por seus pontos fracos**. Abrir-se para a sociedade significava, nesta situação, a desestabilização da dinâmica interna de poder, o que, no limite da identificação do partido com sua nata dirigente, significava a desagregação da própria organização.

Entramos, então, no ponto nodal da equação interna de poder. O fenômeno da coalizão dominante nos PCs, materializada por meio do *núcleo dirigente* e dos *permanentes*[26], que condensam em si não só o poder, mas também a própria identidade partidária. Tal definição de papéis não difere, a não ser pelo acentuado grau de hierarquia e pela estabilidade e autoridade da burocracia – que acumula, nos [illegible] funções desempenhadas por grupos de interesses nos outros partidos –, do observado nos partidos *burgueses*. O *condomínio* seleto de dirigentes e assessores, capazes de articular em torno de si outros menos cotados e de escalões intermediários, além de funcionários da *máquina* partidária, dão o tom da organização, entre outras coisas por contarem com plena liberdade em função da opacidade de suas articulações[754]. Como apontou Duverger, "(...) a hierarquia oficial (do partido) se faz acompanhar de uma **hierarquia oficiosa** ou oculta; as duas participam do poder efetivo, tendendo a segunda a ficar com a parte do leão". Isto acontece porque "a organização dos partidos repousa essencialmente em práticas e hábitos não-escritos", se conservando "quase inteiramente costumeira" com "os estatutos e regimentos internos" sendo "raramente aplicados de maneira precisa". Nos PCs, em particular, esta prática específica de oligarquização assume formas paroxímicas em função do fato deles, por sua própria natureza, constituirem-se numa *máquina* devotada à *tomada do poder*, num aparelho de *luta de classes*. Por mais que sejam levados a recuar ao pragmatismo, os comunistas jamais abandonam as pretensões *subversivas* que os fazem sentir-se, como nos diz Lima, como "seres privilegiados, a vanguarda de uma classe destinada pela História a redimir a humanidade", e que, por isso, tendem a [illegible] duas posturas paradigmáticas": a "abnegada" e a "intolerante". A primeira, pela ingenuidade, e a segunda, pelo oportunismo, engendraram a coagulação burocrática, sob formas não vistas em outras agremiações, seja nos militantes ideólogos, ativistas, ou carreiristas – de acordo com a classificação de Cavalcante. Elas também exponencializaram a profissionalização necessária dos *quadros* para o trabalho permanente junto ao *proletariado* e *seus aliados*, mesmo sob clandestinidade[27], criando, como nos mostra Duverger, "uma *classe de revolucionários profissionais*" que gerou "uma classe de *dirigentes profissionais dos partidos revolucionários*", "uma burocracia" sobre a qual a direção, exercendo "um controle estrito", transformaria numa "oligarquia autêntica, que exerce o poder, conserva-o" e transmite-o "pelo mecanismo da cooptação"[755].

754. A este respeito, Lavau diria que "(...) le secret est une des règles de fonctionnement des instance supérieures (...) qui n'est même pas toujours révelé à tous les dirigeants du parti". Com efeito, Brandão, em 79, testemunharia que apesar de membro do CC só tomou conhecimento do manifesto de 48 e do de 50 depois de publicados, isto para não falarmos das articulações *prestistas* com Goulart no pré-64 e das atividades da *Seção de Assuntos Especiais* nos anos 70. (Lavau/81, p. 194. Brandão/79, p. 29)

755. Duverger/87, pp. 16/184/192; gm. Lima/91, p. 14. Cavalcante/86, p. 68.

A dinâmica centralizadora requisitada neste processo exigia uma forte dose de voluntarismo na execução da tarefas. O *tarefismo* não era só uma religião das *bases*, mas também uma necessidade dos dirigentes, quer para possibilitar sua ascensão, quer para garantir seu *status* interno diante da pressão dos neófitos por espaços na cúpula partidária. A acumulação de cargos e tarefas por parte dos dirigentes para, como disse Michels, *pôr-se em evidência como o fazem os parlamentares*, respondia por grande parte do esforço partidário, sendo um *elemento fundamental na consolidação da oligarquia interna*: "a luta entre os chefes e sua inveja recíproca os força a desenvolver uma atividade cada vez mais intensa e, com freqüência, **algo artificial**". Corrêa conta, em suas memórias, que chegou a acumular 9 cargos políticos em 64: 3 no partido, 4 no MS, e 2 na Assembléia Legislativa da GB. A "atividade excessiva, mesmo política, só faz de você um ***burro ativo***, impedindo de ver a realidade, de buscar os melhores caminhos"[756]; admite ele 30 anos depois. Tal competição pelos cargos fazia a todos prisioneiros da *máquina*, submetendo mesmo àqueles mais jovens cuja mentalidade, se predominassem sobre os mais antigos, tenderia a levar o partido a uma evolução mais rápida. O simples exercício do poder, ou das "responsabilidades", como prefere Duverger,

> "(...) transforma aqueles que as exerce; **a psicologia dos chefes nunca é idêntica à das massas**, mesmo que os chefes tenham a mesma estrutura social que as massas. De fato, qualquer que seja a sua origem, os dirigentes tendem a se aproximar e a constituir naturalmente uma classe de chefes".

Reforçando esta tendência ao *esprit de corps*, há também o fato apontado por Panebianco de que

> "os incentivos usufruídos pelos burocratas não são substituíveis: os burocratas usualmente não podem reciclar as habilidades que eles adquiriram trabalhando para o partido em outros partidos ou em trabalhos extra-políticos". Ademais, "a conformidade com a qual a coalizão dominante pode contar em todos os níveis da pirâmide organizacional é fortalecida por uma distribuição centralizada de incentivos de identidade coletiva (...). Sob estas condições (...) *sair* dos vários níveis hierárquicos envolve pesados custos; (...) aos dissidentes não é permitido reunir-se e organizar-se"[757].

Todas estas questões, imanentes aos PCs, jamais puderam ser discutidas com seriedade por seus membros, dentre os quais seus críticos mais radicais. Isto porque seria preciso uma crítica a Lênin que nem mesmo o PCI se animara a fazer. Lênin, embebido como estava da ideologia populista que pretendera instrumentalizar no sentido da *ação revolucionária enérgica*, não levara na devida conta os sintomas de degeneração política e moral que pode presenciar no Pb. Ele se recusou a atenuar o caráter centralizador do partido mesmo ao perceber o renascimento da burocracia por detrás do poder soviético. Ao contrário, evocou a centralização como a melhor forma de regenerar o que considerava

756. Jaimovich também se referiria à utilidade do curso que fizera em Moscou, nos anos 70, *para dar uma parada para estudar: eu sabia muito pouco, não tinha tempo para a reflexão*. (Jaimovich/93)

757. Michels/82, pp. 66/96; gm. Corrêa/94, p. 93; gm. Duverger/87, p. 196; gm. Panebianco/88, p. 87.

um "desvio". O principal argumento usado para sonegar medidas anti-burocráticas no Pb foi a, já comentada, garantia de que seu papel revolucionário seria **imanente** e havia sido testado e aprovado com Outubro, não restando muitas dúvidas, para ele, de que a burocratização não encontraria terreno propício naquela tradição, sendo antes um fenômeno preocupante, mas passageiro. Tratava-se, antes que tudo, de uma profissão de fé em sua própria capacidade revolucionária e na perenidade de sua liderança pessoal sobre o partido. O segundo argumento que sustentara neste debate, de que o *burocratismo*, enquanto fenômeno social, só seria definitivamente eliminado no socialismo – que para ele, apesar de tudo, estava sendo construído na Rússia –, já que era um subproduto da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual oriundo do capitalismo, foi também de muita utilidade para seus sucessor: "os excessos de burocratismo devem ser corrigidos imediatamente (...). Mas quem disser que nos libertaremos subitamente do burocratismo, no caso de aprovarmos plataformas anti-burocráticas, será simplesmente um charlatão", dizia em dezembro de 20. A problemática estrutural do fenômeno burocrático foi, por Lênin, equivocadamente, posta no lugar da questão política, que demandava uma solução imediata, e assim postergada. Neste sentido, o "estruturalismo" de Lênin, após chegar ao poder, constituiu-se num "economicismo" particular no trato com os problemas da relação entre Estado/sociedade. O terceiro argumento usado faz parte do conhecido repertório das elites políticas dominantes em todos os tempos: o espantalho da anarquia – que, na Rússia, era representado pela presença de um efetivo movimento acrático, num momento em que a economia entrara em colapso: "(...) o inimigo mais perigoso da DP" é o "elemento anarquista-burguês", dizia. Stálin, quanto a isso, apenas se deu ao trabalho de sintetizar, como era de seu estilo, as 3 argumentações em *lemas leninistas universais*. À parte as medidas de longo-prazo, pensadas no bojo das formulações acima referidas, como "a eliminação completa do analfabetismo, a cultura geral, a participação de todos na Inspeção Operária e Camponesa", etc., Lênin, como medida de curto-prazo, proporá em janeiro de 19 uma inócua alocação de "operários nas altas instâncias partidárias", como se eles estivessem imunes à cooptação e à acomodação promovidas pela burocracia do partido/Estado[758].

No PCB, o primeiro a denunciar de maneira mais séria a oligarquização foi Peralva em seu anatematizado *O Retrato*, de 60. Na ocasião, já afastado do partido, Peralva denunciou a subordinação "não só (d)o secretariado e (d)o presidium, como (d)o próprio CC" ao *núcleo dirigente prestista*, que acusava de atuar "fora e acima do partido, como um corpo estranho, **clandestino em relação ao próprio partido e à sua direção**. (...) **Sua existência (...) estabelece duas disciplinas, uma para si e outra para os demais membros** (...)". Um pouco antes, nos debates de 56-57, Marcos Silveira estimara o tamanho da burocracia partidária em algo próximo do triplo necessário para fazer o partido funcionar: "criou-se um monstro macrocéfalo"; dizia. Carlos Danielli aduziria, na mesma ocasião, à problemática quantitativa da burocratização uma qualitativa, chamando à atenção para a significativa

758. Apud Gruppi/79, pp. 239-241.

presença dos militares no interior do aparato, o que, para ele, ajudava a explicar o *mandonismo*[759].

Estas críticas não tiveram segmento e, por isso, ainda no VII CONGRESSO os velhos mecanismos de legitimação das correntes hegemônicas no CC seriam usados, não obstante já terem apresentado, em 67, sinais fortes de estiolamento. Sua utilidade para o *núcleo dirigente* nos anos 80 teria um preço bastante alto, cobrado imediatamente na Tribuna de Debates da VU, publicada em 81. Nela líamos pregações revisionistas, como a de *D'Aldeia*, que lembravam, em radicalidade, o *Sinédrio* de 56-57: pregando a *mudança da forma partido*, o autor propunha, em artigo intitulado *"O Estilo Elitista de Fazer Política"*, o deslocamento do "centro de gravidade (...) das seções auxiliares dos órgãos de direção para as organizações de base", sem o que a "opção democrática radical de Leandro" "não passará de uma modernização-conservadora como, de certa forma, o foi a Declaração de Março de 1958". Também veríamos, com Lynce, a vocalização da crise de realização da nova geração *pecebista*, atônita diante do jogo pesado da luta interna pós-anistia. Preocupado em discutir a "crise do Partido", este autor se insurgiria contra a mecânica da reprodução oligárquica[760]:

> "a forma de se chegar à direção do Partido, numa história rarefeita de congressos – 3 dos 6 congressos foram realizados no 9 primeiros anos de (...) existência – passa, invariavelmente, por estágios nas pesadas assessorias do CC". "Entendemos que a atual crise do Partido é a crise dessa forma de funcionar (...), que já está em descompasso com a nossa linha política desde 1958 (...)"[761].

A resposta do *centro* a estas críticas seria a valorização, como dizia Corrêa, dos "quadros mais antigos do PCB, formados na década de 30/40", por serem eles "decisivos para as mudanças que se apontam internamente": "todas as transformações feitas no Partido até o momento foram feitas por conta da vivência desses quadros, que hoje não devem ultrapassar 80 pessoas". A transformação dos velhos dirigentes em *gardiães e promotores da renovação partidária* fora possível em função da passividade *eurocomunista*, determinada pela tática de colamento ao *centro* para o alcance da hegemonia. É verdade que os neo-*prestistas* foram decisivos para o isolamento de Prestes no exílio e a assunção, pelo grupo renovador, de espaços políticos importantes, mas o que tinham para oferecer em termos da construção de uma nova prática era muito pouco, ou bem menos do que era demandável pelos novos tempos. A prática do *núcleo dirigente* de cooptar lideranças novas emergentes, ainda não consolidadas, impediu o amadurecimento "de novas correntes intelectuais" em proveito daqueles desejosos de realizar, como diz Michels, "uma carreira burocrática regular" com a *confiança das*

759. Apud Santos/88, pp. 145/148/160; ggmm.

760. Em 80, ele já havia se desligado do CE/GB a quem acusou de instituir normas para a Conferência Municipal sob medida para garantir maioria para o grupo dirigente.

761. In VU/81, nº 73, td nº 4 [2]. Lynce/81, p. 2. Malin/Freitas calcularam a média de realização congressual do PCB em 1 congresso a cada 9,5 anos. *Jaime Santos* justificaria a rarefação evocando *fatores objetivos: o IV CONGRESSO, convocado para 47, teve que esperar 7 anos para poder se realizar, enquanto o VI levou 3 anos para acontecer em função da luta contra o fracionismo que dificultou a tarefa de organização.* (In VU/80, nº 29 [5]. In VO/77, nº 141 [7])

bases, numa renovação que atendia, antes de tudo, aos interesses de perpetuação dessa elite dirigente. Santos descreveria a seqüência desta *démarche* como sendo de *cooptação do pensamento mais avançado em seu meio, bloqueio da renovação partidária e prolongamento da ambigüidade estratégica.* Onde tal processo não vicejou, como em Caxias do Sul, a substituição dos velhos dirigentes pela juventude[762], sobretudo universitária, traria enormes benefícios em termos da expansão política da organização.

Desprovidos do carisma de Prestes, os novos expoentes, que tampouco contavam com as qualidades intelectuais de Coutinho/Konder/Vianna e com a energia de Capistrano Fº e seu grupo, só [illegible]ar, para efeito de legitimação interna, com suas biografias ricas em *serviços prestados à revolução*. Tal hegemonia anódina, construída com base em homens operativos, tímidos na política, mas obstinados nas manobras internas, despretensiosos quanto à riqueza, mas dispostos a manter seus postos de *servidores da máquina* – que comandavam **coletivamente** –, não possibilitaria ao PCB atravessar o *rubicão* do Brasil moderno e desigual. A parca visibilidade dos seus personagens centrais e o acanhamento, e posterior desaparecimento, da oposição *eurocomunista*, tornariam a *máquina* verdadeiramente intangível. Livres das sombras dos *algozes* do passado, como Câmara e depois [illegible], os novos dirigentes e sua plêiade de *permanentes* poderiam, com maior facilidade, se proteger dos ataques dos renovadores residuais e garantir sua estabilidade; solapada, ao cabo, pela aguda desidratação do partido. Dedicados quase que integralmente ao que se convencionou chamar de *entendimentos políticos*[763], pouca atenção puderam dar ao esvaziamento do partido assoberbados pelos esforços de preservação da *máquina*. Os pós-*prestistas* pareciam ter encontrado seu caminho com o *novo modo de fazer política*, e sem o aparecimento do PT e o fracasso da *Perestróika*, talvez pudessem até ter sobrevivido com alguma dignidade para tentar reverter seu isolamento, mas suas práticas [illegible]das se mostraram bem mais precárias do que supunham, confirmando as predições de Teixeira, feitas por ocasião do VII CONGRESSO:

> "(...) as Teses preparadas pelo (CC) (...) se esquiva(m) de pôr em discussão qualquer problema real, seja no plano político, seja no ideológico, organizativo ou teórico, preferindo o caminho fácil de repetir acriticamente as velhas fórmulas[764], apresentar formulações gerais e abstratas como capazes de explicar o movimento concreto da realidade brasileira e tentar ocultar a completa ausência de idéias com farta adjetivação, em um esforço inútil de garantir sua posição dirigente e a aparência de unidade do movimento".
>
> "O resultado final já é previsível: a permanência da conciliação e a produção, à guisa de

762. Corrêa/87. Michels/82, pp. 99/100. Santos/88, p. 23. Tódero/92.

763. Inclusive, como observa Segatto, com o empenho "na formação de quadros com a tarefa de serem hábeis *costuradores* políticos capazes de promover a unidade da frente democrática", à semelhança de Goldman e Hollanda. (Segatto/92)

764. "Na dispersão dos seus tópicos e na aparente contradição entre muitos deles repousa uma profunda coerência e unidade que têm profundas raízes entre nós (...) O ponto em que estas concepções podem ser melhor discutidas reside na caracterização da etapa atual da revolução brasileira e na definição de seus objetivos estratégicos". (Teixeira/81, p. 3)

> resolução, de uma colcha de retalhos sob a qual as diversas posições que aceitam a convivência burocrática poderão continuar a fazer exatamente o que pensam (...). E, se se tornar necessário, novos anátemas serão lançados, à esquerda e à direita, na tentativa desesperada de inventar os inimigos internos cuja ameaça justifique o estado de alerta capaz de impor mecanicamente a coesão nas fileiras, sufocando a discussão. **Só que, de tão gasta e puída, esta colcha já não servirá aos fins a que se destina, e sua utilização, nas condições atuais, condenará a tendência comunista no Brasil a uma existência marginal**"[765].

4- A Quem Serviu o PCB?

O fim da hegemonia do PCB sobre a esquerda, no pós-64, não por acaso coincidiu com o esgotamento do ciclo populista de poder inaugurado em 30. O processo de modernização econômica do período 67-74 foi fundamental para a superação da perspectiva da realização da *revolução burguesa plena*, no intuito de abrir caminho para o socialismo, que alicerçava a estratégia comunista de poder. Uma vez completada a revolução capitalista, com o apoio da ala à *direita* da burguesia e sob o comando das FFAA, ficava descartado o programa *patriótico* sustentado pelos comunistas desde 1926[766]. Como diz Vianna, "o regime militar de 1964 derrogou as referências que antes pareciam fazer viável um projeto nacional-popular"[767].

Mas, isto não impediria o PCB de perseguir sua estratégia, com pequenas modificações, pelas décadas seguintes aumentando sua defasagem histórica diante da realidade nacional a ponto de torná-la um abismo intransponível. Não foi, como disse Karl Mannheim pensando no caso clássico da social-democracia, em seu processo de "ascensão" e em estreita colaboração "com uma coalizão parlamentar" que o partido abandonou "seus impulsos utópicos originais", nem tampouco por ter ascendido ao poder, que *desliga a utopia da política*. O PCB, mesmo impedido de colaborar numa *coalizão parlamentar* pela democracia de 46 e, por isso, não podendo participar do poder em seus diversos níveis, como o fizeram as demais forças políticas no pré-64, abandonaria voluntariamente sua utopia depois do golpe militar num processo que pretendia-se de integração, mas que acabou se revelando como auto-imolação. O abandono das *lutas*, já discutido, se materializaria no também já visto reducionismo político do PCB ao PMDB, processo que foi explicado por Vianna como ***necessário***

765. Ibid.; gm.

766. Que a rigor, como já o demonstrara N.M. Roy, em sua crítica às resoluções do V CONGRESSO da IC que orientavam os comunistas a fazer alianças com os nacionalistas, eram errôneas desde 18: "antes da 1ª GM a política básica do colonialismo europeu tendia a considerar as colônias (...) como fornecedoras de matéria-prima. (...) Diante da intensificação dos controles aduaneiros na Europa, as colônias se transformavam em mercados de bens de produção e a industrialização era nelas estimulada. Cessava de existir uma contradição entre os interesses dos capitalistas avançados e aqueles dos países subdesenvolvidos" – com exceção dos países muito pobres. (Apud Pinheiro/91, pp. 61/62)

767. Vianna/91, p. 36.

dada a *ausência de um movimento liberal definido no plano social* "que contestasse (...) diretamente a legitimidade do regime" – "ao menos até 1973, afora o hiato de 1968" –, fenômeno que impelira os comunistas para "papéis político-ideológicos estranhos ao seu campo" *impedindo-os de interpelar mais diretamente os movimentos populares*. Mesmo admitindo que "este papel *substitutivo* deixou-lhes a seqüela de uma crise de identidade no movimento popular e operário, mais visível quando se inicia a (...) abertura", Vianna seguiria defendendo tal *solução* sob a argumentação de que a luta democrática "**exigira**" o sacrifício político dos comunistas em nome da redemocratização do país. O fruto deste *despreendimento*, o MDB, justificaria a auto-anulação: "**basta isso para marcar a grandeza da intervenção dos comunistas na luta contra o regime**".

> "De certa maneira, e abrindo mão ao menos de parte de sua inserção junto à classe operária e aos movimentos sociais, o PCB irá se converter no grande articulador da contestação ao regime (...), especializando-se na *costura* de alianças e na montagem da própria frente de oposições com que se chegaria à abertura (...)";

argumentaria, na mesma linha, Nogueira. Enquanto que Vianna centra o drama do processo na incompreensão do próprio CC quanto ao *despreendimento* – quer por ter se empenhado num ajuste de contas interno que levou à *expulsão dos quadros que haviam teorizado a linha* da auto-imolação, quer por ter *implementado a legalização do partido ao arrepio da unidade* –, Nogueira evocaria a *falta de capacidade* "para (...) administrar toda essa sua influência" e a ação do regime que não "permitirá (...) o pleno aproveitamento dos acertos de sua política"[768].

Tal cálculo de custo x benefício de longo-prazo, que previa, como já vimos, o abandono das *lutas* para sua retomada posterior num patamar superior da *correlação de forças*, seria fruto do [illegible]mento da experiência partidária de 75-76, quando a fragilidade histórica do MCB mostrara toda sua dimensão com o desbaratamento do PCB. A partir de então, a necessidade do aprofundamento do programa de 58 seria a pedra de toque dos dirigentes neo-*prestistas*. Ao contrário dos fundadores do partido, no entanto, que haviam compreendido no final dos anos 20, como diz Vianna, que a "esperada 3ª revolta" seria "distinta das revoltas militares de 22 e 24" quanto à participação social e, por isso, propuseram "ao PCB colocar-se à frente das massas para obrigar o movimento à conseqüência", os dirigentes dos 70-80 haviam desacreditado por completo do processo social e se rendido ao mais puro pragmatismo político para continuar almejando ao poder. A percepção da subalternidade política do proletariado brasileiro, vista como reversível no contexto dos anos 20 "de derruição da ordem oligárquica", possibilitaria ao partido – se levada adiante – construir uma política de coalizão que lhe daria efetiva inserção na *grande política* sem perda de sua identidade operária, centrado, como estava, no "sindicalismo autônomo"[769]. Ao invés disso, porém,

768. [Mannheim, Karl /sd] pp. 274/281. Vianna/86, pp. 143/144; gm. Nogueira/88, pp. 144/145.

769. Como nos mostra Pandolfi, por ocasião da promulgação do Decreto 19.770, em março de 31, regulando a sindicalização – quando o "sindicato passou a ser definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder

> "na década de 30, a abertura (...) se faz numa circunstância em que as massas operárias são objeto da ação invasora do Estado através do corporativismo e de sua política social, já lançadas as bases do processo de industrialização forçada e alterado (...) o próprio perfil demográfico do proletariado urbano".

Assim, o "produto único", referido por Kriegel, ou seja a especificidade do PCB que ressintetizou a tradição político-radical, dividida desde o século passado, aproximando o *radicalismo libertário* do *nacionalismo revolucionário*, assumiria, paulatina mas firmemente, a forma típica de ação deste último – o Estado – na circunstância especial, apontada por Vianna, em que

> "o tema nacional, então confundido com a luta pela industrialização do país, torna-se o *leit-motiv* do regime" autoritário. "O Estado Novo se apresentaria como o embrião de um desejado capitalismo de Estado progressista e identificado com a expansão das forças produtivas nacionais". A "incorporação da intelectualidade progressista ao regime da modernização burguesa autoritária", a "industrialização pesada" com a "imposição do fordismo, valorização do nacional, reforma da administração pública, leis sociais" e "corporativização das profissões dos intelectuais liberais em torno de suas sedes monumentais, construídas com financiamento (...) público", tudo isso "legitima junto à sociedade civil" a modernização conservadora, "em que pese o agravamento das injustiças sociais que provocou"[770].

Tal processo – que dificilmente teria se tornado senso comum sem o concurso do PCB e, como nos diz Vianna, seu "culto acrítico ao desenvolvimento das forças produtivas, imposto pelo Estado Novo através da política de modernização acelerada" –, está na base da opção democrática do *pecebismo* pelo *alto*. Alicerçado

> "na crença de que o desenvolvimento econômico geraria objetivamente o aprofundamento do conflito com a dominação imperialista", "**a política do PCB não vai derivar da natureza dos conflitos de classes**, e sim, de como entendem os comunistas o posicionamento da coalizão no poder face ao *desenvolvimento das forças produtivas nacionais*" –

perspectiva "assumida sem ambigüidades" e com "plena conseqüência" apenas com a ANL e o MA-50[771]. Rodrigues já havia percebido, em 83, que,

> "sob influência do nacionalismo, o objetivo permanente (...) do PCB, qualquer que fosse o grau de radicalismo ou de moderação, não foi a *frente única* das camadas populares contra as

público" –, "o PC, apesar de defender o princípio da unicidade, não aceitava o enquadramento sindical". "Só em 33, diante de uma legislação social exclusiva para sindicalizados, o PC passa a trabalhar no interior dos sindicatos oficiais" – processo interrompido após a perseguição de 35 e refeito em 42. (Pandolfi/94, p. 238)

770. Vianna/87, pp. 17/22/23/35.

771. Para Vianna, a partir da década de 50, instalara-se "uma insanável ambigüidade na práxis comunista: a estratégia de revolução manterá (...) a fórmula nacional-libertadora, porém, sua prática crescentemente adere ao Ocidente", procurando-se "chegar, como desejou Colombo, ao Oriente pelo Ocidente", a democracia como "um valor instrumental". (Vianna/87, pp. 25/26)

> classes altas (...) mas uma ***aliança para cima***, (...) uma grande frente patriótica e anti-imperialista, *policlassista* (...). Nesta frente, o PCB apareceria como representante da classe operária (...) merecendo a liderança[772]. Dentro desta concepção, **o PCB mostrou-se mais inclinado a acordos com as classes altas do que a uma aproximação com outras tendências de esquerda**, contra as quais travou sempre um combate sistemático (...). Não necessariamente uma orientação voltada para as classes trabalhadoras deveria ser revolucionária, (...) porém, (...) uma política *de classe* implicaria a ênfase na autonomia da reivindicação operária diante de outras classes, privilegiando as demandas próprias dos diferentes grupos de trabalhadores, o que não foi realizado pelo PCB".

De fato, diz Vianna,

> "fora da retórica principista, recusava-se uma política de centralidade na classe operária[773], cujo imediato corolário significaria ênfase no tema da democracia e, não, no da Nação". "Em [illegible]to sentido, conclui Rodrigues, o PCB deu uma base teórica a um sentimento nacionalista [illegible]o existente entre as FFAA e a *intelligentsia*. (...) De modo geral, (...) obteve melhores resultados quando, dentro de uma linha moderada, foi capaz de assumir com firmeza certas reivindicações sindicais"[774].

Ancorado no nacionalismo o partido imputaria, como nos diz Segatto, "(...) sobretudo a partir de 1943[775], com exceção dos anos 1948 a 1956, (...) um papel cada vez mais importante à burguesia nacional (...)". A partir de 56, no Projeto de Resolução de Outubro, embora preservando a retórica da aliança operário-camponesa, afirma-se que

> "as forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país (...)". "(...) Nosso ataque deve ser dirigido somente contra aqueles que trairem os interesses nacionais (...). Mesmo em relação aos latifundiários, nossa posição deve depender de suas atitudes concretas (...)".

De 58 à 64, mesmo sendo reconhecido, como diz Segatto, o caráter *vacilante e conciliador da*

772. Seu papel, no entanto, como salientou Lima, seria o de "cimento" da Frente Patriótica desde o "esforço de guerra". (Lima/91, p. 45)

773. Não obstante, como diz Rodrigues, ter sido "a única organização de esquerda a ter formado", "no meio sindical", "uma liderança de origem operária". Santos definiu, mais tarde a situação da seguinte maneira: "a afirmação do caráter de classe da política pecebista (...) iria se dar no plano dos princípios, por cima da realidade efetiva, numa clara demonstração do tipo de teoria (...) que o pensamento estalinista destilara no PCB". É o que vemos com o editorial do DCB de 81: "consideramos ainda um **dever histórico** dos comunistas fortalecer suas ligações com a classe operária para que ela possa vir a desempenhar um papel de destaque na luta pela democracia e pelo socialismo". (Rodrigues/83, p. 442. Santos/88, p. 122. DCB/81, nº 30 [8]; gm)

774. Vianna/87, pp. 25/31/35; gm. Rodrigues/83, pp. 437/442/443; ggmm.

775. Na verdade, o programa da ANL, assinado por Prestes, já trazia embutida a perspectiva da *união nacional* ao dizer que "só as grandes massas trabalhadoras (...) juntamente com a parte da burguesia nacional não vendida ao imperialismo, são capazes de (...) acabar com o regionalismo, com a desintegração feudal, e garantir a unidade nacional do Brasil". Em 43, na Conferência da Mantiqueira, aponta-se para caminho semelhante quando se sugere uma aliança com Vargas em torno da luta contra o nazi-fascismo e à entrada na guerra ao lado dos *aliados*. (Apud [Sodré, Nelson Werneck /1984] pp. 98/115)

burguesia ela continuaria sendo classificada como "*força revolucionária*" "porque precisava da participação popular para derrotar o imperialismo e o latifúndio" que *bloqueavam a industrialização e o aumento do mercado interno.* A luta *nacional*, todavia, consistiu, como mostra Vianna, "num vigoroso impulso à modernização da América Latina" sem ensejar "o esperado confronto entre as forças nacionais e os chamados entraves estruturais ao desenvolvimento – o imperialismo e o latifúndio" – e, contrariamente, aprofundando o "capitalismo no campo e as inversões diretas do capital estrangeiro na indústria, sempre bafejadas pelo Estado e muito freqüentemente em associações com o empresariado nacional"[776]. "A concepção dualista que opunha a sociedade moderna, burguesa, à tradicional, agrária, feudal", fora "reduzida, a partir de meados dos anos 60, ao que efetivamente era": "ideologia[28]"[777].

Se para a sociedade e para um número expressivo de novos aderentes do comunismo, a maior parte dos quais ingressos nos anos 70/80, o que importava era a defesa da democracia[778] pelo partido, para a maioria dos militantes valia mais os apelos ideológicos que o moribundo discurso nacionalista ainda podia suprir por condensar a própria alma da esquerda brasileira. A fidelidade ao *nacional* era signo de fidelidade à *revolução* e não importava se não houvessem mais revolucionários no partido; o fato é que não era possível aos dirigentes neo-*prestistas*, num partido auto-centrado como o PCB[779], manter-se no poder deixando para Prestes o monopólio da identificação com este *passado glorioso.*

Ao mesmo tempo em que representava as *lutas*, o nacionalismo era também o signo do elo que outrora ligara o PCB à realidade nacional, elo que o resgatara do *esquerdismo*, como observou Vinhas[780]. Para os velhos militantes e dirigentes, o nacionalismo era o principal produto do processo de *nacionalização* do partido, a penosa construção de toda as suas vidas que garantira o futuro da organização. Os custos de tal processo – comumente descrito de maneira oficiosa como de *erros e acertos*, mas também referido nas memórias de seus atores como uma verdadeira tragédia –, junto ao resultado *nacionalizante* da cultura comunista, explicam sua perenidade, mesmo claudicante, pelos

776. Em 79, Corrêa admitiria tal evidência: "as divergências entre a burguesia monopolista nacional e a estrangeira prosseguiram (...), mas a solidariedade entre ambas para manter o sistema capitalista no País tornou-se maior". (Corrêa/80, p. 208)

777. Vianna/87, pp. 11/12/28/37. Segatto/sd, p. 68.

778. Vide adesão de parcelas importantes da juventude universitária e de sindicalistas das camadas médias. O caso de Ivan Pinheiro ilustra bem este poder de atração. Militando no ME, por julgar mais produtivo que a sindicalização num sindicato sob intervenção, ele se aproximaria do PCB durante a campanha de Lisâneas Maciel à Câmara Federal em 74 – que, segundo ele, *unificou a esquerda carioca* – em função da persistência da organização a que pertencia, o MR-8, em manter-se fiel ao voto nulo impedindo o apoio de seus militantes ao MDB. Fruto desta aproximação, sua sindicalização como bancário – tentada pela primeira vez em 67, mas impossibilitada pelo governo – seria efetuada em 76 coincidindo com seu rompimento com o MR-8. (Pinheiro/92)

779. Cavalcante observou que os embates com a repressão e o longo período de clandestinidade eram *provas de força do partido* que demonstravam sua *perspectiva auto-suficiente* que, por sua vez, correspondia a uma *concepção histórica auto-centrada*. De certa forma, o CC reconheceria isto em 71 ao admitir que "nossa atividade de direção (...) apresentou uma debilidade (...) de ordem ideológica: ela se exerceu voltada (...) para os problemas gerais e para (...) os **problemas internos** (...). **Não se tem voltado suficientemente para a classe operária** (...). Não tomou as medidas necessárias para levar à prática a Resolução Política do VI CONGRESSO (...)". (Cavalcante/86, pp. 56/57/61. Res. Jul./71, p. 3; ggmm)

780. Vinhas/82, p. 96.

anos 70-80. O orgulho ainda seria maior em função da história atribulada desta *nacionalização*, repleta de *expurgos* e cismas que ora serviam para enfraquecer o ímpeto da inevitável infiltração da cultura nacional no interior da *armadura* doutrinária – que se pretendia pura, mas deixava-se contaminar por questão de sobrevivência –, ora possibilitavam que ela tivesse curso num ambiente de equilíbrio *centrista*. Foi negando a cultura nacional como *desvio do verdadeiro marxismo*, para depois **incorporá-la ao seu modo**, que a ideologia comunista se legitimou e se fortaleceu no Brasil. Esta vivência não pensada, porém, carregava em si o limite inexorável do tempo. À medida em que seus instrumentos de controle caducavam, seus ícones desbotavam, e a burocratização invadia-lhes a própria vontade tornando patente o esgotamento da utopia socialista – o que seria, na ordem dos fatores, o primeiro a suceder, bem antes da falência generalizada do sistema de poder e de ação – ficava clara a perspectiva marginal da condição comunista, patente nos anos 80.

...os foram os exemplos de PCs que, a partir da sua *cultura nacional*, lograram modificar significativamente o sentido da ideologia *marxista-leninista*. O PC italiano é o caso mais citado como exemplo e mudança, porém, mesmo ele não fez mais do que estabelecer um equilíbrio entre os dois fatores aqui discutidos. O legado gramsciano – leitura marxista bem sucedida da realidade italiana – foi por ele instrumentalizado para desempenhar um **papel *positivo*** na adequação do *marxismo-leninismo* à realidade nacional, mas não para superrá-lo como se sugere, entre outras coisas por causa da crítica gramsciana ao stalinismo. No Brasil, muito menos pode se fazer neste sentido dada a rala cultura marxista local e a fraca tradição de esquerda. Ambos os fatores, combinados, concorreram para a manutenção de uma significativa alienação originária do comunismo diante da realidade nacional, influenciando mesmo os críticos mais profundos do *prestismo* e do stalinismo em seu seio, como Agildo Barata e o grupo *Sinédrio*. Imaginavam eles que o nacionalismo de esquerda não era a expressão programática do stalinismo que combatiam, mas a alternativa a ele – talvez por desconhecerem a crítica de José Carlos Mariáteguy, fundador do PS Peruano, ligado à IC, a ele[29]. Os prejuízos advindos desta visão foram, em parte, sentidos no período subseqüente, quando o nacionalismo voltou a significar o chancelamento da política de reforço do "Estado em detrimento da sociedade civil"[781], para usarmos Vinhas, tal como visto em 45. A política democrática sobreposta sobre ele, tampouco levou a resultado diferente à medida em que o pacto liberal dos 80 oferecia não apenas as portas da legalidade, mas também do poder de Estado, perpetuando a idealização/alienação face ao comportamento político das classes sociais – quer a partir de premissas teleológicas de sua constituição econômico-social, à moda do MCI[782], quer a partir de uma convicção democrática

781. Vinhas/82, p. 76.

782. Zdhânov, homem do Estado soviético, por exemplo, se esforçara, no pós-guerra, para convencer as burguesias européias da ameaça norte-americana aos seus interesses, inclusive apontando para o risco de expropriação das colônias e dos mercados nacionais. A palavra de ordem forjada para atrair esta burguesia para o programa comum com a esquerda seria *frente ampla pela paz e pela independência nacional*, ao mesmo tempo em que, no Leste, os comunistas tratavam de *pular etapas rumo ao socialismo* no sentido da integração com a URSS. Tal política, agressiva no Leste e cordata no Oeste – em torno, nos diz Claudín, de uma "utópica (...) democracia burguesa zelosa da sua honra nacional (...) em face das pretensões (...) de Washington" –, além de seus resultados pífios, acarretaria o *isolamento dos PCs em plena fase de reconstrução da ordem burguesa* na Europa Ocidental do pós-guerra. (Claudín/86, pp. 500/501/503/504)

construída sobre os escombros do mito do proletariado e sob o fascínio da experiência européia.

Os comunistas ressentiam-se da falta de alianças formais que embasassem sua política unitária desde 46, e em julho foram capazes de admití-lo na III CONFERÊNCIA NACIONAL. Na própria discriminação dos atores que participariam da "união nacional", feita por Pedro Pomar na *Tribuna Popular* de dezembro de 45, ficava evidente o problema. Ao elencar

> "a burguesia nacional não comprometida com o capital financeiro colonizador, industriais, comerciantes e banqueiros", sugerindo a aproximação com "aquela parte (...) que deseja a criação de um amplo mercado interno, através da liquidação das reminiscências feudais" e propondo ainda o pacto com "os fazendeiros progressistas, (...) os arrendatários capitalistas; (...) os sitiantes colonos e a grande massa de trabalhadores no campo, (...) a pequena burguesia da cidade, pequenos proprietários e a intelectualidade",

sem se dar ao trabalho de correlacionar os interesses conflitantes deste conjunto de aliados, os comunistas patentearam a inviabilidade de tal arco. A idéia de **amplitude** já nascia marcada pelo **descaso com a diferença**, ou melhor, pela ***elusão* do conflito**. Macuri Bastos deixara claro as raízes economicistas desta solução ao defender que, *em sua fase burguesa, a revolução brasileira deveria promover o desenvolvimento do capitalismo com* "os industriais nacionais (...) que economicamente representam (...) as forças progressistas da nação, embora politicamente possam ser reacionários"[783].

A equação de Bastos levava a uma dificuldade prática: como operar em aliança com os *reacionários*, ainda mais em prol do capitalismo, sendo o partido *predestinado pela história a redimir o trabalhador da exploração* dos economicamente dominantes? Tal questão, acoplada à clandestinidade crônica e ao *cordão sanitário* a que era submetido, conduziu a direção a uma solução arbitrária sobre a identidade do aliado, considerando como encarnação da *burguesia nacional* todos aqueles que pudessem colaborar de alguma forma para o fortalecimento da coalizão interna no poder, seja abrindo espaços institucionais, dando apoio material, escondendo correligionários perseguidos, ou mesmo prejudicando competidores internos ou de outras legendas. Este pragmatismo[784] plasmou-se na postura diante de políticos conservadores como Adhemar de Barros, considerado, como nos mostra Segatto, "representante do setor nacionalista da burguesia industrial *interessado no desenvolvimento independente da economia nacional*"[785]. Em 62, "este mesmo político seria caracterizado como reacionário e entreguista", restando Goulart, Brizola e outros *petebistas* como *aliados burgueses*.

783. Apud Cavalcante/86, pp. 170/171.

784. Cara-metade do pragmatismo vigente no *outro lado*, como vemos com Amaral Peixoto, *cacique* político fluminense que, fechando acordo eleitoral com os comunistas, estabelecia: "em troca (...) os candidatos de vocês não vão falar no meu nome. Nem bem, nem mal. **Vocês não têm votos para eleger ninguém, mas quando *malham* um cara, acabam com ele**". (Apud Corrêa/94, p. 83; gm)

785. Reações ocorriam diante desta *flexibilidade*, como patenteia Brandão: "quando Ademar de Barros foi eleito Governador (1947) e veio visitar nosso jornal, *A Imprensa Popular*, tirar fotografias ao nosso lado, não aceitei. Tiraria fotografia ao lado dos operários, mas não ao lado de Ademar de Barros, porque sabia que ele era um patife,um ladrão que dizia: 'roubo, mas faço!'". (Brandão/79, p. 37)

Hamilton García/UNICAMP

Prestes e Vargas na campanha pró-Adhemar

Comunistas cumprimentam Adhemar pela vitória na disputa pelo Governo de SP, em março de 47

In Segatto et alii/82, p. 86.

Mesmo Goulart sofreria com as oscilações de *humor* do *núcleo dirigente*: qualificado de *vacilante* em grande parte de seu mandato, desde dezembro de 63 seria promovido a *conseqüente* em função do fracasso das gestões que San Tiago Dantas promovia com o centro e a direita para estabilizar o governo e garantir as eleições[786].

Depois de 64, o conceito de *burguesia nacional* permaneceria o mesmo – *em seu sentido político*, como dizia Prestes em 71, significava "aquela parcela da burguesia brasileira capaz de opor-se ao imperialismo e de participar da revolução em sua presente etapa (...)" –, sendo os *pecebistas*, todavia, forçados a reconhecer que ela em 64 passara "com armas e bagagens para o lado da reação". O paradoxo seria explicado pelo "nível já alcançado pelo antagonismo de classe (...) entre o proletariado e a burguesia em nosso país" e pelo imenso poder de que dispõe o Estado brasileiro, mas não seria [illegible] Prestes se limitaria a lamentar que, face ao atraso do país, era de se esperar que estas camadas "fossem capazes de desfechar os primeiros golpes no Estado latifundiário-burguês serviçal do imperialismo e de conquistar um regime de democracia burguesa, em que elas mais facilmente pudessem defender seus interesses (...)". A burguesia, porém, não parecia muito preocupada com esta adjudicação. Severo Gomes, identificado como membro da "burguesia civilizada", defenderia abertamente em abril de 77 uma estratégia de afirmação da identidade burguesa oposta a alianças com o comunismo: "é preciso fortalecer a empresa nacional não só economicamente, a fim de que a luta por sua afirmação (...) **não venha a transformar-se em luta pela libertação nacional (...) contra o próprio sistema**". A constatação feita por *Ricardo Andrade*[787], em agosto de 80 na VU, de que *"Empresário agora quer fazer política sem intermediários"*, por outro lado, não confirmaria, mais uma vez, a expectativa histórica do partido quanto à convergência policlassista para a revolução *nacional-democrática*. A FIESP, representante de 50% do Produto Industrial do país com seus 108 sindicatos, manifestaria a opinião dos dirigentes sindicais burgueses, bem menos *civilizada* do que a de Gomes. Não obstante saudado por *Mário da Costa*[787] na VU, em setembro de 80 – *"Eleição de Vidigal adapta FIESP aos tempos da abertura"* –, por ter acusado Mário Garnero, da SinFavea, em 76, de "testa de ferro das multinacionais" e, com sua eleição, tirado a FIESP das mãos de Nadir Figueiredo – que a dirigia desde o pré-64 e indicara, com o apoio do governo, Theobaldo De Nigris para sucedê-lo –, Luis Vidigal, descrito como dirigente "da burguesia industrial paulista", herdeiro da COBRASMA, BRASEIXOS e Banco Mercantil, tendo sido presidente do SinPeças, manteria o tom ofensivo da guerra ideológica: "subversão, para mim, é a legalização do PC. (...) Inimigo se liquida, com o adversário se compete". Confirmava-se o juízo de Vianna de que, para ela, "os fins sempre se impuseram aos meios, a substância à forma, à medida em que nossas elites se mantiveram fiéis ao cálculo de que ceder à empiria imediata e ao contingente implicava tomar o partido da *barbárie* contra a *civilização*". A raiz do fenômeno, para o autor, se localizaria na colonização ibérica, que

786. Segatto/sd, pp. 101/114.

787. Provavelmente um pseudônimo.

> "estaria (...) dissociada do experimento de uma vocação, em que o recurso aos meios trouxesse em si o testemunho dos fins idealizados. (...) São o pragmatismo e a concepção instrumental dos meios (...) que põem em sincronia o aparentemente abstruso sistema de produção da ordem, que **afirma valores e fins enquanto ignora os meios que lhes seriam homólogos**"[788].

A superação tardia de sua *omissão dirigente*[30], historicamente jamais entendida pelos *pecebistas*, apenas evidenciava o grau de alienação destes face às chances de iniciativas de associação com parcelas das classes dominantes. Mas, isto parecia não abalar a fé interna na *linha justa*, como patenteia Dias, já investido da Secretaria-Geral:

> "o PCB explica-se (...) como uma **necessidade histórica**: ele é o legítimo produto da afirmação política da classe operária brasileira e a ela se vincula umbilicalmente"[789]. "(...) Com absoluto realismo, estamos convencidos de que o papel do PCB na vida brasileira só será ampliado e fortalecido". "Ele é e será o referencial básico, o **marco** em relação ao qual se posicionam e se posicionarão as mais diversas forças progressistas do país. **Sem a sua intervenção (...) qualquer projeto democrático e socialista (...) está fadado ao fracasso**".

O partido pouco mudara, tanto com respeito à sua auto-imagem como em relação à da sociedade, desde os debates preparatórios do VI CONGRESSO quando Coelho, na defesa da aliança com a *burguesia nacional*, atacou Prado Jr, crítico desta aliança, acusando-o de *não querer **sujar as mãos** com a política concreta* e de rechaçar a "teoria política científica" do partido[790]. O reconhecimento da realidade burguesa no Brasil implicaria na admissão do capitalismo heterodoxo aqui existente, o que teria terríveis implicações internas para a coalizão no poder. Como agudamente percebeu Palácios,

> "(...) o reconhecimento do caráter capitalista da sociedade brasileira (...) faria ruir o edifício conceitual do PCB, **exigindo uma renovação em larga escala** de toda sua cultura política. Os comunistas não procuraram fundar sua identidade a partir dos conflitos emergentes com a modernização capitalista (...) Julgavam-se (...) portadores de um ideal de justiça e progresso, em última instância identificado com o próprio desenvolvimento capitalista"[791].

---

788. Prestes/71, pp. 111/112. Apud Sérgio Moraes; in VO/77, nº 133 [4]; gm. In VU/80, nº 22 [7] e 24 [10]. Vianna/91, pp. 32/33; gm.

789. Coelho já admitira, e grande parte dos dirigentes, agora hegemônicos, assentiram na ocasião repetindo a idéia no combate à Prestes, que os comunistas *desconheciam quem era o proletariado brasileiro e como ele experimentava a ascensão social sob o capitalismo* muitas vezes se *organizando em unidades produtivas pequenas*. Tais constatações, como vemos, nada podiam contra a afirmação doutrinária do caráter de classe do PCB por parte dos mesmos dirigentes. (Coelho/66, pp. 38-40)

790. Outros estudiosos, na linha de Prado Jr., buscaram explicar a fragilidade da tese da coalizão comuno-burguesa. Fernando Henrique Cardoso foi um deles mostrando, em 68, como os empresários portadores da ideologia "nacional-popular" se encontravam nos setores arcaicos da economia e, portanto, não possuíam o papel central adjudicado pelos *pecebistas*, sendo seguido de Luciano Martins que apontava entre os fatores que impediam a cristalização de uma liderança empresarial com visão de longo-prazo a sua formação imigrante recente e a rotatividade de seus negócios. (Apud Pécaut/90, p. 232)

791. In VU/82, nº 99 [8/9]; 2º e 3º ggmm. Apud Pécaut/90, p. 232. Palácios/89, p. 82; gm.

Rechaçar a *renovação de sua cultura política* significava rechaçar, com tanta determinação quanto, os teóricos que desvendavam o verdadeiro lugar da burguesia nacional no processo de construção da ordem nacional e, por isso mesmo, candidatavam-se, direta ou indiretamente, a ocupar os principais cargos partidários em nome das novas demandas da realidade.

Assim, a impermeabilidade ao real e a obstinada preservação da *etiqueta revolucionária*, fatores que se alimentavam mutuamente, erigiam-se em condição *sine qua nom* para a manutenção da coalizão dominante no poder, historicamente associada ao *centrismo* e ao nacionalismo radical, contra a investida de um reformismo que, embora não classista como o dos anos 20, advogou pelo reconhecimento do problema crônico da identidade nas crises de 56-57 e de 80-83. O aferrenhamento ao papel de **parceiro menor** do projeto burguês, desenhado desde a aliança com o *varguismo*, e os vínculos passageiros e superficiais[792] com o proletariado funcionavam como âncoras da ideologia *centrista* hegemônica, ao preço de uma inscrição política marginal do partido no cenário político - episodicamente superada em 45-47 e 61-64. Se em 47 a imagem da derrota foi turvada pela persistência de um populismo latente no país e pela forte legitimidade ainda emanada do MCI, em 64-67 o desgaste de ambos produziria a oportunidade histórica de um redesenho partidário inédito no sentido do redirecionamento em prol da reinteração com o meio operário. No entanto, ao contrário, aprofundou-se o caminho da infiltração na burguesia, agora sob a forma do projeto liberal-democrático, movimento realizado paralelamente à manutenção da coalizão *prestista* no comando partidário.

Os estertores do *pecebismo* se deram sob este pano de fundo: a vitória do *prestismo* sobre o *esquerdismo* fora produzida ao preço colateral de uma crise de identidade irreversível. A política secamente elitista dos liberais – travestida de modos populistas grotescos –, junto às ambigüidades do partido com relação ao programa reformista-democrático de médio e longo-prazo, empurrou o PCB para uma posição defensiva e subalterna que a fidelidade doutrinária à *revolução* e à DP não podiam mais dissimular. A pretendida instrumentalização dos liberais em 67 transformaria-se em seu contrário, numa política disfuncional ao projeto *pecebista* de soerguimento, mesmo diante da reiteração da *transição pacífica*[31] para o socialismo, tal como em 45. Assim, muito embora a presença *pecebista* no MDB tivesse sido útil para a ocupação de importantes e escassos espaços políticos nos anos 70, sua perpetuação, à guisa de neutralização do *retrocesso*, acabou por se revelar extremamente prejudicial aos objetivos de sua expansão e reprodução. Tal tipo de engajamento frentista produziu o efeito paradoxal muito bem descrito por Lynce em 81: "(...) hoje, apesar de repetir

792. Necessários, na verdade, para a manutenção dos acordos sindicais que permitiam a reprojeção do PCB na política nacional e a estabilização do núcleo dirigente *prestista* nos anos 50-60. A implicação imediata mais evidente de uma via autônoma, portanto não *colaboracionista* com o trabalhismo – o que não impediria alianças com seus setores radicalizados – no meio sindical deste período, seria a restrição de sua influência política, tanto no MS quanto na grande política. Mas, em contra-partida, abria-se a possibilidade do almejado aprofundamento dos laços de identidade com o proletariado, ao par com a elevação da importância e consciência dos seus setores mais avançados, o que, em termos estratégicos, de legitimidade político-social, seria crucial para o PCB que carecia geneticamente de tal representatividade social.

à exaustão um discurso unitário, **nosso Partido fala sozinho**. E o que é pior, cristaliza nele uma postura muito própria em que se acredita acima da realidade: a de **juiz**"[793].

A postura *judiciária* e contemplativa, originalmente denunciada pelo *prestismo* em 80 contra o *centro* e a *direita*, tornou-se objeto da crítica mais contundente da última em relação ao segundo depois de 81[794]. De fato, podemos dizer, se observamos o grau de inclinação de suas lideranças no sentido inverso ao do movimento social, que o partido nos anos 80 sofrera quase que um processo de *cooptação* pelas classes dominantes no sentido da resignação política alcançada por seu *núcleo dirigente* – alguns, inclusive, sofreram um processo que Gramsci denominou de "transformismo"[795], que Coutinho apontou como parte constitutiva do processo de transformação "pelo alto"[796]. Bastou a perspectiva de inscrição do PCB na ordem institucional para se deflagrar novamente o processo de 45. Mas, a vitória extraída de tal tática voltou a se manifestar como de *Pirro*. Ao contrário do verificado com a social-democracia européia, quando da conquista e consolidação de sua existência legal, aqui ela foi obtida na crista da decadência *pecebista*, servindo a legalidade como a *prova dos nove* do desastre já conhecido.

No caso europeu, como nos descreve Michels,

> "o partido ameaçado continuamente pelo Estado e do qual depende a sua existência, se empenha conscienciosamente para evitar" *irritá-lo*. "A organização torna-se o único nervo vital do partido". "O sentimento de responsabilidade começa a despontar subitamente (...). Por isso ele (...) repudia a greve geral e renega todas as ousadias lógicas do seu passado", "(...) perde seu entusiasmo revolucionário, torna-se (...) preguiçoso não somente na ação, mas também no pensamento". "O medo à reação (...) paralisa qualquer ação (...), qualquer manifestação de força, e lhe tira toda a energia para a luta cotidiana. **E para justificar seu misoneísmo ele dá este pretexto falacioso de que quer guardar a energia que dispõe para**

793. Lynce/81, p. 1; ggmm. O CC em 73 admitiria em parte isto ao fazer algumas apreciações sobre o trabalho de direção: "é comum destacarmos o marxismo-leninismo como nossa ideologia, sem aprofundarmos (...) o estudo da realidade (...), e encaramos os fatos como simples analistas políticos e não como dirigentes do partido de vanguarda da classe operária". Esta admissão, provavelmente, foi levantada em função do tom contemplativo da Resolução de 70 do CE/GB, para quem "se conseguirmos, com nossas **constantes advertências**, esclarecer a opinião pública sobre o caráter do regime, será mais fácil estimular a resistência ao seu avanço (...)" (Res. Org. Nov./73, p. 223. Res. GB/70, p. 74; gm)

794. Enquanto *D'Aldeia*, em 81, apontava que o partido era organizado para "mobilizar as massas pelo *alto* (pelas cúpulas sindicais, mas não pelas comissões de base nas empresas...)", Vianna denunciaria em 84 que ele fora reduzido à "sigla" para "legitimar a ordem burguesa", e Konder aduziria em 88 que ela tornara o partido "objeto de uma história que (...) estava sendo feita por outras forças". (In VU/81, nº 73, td nº 4 [2]. Vianna/86, p. 21. Konder/88, p. 202)

795. O *transformismo* pode ser tanto de tipo "molecular" (adesão de indivíduos atomizados), como se dar em bloco.
Um exemplo de *quadro transformista* foi-nos apontado por Segatto: *o partido do Jarbas era o partido **consciência da classe dominante**, vivido na presunção de que esta não teria capacidade de forjar um projeto hegemônico próprio de modernização do país. Assim, ao PCB cabia elaborá-lo. Na verdade a democracia para eles é algo secundário. A modernização é que está no centro da estratégia. Não é gratuito este encantamento que demonstraram com Collor, agora com Maluf, e que antes haviam exibido com o projeto de abertura do Geisel*. Ao par do papel de *consciência*, é razoável elencarmos a seguinte constatação prática de Ignácio Rangel, ao longo de toda uma vida de engajamento à esquerda, para entendermos o comportamento *transformista*: "neste singular país, nós, os homens de esquerda, os revolucionários, lutamos pela reformas e até morremos por elas, mas **são sempre os homens de direita que as levam a cabo**". (Coutinho/88, pp. 114/115. Segatto/92. Apud Brandão/92, p. 206; gm)

796. Coutinho/88, pp. 11/114.

as lutas futuras"[797].

Desenraizado em relação à classe que reivindica como seu monopólio natural, limitado cognitivamente pela própria matriz ideológica que lhe inculca modelos de compreensão dogmáticos, e vocacionado por esta e pela história nacional a uma estreita relação com o Estado, o PCB, esgotado suas esperanças utópicas de *revolução* e depois de ter tentado variadas formas de parceria com o populismo, rende-se ao elitismo e lança-se à política completamente desprotegido diante de suas armadilhas, sucumbindo à práxis política tradicional, **última esperança de ascensão política de uma elite dirigente que dera sua vida por um projeto utópico de socialismo.** Valhe à pena transcrever a previsão do *apparatinik* Sérgio Moraes efetuada em 77, talvez sem que tivesse em mente seu próprio destino: "sem a iniciativa própria (...), mantendo-se no quadro da análise daquilo que se passa nos corredores (...) do poder, os componentes (...) da frente (...) não passarão de simples expectadores. E, sem dúvida, pouco privilegiados"[798].

797. Michels/82, pp. 222/223; gm.

798. In VO/77, nº 133 [4].

Notas

[1] A fusão do *prestismo* com o comunismo, hipostasiada na formação da ANL, foi descrita por Palácios como sendo,

> "até um certo ponto, uma reação da tradição ilustrada brasileira à emergência do tradicionalismo católico e do integralismo. (...) Naqueles anos duas correntes do radicalismo republicano encontraram condições de fundar uma estratégia política comum e convergente com as tendências reformistas do movimento operário (...). A primeira (...), preferi designar por **nacionalismo-revolucionário**, cujos antecedentes remontam ao jacobinismo florianista, alcançando o movimento dos tenentes da década de 1920. A segunda, identificada pelo **liberalismo radical**, de orientação democrática, possuiu, decerto, uma trajetória mais antiga e menos visível no período em foco (...), por conta de sua subordinação ao civilismo de Rui Barbosa. Uma sugestão (...) refere-se à predominância destes democratas radicais entre os grupos de pequenos intelectuais atraídos pelo anarco-sindicalismo durante os anos 1910, reconhecidamente a origem dos fundadores do PCB. (...) Ambas as correntes desenvolveram vínculos precários com o movimento operário e, neste aspecto, assumiam orientação divergente, situação transformada na (...) década de 1930".

(Palácios/91, p. 3; ggmm)

[2] Isto, em parte, pode explicar as dificuldades dinâmicas de aceitação de Morena no seio do *núcleo dirigente*. Morena, junto com Pellacani – que seria excluído do partido por sua proximidade com os *petebistas*, acabando por se juntar a eles* –, foi decisivo para a aceitação dessa política *setorial* pelo CC depois de 52. (Corrêa/94, pp. 76/77)

* Como nos diz Corrêa,

> "Pellacani tinha a consciência da necessidade de estabelecer acordos e compromissos, em meio à atividade sindical (...). Por isso, foi condenado, pela **incompreensão do Partido sobre a realidade prática do meio operário, sobre as dificuldades em se levar à frente mesmo as reivindicações básicas**[(a)]". "Finalmente, quando a direção (...) compreendeu que estreitar nossas relações com os trabalhistas significava a **legalização de nossa atividade política**, obtivemos um **notável crescimento da influência** do Partido, tanto nas esferas governamentais, quanto na opinião pública".

(Id., pp. 77/78; ggmm)

(a) Tal incompreensão foi atestada por vários outros dirigentes. *Frei Chico*, por exemplo, acusaria o CC retornado do exílio de ter *pouquíssimo conhecimento acerca do movimento de massas que havia se estruturado em sua ausência* e descreveria a mecânica da subordinação dele próprio, que tinha contato com as fábricas, a estes pretensos *especialistas*:

> "minha atuação no CC esbarrava nos dirigentes que tinham uma penca de cursos no exterior e que na hora da discussão nos **desarmavam com a tal da teoria**. Era melhor ficar calado. (...) Era um aparelho mesmo, recheado de pessoas que no passado tiveram muita representatividade mais que não tinham nenhuma naquele momento".

Os documento sindicais apresentados pelo Hércules, por exemplo, se impunham pelo conhecimento que ele tinha do assunto e por sua preparação pessoal. A partir de 1981-82 ele deu o tom da orientação sindical do partido. As teses do Hércules eram amplamente aceitas no CC por conta de que vários de seus elementos tinham uma postura de quem estava no poder em seus estados.

Konder explicou esta alienação com base no processo de ideologização do MCB: "na medida em que não compreendiam a estrutura da classe operária brasileira (...) os comunistas perdiam (...) seus vínculos **reais** com ela (...), forjando, então, (...) vínculos **simbólicos**". Este fenômeno já havia sido percebido por alguns militantes em 48 como *extremamente nocivo*. Dalcídio Jurandir, tentando resolver a questão propôs aos comunistas "ouvir a massa, conversar com ela de igual para igual – porque, no fim de tudo, mais aprendemos com ela do que ela conosco". Tão singela opinião seria o bastante para impedir a perpetuação

de orientações erradas não fosse o doutrinarismo arraigado e a luta encarniçada pelo poder interno no seio do *aparato*. (*Frei Chico*/92; gm. Apud. Konder/80, pp. 40/73)

[3] O grau de sindicalização crescente dos anos 50-60 tem, inequivocamente, correlação com a ambiência política favorável, desde a segunda eleição de Vargas. Ao contrário, é evidente que seu refluxo depois de 64 guarda íntima ligação com o rompimento dos laços que o uniam ao governo e a perseguição política de suas lideranças à esquerda. A oscilação do nível de sindicalização dos trabalhadores brasileiros entre 59-78 mostra isso: em 59, numa categoria de 30 mil, 4 mil (13%) eram sindicalizados; número que pularia, em 64, para 13 mil (43%), declinando após o golpe até se estabilizar entre 28-32% em 78.

Ainda mais afetado era o nível de articulação horizontal das entidades sindicais*. A propósito, as primeiras greves gerais depois de 17-18 foram greves políticas que, de alguma maneira, interessavam ao Governo** do momento e, na seqüência, acabaram por propiciar o aparecimento do CGT. Os sindicalistas combativos da época compreendiam que o apoio oficial que recebiam tornava seu movimento cada vez mais dependente do Estado, mas não estavam dispostos a enveredar por caminhos que pudessem ameaçar as vantagens mobilizatórias daí advindas. Antes, buscavam aproveitar a parceria para reverter a frágil organização fabril em que se apoiavam. Alguns avanços importantes, inclusive, foram obtidos – como nos bolsões de alta mobilização existentes na GB reunindo comissões fabris*** de bancários, têxteis e metalúrgicos; os dois últimos chegando a juntar, respectivamente, 1,5 e 3 mil ativistas sindicais de "primeira linha" em seus conselhos, como nos diz Corrêa, –, mas seu alcance político no desfecho da crise de 64 bastante comprometido pela falta de autonomia.

O saldo repressivo de 108 líderes sindicais e representantes políticos dos trabalhadores cassados no período 64-69 praticamente sem reação foi um dos sintomas mais flagrantes da fragilidade aludida. Porém, isto não impediu que acontecessem greves posteriores por razões econômicas, como a da Vemag – acompanhada clandestinamente por Corrêa e que usaria com êxito a tática da curta duração sem exposição das lideranças, inviabilizando as prisões apesar da ocupação da fábrica pela polícia por 2 vezes – e mesmo agitações de cunho revolucionário por parte da esquerda armada, que tentou alavancar as lutas dos trabalhadores em 68 em benefício de sua campanha contra o governo militar. (Corrêa/80, pp. 29/32/34. In Picchia/80, p. 54. VO/77, nº 141 [3]. Corrêa/94, pp. 101/102)

* Mesmo as articulações verticais tentadas em âmbito nacional eram sufocadas, vide prisão de lideranças bancárias paulistas em junho de 71 por articularem um encontro nacional da categoria. (VO/71, nº 77 [2])

** Ambas as greves gerais(a) visaram interceder diretamente no jogo político do país, quer por ocasião do [illegible]to sobre o sistema de governo, quer em função da indicação de Moura Anfrade como Primeiro [illegible]ro. (Coelho/66, pp. 37/41)

*** Mesmo nas fábricas o processo de organização sofria influência do Estado, sendo as eleições das Comissões Fabris muitas vezes negociadas e monitoradas pelo TRT. (Corrêa/80, p. 35)

(a) Que, na verdade, foram parciais e limitadas à GB, RJ, POA e Santos, mesmo contanto com o apoio oficial. (Coelho/66, p. 37)

[4] Mesmo tendo dado um salto em sua representação junto ao proletariado em 45, a ponto de ter eleito mais trabalhadores do que o PTB na Constituinte*, o PCB não chegaria a promovê-los internamente ao lugar de destaque que a retórica doutrinária fazia crer. Roberto Morena, por exemplo, como nos mostra Rodrigues, apesar de ser um líder sindical de expressão e uma espécie de símbolo da inserção histórica dos comunistas entre os trabalhadores** sempre teve expressão secundária no partido. Mesmo os líderes operários que ascenderam ao CC em 46 – quando a direção sofreu expansão em função da legalidade – não chegaram a obter importância na trama interna da organização. Mais tarde, Antônio Chamorro, líder do mais importante movimento sindical comandado pelo PCB, em 53, repetiria a mesma trajetória. ([Keck. Margaret /1992] p. 390. Rodrigues/83, pp. 407/416)

* Neste partido os trabalhadores estavam majoritariamente representados por advogados sindicais e não por

lideranças classistas. Os trabalhadores eleitos pelas duas legendas, todavia, tinham em comum o fraco desempenho parlamentar, como aponta Margaret Keck. (Keck/92, p. 33)

** Morena participara da grande greve de 18 e liderara a ANL no RS, mesmo assim só seria eleito para o CC em 67 – quando vagas foram abertas pela dissidência armada. (VU/80, nº 13 [10])

[5] A experiência dos metalúrgicos fluminenses no período Dutra, entre 47-50, nos mostra isso. Mesmo atuando por fora do sindicato, e apesar da forte repressão, eles cresceram em aliança com os *petebistas*. A linha *isolacionista*, ali, jamais fora seguida integralmente pelas bases metalúrgicas, apesar do *paralelismo*. As tentativas de impô-la provocaram de saída um *racha* que, reprimido, desencadeou um movimento de desobediência nas bases.

A vitória das bases sobre a direção neste episódio – uma das poucas na história do PCB – teria seqüência com as greves de 51 que reaproximariam os comunistas dos trabalhistas em escala geral ocasionando tanto a valorização democracia quanto a ampliação da política de alianças do partido sem alterar o programa *revolucionário* que, aliás, seria reafirmado em 54. De todo modo, em princípios de 52 uma resolução do CC determinaria a volta aos sindicatos oficiais impulsionando a aliança que os metalúrgicos fluminenses haviam tido o cuidado de preservar.

Sua evolução, então, tomaria em muitos sindicatos a forma de uma parceria íntima, como vemos no SindMet./RJ onde haveria quase a fusão do PCB com o PTB *progressista* "no que diz respeito as posições assumidas pela diretoria (...)"; nos diz Santana. "Clandestinos, e com eterno receio de um retrocesso no regime, os comunistas" serviriam-se de Benedito Cerqueira, que presidia o sindicato, como fachada para a maioria que detinham*. Além de *petebista*, Cerqueira era amigo de Goulart o que tornava a aliança ainda mais conveniente e representativa da política comunista em discussão: "discurso radicalizado, base mobilizada (...), opção permanente pela via institucional, aceitação dos limites legais, incansável disposição de negociar (...)". (Santana/92, pp. 63-65/69/70. Segatto/sd, pp. 19-21. Gorender/87, p. 23)

* Nas eleições de 55/57/59/61/63, apesar de manterem Cerqueira na cabeça da chapa, os comunistas cresceram em influência conquistando em 63, junto com seus simpatizantes, 5 dos 7 cargos existentes na executiva do sindicato. (Santana/92 pp. 244/245)

[6] Como deixa claro Prestes na ocasião: "quem mais do que nós sofreu e continua sofrendo ainda, na prisão desde 1935? (...) Mas é verdade também que (...) Vargas (...) marcha para a democracia com as Nações Unidas ao lado da URSS. Então é agora que devemos apoiá-lo no esforço de guerra (...)".

O fenômeno foi internacional. A partir de 45, por exemplo, o PCF definiria-se como *nacional* em função do pragmatismo de Moscou; o mesmo acontecendo com outros PCs*. (Lima/91, p. 44. [Lavau, Georges /1981] p. 22)

* Inclusive o PCI , que reivindicava, com Berlinguer, a linha de 45 como *fruto da experiência histórica italiana* que demonstrara a *importância da democracia*. A política então seguida, "de modo totalmente livre e autônomo", que Togliatti nominara como "avançada italiana em direção ao socialismo na democracia e na paz", teria origem "no pensamento e na ação de Gramsci", nos debates do Congresso de Lyon (1926), na crítica de Lênin ao esquerdismo italiano, e na própria liderança de Togliatti.

> " (...) O momento decisivo, para a virada do partido e (...) do país, da afirmação e desenvolvimento da opção histórica e política em que se baseia toda nossa ação, foi constituída pela linha unitária que (...) seguimos na guerra de libertação antifascista, e na *viragem de Salerno*". "O sentido mais profundo da viragem residia na necessidade e na vontade do PC de ter em conta toda a história italiana, (...) todas as forças históricas (...) que se batiam conosco pela democracia, pela independência e pela unidade nacional".

Mas, admitiria Berlinguer, a "nova linha (...) refletia a **necessidade internacional** de, primeiro que tudo, derrotar definitivamente o nazismo (...)"[(a)]. Provavelmente, isto ele não gostava de lembrar, sem esta *necessidade* os italianos teriam sido forçados a recuar. ([Berlinguer, Enrico /sd] pp. 44/59/60/251; gm)

(a) Assim como 56 abrira chance para a crítica do stalinismo – ver •• Cited Item Has Been Deleted ••.

[7] Cuja influência no PCB remonta à 63 quando NR – através, segundo Siqueira, dos redatores Bonfim e Gazzaneo – reuniu em seu suplemento especial de março, para discutir *"As Divergências no MCI"*, um artigo de Togliatti junto aos editoriais do *Pravda* e do *Diário do Povo*. Em 78, além da *direita*, a *esquerda* também iria utilizá-lo para seus objetivos proclamando haver entre os dois partidos *"um traço de união na proposta de democracia e socialismo"*. No CC, todavia, vigia, nos diz Siqueira, um *ódio* surdo pelos italianos em função de seu posicionamento nas questões internas do país contra a orientação partidária pós-64, ou mesmo por seu posicionamento *anti-soviético* nos anos 70 – sentimento abrandado apenas depois da adesão do PCF ao *eurocomunismo*, que deixaria, segundo Coutinho, "a máquina (...) perplexa"* no exílio. (Siqueira/94. NR/63, nº 212 [se]. DCB/78, nº 17 [7]. Coutinho/94)

* Perplexidade jamais superada, como vemos em 82 com a dúbia avaliação de Dias acerca da aproximação dos italianos com o SPD. Distinguindo este processo do "euro-comunismo", Dias qualificaria de positiva a iniciativa – que implicava na "revisão progressista da social-democracia" – ao mesmo tempo em que fazia reservas ao processo de "social-democratização do PCI". (In VU/82, nº 114 [5])

[8] Isto seria assumido abertamente, em dezembro de 85, pelo CC: "(...) a viabilização do PCB como partido de massas seria uma decorrência do aprofundamento da estabilização e da consolidação da democracia política". O tema seria recorrente desde o final dos anos 70. Em 78, por exemplo, o CC já havia feito da *necessidade de manutenção da* ***unidade***, *mesmo após a ANC*, sua bandeira central, acolhendo o ponto de vista sustentado por *C. Fernandes*, para quem *depois de conquistada a democracia haverá a luta por sua manutenção*, o que anularia as forças centrífugas da FU.

Nos anos 80, o mais persistente defensor da estabilidade seria Hollanda, que denunciava a polarização como uma ameaça constante em todo o processo Constituinte, com a esquerda, de um lado, gritando seus *já!*, enquanto a direita, de outro, propunha, através do empresário Romeu Chap-Chap, seu fechamento. Para Hollanda,

> "é no terreno da democracia que se constrói a organização, as demandas sociais das classes assalariadas, que dependem muito da estabilidade democrática para desenvolverem suas reivindicações. A inorganicidade impede que haja qualquer avanço rumo às reformas, ao mesmo tempo que reforça o corporativismo dado o baixo nível de compromisso social existente no país. A crise da democracia só se resolve com mais democracia, e **democracia pressupõe estabilidade**".

Estabilidade que se confundia, "antes de tudo", no pós-84, com a "estabilidade do Governo":

> "a questão central no país era a governabilidade, sem ela tudo o que se conseguiu até agora não se sustentaria. A governabilidade depende de apoio político. Por isso a ruptura da AD abriu a perspectiva de uma crise institucional. A recomposição dos apoios, num cenário de conflito acirrado dentro de cada partido, abre perspectivas sombrias".

Apud [Pandolfi, Dulce Chaves /1994] p. 348. Res. Nov./78, p. 297. In VO/78, nº 150 [5]. [Hollanda, Jarbas de /1987]; gm)

[9] A este respeito Hollanda, um *quadro* reformista, nos diz:

> "o principal erro do PCB se situa entre 63/64 quando ele se deixou envolver por uma postura voluntarista se desviando de uma maior responsabilidade democrática, definida na DM-58 e no V CONGRESSO. Chegaríamos, em 64, com nossa direção central dividida entre 2 posições ao meu ver equivocadas: o golpe **com** Jango e o golpe **contra** Jango. A posição mais justa seguia altamente minoritária; consistia em lutar pela continuidade da democracia no país. A proposta de Frente Ampla, articulada por Santiago Dantas, resultaria, se levada em conta à época, na continuidade da democracia num momento extremamente difícil em que a direita galgava espaços na vida nacional e ampliava sua influência entre as camadas médias e os setores populares. O importante, naquele momento, era defender a democracia e não preparar o confronto com as *reformas na lei ou na marra*".
>
> "O famoso comício da Central foi um desastre para a esquerda, significou uma tentativa de encurtamento e aceleração do processo de reformas. Eu trabalhava, naquela época, na Câmara do Recife pelo apoio à idéia de Frente Ampla, pois considerava que por detrás da substituição da *centralidade democrática* pela *reforma* se escondia a intenção de levar as massas para um confronto revolucionário com a burguesia. O que sustentei na época, foi o que sustento hoje, que as reformas dependiam essencialmente da solução da crise política, no sentido da **estabilidade**

> **democrática**. Tentar conquistar reformas por cima da democracia, porque ela era burguesa e beneficiava a direita naquele momento foi uma posição golpista".

A força do que Vianna qualifica de *prática arbitrária da esquerda*, do meu ponto de vista, está na tentativa de equilibrar-se entre a luta e a negociação em meio à radicalização dos movimentos populares crescentemente influenciados por forças hostis à *esquerda* sem se levar em conta a insustentabilidade do projeto populista em meio à crise econômica. O *realismo* da política *pecebista* passava ao largo da crise real, funcionando mais como *suspensório* do pragmatismo vicejante, um antídoto/atenuante das visões ofensivas e revolucionárias esposadas nas teses de 64, do que como percepção de uma realidade a ser transformada. O tipo de discurso produzido por este viés, majoritário no CC desde 64, é esclarecedor quanto à impotência da agremiação em seu estado crônico de entropia política*, como vemos na resolução política da Conferência Nacional de 62: "(...) os comunistas combatem as vacilações do Governo e seus compromissos com as forças retrógradas", *mas apóiam-no quando acolhe as reivindicações populares*. O nó górdio do isolamento das forças progressistas – a falta de uma política anti-inflacionária e a crise da gestão populista do Estado – não era objeto desta orientação. Quanto à tática, a *direita pecebista* tinha, pelo menos, o mérito de admitir que **no processo** democrático poderia ser encontrada uma solução para a crise, ao invés de simplesmente ignorá-la. (Hollanda/87; gm. In Vinhas/82, pp. 195/200/203)

* Os programas do partido, na sua esmagadora maioria, nada mais eram do que uma *colcha de retalhos* **absolutamente inócua** no que tange à sociedade, concebidos apenas com vistas à satisfação das exigências doutrinárias no quadro de disputas internas acirradíssimas pelo poder.

[10] "A teoria dos obstáculos ao desenvolvimento", que embasa as concepções etapistas da *Revolução Brasileira*, nos diz Palácios,

> "constituiu uma das ideologias da modernização brasileira (...) a partir da década de 1930. (...) Esta ideologia resultou da interação entre o marxismo e o pensamento ilustrado brasileiro, uma tradição intelectual cujas origens podem ser situadas nas últimas décadas do século XIX".

Com ela, os *pecebistas* puderam atravessar as décadas sem se dar conta da dimensão que havia assumido o capitalismo brasileiro e, portanto, sem se embaraçar com a busca de novas soluções estratégicas. Mesmo em 58, quando o reformismo foi decisivamente implantado no centro da estratégia, à semelhança de 45* deu-se vazão à idéia de que, não obstante vivenciarmos "a época (...) (d)a transição do capitalismo ao socialismo", no Brasil a luta de classes "não exige na etapa atual uma solução radical" porque, como nos diz Pandolfi, "o capitalismo estava em curso no Brasil" ainda não havendo "completado seu ciclo". Segundo a DM-58, "nas condições presentes em nosso país, o desenvolvimento capitalista **corresponde aos interesses do proletariado** e de todo o povo".

Tal concepção só sofreria algum reparo nas *Teses* de 81, preparatórias do VII CONGRESSO, que, apesar de admitirem que as mudanças econômicas e sociais haviam elevado o país a um "grau médio de capitalismo", continuavam excluindo a luta de classes como um tema nacional**. A meia-sola era um **esforço de adaptação** dos velhos dirigentes aos novos contornos da realidade que já não permitia que se falasse em revolução burguesa no Brasil.

Desmoralizado o etapismo econômico, fala-se então, nos anos 80, num obstáculo político para justificar a pretensa *imaturidade da luta de classes*. O atraso econômico, ocasionado pela exploração imperialista e latifundiária, seria substituído pela falta da democracia política que "impedia que as massas lutassem contra a opressão". A palavra de ordem, então, passaria a ser "liberdades democráticas" para que os trabalhadores se organizem e, conquistando suas reivindicações, alcancem uma *consciência verdadeiramente socialista*. A caracterização do imperialismo como o *inimigo principal – agente estrangulador da ordem nacional* emergente, resíduo da idéia de "penetração a partir do chamado modelo primário exportador" – seria mantida***, mas o que valia agora era a *principalidade do democrático*, que demandava por um pacto que englobasse também os *entreguistas-democratas*. A estratégia passaria de "nacional-democrática" para "democrática-nacional" no VII CONGRESSO, sinalizando que o fascismo, "considerado como um retrocesso em relação ao estágio da *Democracia Burguesa* na escala de proximidade com o futuro-meta do socialismo", como nos diz Lima, tornara-se o verdadeiro *inimigo principal*. (Palácios/91, p. 2. In Vinhas/82, pp. 10/13; gm. Pandolfi/94, p. 281. Santos/88, p. 24. Lima/91,p. 47)

* Semelhança não apenas admitida como reivindicada por Vianna, em 87, ao traçar a continuidade da política de 43-46 e 58 com a dos anos 70, na "luta contra o regime autoritário". (Vianna/87, p. 49)

** Em 79, Corrêa diria que "o desenvolvimento do capitalismo havido nos últimos 15 anos fortaleceu de **modo relativo** as duas classes fundamentais da sociedade (...)". (Corrêa/80, p. 185; gm)

*** Num manifesto *"Ao Povo Brasileiro"*, dirigido ao 1° de Maio, no DCB de maio de 77,

> "os comunistas (...) conclamam a todos os patriotas (...) para unidos intensificarmos a luta contra a submissão do Brasil ao jugo do capital estrangeiro, em defesa da soberania da pátria (...); por melhores salários (...); em defesa das liberdades (...)".

Mesmo que na VO de fevereiro do mesmo ano a ordem dos fatores não fosse idêntica, significativamente as mudanças na política econômica diriam respeito a seu caráter ***entreguista***, que ainda subordinava a solução do conflito distributivo nacional. Outro sintoma da importância do *nacional* foi dado pela CECC, em junho, ao considerar que "os problemas que vinham se acumulando" "ao nível econômico" resultavam "de uma orientação antinacional da economia brasileira" e "continuam a se agravar". É verdade que, tal como *J. Tino* – abreviatura de *Tinoco* –, que pregava a "resolução da questão nacional (...) no bojo de uma verdadeira revolução antifascista", para a CECC o nacional estava subordinado à luta democrática. Todavia, o programa econômico ficara preso à perspectiva nacionalista e, por isso, teria que ser sacrificado no altar da aliança liberal. (DCB/77, n° 2 [2]. In VO/77, n°s 131 [1] e 135 [7]. N. Jun./77, p. 4.)

[11] A imagem que o partido mantinha dele, no final dos anos 70, correspondia às características exibidas no final dos anos 60. A primeira condenação que se fazia ao *esquerdismo* era de viés ideológico, como vemos no CC de 67: no esquerdismo "a classe operária (...) se transformaria num apêndice político da pequena burguesia". Este ponto de vista era ainda desenvolvido por Guedes em 78, quando acusava estas correntes de

> "desacredita(r) da classe operária, baseados nas teorias que chegavam naquele momento ao Brasil – as teorias de Marcuse de que a classe operária estava subordiada ao sistema, integrada, e que outras massas é que eram revolucionárias: os estudantes, as massas marginais que chegavam às grandes cidades (...). O Partido obstinava-se em dizer: nosso papel é estar nos sindicatos, (...) participar das eleições (...)".

Além de isolamento diante do proletariado, o *esquerdismo* também significava o isolamento político mais geral:

> "o foquismo, a guerrilha urbana, a guerrilha camponesa, os assaltos" eram "uma fuga a criar um movimento de massas nas condições de repressão. Era fugir ao trabalho lento, difícil e silencioso de se aproximar das massas, de reorganizar o Partido no movimento de massas", reproduzindo "a idéia sectária e primitiva de que as tensões jamais deveriam ser evitadas" sem se perguntar sobre "se o confronto e a ruptura (...) seriam ou não favoráveis* (...)".

No *centro*, conclusões análogas eram tiradas por Dias em maio de 80, embora já transparecendo a preocupação com o imobilismo que o combate ao *esquerdismo* produzira como efeito colateral no partido: "na política da frente de esquerda há elementos de golpismo que, se predominarem, levarão ao desastre. (...) É preciso ficar claro que **combater o esquerdismo não é não fazer nada**. O partido deve ter uma posição ofensiva". O denominador comum das críticas seria, no dizer do CC, a *sobreestimação da força dos movimentos populares*, atitude responsável pela *radicalização de 63-64 e pelo foquismo de 68*.

Antes de ser entendido em suas novas necessidades, o *esquerdismo* era tratado como um monstro contraposto, como sugere Vianna em 77, à "atividade dominante das correntes democráticas". Para ele, embora, "momentaneamente, o *esquerdismo* se encontr(e) sem líderes" é "certo que estão bem vivas suas bases sociais e as possibilidades de sua reprodução". Em 80, Malin reforçaria este tipo de abordagem do fenômeno sugerindo a releitura do MA-50 sob o argumento de que, "infelizmente, o país e os comunistas não estão livres dessas ameaças hoje". Ficar "de costas para o país" e cair no "isolamento" eram os argumentos repisados, e a equidistância dos "esquerdistas" e "conciliadores" era a receita do CC de novembro de 78 para *avançar, sob condições globalmente favoráveis*, e rechaçar a *conciliação*. O congelamento do *monstro* servia mais como antídoto à renovação interna do que como crítica a práticas políticas ineficazes e contraproducentes, como outrora. (Res. Set./67, p. 398. In Picchia/80, pp. 15/25. In VU/80, n°s 9 [9], 13 [3] e 22 [5]; gm. N. Mai./80, p. 14. Vianna/77, p. 242. Res. Nov./78, p. 298)

* A preocupação com as *tensões*, produzida em junho de 80, seria o mote do partido durante toda a década até o término da Constituinte.

[12] A firmeza dos laços, naturalmente, comportava variações na relação de subordinação. Nos organismos internacionais do MCI, por exemplo, como nos conta Jaimovich a partir de sua experiência na FMJD, o partido dava tratamento desigual ao PCUS dependendo do representante. Enquanto Morena, na FSM, se manifestava contra a invasão da Tchecoeslováquia – contrariando o partido* –, Jaimovich na Hungria, se colocava reservadamente na mesma direção e Ziller, na *Revista Internacional*, respaldava a ação soviética. Na FMJD, onde o voto do PCB era incerto, o partido era consultado sobre as decisões mais importantes – apesar da pouca importância do Continente para a entidade, que preferia financiar eventos em Chipre** –, o que irritava os argentinos que votavam sempre com os soviéticos e não recebiam tanta atenção. É dentro desta ótica que devemos entender a afirmação de Prestes, em agosto de 78, de que não existia "um centro dirigente nem nenhum partido guia (...)" no MCI. Mais sério seria o posicionamento de Corrêa, em março de 79, contra a política sindical do MCI, garantindo que sob o PCB o sindicato "continua existindo (...) porque os trabalhadores não se organizarão nunca, todos eles, em partidos políticos. (...) O movimento sindical deve conservar a autonomia frente aos partidos e frente ao Estado, seja capitalista ou socialista"***. Mas, o CC trataria de esvaziar a divergência estampando na VU de maio de 82, já sob seu controle, a seguinte manchete de capa: *"Os sindicatos soviéticos e a independência do poder central"*.

A diferenciações se tornariam mais acentuadas nos anos 80. No debate preparatório da *"Alternativa"*, por exemplo, nos diz Siqueira, "não se fala em *socialismo real*, apesar do Giocondo ter proposto que se falasse; foi a voto e perdeu". Nela afirmava-se que "o nosso socialismo respeitaria a declaração Universal dos Direitos do Homem", o que era uma boa farpa na direção dos soviéticos sempre às voltas com denúncias de desrespeito a estes direitos. Siqueira aponta ali outra farpa: "o socialismo (...) ligado à (...) saída democrática"; "no fundo, uma forma não declarada de nos contrapormos ao modelo soviético". Também no plano da política internacional apareciam algumas arestas em função, como nos diz Azedo, do vislumbramento pelos brasileiros de um mundo multipolarizado em detrimento da bipolaridade ainda dominante. No VIII CONGRESSO do PCB haveria mesmo um incidente, contado por Siqueira, envolvendo um dos membros da delegação soviética ali presentes: levado por *Geraldão***** à reunião da comissão de candidaturas do evento – que seleciona os nomes do futuro CC –, o delegado foi convidado por Malina a se retirar antes do começo dos trabalhos o que causou profundo constrangimento entre todos.

Nada disso, no entanto, impediu que o partido seguisse sendo fiel à *pátria do socialismo*, seja pelo aporte financeiro que recebiam, pelos projetos comuns que alimentavam, ou mesmo pelo *reflexo primal****** – definido adiante. Isto sempre esteve à margem das dúvidas, mesmo durante as crises internas, como em 67: "(...) o PCB é parte integrante do movimento comunista internacional. Apoia-se na teoria marxista-leninista e no princípio do internacionalismo proletário, comuns a esse movimento"; rezava a Resolução Política do VI CONGRESSO. Nos anos seguintes, de fato, o comportamento diante da URSS não se diferenciaria muito do observado no passado e daquilo que Malin/Freitas designaram, na VU de maio de 81, como "uma compreensão primária do que seria o internacionalismo", à semelhança do que "ocorre na Igreja Católica em face do Vaticano (...)", ou que Claude Lefort apontou como um discurso que "réduit infatigablement le pas-encore-pensée au déjà-pensé". Mesmo assim, seria o suficiente para que setores mais ortodoxos fizessem reservas à maior tolerância do CC diante das diversidades no "sistema socialista". Em particular irritara estes setores o tratamento dado pela VU, e depois pelo próprio CC, à crise na Polônia. No começo da crise, no 2º semestre de 80, os *eurocomunistas* vislumbraram a possibilidade de uma renovação democrática no *socialismo real*. Em setembro, Ivan Ribeiro festejava o reconhecimento, pelo governo, dos sindicatos autônomos e das reivindicações operárias "como um marco histórico na construção do socialismo" e, finalmente, o começo do enfrentamento "do esclerosamento dos canais democráticos de participação popular no socialismo". Em outubro, abririam-se as páginas do jornal para o reformista polonês Mieczyslaw Rakowski defender a emergência de uma "*segunda Polônia*" de "participação real da classe operária (...)" para enriquecer "a democracia socialista". Em junho de 81, mesmo depois de desalojados os *eurocomunistas* do jornal, o CC ainda falaria em renovação, embora apostando mais no POUP (PC polonês) do que na sociedade – tal posição seria mal recebida pelos simpatizantes do partido que esperavam maior independência do jornal. Em janeiro de 82, as posições haviam se radicalizado, mas Corrêa sustentaria, em

debate público sobre a Polônia, a preocupação do PCB com o "desenvolvimento da democracia socialista", elogiando a moderação do governo e do POUP e criticando o *Solidariedade*. Enquanto isso os ortodoxos manifestavam, em março, apoio irrestrito ao "Estado de Guerra" contra os sindicatos poloneses.

É claro que exageros como o de Prestes na TV em 64, quando imputou a Béria – um *agente do imperialismo* – a responsabilidade por ter *induzido* "o camarada Stálin a cometer muitos dos crimes que ele efetivamente cometeu", não seriam mais repetidos. Dias, por exemplo, em sua passagem pela TV GAZETA em maio de 84, em SP, adotaria uma postura mais cautelosa diante das Câmeras na defesa dos aliados, recusando-se a especular sobre se um Brasil socialista seguiria Moscou no boicote às olimpíadas daquele ano em Los Angeles.

Cautelosos ou não, a URSS seguia sendo "uma alternativa para os países subdesenvolvidos", como defendia H. Hoffmann em suplemento de NR, em novembro de 63. Esta alternativa se baseava na crença de sua pujança econômica: "Lênin, diria o editorial da VO de março de 71, logo após o término da guerra civil, insistiu em que a principal influência do primeiro Estado socialista sobre a revolução internacional seria exercida através da sua política econômica". Brejnev, por seu turno, em junho de 69, na Conferência Internacional dos PCs, dizia-se orientar "para a criação da economia mais avançada do mundo, tanto por sua eficiência (...) como por seu nível técnico-científico". Assim, pareciam justificadas as expectativas de que, na URSS, os trabalhadores estavam dando "passos no caminho da construção do comunismo"; como dizia a VO.

Os problemas econômicos eram percebidos como passageiros, ou secundários: Prestes, na TV, em 64, explicou a crise na agricultura soviética com base nas intempéries naturais, embora, premido, admitisse que havia outras "dificuldades a vencer" neste terreno. Os *pecebistas*, no fundo, consideravam, como *Frederico Cabral* em novembro de 71, que tudo não passava de "propaganda burguesa": "aliás, há muito tempo que a economia dos países socialistas teria ido à garra", pois "todos os dias se repetem (...) informes (...) sobre as crises que assolam estes países", embora, "curiosamente, não se tem notícia de qualquer crise no sistema financeiro do socialismo" *enquanto o dólar e outras moedas capitalistas se abalam*. Editorial da VO de maio de 72, na defesa do mesmo ponto de vista, evocou a Comissão Econômica das Nações Unidas para falar do *crescimento do leste europeu sem desemprego e inflação*. Tal otimismo seria sustentado até 80, na VU de agosto, em resposta à crítica de seus opositores: "a URSS vai muito bem, ministro Delfim Neto! – principalmente no setor vital: o econômico". "Quando se trata de Delfim Neto, capaz de adulterar (...) índices (...), a verdade quase sempre está do lado contrário (...)"; dizia o artigo. Crise era sinônimo de Ocidente, como vemos na VO de janeiro de 75, em matéria sob o sugestivo título *"Por Que Não Há Crise na URSS?"*, que denunciava a crise energética do Ocidente como fruto da "política de superlucros dos monopólios e o imenso desperdício das *sociedades de consumo* (...)", se indagando: "como explicar que a crise não atinja os países socialistas?" – a resposta estaria "na ampla e racional exploração de suas reservas fósseis".

Por tudo isso, a conclusão era uma só, enunciada por Prestes em outubro de 77: "modificou-se a correlação de forças na arena internacional contra o imperialismo, que perdeu a iniciativa histórica". O "declínio da hegemonia norte-americana no mundo" e o "avanço no sentido do socialismo", decretados pelo CM/SP em 82, parecia, pelo menos para os *pecebistas*, um objetivo ao alcance das mãos. (Jaimovich/93. In VO/78, nº 149 [5]. Corrêa/80, p. 92. VU/82, nºs 88 [6] e 105 [1]. Siqueira/94. Azedo/93. Res. VI/67, p. 188. In VU/81, nºs 56 [7] e 61 [3]. Apud Lavau/81, p. 393. [Resolução Municipal de SP /1982] p. 335. In VU/80, nºs 21 [10], 24 [14] e 29 [13]. In NR/64, nº 257 [se 3/4]. In VU/84, nº 201 [8]. In NR/63, nº 246. Apud VO/71, nº 73 [3] e 81 [4]. VO/72, nº 87 [1]. VO/75, nº 119 [6]. In VO/77, nº 139 [6])

* Relembrando a data como *"Uma Vitória do Socialismo"*, o DCB de 79 consideraria "a entrada das tropas do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia, em agosto de 1968" como "uma inestimável ajuda ao povo (...) para dar um basta à contra-revolução (...)", e, citando a Resolução de Setembro de 68 do CC, condenaria a *falsa bandeira* do "socialismo democrático" posta "em lugar da justa bandeira da aplicação dos princípios da democracia socialista", acusando ainda os dirigentes tchecoeslovacos de paralisia e de terem *caído no negativismo*: "não houve uma correta aplicação do método leninista da crítica e da autocrítica". A conclusão do DCB sobre os acontecimentos era de uma resignação curiosa: "(...) não se pode idealizar o processo de construção do socialismo. A visão idílica (...) é (...) antimarxista". (DCB/79, nº 21 [7-9])

** Atividades modestas, orçadas em US$35 mil, eram, muitas vezes, obtidas pelos latino-americanos mediante

ameaças de delação das falcatruas dos delegados da FMJD. (Jaimovich/93)

*** Enquanto isso, o PCF, que atualizaria seu programa sindical para a França socialista em 77, persistia na defesa de *sindicatos não-oposicionistas* e com *preocupações particulares* sob o socialismo. (Lavau/81, p. 396)

****A cena se explica pelas ligações diretas que *Geraldão* tinha com o pessoal que cuidava da América Latina em Moscou, nos conta Jaimovich. O dirigente carioca, que chegou a acompanhar Dias na delicada viagem de agosto de 80, à França, Itália, Portugal e URSS, onde foram "informar a todos os interessados as últimas decisões do CC" – provavelmente, quanto à situação do partido sem Prestes –, tentava tirar o maior proveito possível de seus contatos com o incentivo dos soviéticos que *sempre procuraram se imiscuir nos nossos problemas internos – Frei Chico*, presente no VIII, confirma este juízo de Jaimovich e diz ter presenciado o empenho soviético contra a renovação do PCB com base no velho alerta contra a *divisão do partido*. *Geraldão*, segundo Azedo, teria usado seus aliados na fase preliminar do Congresso quando da abertura da Conferência Municipal carioca, ocasião em que convocou uma reunião com um membro do Consulado da URSS no Rio para unificar seu grupo[(a)]. (Jaimovich/93. VU/80, nº 19 [5]. *Frei Chico*/92. Azedo/93)

*****Quanto ao aporte, pelo que se divulgou em Moscou, segundo Jaimovich, a contribuição para o PCB era da monta de US$300 mil dólares ano e, pelo que dizia Siqueira, era *o apoio financeiro que nos sustentava*.

Já em relação aos projetos em comum, Azedo nos conta que o CC no VIII CONGRESSO pretendera alavancar as atividades do partido no estreitamento da relação com os países socialistas que experimentavam a *Perestróika*. Foi feita, com este objetivo, uma reunião com o encarregado da América Latina do CC do PCUS, Anatoli Dobrinyn – que fora embaixador nos EEUU –, em 87, e com ele foi acertado a criação de empresas comerciais sob a tutela do partido visando a intermediação das transações do Brasil com o leste europeu e a URSS. Houve reuniões com encarregados das relações internacionais dos respectivos partidos para viabilizar o projeto que, no entanto, esbarrou na instabilidade política que tomara conta desses países. Um dos acordos cancelados em função deste *imprevisto* foi o da montagem de um moderno parque gráfico do partido com máquinas da Tcheco-Eslováquia e dinheiro da Alemanha Popular – houve boatos de que as máquinas teriam chegado, mas não o dinheiro.

Por fim, existiam duas formas de se expressar o *reflexo*. A que estava em desuso era aquela de Prestes, que justificava, em 77, a "estreita amizade com o PCUS" como uma questão de "princípio" e de "fidelidade à causa imortal da libertação dos trabalhadores" e à "doutrina invencível de Marx, Engels e Lênin"; a agora adotada[(b)] era expressa por Dias em 81, para quem "(...) a URSS não é modelo, mas antes e sobretudo, um **exemplo**" de sociedade em "que cada trabalhador se investe como sujeito histórico". A sutileza, de fato importante para a luta interna, tem escasso significado político. (Siqueira/94. Jaimovich/93. Azedo/93. In VO/77, nº 139 [7]. In VU/81, nº 57 [14]; gm)

(a) Siqueira contradiz esta versão assegurando ter se tratado de uma reunião aberta. Azedo, no entanto, lista algumas das pessoas chamadas para o encontro: entre eles o economista Flávio, Nelson Tavares, Armando Sampaio e Ivan Pinheiro. De fato, não circulou entre os delegados presentes à referida abertura nenhuma informação acerca do evento. (Siqueira/94. Azedo/93)

(b) Em função do desgaste da liturgia ortodoxa, eviente já em 80. A reação ao épico de *Severo Reis* à Brejnev, por ocasião do lançamento, no Brasil de suas *Memórias*, é um exemplo disso. *Aos vacilantes e desinformados inimigos da URSS*, receitava ele em outubro, "leia Brejnev, companheiro!". *Ele é neto e filho de operários metalúrgicos da Ucrânia, sendo ele mesmo operário!* "É um livro obrigatório, um verdadeiro manual (...) É preciso ler esse livro com urgência". Não tardaria e 3 cartas de protesto seriam publicadas pela VU contra o *endeusamento de Brejnev* – inclusive uma de Paulo Netto. A baboseira só foi admitida sem protestos mais tarde quando das *"Condolências do PCB pela morte de Brejnev"*, assinada por Dias, para quem "o camarada Brejnev foi uma das figuras mais destacadas da história do MCI e um dos maiores estadistas da época contemporânea (...)". (In VU/80, nºs 27 [15], 29 [2] e 32 [2]. In VU/82, nº 132 [2])

[13] Afrouxados, porém não desatados, como vemos com Berlinguer que, embora não considerando mais "o socialismo que foi construído (...) como modelo para o socialismo que queremos (...) no nosso país", seguia concebendo "os modos de expressão do internacionalismo" de "ontem" como "legítimos". Sua posição e ambigüidade, neste e noutros temas, pode ser considerada a opinião hegemônica no PCI. No XII

CONGRESSO, em fevereiro de 69, o PCI afirmava que *nosso* "internacionalismo já não é infiltrado de elementos míticos, mas inteiramente entregue à capacidade crítica e ao rigor revolucionário (...)", porém, em janeiro de 71, o *Unità* tentava justificar o reconhecimento, no passado, do PCUS como *partido guia* como fruto das "condições objetivas que caracterizaram toda uma época da humanidade"*. A crise do socialismo, ademais, embora enunciada – o que já é um mérito** – não tinha explicação condizente com a pretensão acima sustentada, sendo reconhecida mais pela conveniência política imediata do que pelo apego à *verdade* e à *tradição crítica*. Não é à toa que se lança mão de argumentos secundários para explicá-la, como a ampliação do movimento revolucionário a realidades díspares no momento em que se verificava um *atraso na pesquisa teórica*. Admitindo que o *esforço* "por adquirir uma concepção crítica e racional dos problemas das sociedades socialistas", a partir do VIII CONGRESSO, dependera do "impulso renovador do XX CONGRESSO do PCUS", o *Unità* advertiria que "no decurso de tal processo, (...) rejeitamos sempre todas as solicitações para renegar as grandes linhas escolhidos no passado, evitando (...) (uma) ruptura com as realidades e as forças decisivas da revolução mundial". O raciocínio era cristalino: quem rompia com Moscou *perdia o rumo e a direção* naquele momento de crise***. A própria crítica do stalinismo seria reiterada nos termos propostos por Brejnev, com base na divisão entre política e teoria, no sentido em que sua superação deveria se dar no *debate acadêmico*.

Ao condenar a intervenção na Tchecoslováquia, em 68 – reprovação, de resto, também efetuada pelo Bureau Político do PCF em agosto, para logo após apoiar o processo de "normalização" imposto e fiscalizado pelos soviéticos sob o argumento de *não querer se imiscuir nos assuntos internos do país* –, o mesmo padrão se reproduziria, a seguir, com a *confiança* de que eles saberiam se *movimentar na nova realidade*. A pura "condenação" reforçaria, do ponto de vista do *Unità*, a "campanha anti-soviética e anti-comunista", comprometendo "a unidade de ação", tida como "importante e necessária se quisermos evitar que se produzam vazios (...) na luta anti-imperialista"****. Berlinguer, mais uma vez, sintetizaria com precisão a política geral com relação ao MCI:

> "(...) é preciso unir (...) não só todo valor histórico das grandes rupturas (...) realizadas pelo movimento comunista (...), mas também o valor atual, político e objetivo do papel que a URSS e países socialistas desempenham na luta mundial contra o imperialismo: e portanto a necessidade de uma ligação internacional com estes países e com os partidos que os dirigem".

Se referindo aos países do "socialismo real" como "Estados operários", sustentaria ele que

> "existe uma continuidade histórica, universal, da revolução de Outubro, que se patenteia na construção do socialismo na URSS e na transformação, em bases socialistas, de outros países, a nível mundial. Esta continuidade, apesar dos erros e contradições, tem-se expressado (...) na luta contra o imperialismo, (...) pela paz, (...) independência dos povos, (...) democracia e socialismo (...). É a consciência de uma tal realidade que nos tem levado, **sempre**, a **alinharmo-nos (...) ao lado da revolução de Outubro**. Por isso (...) rejeitamos (...) o anti-sovietismo (...), sob **qualquer forma** que se apresente".

Isto acontecia, como apontou Ernest Mandel, porque para "os PCs, no seu conjunto, romper completamente com a URSS é perder a sua identidade própria (...) num processo de absorção pela social-democracia". De fato, Lavau observou no PCF que o caráter "revolucionário" era reivindicado tanto para se distinguir dos "reformistas" como para criticar o sistema. (Apud Berlinguer/sd, pp. 31/32/40/234/236/237/239-242/250-253; ggmm. Lavau/81, pp. 23/32/204. [Mandel, Ernest /1978] p. 66)

* Esta visão também fora contemplada em 69, quando fala-se nas "contradições inerentes ao modo como, historicamente, se construiu a sociedade socialista num único país, contradições que (...) levantam (...) problemas postos por estruturas em parte limitativas da liberdade e da democracia (...)". Este argumento, desacoplado de uma crítica precisa ao *marxismo-leninismo*, só podia ter o efeito legitimador da ordem condenada. (Berlinguer/sd, p. 235)

** O que não acontecia no PCB dos anos 80, como nos diz Corrêa: "quando eu publiquei, em 1984, *'A Crise do Socialismo'* foi proibida menção (...) na VU". (Corrêa/87)

*** Este devia ser um dos motivos para que Togliatti titubeasse diante do *Relatório Kruschov*. (Colletti/83, p. 126)

****Em janeiro de 80, no entanto, o PCI condenaria pura e simplesmente a invasão do Afeganistão pela URSS admitindo que ela não era um fato isolado nas relações internacionais daquele país e punha em perigo a "détente". (Lavau/81, p.413)

[14] A assunção deste *impulso* geraria, ainda nos anos 80, forte reação dos dirigentes. Malin e Freitas, ao recuperarem a história partidária do período explicando, em novembro de 80 na VU, 58 como derivação de 56, receberiam inúmeras críticas no partido. Santos, em seu estudo sobre o impacto de 56 no PCB, no entanto, confirmaria esta contribuição, não obstante ter aduzido a ela o atenuante de uma assimteria teórica entre stalinismo e pós-stalinismo:

> "(...) as novas teses de Kruschev sobre os avanços das *zonas de paz*, a necessidade de repensar a unidade com a social-democracia, e a clara admissão de caminhos diferentes para o socialismo, em si, já punham em dúvida o acervo teórico, no fundamental, diametralmente oposto, presente na ideologia dos militantes comunistas e consagrada no IV CONGRESSO de 1954".

Para os dirigentes pós-*prestistas*, tratava-se de revalorizar, nos anos 80, a DM-58 tal como o fizera o Informe de 67 do CC, chamando atenção, num contexto de acirrada luta interna, para o crescimento político dos comunistas *graças às alianças amplas* então constituídas e imputando às "tendências sectárias e dogmáticas", cuja inspiração seria alienígena, as dificuldades na "aplicação da nova linha política". Esta seria considerada o *marco do renascimento do partido* por ter conferido "ao PCB o status de primeiro (...) partido que compreendeu a questão democrática", entendida como a especificidade da *via brasileira*. Por isso, Freire rechaçaria a interpretação da "consciência nova" como "cópia de modelos do exterior", tentando, antes, justificá-la "pela necessidade de responder a uma demanda que se agigantava no próprio país, num processo de afirmação de uma via capitalista com teoria e dinâmica próprias – o desenvolvimentismo"*.

O fenômeno da interpenetração entre o interno e o externo foi melhor discutido por Malin/Freitas:

> "o que aconteceu na segunda metade (...) de 1950 (...) foi que uma determinada teorização do *centro*, correspondente a interesses do Estado soviético, caiu como *sopa no mel* no contexto em que se elaborava a linha política dos comunistas brasileiros".

Desonerado da linha anti-*varguista*, subproduto do anti-imperialismo exacerbado pela *Guerra Fria*, o PCB pode reconvergir com o movimento nacionalista e seu projeto reformista pelo *alto*. É verdade que, como bem mostrou Segatto, a deposição de Vargas pela direita, a eleição de Kubitschek com base num programa pelo progresso econômico e a resistência de Lott ao golpismo, demarcaram, junto com a denúncia de Kruschev, o processo de mudança pelo qual passou o PCB entre 54-58. Mas, elencar estes elementos sem dar peso específico a cada um deles não nos permite entender os limites do processo e seus entraves, de resto responsáveis pelo que Segatto chamou de ***renovação inconclusa***. (In VU/80, nº 32 [5]. Santos/88, p. 99. Vinhas/82, p. 243. Pandolfi/94, p. 275. Freire/89, p. 165. In VU/81, nº 56 [7]. Segatto/sd, pp. 17/25)

* Tal interpretação aparecera, primeiramete, na vu de maio de 81 postulando que o PCB formulara "uma linha política com base nas transformações ocorridas no Brasil e não na cópia de modelos". (Apud Pandolfi/94, p. 276)

[15] Possibilidade vedada à esquerda nacional pelo fato do *atraso* ter sido instrumentalizado pelas classes dominantes, como nos mostra Vianna: *o orientalismo político nacional foi guiado, desde sua gênese*,

> "pelos valores da ocidentalização (...) na expansão da ordem mercantil" articulado com "o sistema mundial do capitalismo". "O industrialismo, (...) (no) Brasil, não implicou rupturas revolucionárias e, sim, um ajustamento entre empresários industriais e oligarquias agrárias realizado sob a égide de um Estado empenhado numa revolução-conservação".

A ocidentalização aqui tirou *vantagem do atraso*, tornando-se "o melhor instrumento para a expansão e aprofundamento da revolução sem revolução da burguesia brasileira", o que fez nosso autor concluir que a *democratização da sociedade só se realizará tirando-se vantagem do moderno*.

O mesmo não ocorreria na América Central:

> "a **manifestação eficaz do Oriente político** latino-americano está claramente associada a uma **incapacidade** das elites nacionais em dirigirem a modernização, o que se verificou nos países em que o sistema produtivo é controlado diretamente pelo imperialismo e em que ele também se constitui numa presença agrária. Combinação particular que provoca uma forte vinculação entre a luta pela terra e a nacional" e que é exacerbada "pela existência de um Estado títere, por definição fracamente solidarizado com a sociedade civil". Tais processos revolucionários, verificados , não obstante armados, "se constituem em processos políticos amplos, expressando-se em torno de coalizões que incluem setores das elites tradicionais excluídas do sistema de poder, das camadas médias frouxamente incorporadas à ordem prevalecente", *os trabalhadores urbanos e rurais, e os*

camponeses.
(Vianna/87, pp. 9-11/14/29; ggmm)

[16] Marcelo Camurça Lima, em seu interessante trabalho sobre a noção de história na práxis comunista, nos oferece uma excelente visualização da problemática da formulação dos intelectuais no interior do partido a partir da interpretação de 2 personagens de Jorge Amado na trama dos *"Subterrâneos da Liberdade"*, livro que romantiza a resistência partidária sob o Estado Novo. O intelectual típico retratado por Amado era um estranho à causa, não obstante seu devotado militante: "como é difícil a um homem como Cícero (de Almeida), personagem que Lima aponta como baseado em Prado Jr., adquirir o espírito do Partido"; diria um dirigente partidário nos diálogos. A identidade plena do partido com o intelectual dependia, em Amado e na verdade, de sua docilidade. O intelectual glorificado tinha esse atributo, e seu personagem era *Marcos de Souza*, que basearia-se em Oscar Niemeyer: "sei que o partido está trabalhando mesmo quando eu não enxergo seu trabalho. Sei que se não o enxergo é devido aos meus olhos que não sabem ver"; diria em tom de devoção e humildade. Mas, o mais significativo era a fala de *Vítor*, o dirigente, referindo-se aos intelectuais:

> "(...) vocês intelectuais sinceramente revolucionários, são uma grande força para o nosso Partido e ao mesmo tempo um **perigo**. Vocês trazem para o seio do Partido (...) idéias que são produtos da ideologia pequeno-burguesa. O nosso problema é **educar vocês**, transformá-los em intelectuais realmente a serviço do proletariado, (...) a serviço da Revolução".

A vitalidade dessas passagens pode ser atestada pela erupção anti-intelectual que se observou no partido décadas depois, sobretudo quando a *direita* ganhou espaço com sua pregação *nacionalizante*, tanto do partido como do marxismo. Foi o caso do embate provocado por Kruschov no MCI. Em janeiro de 57, na contra-maré das denúncias, Marighella perseguia os *heréticos*, renovadores intelectuais, acusando-os de *imobilistas*, ao mesmo tempo em que emulava os militantes no sentido da *construção do Partido*: "nossa maior autocrítica deve ser por não termos ainda tornado vitoriosa a luta para levar ao poder o proletariado e as demais classes revolucionárias (...)". Mas, a mais significativa re-emergência da mentalidade anti-intelectual vemos no VII CONGRESSO, na voz do jovem médico Márcio de Almeida, mais tarde um descontente:

> "verificamos em militantes, especialmente os oriundos das camadas pequeno-burguesas, a dificuldade de **abrir mão das suas opiniões em favor do coletivo** (...) Por isso a extrema dificuldade de (...) aceitarem em momentos cruciais o centralismo democrático". "Por isso dizemos que o que distingue um comunista de um pequeno-burguês qualquer é saber trabalhar e decidir coletivamente, fazer autocrítica , aceitar o centralismo democrático". "O pequeno-burguês (...) vive fechado no seu *eu*. (...) Decide se uma discussão é democrática ou não (...) como também decide que não foi justo não publicar Kanapa apesar de seus pontos de vista contrários às orientações traçadas coletivamente". "Há diferenças profundas entre alguém que diverge e alguém que divide (...) A divergência faz parte do processo de crítica e autocrítica e não devemos temê-la. (...) Não podemos ser tolerantes com quem está fazendo, consciente ou inconscientemente, o jogo do inimigo", por má fé ou "por falta de compreensão teórica, política e ideológica clara".

(Apud [Lima, Marcelo Ayres Camurça /1991] pp. 23-26; ggmm. Apud Santos/88, pp. 126/159. In VU/81, td n° 8 [1/2]; gm)

[17] A *"Plataforma Revolucionária do MCI"*, produzida na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de novembro de 57 em Moscou, formulara a transição pacífica linearmente, sem os dois estágios*. Mas, isto não prevaleceria como uma orientação rígida em função da queda de Kruschov, só sendo plenamente acatada na segunda metade dos 70 pelos *pecebistas*, aparecendo nitidamente, com Freire e a *perestróika*, apenas em 90: *queremos construir o socialismo*

> "agora, através da implementação de um projeto político reformador e capaz de plasmar e projetar o futuro socialista no presente. Um projeto revolucionário, baseado na via processual, centrado na democracia e que implica: socialização da política (...); prevalência dos interesses públicos sobre os privados (...); controle social da produção (...); co-gestão (...)". "No movimento pelo Novo Socialismo não há a falsa dicotomia entre reforma e revolução, uma velha e inútil discussão (...)".

(Freire/90, p. 3)

* Rezava ela, então:

> "nos marcos da nova época adquire um relevo cada vez maior a tese sobre a possibilidade crescente da passagem ao socialismo por via pacífica. Ao contrário dos reformistas, para os quais o caminho (...) se processa através do voto, os marxistas consideram que o fundamental (...) é a ação política maciça dos trabalhadores (...). A força do exemplo dos países socialistas (...) ajuda a ganhar as mais amplas massas (...) Na 3ª etapa da crise geral do capitalismo" abre-se a "perspetiva real de uma superioridade decisiva das forças revolucionárias, (...) imprescindível para a (...) via pacífica".

A *superioridade* era entendida como decisiva para contornar a violência como caminho para desbloquear o processo evolutivo do proletariado na Europa. (In NR/63, nº 203 [4])

[18] A eleição deixara de ser apenas o espaço de agitação para transformar-se, segundo palavras de Mário Alves, num

> "dos meios fundamentais de ação política". "(...) Nós, comunistas, dizia Prestes em março de 58, participaremos ativamente da campanha eleitoral (...) visando à conquista de um governo nacional e democrático que apoiaremos com decisão, participando ou não de sua composição".

O *governo nacional-democrático* não precisaria ter sequer a participação dos comunistas para ser reconhecido como tal. Tratava-se, antes, dentro do realismo emergente, como sustentava a VO de janeiro de 59, de demonstrar "mais uma vez que (...) as massas trabalhadoras (...) podem **influir na composição** do governo e dos órgãos legislativos **através do voto** (...)". Na verdade, dá-se forma a uma política que, segundo Vinhas, desde abril de 57 era posta em prática – a de pressionar os governos para **reforçar sua *ala progressista*** –, o que implicava, coerentemente com o abandono da via revolucionária, na adoção pelo partido a partir de 56 de uma "concepção radicalmente diversa de fazer política"; ou, como mais realisticamente precisou Aloísio Teixeira em setembro de 81, na renovação dos " seus métodos de ação política" sem que isso implicasse no entendimento dos "verdadeiros processos de transformação porque passava o capitalismo brasileiro e mundial". (Apud Segatto/sd, pp. 26/84/85/104; ggmm. [Teixeira, Aloísio /1981] p. 4)

[19] Vestindo a carapuça, Coutinho admitiria que, "como instrumentos privilegiados de uma batalha (...) antidogmática" – inaugurada, na verdade, por Ênio Silveira e Moacyr Félix com a publicação, a partir dos anos 60, de Lukács, Goldmann, Schaff, Benjamin, Adorno, Marcuse, etc. –, Gramsci, Sartre e Lukács foram situados

> "nos terrenos da filosofia, da estética e da crítica da cultura", onde "os intelectuais comunistas podiam agir livremente". Fora do "domínio da cultura, (...) continuava (...) (sendo) atribuição da direção (...) a tarefa de dar a última palavra nas questões (...) políticas. Disso resultava uma ambígua (...) coexistência entre *marxismo ocidental* na cultura e *marxismo-leninismo* na política".

Além de despolitizado, Gramsci fora *togliattizado*, possibilitando a apresentação da "herança gramsciana (...) como conciliável com uma visão *marxista-leninista* tradicional da realidade brasileira e da luta pelo socialismo". Um dos sintomas desse mau uso do *gramscismo* foi o encalhe de suas edições quando da agudização da crise política de 68, em proveito de Althusser e Marcuse que eram reeditados.

Apesar de desde 77 terem os jovens intelectuais trabalhado à luz de Gramsci na política, pela influência *eurocomunista*, sua autonomização diante da vulgata ortodoxa, na trilha de Otto Maria Carpeaux – o pioneiro na percepção da importância de Gramsci para a compreensão da realidade nacional –, ocorreria apenas em 81, pelo menos para o grupo próximo a Coutinho, que apontou: "é na esfera da teoria política (...) que parece residir a contribuição essencial de Gramsci ao marxismo". (Coutinho/90, pp. 201-203/205-207)

[20] Esta, evidentemente, não era a opinião dos dissidentes. Se a *direita* e o *centro* haviam valorizado o VI CONGRESSO por ter *driblado as política artificiais*, como dissera Marçal Brandão, o *centro* enaltecria o VII por ter afastado o perigo do *esquerdismo* e do *direitismo*. Percebendo ter chegado sua hora da verdade, a *direita* atingiria, pela primeira vez, a política histórica do partido através do economista Aloísio Teixeira:

> "as Teses (...), por paradoxal que pareça, neste momento em que se consuma o fastamento de Prestes" *reintroduz o prestismo em dois momento*: "na análise do desenvolvimento capitalista brasileiro (Capítulo II) e na definição dos objetivos estratégicos (§§22 e 23). As velhas formulações

(...) reaparecem junto com respingos do que de novo tem surgido na discussão, em uma mistura cujo resultado não é favorável".

Em seguida, o ex-dirigente estadual fluminense, Léo Lynce, se precipitaria contra o *centrismo*:

"nas questões essenciais, repetem (as Teses), com estilo piorado, as mesma formulações do VI CONGRESSO, como se nada de importante tivesse acontecido de 1967 para cá. Valem, portanto, como um **atestado de falência política** de uma direção que, submetida a provas superiores às suas forças, perdeu o rumo e a vontade" optando "por administrar o aparato em benefício da sua própria sobrevivência".

Por fim, *D'Aldeia* qualificaria as *Teses* como

"uma modernização conservadora que preserva a idéia básica da contradição fundamental entre a Nação e o Imperialismo (...)", viabilizando "a mobilização pelo *alto* (...) com um tal conteúdo". Tal saída "não seria possível em torno de um programa que colocasse no primeiro plano *a conquista da cidadania e a edificação de uma democracia de massas*". O *compromisso* que viabilizava o trânsito para a democracia não poderia "resistir ao aprofundamento do processo democrático" em função do fato de que "o grande capital (...) vai tender para uma solução liberal conservadora, elitista (...)" e o enfrentamento disso dependia, "basicamente, da capacidade do movimento democrático se organizar pela base (...)".

Estas críticas mortais ao *nacional -democratismo* obtiveram pouco relevo no debate interno por não conseguirem se articular com os segmentos renovadores das variadas facções em luta nas bases do partido. (Brandão/89, p. 17. Teixeira/81, p. 4. [Lynce, Léo /1981] p. 2; gm. In VU/81, nº 77, td nº 6 [1/2])

[21] Seja defendendo o unipartidarismo na URSS em função do *fim das classes sociais* e da suposta composição majoritária não-comunista no Soviete Supremo (NR, janeiro de 64), sustentando que "somente o socialismo cria (...) condições para uma democracia política e econômica autêntica" e que "o desenvolvimento contínuo da democracia é uma necessidade vital e condição *sine qua nom* do desenvolvimento do próprio socialismo" (comunicado conjunto PCF/PCUS, outubro de 71), saudando o "povo soviético que aponta aos povos do mundo inteiro o futuro luminoso da nova sociedade livre" (Prestes, junho de 76), prevendo a "marcha vitoriosa" da Revolução de 17 "pelo mundo inteiro" e sua ***chegada segura** ao Brasil* (VO, agosto de 76), contestando as críticas da imprensa à URSS como um *cacoete fascista* (Konder, maio de 77), classificando de "um cinismo exemplar" as "dúvidas quanto à questão dos direitos humanos" na URSS e aplaudindo sua recém promulgada Constituição como "uma nova fase na marcha (...) na direção da construção do comunismo" que a "intoxicação ideológica" "do imperialismo não poder(á) impedir" (VO, junho de 77), ou afirmando o "caráter profundamente democrático do Estado soviético" e a "da participação efetiva das grandes massas (...) em todos os terrenos" com base nas "transformações alcançadas neste breve período histórico de 60 anos" (Prestes, outubro de 77), o partido deixava claro que qualquer reconhecimento da importância da democracia não poderia suplantar o modelo a que estava filiado desde seu nascimento. Os próprios *pecebistas*, assim, chancelavam os argumentos liberais que davam conta da impossibilidade *genética* do PCB adotar efetivamente as novas idéias que propagava. (NR/64, nº 257 [se 7]. In VO/71, nº 80 [6]. In VO/76, nºs 125 [3] e 127 [8]. In VO/77, nºs 134 [6], 135 [6] e 139 [6])

[22] Como bem disse Segatto,

"a metamorfose das *soluções positivas* em *reformas de base*, significava de fato, a troca de opção do caminho das conquistas parciais e graduais pela das soluções radicais e repentinas. Um exemplo claro disso é a noção ou proposta de reforma agrária (...) desenvolvida (...) nos anos 1958-64".

A partir da posse de Goulart e do 1º Congresso dos lavradores, o processo gradualista se transforma em "reforma agrária radical". Em junho de 63, Nestor Vera ameaçava sem meias palavras:

"somos por uma reforma agrária que acabe com (...) os latifundiários **como classe** (...). Se for possível abrir tal caminho através da pressão de massas no Parlamento, iremos por aí. Se as classes dominantes opuserem resistência e tentarem impedir tal caminho, as massas (...) e as (...) forças democráticas e nacionalistas **realizarão a reforma agrária radical (...) por outros caminhos, sem medir conseqüências que possam daí resultar**"*.

O programa econômico tampouco era animador de uma perspectiva democrática, prevendo: limitação drástica das remessas de lucros para o exterior, nacionalização das empresas estrangeiras que operavam no serviço público e nos setores fundamentais (energético, alimentício, farmacêutico, etc.), e intervenção no

mercado de alimentos.

Não bastassem todos estes indícios, as *Teses* do VI sustentariam abertamente, em março de 64, que "a experiência já demonstrou que, no Brasil, podem se dar bruscas reviravoltas na situação política, que venham a exigir rápidas mudanças de tática" no sentido de "empregar a luta armada (...) se as circunstâncias impuserem". (Apud Segatto/sd, pp. 150-153/157; ggmm)

* A virulência da defesa da reforma agrária, mesmo que por meio de métodos revolucionários, seria plenamente justificada, no imaginário comunista, pela percepção de que ela condensava a *questão democrática* entendida, como salienta Coutinho, fundamentalmente como problema econômico-social (eliminação do latifúndio), tal como na obra de Prado Jr. – para quem a solução da questão nacional no Brasil do século XIX, *mesmo que à revelia do conjunto da nação*, colocara a *questão democrática* no *centro da luta política*. Vianna acusaria a prevalência desse ponto de vista ainda no VI CONGRESSO. (Apud Pandolfi/94, p. 327. [Coutinho, Carlos Nelson /1988] pp. 12/19. Vianna/86, p. 240)

[23] Lógica encontrada, mais de 3 décadas depois, na *Carta Rôlha prestista*, de novembro de 57, que visava coibir o debate interno: *os chamados renovadores tentam equiparar*

> "os erros cometidos na luta difícil e duríssima pela construção do socialismo com os crimes da burguesia em defesa de seus interesses e privilégios".
>
> "(...) Cumpre também lembrar que somos um partido na clandestinidade. Nestas condições é necessário ter em conta uma acertada relação entre o centralismo e a democracia. Não esquecemos ainda que nosso partido vive e atua numa sociedade em que predominam ideologias estanhas ao proletariado e que precisa portanto defender-se, impedir que circulem em seu seio as idéias do inimigo".
>
> "É **dever do** CC **zelar** atentamente pelos interesses do partido, tomando (...) todas as medidas (...) para consolidar a **unidade do partido em torno do centro único que é o próprio** CC".

(Apud Santos/88, pp. 133-135; ggmm)

[24] De um modo geral, pensa-se e sugere-se tal partido como algo distinto – embora não oposto – do leninismo, no sentido gramsciano dessa distinção*. Todavia, os *centristas* nacionais entenderam-no como uma complementação quantitativa ao partido leninista, no sentido de agregar à idéia de *vanguarda* o princípio do *consenso* – ver •• Cited Item Has Been Deleted ••. A definição sociológica de Duverger sobre a tipologia do partido nos esclarece melhor a compreensão brasileira sobre o tema. Para ele, o *partido de massas* define-se pela militância, por sua *contribuição financeira* e *educação política*, em oposição ao *partido de quadros* pensado como um *grupo restrito de pessoas que demonstram grande influência*, capacidade de manipulação do eleitorado e de obtenção de recursos financeiros**. Do ponto de vista marxista, a definição gramsciana seria mais adequada para o que Lukács chamou de *reforma da consciência*, mas ela extrapolava em demasia a capacidade de apreensão no nosso debate cultural. (Duverger/87, pp. 99/100/106. Lukács/72, p. 137)

* Trata-se da *superação dialética* do leninismo em função das diferenças na estratégia revolucionária de cada país. Como nos diz Cerroni, negar e superar a idéia de vanguarda leninista é dar vazão à "avaliação da história de um país e de uma cultura" adequando a *necessidade da vanguarda à realidade específica na qual ela terá que desempenhar seu papel*, tal como fizeram Marx, Engels, Rosa, Lênin e Gramsci. Gramsci, ao lançar a perspectiva de uma *transição ocidental para o socialismo*, reconhecia a falência cultural do movimento operário plasmada na sua dificuldade em sobrepujar as experiências revolucionárias consagradas e mitificadas. Para ele, segundo Cerroni, a "substituição do capitalismo apenas é possível se o movimento socialista alcançar uma elevada capacidade de direção cultural geral", ou seja, *se for capaz de negar 17 enquanto mito e se fixar na tradução da realidade capitalista extraindo dela a práxis socialista*.

Cerroni foi, sem dúvida, um dos melhores formuladores da nova visão de partido herdada de Gramsci. Se ele,no entanto, exagera na sua afirmação de que o partido de massa "elimina a separação que divide (...) os quadros e as massas", não podemos deixar de ter em conta que a isto se pretende chegar **na relação** do partido com a massa, procurando elevá-la a um patamar qualitativamente superior de ação que a aproxime da vanguarda sem que esta deixe de existir, pois, em Gramsci, a educação do educador não comporta a

demissão do **papel dirigente do educador** e nem a exaltação do "popular". "O intelectual coletivo (...) não se constrói (...) degradando o intelectual (...), mas elevando todos (...)", conclui Cerroni. (Cerroni/82, pp. 44/45/50)

** Em sua tipificação, os PCs seriam impuros em função do forte controle dos quadros sobre os adeptos, combinado com a intensa participação destes na vida partidária. (Duverger/87, p. 106)

[25] Quanto a isso, referindo-se ao PCF, Lavau afirma que

> "la liberté de discussion est aujourd'hui à peu près totale au niveau des cellules* – (...) soit en raison de leur importance fonctionnelle, soit en raison d'une forte concentration de *fortes têtes* (...) Mais beaucoup plus difficilement dans les sections des localités administrés par des maires communistes et ayant des deputés (...)".
>
> "Cette liberté relative aux niveaux inférieurs ne réjouit certainement par les dirigeants**, mais (...) elle légitime le parti qui (...) compris qu'il peut y gagner en information; d'un autre côté, la direction sait très bien qu'elle a plusiers moyens éprouver d'arrêter (...) les conséquences du désaccord, la plupart du temps au niveau des instances fédérales".

Duverger considerava "sintomático que a liberdade de discussão seja grande no âmbito das células" mas diminua "à medida que se eleva na hierarquia", onde as decisões eram tomadas. Para ele, a estrutura centralista começava sua intervenção na própria eleição dos "dirigentes locais" que,

> "embora eleitos pela base", eram selecionados pelo centro dirigente para serem "responsáveis perante os escalões superiores e não perante os seus mandantes". Seu papel era "o de traduzir, tão corretamente quanto possível, junto aos escalões superiores, as reações e as opiniões da base, e explicar com paciência e exatidão a esta os motivos das decisões centrais".

Um papel misto e complexo de "informantes e de educadores". A "psicologia dos delegados jamais" poderia ser

> "a mesma que a dos delegantes, de modo que cada grau suplementar aumenta (...) o afastamento entre a vontade da base e a decisão da cúpula. (...) A eleição é cada vez mais falseada à medida que nos elevamos na pirâmide (...)".

As próprias "oposições que se manifestam às vezes (...) nos Congressos Nacionais, são antes o aspecto de uma luta de influência entre vários dirigentes, (...) do que de uma resistência democrática da massa dos adeptos".

A canonização dos *líderes máximos* – cujo marco fora Lênin – e a deificação do partido*** eram fortes inibidores do sentimento crítico do militante e podem explicar o retraimento das bases e sua fé cega no *núcleo dirigente*****, mesmo diante da possibilidade de exploração dos espaços democráticos internos, num círculo vicioso de inferiorização diante do *chefe*, psicologia bem definida por Jeannine Verdès-Leroux: para as bases "ils étaient dirigeants parce qu'ils *savaient* et ils *savaient* parce qu'ils etaient dirigeants (...)". "A imagem do chefe, segundo Bronislaw Baczko, transfigura a violência efetiva e cotidiana do poder em simples meio, a serviço do fim último (...)". A introjeção dessa concepção pode ser responsabilizada pela intervenção de algumas bases operárias ao lado das direções em momentos críticos para o movimento, como em 56. No Brasil, por essa ocasião, a comissão de empregados da *Carris*, de SP, se fez defensora dos *princípios* ao lado do CC:

> "achamos que alguns camaradas desligados da realidade do que vai pelas bases (...) e, raciocinando à *luz* da ideologia de nossos inimigos de classe, com suas atividades e opiniões, procuram de uma maneira artificial criar uma *crise de direção*, o que não existe". "Comandem, camaradas!";

conclamavam aos dirigentes para que detivessem a marcha desses *insensatos*.

Não é à toa que os congressos eram todos manipulados sob as *vistas grossas* das bases que nunca davam crédito às denúncias dos prejudicados, até que elas próprias fossem diretamente atingidas. Seja no IV CONGRESSO, que teve seu programa formulado por 200 "especialistas" publicado 1 ano antes de sua aclamação, seja no V, que só se realizou quando a maioria já estava garantida, ou mesmo no VI, que foi antecedido de importantes expulsões, quase nenhuma reação era esboçada pelas bases. Mesmo nos anos de maior visibilidade, depois da anistia, problemas como a realização do VII, adiado de 79 para 82 após o isolamento de Prestes, ou o do VIII, realizado 2 anos depois da obtenção da legalidade, e do IX, protelado para 91 à espera do esfriamento da campanha de Freire e da *glasnost* de Gorbachov, suscitaram pouca reação. Na verdade, mesmo com a abertura de um maior espaço para o debate, a partir de 60, ninguém experiente, como observou Reis F°, *cogitava deles mudarem os resultados previstos*******. A previsibilidade dos resultados só seria superada com o colapso do núcleo dirigente no IX CONGRESSO,

quando Malina virtualmente elegeu Freire Presidente do partido *no grito* sem ouvir as fortes vozes opositoras – o que refletiria-se na divisão de 92, durante o X CONGRESSO. (Lavau/81, p. 200. Duverger/87, pp. 84/93/177/179. Apud Lima/91, pp. 27/30. Apud Santos/88, pp. 125/158. Reis Fº/86, p. 8)

* Inclusive, os estatutos do PCF de 79 chegavam a enumerar medidas para garantir que os pontos de vistas dos aderentes e das organizações fossem plenamente anunciadas para *possiblitar o debate livre*. (Lavau/81, p. 192)

** No que toca ao CC, diz Lavau, as bases são chamadas amiúde para *esclarecer pontos de uma reunião* publicamente comentada. O chamamento à participação assume quase sempre a forma de reunião para "explicar" a política, o que é também uma forma poderosa de *filtrar o debate para cima*. Mesmo as "tribunas de debate" congressuais funcionam ecoando o posicionamento da direção, não obstante a liberdade de publicação. Ocorre, que, sem descartar tais contribuições divergentes, refutam-se-as à proporção de 1 para 5 através de pessoas importantes da direção mobilizadas especialmente para neutralizar a crítica. (Lavau/81, p. 201)

***Celebrada também pelo símbolo da revolução na América Latina, Fidel Castro, no I CONGRESSO do PCC: "o Partido **resume tudo**. (...) Ele é o nosso educador, nosso mestre, nosso guia e nossa consciência vigilante, quando nós mesmos não formos capazes de ver nossos erros (...), nele nos tornamos (...) um **soldado espartano** (...) um gigante invencível; nele (...) o **legado dos mártires** (...) estão garantidos". (Apud Pandolfi/94, pp. 59/61; ggmm)

****O depoimento de Pinheiro, liderança do sindicalismo bancário, ilustra bem o sentimento de fé: "o Partido estava para mim **em primeiro lugar**, o resto vinha depois. Eu sabia que a direção levava o Partido para o imobilismo, mas **acreditava na possibilidade de recuperá-lo**, de reverter aquele quadro. E também, respeitava muito a mística do centralismo-democrático, da história do Partido, **uma fé muito grande que me levou a subordinar-me em situações claramente desfavoráveis pessoalmente**. Apoiar o Moreira, em 1986, foi algo que me violentou profundamente (...), além de ter me queimado no Banco do Brasil. Esta campanha me retirou todo o resquício de liderança que eu tinha no BB, e eu havia alertado a CE acerca disso: *o funcionalismo do BB é de esquerda e se eu entrar lá com o panfleto em coligação com o Moreira eu acabo como liderança*". (Pinheiro/92; ggmm)

*****Na verdade, havia exceções como o dirigente Hilário Pinha em 81 no debate das *Teses*: "levanto (...) as principais falhas das mesmas, na esperança de que no debate coletivo possamos superá-los". (In VU/81, td nº 8 [7])

[26] Annie Kriegel chamou de "permanentes"* aos ocupantes de pontos chaves da estrutura partidária que, ao lado do "corps consacré" (núcleo dirigente), constituem a parte essencial do esquema de poder da coalizão interna dominante. Os *permanentes* seriam o núcleo duro da burocracia partidária, em última análise, os responsáveis pela transmissão das decisões do núcleo dirigente para as engrenagens partidárias, cabendo-lhes ainda uma parcela de poder na execução das tarefas – seja freqüentando pequenas federações e outras seções importantes, trabalhando em campanhas eleitorais, influenciando a imprensa, ou servindo de secretário particular para alguns dirigentes. O mecanismo foi assim descrito por Lavau:

> "(...) le fonctionnement du parti repose sur un noyau de permanents uniquement consacrés au travail politique du parti". "(...) Ces permanents forment l'ossature des *sections de travail* permanentes, placées théoriquement auprés du CC, mais en fait à la dispositions du secrétariat"; "(...) ces sections – notamment (...) *d'organisation*, (...) *des cadres* et (...) *de politique extérieure* – ont, dans les décisions les plus importantes du parti, un poids décisifs".

Junto com o *núcleo dirigente* os *permanentes* das seções são os principais componentes da *comissão de candidaturas* dos congressos e conferências federais, de modo que, antes dos eventos, eles já sabem quem entrará e quem sairá das direções. O poder especial destes segmentos assentava-se, como deixa claro Paul Laurent, chefe da Seção de Organização do CC do PCF, numa concepção hierárquica elitista: "oui, chacun compte pour un, mais pas d'egalitarisme absurde. Il y a des directions. Il y a des dirigeants". (Apud Lavau/81, pp. 193/195/196/198/220)

* Segundo Kriegel,

> "un permanent, c'est un militant qui, quels que soient sa fonction et son mode de rétribution,

> dépense la totalité de ses forces dans un poste pour lequel le parti l'a désigné et *cadré*[(a)]; soumis au contrôle (...) de la section (...) de cadres, laquelle a la haute main sur le dispositif (...) des ressources humaines (...)".

Lavau calcula que 4/5 do CC do PCF eram de *permanentes*[(b)]. Mas nem todos estão lá. Alguns entre eles são "colaboradores do CC" agindo nas comissões permanentes, ou como secretários de dirigentes, outros são secretários de federações e zelam pela aplicação da linha nos departamentos. Em sua maioria, eles são profissionais que abandonaram suas carreiras de origem e "sont désormais tributaires du parti, directement ou indirectement, pour leur rémunération, leur carrière, leur niveau de vie, leur promotion". Os restantes manteriam ocupações fora do partido que lhe absorviam pouco tempo permitindo-lhes dedicação quase integral às tarefas, seja na Universidade, na municipalidade, ou noutros empregos *flexíveis*. (Apud Lavau/81, pp 195-197)

(a)Para Michels,"os conservadores mais tenazes de um partido são (...) aqueles que dele mais dependem". (Michels/82, pp. 74/77)

(b) Dos 147 membros do CC em atividade após o XXIII CONGRESSO, o grupo constituído pela trintena de secretários federais, cinqüentena de *permanentes* das comissões do CC e os 10 *permanentes* do CGT, constituíam a larga maioria. (Lavau/81, p. 198)

[27] No PCB, o grande impulso burocrático viria com o ápice de sua atividade clandestina em 35 e o conseqüente estreitamento da colaboração entre o partido e a IC. A derrota, porém, forçaria a descontinuidade desse processo, acentuado quando da desarticulação do partido pela polícia *estadonovista* em 40*. A rearticulação posterior, em posição de unidade com Vargas, ensejaria a criação de um novo corpo burocrático, mais inclinado à atividade legal do que o anterior. A cassação do registro partidário em 47 não impediria a continuidade e a expansão deste agrupamento, que se submeteria a uma clandestinidade auto-imposta como resposta ao isolamento político. Por meio de uma intensa campanha de finanças, para promover tanto a propaganda quanto a compra de armas para a *revolução*, o *prestismo* se legitimaria, apesar do agravamento de sua situação política e do definhamento do partido.

A estrita clandestinidade, como nos mostra Pandolfi, propiciou a "autovalorização" do *núcleo dirigente* que circundava Prestes – "um adepto fervoroso da vida nos subterrâneos" –, marcando o ápice da legitimidade interna da burocracia diante dos militantes e simpatizantes. Ela também ensejaria a radicalização da fustigação anti-imperialista em plena *Guerra Fria* – o que, certamente, não seria possível com a legalidade, cujo preço, comumente, era o arrefecimento do *internacionalismo proletário* –, reforçando também a legitimidade externa do *prestismo*. (Pandolfi/94, pp. 259/260/265)

* Peralva data a constituição do *núcleo dirigente* no partido justamente nas prisões do Estado Novo[(a)]:

> "na batalha surda pela rearticulação e sobrevivência do partido, (...) esse núcleo dirigente em formação (na verdade a CNOP) defendeu com êxito a existência do partido, rearticulou-se em âmbito nacional, inspirou e orientou grandes campanhas patrióticas de massa, com resultados extraordinariamente positivos".

Com a legalidade, e junto a Prestes, ele ganha projeção nacional se reproduzindo a partir de 51 com base em amplo trabalho de educação. (Apud Santos/88, pp. 145/146)

(a)Antes, no período Pereira, é possível que ele se organizasse em germe em torno dos fundadores. Mas, sua cristalização deveria ser prejudicada pelas práticas *liberais* ainda predominantes na organização. Com a *bolchevização*, nos anos 30, criara-se as condições para sua articulação, prejudicada agora pela instabilidade interna e, depois, pela derrota político-militar.

[28] Ideologia que, diga-se de passagem, agredia a percepção leninista do imperialismo que, como observou Berenice, se fixava na problemática do mercado interno *sem a confundir com a do mercado consumidor*. Para Lênin, tratava-se de entender a emergência e constituição de agentes políticos burgueses e não, como queria o PCB, simplesmente promover a "apologia do trabalho assalariado e do avanço tecnológico" – presumidamente prejudicados pelo *imperialismo* –, o que levava os comunistas a se reportar, "com

freqüência", "ao conceito de forças produtivas e não de relações sociais de produção, muito menos ainda à luta de classes".

É verdade que para Lênin, "uma das propriedades essenciais do imperialismo é justamente o fato de que ele", via "exportações de capital", "acelera o desenvolvimento do capitalismo nos países mais atrasados, alargando e intensificando (...) a opressão nacional"*, mas isto nada tem a ver com a percepção stalinista de que "diante das massas de milhões de proletários, o imperialismo coloca assim o problema: de entregar-se à mercê do capital, **vegetar à moda antiga** e **degradar-se cada vez mais** ou empunhar uma nova arma". Muito menos tem a ver com a compreenssão *prestista*, de maio de 30, de que, por visar "exclusivamente (a) (...) exploração (...) de matérias-primas, reservado o mercado nacional para a colocação dos produtos fabricados nos entrepostos imperialistas", o capital estrangeiro "só pode ser prejudicial ao País" canalizando "todo o esforço nacional, todo o nosso trabalho (...) para o exterior" e ainda nos ameaçando, em função da "luta (...) entre os dois imperialismos que nos subjugam e colonizam" (EEUU e Inglaterra) "com o auxílio do nosso governo", com "o **esfacelamento da Nação**"**. Ocorre, como diz Boito, que o imperialismo neste período investia em "empréstimos" e na infra-estrutura de transporte, energia, etc., política cuja reversão somente ocorrerá em fins dos anos 50.

O capitalismo real era, no *prestismo*, rechaçado em proveito de uma visão abstrata e benigna, estrategicamente falando, que o via como um *sistema tampão* que, ao se desnvolver, *necessitaria instaurar sua independência face ao imperialismo*. Confundia-se a capacidade de se tomar decisões favoráveis à acumulação interna com *independência face ao imperialismo*, como se a *dominação imperialista* fosse exclusivamente baseada na coerção, tendo como motivação a anulação do progresso nacional, e como se os capitais internacionais fossem indiferentes à realidade nacional***; ao contrário, a exportação de capital demandava por uma economia ágil e minimamente estruturada capaz de oferecer *oportunidades*. Ao contrário, o desenvolvimento era entendido como o **antídoto** e não o atrativo para os capitais imperialistas se implantarem numa determinada região. De fato, como diz Vianna, aquilo que se identificava como

> "entrave ao desenvolvimento – o imperialismo e o latifúndio – atuava como força de sua propulsão no mundo das coisas reais. Subvertidas a teoria e os fatos, criava-se a fantasia de que vivíamos uma situação pré-revolucionária (...) e, poratnto a necessidade de um desenlace político revolucionário"

que impedisse a *desagregação da nação*. (Berenice/86, pp. 166/167. Apud Galvão/75, pp. 45/46. Apud Paulo Netto/82, p. 40; ggmm. Apud Palácios/91, p. 226; gm. Boito/84, pp. 31/33. Apud Segatto/sd, p. 159)

* Não pela manutenção do *atraso*, mas pela exacerbação do *moderno* sem as desejáveis premissas da autonomia.

** A suposta vocação *haraquiri* da direita seria sustentada até o VII CONGRESSO, quando se critica o Estado por ter, a partir de 80, implementado uma política de "desastre nacional" com a *recessão* e o *entreguismo*. (Res. VII/84, p. 21)

***Tal visão estreita sobre a perspectiva do capital estrangeiro também seria persistente. Corrêa, em 79, ainda percebia a participação estrangeira em negócios nacionais como "diminuição da soberania do País, pela redução de seu poder de decisão". (Corrêa/80, p. 209)

[29] Mariáteguy, em 28/29, já combatia o "nacionalismo de esquerda", inclusive na sua versão peruana, o *aprismo* de Haya de la Torre, sem obter grande repercussão na América Latina, indagando:

> "até que ponto a situação das repúblicas latino-americanas pode se assemelhar à dos países semi-coloniais"? "(...) As burguesias nacionais, que vêem na cooperação com o imperialismo a sua melhor fonte de proveitos, se sentem **bastante donas do poder político, para que não se preocupem seriamente com a soberania nacional**. Estas burguesias (...), todavia, não conhecem – salvo no Panamá – a ocupação militar ianque e **não têm predisposição alguma para admitir a necessidade de lutar pela segunda independência** (...)".
>
> "A colaboração com a burguesia (...) na luta anti-imperialista chinesa, se explica por razões de raça, de civilização nacional que entre nós **não existem**. O chinês (...) burguês se **sente** estranhamente chinês. Ao desprezo do branco (...) corresponde (...) o orgulho da sua tradição milenar. O anti-imperialismo na China pode, portanto, repousar no sentimento e no fator nacionalista. Na Indo-América, as circunstâncias não são as mesmas. A (...) burguesia nativa **não se sente** solidária com o povo, pelo laço de uma história e de uma cultura comuns. No Peru, (...) o burguês branco **deprecia o popular, o nacional**. Sentem-se, antes de tudo, brancos".

([Mariáteguy, José Carlos /1990] p. 64; ggmm)

[30] Ao confiar, como diz Vianna, ao

> "Estado o controle da classe operária, o seu próprio relacionamento com a sociedade civil destituía-se dos papéis que poderiam elevá-la a uma classe dirigente da vida social". Sem "nexos com a nação, fazendo do Estado seu partido*, (ela) jamais assumiu a responsabilidade (...) de organizar a relação entre a sociedade civil e o Estado".

O fenômeno não era novo, Engels já havia percebido esta tendência em 1866 ao designar o "***bonapartismo***" como "**a verdadeira religião da burguesia moderna**":

> "vejo cada vez mais que a burguesia não foi feita para a reinar diretamente; (...) uma semiditadura (...) tem nas suas mãos (...) os grandes interesses da burguesia (contra a burguesia, se necessário), mas não lhe deixa parte alguma na dominação**".

Gramsci, segundo Carlos Estevam Martins, também identificaria mutações na ação política da burguesia: a ditadura militar "(...) é um dos métodos pelos quais as burguesias **destituídas de um sentido de missão histórica** institucionalizam a situação particularíssima em que preservam a função de dominação, sem deter a função de direção** (...)". No Brasil, o problema da subordinação seria tratado por Florestan Fernandes pelo prisma do enfrentamento com o imperialismo, como sintoma da

> "debilidade econômica e política" da "burguesia brasileira" que, "impossibilitada (...) de efetivar a constituição de um capitalismo em bases nacionais" e *unificar seus vários projetos pulverizados e conflitantes*, "abandonou qualquer veleidade autonomista (...) e optou por uma aliança, na condição de parceira menor e subordinada, com a burguesia monopolista estrangeira".

(Apud [Segatto, José Antônio /1989] p. 90. Apud Antunes/92, pp. 114-116; gm)

* E, como nos diz Segatto, sua "vanguarda armada de classe" via FFAA; vide 1889, 1930, 1937, 1945,1954-5 e 1964 – ou, como prefere Octávio Ianni, elevando-as ao papel de "poder moderador". (Apud Segatto/89, p. 91)

** Entendida como poder político.

[31] Os precedentes da pregação, evidentemente, não ajudavam. Stálin já havia, em 52, aludido à *competição pacífica** como uma política que devia suceder à *guerra fria* para se derrotar o capitalismo. Claudín nos descreve o raciocínio básico da proposição:

> "enquanto o 'mercado mundial socialista' desenvolver-se-á continuamente (...) o mercado mundial capitalista se irá contraindo (...), 'o volume da produção diminuirá' (...). Isto provocará a exacerbação das contradições entre tais países e tornará inevitáveis as guerras entre eles (...). Daí que o problema essencial a resolver, para garantir este **curso irresistível da história**, consistisse em impedir que as potências capitalistas (...) agredissem o 'campo socialista', perturbando sua marcha triunfal no rumo do comunismo". Por isso, "a bandeira do socialismo deve continuar prudentemente recolhida (...)".

(Claudín/86, pp. 630/636/637/657; gm)

* Lênin sempre fora um cético quanto à possibilidade de uma coexistência pacífica duradoura de sua revolução com o mundo capitalista. Para ele, a *relativa tolerância* do resto mundo para com a Revolução de Outubro se devia à pequena inserção da Rússia na economia mundial, e deveria desaparecer tão logo sua generalização pela Europa. (Id., pp. 657/658)

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

"Frei Chico" (José Ferreira da Silva) /1992
– Depoimento concedido ao pesquisador, em dezembro, em SP; fita mini-cassete arquivada.

"Zé Beto" (José Humberto Rodrigues) /1988
– *"Nem Ficou a Pátria Livre, Nem Morri pelo Brasil"* ; Edição própria/RJ.

"Zé Beto" (José Humberto Rodrigues) /1992
– Depoimento concedido ao pesquisador em julho, no Rio; fitas cassetes arquivadas.

Aliança Democrática /1984
– *"Compromisso com a Nação – PMDB-PFL"* ; in VU nº 213.

Altman, Breno /1993
– Conversa informal no 1º semestre de 93 na sede da *Scritta*, em SP.

Amano, Takao /1985
– *"Um Dia na Vida de um Comunista"* ; in revista Lua Nova, vol. 2, nº 3, ed. CEDEC-Brasiliense/SP.

Antunes, Ricardo /1992
– *"A Rebeldia do Trabalho – O Confronto Operário no ABC Paulista: as greves de 1978-80"* ; Ed. Unicamp/Campinas.

Araújo, Braz José de /1985
–" *Operários em Luta – metalúrgicos da baixada santista (1933-83)"*; ed. Paz e Terra/RJ.

Aricó, José /1987
– *"O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional"* ; in Hobsbawn, Eric J – Hist. do Marx. vol. 8, ed. Paz e Terra/RJ.

Azedo, Luís Carlos /1993
– Depoimento concedido ao pesquisador em abril, no Rio; fita mini-cassete arquivada.

Bensaid, Daniel. e Nair, Alain. /1972
– *"A propósito del problema de organización: Lênin y Rosa Luxemburg"*, in Cuadernos Pasado y Presente nº 12, ed. PyP/Córdoba.

Berlinguer, Enrico /sd
– *"A Questão Comunista"* ; Edições 70/Lisboa.

Boito Jr., Armando /1982
– *"O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo"* ; ed. Brasiliense/SP.

Boito Jr., Armando /1991
– *"O Sindicalismo de Estado no Brasil"*; ed. HUCITEC/SP – UNICAMP/Campinas.

Bottomore (org.), Tom /1988

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

"Dicionário do Pensamento Marxista" ; ed. Zahar/RJ.

Brandão, Gildo Marçal /1989

– *"O PCB às Vésperas do Cismo Marighellista"* ; comunicação à ANPOCS, acervo AMORJ/UFRJ.

Brandão, Gildo Marçal /1991

– *"Raízes da Irrelevância e Fracasso do PC nos Anos 20"* ; Comunicação à ANPOCS, acervo AMORJ/UFRJ.

Brandão, Gildo Marçal /1992

– *"Partido Comunista, Capitalismo e Democracia (um estudo sobre a gênese e o papel político da esquerda brasileira: 1920-1964)"*; Tese de Doutoramento do DCP—FFLCH/USP orientada por Francisco Weffort, mimeo./SP.

Brandão, Octávio /1979

– *"Entrevista com Octávio Brandão"*; in revista Aparte ano 1, nº 1, ICHF-UFF/Niterói.

Cândido, José /1993

– Depoimento concedido ao pesquisador em agosto, no Rio; 1:30h de fita cassete arquivada.

Capistrano, Maria Augusta /1993

– Entrevista concedida aos pesquisadores da AMORJ,a 6 de abril; fita cassete nº 3.

Carone, Edgard /1982

– *"Classes Sociais e Movimento Operário"*; ed. Ática/SP.

Carone, Edgard /1982(a)

– *"O PCB: 1964-1982"* ; ed. DIFEL/SP.

Casanova, Pablo González /1989

– *"Sobre o Marxismo na América Latina"* ; in rev. Novos Rumos nº 13, ed. NR/SP.

Cavalcante, Berenice /1986

– *"Certezas e Ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira"*; ed. Tempo Brasileiro/RJ – EDUFF/Niterói.

Cerroni, Umberto /1982

– *"Teoria do Partido Político"* ; ed. Ciências Humanas/SP.

Claudín, Fernando /1986

–*"A Crise do Movimento Comunista"*; vol. 2 – O Apogeu do Stalinismo, ed. Global/SP.

Coelho, Marco Antônio /1966

– *"Causas da Derrota de 1º de Abril de 1964"* ; in Carone/82(a), sob o pseudônimo de *Assis Tavares*.

Coggiola, Osvaldo /1989

– *"Trotsky: teoria e atualidade"*; in revista Novos Rumos nº 13, ed. NR/SP.

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

Colletti, Lúcio /1983

– *"Ultrapassando o Marxismo"*; ed. Forense Universitária/sl.

Comunicado de Fevereiro do CE-SP /1976

– *"PCB Vive e Atua"*; in Nogueira et alii/81.

Comunicado de Setembro do CE-SP /1977

– ***"Comunicado Nº 1"*; in Nogueira et alii/81.**

Corrêa, Hércules /1980

– *"A Classe Operária e Seu Partido"*; ed. Civilização Brasileira/SP.

Corrêa, Hércules /1980 (op)

– *"O ABC de 1980"*; ed. Civilização Brasileira/RJ.

Corrêa, Hércules /1985

– Palestra proferida a 17 de janeiro no Rio; fitas cassetes nºs 1-3, acervo AMORJ/UFRJ.

Corrêa, Hércules /1987

– Depoimento concedido a Marcus Miranda e Mauro Lima para o projeto *"E Agora PCB?"*, organizado por Hamilton Garcia e Flávio Edler; gravação arquivada.

Corrêa, Hércules /1994

– *"Memórias de um Stalinista"*; ed. Opera Nostra/RJ.

Costa, Emília Viotti da /1987

– *"Liberalismo e Lutas de Classe no Brasil"*; in revista Novos Rumos ano 2, nº 1, ed. NR/SP.

Coutinho, Carlos Nelson /1988

– *"A Visão do Brasil na Obra de Caio Prado Jr."*; comunicação à ANPOCS de outubro, acervo AMORJ/UFRJ.

Coutinho, Carlos Nelson /1990

– *"Cultura e Sociedade no Brasil"*; ed. Oficina do Livro/BH.

Coutinho, Carlos Nelson /1994

– Depoimento concedido ao pesquisador em maio, em sua residência no Rio; minicassete de 1:00h arquivado.

Coutinho, Rodolfo /1924

– *"Correspondência"*; in Roio/81.

DCB (Documentos dos Comunistas Brasileiros) /1976

– Órgão oficial do CE/GB, editado clandestinamente; nºs consultados: 1-3, 5; arquivo particular.

DCB (Documentos dos Comunistas Brasileiros) /1977

– Órgão oficial do CE/GB editado clandestinamente; nºs consultados: 6-11; arquivo particular.

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

DCB (Documentos dos Comunistas Brasileiros) /1978

– Órgão oficial do CE/GB, editado clandestinamente; nºs consultados: 13-17, arquivo particular.

DCB (Documentos dos Comunistas Brasileiros) /1979

– Órgão oficial do CE/GB editado clandestinamente; nºs consultados: 18-23; arquivo particular.

DCB (Documentos dos Comunistas Brasileiros) /1980

– Órgão oficial do CE/GB, editado clandestinamente; nºs consultados: 24-29; arquivo particular.

Declaração de Fevereiro da CECC /1977

– *"Declaração da CE do PCB"*; in VO nº 131.

Declaração Sindical de Novembro /1978

– *"Declaracão do PCB sobre o Movimento Sindical"*; in Nogueira/80.

Detrez, Conrado /1968

– *"A América Latina entre o Trágico e a Revolução"*; in revista Civilização Brasileira ano 3, nº 18, ed. CB/RJ.

Dias, Giocondo /1983

– *"Os Objetivos dos Comunistas"*; ed. Novos Rumos/SP.

Dulles, John W.F. /1985

– *"O Comunismo no Brasil (1935-45): repressão em meio ao cataclismo mundial"*; ed. Nova Fronteira/RJ.

Duverger, Maurice /1987

– *"Os Partidos Políticos"*; 3ª edição, ed. Guanabara/RJ.

Fuller, Nikoden /1988

– Conversa informal em sua casa de campo em Nova Iguaçu/RJ; sem registro.

Fato Novo /1970

– Jornal legal de cunho nacionalista fomentado pelo PCB e dirigido aos quartéis; nºs selecionados: 1-3,5,6,8,12,14-16,18,24,26,27-29,31-34. Acervo BN/RJ.

Fonte Anônima /1992

– Conversa informal com ex-membro do CC no 2º semestre, em SP.

Fonte Militar Anônima /1993

– Relato obtido informalmente no RJ; sem registro.

Frederico, Celso /1990

– *"A Esquerda e o Movimento Operário: 1964-84"*; vol. 2, ed. Oficina das Letras/BH.

Freire, Roberto /1989

– *"O Drama e as Vicissitudes do PCB"*; in rev Novos Rumos nº 13, ed. NR/SP.

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

Freire, Roberto /1990

– *"Novo Socialismo, Novo PCB"*; in Caderno de Debates do IX Congresso nº 1.

Galvão, Luís Alfredo /1975

– *"Marxismo, Imperialismo e Nacionalismo"*; in rev. Debate & Crítica nº 6, SP.

Garcia, Hamilton et alii /1987

– Mesa-redonda entre lideranças e ex-lideranças universitárias do PCB, organizada por Garcia como subsídio ao trabalho da SJ no 1º semestre, no Rio, com a presença de: César Vasques, Henrique Garcia, Orlando Thomé, Jorge Mariel, Hamilton Garcia, Marcelo Barbosa, *Kadu* Machado e Tadeu Assumpção; fitas cassetes em arquivo pessoal.

Garcia, Marco Aurélio /1988

– *"1968 – metamorfoses na esquerda brasileira"*; comunicação à ANPOCS em outubro, acervo AMORJ/UFRJ.

Gerratana, Valentino /1987

– *"Stálin, Lênin e o Marxismo-Leninismo"*; in Hobsbawm, Eric J. – Hist. do Marx. vol. 9, ed. Paz e Terra/RJ.

Getzler, Israel /1985 (v)

– *"Outubro de 1917: o debate marxista sobre a revolução na Rússia"* (pp. 25-74) e *"Martov e os Mencheviques Antes e Depois da Revolução"* (pp. 197-225); in Hobsbawm, Eric J. – Hist. do Marx. vol. 5, ed. Paz e Terra/RJ.

Giddens, Anthony /1987

– *"Capitalismo e Moderna Teoria Social"*; Ed. Presença/Portugal e Martins Fontes/Brasil.

Giovanetti Netto, Evaristo /1986

– *"O PCB na Assembléia Constituinte de 1946"*; ed. Novos Rumos/SP.

Gorender, Jacob /1987

– *"Combate nas Trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada"*; ed. Ática/SP.

Granja, Antônio Ribeiro /1981

– *"Sobre a Violação da Unidade"*; in VU/81, tribuna de debate nº 8.

Gruppi, Luciano /1978

– *"O Conceito de Hegemonia em Gramsci"*; ed. Graal/SP.

Gruppi, Luciano /1979

– *"O Pensamento de Lênin"*; ed. Graal/RJ.

Guimarães, Alberto Passos /1982

– Depoimento concedido à Profª. Berenice Cavalcante, em 21/11, no Rio, para sua Dissertação de Doutorado; acervo AMORJ/UFRJ.

Hegedüs, András /1986

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

– *"A Construção do Socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a NEP"* ; in Hobsbawm, Eric J. – Hist. do Marx. vol. 7, ed. Paz e Terra/RJ.

Hollanda, Jarbas de /1987

– Entrevista concedida ao autor para publicação (não realizada) na revista Novos Rumos. Arquivada em disquete.

Informe de Balanço /1967

– *"Informe de Balanço do CC ao VI Congresso"* ; in Nogueira/80.

Informe de Março /1973

– *"Esquema de Discussão Política"* ; in Carone/82(a).

Jaimovich, Marcos /1993

– Depoimento concedido ao pesquisador em agosto, no Rio; fitas mini-cassete arquivadas..

Johnstone, Monty /1978

– *"Marx, Engels y el Concepto de Partido"*; Cuadernos Pasado y Presente n° 7, ed. PyP/ México-DF..

Johnstone, Monty /1985

– *"Um Instrumento Político de Tipo Novo: o partido leninista de vanguarda"*; in HM vol. 6, ed. Paz e Terra/RJ.

Johnstone, Monty /1985 (V)

– *"Lênin e a Revolução"*; in Hobsbawm, Eric J. – Hist. do Marx. vol. 5, ed. Paz e Terra/RJ.

Keck, Margaret /1992

– *"The Workers' Party and Democratization in Brazil"* ; ed. Yale University Press/New Haven and London.

Konder, Leandro /1967

– *"A Rebeldia, os Intelectuais e a Juventude"* ,; in rev. Civilização Brasileira n° 15, ed. CB/RJ.

Konder, Leandro /1980

– *"Os Comunistas e a Democracia no Brasil"* ; ed. Graal/RJ.

Konder, Leandro /1981

– *"Astrojildo Pereira: o homem, o militante, o crítico"*; in Roio/81.

Konder, Leandro /1981(td)

– *"Força e Fraqueza das Teses"* ; in VU/81, td n° 1 (10-16/07).

Konder, Leandro /1988

– *"A Derrota da Dialética"* ; ed. Campus/RJ.

Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal /1985

– *"The Concept of Hegemony in Political Strategy"* ; mimeo.

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

Lavau, Georges /1981

– *"A Quoi Sert le Parti Communiste Français?"*; ed. Fayard/Paris.

Lênin, Vladimir I. /1972

– *"Un Paso Adelante, Dos Pasos Atrás"*; Cuadernos Pasado y Presente nº 12/Córdoba.

Lênin, Vladimir I. /1980 (a)

– *"Sobre a Cultura Proletária"*; in O.E. vol. 3, ed. Alfa-Omega/SP.

Lewin, Moshe /1986

– *"Para Uma Conceituação do Stalinismo"*; in Hobsbawm, Eric J. – Hist. do Marx. vol. 7, ed. Paz e Terra/RJ.

Lima, Heitor Ferreira /1981

– *"Astrojildo Pereira e Uma Mudança na Orientação do PCB"*; in Roio/81.

Lima, Marcelo Ayres Camurça /1991

– *"A Concepção da História na Cultura Comunista"*; Série Estudos nº 86, dezembro, IUPERJ.

Löwy, Michel /1987

– *"As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen"*; Ed. Busca Viva/SP.

Lukács, Georg /1972

– *"Observaciones Metodológicas Sobre el Problema de Organización"* (pp. 79-131/152-155) e *"Legalidad e Ilegalidad"* (pp. 133-150/155); Cuadernos Pasado y Presente nº 12, ed. PyP/Córdoba.

Lukács, Georg /1974

– *"História e Consciência de Classe"*; ed. Escorpião/Lisboa.

Luxemburg, Rosa /1972

– *"Problemas de Organización de la Socialdemocracia Rusa"*; Cuadernos de Pasado y Presente nº 12/Córdoba.

Luxemburgo, Rosa /1990

– *"Reforma Social ou Revolução?"*; ed. Global/SP.

Lynce, Léo /1981

– *"Em Defesa da Democracia Interna"*; in VU/81, td nº 9/SP.

Magnani, Silvia Ingrid L. /1983

– *"Apontamentos Sobre a História Oficial do PCB"*; comunicação à ANPOCS, mimeo.

Mandel, Ernest /1978

– *"Crítica do Euro-comunismo"*; ed. Antídoto/Lisboa.

Mannheim, Karl /sd

– *"Ideologia e Utopia"*; xerox.

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

Márek, Franz /1986

– *"Sobre a Estrutura Mental de Stálin"*; in Hobsbawm,Eric J. – Hist. do Marx. vol.7, ed. Paz e Terra/RJ.

Mariátegui, José Carlos /1990

– *"Ponto de Vista Anti-Imperialista"*; in revista Novos Rumos, ed NR/SP.

Marighella, Carlos /1979

– *"Escritos de Carlos Marighella"*; Editorial Livramento/SP.

Marx, Karl /1977

– *"Crítica ao Programa de Gotha"*; Edições Sociais/SP.

Medvedev, Roy A. /1986

– *"O Socialismo em Um Só País"*; in Hobsbawm,Eric J. – Hist. do Marx. vol. 7, ed. Paz e Terra/RJ.

Melo, Fernando M. /1988

– *"Marx e Engels – a teoria da organização revolucionária"*; rev. Novos Rumos nº 10-12/SP.

Melo, Teodoro /1984

– *"A Alternativa dos Comunistas – subsídios para o seu estudo"*; in VU nº 229.

Melo, Teodoro /1992

– Depoimento concedido ao pesquisador em julho; gravação arquivada.

Michels, Robert /1982

– *"Sociologia dos Partidos Políticos"*; ed. UNB/Brasília.

Moraes Fº, Evaristo de /1991

– *"A Proto-História do Marxismo no Brasil"*; in Hist. do Marx. no Bras. vol.1, ed. Paz e Terra/RJ.

[illegible] Quartim de /1991

– *"A influência do Leninismo de Stálin no Comunismo Brasileiro"*; in Hist. do Marx. Bras. vol. 1, ed. Paz e Terra/RJ.

Nogueira (org.), Marco Aurélio /1980

– *"PCB: vinte anos de política (1958–79)"*; ed. Ciências Humanas/SP.

Nogueira, Marco Aurélio /1988

– *"Gramsci, a Questão Democrática e a Esquerda no Brasil"*; in "Gramsci e a América Latina", Coutinho/Nogueira (orgs.), ed. Paz e Terra/RJ.

Nogueira, Marco Aurélio et alii /1981

– *"O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)"*; ed. Ciências Humanas/SP.

Nota de Abril /1983

– ***"O caos só interessa aos inimigos da democracia"*; in VU nº 147.**

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

Nota de Abril do CE-SP /1980
– In VU/80, nº 4 [3].

Nota de Junho da CECC /1977
– In VO/77 nº 135.

Nota de Maio /1980
– *"Resposta Coletiva É Dura e Rigorosa"*; in VU nº 8.

Nota de Março /1971
– *"Nota Política do PCB"*; in VO nº 73.

Nota de Março da CECC /1972
– *"Unir e Organizar a Classe Operária para Isolar e Derrotar a Ditadura"*; in VO/72, nº 86.

Nota de Março do CE-SP /1978
– *"Avançar Unindo"*; in Nogueira et alii/81.

Nota de Outubro /1983
– In VU nº 176.

Nota de Setembro da CECC /1981
– *"Contra a recessão e pela democratização do país"*; in VU/81, nº 72.

Nota de Setembro do CE/RJ /1982
– *"Frustar a Manobra do Regime e Derrotar o PDS"*; in VU/82 nº 123.

Nota Eleitoral de Maio da CECC /1978
– *"Nota da CE do PCB a Propósito da Campanha Eleitoral"*; In Nogueira/80.

Novaes, Regina Reyes /1989
– *"Dissolver a Neblina – a CUT no campo"*; in rev. Teoria & Debate nº 8, ed.PT/SP.

Novos Rumos /1963
– Jornal oficioso do PCB; nºs selecionados: 203, 204, 206, 207, 212, 216, 217, 218, 221, 226, 229, 232, 240-242, 246, 248, 250, 251; microfilme da BN/RJ.

Novos Rumos /1964
– Jornal oficioso do PCB; nºs selecionados: 253, 255, 257, 260, 261-264, extra; microfilme da BN/RJ.

Oliveira, Marcos A.G. /1988
– *"O PCB, a Democratização e a Reação Conservadora"*; in rev. Novos Rumos nº 10-12, ed. NR/SP.

Oliveira, Marcos A.G. /1989
– *"O PCB em Pernambuco e a Assembléia Constituinte Estadual de 1947"*; in rev. Novos Rumos nº 13, ed. NR/SP.

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

Palácios, Manoel /1989

– *"Os Comunistas e a Modernização: a crise do jacobinismo"* ; in rev. Presença nº 13, ed. CPDC/RJ.

Palácios, Manoel /1991

– *"Pensando a Formação do PCB"*; Dissertação de Mestrado em Ciência Política pelo IUPERJ, mimeo.

Pandolfi, Dulce Chaves /1994

– *"Rasgando a Fantasia – um estudo sobre a identidade do PCB"* ; Tese de doutoramento do DH/UFF orientada por Ângela Maria de Castro Gomes; mimeo./Niterói.

Panebianco, Angelo /1988

– *"Political Parties: organization and power"* ; Cambridge University Press/Great Britain.

Parucker, Paulo Eduardo C. /1989

– *"O PCB e as Forças Armadas (1961-64)"* ; comunicação à ANPOCS, acervo AMORJ/UFRJ.

Netto, José /1982

– "*Joseph Stálin – política*"; ed. Ática/SP.

Pécaut, Daniel /1990

– *"Os Intelectuais e a Política no Brasil"* ; ed. Ática/SP.

Peralva, Osvaldo /1960

– *"O Retrato"* ; ed. Itatiaia/GB.

Perrone, Fernando /1988

– *"68. Relato de Guerras – Praga, São Paulo, Paris"*; ed. Busca Vida/SP.

Pinheiro, Ivan /1989

...B e as Articulações Intersindicais (1978-83): breve relato" ; in revista Novos Rumos, ano 4, ..., ed. NR/SP.

Pinheiro, Ivan /1992

– Depoimento concedido ao pesquisador, no Rio; fitas cassetes arquivadas.

Pinheiro, Paulo Sérgio /1991

– *"Estratégias da Ilusão – a revolução mundial e o Brasil"* ; ed. Companhia das Letras/SP.

Prestes, Luís Carlos /1958

– *"São Indispensáveis a Crítica e a Autocrítica de Nossa Atividade para Compreender e Aplicar uma Nova Política"*; in Nogueira/80, ed. Ciências Humanas/SP.

Prestes, Luís Carlos /1970

– *"A Luta Contra o Imperialismo É Inseparável da Luta Contra o Oportunismo"* ; in Carone/82(a), artigo publicado na VO nº 67 sob o pseudônimo de *Antônio Almeida*.

Prestes, Luís Carlos /1971

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

– *"Aspectos da Luta Contra o Subjetivismo no 49º Aniversário do PCB"* ; in Carone/82(a).

Prestes, Luís Carlos /1980

– *"Carta aos Brasileiros"* ; in Carone/82(a).

Prestes, Luís Carlos /1982

– *"Proposta para a Discussão de um Programa de Soluções de Emergência"* : in Carone/82(a).

Prestes, Luís Carlos /1987

– Reunião com estudantes comunistas, em sua residência, no RJ, com a presença de: Luís Fernando Victor Fº, Hamilton Garcia, Muniz Gonçalves, Paulo Moraes e Flávio Edler; sem registro.

Reis Fº, Daniel Aarão /1986

– *"Os Comunistas e a Questão Democrática – os anos 50 e 60"*; comunicação à ANPOCS de julho, in acervo AMORJ/UFRJ.

Reis, Dinarco /1987

– Depoimento , concedido em 28 de julho, inserido em projeto memorialístico não publicado; acervo AMORJ/UFRJ.

Resk, Antônio /1992

– Depoimento concedido ao pesquisador, no mês de dezembro, em SP; fita micro-cassete arquivada.

Resolução de Abril /1974

– *"O PCB e as Eleições de Novembro"* ; in Carone/82(a).

Resolução de Abril da CECC /1975

– *"A Luta Pela Democracia e Nossas Principais Tarefas"* ; in Carone/82(a).

Resolução de Dezembro /1975

– *"Resolução Política do CC"* ; in Nogueira/80.

Resolução de Dezembro /1977

– *"Resolução Política do CC"* ; in Nogueira/80.

Resolução de Maio /1965

– *"Resolução Política do CC do PCB"*; in Carone/82(a).

Resolução de Maio /1979

– *"Resolução Política do CC do PCB"*; in Corrêa/80.

Resolução de Maio /1980

– *"A Luta por Liberdades Não É Mero Expediente Tático"* ; in VU nº 8.

Resolução de Março /1977

– *"Resolução Política"* ; In Nogueira/80.

Resolução de Março da GB /1970

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

– *"Resolução Política do CE/GB-PCB (março)"* ; in rev. Temas nº 10/1981, ed. Ciências Humanas/SP.

Resolução de Novembro /1973

– *"Por umaFrente Patriótica Contra o Fascismo"* ; in Nogueira/80.

Resolução de Novembro /1978

– *"Resolução Política do CC"* ; In Nogueira/80.

Resolução de Setembro /1967

– *"Pela Unidade do Partido"* ; in Carone/82(a).

Resolução do VI Congresso /1967

– *"Resolução Política do VI Congresso"* ; in Nogueira/80.

Resolução Eleitoral do CE/SP /1974

– *"Resolução Sobre Tática Eleitoral para 1974 no Estado de SP"* ; in Nogueira/81.

Resolução Municipal de SP /1982

– *"Resoluções do Encontro Municipal dos Comunistas de SP pela Legalidade do PCB"* ; realizado em março, in Carone/82.

Resolução Orgânica de Dezembro /1975

– *"Resolução de Organização do CC do PCB"* ; in Nogueira/80.

Resolução Orgânica de Julho /1971

– *"O Trabalho de Direção do CC"; in* VO nº 77, arquivado na AMORJ.

Resolução Orgânica de Novembro /1973

– *"Trabalho de Direção"* ; in Nogueira/80.

Resolução Orgânica de Novembro /1978

– *"Resolução de Organização"* ; In Nogueira/80.

Resolução Sindical de Janeiro da CE /1973

– *"A Atividade dos Comunistas no Movimento Sindical"* ; in Carone/82(a).

Rodrigues, Leôncio Martins /1983

– *"O PCB: os dirigentes e a organização"* ; in Fausto, Bóris – HGCB, tomo III, 3º vol.., ed. DIFEL/SP.

Rodrigues, Leôncio Martins /1990

– *"Partidos e Sindicatos – escritos de sociologia política"*; ed. Ática/SP.

Roio, José Luiz Del (org.) /1981

– *"Astrojildo Pereira"*; Memória & História, revista do AHMOB, ed. Ciências Humanas/SP.

Sader, Eder /1988

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

– *"Quando Novos Pesonagens Entraram em Cena"*; ed. Paz e Terra/RJ.

Sader, Emir /1991

– *"Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira"*; in HMB vol. 1, ed. Paz e Terra/RJ.

Salles, Nemésio /1977

– *"Questões para Discussão"*; in Nogueira et alii/81.

Salvadori, Massimo L. /1986

– *"A Crítica Marxista ao Stalinismo"*; in Hobsbawm vol. 7, ed. Paz e Terra/RJ.

Santana, Marco Aurélio /1992

– *"Partido e Militância Sindical – a atuação comunista no sindicato dos metalúrgicos do RJ (1947-64)"*; Tese de Mestrado em CCSS no IFCS/UFRJ.

Santo, José do Espírito /1981

– *"Contribuição à Discussão da Tática do PCB no Movimento Sindical"*; in VU/81, nº 79, td nº 7.

Santos, Raimundo /1988

– *"A Primeira Renovação Pecebista: reflexos do XX Congresso doPCUS no PCB (1956-57)"*; ed. Oficina de Livros/BH.

Santos, Raimundo /1991

– *"Crise e Pensamento Moderno no PCB dos Anos 50"*; in Sader, Emir – HMB vol. 1, ed. Paz e Terra/RJ.

Segatto, José A. et alii /1982

– *"PCB (1922-1982) – memória fotográfica"*; ed. Brasiliense/SP.

Segatto, José Antônio /1981

– *"Breve História do PCB"*; ed. Ciências Humanas/SP.

Segatto, José Antônio /1989

– *"Revoluções Burguesas"*; in revista Novos Rumos nº15, ano 4, ed. NR/SP.

Segatto, José Antônio /1992

– Depoimento concedido ao pesquisador em novembro, em SP; mini-cassete arquivado.

Segatto, José Antônio /sd

– *"Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)"*; Tese de Doutorado apresentada no DH da FFLCH/USP sob a orientação de Edgard Carone, mimeo/SP.

Silva, Lyndolpho /1992

– Depoimento concedido ao pesquisador em novembro, em SP; fitas mini-cassetes arquivadas.

Siqueira, Givaldo /1994

– Depoimento concedido ao pesquisador em março, no Rio; fitas mini-cassetes arquivadas.

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

Sodré, Nelson Werneck /1984

– *"Contribuição à História do PCB"*, ed. Global/SP.

Spindel, Arnaldo /1981

– *"O Que É o Comunismo?"*; ed. Brasiliense/SP.

Strada, Vittorio /1985 (V)

– *"Lênin e Trótsky"*; in Hobsbawm, Eric J. – Hist. do Marx. vol. 5, ed. Paz e Terra/RJ.

Teixeira, Aloísio /1981

– *"Discutindo o Fundamento Teórico das Teses Pela Legalidade"*; in VU nº 73/75, encarte Debate nº 4-5/SP.

Telles. Jover /1981

– *"O Movimento Sindical no Brasil"*; ed. Ciências Humanas/SP.

Temer, Milton /1994

– Depoimento ao pesquisador em março, no Rio. Minicassete de 40 minutos arquivado.

Tódero, Domingos /1992

– Depoimento concedido ao pesquisador, em dezembro, em SP; fita arquivada.

Togliatti, Palmiro /1978

– *"Lições sobre o Fascismo"*; ed. LECH/SP.

Trotsky, Léon /1989

– *"Balanço e Perspectiva"*; excerto do livro *1905*, in revista Novos Rumos nº 13, ed. NR/SP.

Vianna, Luiz Werneck /1980

– *"Pela política, contra o basismo e o espontaneísmo"*; in VU/80, nº 11.

Vianna, Luiz Werneck /1980(a)

– *"Os empresários da FIESP e a frente com os liberais"*; in VU nº 25.

Vianna, Luiz Werneck /1981

– *"PCB, Ponto de Referência em Nossa História Política"*; in Vinhas/82.

Vianna, Luiz Werneck /1986

– *"Travessia – da abertura à constituinte"*; ed. Taurus/RJ.

Vianna, Luiz Werneck /1987

– *"Questão Nacional e Democracia: o Ocidente incompleto do PCB"*; mimeo.

Vianna, Luiz Werneck /1989

– *"Liberalismo e Sindicado no Brasil"*; ed. Paz e Terra/RJ.

Vieitez, Cândido G. /1988

– *"Marcos Andreotti – um gigante do primeiro movimento operário do ABC paulista"*; in rev. Novos

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

Rumos nº 10-12, ed. NR/SP.

Vinhas, Moisés /1982

– *"O Partidão – a luta por um partido de massas (1922-74)"*; ed. HUCITEC/SP.

Vinhas, Moisés /1988

– Entrevista concedida a pesquisadores do AMORJ/UFRJ, a 21 de setembro, no Rio.

Voz da Unidade /1980

– Órgão oficioso do PCB, editado em SP; nºs selecionados: 1-7, 9, 10, 12, 14, 15, 17-19, 21-23, 25-30, 32, 34-38. Arquivo particular.

Voz da Unidade /1981

– Órgão oficioso do PCB, editado em SP; nºs selecionados: 42-44, 50, 52-58, 61, 63-67, 69, 70, 72, 74, 77-80, 82, 85, 87. Arquivo particular.

Voz da Unidade /1982

– Órgão oficioso do PCB, editado em SP; nºs selecionados: 88, 92-94, 96, 99, 101, 103-105, 107-115, 120, 123, 126, 127, 130, 132. Arquivo particular.

Voz da Unidade /1983

– Órgão oficioso do PCB, editado em SP; nºs selecionados: 139-141, 143-145, 147, 148, 151,153, 157-161, 163-166, 168, 169, 171, 176, 177, 179, 181. Arquivo particular.

Voz da Unidade /1984

– Órgão oficioso do PCB, editado em SP; nºs selecionados: 189, 196, 197, 201, 213-215, 220, 227, 230, 231. Arquivo particular.

Voz Operária /1971

– Órgão oficial do PCB editado clandestinamente; nºs consultados: 73, 77, 80, 81. Acervo AMORJ/UFRJ.

Voz Operária /1972

– Órgão oficial do PCB editado clandestinamente; nºs consultados: 86, 87. Acervo AMORJ/UFRJ.

Voz Operária /1975

– Órgão oficial do PCB editado clandestinamente; nºs consultados: 119/120 (mimeografado). Arquivo particular.

Voz Operária /1976

– Órgão oficial do PCB editado no exterior; nºs consultados: 123-129. Arquivo particular e acervo AMORJ/UFRJ.

Voz Operária /1977

– Órgão oficial do PCB editado no exterior; nºs consultados: 130, 134, 139, 141 (reimpressos), especial, 131-133, 135-138, 140. Arquivo particular e acervo AMORJ/UFRJ.

Voz Operária /1978

Bibliografia & Fontes de Pesquisa

– Órgão oficial do PCB editado no exterior; nºs consultados: 142-153 (sendo o 142 uma reimpressão). Acervo AMORJ/UFRJ e arquivo particular.

Voz Operária /1979

– Órgão oficial do PCB editado no exterior; nºs consultados: 154-161. Arquivo particular e acervo AMORJ/UFRJ.

Zaidán Fº, Michel /1985

– *"PCB (1922-1929) – na busca das origens de um marxismo nacional"* ; ed. Global/SP.

Zaidán Fº, Michel /1991

– *"O Grande* ***Tournant:*** *o VI Congresso da IC (1928-29)"*; In Hist. do Marx. no Bras., vol. 1, ed. Paz e Terra/RJ.

índice Analítico

21 condições – 26, 70

3º período – 76

abandono da FPCF em 77 – 261

abandono da política de 67 – 164

abordagem da CIA ao CC – 176

adesão à *abertura* em 77-78 – 227

ala democrático-golpista – 107

aliança com o chaguismo nos anos 80 – 284

Aliança Democrática – 334, 335

alianças políticas – 73, 77, 90, 96, 106

alianças político-eleitorais – 72, 74

ALN – 140

ambigüidade estratégica no PCF – 412

ANL – 80, 81, 86, 87

antevendo a repressão em 71-73 – 172

anti-comunismo nos anos 40 – 417

aparelho militar – 74, 85

autocrítica de 64 – 139, 142, 143, 145, 150, 157, 158, 335

autocrítica do *Fato Novo* – 170

autocrítica do setor sindical em 85 – 316

autocrítica – 104, 424

Barata, Agildo – 85, 90, 94

base social do partido nos anos 70 – 178, 183, 186, 188, 189

BO(C) – 72

bolchevismo – 37

bolchevização ≠ stalinização – 27

Brandão, Octávio – 27, 28, 30, 35, 61, 67, 69, 71, 77, 79

Brito, Alves de – 304

brizolismo – 145

browderismo – 98

bukharinismo – 49

burguesia e política – 442

burguesia progressista – 318

burocracia e política – 429

cadernetas Prestes – 140

campanha pela legalidade pós-*quedas* – 265, 319, 328

campanha presidencialista de 63 – 108

campesinato e política – 152

Canellas, Antônio Bernardo – 63, 64, 66

capitulação de 64 – 139

caracterização do golpe – 153

caráter do PCB – 291

Carta aos Comunistas – 274, 275, 276, 277

Carvalho, Apolônio de – 140

cassação de 47 – 95, 96, 97

CC no exílio – 223

CECC de 64 – 150

CECC de 67 – 156

CECC de 80 – 278

cenário de transição em 76-79 – 239, 240

cenários de transição em 70 – 166

centralismo federativo – 423

centralismo-democrático pós-67 – 288

centrismo em 28 – 287

centrismo em 57-58 – 103

centrismo – 167, 277, 286, 287, 288

centro da luta democrática – 166, 185, 192, 241, 254

CGT – 149

ciclos expurgatórios da *máquina* – 428

coalizão neo-*prestista* – 433

colapso da estratégia – 379, 405

colapso de 64 – 109, 141, 149

colapso pós-*quedas* – 191

Coluna Prestes – 73

cometa de Manchester – 26

comportamento das bases – 428

composição da Pró-CUT – 313

compromisso histórico nos anos 80 – 317, 318

compromisso histórico – 400, 401, 402, 404

comunismo democrático – 415, 420

comunismo – 67, 68

comunistas e a democracia – 416, 417, 418, 419, 420

conceito de povo – 387

Índice Analítico

concepção de Frente Única – 257, 258, 259, 261, 262
concepção de hegemonia – 243, 263, 322
concepção de política – 306, 329, 414
concepção de revolução – 407, 409
concepção gramsciana de política – 413
concepção lassaliana de partido – 58
concepção leninista de partido – 38, 39, 43, 44
concepção luxemburguista de partido – 41, 42
concepção marxista de partido – 38, 39, 40
concepção revolucionária marxista – 40
concepção revolucionária – 109, 144
concepções de imperialismo – 438
conjuntura pós-golpe – 155
consciência de classe – 38
[illegible] ao Brasil – 400
construção da CUT – 311, 312, 313, 314, 315
construção do CONCLAT – 315, 316
construção reformista – 410, 411, 412
CONTAG – 314
convergência comunista-nacionalista – 380
convergência do *prestismo* com o comunismo – 380
Corrêa, Hércules – 248, 322
crescimento e poder interno – 428
crise da classe operária – 40
crise da *máquina* – 425, 427, 432
crise de identidade pós-77 – 266, 310
crise de identidade – 378, 379, 396, 397, 398, 403, 426
crise do marxismo – 424
crise do PCB – 410, 433
crise do populismo – 99, 108
crítica da ANAMPOS – 308
crítica da esquerda ao MDB – 257
crítica da política sindical – 70, 306, 308, 309, 314
crítica do *centrismo* – 103
crítica do *esquerdismo* em 67 – 164
crítica do *esquerdismo* em 77-79 – 229
crítica do *esquerdismo* pós-84 – 298
crítica do *esquerdismo* – 165, 399
crítica do pluralismo sindical – 307
crítica *eurocomunista* do anarquismo – 33
crítica *eurocomunista* do chaguismo – 169
crítica *eurocomunista* do *esquerdismo* – 164, 321
crítica menchevique ao bolchevismo – 46
crítica *pecebista* dos liberais – 247
crítica *prestista* do VI CONGRESSO – 275
crítica stalinista do reformismo – 411
críticas de outras correntes ao PT – 327
Cuba e os *pecebistas* – 149
culto à personalidade – 28, 95, 98
DCB e a inclinação ao *centro* – 227, 248, 255, 265, 293
DCB ensaiando um recuo à *esquerda* – 296
debate sobre a legalidade – 265
debate sobre a sucessão presidencial pós-78 – 333, 334
Declaração de Março de 58 – 103, 105, 407
defesa da *abertura* em 80 – 305
defesa da anistia em 78-79 – 332
defesa da Constituinte no pós-77 – 333
defesa da *ditadura do proletariado* nos anos 80 – 418
defesa das raízes nacionais – 25, 27, 29, 30, 66
demissão do Gen. Frota – 226
democracia interna nos anos 80 – 288
democracia interna – 95, 432
democratas radicais – 72
descrição da crise chilena em 71 – 171
Dias, Giocondo – 89, 103, 107, 108, 149, 150, 270, 285, 286
dilemas da transição democrática – 292, 295
disciplinamento da espontaneidade dos mmss – 189, 248
dispositivo militar comunista de 64 – 144, 145, 147
dispositivo militar legalista de 64 – 146, 147, 148
dispositivo popular legalista de 64 – 144, 145, 146
dissidência de *direita* em 52 – 99
dissidência de *esquerda* pós-64 – 140, 161
divisão das Forças Armadas nos anos 70 – 166
divisão interna em 60-62 – 107

índice Analítico

dualismo da IC – 410

eixo da luta democrática (*programa mínimo*) – 192, 193, 239, 261

eixo da luta democrática pós-*quedas* – 292, 294, 296

eixo da luta democrática pós-VII – 298

eixo da luta democrática pré-*quedas* – 292

elaboração *teórica* – 397

eleição presidencial de 65 – 108, 109

elementos estruturais do *ocaso* – 175, 176, 177, 179, 184, 186, 232, 234, 275

elementos ideológicos do *ocaso* – 154, 172, 178, 186, 189, 256, 261

emergência do novo *centro* dominante – 285

emergência sindical de Lula – 253

Engels e a barbárie – 46

Engels e o partido revolucionário na Rússia – 40

ENTOES – 307

episódio Canellas – 64

episódio Kanapa – 287

episódio Salles – 272

escalada radical pré-64 – 419

esgotamento do VI CONGRESSO – 317

esquerda moderna – 289, 388

esquerda pecebista – 269, 317

esquerda revolucionária – 164, 170

esquerdismo – 191

Estado Novo – 88

estratégia comunista – 383, 407

estratégia democrática – 290

estratégia democrática-nacional – 255, 400, 401, 403, 404, 405, 406

estratégia *eurocomunista* – 282

estratégia gramsciana – 413

estratégia neo-stalinista – 413

estratégia sindical comunista – 250, 298

estratégia sindical pós-*quedas* – 252, 301, 305, 311, 312

estratégia sindical pré-*quedas* – 251

estudantes x proletariado – 382

etapismo – 397

etiqueta revolucionária – 26, 98

eurocomunismo nacional – 414

eurocomunistas e democracia – 420

eurocomunistas e partido – 269, 271

eurocomunistas x MCI – 282

eurocomunistas x PCB em 83-84 – 334

eurocomunistas – 164, 185, 266, 267

evolução da esquerda brasileira – 88

evolução da esquerda – 108

evolução *prestista* – 77, 82, 84, 85, 88, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 101, 103, 104

expectativas quanto à legalidade em 78/79 – 266

expurgo dos fundadores – 27, 77

extinção da IC – 89

fascismo no Brasil – 167

fatalismo político – 397

Fato Novo – 167, 168, 169

formação da esquerda – 34, 35, 37

formação ideológica do PCB – 24, 26, 29, 30, 31, 32, 62, 65, 90, 98

formação político-social do PCB – 60, 61, 62, 63, 67, 78, 79

fracasso da esquerda revolucionária – 163

Frei Chico – 254

freiando as lutas em 77 – 318

Frente Ampla de 67 – 162

Frente Patriótica Contra o Fascismo de 73 – 260

Frente Única em 80 – 290

Frente Única pré-64 – 159

Frente Única – 290

Gato, Marcelo – 304

geraldismo – 269

glamourização de Pereira – 29

golpe de esquerda em 64 – 149, 150

gramscismo – 50

greve operária do ABCD em 78 – 306

greve operária do ABCD em 79 – 244

índice Analítico

greve operária do ABCD em 80 – 245, 246, 248

Guedes, Armênio – 281

guinada católica de 71 – 178

Guralski, August – 28, 60

IC na América Latina – 26, 76, 78

IC – 26, 27, 29, 37, 64, 71, 80, 82, 83, 89

ideologia da *máquina* – 424, 425, 432

Igreja *progressista* x PCB – 253

imobilismo pós-67 – 163

imobilismo pós-*quedas* – 178, 179, 180

impacto de 17 no Brasil – 60

impasse da *estratégia democrática* – 405

impasse originário da estratégia comunista – 383, 388, 413

inclinação à *abertura* em 75-77 – 223, 224

infiltração da CIA no Secretariado – 176

instrumentalização do *eurocomunismo* – 400, 413, 421

intelectuais juvenis do PCB/RJ – 188

interesse x política – 396

internacionalismo proletário – 25

intervenção na VU – 284

intervenção no CE/ES – 289

justificação do cap. 1 – 24

kruschevismo – 102

[illegible] – 108

leninismo e burocracia – 430, 431

leninismo e movimentos sociais – 69

leninismo – 37, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 69, 70, 408

levante de 35 – 80, 82, 84, 85, 89

liberais x comunistas – 260

liberais-radicais e questão agrária – 36

liberalismo e Estado – 36

liquidacionismo – 98

Lula e a democracia – 423

luta interna de 30– 77

luta interna de 54 – 100

luta interna de 56-57 – 103

luta interna de 64 – 151

luta interna do RJ no VII Congresso – 282, 288

luta interna em Moscou – 177, 270

luta interna pós-67 – 164, 167, 174, 270

luta interna pós-*quedas* – 180, 185, 191, 193, 225, 231, 237, 261, 265, 267, 269, 270, 271, 272, 282

luta interna pós-*racha prestista* – 278, 279, 280, 282, 283, 331

luta interna – 288, 289

lutas e legitimação do sistema – 396

lutas x poder – 395

Manifesto de Agosto de 50 – 98

máquina partidária – 427, 428, 429, 432

Maranhão, Luís – 167, 177

Mariáteguy x *nacionalismo de esquerda* – 439

Marighella, Carlos – 140

marighellismo – 161

marxismo e democracia – 421

marxismo e positivismo – 35

marxismo no Brasil – 33, 66, 388

marxismo ocidental e os *pecebistas* – 415

marxismo russo – 37

marxismo – 37, 48, 54

marxismo-leninismo nos países periféricos – 37

marxismo-leninismo – 37, 54, 57, 65, 66, 67

MCB – 68, 164

MCI e o PCB – 26, 60, 76, 89, 102, 286

MCI na América Latina – 98

MCI – 46, 57, 58, 76

MDB e os movimentos sociais – 242, 320

MDB – 155, 169, 259

medo do *retrocesso* nos anos 80 – 329, 330

memória e projeto – 398

métodos da luta interna – 89, 100, 140, 143, 425

mito da *máquina* – 426

mobilização e influência – 394

mobilização pelo *alto* – 398

Morena, Roberto – 250

índice Analítico

movimento anarquista – 33

movimento camponês – 99

movimento operário – 33, 81, 96, 98

movimento sindical oficial – 251, 252

nacional x democrático em 70 – 166

nacional x democrático em 73-76 – 192, 260

nacionalismo e democracia – 423

nacionalismo e militares – 36

nacionalismo e questão agrária – 36

nacionalização do PCB – 407

nova esquerda nos anos 80 – 280

Novos Rumos – 143

núcleo dirigente e *permanentes* – 429, 431

ofensiva da *esquerda* em 79 – 272

oposição à *abertura* em 72 – 223

oposição à *abertura* em 75-77 – 223, 224

oposição de esquerda – 74

oscilações políticas entre 75-79 – 223

otimismo pré-*quedas* – 165, 170, 171, 172

Pacote de Abril – 259

papel das *lutas* – 394

partido auto-centrado – 438

PCB caxiense – 427

PCB e a esquerda – 406

PCB e a greve bancária de 79 – 302

PCB e a Igreja – 256

PCB e a social-democracia – 256

PCB e as eleições – 412

PCB e as Forças Armadas – 169

PCB e o (P)MDB – 258, 259, 319, 320, 323, 324

PCB e o ABCD em 78-81 – 239, 241, 244, 301, 304, 306, 310

PCB e o capitalismo – 397

PCB e o Governo Sarney – 336

PCB e o MCI – 62, 63, 70, 71, 72, 76, 77, 98, 100, 103, 403, 418, 424

PCB e o proletariado – 239, 241, 243, 247, 249, 251, 253, 254, 266, 306, 318, 322, 384, 385, 388, 442, 443

PCB e o PT – 402

PCB e os intelectuais nos anos 60-80 – 15, 286

PCB e os liberais – 257

PCB em 64 – 393

PCB pós-35 – 380, 384

PCB x esquerda – 262, 399, 402

PCB x Igreja em 80 – 246

PCB x intelectuais – 410

PCB x liberais – 290, 291, 295, 323

PCB x PT – 245, 247, 253, 256, 263, 264, 307, 316, 324, 325, 326, 327

PCI e as *lutas* – 402

PCUS x PCI – 403

PCUS x PCs europeus – 403

Peralva, Osvaldo – 431

Pereira, Astrojildo – 26, 27, 35, 60, 63, 69, 70, 74, 76, 77, 100

Plano de Construção nas Empresas – 170

Plano Trienal – 108

PMDB e os trabalhadores – 398

política de 63-64 – 143, 144, 148, 159

política de *unidade democrática* nas *quedas* – 182

política de *unidade democrática* no ME – 181, 183, 188, 230, 233, 235, 236

política de *unidade democrática* no MES – 238

política de *unidade democrática* pós-67 – 153, 154, 159, 160, 166

política de *unidade democrática* pós-*quedas* – 185, 225, 226, 228, 242, 244, 293, 295, 303, 310, 319, 321

política de *unidade democrática* pré-*quedas* – 290

política de *unidade democrática* – 182, 241

política e programa de 73 – 191

política militar de 63-64 – 151

política pelo *alto* – 405, 406

política pós-transição – 278, 297

política sindical da *esquerda* – 300, 301, 315

política sindical de 50 – 384

política sindical dos anos 20 – 70, 71

política sindical dos anos 50 – 99

índice Analítico

política sindical no campo – 251
política sindical pós-64 – 159, 250, 252
política sindical pós-78 – 245, 246, 249, 254, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 310, 315, 316
política sindical pré-64 – 159
política sindical pré-*quedas* – 239, 245, 299
política ultra-radical – 37
populismo russo – 37
pragmatismo político – 32
práxis *pecebista* – 388
Presença – 298
Prestes e *Fato Novo* em 70/71 – 167
Prestes no exílio moscovita – 270
Prestes, Luís Carlos – 35, 77, 80, 81, 83, 84, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 98, 100, 103, 104, 107, 140, 148, 149, 150, 151, 164, 177, 223, 250, 269, 272, 273, 274
prestismo – 73, 78, 82, 83, 101, 276, 279
prestistas no exílio – 271
primórdios do *eurocomunismo* – 90
processo de burocratização – 429, 430, 431
programa de 67 – 160
programa de lutas de 70 – 166
programa *pecebista* no movimento estudantil – 186
programa *prestista* de 82 – 276
programa revolucionário bolchevique – 45
projeto nacional – 381
proletariado e política – 61, 87, 152, 162, 248, 250, 381, 382, 384, 385, 386, 387
proletarização (stalinização) – 60, 76
proto-estado de sítio em 63 – 110
PT e o PCB – 327
PT x PCB – 317
quedas de 74-76 – 173, 174, 254
queremismo – 94
questão democrática em 64 – 149
questão democrática pós-76 – 170, 192, 261
questão democrática – 101
questão nacional nos anos 70-80 – 415
racha eurocomunista – 285, 286
racha prestista – 277
radicalização dos anos 80 – 399
radicalização estudantil de 68 – 161
raízes anarquistas do PCB – 32
raízes nacionais do PCB – 34
razões do *transformismo* – 444
reação às *quedas* em 74-76 – 177, 190
reanimação do movimento sindical – 225, 244, 252, 299
reciclagem de *quadros* em 75-79 – 268
reconciliação nacional pós-77 – 318, 328, 331
reconstrução do ME secundarista – 237, 238
reconstrução do movimento estudantil – 180, 187, 188, 230, 231, 233, 234
reconstrução do setor estudantil – 231, 232, 234, 235, 237, 238
reconstrução do setor sindical – 304, 314
recuo da FPCF em 76 – 260
reformas de base – 143
relatório Kruschev – 101
renovação conservadora no PCB – 32, 267, 298, 427
republicanismo radical – 34
resgate de 45-46 – 317
resistência na prisão – 177
respostas a Prestes – 278, 279
resultados eleitorais de 76/78 – 241
Revolução Bolchevique – 25, 43, 46, 47, 49, 50, 51, 56, 57, 76
Revolução Cubana e os PCs – 107
revolução cultural nos anos 60 – 161
Revolução de 30 – 75, 79
revolução na América Latina – 409
revolução no Brasil – 82, 87
revolução permanente – 45
riscos da coabitação com a burguesia – 405
rupturas políticas e o PCB – 75
Seção Juvenil – 234
sindicalismo conservador – 314, 315
sindicalismo radical – 253, 312

índice Analítico

sindicato de Estado – 250

singularidade de São Bernardo do Campo – 252

social-democracia – 37

socialismo e democracia – 415

stalinismo e a 2ª GM – 90, 98

stalinismo – 54, 55, 56, 57, 58, 59, 72, 83, 89, 90, 98, 102

stalinização do MCI – 27, 76, 98

subgrupos *eurocomunistas* – 282

tarefismo – 430

tática *centrista* na luta contra Prestes – 273

tenentismo radical e democracia – 422

tenentismo – 34, 73

tentativa de retomada do VI Congresso em 84 – 275

Teses do VI Congresso (64) – 110

tipologia do partido – 427

titoísmo – 98

Tódero, Domingos – 280

togliattismo – 102

trabalhismo e jacobinismo – 35, 36

trabalhos especiais – 167

tradição radical-nacional – 31

transição pacífica – 106, 107, 379, 443

transição pactada – 334

transição pelo *alto* – 169, 289, 298

trotskismo e democracia – 410

trotskismo – 47, 49, 50

união nacional – 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97

Unidade Sindical – 308, 311, 312

URSS como modelo – 419

Vargas e a democracia – 422

varguismo – 94, 96, 99

vertente paulista da *direita* – 226, 305

VI Congresso – 156

via oriental para o socialismo – 412

via *prussiana* – 381, 409

Vianna, Luiz Werneck – 321

VII Congresso – 297, 415

voto nulo em 70 – 164

Voz da Unidade – 283, 285, 319